

IGUALDADE DE GÉNERO AO LONGO DA VIDA



Portugal no contexto europeu

Coordenadora

Anália Torres



TORRES, Anália, Prof.^a catedrática de Sociologia, coordenadora da Unidade de Sociologia no ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. É fundadora e coordenadora do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, centro classificado com Excelente pela FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia. Doutorada em Sociologia, foi entre outros cargos nacionais e internacionais, Presidente da ESA, European Sociological Association (2009-2011). Investiga e publica, a nível nacional e internacional na área do género. www.analiatorres.com

PINTO, Paula Campos, Prof.^a Associada do ISCSP-ULisboa, investigadora e co-coordenadora do CIEG. Doutorada em Sociologia pela York University, ensina e investiga na área das políticas públicas, desigualdades e interseccionalidades, incluindo as relacionadas com questões de género e deficiência. Sobre estes temas tem publicado em revistas internacionais e coordenado pesquisas nacionais e internacionais.

COSTA, Dália, Prof.^a Auxiliar do ISCSP-ULisboa, onde leciona desde 1996. Doutorada em Sociologia da Família; Mestre em Sociologia; tem Pós-graduação em Ciências Criminais e é licenciada em Política Social pelo ISCSP. É co-coordenadora e cofundadora do CIEG. Coordena e tem participado em vários projetos de investigação com financiamento nacional e internacional.

COELHO, Bernardo, Prof. Auxiliar Convocado no ISCSP-ULisboa, investigador e membro fundador do CIEG. Os seus principais interesses são sociologia da família, género, relações íntimas e sexualidade, planeamento e avaliação de políticas no domínio ou com impacto de género. Participa em pesquisas nacionais e internacionais nestes domínios e é autor e coautor de artigos e capítulos em livros.

MACIEL, Diana, Prof.^a Auxiliar Convitada do ISCSP-ULisboa e investigadora e membro fundador do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos do Género. Doutoranda em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Investiga na área da igualdade de género, juventude, toxicodependências e estudos longitudinais. Tem apresentado comunicações em conferências nacionais e internacionais e publicado artigos e livros dentro destas temáticas.

REIGADINHA, Tânia, Prof.^a assistente no Instituto Politécnico de Setúbal e investigadora. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE-IUL, mestre em Sociologia, pelo ISCTE-IUL, é doutoranda em Gestão - Ciência Aplicada à Decisão na Universidade de Coimbra. Leciona unidades curriculares na área de Marketing e Logística. Colabora com o ISCSP-ULisboa em investigação na área da Sociologia. Faz investigação e publica nas áreas de Marketing, Sociologia e Retalho.

THEODORO, Ellen, Licenciada em Psicologia e mestre em Sociologia pelo ISCSP-ULisboa. Atualmente é bolsista de investigação do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, ISCSP, ULisboa.



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Maio de 2018

Director de Publicações: António Araújo

Título: Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu

Autores: Anália Torres
Paula Campos Pinto
Dália Costa
Bernardo Coelho
Diana Maciel
Tânia Reigadinha
Ellen Theodoro

Revisão do texto: João Ferreira

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8863-98-0
Dep. Legal: 441136/18

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adoptaram o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

IGUALDADE DE GÉNERO AO LONGO DA VIDA

Portugal no contexto europeu

Anália Torres

Paula Campos Pinto

Dália Costa

Bernardo Coelho

Diana Maciel

Tânia Reigadinha

Ellen Theodoro

IGUALDADE DE GÉNERO AO LONGO DA VIDA

Portugal no contexto europeu

ÍNDICE

Igualdade de género ao longo da vida

15	Agradecimentos
17	Introdução
	Capítulo 1
19	Igualdade de género e idades da vida.
	Enquadramento conceptual e metodologia
19	Como se conceptualizou a igualdade de género?
	E em que se fundamenta a desigualdade?
20	Como nascem, e em que se fundamentam, se geram
	e se reproduzem, estas assimetrias e desigualdades?
21	E porquê idades da vida?
21	Infância e juventude (até aos 29 anos)
23	<i>Rush hour of life</i> (30 aos 49 anos)
24	Fase tardia da vida ativa (50 aos 65 anos)
26	Perspetiva analítica e opções metodológicas
28	Portugal no contexto europeu entre 2000 e 2016
	Capítulo 2
31	Género, Infância e Juventude
31	Introdução
33	2.1 Género e Infância
34	2.1.1 A construção da identidade
	de género: abordagens teóricas
35	2.1.2 Entre o biológico e o social
37	2.1.3 A influência dos pares na construção de género
38	2.1.4 A influência da escola na construção de género
40	2.2 Género e Juventude
41	2.2.1 Educação
63	2.2.2 Género e mercado de trabalho
80	2.2.3 Género, família e condições de vida
96	2.2.4 Género, risco e violência
102	2.2.5 Género e Valores
108	2.2.6 Perfis de jovens europeus: Género,
	educação, trabalho e condições de vida
117	Notas conclusivas

Capítulo 3

123	Género e <i>rush hour of life</i>
123	Introdução
124	3.1 Género e mercado de trabalho
124	3.1.1 Forte participação de homens e mulheres na população ativa, com ligeira predominância masculina
125	3.1.2 Taxa de emprego feminino em Portugal acima da média europeia
126	3.1.3 Aumento do emprego das mulheres
128	3.1.4 A empregabilidade aumenta com a escolaridade, sobretudo para as mulheres
129	3.1.5 Desemprego elevado em Portugal e nos países do sul da Europa, mais penalizador para as mulheres
131	3.1.6 A escolaridade como fator protetor do desemprego só nos níveis mais elevados
132	3.1.7 Predominância feminina nas formas de precariedade laboral
135	3.1.8 Trabalho a tempo parcial feminizado
136	3.1.9 Razões para o trabalho a tempo parcial variam de acordo com as políticas públicas
138	3.1.10 Portugal: disparidade na média de horas de trabalho mais baixa do que na Europa
139	3.1.11 Salários mais baixos para as mulheres, em Portugal e na Europa
143	3.2. Família e Condições de Vida
149	3.2.1 Risco de pobreza semelhante para mulheres e homens
152	3.3. Articulação trabalho-família
153	3.3.1 Elevada taxa de emprego das mulheres com crianças menores de 6 anos, em toda a Europa
160	3.3.2 Acentuado crescimento dos serviços de apoio a crianças em Portugal
163	3.3.3 Persistente feminização do trabalho não pago
168	3.3.4 Ser mulher interfere negativamente no rendimento mensal
170	3.4. Violência e crime
170	3.4.1 Mais frequentemente os homens são autores de crimes e as mulheres as vítimas
173	3.4.2 Mais jovens homens do que jovens mulheres morrem de causas externas
174	3.4.3 O suicídio é um fenómeno genderizado
176	3.5. Valores

180	3.6. Perfis e classes sociais de homens e mulheres na Europa
181	3.6.1 Homens portugueses: os mais mal remunerados
182	3.6.2 Mulheres portuguesas: mais horas de trabalho, mas piores remunerações
184	3.6.3 Segregação de género no mercado de trabalho com efeito nas classes sociais
188	Notas conclusivas
	Capítulo 4
193	Género e fase tardia da vida ativa
193	Introdução
196	4.1 Género e mercado de trabalho
196	4.1.1 Mais homens do que mulheres integrados no mercado de trabalho
197	4.1.2 Menores taxas de emprego para homens e mulheres
202	4.1.3 Maior empregabilidade das mulheres e dos homens mais escolarizados
203	4.1.4 O desemprego afeta mais os homens do que as mulheres
205	4.1.5 O efeito protetor da escolaridade face ao desemprego
206	4.1.6 Homens mais afetados por formas precárias de trabalho
209	4.1.7 Trabalho a tempo parcial é sobretudo uma realidade feminina
210	4.1.8 Doença e incapacidade ganham expressão como razões para o trabalho a tempo parcial
213	4.1.9 Aumenta a disparidade nas horas de trabalho pago de homens e mulheres em Portugal
213	4.1.10 Mulheres com salários mais baixos, em Portugal e na Europa
219	4.2. Família e Condições de Vida
226	4.2.1 Risco de pobreza aumenta para mulheres e para homens a partir de 2011
229	4.3. Articulação trabalho-família
232	4.3.1 Persistente feminização do trabalho não pago
236	4.4. Violência e crime
236	4.4.1 Perceção sobre a violência de género
238	4.5. Saúde e causas de morte
243	4.6. Valores
248	4.7. Perfis e classes sociais de homens e mulheres na Europa
248	4.7.1 Homens portugueses: os mais mal remunerados

250	4.7.2 Mulheres portuguesas: mais horas de trabalho, mas piores remunerações
251	4.7.3 Segregação de género no mercado de trabalho com efeito nas classes sociais
257	Notas conclusivas

Capítulo 5

261	Género e idades da vida. Perspetiva global e comparada
261	Introdução
262	5.1 Educação
268	5.2 Género e mercado de trabalho
271	5.2.1 Emprego e escolaridade
272	5.2.2 Desemprego ao longo da vida
274	5.2.3 Formas precárias de trabalho
276	5.2.4 Trabalho a tempo parcial
280	5.2.5 Salários e disparidade salarial
283	5.2.6 Profissões de prestígio
286	5.3 Família e Condições de Vida
292	5.3.1 Condições de vida
296	5.4 Articulação trabalho-família
303	5.5 Violência e Crime
309	5.6. Saúde e causas de morte
309	5.6.1 Mulheres com esperança de vida mais longa mas menos anos de vida saudável em Portugal
314	5.6.2 Em Portugal elas morrem muito mais do que eles por agressão
316	5.7 Valores
317	5.7.1 Pessoas mais velhas e as mulheres mais universalistas do que as pessoas mais novas e do que os homens
320	5.7.2 Jovens mais abertos à mudança: eles mais do que elas
327	5.8. Perfis de homens europeus e mulheres europeias: Género, trabalho e educação
328	5.8.1 Homens portugueses: os menos escolarizados
329	5.8.2 Mulheres portuguesas: as que trabalham mais horas
331	5.8.3 Segregação de género no mercado de trabalho com efeito nas classes sociais
336	Notas Conclusivas
341	Considerações finais
351	Referências bibliográficas

ANEXOS

	Quadro A1
367	Educação e condições de vida de jovens dos 15 aos 29 anos
	Quadro A2
368	Mercado de trabalho de jovens dos 15 aos 29 anos
	Quadro A3
369	Mercado de trabalho e educação de pessoas dos 30 aos 49 anos
	Quadro A4
370	Mercado de trabalho e condições de vida de pessoas dos 30 aos 49 anos
	Quadro A5
371	Articulação trabalho-família
	Quadro A6
372	Mercado de trabalho de pessoas dos 50 aos 65 anos
	Quadro A7
373	Educação e mercado de trabalho de pessoas dos 15 aos 64 anos
	Quadro A8
374	Trabalho e condições de vida de pessoas dos 15 aos 64 anos
	Anexo 9
375	Glossário
	Anexo 10
379	Anexo metodológico

Agradecimentos

A equipa do projeto gostaria de começar por agradecer a oportunidade de realizar a pesquisa “Igualdade de Género e Idades da Vida”, à Fundação Francisco Manuel dos Santos, e aos seus corpos dirigentes, que a tornaram possível. Agradecimento especial é devido à Professora Doutora Maria João Valente Rosa, então coordenadora da área científica de estudos da População e Diretora do Projeto PORDATA, que se dirigiu à equipa e que acompanhou o desenvolvimento inicial do projeto, sugerindo pistas de trabalho fundamentais; ao Professor Doutor Pedro Magalhães, então diretor científico e membro da comissão executiva e do conselho de administração da Fundação, que do mesmo modo deu contributos importantes; ao Professor Doutor João Peixoto, consultor científico da FFMS, que acompanhou de forma cuidadosa e empenhada a fase final o projeto, enriquecendo-o com sugestões valiosas. Agradecemos ainda o apoio da Dra. Clara Valadas-Preto, da área científica e de conteúdos da FFMS.

A equipa agradece também à Professora Doutora Karin Wall, ao Professor Doutor Fernando Serra e à Professora Doutora Fátima Assunção pelos comentários relevantes e sugestões apresentadas no decurso do *workshop* intermédio, realizado com a equipa do projeto em fevereiro de 2017.

O estudo desenvolveu-se no âmbito do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa). Agradecemos ao Presidente do ISCSP, Professor Doutor Manuel Meirinho, o suporte institucional que se consubstanciou no apoio técnico de diversas áreas do Instituto, com particular reconhecimento à Dra. Rute Manaia e à Dra. Antónia Vieira Pereira e ao Mestre Jorge Martins. A equipa agradece ainda o inestimável apoio da Secretária Científica do CIEG, Doutora Clara Oliveira.

Introdução

O livro que se apresenta dá conta dos principais resultados da pesquisa *Igualdade de género e idades da vida* que pretendeu responder de forma genérica à seguinte questão principal: *como se caracterizam e estruturam as relações de género nas diferentes idades da vida, em diferentes contextos geográficos e sociais?*

Para responder a esta questão desenvolveu-se uma estratégia de investigação procurando cumprir quatro objetivos principais.

Considerou-se fundamental, em primeiro lugar, analisar as relações de género numa perspetiva dinâmica tendo em conta as seguintes fases da vida: a primeira que inclui a infância e a juventude (até aos 29 anos), a segunda que se designou por *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos) e a terceira, a chamada fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos). A fase da vida posterior aos 65 anos não foi incluída no estudo por necessidade de fechamento do campo analítico e para não aumentar a já complexa e extensa consulta a fontes estatísticas diversificadas.

Em segundo lugar, tratou-se, no essencial, de mapear e caracterizar as diferenças e semelhanças entre mulheres e homens analisando as relações que se estabelecem entre género e contextos sociais em Portugal e nos outros países europeus¹. Este mapeamento passou por identificar, numa perspetiva de género, os aspetos mais relevantes em cada idade da vida: educação, trabalho, articulação trabalho-família, violência e causas de morte, saúde e valores acionando sempre que possível um conjunto de variáveis suscetíveis de produzir efeitos diferenciadores ou homogeneizadores: escolaridade, posição perante o mercado de trabalho, condições de vida e família, rendimentos, classes sociais².

A identificação de perfis de países europeus e de homens e de mulheres constituiu, em terceiro lugar, um objetivo relevante, que se concretizou através de uma análise de *clusters*, recorrendo a variáveis chave. Esta análise permitiu a identificação de perfis que aproximam ou afastam mulheres e homens de diferentes países europeus. Também a análise das classes sociais para alguns dos países permitiu, por um lado, identificar essa divisão no caso português e, por outro, verificar, como os lugares de classe de mulheres e de homens se comparam entre si na Europa.

Em quarto lugar, embora se trate no essencial de uma abordagem extensiva e de mapeamento e caracterização global, procurou-se avançar hipóteses

¹ Utilizam-se, na maior parte das vezes, indicadores para Portugal e a União Europeia, variando a quantidade de Estados-membros conforme varia o ano de referência ou a disponibilidade dos dados. Outras vezes, analisa-se Portugal e outros países na Europa, para além da União Europeia, incluindo-se Noruega, Islândia e Liechtenstein.

² Sendo o leque de questões e temas envolvidos já muito abrangente, não foi possível considerar um conjunto de outras assimetrias igualmente importantes, com génese em fatores como a orientação sexual e a diversidade das identidades de género, a raça ou etnia, a condição de imigrante ou perante a deficiência.

explicativas para as diferenças e semelhanças encontradas entre homens e mulheres e nas diferentes idades da vida, a partir dos contributos das teorias de género e das ciências sociais. Também se recorreu aos resultados de estudos que abordam o tema e que se integraram na análise dos dados, quer ao longo do texto, quer em caixas específicas.

Procedendo à sistematização e análise de dados de fontes secundárias, nacionais e internacionais, numa trajetória que atravessa as três idades da vida e se funda numa perspetiva de género, o livro desdobra-se em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresentam-se as opções metodológicas e conceptuais que orientaram a pesquisa. Os capítulos seguintes tratam das diferentes idades da vida, seguindo uma estrutura semelhante. Em todos se analisam os temas do mercado de trabalho, da família e condições de vida, da violência e do crime, dos valores; também se identificam perfis de países e de homens e mulheres e se compara a distribuição das classes sociais por sexo num conjunto de países seleccionados. Mas esta abordagem inclui a variação necessária que permite enfatizar, em cada uma das idades da vida, as temáticas que se revelaram mais pertinentes em função da idade considerada. Assim, no capítulo 2, que se debruça sobre a Infância e Juventude, as questões da construção social do género nos diferentes contextos de socialização e a educação assumem particular destaque. Já na fase da *rush hour of life*, tratada no capítulo 3, os domínios do trabalho, da família e da articulação entre ambos, ganham ainda maior expressão. Por fim, na fase tardia da vida ativa, apresentada no capítulo 4, abordam-se todos os outros temas transversais mas surge de novo o tema da saúde. No capítulo 5, apresenta-se uma perspetiva global e comparada das três idades da vida para os principais indicadores, situando Portugal no contexto Europeu.

O livro termina com um capítulo de Notas conclusivas, onde se sintetizam os principais resultados alcançados com este estudo e se tecem algumas considerações finais.

Capítulo 1

Igualdade de género e idades da vida. Enquadramento conceptual e metodologia

Neste capítulo clarificam-se as opções conceptuais assumidas na pesquisa, de modo a contextualizar os resultados obtidos que se apresentam de seguida.

Como se conceptualizou a igualdade de género? E em que se fundamenta a desigualdade?

Podemos considerar de forma genérica as desigualdades como “diferenças de acesso e de distribuição de recursos valorizados como os económicos, por exemplo, mas também de outro tipo de bens e recursos como educação, cultura, poder, reconhecimento e prestígio” (Almeida, 2013: 25).

Considerando a igualdade de género poder-se-ia afirmar que ela teria tradução numa simetria entre homens e mulheres e pessoas de diversidades várias, em razão da sua identidade de género ou orientação sexual, no acesso a recursos, poderes e direitos. Mas essa simetria, consagrada na legislação portuguesa e europeia, como se verá de forma clara nos resultados da investigação, está longe de estar conseguida.

Quando falamos de desigualdade de género referimo-nos pois às desvantagens materiais e simbólicas que as mulheres experienciam relativamente aos homens (Connell, 1987). Estas são mais frequentes e mais expressivas embora desigualdades de género possam também, por vezes, criar desvantagens para os homens (por exemplo, remetendo-os para profissões tendencialmente mais perigosas, incitando-os a adotar comportamentos violentos, sugerindo-lhes comportamentos que envolvem maior risco inclusive para a saúde, e/ou afastando-os da esfera afetiva do cuidar).

Em resultado da pressão dos movimentos feministas e de outros grupos ou movimentos ligados a diversas identidades de género, a igualdade de género é hoje considerada como uma questão de direitos humanos e tem sido promovida no plano legislativo com mudanças expressivas ao nível nacional e transnacional.

No entanto, inércias e resistências ainda se fazem sentir ao nível das normas sociais e das culturas organizacionais, dos aplicadores e das aplicadoras da lei, das instituições nos seus modos de funcionar tendencialmente tradicionais, que podem até adotar o discurso da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança. Alguns dos mecanismos que alimentam as desigualdades, de resto, passam também por dimensões mais subtis ou menos conscientes, expressas, por exemplo, na preferência frequente e sistemática dada aos homens em situações de recrutamento profissional, tanto por homens como por mulheres, como demonstram de forma inequívoca vários estudos (Moss-Racusin *et al.*, 2012).

**Como nascem, e em que se fundamentam, se geram
e se reproduzem, estas assimetrias e desigualdades?**

Em primeiro lugar, é necessário entendê-las como produto da assimetria de posições de homens e de mulheres na esfera da produção, da reprodução e da sexualidade.

Em segundo lugar, essa assimetria traduz-se numa hierarquia que valoriza, nas sociedades contemporâneas, a dimensão produtiva em detrimento da reprodutiva, e que implica a secundarização das mulheres, habitualmente associadas às responsabilidades do cuidar, no acesso aos recursos económicos e financeiros e aos lugares de poder e de decisão. Mas, porque a questão do controlo da reprodução está também ligada à da sexualidade, esta desvalorização estende-se a todos os que no plano da sua identidade de género não cumprem o padrão normativo da heterossexualidade.

A desvalorização simbólica do cuidar e do feminino tem, em terceiro lugar, efeitos precoces nos processos de socialização, na construção das identidades, na organização da vida quotidiana e nas visões do mundo. E atua, sobretudo nas sociedades em que no plano formal a igualdade de direitos está consagrada nos textos legais, de forma menos evidente. Assim, a par da visibilidade crescente e da afirmação do protagonismo feminino em diferentes campos, para além do sucesso educativo, num processo que se tem considerado como de “agência” ou de individualização no feminino (Torres, 2001), persistem barreiras menos visíveis que mostram os limites dessa progressão que é, de todo o modo, indiscutível nas sociedades ocidentais.

Em quarto lugar, embora transversais à vida social, as relações de género são vividas de forma diferenciada de acordo com as classes sociais e a etnia, a orientação sexual, mas também de acordo com contextos sociais mais vastos como os geracionais, os regionais e nacionais ou as idades da vida.

Finalmente, olhando para estas realidades numa perspetiva histórica são de considerar as profundas mudanças sociais, no plano jurídico e político, que se operaram nas sociedades contemporâneas, que têm vindo a tornar mais visíveis as tendências igualitárias que os movimentos feministas inauguraram.

E porquê idades da vida?

Na delimitação empírica desta pesquisa utilizámos o conceito de idades da vida como conceito operativo, para equacionar a questão da igualdade de género de forma situada no tempo, identificando grandes fases e momentos.

A perspetiva das idades da vida é um quadro analítico centrado na dinâmica das trajetórias de vida que se distancia de uma abordagem estática e procura clarificar o modo como as pessoas se situam nas principais fases das suas vidas. Permite ainda abordar a influência das estruturas institucionais que podem moldar as principais transições e os momentos dos principais acontecimentos, como a educação mínima obrigatória, a transição da escola para o trabalho, a formação dos casais, a chegada dos/as filhos/as e saída dos filhos/as de casa e a fase tardia da vida ativa e da entrada na reforma.

No que se refere às análises comparativas transnacionais, a perspetiva das idades da vida é importante na medida em que liga o comportamento individual ao contexto institucional. Além disso, esta perspetiva também reconhece o papel do indivíduo na formação da sua trajetória, bem como o papel potencial das normas sociais e dos sistemas de valores. Por último, apoia-se numa abordagem integrada que vai para além da consideração isolada de estágios específicos e procura abranger as trajetórias por inteiro.

A fim de mapear os perfis de utilização do tempo entre homens e mulheres em diferentes situações da vida, a pesquisa recorre a uma variante da abordagem das idades da vida adaptada para fins de análise do curso de vida por Dominique Anxo e colegas (2006), combinando-a com a perspetiva de género. Com efeito, a investigação tem demonstrado que género e idade moldam as interações, as perceções e as expectativas sociais; os papéis e as identidades, as relações de poder e as condições materiais de existência, as oportunidades de escolarização e profissionais ou as condições de trabalho ou da vida depois do trabalho de homens e mulheres (Amâncio, 1994; Arber, Davidson e Ginn, 2003; Torres, 2008; Torres *et al.*, 2007; Venn, Davidson e Arber, 2011).

Infância e juventude (até aos 29 anos)

Vale a pena caracterizar de forma mais pormenorizada, as grandes fases da vida identificadas na investigação. A fase inicial, até aos 29 anos, cobre, por

um lado, a infância, que se analisou na pesquisa de forma mais breve, e por outro, a fase da juventude até à entrada no mercado de trabalho, período que se investigou com maior detalhe.

Nas últimas décadas, houve uma rápida expansão do ensino em muitos países europeus. Essa expansão, por sua vez, teve um grande impacto nas modalidades de transição da escola para o trabalho, e na tendência crescente para o prolongamento do investimento na escolaridade. Por conseguinte, é possível falar da qualificação crescente das pessoas que ingressam no mercado de trabalho, tendo de resto as jovens mulheres tomado a dianteira nestes níveis de competência escolar.

No entanto, ao mesmo tempo, o desemprego da população jovem tem surgido como um dos principais problemas em várias sociedades contemporâneas na Europa, agravado sobretudo nos países do sul pela recente crise financeira. Como resultado, a transição da escola para o trabalho tem-se tornado mais precária e menos previsível.

Importa ainda ter em conta que devido às diferenças no sistema educacional e de formação, juntamente com as disparidades das oportunidades de emprego para a população jovem e os custos de estabelecer casa própria, surgiram diferenças significativas nos padrões de transição para a vida adulta e de autonomização nos diferentes países da Europa. Como já foi verificado noutras pesquisas, e se procurará a confirmação nesta, os momentos de transição da escola para o trabalho diferem enormemente na Europa (Breen e Buchmann, 2002) e também há diferentes padrões de saída da população jovem da casa dos pais. Enquanto um padrão precoce de saída prevalece no norte da Europa, uma saída tardia ou mesmo a constituição do casal ainda na casa dos pais é bastante comum no sul da Europa (Saraceno e Olagnero, 2004; Nico, 2012).

Esta fase inicial de entrada no mercado de trabalho envolve pois também transições difíceis, riscos económicos e uma considerável incerteza (Breen e Buchman, 2002; Buchman, 1989). Devido aos precários vínculos com o mercado de trabalho, a constituição de família, o nascimento de filhos/as e o estabelecimento de residência independente tendem a ser adiadas (Brannen *et al*, 2002, Nilsen *et al*, 2002, Torres, Mendes e Lapa, 2006; Nico 2012).

Relativamente a esta primeira fase importa pois perceber como se geram as diferenças entre mulheres e homens desde a infância e juventude, nos percursos educativos até à entrada no mercado de trabalho. Também é relevante conhecer os processos de autonomização de jovens rapazes e raparigas, e as atitudes perante o risco, a violência e a morte, bem como simetrias e diferenças relativamente aos valores e às visões do mundo. Situando sempre Portugal em relação à Europa é ainda importante identificar perfis de jovens homens e mulheres, as diferentes classes sociais e o rendimento em Portugal e na Europa.

Rush hour of life (30 aos 49 anos)

Os principais problemas e questões relacionadas com a fase denominada *rush hour of life* – isto é, a principal fase de investimento e de desenvolvimento parental, familiar e profissional – inclui a gestão das tensões entre as exigências da família e as do trabalho, do investimento na aprendizagem ao longo da vida, dos cuidados com os descendentes, mas também com outros dependentes, como pais idosos (ascendentes). Estas tensões têm-se tornado cada vez mais problemáticas com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho sempre que este não é acompanhado pela partilha das tarefas de cuidar por parte dos homens, e/ou pela existência de equipamentos acessíveis de cuidados à família, sendo ainda mais acentuadas quando há baixos rendimentos.

É por isso que os diferentes contextos institucionais, económicos e culturais têm efeito nos padrões de empregabilidade das mulheres consideravelmente diferenciados na Europa (Uunk, 2005; Bergmann e Lechner, 2012; Torres, *et al.*, 2012; Addabo *et al.*, 2015). Por exemplo, um dos resultados de investigação mais consolidados em toda a Europa mostra que as taxas de feminização do emprego tendem a ser maiores em países que apoiam ativamente a contratação de mulheres com filhos/as através da oferta de um sistema de cuidados infantis subsidiado e financiado pelo estado, permitindo assim que os pais possam articular trabalho pago e compromissos familiares, o que pode ser observado, por exemplo, nos países nórdicos. No entanto, em muitos países europeus, mães com crianças pequenas carecem de tais sistemas de apoio, o que pode ter duas consequências: ou acumulam a prestação de cuidados com o emprego, ficando sobrecarregadas, ou retraem-se na sua participação no mercado de trabalho e/ou na fecundidade.

Portanto, particularmente para as mulheres, a principal fase de investimento profissional e parental é caracterizada pelo peso da dupla jornada. A carga de trabalho global dessas mulheres tende a ser maior do que a carga de trabalho enfrentada por mulheres sem filhos ou na fase tardia da vida.

As pessoas com responsabilidades familiares nesta fase da vida não sofrem apenas pressão de tempo, mas também um aumento do risco financeiro decorrente da retirada das mães do mercado de trabalho. É fundamental, pois, ter em conta numa perspetiva de idades da vida que podem surgir na *rush hour of life* dois tipos de desequilíbrio entre a vida profissional e a familiar, nomeadamente, a pressão de tempo e o risco de pobreza (Naeyele *et al.*, 2003). Outra questão importante neste contexto é saber se as pessoas realmente decidem entrar na *rush hour of life*. Em países onde a combinação do trabalho com a vida familiar não é facilitada institucionalmente, as taxas de fecundidade tendem a ser muito baixas, embora se verifique também que estas baixas taxas possam

coexistir com fraca participação das mulheres mães no mercado de trabalho (Torres, 2006; Cunha, 2007),

Relativamente à fase da *rush hour of life* importa pois identificar de forma mais precisa, comparando os países, de que forma se reparte o trabalho pago e não pago entre mulheres e homens nesta fase da vida, como os rendimentos, a disparidade salarial e as configurações familiares afetam esta repartição, avaliando também se aprofundam ou atenuam as desvantagens de género que se observam na juventude.

Sabendo-se ainda que quanto aos valores relativos à família e ao trabalho de homens e mulheres se verificam mais semelhanças do que diferenças, importa perceber por que razão a organização da vida familiar se tem transformado tão lentamente no sentido da partilha de tarefas domésticas e de cuidado? Quais os efeitos dessa desigualdade na vida das mulheres e também dos homens? E qual o papel das políticas públicas no acentuar ou atenuar de tais desigualdades?

Como a violência e as causas de morte podem ser claros indicadores das diferenças de género, considerou-se relevante ainda analisar se nesta fase da vida existiriam também maiores índices de conflitualidade interna, aferida através da taxa de suicídio, ou de conflitualidade externa, aferida através de indicadores de violência e crime.

Fase tardia da vida ativa (50 aos 65 anos)

Nesta fase da vida ativa, dos 50 aos 65 anos, embora o trabalho mantenha centralidade na vida da maioria das pessoas, assiste-se já a uma expressiva descida da empregabilidade, tanto para os homens como para as mulheres. Esta descida, associada às tendências demográficas como às baixas taxas de fecundidade e o aumento da esperança de vida, ou a tendência para o prolongamento da escolaridade, têm tido efeitos de enorme pressão sobre a sustentabilidade dos sistemas de segurança social.

No entanto, na maioria dos países da Europa, os governos favoreceram a saída definitiva da força de trabalho dos empregados mais velhos nas décadas de 1970 e 1980, quando a saída precoce do mercado de trabalho era frequentemente usada como medida de ajustamento às pressões sociais e económicas. Assim, o estabelecimento institucional do sistema de pensões e outros esquemas de benefícios encorajou as pessoas a saírem do mercado de trabalho numa idade relativamente jovem (OCDE, 2005c).

Ora a saída precoce do mercado de trabalho, juntamente com o impacto negativo na sustentabilidade do sistema de segurança social, aumenta também o risco de pobreza da população idosa. Abordar o problema da saída precoce do

mercado de trabalho, no entanto, requer mais do que a implementação de reformas dos sistemas de pensões. A questão das condições de trabalho tem também de ser tida em conta, como elemento de motivação para os trabalhadores e as trabalhadoras poderem optar pela reforma tardia. As baixas qualificações das pessoas mais velhas podem também pesar na disposição para receber formação adequada para se ajustarem às exigências de adaptação a novas tecnologias, para desenvolver novas competências (Gallie, 2002), ou para ser recetivo a receber formação de colegas mais jovens (Gelderblom *et al*, 2003). Outra questão que se pode colocar nesta fase da vida é o facto de existirem mais problemas de saúde, particularmente por parte daqueles e daquelas que exerceram trabalho manual pesado durante a idade ativa fundamentalmente numa economia do tipo industrial. Este problema pode ser mais candente nalguns países do que noutros, dependendo da estrutura do mercado de trabalho e das condições de trabalho a ela associadas (disposições em matéria de saúde e de segurança).

As questões da igualdade de género são também muito relevantes, já que é frequente a tendência para as mulheres na fase tardia da vida ativa serem confrontadas com a necessidade de abandonarem o mercado de trabalho para dar apoio à família – quer a descendentes, quer a ascendentes – existindo a expectativa de que sejam sempre elas e não os homens a assumir esse papel. Acresce que, as mulheres que hoje se encontram nesta fase da vida terão investido menos na escolaridade e formação comparativamente às mulheres jovens e na *rush hour of life*. E também se verifica que o mercado de trabalho tem maior dificuldade em reabsorver esta mão de obra.

Como se referiu, as questões da sustentabilidade da segurança social e do crescimento económico estiveram na agenda europeia e traduziram-se mesmo no estabelecimento de metas para aumentar a empregabilidade nesta fase da vida. Os objetivos da Estratégia de Lisboa para aumentar a empregabilidade estabeleceram para 2010 que se atingisse a meta de uma taxa de emprego global de 70%, de 60% para o emprego feminino, e de 50% para as trabalhadoras entre os 55 e 64 anos.

Terá interesse, assim, verificar na pesquisa de que forma estas metas foram ou não atingidas, e que efeitos têm as políticas desenvolvidas, nos diferentes países, para as aplicar. É importa sobretudo saber: que impacto, no plano da igualdade de género, têm estas realidades e políticas na fase tardia da vida ativa? Se os salários femininos são mais baixos e se há um grupo expressivo de mulheres fora do mercado de trabalho, estarão elas em maior risco de pobreza? E o que se passa com as mais escolarizadas e os menos escolarizados?

A fase tardia da vida ativa compreende muitas vezes o período em que filhos e filhas saem de casa, sendo também designada por fase pós-parental ou do “ninho vazio”, trazendo alterações na composição familiar. Mas será

que diminuem os problemas de articulação trabalho/família? E que formas assumem para eles e para elas?

Faz sentido ainda avaliar como outras dimensões do bem-estar são vividas por homens e por mulheres. Sabe-se que os níveis de saúde e bem-estar de homens e mulheres diferem ao longo da vida e parecem ter efeitos cumulativos nesta fase tardia. Tradicionalmente os homens tendem a inserir-se profissionalmente em setores de atividade que comportam maiores riscos de acidente e se predispõem também a adotar mais comportamentos de risco. Nesta perspetiva os problemas de saúde dos homens podem ser encarados como “custos da masculinidade”. Será que para os homens esses efeitos se acentuam ou diminuem na fase tardia da vida ativa?

Em contrapartida, as mulheres tendem a reportar níveis de saúde mental e física mais baixos do que os homens, mas tal parece dever-se à presença mais frequente entre elas de problemas músculo-esqueléticos e de saúde mental, apesar dos registos de violência e dos níveis de suicídio serem mais elevados para os homens do que para as mulheres, e a esperança de vida mais reduzida para eles do que para elas. Também para estas diferenças se procuram hipóteses explicativas dentro de um quadro analítico de género.

Perspetiva analítica e opções metodológicas

Importa agora definir a perspetiva analítica adotada para cumprir os objetivos de conhecimento que se pretendia alcançar, mas também os limites impostos pela estratégia metodológica seguida.

Para compreender como se caracterizam e desenvolvem as relações de género convocam-se quatro dimensões analíticas. A dimensão estrutural, a partir da qual se avalia como para homens e mulheres os contextos mais ou menos privilegiados, ou mais ou menos desprovidos de recursos económicos ou culturais, têm efeitos diferenciados. A dimensão institucional, que se refere aos efeitos que o estado social pode ter, através de políticas redistributivas, de articulação trabalho-família, ou de igualdade de género na vida de mulheres e de homens nas diferentes fases da vida. A dimensão conjuntural, que integra dinâmicas económicas e sociais, como os efeitos mais recentes da globalização, da desindustrialização, da terciarização da economia e das conjunturas específicas, como a crise económico-financeira que têm impacto na forma como se vive a igualdade de género. A dimensão cultural, que pretende avaliar valores e atitudes de homens e mulheres, perante a vida mas também mais especificamente, face à divisão do trabalho pago e não pago, à forma como se encaram as questões da igualdade de género nesta divisão, ou como se rejeitam ou subscrevem os estereótipos de género.

A análise dos indicadores recolhidos obedeceu, em traços gerais, a esta perspetiva que pretende conjugar os quatro planos referidos. Mas importa agora identificar igualmente as limitações que a estratégia seguida impôs.

É possível identificar três tipos de limitação. A primeira refere-se aos domínios da vida escolhidos para a análise. Como foi referido pretendeu-se no essencial mapear e caracterizar tendências quanto à igualdade de género, nas diferentes idades da vida, nos grandes domínios da vida (educação, trabalho, família, violência e saúde), situando Portugal no contexto europeu. Adotou-se uma perspetiva extensiva que, ao escolher certos domínios considerados estruturantes, deixou de fora naturalmente outros, não menos importantes. Só se abordam as igualdades/desigualdades de género que se referem a homens e mulheres e não a outras identidades ou formas de viver o género. Não se analisam importantes domínios da vida que se referem, por exemplo, ao plano simbólico, e que têm importância também decisiva no plano da igualdade, como a comunicação, os média e as redes sociais; não se referem as práticas de consumo, os tempos livres, as redes de interconhecimento, a vida associativa, ou a representação e a participação, cívica e política. Mas era impossível conseguir abranger todos estes planos, nos limites temporais estabelecidos, optando-se por centrar as análises naqueles que pareceram mais estruturantes e relativamente aos quais havia informação recente e com comparação europeia disponível.

A segunda limitação diz respeito à utilização específica do conceito idades da vida. Embora a perspetiva das idades da vida tenha sido escolhida exatamente por ser um olhar dinâmico, menos frequente, e pelo valor acrescentado em termos de informação que poderia significar, não se pode inferir demasiado da sua utilização, para além do mapeamento e identificação de tendências. Sabe-se que é complexo e rico o debate em torno de conceitos como ciclo de vida, curso de vida, análise longitudinal e sequencial, mas não existe qualquer pretensão de contribuir para esse debate. O conceito idades da vida, como já foi referido, foi usado como simples conceito operativo de construção empírica e para efeitos de análise extensiva (Quivy & Campenhoudt, 2005).

A terceira limitação refere-se também, no plano interpretativo, à eventual sobreposição de efeitos analíticos difíceis ou impossíveis de discernir. Na verdade, a perspetiva transversal permite a observação dos efeitos acumulados, das vantagens e/ou desvantagens no plano da igualdade de género ao longo da vida. Com efeito, é possível verificar tendências, como por exemplo, se as vantagens no plano educativo das mulheres se traduzem ou não em inserções profissionais mais vantajosas, relativamente aos homens no mesmo momento ou noutras fases da vida, e concluir se há diferenças de género em Portugal e nos outros países europeus. Também se poderá avaliar se a tendência para a

maior ocupação de tempo com o trabalho não pago na *rush hour of life* poderá diminuir ou manter-se na fase seguinte. Ou se os valores e a importância que os homens atribuem à divisão igualitária das tarefas familiares e domésticas, ou o tempo que dedicam a estas tarefas, está associado à idade da vida em que sentem os problemas da conciliação como mais prementes. Mas é claro que para ter conclusões seguras, é preciso ter em conta que se podem confundir os planos analíticos. Como não se trata de uma análise longitudinal, seguindo os mesmos indivíduos, é possível que o que se observa seja mais um efeito conjuntural ou geracional do que o resultado das condições vividas naquela idade da vida.

Portugal no contexto europeu entre 2000 e 2016

A análise desenvolve-se considerando as diferentes idades e condições de vida que marcam os percursos de homens e mulheres na trajetória educativa, na inserção no mercado de trabalho e ao longo da sua vida ativa, num conjunto de domínios já especificados. Consideram-se ainda, ao nível macro, os efeitos das políticas e as consequências dos diferentes modelos de Estado de bem-estar social, bem como as alterações introduzidas por via da crise económica e financeira que atingiu Portugal.

No que se refere ao modo como a comparação com os países europeus está incorporada no estudo optou-se por uma abordagem que, em cada idade da vida e em cada grande domínio, procura desde logo identificar os indicadores mais expressivos para todos os países da União Europeia com 27 ou 28 Estados-membros³, conforme os dados existentes, ou comparando Portugal com a média da UE 27, sempre que se procura cruzar uma ou mais variáveis.

Para maior focagem e precisão recorreu-se a análise comparativa sistemática de Portugal com um conjunto de oito países da União Europeia. Os oito países selecionados são: República Checa, Polónia, Alemanha, França, Noruega, Suécia, Reino Unido e Espanha. A escolha destes países procura refletir a tipologia de modelos de *welfare* inicialmente desenvolvida por Esping-Andersen (1990), aprofundada, reformulada e criticada por outros/as autores/as (*e.g.* Ferrera, 1996; Torres *et al.*, 1999; Lewis, 2009). Esta proposta analítica, mesmo que não confine os países europeus ao bloco da União Europeia, é preferível pois considera as implicações das políticas sociais para a estruturação das condições de vida de homens e mulheres, e das (des)igualdades de género, permitindo identificar, ao longo das várias fases da vida, os fatores e arranjos institucionais que poderão contribuir para explicar as desigualdades encontradas. Foi esta a lógica que orientou a seleção de Alemanha e França em representação do modelo continental, Reino Unido como exemplo do modelo liberal, Noruega e Suécia como exemplos do modelo nórdico, Espanha (em

³ O mapeamento das semelhanças e diferenças para Portugal e para os outros países europeus foram elaborados tendo por referência, sobretudo, os 27 países da União Europeia, porque para as análises diacrónicas e anos anteriores a Croácia não pertencia ainda à UE.

conjunto com Portugal) como representativos do modelo do sul da Europa, e República Checa e Polónia como países herdeiros de regimes socialistas e mais recentemente integrados na União Europeia.

Recorreu-se a um conjunto diversificado de fontes de dados estatísticos como, entre outros, Eurostat (e a partir dele, a muitas das bases de dados que o alimentam), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Instituto Nacional de Estatística (INE), Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP-MTSSS), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e PORDATA. Também se utilizaram bases de dados de inquéritos internacionais como o *European Social Survey* (ESS), *European Working Conditions Survey* (EWCS) e *International Social Survey Programme* (ISSP).

Para melhor identificar perfis de homens e de mulheres e de países recorreu-se, por um lado, à análise multivariada e, por outro, à análise de classes sociais. Através da primeira definiram-se *clusters* que permitiram verificar como mulheres e homens dos países da União Europeia, e de Portugal, se distanciam e aproximam entre si, a partir de um conjunto de indicadores. A análise de classes, pelo seu lado, realizada para o conjunto específico de países acima referidos, permitiu de forma clara identificar padrões de desigualdade social e de género, em cada país e entre países.

Considerou-se ainda, para melhor situar no tempo as questões em análise, que os dados recolhidos e analisados se reportassem aos anos mais recentes da segunda década do século XXI cobrindo também anos anteriores, num arco temporal que se poderá definir como de 2000 a 2015/2016.

Ao longo do texto as análises efetuadas a partir dos dados globais e das grandes tendências foram complementadas pela introdução de algumas caixas, para dar conta de estudos qualitativos e quantitativos realizados em Portugal ou a nível internacional, que fornecem pistas para responder às interrogações da pesquisa.

Capítulo 2

Gênero, Infância e Juventude

Introdução

A análise desenvolvida na pesquisa inicia-se na infância e juventude, as primeiras fases na trajetória de vida dos indivíduos. Apesar de a maior parte dos documentos se referir à infância e à juventude de uma maneira geral, como se os meninos e as meninas ou os jovens e as jovens fossem agregados de pessoas indistintas quanto ao gênero, este estudo assinala que as identidades de gênero e a construção social da diferença começam a gerar-se em idades precoces, sendo depois alimentadas, realimentadas ou reconfiguradas em fases posteriores da vida. Importa pois perceber como estas influências iniciais se vão constituindo para dar lugar a assimetrias e como estas se vão acumulando ou reconfigurando ao longo da vida.

E sublinhar que a questão da construção social da diferença é importante porque foi também sob o pretexto das diferenças biológicas que as mulheres viram, ao longo da história, os seus direitos, poderes e recursos limitados, as suas competências intelectuais questionadas, as suas vidas comprometidas em situações limite pela violência e pelo abuso de poder. Por sua vez, os que não se encaixaram na “norma” da heterossexualidade viram (e veem ainda em muitas sociedades) a sua liberdade e os seus direitos questionados.

As questões de gênero têm pois uma história mas também um presente recente de questionamento e de mudança. Caracterizar as relações de gênero na infância e juventude, em diferentes contextos e condições sociais, é pois um exercício desafiante. Quais são as tendências centrais? O que permanece e o que muda? Sabe-se, por exemplo que, embora o prolongamento dos estudos seja um fenómeno global para os/as jovens homens ou mulheres, estas tendem a completar níveis de ensino superiores aos dos homens. Por outro lado, os projetos de autonomia e de participação no mercado de trabalho são semelhantes, embora as realidades vividas nas organizações, mesmo nos processos de entrada, continuem a revelar assimetrias de gênero. Que efeitos têm estas vantagens de umas e de outros?

Não é possível também, como se referiu no início, falar de jovens homens ou mulheres em geral, sabendo que condições de vida diversas influenciam modos de viver e de pensar as questões da igualdade. Por outro lado, se os processos de construção e reconstrução das identidades parecem ser mais abertos e performativos, os estudos mostram que persistem e são muito evidentes, na adolescência e na entrada na vida adulta, os estereótipos que tendem a impor aos jovens modelos de masculinidade e às raparigas modelos de feminilidade que os constroem.

Na pesquisa procura-se dar resposta às perguntas formuladas e problematizar os dados encontrados analisando-os de forma conjugada. Os resultados que se apresentam procuram mapear as tendências centrais, quanto à igualdade de género, em diferentes dimensões da vida das crianças e dos jovens – educação, trabalho, família e condições de vida, violência e crime, valores e classes sociais – através de análises descritivas e multivariadas, localizando Portugal no espaço europeu e, numa visão diacrónica, mostrando a evolução dos dados desde o início de século XXI até aos anos mais recentes.

Mais especificamente, a análise realizada avança com possibilidades de resposta a um conjunto de questões iniciais. Como se geram as diferenças entre mulheres e homens desde a infância? Como se caracterizam e que efeitos têm os percursos educativos das raparigas e dos rapazes, nomeadamente, como se traduzem na mobilidade escolar, no mercado de trabalho e na mobilidade social?

Na passagem da adolescência para a juventude procura-se ainda saber se as escolhas formativas e as áreas de escolarização continuam a reproduzir estereótipos de género e como se fazem as entradas no mercado de trabalho no feminino e no masculino. É importante ainda saber como se caracterizam os processos de autonomização de jovens rapazes e raparigas em Portugal e na Europa e como se definem os jovens rapazes e raparigas perante o risco, a violência e a morte. As simetrias e diferenças relativamente aos valores e às visões do mundo entre mulheres e homens jovens constituem outra das dimensões de análise relevantes bem como a identificação de perfis de jovens homens e mulheres e de classes sociais no contexto europeu.

De seguida, identificam-se primeiro as tendências sobre as relações e a construção das identidades de género na fase da infância e da adolescência. Passando para a fase da juventude desenvolve-se a análise de um conjunto de indicadores variados sobre educação, mercado de trabalho, família e condições de vida, comportamentos de risco, causas de morte, violência e valores no contexto nacional e internacional; identificam-se depois os perfis de 27 países europeus através de uma análise de *clusters*, que cruza diferentes variáveis a partir dos dados do Eurostat; e para um conjunto mais específico de países, analisa-se a partir dos dados do *European Working Conditions Survey*, EWCS,

os perfis de jovens homens e mulheres a partir da classe social, relacionando-a com a escolaridade e as remunerações.

Finalmente procura-se salientar em traços gerais, e como resultado do percurso analítico desenvolvido, os aspetos mais relevantes sobre a igualdade de género na infância e na juventude em breves notas conclusivas.

2.1 Género e Infância

Nesta parte inicial aborda-se o papel da criança, da família, da escola, dos pares e dos contextos mais globais na construção das identidades e nas relações de género.

Ninguém escolhe o seu contexto de nascimento: seja o século ou momento histórico, o tipo de sociedade ou o país, a família ou o contexto social. Ninguém escolhe nascer menino ou menina. E apesar de as características biológicas serem determinantes para diferenciar individualmente se se é macho ou fêmea, a espécie humana diferencia-se de todas as outras exatamente porque as condicionantes que globalmente se têm designado por cultura – os contextos históricos e sociais e os avanços científicos que marcam cada época – concorrem também de forma decisiva para transformar um corpo biológico em masculino ou feminino.

Tais contextos não só contribuem como podem determinar – por razões que nada têm a ver com a biologia – destinos diferentes para uns e para outras. São estes processos, que se traduzem no plano individual por diferentes aprendizagens do que é ser menino ou menina, numa dada sociedade, que se têm designado por construção das identidades e das relações de género.

Têm-se registado grandes mudanças no plano das conceções sociais relativamente aos conceitos de género, sexo e igualdade entre os sexos. Mas também porque algumas destas noções são recentes, e envolvem não só uma transformação de ideias, mas também questões de acesso a recursos e poder, elas provocam resistências e são de análise complexa.

Uma menina nascida na Arábia Saudita, em Portugal antes do 25 de Abril, ou nos dias de hoje, tem direitos, normas e modelos de referência do que é ser rapariga e mulher completamente distintos entre si. E diferentes dos de meninos, rapazes ou homens nascidos nos mesmos tempos e lugares. Diferenças que, como se verá, não se resumem só à diversidade humana, exprimem-se em desigualdades.

Mas como se geram estas diferenças desde a infância? E como se transformam em desigualdades? Qual o papel da criança, da família, da escola, dos pares, e de outros contextos?

Reconhecendo embora a complexidade da tarefa, com recurso a pesquisa científica conduzida em diferentes domínios e latitudes, procura-se de seguida contribuir para dar resposta a estas questões.

2.1.1 A construção da identidade de gênero: abordagens teóricas

As abordagens teóricas que procuram explicar o desenvolvimento da identidade de gênero são tradicionalmente categorizadas em três tipos: a abordagem essencialista, a abordagem do desenvolvimento e a abordagem da socialização (Brinkman *et al.*, 2014). A abordagem essencialista trata o gênero como predeterminado e associado diretamente ao sexo biológico. Por sua vez, a teoria do desenvolvimento sugere que a identidade de gênero se desenvolve de maneira previsível e em estágios que seguem uma norma. Já a abordagem da socialização descreve a construção da identidade de gênero como um processo que acontece ao longo do tempo e na interação com outras pessoas. As três abordagens apresentam-nos, no entanto, um sujeito passivo, pouco participante na construção da sua identidade, falhando, por isso, na capacidade de explicar indivíduos que escapem aos padrões normativos.

De acordo com a abordagem da socialização, o que uma pessoa do sexo feminino e uma pessoa do sexo masculino supostamente devem ser e fazer inicia-se antes mesmo do nascimento da criança. Sendo assim, os papéis sexuais começam a desenvolver-se a partir do momento da gravidez, quando já existem expectativas acerca do sexo do/a nascituro/a. O que se antecipa relativamente ao comportamento, temperamento e aparência da criança e as projeções para o seu futuro começam, desde muito cedo, a definir uma identidade assente em atributos de gênero. Por outro lado, ao perceberem os seus filhos e as suas filhas como fundamentalmente diferentes, os pais passam também a responder-lhes diferenciadamente, moldando assim de forma distinta o seu comportamento. Esta diferenciação, admite-se, é mantida por agentes socializadores (familiares, pares, professoras/es, etc.) e por mecanismos simbólicos (livros, publicidade e outros meios de comunicação) e ainda por várias instituições modeladoras do comportamento, como a escola (Graciano, 1978).

O entendimento das crianças sobre o gênero, os estereótipos de gênero com os quais convivem e os mecanismos de sanção e recompensa (com punição e reforço) com que se confrontam, contribuem também para delimitar o que é próprio de ser menino e de ser menina, e próprio para cada idade (Ngun *et al.*, 2011). Deste modo, de acordo com a abordagem da socialização, as configurações de gênero vão sendo construídas através de um processo no qual intervêm diferentes agentes. Esta teoria, no entanto, apresenta algumas lacunas, como apontaram Connell e Pearse (2015).

Em primeiro lugar, trata-se de uma abordagem que revela uma concepção de cultura muito homogênea e ignora, além do multiculturalismo, os diversos padrões de masculinidade e feminilidade existentes.

Em segundo lugar, a teoria supõe que aprender gênero é uma questão de adquirir características, isto é, traços de personalidade estáveis que irão produzir

comportamentos também eles estáveis. Dessa maneira, diferenças importantes entre meninas e entre meninos são quase impossíveis de identificar.

Em terceiro lugar, como já mencionado, o sujeito da socialização é descrito como um aprendiz passivo no processo de desenvolvimento da identidade de género. Esta abordagem reconhece, assim, apenas uma dimensão do processo de aprendizagem. Com efeito, no entanto, os padrões de género transmitidos pelos pais podem ser rejeitados e a criança e o/a jovem pode vir a resistir-lhes, ou até mesmo a procurar uma orientação diferente, o que esta teoria não considera.

Embora a importância da teoria da socialização seja aqui admitida, fazemos eco de outras/os autoras/es (Pereira, 2012; Brinkman *et al.*, 2014; Connell e Pearse, 2015) no reconhecimento de que as crianças e jovens desempenham um papel mais ativo na construção da identidade de género do que a abordagem da socialização sugere. Essa capacidade para agir, para decidir e influenciar os acontecimentos remete para o conceito de agência (Oswell, 2013). Admite-se, contudo, que esta competência que crianças e jovens possuem e usam, de forma reflexiva e crítica, pode ser constrangida de maneira mais ou menos intensa por determinados contextos e interações (Sarmiento, Fernandes & Tomás, 2007).

Assim, como afirma Thorne (2007), para obter uma compreensão alargada sobre género, capaz de abranger tanto o que “pertence” como o que se “exclui”, a análise deve começar não com o indivíduo, nem com a busca das diferenças de sexo, mas com as relações sociais. O género deve ser conceptualizado como um sistema de relacionamento e não como um dado imutável e dicotómico.

2.1.2 Entre o biológico e o social

A visão essencialista, segundo a qual o género é determinado pela biologia, é a perspetiva mais tradicional mas tende hoje a ser posta em causa. Com efeito, quer as teorias de género, quer um conjunto de estudos da biologia e de outras áreas científicas, concorrem para a sua rejeição. Importa por isso dar conta destas outras propostas.

Como mostram alguns estudos, a identidade de género pode não só ser instável, como distanciar-se de padrões tradicionais estabelecidos, segundo os quais o género coincide com a “realidade” biológica (Holmes, 2007; Pereira, 2012). Com efeito, a relação entre biologia e cultura é complexa. Mesmo a discussão sobre o que distingue biologicamente homens e mulheres, assunto que durante muito tempo pareceu pacífico, complexifica-se dada a variabilidade que biólogas, como Fausto-Sterling, começam a reconhecer como mais frequente do que era previsto.

As características físicas ou biológicas baseadas em diferenças genéticas, cromossômicas e hormonais podem ser insuficientes para determinar quem pertence a um sexo e a outro. O que acontece, por exemplo, com crianças que começam desde cedo a não se identificar com o sexo ou gênero que corresponde ao seu aparente corpo biológico revela como estas categorizações e construções podem ser complexas. Alguns indivíduos têm um sexo genético que é diferente do seu sexo hormonal ou/e anatômico. Uma criança pode ser, por exemplo, geneticamente feminina (dois cromossomas XX e sem Y) mas ter genitais masculinos (Holmes, 2007: 25). Os genitais podem à nascença, por sua vez, apresentar características ambíguas; os próprios cromossomas, por outro lado, não surgem apenas na vertente simples e diferenciada de XX ou XY, existindo pessoas com XXY. Ou seja, a natureza produz uma variação de combinações possíveis de características masculinas (ou de macho) ou femininas (ou de fêmea) e os números são superiores ao que seria de supor, quando se pensa na conceção binária ou de sexos opostos que tem sido dominante. Fausto-Sterling estima que os diferentes grupos intersexuais, considerados em conjunto, representam 1.7 por cento do total dos nascimentos (*apud* Connell, 2015: 35), embora existam estudiosos que defendem uma menor proporção (Sax, 2002).

Numa visão tradicional, as hormonas são ainda apontadas como fator biológico para “moldar” diferenças de gênero. Estas organizam a predisposição biológica para ser masculino ou feminino durante o período pré-natal e voltam a ter influência, através do seu aumento durante a puberdade ativando ou estimulando essa predisposição. Importante é, no entanto, ter presente que as experiências sociais podem alterar os níveis hormonais e influenciar, por exemplo, a quantidade de testosterona. Com efeito, é habitual procurar explicar a maior tendência para comportamentos agressivos e violentos por parte dos homens devido aos seus níveis mais elevados de testosterona. Ora, o que os estudos desenvolvidos mostram é que não são necessariamente os homens com níveis mais elevados de testosterona que têm comportamentos mais agressivos. Mais importante será talvez a forma como, desde crianças, os homens foram habituados a lidar com os impulsos agressivos. O que sugere, mais uma vez, a complexidade da relação entre o biológico e o social (Sapolsky, 2014: 39) e o muito que nos falta ainda conhecer sobre esta complexa relação.

A ideia da complexidade do gênero é também defendida pela psicóloga Hines que trabalhou com neurocientistas, concluindo que o “gênero é multi-dimensional e que cada dimensão de gênero é moldada por diferentes combinações de influência genética, hormonal e social” (Hines, 2014: 129). A autora mostra que, embora a influência da testosterona das crianças possa ajudar a explicar as escolhas dos brinquedos – os rapazes tendendo a escolher camiões e as raparigas bonecas –, outros fatores pesam tanto como esses, nomeadamente,

“o ambiente hormonal prematuro, a socialização externa e a auto-socialização, todas contribuem para as preferências das crianças por brincadeiras estereotipadas por sexo” (Hines, 2014: 134, tradução nossa). A autora justifica: “porque as causas das diferenças sexuais do comportamento humano são múltiplas, e diferem de um comportamento para outro, cada um/a de nós é uma mistura complexa de características, algumas mais tipificadas por gênero do que outras. Como consequência, o nosso cérebro tem muitos sistemas genderizados, cada um dos quais pode ser mais ou menos genderizado dependendo dos nossos genes e do ambiente hormonal prematuro, assim como das nossas histórias de socialização” (Hines, 2014: 141, tradução nossa).

Em suma, os estudos mencionados, embora focados no biológico, não descartam nem tampouco minimizam as experiências sociais e o ambiente no desenvolvimento da identidade de gênero. Assim, essencializar diferenças biológicas entre meninos e meninas significa justificar atitudes, valores, práticas ou preferências com base em diferenças biológicas entre os sexos, negligenciando variações individuais e invisibilizando o que se tem designado por construção social de gênero. Esta construção, sendo social, impõe-se aos indivíduos que, mesmo tendo dela consciência, têm muita dificuldade em contrariá-la por existir grande pressão social para agirem em conformidade com o que é socialmente esperado de homens e de mulheres. Assim, as masculinidades e as feminilidades vão sendo construídas numa tensão entre escolhas, também constrangidas por fatores como a classe, a idade, a escolaridade, a cultura em que se nasce, a cultura em que se vive e a pressão social para se agir “como homem” ou “como mulher”. A “construção social da diferença” começa a gerar-se em idades precoces, sendo depois alimentada, realimentada ou contrariada em fases posteriores da vida.

2.1.3 A influência dos pares na construção de gênero

Como vários estudos têm também mostrado, não são só os/as adultos/as e a estrutura educacional que “ensinam” gênero aos/às mais novos/as. De facto as relações entre crianças e entre jovens são contextos “onde as crianças constroem e se reconstróem umas às outras” (Ferreira 1999, 200, *apud* Pereira, 2012) e os/as colegas e amigos/as funcionam como “uma espécie de polícia de gênero, ameaçando constantemente desmascarar-nos” (Kimmel, 1996: 30, *apud* Pereira, 2012). As pesquisas sugerem mesmo que a expressão da identidade de gênero entre crianças é influenciada pela simples presença dos seus pares. Isto é, quando se encontram sozinhas as crianças tendem a exibir menos atividades específicas de gênero. Esta diferença comportamental, quando sozinho/a ou na presença de pares, implica um processo de tomada de decisão consciente por

parte da criança, tendo em conta os potenciais riscos e benefícios envolvidos em optar ou não pela conformidade de género (Graciano 1978, Brinkman *et al.* 2014). Verifica-se, pois, também uma tendência para as crianças (e os indivíduos em geral) se compararem sistematicamente com outros membros dos seus grupos de referência.

As crianças começam desde cedo por se categorizar como rapazes ou como raparigas (Kohlberg, 1966). Neste processo, elas sentem-se recompensadas por adotarem um comportamento típico de rapaz ou de rapariga, procurando manter estabilidade nesse comportamento e coerência entre o modo como se classificam e como se comportam (Caldeira e Veiga, 2013).

Levando ainda um pouco mais longe o argumento, Kimmel (2010) refere-se aos testes de desempenho de género que são administrados pelos pares, determinando critérios para avaliar um comportamento de género como adequado e apropriado ou, no sentido oposto, excluir o que parece desviante. À medida que as crianças experimentam o preconceito de género como resultado da não-conformidade (ou testemunham outras pessoas vítimas de preconceito), tomam decisões sobre como ajustar a sua identidade de género podendo tentar integrar o *feedback* no seu sentido de identidade, ocultar aspetos de si mesmos aos outros, ou desafiar (ou considerar desafiar) o preconceito e resistir a mudar quem são como pessoas (Brinkman *et al.* 2014). Assim, como mostram também outros estudos, a identidade de género pode não só ser instável alterando-se ao longo da vida, como distanciar-se de padrões tradicionais estabelecidos, segundo os quais a identidade de género coincide com a “realidade” biológica (Holmes, 2007; Pereira, 2012).

2.1.4 A influência da escola na construção de género

A influência da escola na construção das identidades de género é também fundamental. Com efeito, à medida que as crianças avançam no sistema educacional, diferentes agentes intervêm junto delas, encorajando ou desencorajando as suas escolhas e consequentemente exercendo algum efeito sobre as suas trajetórias de vida, como Thorne (2007) aponta no seu estudo sobre a segregação de género no contexto escolar. A autora acompanhou o quotidiano de várias turmas de jardim de infância e do primeiro ciclo de escolaridade e observou que a segregação por género na escola não deve ser entendida como se fosse algo espontaneamente estabelecido mas antes como resultado de uma atividade deliberada, tanto de professoras/es ao propor atividades recorrendo a divisões por sexo, como das/os próprias/os alunas/os que definem explicitamente um grupo ou uma atividade de género e apontam aqueles/as que ultrapassam essa fronteira.

Num estudo sobre a construção das identidades de género em contexto escolar, Miranda (2010) salienta que não existe uma intenção declarada da escola em segregar os/as alunos/as por género. Apesar disto, nas relações do dia a dia, quer alunos/as, quer professores/as, nos seus discursos e interações, identificam a existência de dois grupos, identificando-os de forma separada por género. Assim, ao emergirem como grupos de género com formas de estar e atividades distintas numa lógica de diferenciação, meninas e meninos constroem o feminino e o masculino. A investigadora conclui ainda que os rapazes são vistos como mais indisciplinados e inquietos, notando-se diferenças também no uso de linguagem verbal e não-verbal, apresentando-se os meninos frequentemente no cenário do recreio como atores de lutas violentas que argumentam ser a brincar, apropriando-se do papel de herói e recusando associações com o desempenho de “bons rapazes” (Miranda, 2010).

A narrativa do herói também foi abordada por Jordan (1995), que nomeou a incorporação das definições de masculinidade que os meninos apreendem nos meios de comunicação integrando-as nas suas brincadeiras como o discurso do “guerreiro”. De acordo com a autora, essa narrativa estaria repleta de informações épicas que descrevem o homem como guerreiro, cavaleiro errante, o super-herói.

A partir da sua pesquisa, Maria do Mar Pereira (2012) considera que as escolas são encaradas como espaços neutros onde se desenrolam as relações e o ensino das alunas e alunos em torno dos princípios da igualdade, do mérito e da rejeição de práticas discriminatórias. Esta representação, que tende a generalizar-se, favorece o reforço e a legitimação de discursos de género que são afinal essencialistas e neutralizadores. Assim, a instituição escolar na sua composição estrutural limita a expressão e o desenvolvimento das identidades de género, promovendo certas masculinidades e feminilidades em detrimento de outras (Pereira, 2012). É nesse sentido que as aptidões para determinadas áreas de estudo e a vocação para o desempenho de certas atividades profissionais, atribuídas quase exclusivamente a raparigas ou a rapazes, se tornam o produto esperado de uma diferença biológica presumida. A investigadora conclui ainda que a caracterização de um comportamento como tipicamente “masculino” ou “feminino” pelos pares na juventude e a consequente marcação de uma diferença é efetuada através da invisibilização das semelhanças entre os comportamentos de meninas e meninos (Maria do Mar Pereira, 2012).

Com efeito, o estudo cuidadoso das diferenças entre os sexos permite com alguma surpresa concluir, como afirma Connell, que: “() o principal resultado, após cerca de oitenta anos de pesquisa, é a semelhança psicológica esmagadora entre mulheres e homens na população estudada por psicólogos/

os. As diferenças evidentes são poucas, e limitadas a tópicos restritos” (Connell, 1987: 170, tradução nossa).

Por exemplo, e contrariamente ao que se acreditava no século dezanove, não existem diferenças de género significativas no que concerne aos chamados quocientes de inteligência (QI). Na primeira metade do século vinte, investigadoras/es em Psicologia, através dos conhecidos “testes de QI” utilizados para medir a inteligência global, verificaram que as capacidades mentais de homens e mulheres eram praticamente as mesmas (Connell e Pearse, 2015). Portanto, as diferenças intra-sexo nos valores, crenças, atitudes e práticas revelam-se frequentemente maiores do que entre sexos pois a classe, a pertença étnica, a religião, a orientação sexual, a idade, entre outros, são fatores que modificam e moldam a definição tradicional de masculinidade assim como de feminilidade (Amâncio, 1994; Torres e Brites, 2006a, 2006b).

Em síntese, retemos três pontos principais:

- a)** A construção da identidade de género inicia-se em idades precoces, sendo depois alimentada, realimentada ou reconfigurada ao longo da vida. Neste sentido, a criança constrói ativamente a sua identidade de género não somente ao questionar, resistir ou buscar alternativas aos padrões normativos, como também ao decidir incorporá-los na sua identidade de género. Torna-se, contudo, importante considerar que nada é definitivo nesse processo.
- b)** Além da família, os pares, o contexto escolar e demais agentes, ainda que nem sempre intencionalmente, participam no reforço e difusão dos estereótipos de género que, de maneira mais ou menos intensa, podem agir como condicionantes no processo de construção do género. Dessa forma, o género vai sendo construído numa tensão entre escolhas, também constrangidas por fatores como a classe, a idade, a escolaridade, a cultura, a orientação sexual, a raça/etnia, a condição perante a deficiência e a pressão social para se agir de acordo com a norma.
- c)** A caracterização de um comportamento como tipicamente “masculino” ou “feminino”, numa lógica de oposição, é frequentemente efetuada através da invisibilização das semelhanças que entre eles existem. Nessa lógica reforçam-se papeis de género estereotipados para meninas e meninos e reforçam-se desigualdades nesta fase precoce da vida, e não se presta atenção à existência de diferentes masculinidades e feminilidades.

2.2 Género e Juventude

A construção social da diferença, que tende a essencializar as diferenças biológicas entre mulheres e homens, tornando as mulheres e os homens enquanto

grupos homogêneos no seu interior e opostos na sua inter-relação, começa a gerar-se em idades precoces, sendo alimentada, realimentada ou reconfigurada em fases posteriores da vida. A análise destes condicionamentos na fase da juventude, aqui balizada entre os 15 e os 29 anos, é importante para que se compreenda o modo como se estruturam as relações de género atendendo principalmente aos contextos familiares e às condições sociais das famílias, mas também aos contextos educativos, onde se desenvolvem fundamentalmente as relações com os pares.

Na análise desta idade da vida a opção pelo limite superior dos 29 anos está ligada ao facto de se verificar, na maior parte dos países europeus, que a transição entre a escola e o mercado de trabalho se situa entre os 24 e os 29 anos.

2.2.1 Educação

Desde os anos 80 do século xx que a expansão do sistema educativo português com a diversificação social e o alargamento de faixas etárias, tornou a escola num lugar central na estrutura social e na vida dos indivíduos, das famílias e das comunidades (Sebastião, 2009; Diogo e Diogo, 2013). Estas transformações têm sido estudadas em relação a diferentes formas de desigualdades face à escola como as de origem social, de motivação e estímulo parental e familiar, de assimetria regional ou procurando analisar os fatores promotores do abandono escolar precoce (Seabra, 2008; Carmo, Cantante e Baptista, 2010; Observatório das Desigualdades, 2012). Menos atenção no entanto tem sido dada ao estudo das questões de género na educação. Apesar de tudo, pesquisas mais recentes têm focado o tema na fase da infância (Almeida, *et al.*, 2015: 46; Ribeiro, 2012 e 2013) e na adolescência e juventude (Pereira, 2012: 62-63).

A escola, juntamente com outros agentes socializadores, exerce influência sobre as atitudes e representações de género dos/das jovens. Com o passar dos anos e à medida que se vai avançando no sistema educacional, diferentes agentes podem atuar de maneira a encorajar ou desencorajar as escolhas que se fazem nesse período e consequentemente exercer algum efeito nas trajetórias de vida. Teorias sobre a motivação defendem que as pessoas podem ser intrinsecamente motivadas, ou seja, podem fazer escolhas e mantê-las porque gostam e se identificam com determinada atividade, assim como ser extrinsecamente motivadas e envolverem-se em atividades por razões instrumentais ou por estas serem compensadoras de alguma maneira. Assim, por exemplo, “é frequente alunos/as escolherem disciplinas que não apreciam especialmente, mas de que precisam devido a outros interesses, como agradar aos pais ou estar com amigos/as” (Eccles and Wigfield, 2002:120, tradução livre).

Neste sentido, o discurso sobre a liberdade de escolha acaba por não dar visibilidade ao facto de as escolhas serem feitas em contextos específicos previamente estabelecidos. Gill, Esson e Yuen (2016) investigaram o modo como as raparigas adolescentes na Austrália estão a lidar com o clima educacional onde se afirmam os princípios de igualdade e se sugere que as raparigas “podem tudo”, tendo sido libertadas das limitações impostas pela ordem de género de antigamente. Ao acreditar nesse discurso, as raparigas são levadas a aceitar que são as únicas responsáveis pelas escolhas que fazem e as diferenças e desigualdades de género não são nomeadas nem discutidas na escola. Tal como não é debatida a estrutura do mercado de trabalho que elas e eles terão que enfrentar no final da sua formação.

Para além disso, é importante assinalar que apesar do discurso igualitário, as aspirações das raparigas continuam a ser orientadas pelas expectativas profissionais tradicionais: “Quando elas fazem as suas escolhas de carreira – é isto que eu quero! – é como se estivessem a criar uma reconstituição da velha ordem de género ao escolherem empregos ‘apropriados para mulheres’ com menor prestígio e baixa remuneração. A única diferença [na atualidade] é que elas são levadas a acreditar que fizeram as escolhas por si mesmas, ao invés de terem sido impelidas a fazê-las por uma educação limitada e pouca consciência dos seus direitos como experienciaram as mulheres de gerações anteriores” (Gill, Esson e Yuen, 2016: 192, tradução nossa). Nesta perspetiva, considera-se pois que as raparigas lidam com contradições nas mensagens que recebem sobre o modo apropriado de estar no mundo. Ao mesmo tempo que são incentivadas a seguir uma carreira profissional e ter uma vida independente, também são confrontadas com uma série contínua de mensagens sobre uma feminilidade que seria aceitável.

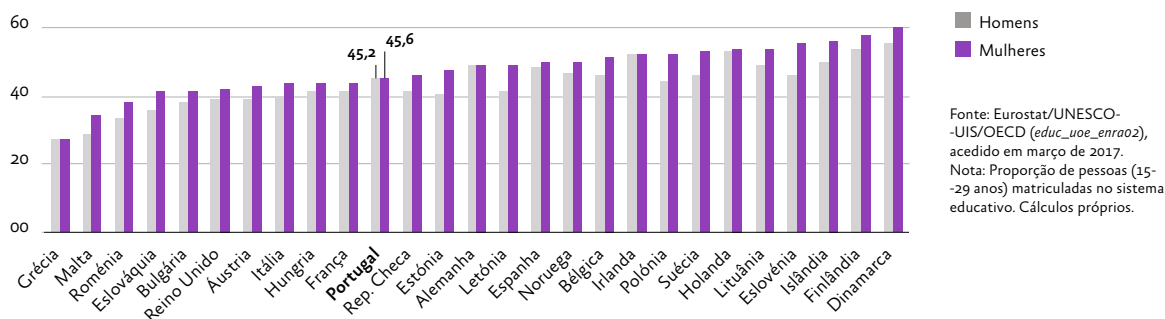
2.2.1.1 Mais mulheres jovens no ensino secundário e superior em Portugal e na Europa

Em Portugal são cerca de 45% os rapazes e as raparigas inscritos/as em percursos escolares e formativos no grupo etário dos 15 aos 29 anos (Fig.2.1). Este dado, relativamente novo tendo em consideração as gerações mais velhas pouco escolarizadas, explica-se pelas mudanças entretanto ocorridas no sistema educativo português e na realidade social (Sebastião, 2009; Diogo e Diogo, 2013).

Apesar de, em Portugal, quase metade dos e das jovens nesta faixa etária estarem ainda inscritos/as em educação ou formação, esse cenário é muito diferente de país para país. Países como a Grécia, Chipre, Malta e Roménia têm valores inferiores a 40% nas jovens mulheres e a 35% nos jovens homens. Países como a Eslovénia, Islândia, Finlândia e Dinamarca registam valores

superiores a 55% nas jovens mulheres e 45% nos jovens homens (Fig.2.1). Existem diferenças mais relevantes entre países do que entre sexos no que diz respeito à inscrição em percursos escolares dos 15 aos 29 anos.

Figura 2.1 Jovens dos 15 aos 29 anos matriculados/as no sistema educativo, por país e sexo, 2015 (%)



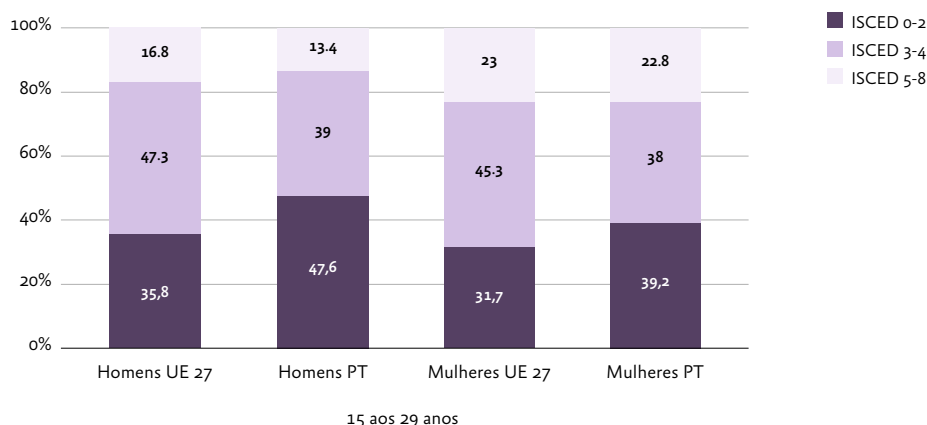
Se no peso de jovens inscritos/as em percursos escolares neste grupo etário não se registam diferenças entre os sexos, elas notam-se quando se isolam diferentes níveis de ensino. De acordo com a DGEEC (Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência), do universo das pessoas inscritas no ensino secundário em Portugal no ano letivo de 2014/15, 49,2% são raparigas e 50,8% rapazes e no ensino superior 53,6% são raparigas e 46,4% são rapazes. Do mesmo modo, em Portugal existem importantes diferenças entre jovens mulheres e homens relativamente ao nível de ensino concluído, reveladoras de um menor investimento dos homens na obtenção de certificados escolares distintivos. Mais raparigas do que rapazes concluem o ensino superior (59,3% face a 40,7%) (DGEEC, Estatísticas da Educação 2014/15⁴).

Retomar os dados do Eurostat permite sedimentar a ideia de polarização dos padrões de escolaridade em Portugal. Por um lado, verifica-se que, em termos gerais, a população portuguesa dos 15 aos 29 anos apresenta um nível de ensino abaixo da média da Europa a 27 países, com maior proporção de pessoas com o ensino básico completo, quer entre os jovens homens (+11,8 p.p.), quer entre as jovens mulheres (+7,5 p.p.) (Figura 2.2). Ao mesmo tempo, as jovens mulheres apresentam um valor muito semelhante ao da média europeia no que diz respeito à conclusão do ensino superior (22,8% e 23,0% respetivamente), revelando níveis de escolaridade mais elevados do que os jovens homens.

⁴ Consultado em <http://www.dgeec.mec.pt/np4/estatglobal/> em março de 2017.

⁵ A ISCED (International Standard Classification of Education) a CINE, Classificação Internacional Normalizada da Educação, em português, resultou de um acordo internacional e foi adotada formalmente pelos Estados-membros da Conferência Geral da UNESCO. Nesta classificação o ISCED 1 inclui o 1.º e o 2.º Ciclo do Ensino Básico que equivale ao primeiro nível de ensino obrigatório com a duração de quatro anos letivos e ao 2.º ciclo de ensino obrigatório que tem a duração de dois anos. O ISCED 2 inclui o 3.º Ciclo do Ensino Básico que é o nível de ensino obrigatório com a duração de três anos correspondendo ao 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade. O ISCED 3 inclui o Ensino Secundário que é o último nível de ensino obrigatório com a duração de três anos, correspondendo aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade. O ISCED 4 inclui o Ensino Pós-Secundário Não Superior, que é sobretudo um nível de ensino para qualificação profissional que se situa entre o secundário e o superior, como é o caso dos cursos de especialização tecnológica. O ISCED 5 a 8 corresponde ao Ensino Superior e ao que é habitualmente entendido como educação académica, mas inclui também educação vocacional ou profissional avançada; abrange os níveis 5 (ensino superior de ciclo curto, bacharelatos ou nível equivalente), 6 (licenciaturas ou nível equivalente) 7 (mestrados ou nível equivalente) e 8 (doutoramentos ou nível equivalente) http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/International_Standard_Classification_of_Education_%28ISCED%29.

Figura 2.2 Níveis de ensino⁵ da população portuguesa e da União Europeia a 27 (15 aos 29 anos), por sexo, 2016 (%)



Fonte: Eurostat/UNESCO-UIS/OECD (edat.lfs_9903e?lang=en), acedido em março de 2017.
Nota: Proporção de pessoas (15-29) pelo nível mais elevado de ensino completo.

O estudo coordenado por António Firmino da Costa e João Teixeira Lopes (Costa, Lopes e Caetano, 2014: 204) aponta a crescente presença e sucesso femininos como uma das dinâmicas recentes do sistema de ensino superior português. Para os autores, esta mudança decorre de “processos de socialização onde se valoriza a adesão ao estudo” mas também de “projetos pessoais de superação de subalternizações tradicionais”, que conferem às raparigas maior ‘energia escolar’, expressão utilizada por Baudelot e Estabiet (1992), referindo-se à população estudantil francesa (Costa, Lopes e Caetano, 2014: 57).

O maior sucesso educativo feminino tem sido tema de muitos estudos que se têm dedicado à análise dos comportamentos de rapazes e raparigas, para compreender se eles ou elas se adaptam melhor ao ambiente escolar, têm analisado também a relação entre classe social e os padrões de género (Hadjar *et al.*, 2014). Por exemplo, Kimmel (2010) demonstra que o comportamento de rapazes de classes desfavorecidas e a sua falta de motivação e interesse, podem ser explicados pelo facto de eles tenderem a rejeitar contextos hierarquizados, assentes na disciplina e no cumprimento de regras. A explicação de Kimmel (2010) assenta no cruzamento entre género e classe social e sugere que este tipo de rapazes estarão fortemente ligados a conceitos de masculinidade tradicional que não se adequariam facilmente à política disciplinar da escola. Já o comportamento de raparigas, também de classes desfavorecidas parece adaptar-se melhor a um contexto com estas características (Hascher e Hagenaeuer, 2010).

Nesse sentido, classe social e género, em conjugação, influenciam o desempenho escolar. As pesquisadoras Byrne e Smith (2010) utilizam a teoria da reprodução de Pierre Bourdieu para explicar a influência da classe social na

distribuição desigual dos recursos económicos, sociais e culturais e a maneira como a familiaridade com a cultura dominante facilitaria o sucesso escolar dos alunos provenientes de famílias de classes mais abastadas, enquanto os alunos de classes desfavorecidas comporiam o grupo com maior risco de abandono escolar.

Uma outra linha neste debate centra-se na importância do sexo dos/das professores/as como fator de influência da adequação do comportamento das raparigas na escola e na sala de aula por reproduzirem o papel de género das professoras, tratando-se de uma profissão feminizada.

Numa revisão de literatura, Hadjar *et al.* (2014) concluem que o sexo dos/das professores/as não tem influência no sucesso educacional dos rapazes e o argumento da feminização da profissão docente nos primeiros ciclos de escolaridade não permite explicar diferenças de género no sucesso educacional de rapazes e raparigas. O mais importante, segundo os mesmos autores são os estereótipos relacionados com o feminino e o masculino dos professores e das professoras que podem reforçar ideais tradicionalistas de feminilidade e masculinidade.

Thomas A. DiPrete e Claudia Buchmann (2013) sistematizaram e debateram um conjunto de resultados de investigação, sobre os EUA, mas também de forma comparativa sobre outros países, centrando-se na questão da disparidade no sucesso educativo de rapazes e raparigas, para identificar as razões que podem contribuir para explicar o facto de as mulheres atingirem níveis de escolaridade superiores aos dos homens na maioria, senão na totalidade, das sociedades ocidentais ditas desenvolvidas. Trata-se de uma análise muito rica que procura cruzar de forma sistemática a análise empírica de resultados de pesquisa variados com questões mais globais que vão desde a construção das identidades de género, aos problemas do desenvolvimento e expansão do sistema educativo, às atitudes face à educação, às mudanças mais globais no mercado de trabalho e à inovação, mas também às que dizem respeito às mudanças nos papéis de género. Procuram explicar as posições diferenciadas dos jovens do sexo masculino e do sexo feminino relativamente à educação e identificam algumas questões principais.

Concluem em primeiro lugar que, embora os desempenhos e o sucesso educativo sejam tendencialmente mais elevados no feminino do que no masculino, as diferenças dentro de cada grupo de raparigas e de rapazes são maiores do que as diferenças globais entre os sexos. Para explicar atitudes e comportamentos de rapazes e raparigas face à escola importa, pois, considerar as distinções relativas à classe social ou às origens étnicas, entre outras.

A segunda conclusão a destacar é a de que as vantagens femininas são cumulativas ao longo do percurso educativo. As raparigas têm em média notas mais elevadas nos diferentes níveis do ensino básico, na escola secundária e no ensino superior. E são também elas que têm globalmente comportamentos de

maior aliança com a escola e os/as professores/as, parecendo também beneficiar mais no plano da autoestima dos bons resultados académicos.

O terceiro resultado relevante é o de que os rapazes, em média, se esforçam menos relativamente à aprendizagem na escola do que as raparigas. A desvantagem no sucesso educativo dos rapazes parece estar associada também a menores aptidões sociais e problemas de comportamento que estão relacionados com a construção das identidades de género. Uma certa visão da masculinidade, sobretudo nesta fase da adolescência, tende a valorizar mais o julgamento dos pares, a mostrar maior grau de autonomia face aos professores, a valorizar comportamentos competitivos.

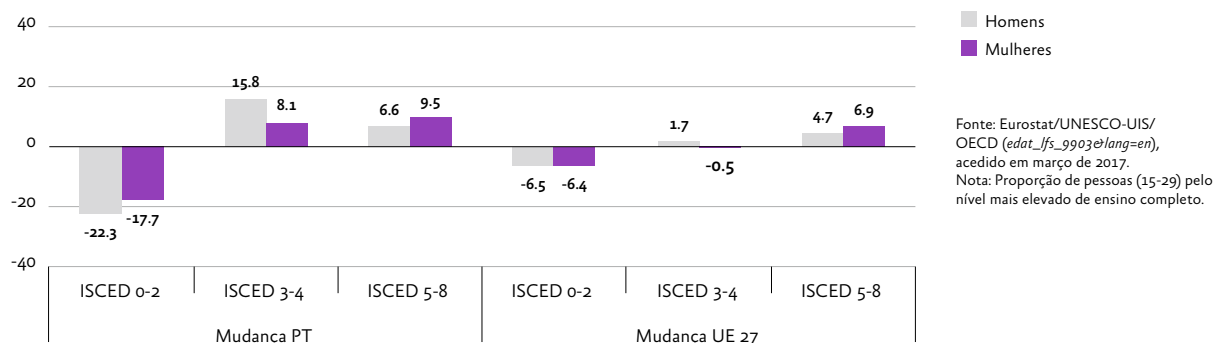
Mas em quarto lugar importa ainda destacar que há também diferenças relevantes no grupo dos rapazes. Há vários modelos de masculinidade. Por exemplo, os filhos de pais com capitais escolares e financeiros elevados podem ter uma perspetiva instrumental do sucesso académico. Com efeito, com o exemplo dos pais podem associar o investimento na aprendizagem como conduzindo a posições de poder, estatuto e prestígio, o que representa o reforço da sua masculinidade (DiPrete e Buchmann, 2013: 200-212).

2.2.1.2 Sociedade portuguesa pouco escolarizada, com forte recuperação das jovens mulheres

Em Portugal, entre 2000 e 2016 verifica-se uma diminuição acentuada daqueles/as que tinham apenas níveis de escolaridade baixa (ensino básico) e um aumento daqueles/as com ensino secundário ou superior. Em 2016, os jovens homens, apesar de estarem ainda em maior número no ensino básico do que as jovens mulheres, como se viu na Figura 2.2, registam também uma maior descida em relação ao ano de 2000. Isto significa que a diferença de género em 2000, no que ao ensino básico diz respeito, era ainda mais acentuada. No entanto, a diminuição do contingente dos jovens com apenas o ensino básico completo corresponde, sobretudo, a um aumento da escolaridade através de uma transferência para o nível de ensino imediatamente acima: o ensino secundário. Por seu turno, no caso das jovens mulheres essa transferência representa um salto maior no nível de escolaridade completo: à diminuição no ensino básico corresponde, além de um reforço no secundário, um mais forte aumento das jovens mulheres com o ensino superior (Figura 2.3).

No caso da UE 27, entre 2000 e 2016, embora as mudanças vão no mesmo sentido das que se verificam em Portugal, as diferenças entre os 2 anos são muito menos substanciais, o que mais uma vez revela que o aumento da escolarização se verificou nos países da UE 27 em décadas anteriores, transformações essas bem mais tardias no caso português (Figura 2.3).

Figura 2.3 Mudança da escolaridade da população dos 15 aos 29 anos, em Portugal e na UE a 27, 2000-2016 (p.p.)



2.2.1.3 Abandono escolar precoce: a descer mas ainda masculinizado

No quadro da União Europeia, o abandono escolar precoce é, na grande maioria dos países, um fenómeno masculinizado, como mostram os dados da PORDATA. Como se pode ver, apenas para um conjunto de países analisados e a partir dos dados do Eurostat do *Labour Force Survey*, só na República Checa as raparigas abandonam ligeiramente mais a escola sem terminar o ensino secundário do que os rapazes. Em Portugal, e a partir da mesma fonte, 16,5% dos rapazes com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário, valor que desce para os 10,6% nas raparigas (Figura 2.4). Estes valores situam Portugal acima da média da UE 27 (respetivamente, 12,4% e 9,4%).

O fenómeno da masculinização do abandono escolar precoce deve, contudo, ser explicado numa perspetiva que cruza o género, as classes e outros fatores de vulnerabilidade social, como já se referiu a propósito do sucesso escolar. O abandono escolar precoce não é um fenómeno transversal a todas as classes. Antes incide particularmente nos/as jovens de classes sociais de origem pouco escolarizadas e qualificadas e, principalmente, nos rapazes, devido a uma falta de identificação com o meio escolar entendido como um lugar que não é para eles (Kimmel, 2010). Para além disso, estes jovens tendem a assumir nesta fase da adolescência comportamentos desafiantes e de risco como forma de demonstração de uma masculinidade entendida como demonstração de coragem e virilidade que colidem, muitas vezes, com as expectativas do sistema educativo em relação ao que deve ser um bom aluno.

As raparigas, mesmo as originárias de classes sociais pouco escolarizadas e qualificadas, enquadram-se mais facilmente nessas expectativas, uma vez que o desempenho estereotipado do feminino se associa mais à obediência e

à conformidade, que são incentivados no meio escolar, e tendem também a valorizar mais a aliança com a escola e os/as professores/as.

Byrne e Smith (2010), no seu estudo sobre abandono escolar na Irlanda, verificaram que os rapazes pertencentes às classes trabalhadoras constituem o grupo que apresenta maior risco de abandono precoce. Entre os fatores de motivação que se mostraram mais preponderantes na decisão de abandonar a escola encontrava-se um conjunto de experiências negativas no percurso educacional desses indivíduos e a influência do mercado de trabalho, quando em condições favoráveis, principalmente para os rapazes. Idêntico resultado foi encontrado por Borgna e Struffolino (2017), ao pesquisarem a temática em Itália, levando as autoras a concluir que poderá existir uma relação entre abandono escolar precoce dos rapazes e as condições do mercado de trabalho: “Os rapazes têm maior tendência para abandonar precocemente [a escola] do que as raparigas apenas em regiões onde a taxa de desemprego feminino excede a masculina em 6% ou mais” (Borgna e Struffolino, 2017: 308, tradução nossa).

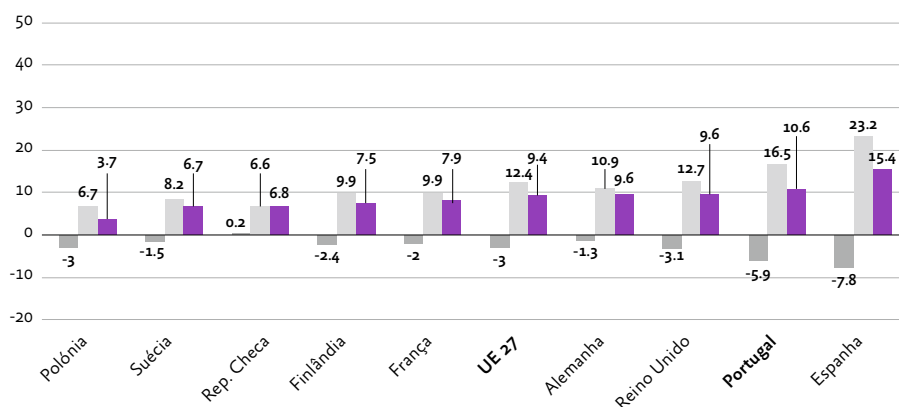
A questão da masculinidade é invocada também por outros autores na tentativa de explicar os dados que revelam a maior probabilidade de abandono escolar entre os rapazes relativamente às raparigas (Bergmann *et al.*, 2012; Kimmel, 2010). A persistência da ideologia da masculinidade tradicional – “nunca mostrar fraqueza, nunca chorar, nunca ser vulnerável, e, acima de tudo, não ser *gay*” (Kimmel, 2010: 29) – especialmente entre rapazes de classes desfavorecidas, tende a opor-se a um envolvimento escolar de qualidade. Em contraste, o afastamento da escola é visto como um reforço da masculinidade.

No quadro europeu, Espanha e Portugal são os países que apresentam valores mais elevados de abandono escolar precoce.

Figura 2.4 Abandono escolar precoce na população dos 18 aos 24 anos, por país e sexo, 2016 (%)

■ Disparidade
■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *EU Labour Force Survey (edat_lfse_14)*, acedido em março de 2017.
Nota: Proporção de pessoas (18-24 anos) que abandonaram o sistema educativo sem completar o ensino secundário



Considerando os países em análise verifica-se que, no período entre 2000 e 2016, Portugal é o país que regista a maior diminuição do abandono escolar precoce entre as jovens mulheres, mas sobretudo entre os jovens homens. Com efeito, para eles, o abandono era em 2000 de 50,9%, diminuindo em 2016 para 16,5% (Figura 2.4).

Apesar desta expressiva descida, podemos dizer que, pelo menos parcialmente, o abandono escolar se revela uma desvantagem de género com carácter duradouro, manifestando-se mais penalizadora para os jovens homens: eles continuam a abandonar de forma precoce a escola mais frequentemente do que as raparigas. Esta realidade implica que estes jovens se insiram no mercado de trabalho com menos qualificações escolares, o que lhes limita o acesso a profissões mais bem remuneradas.

Contrariando os estereótipos que estabelecem que as raparigas têm mais dificuldades no pensamento abstrato e menores competências para as áreas científicas, os resultados do PISA mostram três tendências relevantes numa perspetiva de género:

1. **Apesar** de os rapazes de 15 anos apresentarem em todos os países em análise, com exceção da Suécia, resultados melhores na matemática e na ciência do que as raparigas, **essas diferenças têm diminuído drasticamente e o desempenho** destas tem estado muito próximo do dos rapazes (2003-2015).
2. **As** raparigas têm desempenhos sempre melhores na leitura mas os rapazes têm vindo a melhorar nesta área, embora menos rapidamente do que as raparigas recuperaram na matemática. Em 2015, elas apresentaram *scores* médios de 507 nas provas de leitura, enquanto os rapazes de 490. Na Matemática os rapazes apresentaram *scores* médios de 497 e as raparigas de 487. Nas ciências elas apresentaram *scores* médios de 496, enquanto seus pares masculinos 506.
3. **Em Portugal rapazes e raparigas têm progredido muito nos seus desempenhos** nos últimos anos (2000-2015) melhorando **elas ainda mais na matemática** (mais 41 pontos e eles mais 33 pontos) e **eles na ciência** (47 pontos para eles e 32 pontos para elas) e na leitura (34 pontos para eles e 29 pontos para elas).

Nota: O desempenho global é estimado no PISA considerando uma escala de 0 a 1000 com a maioria dos países a classificar-se entre 400 e 600 (Ferreira, *et al*, 2017).

2.2.1.4 Escolhas formativas: mulheres a romper barreiras

Apesar de vários estudos realçarem que existe uma persistência nos padrões de género nas escolhas vocacionais e de áreas de estudo, refletindo-se numa separação genderizada da força de trabalho por diferentes profissões, em Portugal verifica-se uma presença expressiva de mulheres nas áreas das ciências naturais, tecnológicas e engenharias, tradicionalmente consideradas como redutos masculinos, em linha com o que se verificava desde o início dos anos 90

do século xx (Torres, 2004; Sikora and Pokropek, 2011; Hadjar *et al.*, 2014). Contudo, isto não significa uma diminuição da presença das mulheres nas áreas tradicionalmente mais feminizadas: educação, saúde e bem-estar ou serviços traduzindo a ideia de que as mulheres estão a romper mais barreiras de estereótipos de género do que os homens (Figura 2.7).

Portugal era, em 2012, o país europeu com maior proporção de mulheres licenciadas (ISCED 6) nas áreas das Ciências, Matemáticas e Computação com 57,9%, seguido pela Roménia (56,5%) com valores muito acima da média para a UE 27, que era de 41,8% (Figura 2.5). Nas áreas das Engenharias, Manufatura e Construção, Portugal era, em 2012, o segundo país com mais mulheres licenciadas (38%), só ultrapassado pela Roménia (42,7%) quando a média da UE 27 se situava nos 28,3% (Figura 2.6).

Figura 2.5 Mulheres licenciadas na área das “Ciências, Matemáticas e Computação”(%)

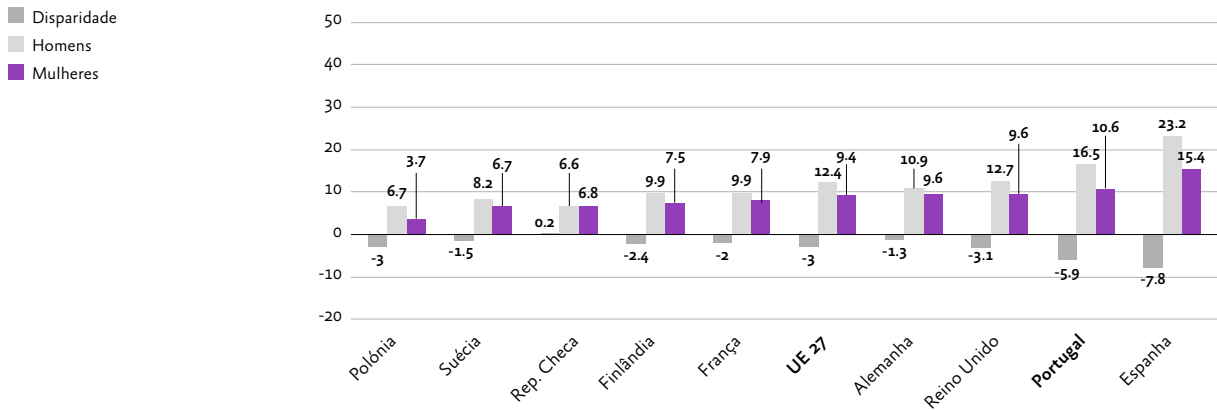
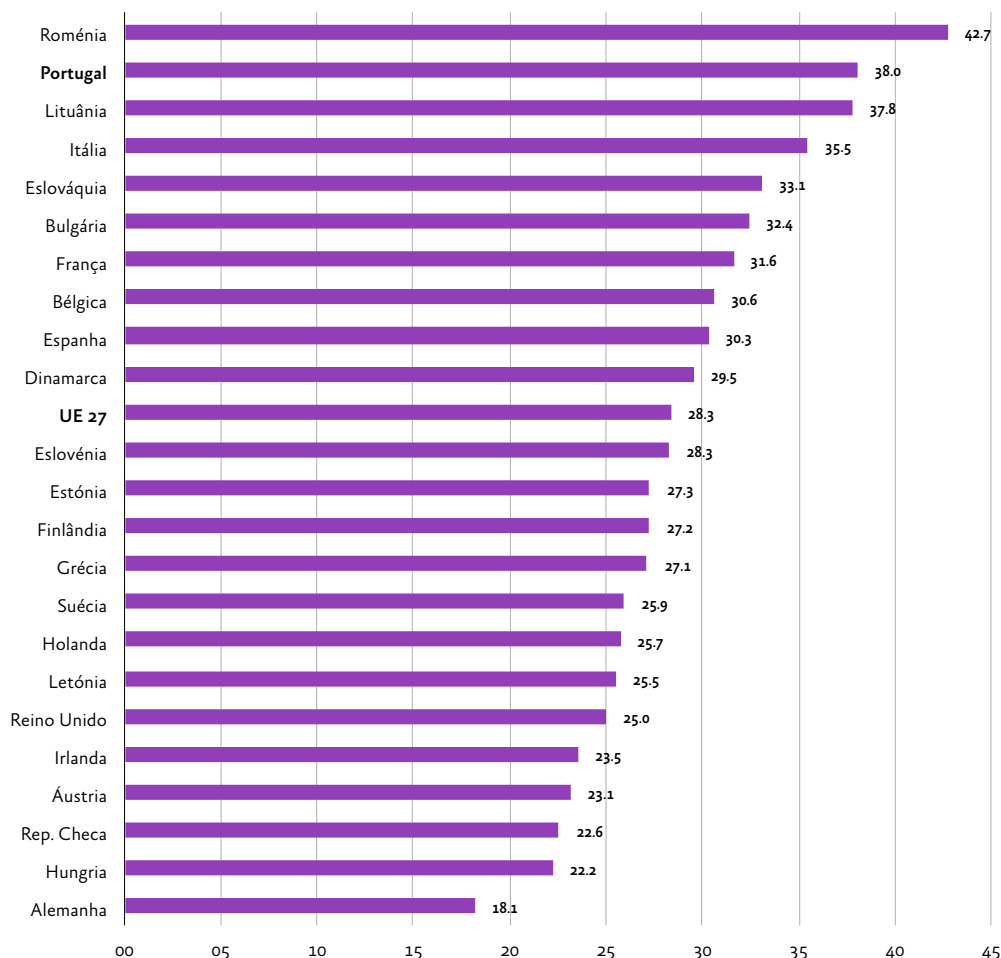


Figura 2.6 Mulheres licenciadas na área das “Engenharias, Manufatura e Construção” (%)



Fonte: Eurostat/UNESCO-UIS/OECD (*educ_grad5e&lang=en*),
acedido em março de 2017.⁶
Nota: A proporção de mulheres licenciadas corresponde apenas ao ISCED 6 (*bachelor's or equivalent level*).

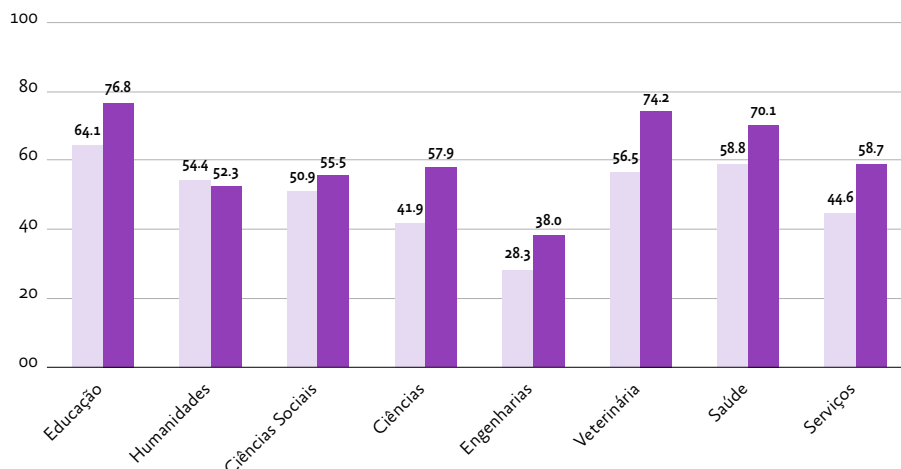
⁶ Nestes gráficos foram retirados os países Noruega, Islândia e Chipre. Os valores absolutos eram muito baixos enviesando os resultados percentuais.

No entanto, Portugal regista também uma tendência superior à média europeia para a feminização em áreas que sempre foram associadas ao feminino como a “Educação” (76,8% face a 64,1%), a “Saúde e Bem-estar” (70,1% face a 58,8%), os “Serviços” (58,7% face a 44,6%) e as “Ciências Sociais, Economia e Direito” (55,5% face a 50,9%) (Figura 2.7).

Figura 2.7 Áreas de formação das mulheres com licenciatura (ISCED 6), em Portugal e na UE a 27, 2012 (%)

■ UE 27
■ Portugal

Fonte: Fonte: Eurostat/UNESCO-UIS/OECD (*educ_grad5@lang=en*), acedido em março de 2017.
Nota: Proporção de mulheres por áreas científicas de formação. A proporção de mulheres licenciadas corresponde apenas ao ISCED 6 (*bachelor's or equivalent level*).



2.2.1.5 Homens sem querer romper barreiras nas escolhas formativas

Enquanto as mulheres têm rompido barreiras e vão tendo maior presença nas áreas de formação tradicionalmente dominadas pelos homens, não se regista um movimento simétrico no caso dos homens. Este facto pode explicar-se pela hierarquia simbólica, segundo a qual os modelos existentes na sociedade sobre o que é ser homem ou mulher, masculino ou feminino não têm o mesmo peso ou valor social (Amâncio, 1986, 1994; Connel, 1993, 1995; Kimmel, 2000). Os homens e os domínios do masculino são socialmente reconhecidos e valorizados. As mulheres e os domínios do feminino são muitas vezes socialmente invisibilizados e menorizados. Como consequência, as mulheres que participam nas áreas tradicionalmente masculinas integram-se em áreas reconhecidas e prestigiadas, o contrário acontecendo aos homens que ocupam áreas tradicionalmente femininas.

Adicionalmente, se entendermos que no quadro competitivo das masculinidades que avalia o grau de aproximação ao arquétipo da masculinidade hegemónica é dada centralidade à ideia de que ser homem é não ser mulher (Kimmell, 2000), a integração dos homens em áreas formativas e profissionais tradicionalmente associadas às mulheres, às emoções e aos cuidados, determina uma subalternização dos homens no campo das masculinidades.

Olhando agora de forma mais pormenorizada e desagregando as áreas de formação que compõem as STEM⁷ verifica-se que, em Portugal, “Matemáticas e estatísticas” é uma área largamente feminizada (60,9%) enquanto na média europeia 64,5% das pessoas licenciadas nesta área são homens e só cerca de 35% são mulheres. Na área “Manufatura e processo”, a maioria das pessoas licenciadas na Europa são homens (64,7%) mas em Portugal não se verifica uma

⁷ STEM, *Science Technology Engineering and Mathematics*.

diferença de sexo relevante (49,3% de homens e 50,7% de mulheres). As áreas da “Computação” (69,6%), “Engenharias mecânicas e industriais” (64,1%), “Arquitetura e construção” (61,9%) e “Ciências físicas” (52,0%) permanecem essencialmente masculinas na União Europeia a 27 (Figura 2.8). No entanto, em todas elas, Portugal apresenta valores superiores de mulheres nestas áreas relativamente à média da UE 27.

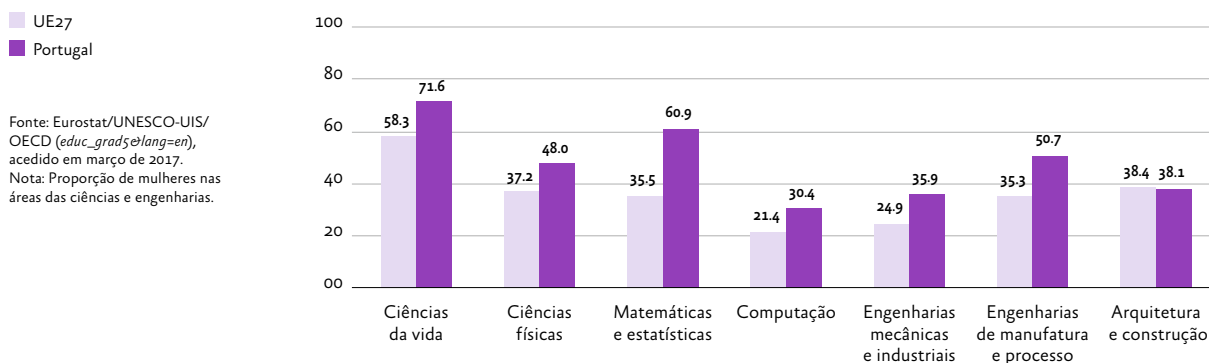
Como explicar a maior presença das mulheres portuguesas nos cursos tradicionalmente masculinos? A tendência para a feminização de áreas tradicionalmente dominadas pelos homens não é nova em Portugal. As mulheres portuguesas, já no início dos anos 90 do século XX, eram as mais representadas em cursos ditos tradicionalmente masculinos. No ano letivo de 1992/93, em Engenharia e Arquitetura, as mulheres constituíam 28% do corpo estudantil (média europeia 18%), em Ciência Naturais representavam 61% (média europeia, 44%) e em Matemáticas 45% (média europeia, 28%) (Torres, 2004: 48-49).

Esta tendência que se acentua ainda mais no tempo presente, pode ser explicada pela conjugação de vários fatores.

A elevada participação das mulheres portuguesas, sobretudo das chamadas classes médias, no mercado de trabalho é registada desde os finais da década de 1960 e inícios de 1970. Com o desencadear da guerra colonial, o mercado de trabalho oferecia ao pequeno núcleo de universitárias ou de mulheres com escolaridade secundária oportunidades de emprego compatíveis – função pública, professorado, empresas. Isto porque os potenciais cônjuges eram obrigados, depois da finalização do ensino superior, a cumprir serviço militar e participar na guerra; em alternativa, só tinham a saída do país para a evitar. Para as jovens mulheres, este período em que os homens estavam mobilizados para a guerra, e que chegava a durar quatro anos, revelou-se uma oportunidade de participação no mercado de trabalho, oportunidades essas que foram concretizadas por muitas. Compatibilizar a vida familiar com a vida profissional era possível nessa altura, porque numa sociedade profundamente desigual, com forte emigração e o abandono da agricultura, afluía às grandes cidades mão de obra feminina jovem para o emprego doméstico, abundante e a baixo custo. O 25 de Abril altera a situação, mas não o suficiente para fazer o processo regredir, reforçando-se, aliás, a ideologia da independência e autonomia das mulheres.

Estas mulheres/mães ativas oferecem às filhas um modelo alternativo de ser mulher, que compatibiliza profissão com maternidade, favorecendo escolhas formativas das filhas que rompem com padrões mais tradicionais. O facto de os dados mostrarem que Portugal está acompanhado nesta tendência por grande parte dos países de leste (como a Letónia, a Lituânia, a Roménia e a Polónia), com fortes tradições de elevadas taxas de atividade feminina, também nas classes médias, ajuda a confirmar esta hipótese.

Figura 2.8 Mulheres nas áreas das ciências e engenharias, em Portugal e na União Europeia a 27, no ISCED 6, 2012 (%)



Jovens americanas: avanços notáveis mas ainda segregação nas escolhas formativas

Um estudo realizado nos EUA analisou os resultados de rapazes e raparigas no I, II e III ciclos do ensino superior, em função de grandes áreas de ensino e em três momentos no tempo (1975/76, 1990/91 e 2005/6) (Burge, 2011). A autora conclui que:

- Apesar da afluência crescente de mulheres ao ensino superior, a segregação por sexo nas áreas formativas manteve-se como uma característica do sistema educativo americano ao longo destas três décadas;
- As raparigas realizaram notáveis avanços em áreas tradicionalmente masculinas, como a gestão, as comunicações e a biologia;
- Estas mudanças resultam de uma maior simetria entre raparigas e rapazes no que toca às expectativas profissionais (carreira profissional em ambientes competitivos, envolvendo uma componente de empreendedorismo) e convergência relativamente à priorização de valores extrínsecos do trabalho (poder, prestígio e remuneração) e menor valorização das dimensões intrínsecas (serviço aos outros ou realização pessoal);
- No contexto americano, no entanto, as mulheres jovens continuam a dar maior relevância do que os homens jovens a valores intrínsecos do trabalho.

2.2.1.6 Persistência de desigualdade de acesso ao ensino superior, mas mais jovens mulheres com mobilidade educacional ascendente

Para compreender a relação entre género e mobilidade educacional e social é importante ter em consideração o papel estruturador dos sistemas educacionais, que estão longe de ser uniformes na Europa. Alguns sistemas parecem encorajar a mobilidade educacional e social intergeracional, como o sistema escandinavo enquanto outros parecem constrangê-la, como o sistema francês ou alemão. Breen e Jonnson (2005) concebem o sistema educacional como

sendo a força motriz por trás das mudanças nas estruturas sociais de classe e nas diferenças existentes entre países.

Num relatório sobre os resultados do PISA, Programme for International Student Assessment, sublinha-se também que a origem social, apesar de ser um fator importante para explicar desigualdades mundiais no sucesso académico é mais importante nuns países do que noutros (OECD, 2010: 9).

Num estudo que pretendia comparar os diferentes sistemas educativos, cruzando também a perspetiva da mobilidade social e do género, Abrantes & Abrantes classificam o sistema educacional português como pertencendo ao grupo mediterrânico, caracterizado por uma estrutura social ainda tradicional, quando comparada com a de outros países europeus, e por uma pequena “nova classe média”. Este sistema educacional tem baixas taxas de frequência de ensino superior, baixos resultados em testes internacionais, um investimento público recente na educação (parcialmente suportado pela União Europeia), baixo investimento privado, um modelo de educação secundária seletivo mas indiferenciado, altos níveis de reprovação e uma estrutura centralizada ao nível nacional (Abrantes & Abrantes, 2014: 383-384). O sistema educacional português situa-se pois num ponto intermédio entre o sistema escandinavo e o sistema francês ou alemão, isto é, embora seja hoje um sistema relativamente aberto, o peso das origens sociais faz-se ainda sentir de forma expressiva, persistindo pois desigualdades de acesso ao ensino superior.

Com efeito, dados da OCDE para Portugal revelam que a probabilidade de prosseguir estudos ao nível do ensino superior mantém-se mais elevada entre aqueles/as que provêm de agregados familiares mais qualificados escolarmente. Por exemplo, 30% dos/as jovens estudantes no ensino superior (rapazes e raparigas) têm agregados familiares também com o ensino superior enquanto apenas 9% dos agregados portugueses tinham o ensino superior, representando assim uma probabilidade de 3,28 (OECD, 2012: 102). Isto é, jovens oriundos de agregados com ensino superior têm cerca do triplo da probabilidade de jovens com pais com o ensino básico de ingressarem no ensino superior.

O estudo coordenado por António Firmino da Costa e João Teixeira Lopes confirmando a continuada sobre representação de estudantes provenientes de classes sociais mais favorecidas no ensino superior português, não deixa no entanto de registar um alargamento considerável da base de recrutamento da população estudantil na educação terciária ao longo do período estudado (2000-2010): em 2009, por exemplo, “50% das/os estudantes universitários da coorte 20-34 anos [eram] oriundos de agregados familiares com qualificações inferiores ao 9.º ano de escolaridade (ISCED 2), ao contrário do que [acontecia] nos países da UE e da OCDE, onde a quase maioria [descendia] de diplomados do ensino superior” (Costa, Lopes e Gaetano, 2014: 46).

Quando se analisa a probabilidade de ingresso no ensino superior, ainda em Portugal, numa perspetiva de género, percebe-se que as jovens mulheres têm sempre uma probabilidade maior em relação aos jovens homens, independentemente do nível de escolaridade do agregado familiar. Assim, a probabilidade de jovens mulheres entrarem no ensino superior oriundas de agregados de nível ISCED 5 a 6 é de 3,53 e a dos jovens homens de 2,94; a probabilidade com agregados de nível ISCED 3-4 é de 2,01 e 1,83, respetivamente; já no caso da população jovem oriunda de agregados de ISCED 0-2 a probabilidade de chegar ao ensino superior é de 0,72 para elas e de 0,59 para eles (OECD, 2012: 102).

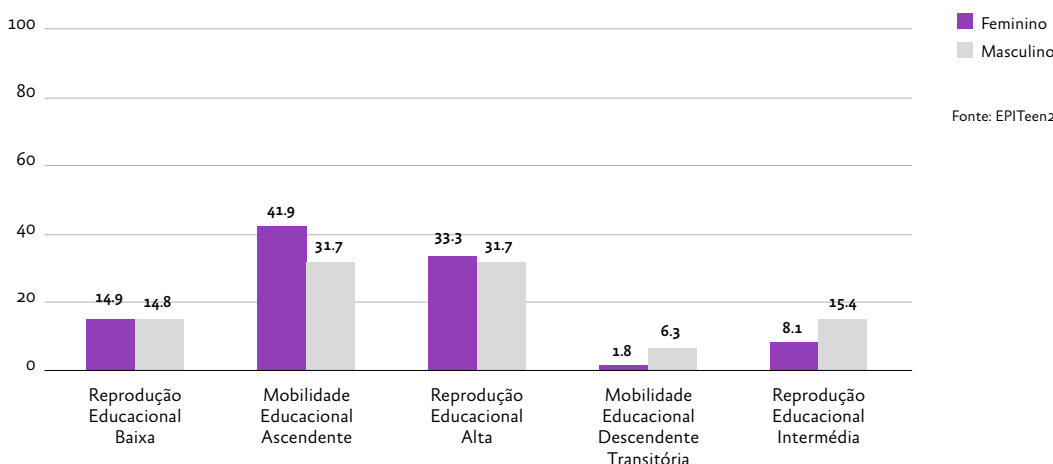
Estas desigualdades de oportunidades verificam-se também para a média dos países da OCDE, mas de forma menos acentuada: em 2014, estudantes do sexo feminino provenientes de agregados com níveis de escolaridade ISCED 5-6 tinham uma probabilidade de 5,2 de chegar ao ensino superior, enquanto para as estudantes provenientes de agregados de nível ISCED 3-4, essa probabilidade era apenas de 2,2; quanto aos estudantes do sexo masculino nas mesmas circunstâncias essas probabilidades situavam-se, respetivamente, em 4,3 e 1,9 (OECD, 2014: 93).

Estas conclusões são corroboradas pelos resultados da coorte EPITeen⁸. Com efeito, concluiu-se que aos 24 anos a população jovem inquirida que tinha concluído o ensino superior triplica relativamente ao que sucedeu com os seus pais e mães (58,6% dos jovens e 68,8% das jovens concluíram o ensino superior comparativamente com 24,2% dos pais e 27,2 das mães). Mas apesar deste enorme salto geracional, continua a existir aos 24 anos reprodução educacional de nível baixo (jovens e pais com escolaridade baixa) mas sobretudo de nível alto (jovens com escolaridade elevada e pais também), já que nesta situação estão três vezes mais jovens do que na reprodução baixa, como se pode ver na Figura 2.9.

Nos percursos de reprodução educacional baixa as diferenças de género parecem ser inexistentes, e isto tanto nos percursos de reprodução educacional de nível baixo (14,9% das raparigas e 14,8% dos rapazes) como nos de nível alto (33,3% e 31,7%, respetivamente). Já no subgrupo dos que apresentam percursos de mobilidade educacional ascendente, a proporção de jovens raparigas com 24 anos é mais expressiva do que a dos jovens rapazes (41,9% para 31,7%), enquanto eles estão mais representados do que elas nos percursos de mobilidade educacional descendente transitória (6,3% face a 1,8%) (Figura 2.9).

⁸ O estudo longitudinal EPITeen – a coorte de 1990 – foi iniciado por uma equipa de investigação do ISPUP, Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto e é dos poucos estudos longitudinais desenvolvidos em Portugal. Iniciou-se em 2003/4, constituindo uma base de dados com indivíduos nascidos em 1990, que frequentavam todas as escolas (públicas e privadas) da cidade do Porto, e tem vindo a acompanhar a saúde e os percursos de vida desses 2942 indivíduos. A partir dessa primeira aplicação aos 13 anos seguiram-se outras aos 17, aos 21 e aos 24 anos. A última aplicação foi realizada no âmbito do projeto EPITeen24, projeto financiado pela FCT, Fundação para a Ciência e Tecnologia em 2013 com a classificação de Outstanding, coordenado pela Professora Anália Torres e pelo professor Henrique de Barros, com a participação de Fernando Serra, Lara Tavares, Bárbara Neves, Fátima Assunção, Helena Sant'Ana, Vitória Mourão, Diana Maciel e Diana Carvalho e resulta de uma parceria entre o ISPUP e o CAPP, Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Figura 2.9 Perfis de mobilidade educacional⁹ (24 anos) (%)



Estas diferenças entre rapazes e raparigas nos percursos de mobilidade ou reprodução educacional podem ser explicadas, para além dos resultados de vários estudos que foram sendo discutidos até aqui, recorrendo a uma multiplicidade de dados da própria pesquisa que se complementam. Com efeito, os rapazes têm ao longo do seu percurso educativo mais experiências de reprovação escolar do que as raparigas (52,1% face a 34,8%), como já se tinha verificado para os dados de Portugal e da UE 27. Esta taxa de reprovação varia depois consoante o percurso educacional, sendo muito superior nos percursos de reprodução educacional de nível baixo relativamente aos percursos de mobilidade educacional ascendente. Nesta situação, parecem pesar mais as práticas relacionadas com as questões de género e as atitudes face à educação, do que a escolaridade dos pais.

Com efeito, para além da importância da escolaridade da família de origem é também relevante o peso das práticas educativas e de lazer, e também aqui se verificam diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas (Quadro 2.1). Assim, é visível uma maior dedicação ao estudo (mais de 2 horas diárias) durante a semana e o fim de semana por parte das raparigas relativamente aos rapazes (66,3% e 48,3%, respetivamente). Existe, por outro lado, uma maior propensão para o desporto nos rapazes do que nas raparigas (64,9% face a 40,1%). Embora não sendo uma diferença estatisticamente significativa, aos 13 anos já se sentia uma maior tendência das raparigas para a leitura, sendo que 74,9% havia lido livros nos últimos 3 meses em comparação com 68,0% dos rapazes. Deste modo, parece existir uma socialização para práticas associadas a um bom desempenho escolar por parte das raparigas, o que não sucede nos rapazes. Estes parecem vivenciar uma socialização mais voltada para o exterior e para as sociabilidades, por exemplo, no que diz respeito à prática

⁹ REB, Reprodução Educacional de Nível Baixo (n = 101) – jovens com 12 ou menos anos de escolaridade e pais com 9 ou menos anos de escolaridade; REA, Reprodução Educacional de Nível Alto (n = 218) – jovens com 15 ou mais anos de escolaridade e pais com nível de escolaridade idêntico; REI, Reprodução Educacional de Nível Intermédio (n = 86) – jovens com escolaridade entre os 10 e os 14 anos e pais com a mesma escolaridade; MEA, Mobilidade Educacional Ascendente (n = 250) – jovens com 13 ou mais anos de escolaridade e pais com 9 ou menos anos de escolaridade, e jovens com 15 ou mais anos de escolaridade e pais com escolaridade entre os 10 e os 14 anos; MEDT, Mobilidade Educacional Descendente Transitória (n = 27) – jovens com escolaridade até 14 anos (inclusive) e pais com 15 ou mais anos de escolaridade, e jovens com escolaridade obrigatória e pais com escolaridade entre os 10 e os 14 anos.

de desporto ou à interação com colegas e amigos, o que está em consonância com os estereótipos de género e com a maior circulação dos homens no espaço público. De resto, estas sociabilidades exteriores poderão no futuro revelar-se como oportunidades traduzindo-se em capital social acrescido, mobilizável, por exemplo, na procura de emprego.

Quadro 2.1 Práticas educativas e de lazer por sexo

		Feminino		Masculino	
		N	%	N	%
Leitura de livros nos últimos 3 meses (13 anos)	Sim	636	74,9	533	68,0
	Menos de 2h	398	33,7	578	51,7
Tempo passado a estudar durante a semana (17 anos)	Entre 2h e 4h	516	43,7	425	38,0
	Mais de 4h	266	22,5	114	10,2
Prática desportiva (21 anos)	Sim	341	40,1	517	64,9

N Leitura de livros nos últimos 3 meses (13 anos)= 699 ($\chi^2= 2,031a$)
N Tempo passado a estudar durante a semana (17 anos)= 659 ($\chi^2= 19,069a$, $p< 0,001$)
N Prática desportiva (21 anos)= 731 ($\chi^2= 37,853a$, $p< 0,001$)
Fonte: EPITeen24.

Quando se comparam as práticas educativas e de lazer com os perfis de mobilidade educacional, percebe-se que as práticas de estudo e leitura podem compensar as origens sociais e educacionais. Ou seja, rapazes e raparigas com origens pouco escolarizadas, mas que concluíram o ensino superior, revelavam passar o mesmo ou mais tempo a estudar e a ler aos 17 anos do que os rapazes e raparigas com origens muito escolarizadas que também concluíram o ensino superior (29,4% e 30,4%, respetivamente, declararam dedicar mais de quatro horas aos fins de semana). O mesmo se passava com a leitura de livros aos 13 anos (23,1% e 26,1%, respetivamente) (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 Práticas educativas e de lazer por perfis de mobilidade educacional

		Perfis de mobilidade educacional (%)				
		REB	REA	REI	MEA	MEDT
Leitura de livros aos 13 (últimos 3 meses)	Sim	17,7	23,1	17,5	26,1	15,7
	Menos de 2 horas	31,0	12,5	19,2	22,6	14,7
Tempo passado a ler ou estudar aos 17 (Fins de semana)	De 2 a 4 horas	12,2	23,0	14,3	36,5	13,9
	Mais de 4 horas	17,7	29,4	9,3	30,4	13,2
Tempo passado a jogar computador ou playstation aos 17 (Fins de semana)	Menos de 2 horas	20,8	20,7	13,7	30,4	14,4
	De 2 a 4 horas	22,4	23,3	16,3	24,9	13,1
	Mais de 4 horas	26,9	15,5	20,2	23,8	13,6
Tempo passado a ver TV aos 17 (Fins de semana)	Menos de 2 horas	18,9	26,0	18,9	23,8	12,3
	De 2 a 4 horas	19,6	22,3	15,6	26,3	16,2
	Mais de 4 horas	28,1	14,3	16,6	28,3	12,7
Atividades desportivas aos 21	Sim	18,4	22,5	18,3	25,8	15,0

Fonte: EPITeen24.

Regressões múltiplas lineares para os anos de escolaridade concluídos entre rapazes e raparigas parecem evidenciar que, para as raparigas, a escolaridade das mães é mais importante do que a dos pais (Quadro 2.3). Já para os rapazes verifica-se exatamente o inverso, ou seja, embora a escolaridade de ambos os pais seja relevante, a escolaridade do pai é ainda mais importante do que a da mãe.

Este resultado é muito importante porque, em geral, tem sido salientado que a escolaridade das mães é a variável mais importante para os dois sexos para efeitos de melhor desempenho escolar dos filhos e filhas; e muito menos atenção tem sido dada à escolaridade do pai. Ora, o que estes dados mostram é que ao isolar o efeito de género para os dois sexos, quer para o caso dos pais, quer para o das filhas/as, nota-se este efeito específico da linha masculina. O que confirma a hipótese formulada no estudo de DiPrete segundo a qual os homens pais, sobretudo os de maiores recursos escolares e económicos, se possam constituir como modelos de referência para os filhos homens e para que estes percebam o investimento escolar como modo de afirmação de uma masculinidade para alcançar lugares de prestígio e de poder.

Quanto ao tempo passado a ler e/ou a estudar, estas práticas contribuem mais para atingir níveis de escolaridade superior no caso dos rapazes do que para elas, porque, em média, as raparigas dedicam-lhe mais tempo independentemente da escolaridade concluída.

Quadro 2.3 Regressão múltipla linear sobre os anos de escolaridade concluídos entre rapazes e raparigas

	Feminino	Masculino
	<i>Beta values</i>	
Anos de escolaridade concluídos da mãe (17)	0,278***	0,237***
Anos de escolaridade concluídos do pai (17)	0,157**	0,250***
Minutos passados a ler/fazer os trabalhos de casa durante o fim de semana (17)	0,175***	0,208***
Prática desportiva (21)	0,053	0,069*
R2 ajustado	0,244***	0,310***
F(4,754)	62,254	80,963

*** $p < 0,001$; ** $p > 0,01$; * $p < 0,05$

Fonte: EPITeen24.

Com o objetivo de aprofundar a análise das classes sociais mas também dos movimentos de mobilidade ou reprodução social desta população jovem, realizou-se uma Análise de Correspondências Múltiplas (Figura 2.10) que permitiu distribuir num espaço topológico as categorias de diferentes variáveis, tais como sexo, reprovação escolar (até aos 24 anos), tempo passado a ler e/ou

a estudar aos fins de semana (aos 17 anos), rendimento do agregado familiar (aos 21 anos), classe social das/os jovem (aos 24 anos), perfis de mobilidade educacional e perfis de mobilidade social (também aos 24 anos).

A análise do eixo horizontal (Dimensão 1) permite diferenciar nitidamente dois tipos de perfis. O lado negativo do eixo (de -2 a 0) evidencia uma relação entre a classe dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDPL), percursos de reprodução educacional e social de nível alto, rendimentos dos agregados familiares mais elevados e tempos médios de dedicação à leitura e/ou aos trabalhos de casa.

O lado positivo da Dimensão 1 (de 0 a 2) torna visível a associação entre o sexo masculino, a reprovação escolar, o menor tempo gasto em leituras e/ou em trabalhos de casa, rendimentos dos agregados familiares mais baixos, percursos de reprodução educacional e social de nível baixo, mobilidade educacional e social descendente e ainda de reprodução educacional de nível intermédio. Estes jovens pertencem à classe dos trabalhadores independentes, TI (mais próximos dos jovens com percursos de mobilidade social descendente), dos empregados executantes, EE e dos operários industriais, OI (mais próximos dos jovens com percursos de reprodução social de nível baixo).

Com a análise do eixo vertical (Dimensão 2), percebe-se uma diferenciação por sexo. No lado positivo (de 0 a 1,5), uma associação entre o sexo feminino, a não reprovação escolar, os rendimentos dos agregados familiares médios, os maiores tempos de dedicação à leitura e/ou aos trabalhos de casa, a classe dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) e os percursos de mobilidade educacional e social ascendente.

No lado negativo (de -1,5 a 0), uma relação entre o sexo masculino com a reprovação escolar, percursos extremos de reprodução ou mobilidade educacional e social. Ou seja, percursos de reprodução educacional e social de nível elevado de um lado e percursos de reprodução educacional e social de nível baixo do outro.

Figura 2.10 Análise de Correspondências Múltiplas



Deste modo, foi na conjugação da análise das duas dimensões e seus respetivos eixos que se chegou à identificação de três perfis de jovens de 24 anos na cidade do Porto (Quadro 2.4).

Um primeiro perfil (Perfil 1) caracterizado pela pertença a percursos de reprodução educacional e social de nível baixo ou percursos de mobilidade educacional e social descendente, classes sociais com menos recursos e qualificações, reprovação escolar, sexo masculino, rendimentos mais baixos do agregado doméstico, e menor tempo de dedicação (menos de duas horas) a leituras e trabalhos de casa.

Um segundo perfil (Perfil 2) caracterizado pela associação entre sexo feminino, a classe social “profissionais técnicos e de enquadramento”, percursos de mobilidade educacional e social ascendente, rendimentos médios do agregado doméstico, maior tempo de dedicação (mais de quatro horas) a leituras e trabalhos de casa e o nunca ter reprovado.

Por fim, um terceiro perfil (Perfil 3) caracterizado pelos escalões mais altos de rendimento do agregado doméstico, percursos de reprodução educacional e social de nível mais alto, tempos médios de dedicação (entre 2 a 4 horas) a leituras e trabalhos de casa e a classe social superior “empresários, dirigentes e profissionais liberais”.

Embora a Análise de Correspondências Múltiplas não permita uma quantificação precisa do peso de cada um dos perfis identificados na amostra, esses resultados complementares foram conseguidos através de uma análise de *clusters* (Quadro 2.4).

Deste modo, o perfil dos rapazes das classes sociais menos qualificadas e com percursos de reprodução de nível baixo ou de mobilidade descendente (Perfil 1) tem um peso de 32,7%.

O perfil das raparigas com percursos de mobilidade educacional e social ascendente, (Perfil 2) representa 32,4% da amostra, enquanto o perfil da classe social com maiores recursos financeiros e capitais escolares, percursos de reprodução de nível alto (Perfil 3) constitui 34,9%. Verifica-se assim uma distribuição bastante equitativa dos três perfis.

Quadro 2.4 Peso dos perfis de percursos de reprodução/mobilidade educacional e social de jovens do Porto de 24 anos

	N	%
Perfil 1	239	32,7
Perfil 2	237	32,4
Perfil 3	255	34,9
Total	731	100,0

Em síntese, Portugal conheceu um forte aumento da escolarização da sua população jovem mas esta subida é ainda mais expressiva no caso das mulheres. Estas, tanto em Portugal como na União Europeia a 27, concluem mais o ensino superior do que eles, abandonam precocemente a escola menos do que eles e quanto às escolhas formativas são também elas que tendem a romper barreiras escolhendo cada vez mais, e especialmente no caso português, áreas de ensino que eram predominantemente masculinas. Conclui-se assim por um claro protagonismo feminino no domínio da educação, o que em termos de igualdade de género se pode interpretar como uma forte afirmação e determinação femininas em percorrer os caminhos da autonomia.

As diferenças que se explicitam conforme as raparigas e os rapazes progredem no processo de escolaridade podem, ao mesmo tempo, ampliar ainda mais diferenças de género refletindo masculinidades e feminilidades adequadas: eles desafiando mais as normas sociais na instituição escolar e elas conformando-se mais com o que é socialmente esperado, adequando a sua conduta às regras e demonstrando, continuamente, capacidades para se afirmarem num conjunto de domínios ainda masculinizados – em todos os países da União Europeia e mais ainda em Portugal.

2.2.2 Género e mercado de trabalho

As relações sociais que caracterizam o mercado de trabalho constituem um dos aspetos fundamentais das relações de género.

Por um lado, porque a promoção da independência económica das mulheres foi há muito tempo identificada como uma das prioridades europeias. Com efeito, a necessidade de integrar as mulheres no mercado de trabalho e aumentar a sua participação na atividade económica, constituem hoje aspetos centrais para a promoção do crescimento económico e para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social (Crompton, 2006; Rubery 2011; Bould and Casaca, 2012).

Por outro, porque no mercado de trabalho assiste-se à manutenção de um conservadorismo que se revela, entre outros aspetos, pela persistência de uma cultura organizacional que estrutura comportamentos e gera expectativas que reproduzem e reforçam as normas desiguais de género (Casaca, 2012; Wall *et al.*, 2016). Por exemplo, insistindo na ideia de que as mulheres são, em primeira instância, cuidadoras naturais e só depois trabalhadoras e profissionais, colocando-as numa situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho (Rubery, 2014). Isto é, as relações sociais que se estabelecem no mercado de trabalho contribuem para estruturar, produzir e reproduzir as expectativas normativas e estereótipos que são culturalmente atribuídos a mulheres e homens. Mas também porque no mundo do trabalho se estabelece um particular regime de género que organiza as relações laborais e as relações sociais no local de trabalho, transformando o trabalho pago numa dimensão crucial da desigualdade de estatuto e poder sobre a qual assenta o padrão mais convencional da masculinidade (Wall *et al.*, 2016).

2.2.2.1 Participação equilibrada das jovens mulheres e homens no mercado de trabalho em Portugal

Na análise da participação de jovens mulheres e homens (entre os 15 e os 29 anos) na atividade económica, não se pode negligenciar a importância dos efeitos de transmissão intergeracional em torno da centralidade do trabalho para a vida das mulheres; transmissão que revela que a atividade profissional das mães tem efeitos indubitáveis na entrada das filhas no mercado de trabalho – e com efeitos reforçados quanto maior for a escolaridade da mãe (Torres, 2004). Deste modo, importa não negligenciar o facto de que Portugal tem historicamente uma taxa de atividade feminina elevada – bastante mais elevada do que os restantes países do sul – apresentando padrões próximos daqueles registados nos países nórdicos (Torres, 2004; Anxo *et al.*, 2007; Casaca, 2012; Ferreira, 2014; Addabbo *et al.*, 2015). Esta elevada taxa de atividade feminina tem razões históricas.

Os níveis elevados de participação feminina no mercado de trabalho em Portugal têm origem nos anos de 1960. Em primeira instância a participação das mulheres no mercado de trabalho está relacionada com a emigração e com a guerra colonial, causas da diminuição de mão de obra masculina. Nos sectores sociais mais desfavorecidos, a emigração dos homens teve efeitos diretos no protagonismo das mulheres e na sua integração económica. Nos sectores mais favorecidos, a guerra colonial ofereceu às mulheres um tempo de espera que abriu possibilidades de realizar dinheiro e entrar no mundo do trabalho. Nestes sectores sociais, a articulação entre as responsabilidades familiares e profissionais foi facilitada pelos apoios domésticos pagos, baratos e abundantes, num contexto de crescimento económico e industrialização suportados numa economia de guerra (Torres, 2004).

Em segundo lugar, ainda durante o período da ditadura podemos apontar os baixos salários e rendimentos das famílias, obrigando e pressionando para a integração das mulheres no mercado de trabalho como fonte de rendimento adicional e como fuga a situações de destituição económica (Casaca e Damião, 2011; Ferreira, 2014).

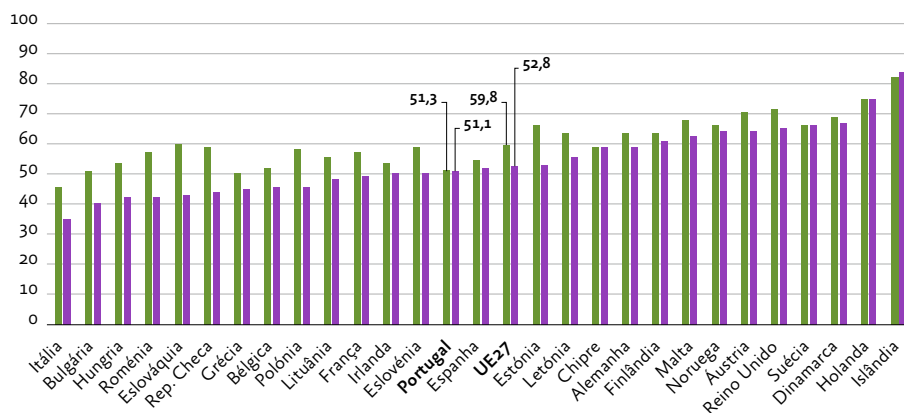
Em terceiro lugar, depois do 25 de Abril a persistência de baixos salários, conjugada com as conquistas da democracia e da liberdade, criaram um contexto favorável para o não regresso à esfera doméstica e para o aprofundamento das lutas pela igualdade noutros domínios da vida social (para lá do trabalho).

Em 2015, na grande maioria dos países, incluindo Portugal, um pouco mais de metade da população entre os 15 e os 29 anos estava no mercado de trabalho (Figura 2.11). Com a exceção da Islândia, da Holanda e do Chipre, a percentagem de homens ativos supera a das mulheres, neste grupo etário. Os números em Portugal são, no entanto, bastante próximos entre homens (51,3%) e mulheres (51,1%).

Figura 2.11 População ativa, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_agan)*, acedido em abril de 2017.
Nota: A população ativa compreende as pessoas empregadas e desempregadas.



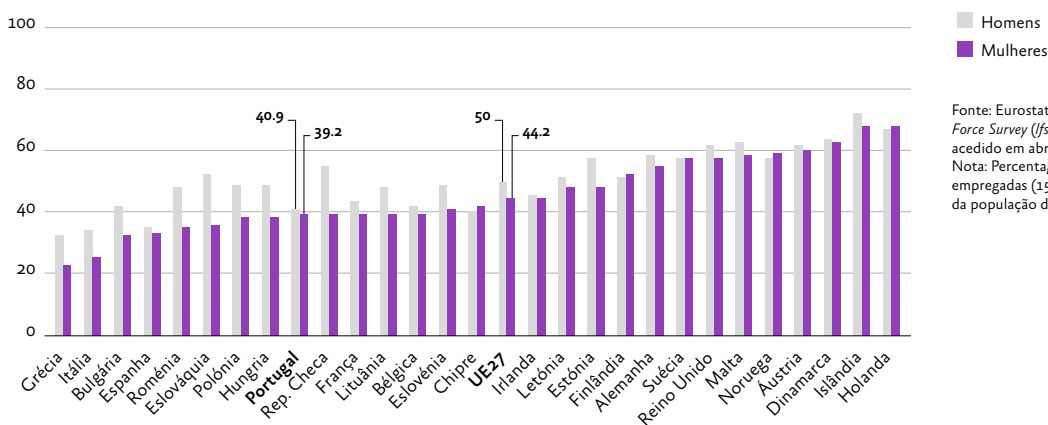
Depois de uma crise financeira com efeitos desestruturantes no mercado de trabalho em Portugal, e em que as/os jovens foram dos grupos mais afetados pelo desemprego, Portugal – juntamente com países do sul e do leste europeu – apresenta dos valores mais baixos na taxa de emprego (Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014; Karemissini, 2014). Em contraponto, encontram-se os países nórdicos (Fig. 2.12).

Em Portugal, as jovens mulheres (39,2%) têm uma taxa de emprego menor do que os homens (40,9%), ainda que essa disparidade não seja tão elevada quanto noutros países do sul da Europa (como a Grécia, a Itália ou mesmo a Espanha) (Figura 2.12).

Se na década de 1960 a emigração e a guerra colonial foram motores para a entrada das mulheres no mercado de trabalho em Portugal, no novo século a escola tem vindo a ganhar entre as/os jovens (sobretudo entres as mulheres jovens) alguma prioridade face ao trabalho. Neste sentido, pode imaginar-se que a centralidade do investimento na carreira escolar antes da entrada no mercado de trabalho permite entender, pelo menos em parte, estes números. Mas, ao mesmo tempo, também é verdade que Portugal apresenta valores da taxa de emprego das mulheres e dos homens jovens inferiores à média da UE 27 e bastante mais baixas do que as registadas em países onde as/os jovens têm níveis de escolaridade completos mais elevados do que em Portugal: Alemanha, Reino Unido, Suécia, Finlândia ou República Checa.

Tendo em conta estes dados aparentemente contraditórios é possível que a menor empregabilidade das/os jovens portuguesas resulte nos desafios e dificuldades que sentem na transição da escola para o mercado de trabalho. Ou, de outro modo, o fosso que separa Portugal destes países pode ser parcialmente explicado pelo facto de estes países (nomeadamente os países do norte da Europa) terem políticas ativas de articulação escola-trabalho (Kovacs e Lopes, 2012).

Figura 2.12 Taxa de emprego, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey* (*lfsa_egane?lang=en*), acedido em abril de 2017.
Nota: Percentagem de pessoas empregadas (15-29 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.

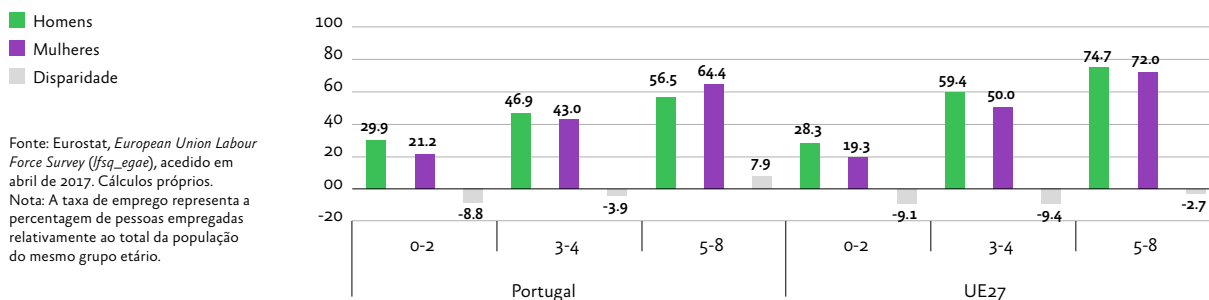
2.2.2.2 Dinâmicas de mudança no mercado de trabalho

A sociedade portuguesa faz parte do conjunto das economias hoje dominadas pelos serviços, tendo-se verificado nos últimos 25 anos uma profunda transformação do tecido económico (Castells, 2000; McDowell, 2009; Torres *et al.*, 2016). É, precisamente, no quadro destas transformações no mercado de trabalho que melhor podemos entender a relação entre a participação no mercado de trabalho dos e das jovens entre os 15 e 29 anos e o nível de escolaridade, criando mais oportunidades de trabalho para aqueles e aquelas que possuem o ensino secundário (ISCED 3-4) e ensino superior (ISCED 5-8) (Figura 2.13).

Verifica-se que tanto em Portugal como nos restantes países europeus em análise, a empregabilidade aumenta de forma muito expressiva para os homens e para as mulheres jovens à medida que aumentam os níveis de ensino (Figura 2.13). Mais, o investimento no prolongamento da escolaridade e o investimento na conclusão do ensino superior têm um impacto positivo em particular no caso das mulheres. Na UE 27 verifica-se uma vantagem ainda mais favorável, mas menos acentuada para as mulheres relativamente aos homens. Em Portugal, as raparigas com nível de ensino mais elevado (ensino superior) apresentam uma taxa de emprego superior à dos rapazes, 64,4% e 56,5%, respetivamente, ao contrário do que acontece na UE 27, em que por um lado a taxa de emprego feminina das mulheres com ensino superior é ainda mais elevada do que em Portugal (72%), mas os homens jovens ainda têm uma taxa de emprego superior (75%). À medida que aumenta o nível de ensino das mulheres jovens diminui a disparidade na taxa de emprego relativamente aos homens jovens, quer em Portugal, quer na UE a 27.

No caso das mulheres jovens, a taxa de emprego para as que possuem apenas o ensino básico era, em 2015, de 21,2% em Portugal e 19,3% na UE 27, muito diferente dos valores assumidos pela das mulheres com ensino superior, quer em Portugal, quer na UE a 27.

Figura 2.13 Taxa de emprego por nível de ensino, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)



2.2.2.3 Aumento do desemprego entre a população jovem: mulheres mais penalizadas

Na Europa, entre 2008 e 2013, o emprego diminuiu e o desemprego aumentou entre os jovens e as jovens¹⁰. Em 2015 são os países do sul da Europa que apresentam maiores taxas de desemprego jovem (Figura 2.14). Nestes países as mulheres são mais penalizadas do que os homens (Portugal, Grécia, Itália).

¹⁰. Ver Eurostat *lfsa_egan*, *lfsq_urgaed*; *lfsq_urgaed*.

Em Portugal, as jovens mulheres apresentam uma taxa de desemprego de 23,7% e os homens de 21,9%, enquanto as médias para a UE 27 são, respetivamente, de 15,6% e 16,4%. O caso de Portugal destaca-se ainda pela variação diacrónica no desemprego jovem (15-29 anos), observando-se um aumento substancial da taxa de desemprego dos homens (de 18 pontos percentuais, passando de 4% em 2000 para 21,9% em 2015) e das mulheres (passando de 8,9% em 2000 para 23,7% em 2015) (Figura 2.15).

A tendência de crescimento do desemprego jovem, em Portugal, mantém-se ao longo de todo o arco temporal entre 2000 e 2015, verificando-se uma forte intensificação entre 2008 e 2013, período da emergência e aprofundamento da crise económica e financeira e das políticas de austeridade (Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014; Karemissini, 2014) (Figura 2.15).

Tendo em consideração que em Portugal o impacto da crise foi particularmente evidente por causa do resgate internacional, importa não negligenciar o facto de que o período de maior aumento de desemprego entre as/os jovens é também o período onde se encurta a disparidade do nível de desemprego entre rapazes e raparigas (Rubery, 1988, Elson, 1995, Daly, 2011, Ferreira, 2014), (Figura 2.15).

A este propósito importa registar duas notas. A primeira para referir que dificilmente se pode entender esta diminuição da disparidade da taxa de desemprego masculina e feminina como um passo no sentido da igualdade. Trata-se, isso sim, de um indicador de deterioração acelerada das condições de trabalho e, consequentemente, das condições objetivas de vida de mulheres e homens numa fase da vida em que desejariam projetar e concretizar o futuro de uma vida adulta. Porque é no quadro de uma tendência de aumento do desemprego de que se fala, a diminuição desta disparidade significa tão só que mulheres e homens – ambos com um contingente cada vez maior de desempregados – se aproximaram no que respeita à vulnerabilidade no mundo do trabalho, a formas de destituição económica e à precariedade existencial.

A segunda para notar que homens e mulheres se posicionam de forma distinta no mercado, e que a crise económica atua de modo diferente sobre eles e elas (Rubery, 1988 e 2014). Por isso, as rotas que jovens homens e jovens mulheres portugueses/as se viram obrigados/as a trilhar no desemprego foram, também, necessariamente diversas. Antes da crise, o desemprego era mais

elevado entre as mulheres do que entre os homens. Contudo, nos primeiros anos da crise, este padrão foi revertido: passando os homens a registar mais elevada taxa de desemprego do que as mulheres, levando alguns autores a defender que estaríamos perante uma *mancession* (Sierminska and Takhtamanova, 2011). Mas, este aumento súbito do desemprego entre os homens não é muito surpreendente se tivermos em consideração as áreas de atividade mais afetadas no início da crise, como a construção e a indústria (Bergman *et al.*, 2012). Contudo, com o avanço do programa de ajustamento foram feitas reformas e cortes orçamentais que afetaram grandemente o sector público, logo, afetando mais as mulheres do que os homens (Casaca, 2012 e 2013; Ferreira, 2014; Addabbo *et al.*, 2015). Depois, à medida que a crise financeira se agravava e que a austeridade ou a consolidação orçamental se intensificavam, o desemprego aumentava, quer para as mulheres, quer para os homens (Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014).

Figura 2.14 Taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (Jfsq_urgaed)*, acedido em abril de 2017.
Nota: A taxa de desemprego representa as pessoas desempregadas como percentagem da população ativa.

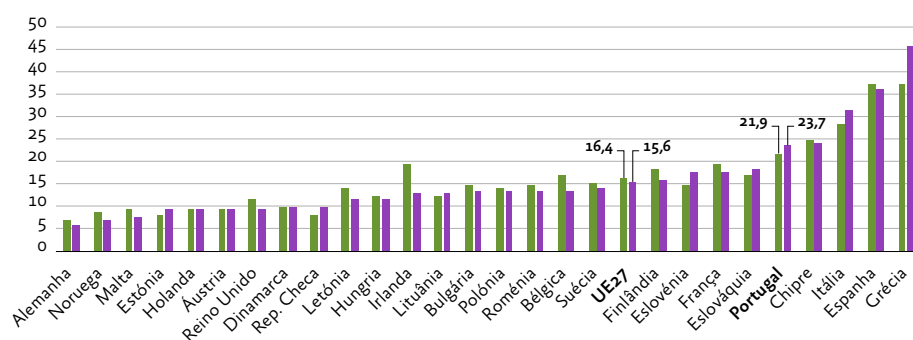
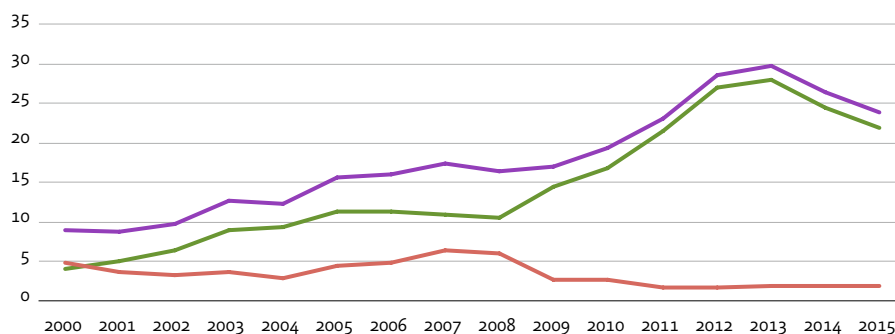


Figura 2.15 Mudança na taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal, 2000-2015 (%)

— Homens
— Mulheres
— Disparidade

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (Jfsq_urgaed)*, acedido em abril de 2017.



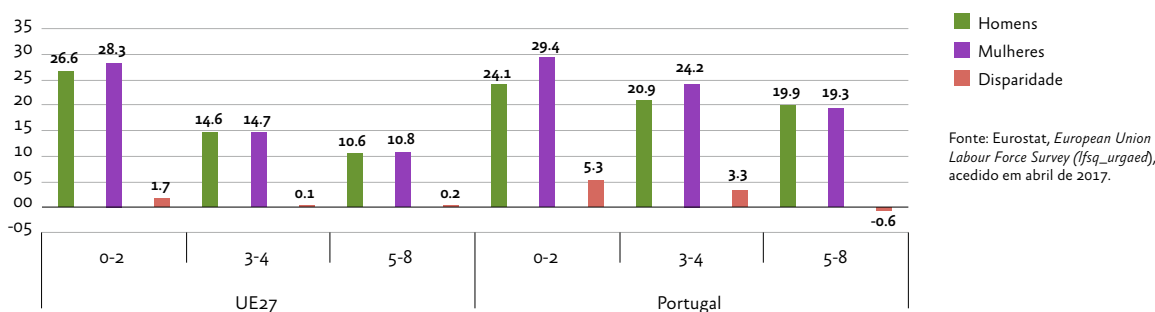
2.2.2.4 A escolaridade como fator protetor do desemprego

Relativamente à relação entre escolaridade e desemprego, observa-se que, quer na União Europeia a 27 quer em Portugal, os níveis mais elevados de ensino constituem-se como fator de proteção relativamente ao desemprego entre os 15 e os 29 anos: entre os rapazes e raparigas com escolaridade mais elevada o desemprego regista menor intensidade (Figura 2.16).

No caso de Portugal vale a pena salientar que entre as pessoas com o ensino superior, as mulheres apresentam uma taxa de desemprego ligeiramente menor do que os homens. Indiciando que o carácter protetor da escolaridade é especialmente eficaz no caso das mulheres – quem mais investe em carreiras escolares mais longas e na obtenção de certificações mais distintivas – e ainda mais entre as mais escolarizadas.

Por seu turno, são aqueles e aquelas que têm menor nível de escolaridade que têm sido mais afetados/as pelo desemprego e dentro deste grupo, especialmente as mulheres, quer na UE a 27, quer em Portugal. Na UE 27 as mulheres com ensino básico têm uma taxa de desemprego na ordem dos 28,3% que desce para 10,8% no caso das que têm ensino superior e no caso dos homens com os mesmos níveis de ensino os valores passam de 26,6% para 10,6%. Em Portugal os jovens com o ensino básico registam uma taxa de desemprego de 24,1% e as mulheres menos escolarizadas de 29,4% enquanto que, entre as pessoas com o ensino superior, o valor da taxa de desemprego no caso das mulheres desce para 19,3% e o dos homens para 19,9% (Figura 2.16).

Figura 2.16 Taxa de desemprego por nível de ensino, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)



2.2.2.5 Precariedade laboral mais frequente entre as mulheres

De que se fala quando se está a falar de precariedade? Em primeiro lugar, importa fazer a distinção entre duas formas de precariedade que caracterizam o mercado de trabalho contemporâneo que vive um processo de progressiva desregulamentação e flexibilização.

Por um lado, pode-se identificar a precariedade de trabalho associada às condições de trabalho, ao conteúdo do trabalho, bem como à impossibilidade de formação ou de evolução profissional (Casaca, 2012).

Por outro, distingue-se a precariedade de emprego (aquela que será o foco da análise) que remete para aspetos formais e jurídicos associados a modalidades flexíveis (Casaca, 2012) ou atípicas de emprego (OIT, 2016), isto é, a um conjunto diverso de vínculos laborais não permanentes que conferem especial fragilidade à relação laboral: contratos a termo certo, prestações de trabalho pontuais com ou sem contrato, trabalho temporário ou situações de falso trabalho independente (Alves *et al.*, 2011; Casaca, 2012)

Na impossibilidade de medir com precisão o peso das situações de falso trabalho independente, a análise circunscreve-se ao indicador do Eurostat sobre trabalho não permanente que reúne todas as formas contratuais de duração limitada ou temporária. Da análise deste indicador resultam um conjunto de apontamentos relevantes.

De resto, há estudos que apontam para a transformação da precariedade como característica estrutural do mercado de trabalho: “No início da carreira a relação contratual pode passar por uma sucessão de contratos a prazo de curta duração, por uma situação de ‘falso trabalhador independente’, por uma bolsa de formação, por um estágio de baixa ou nula remuneração ou, em último caso, pela ausência de qualquer mecanismo contratual de ligação entre as partes. Este conjunto de situações contratuais, que por vezes se arrasta indefinidamente no tempo, é o cerne da precariedade laboral ().” (Alves *et al.*, 2011:37)

Nos países que adotaram reformas do mercado de trabalho e das leis laborais – como tem vindo a ser o caso de Portugal – verifica-se que as/os jovens são mais afetadas/os por estas formas precárias de contratação porque são as/os recém-chegadas/os ao mercado de trabalho e as/os primeiras/os a enfrentar esse novo cenário institucional e jurídico (OIT, 2016).

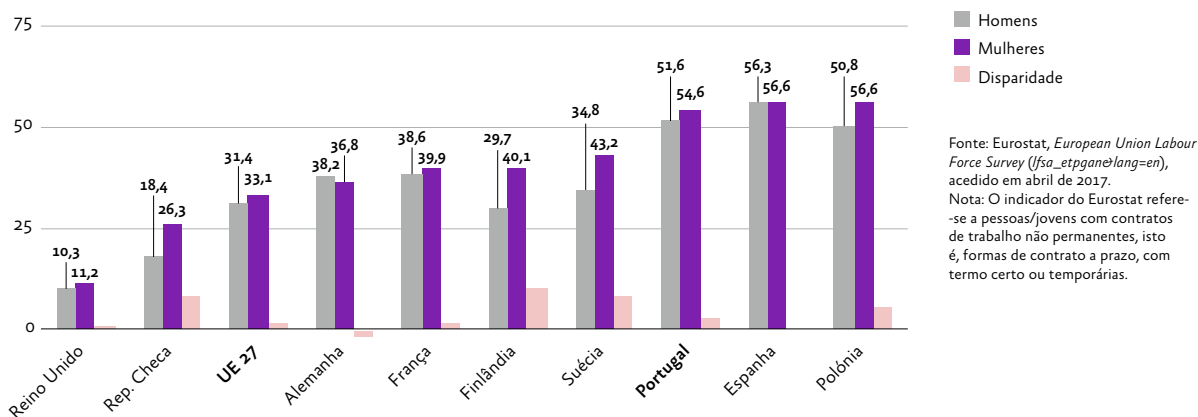
A ideia da necessidade da flexibilização do mercado de trabalho e das relações laborais faz parte de uma retórica neoliberal que concebe a flexibilidade como a solução para os problemas da competitividade, da produtividade e do crescimento económico. Uma retórica que desvaloriza os direitos dos e das trabalhadoras e a proteção social, considerando-os obstáculos à concretização daqueles fins (Casaca, 2005a, 2005b, Casaca, 2012, Casaca e Kovacs, 2007; Standing, 2011).

A flexibilidade de trabalho (possibilidade de ajustamento com baixos custos para as/os empregadoras/es do número de trabalhadores/as e/ou das suas funções de acordo com as necessidades sentidas a cada momento) produz um mercado de trabalho bifurcado (Castells, 2000), ou uma segmentação laboral (Casaca 2012), que se traduz no estabelecimento de desigualdades na relação

com o mercado de trabalho: por um lado, pessoas (homens e mulheres) que vivem num contexto de segurança no trabalho e com oportunidades de desenvolvimento de carreiras profissionais. Por outro, trabalhadoras e trabalhadores em situação periférica, com modalidades flexíveis de integração no mercado de trabalho (contratos a prazo, prestações de serviços, falsos recibos verdes, etc.), que trabalham a tempo parcial, e cujas possibilidades de estabelecerem uma carreira profissional são reduzidas.

Em Portugal, a integração no mercado de trabalho de mais de metade dos homens (51,6%) e das mulheres (54,6%) entre os 15 e os 29 anos de idade é feita através de contratos não permanentes (contratos a termo certo, a prazo ou outras formas de contratação temporária), indicador a partir do qual se regista a precariedade laboral (Figura 2.17). Estes dados revelam a tal bifurcação do mercado de trabalho, bem como uma polarização entre os/as jovens com contrato a termo e sem termo, produzindo desiguais possibilidades de acesso a recursos.

Figura 2.17 Contratações não permanentes, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2016 (%)



A esta segmentação do trabalho corresponde também uma desigualdade entre homens e mulheres. Porque, à periferia do mercado de trabalho corresponde, sobretudo, uma ocupação feita por jovens e por mulheres (Casaca, 2005a, 2008 e 2012; Kovacs e Casaca, 2008; Kovacs *et al.*, 2005; OIT, 2016). Deste modo, não será de estranhar que em Portugal se verifique uma concentração de mulheres em formas de trabalho precárias que se caracterizam por baixas qualificações, salários baixos e um estatuto inferior, e que esta tendência seja coincidente com a crescente oferta de trabalho no sector dos serviços (Casaca, 2005a, 2005b; 2009 e 2012).

De facto, verifica-se que em Portugal há mais mulheres jovens em situação precária do que homens entre os 15 e os 29 anos: a disparidade penalizadora

para as raparigas apresenta um valor de 3 p.p. O mesmo acontece, aproximadamente, na UE a 27 (Figura 2.17). Adicionalmente, no quadro europeu mais abrangente também se percebe que Portugal, juntamente com a Espanha e a Polónia, formam o grupo de países que registam as mais elevadas proporções de jovens mulheres integradas no mercado de trabalho através de formas de contratação não permanente precária.

Em Portugal é sobretudo entre os jovens e as mulheres que o contrato a termo certo está mais generalizado – tornando-se potencialmente uma forma de contratação normalizada ou estrutural (OIT, 2016) – e extravasa as relações laborais efetivamente temporárias, tornando-se frequentemente num sistema de sucessivos contratos (Alves *et al.*, 2011; Casaca, 2005a e 2012).

Estes dados sobre Portugal deixam mais claro que a precariedade contratual que frequentemente se associa à vulnerabilidade económica e existencial – insegurança e incapacidade de decidir ou fazer projetos para o futuro, vivendo-se numa vida sem futuro (Alves *et al.*, 2011) –, por um lado, tem importantes e incontornáveis efeitos de género: a maior fragilidade contratual, a insegurança no emprego, o trabalho a tempo parcial involuntário, os salários baixos, a escassez de oportunidades de construção de uma carreira profissional, dificuldade de acesso a benefícios sociais e a proteção social, ou risco de pobreza e exclusão social, são fenómenos que afetam mais frequentemente as mulheres do que os homens (Casaca, 2005a e 2012; Ferreira, 2014; Standing, 2011; Rubery, 2014). Por outro e como consequência, a precariedade contratual demonstra que as lógicas da flexibilização do mercado de trabalho e das formas de contratação resultam, potencialmente, no risco de retrocesso no percurso de destradicionalização das relações sociais de género e de construção e consolidação da igualdade de género (Casaca, 2012; Rubery, 2014).

A forma como em Portugal a precariedade incide sobre as mulheres não será alheia às práticas de gestão das entidades empregadoras e ao seu conservadorismo (a forma como incorporam de modo não necessariamente consciente regimes de género inigualitários), bem como ao facto deste tipo de vínculos (temporários ou a prazo) ser uma prática comum no sector fortemente feminizado dos serviços (Casaca, 2012).

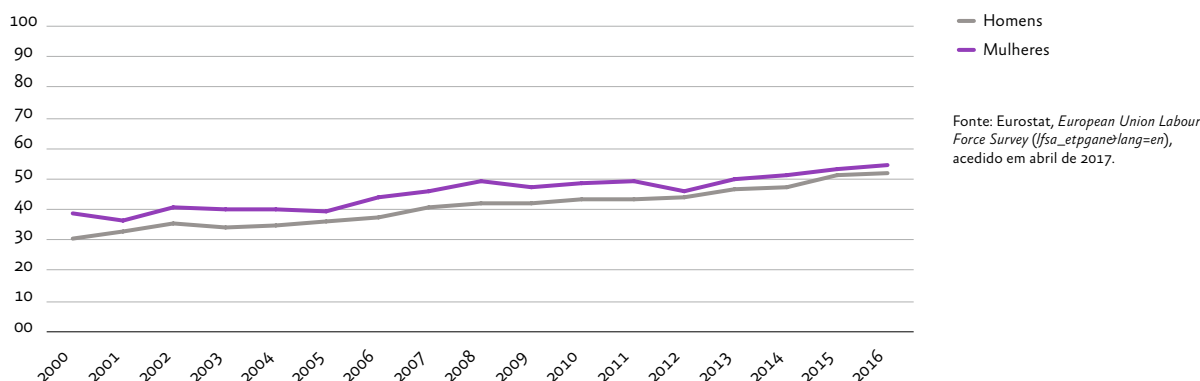
Se se tiver em consideração a forte participação das mulheres portuguesas no mundo do trabalho, tem de se concluir que muito permanece por conquistar relativamente à qualidade do trabalho e à igualdade no trabalho.

Contudo, importa sublinhar (tal como se pode verificar nos dados relativos a outros países europeus selecionados para a análise) que a maior vulnerabilidade das mulheres a formas de trabalho precário não é apenas um problema português. Na verdade é um padrão comum na Europa (Rubery, 1988 e 2011) e observado também noutros pontos do globo (Kalleberg *et al.*, 2000; Cranford

et al., 2003; Vosko, 2006; Fuller and Vosko, 2007; Ruyter e Warnecke, 2008; Young, 2010). Observa-se, pois, que em todos os países europeus selecionados (exceto na Alemanha) há mais mulheres em situação laboral precária do que homens. Essa disparidade é particularmente evidente nos casos da Finlândia, Suécia, Polónia e República Checa (Figura 2.17).

Numa análise diacrónica percebe-se que as formas de contratação não permanente têm vindo a aumentar de forma muito acentuada entre os e as jovens de forma regular em Portugal desde o início do novo século (Figura 2.18). No ano 2000, 38,5% das jovens mulheres tinha uma forma de contratação não permanente, em 2016 são 54,6%. Nesse arco temporal, a proporção de contratos entre os homens jovens precários passou de 30,5% em 2000 para 51,6% em 2016.

Figura 2.18 Evolução das contratações não permanentes, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal, 2000 a 2016 (%)



Assim, verifica-se que em Portugal se regista (logo a seguir à Polónia) o mais forte aumento da precariedade laboral no período compreendido entre 2000 e 2016. O aumento das formas precárias de integração no mercado de trabalho é mais acentuado entre os jovens (21.1 p.p.) do que entre as jovens (16.1 p.p.), reduzindo a disparidade entre ambos. Contudo, a disparidade continua a ser penalizadora para elas.

Como já se referiu, a diminuição desta disparidade dificilmente poderá ser considerada como um avanço no sentido da igualdade de género mas antes numa aproximação dos homens aos padrões de vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho (Addabbo *et al.*, 2015).

2.2.2.6 Jovens mulheres com salários mais baixos, e ainda mais em Portugal

As mulheres e os homens jovens em Portugal ganham cerca de metade do salário médio europeu (UE 27). O salário médio/hora, em paridade de poder de compra (PPC), em Portugal é para os homens 6,1€/hora e para as mulheres 5,8€. O salário médio/hora (PPC) na média da UE 27 é para os homens de 11,4€ e para as mulheres de 11,1€ (Figura 2.19).

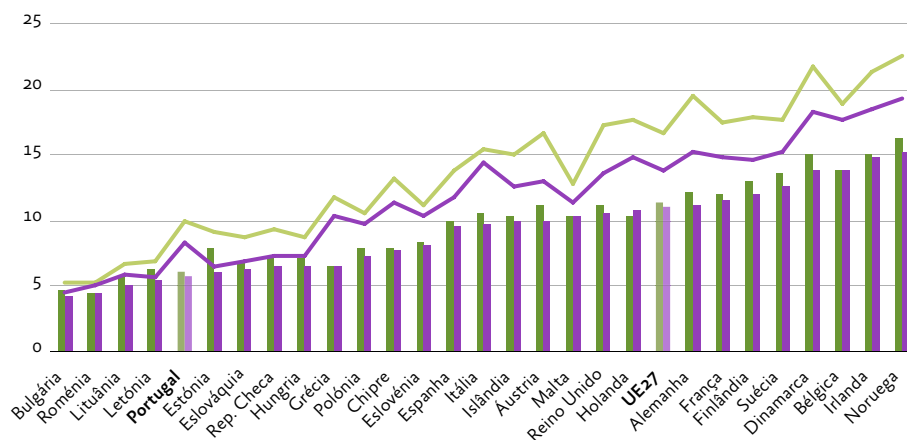
Em Portugal e na Europa o salário médio/hora das mulheres nesta fase da vida é mais baixo do que o dos homens. As exceções são a Holanda e Malta, onde as mulheres têm salários médios/hora mais elevados, e na Bélgica, Grécia e Roménia onde esse rendimento é igual ao dos homens.

Em geral, no contexto europeu, as mulheres e os homens mais jovens têm um salário médio/hora mais baixo do que a restante população empregada. Por um lado, os jovens em transição para a vida adulta são os primeiros a encontrar um cenário de flexibilização do mercado de trabalho e das leis laborais. Por outro, os salários mais baixos dos e das jovens trabalhadores/as podem estar associados à fase de arranque das suas vidas e carreiras profissionais, isto é, à sua falta de experiência e senioridade profissional.

Figura 2.19 Salário Médio/Hora (menos de 30 anos), em PPC, por país e sexo, 2014

■ Menos de 30 anos Homens
■ Menos de 30 anos Mulheres
— Total Homens
— Total Mulheres

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (earn_ses14_13), acessado em abril de 2017.
Nota 1 – O salário médio/hora é definido como os ganhos brutos no mês de referência, dividido pelo número de horas pagas no mesmo período. O salário médio/hora total inclui todos os empregados de empresas com mais de 10 empregados.
Nota 2 – PPC, Paridade de Poder de Compra é uma unidade monetária artificial, através da qual se avalia a quantidade de bens e serviços que um salário pode comprar em cada país.



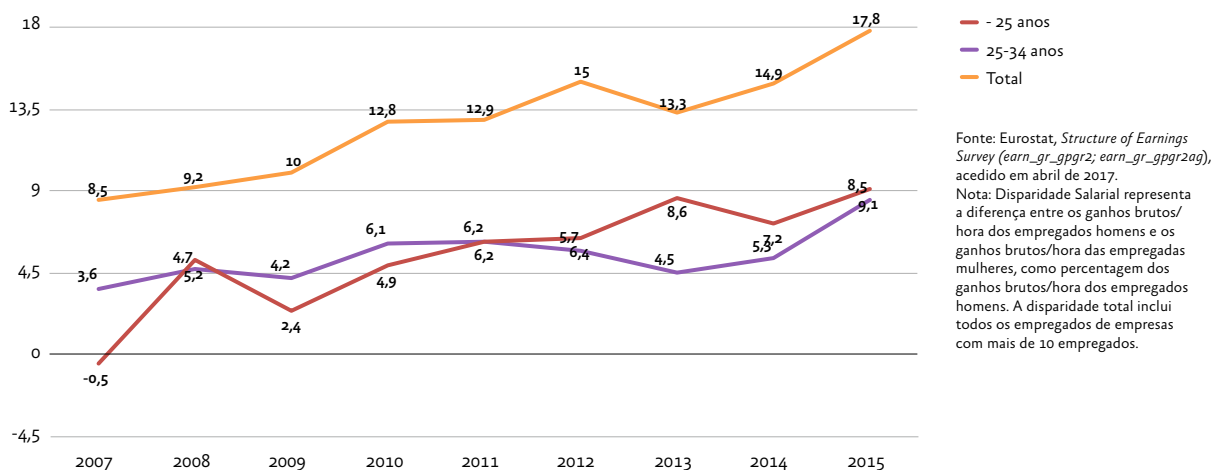
Apesar de as mulheres muitas vezes excederem as qualificações escolares dos homens, elas ganham menos do que eles. A escolaridade das mulheres entre os 15 e os 29 anos compensa no acesso ao mercado de trabalho, como já se viu: mais emprego e menor desemprego quanto mais elevadas qualificações escolares tiverem. As mulheres mais escolarizadas ganham mais do que as outras. Contudo, o investimento das mulheres na escolaridade continua a ser insuficiente para

eliminar a disparidade salarial face aos homens, que aliás aumenta à medida que aumentam os níveis de ensino, como se vê na Figura 2.21.

Em Portugal, a progressiva conquista da igualdade de género na participação e integração das mulheres na esfera pública e no mundo do trabalho parece ser inversamente acompanhada pelo aumento da disparidade salarial (Figura 2.20). Mais, observa-se que a mudança da disparidade salarial penalizadora para as mulheres tem seguido uma tendência crescente em todos os grupos etários.

Esta tendência de crescimento da disparidade salarial é particularmente evidente entre as/os mais jovens (com menos de 25 anos de idade) (Figura 2.20). Entre as/os jovens a disparidade evolui de valores favoráveis às mulheres em 2007 para um cenário de penalização das mulheres em 2015, significando um aumento de 9.65 p.p. neste período.

Figura 2.20 Evolução da disparidade salarial em Portugal (menos de 25 anos e dos 25 aos 34 anos), 2007 a 2015 (%)



O investimento das mulheres numa escolarização mais longa não corresponde, assim, a vantagens na integração no mercado de trabalho verificando-se a persistência de tetos de vidro e diferenças salariais, bem como uma tendência para maior precarização das mulheres.

Note-se ainda a transversalidade da desigualdade das remunerações mensais entre mulheres e homens jovens, em Portugal e na UE 27, por profissões, como se pode verificar na Figura 2.21. Não só se observa a distância já notada entre as médias dos salários portugueses e os da UE 27 como se salienta que a desigualdade se verifica em todos os grandes grupos profissionais, dos mais qualificados e com remunerações mais elevadas aos de menor qualificação e rendimento. No caso da população jovem regista-se, no entanto, que as diferenças nas remunerações dos menos qualificados são mais expressivas, quer no

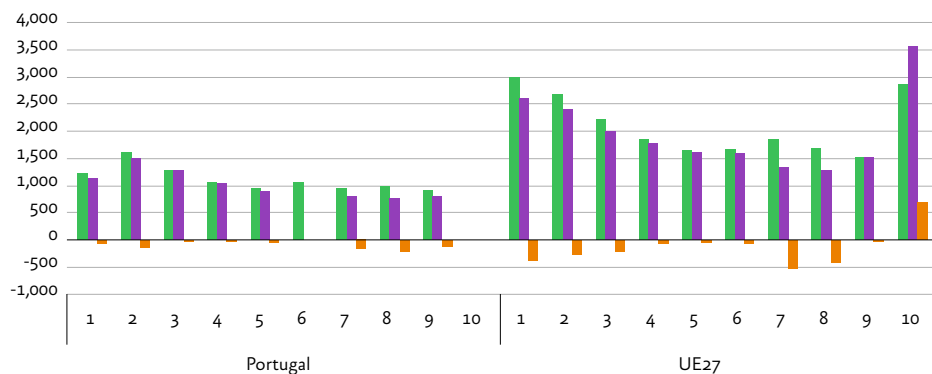
caso português, quer na UE 27. Assim, em Portugal, a maior disparidade salarial por profissão, neste grupo etário, situa-se nos/as Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (8) e assume os 217€, logo seguida dos Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7), com valores de 164€. Sabendo como estes salários são já baixos, percebe-se que as desigualdades para as mulheres jovens são particularmente gritantes neste grupo, chegando a receber menos um terço do que os homens recebem no desempenho da mesma profissão. O terceiro grupo profissional onde se verifica maior disparidade é o dos Especialistas das atividades intelectuais e científicas (2) atingindo a diferença de remuneração mensal entre mulheres e homens os 142€.

No caso da UE 27 as disparidades ainda são mais expressivas mas desta vez, quer nos grupos de profissões mais qualificadas, quer nos que exigem menos qualificações, embora sejam superiores nos últimos, tal como em Portugal. Assim, as disparidades maiores na UE 27 encontram-se nos Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7), que atingem o elevado valor de 526€, seguidas dos/as Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (8) com diferenças na ordem dos 407€ e só depois dos Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1) 372€ e depois os/as Especialistas das atividades intelectuais e científicas (2) que atinge a diferença 264€

Figura 2.21 Remuneração mensal, por tipo de profissão, em PPC, por sexo, menores de 30 anos, em Portugal e UE 27, 2014

■ Homens
■ Mulheres
■ Diferença

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (2014), (*earn_ses14_21*), acedido em setembro de 2017
Nota 1: 1 – Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as; 2 – Especialistas das atividades intelectuais e científicas; 3 – Técnicos/as e profissionais de nível intermédio; 4 – Pessoal administrativo; 5 – Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; 6 – Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta; 7 – Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices; 8 – Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; 9 – Trabalhadores/as não qualificados/as.
Nota 2: PPC, Paridade de Poder de Compra é uma unidade monetária artificial, através da qual se avalia a quantidade de bens e serviços que um salário pode comprar em cada país.



Como explicar estas disparidades e contradições aparentes? Não podemos dissociar a disparidade salarial da persistência de quatro fenómenos.

Primeiro, a desvalorização simbólica e material daquilo que as mulheres fazem e produzem e das suas capacidades, especialmente na dimensão produtiva e no espaço público que atravessa de forma transversal todas as profissões (Connell, 1987; Young, 2010).

Em segundo lugar, a manutenção de tetos de vidro, isto é, a imposição tácita ou explícita de limites à progressão na carreira profissional das mulheres, determinando maior dificuldade de acesso a posições de responsabilidade, supervisão, ou coordenação, e consequentemente limitando as suas possibilidades remuneratórias. A segregação vertical contribui para a disparidade entre homens e mulheres a nível dos rendimentos e do acesso a lugares de poder e liderança.

A segregação horizontal contribui, em terceiro lugar, para explicar as desigualdades entre homens e mulheres, nomeadamente a disparidade de rendimentos. O problema da discriminação remuneratória é efetivamente resultante não só do facto de os homens ocuparem as posições de topo, mas também da estrutura diferenciada de género nas ocupações menos qualificadas dos sectores secundário e terciário da economia. As mulheres continuam sobre representadas no sector dos serviços, onde os empregos (sobretudo os menos qualificados nas áreas da saúde, da educação e dos serviços pessoais e de limpeza) são, de uma forma geral, menos bem remunerados do que os empregos na indústria e na construção, onde predominam os homens.

Em quarto lugar deve considerar-se o conservadorismo e a persistência dos estereótipos no mercado de trabalho que se revela, entre outros aspetos, na ideia de que as mulheres são cuidadoras naturais (cuidadoras em primeira instância e só em segunda instância trabalhadoras e profissionais), colocando-as numa situação de maior vulnerabilidade (Casaca, 2012; Rubery, 2014). O conservadorismo no mercado de trabalho produz desigualdades objetivas entre mulheres e homens, em parte, através de um mecanismo de reprodução social da desigualdade que se pode dizer que funcionam como um *ciclo vicioso* que condiciona o acesso das mulheres a trabalhos de qualidade e que se começa a desenhar nesta idade da vida.

Persiste assim uma ideologia de género que contamina o mercado de trabalho e as entidades empregadoras, produzindo um regime de género (Connell, 1987) no mundo do trabalho que continua a basear-se em estereótipos e em práticas discriminatórias penalizadoras das mulheres (Young, 2010; OIT, 2016). Ou seja, trata-se de uma cultura organizacional que, por um lado, naturaliza a desigualdade e reproduz a conceção do homem como referente universal, isto é, como modelo de trabalhador ideal. E, por outro, desvaloriza as mulheres, as suas capacidades e competências e, sobretudo, continua a perpetuar a ideia de que o lugar ‘natural’ das mulheres não será na esfera produtiva mas sim na reprodutiva.

De forma simples, está-se perante uma *self fulfilling prophecy* (Merton, 1948): as mulheres correspondem àquilo que delas é esperado pelos regimes de género desiguais que organizam o mercado de trabalho e que lhes condicionam o percurso profissional; com esses percursos limitados, as mulheres não conseguem apresentar-se com o mesmo tipo de experiências profissionais

do que os homens (tomados como modelo ideal do trabalhador); daqui resulta um conjunto de consequências objetivas para elas: maior dificuldade em aceder a trabalhos de qualidade e mais bem pagos, reforçando um percurso profissional precarizado; reforço dos estereótipos de género que as colocam numa posição estruturalmente desvalorizada na esfera pública; justificação dos papéis tradicionais de género e da ideia de serem em primeira instância cuidadoras e só depois profissionais (Rubery, 2014); finalmente e fechando um ciclo vicioso, a legitimação de uma cultura organizacional e de um mercado de trabalho organizado em torno de uma ideologia de género desigual.

Daqui resulta que as mulheres estão sujeitas a formas de trabalho mais precárias e mais mal pagas, em parte, por causa da sobrecarga com responsabilidade e obrigações familiares (Young, 2010).

Mas, o que explica a maior precariedade salarial das mulheres na fase de transição para a vida adulta? Responder a esta questão implica fazer uma análise de potenciais fatores explicativos do rendimento dos e das jovens trabalhadores/as entre os 15 e os 29 anos. As regressões lineares¹¹, simples e múltiplas realizadas permitiram identificar os fatores que mais influenciam o rendimento mensal para as mulheres e homens entre os 15 aos 29 anos no conjunto dos países em análise (Quadro 2.5).

Os resultados revelam, desde logo, a importância do nível de escolaridade: para o conjunto dos países em análise (exceto para Espanha), quando mais elevado o nível de escolaridade concluído maior o rendimento dos e das jovens entre os 15 e os 29 anos. O nível de escolaridade obtido influencia positivamente o rendimento (ver Quadro 2.5 e Quadro 2.6), o que aliás confirma a ideia já exposta de que as raparigas mais escolarizadas ganham mais do que aquelas que interrompem mais cedo o percurso escolar.

Em segundo lugar, torna-se claro que, para parte importante dos países em análise (Portugal, Finlândia, Alemanha, França e Espanha) ser-se mulher interfere negativamente no rendimento mensal obtido: ser mulher significa ter menos rendimento mensal (Quadro 2.5).

Quadro 2.5 Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos dos 15 aos 29 anos, por país, 2015

¹¹. Uma regressão linear é um procedimento estatístico que permite medir a associação linear entre as variáveis estudadas. Na regressão linear há uma, ou mais, variáveis explicativas (ou independentes) e uma variável explicada (ou dependente). O que se pretende saber é se a variável explicativa ajuda (ou não) a explicar o comportamento da variável explicada (dependente). A existência ou não da relação entre as variáveis verifica-se através do valor de r e a influência, negativa ou positiva, verifica-se pelo valor do β .

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015
Nota 1: n.s. – relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa. Possíveis razões para a não significância dos resultados podem dever-se ao facto de haver ou poucas respostas ou respostas não válidas para determinada variável.
Nota 2: ISCED – nível de escolaridade mais alto obtido.

	Portugal	Polónia	Suécia	Finlândia	Alemanha	França	Espanha	Rep. Checa	Reino Unido
Sexo (feminino)	-	n.s.	n.s.	-	-	-	-	n.s.	n.s.
ISCED	+	+	+	+	+	+	n.s.	+	+
Cuidar de crianças	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	-	-	n.s.	n.s.	n.s.
Cuidar da casa	-	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	-	-	n.s.	n.s.

Num primeiro passo no sentido da construção de um modelo explicativo (regressão múltipla), torna-se evidente que a conjugação da variável sexo com a escolaridade explica melhor o comportamento do rendimento mensal, sobretudo em Portugal e na República Checa. Assim, nestes países, ser homem com elevado nível de escolaridade eleva o rendimento mensal. Confirma-se, adicionalmente, a ideia já exposta de que o maior investimento das raparigas na escolaridade aumenta os seus rendimentos mas não de forma suficiente para anular a disparidade salarial relativamente aos homens.

2.2.2.7 Claras desvantagens das jovens no mercado de trabalho

Neste retrato percebem-se intensos contrastes e paradoxos, entre progressos claros no sentido da igualdade de género e recuos, entre mudanças e resistências (Maruani, 2003). Apesar das conquistas alcançadas no plano da igualdade de género, nada é para sempre, percebendo-se que a fragilidade destas conquistas esbarra em riscos de retrocesso que se tornaram mais evidentes num período recente de crise económica e de austeridade (Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014; Casaca, 2012; Rubery, 2014; Wall *et al.*, 2016).

Por um lado, historicamente, as mulheres portuguesas estão fortemente envolvidas no mercado de trabalho. O trabalho é um aspeto central das suas vidas e identidade, o acesso a profissões prestigiadas e socialmente valorizadas tem sido progressivamente acentuado (Torres, 2004; Casaca, 2009 e 2012). As mulheres representam hoje, por exemplo, já em Portugal a maioria do contingente dos/as magistrados/as juizes/as e procuradores/as e dos/as médicos/as, como se verá à frente.

Mas, ao mesmo tempo, as mulheres em Portugal começam a acumular, desde muito cedo (entre os 15 e os 29 anos), um conjunto de desvantagens ou desigualdades no mercado de trabalho: (i) são mais frequentemente contratadas em regimes precários do que os homens; (ii) o que as remete para tipos de trabalho menos qualificados; (iii) são mais mal pagas do que eles; (iv) a disparidade salarial assume uma tendência que as penaliza em vez de as aproximar de uma lógica igualitária.

Apesar da significativa autonomia que as mulheres conquistaram, as relações sociais no mercado de trabalho continuam a revelar obstáculos culturais à igualdade de género e conservadorismo nas organizações (Wall *et al.*, 2016).

Apesar do lugar das mulheres no mercado de trabalho não ser questionado por homens ou mulheres (Torres, Coelho e Cabrita, 2013), os salários dos homens superam consideravelmente os das mulheres e logo numa fase inicial da integração no mercado de trabalho.

As mulheres portuguesas são protagonistas de notáveis transformações nas suas vidas, contudo, muitas continuam sem conseguir encontrar qualidade nas formas de integração no mercado de trabalho ou estabilidade profissional (ou nas suas vidas em geral). Em Portugal, o problema não estará na participação das mulheres no mercado de trabalho, mas antes na qualidade dos trabalhos a que as mulheres têm acesso. Porque, as formas flexíveis de trabalho implicam riscos acrescidos em particular para as mulheres, nomeadamente em torno da sua independência e autonomia financeira, da construção dos seus projetos de vida autónomos, do desemprego ou do encadeamento da vida em sucessivos trabalhos temporários (Casaca, 2009 e 2012).

2.2.3 Género, família e condições de vida

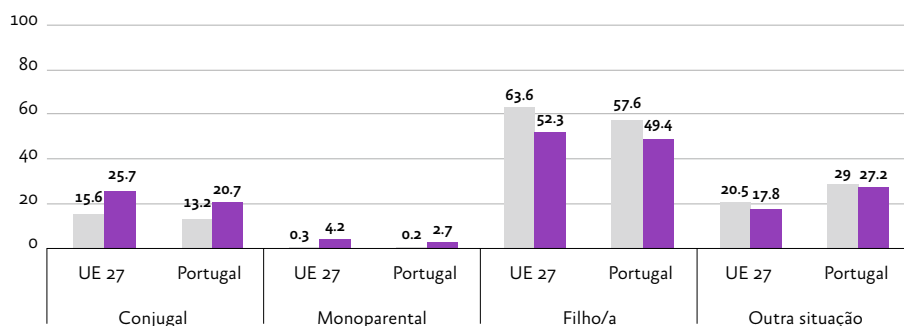
2.2.3.1 As jovens autonomizam-se mais cedo do que os jovens

A maior parte das mulheres e homens jovens dos 15 aos 29 anos estão ainda a viver em casa dos pais e é pouco expressiva a percentagem daqueles/as que vivem já em conjugalidade, quer em Portugal, quer na UE 27, como se pode verificar na Figura 2.22, embora esta seja uma média que esconde realidades bem distintas entre os países da Europa. Também se registam mais mulheres jovens a viver em conjugalidade do que homens, quer em Portugal, quer na UE 27.

Figura 2.22 Tipos de famílias dos jovens entre os 15 e os 29 anos, por sexo, em Portugal e na UE 27, 2011 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, Censos 2011
(*xloutput_HC07_2017_04_21_11_58*),
acedido em maio de 2017.
Nota: Filho/Filha representa os jovens
dos 15 aos 29 anos que residem
com, pelo menos, um dos pais (no
caso dos pais serem divorciados, por
exemplo). A outra situação inclui as
não respostas e o não aplicável.

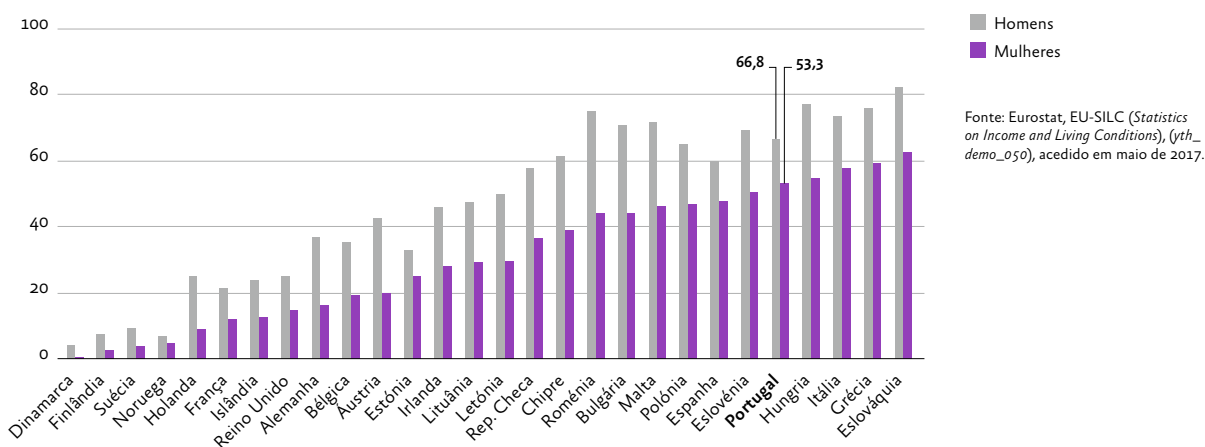


No entanto, a proporção de jovens mulheres e homens a viver em casa dos pais aumenta à medida que se desloca a análise da Europa do norte para centro e leste e, finalmente, se olha para o sul. Com efeito, quando se analisam os processos de autonomização das mulheres e dos homens entre os 15 e os 29 anos – processo que funciona como um preditor social da transição mais ou menos ritualizada para a vida adulta (Pais, 2009) – enfrenta-se uma Europa dividida a dois. No contexto europeu, os países nórdicos (juntamente com

a Holanda e a França) são aqueles que de forma destacada apresentam uma menor proporção de mulheres e homens entre os 15 e os 29 anos a viver em casa dos pais (Figura 2.23).

Importa ainda registar que este estatuto excecional dos países nórdicos no que respeita aos processos de autonomização das mulheres e dos homens entre os 15 e os 29 anos é reforçado pela análise dos tipos de famílias com quem vivem os jovens deste grupo etário. Por um lado, os países nórdicos (à exceção da Islândia) são aqueles que de forma destacada apresentam uma menor proporção de mulheres e homens entre os 15 e os 29 anos a viver em casa dos pais: nestes países a esmagadora maioria das pessoas nestas idades (mais de 80% das mulheres e dos homens) já não vive em casa dos pais. Por outro, é bastante comum (por exemplo, na Suécia) que esta saída de casa da família esteja associada à entrada em formas alternativas de autonomização, que não necessariamente a da conjugalidade.

Figura 2.23 Proporção de jovens dos 15 aos 29 anos a viver em casa dos pais, por país e sexo, 2013 (%)



Em contraponto, a par de outros países do sul e do leste da Europa, Portugal apresenta dos valores mais elevados de jovens que permanecem a viver em casa dos pais: mais de metade dos homens (66,8%) e das mulheres (53,3%) entre os 15 e os 29 anos permanecem a viver em casa dos pais (Figura 2.23).

Em Portugal e na Europa, há menos mulheres do que homens entre os 15 e os 29 anos a viver em casa dos pais e elas saem mais cedo do que eles. Em primeiro lugar, tendo em consideração a média da UE a 27 percebe-se que a maioria dos homens (57,6%) neste grupo etário permanece a viver em casa dos pais. Mas, em contrapartida, menos de um terço das mulheres (30,6%) da mesma idade se encontra na mesma situação de não autonomia (ver em anexo Quadro Síntese A1).

Em segundo, verifica-se que, de forma transversal a todos os países da Europa (em análise), a proporção de mulheres entre os 15 e os 29 anos de idade a viver em casa dos pais é menor do que aquela registada para os homens na mesma fase da vida (Figura 2.23).

Em terceiro, também se observa, de forma transversal a toda a Europa, que a média de idade de saída de casa dos pais é menor entre as raparigas do que entre os rapazes (Figura 2.24).

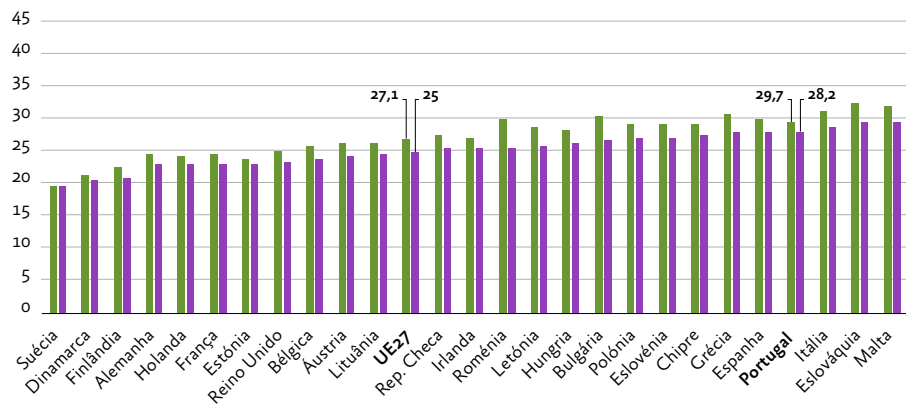
Em Portugal também se assinala o facto de as mulheres saírem em média cerca de um ano mais cedo de casa dos pais do que os homens: a média de idade de saída é de 28,2 anos e a dos homens cifra-se em 29,7 anos (Figura 2.24). Contudo, é um dos países onde os jovens mais tarde se autonomizam: as mulheres saem de casa dos pais 8,6 anos mais tarde do que as mulheres suecas e os homens portugueses saem 10 anos mais tarde do que os suecos.

No quadro europeu as mulheres dos países nórdicos (Dinamarca, Suécia, Finlândia e Noruega) são as pessoas que mais cedo saem de casa dos pais. Por exemplo, na Suécia os homens autonomizam-se aos 19,7 anos e as mulheres aos 19,6 anos, valores que ficam bem abaixo da média da UE a 27 (Figura 2.24). Em contraponto, encontram-se os países do sul e do leste da Europa com as idades mais elevadas de autonomização.

Figura 2.24 Média de idade de saída de casa dos pais, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (yth_demo_030)*,
acedido em maio de 2017.



As diferenças que se registam entre o caso de Portugal e o resto da Europa, no plano da autonomização residencial, nomeadamente relativamente aos países nórdicos, não serão alheias à normalização das formas de integração no mercado de trabalho não estandardizadas que já se assinalou, ao que se associa a desestandardização da linearidade das cronologias de vida, progressivamente mais desalinhas e marcadas por trajetórias menos padronizadas e mais diversificadas, por percursos biográficos ziguezagueantes e potencialmente

reversíveis (Pais, 1996; Gauthier, 2000; López Blasco, 2003; Alves *et al.*, 2011; Ferreira e Nunes, 2014).

As formas instáveis de integração no mercado de trabalho, a flexibilidade e o carácter precário dos vínculos, os baixos salários, o risco de desemprego, a incapacidade de aceder aos recursos e à segurança necessários para se cumprir o projeto individual de existência (Ferreira, 2006; Devadason, 2008; Alves *et al.*, 2011; Ferreira e Nunes, 2014), noutros casos reversível ou mantendo uma relativa dependência financeira (Ferreira e Nunes, 2014; Alves *et al.*, 2011), resultam numa desvalorização e adiamento daqueles que têm sido considerados marcadores de transição para a idade adulta: a inserção no mercado de trabalho, a autonomização residencial face à família de origem, a conjugalidade informal e/ou formal, e a parentalidade (Ferreira e Nunes, 2014).

Esta desvalorização não deixa de estar relacionada com o confronto entre a situação de impasse vivida por muitos jovens em relação ao seu futuro – porque a precariedade define as suas trajetórias e experiências, não conseguindo reunir as condições de independência económica – e a persistência de normatividades etárias, isto é, idades consideradas ideais para se darem determinados passos ao longo do curso de vida (Pais, 2009).

A saída de casa dos pais pode ser um processo mais fluido do que um marcador, podendo esconder trajetórias variadas (Pais, 2009) com sucessivas saídas e regressos a casa dos pais (Golscheider e Golscheider, 1999; Mulder, 2009), ou situações de semiautonomia de jovens que vivem entre a casa dos pais e a sua própria casa (Golscheider e Golscheider, 1999).

2.2.3.2 Diferenças na idade de saída de casa dos pais na Europa: o que as pode explicar?

A diversidade e disparidade que atravessa a Europa não deixam de ter consequências analíticas e teóricas na tentativa da sua explicação. No sentido de compreender e as diferenças na idade de saída de casa dos pais, pode-se avançar com um conjunto de hipóteses explicativas que não são mutuamente exclusivas.

Importa ter em conta, por um lado, as condições institucionais. O padrão de desigualdade no interior da Europa a que se tem feito referência não será estranho às diferenças dos contextos institucionais, como o desenvolvimento dos estados providência, as políticas públicas específicas, ou os regimes de género (Karemissini, 2014; Rubery, 2014; Ferreira, 2014; Nico, 2014).

Neste sentido, a saída de casa dos pais em idade mais precoce que se regista nos países nórdicos deve-se, pelo menos parcialmente, à existência de um estado providência que os beneficia em diferentes planos: primeiro, nestes países existem políticas que promovem a articulação entre a escola e a autonomização

desde cedo na vida dos e das jovens. Por exemplo, na Noruega existe um sistema misto de bolsas (a fundo perdido) e de empréstimos (reembolsável pelos alunos em prazos alargados) destinado tanto a estudantes do ensino secundário como do ensino superior, permitindo que as e os jovens se autonomizem em idades relativamente precoces. Ao mesmo tempo, nos países nórdicos os e as jovens – muitas vezes na busca da sua primeira experiência profissional – enfrentam um mercado de trabalho mais favorável e menos hostil: os níveis de precariedade laboral ou salarial nestes países são menores do que em Portugal. Finalmente, e parcialmente em consequência dos pontos anteriores, a concretização dos projetos de autonomização das e dos jovens é facilitada por uma menor dependência relativamente aos apoios diretos dos pais e das condições de acesso a recursos materiais e sociais das suas famílias de origem (Sawrtz e O'Brien, 2009).

Em contraponto, em países com regimes de estado providência mais limitados – como é o caso de Portugal e outros países do sul da Europa – e/ou onde a integração no mercado de trabalho se revela menos linear, os pais e a permanência em casa dos pais traduz-se numa fonte importante de apoio (Torres *et al.*, 2012; Torres, Coelho e Cabrita, 2013; Nico, 2014).

De forma breve, nos países onde a integração no mercado de trabalho, as condições de vida, e a transição para a vida adulta não são percebidas como um desafio exclusivamente individual – isolando as mulheres e homens, responsabilizando-as pelos seus trajetos – mas também como um problema coletivo das sociedades, verifica-se que a população jovem sai mais cedo de casa dos pais. Por seu turno, em países com regimes de estado providência mais limitados (Torres, Coelho e Cabrita, 2013) – como é o caso de Portugal e outros países do sul da Europa – ou onde, como se tem vindo a observar, o mercado de trabalho se apresenta hostil para os jovens, os pais são fonte importante de apoio e daí a permanência na casa dos pais se prolongar por mais tempo (Nico, 2014).

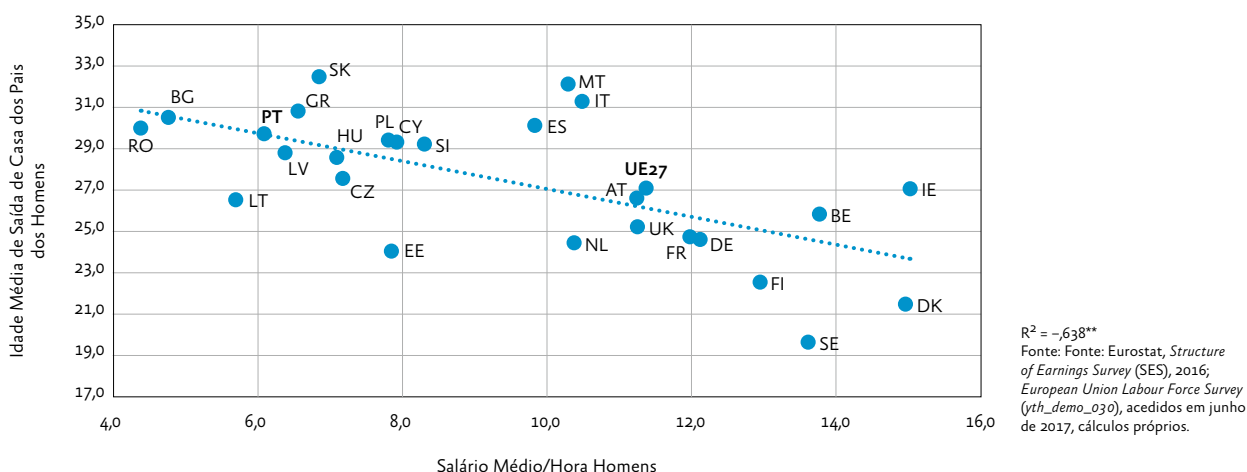
Mas há ainda a considerar as condições objetivas de vida e autonomização. Para além do potencial apoio familiar, as condições de integração no mercado de trabalho revelam-se um fator determinante no processo de autonomização, uma vez que a transição para a vida adulta e a saída de casa dos pais implicam, precisamente, algum grau de autonomia e de estabilidade financeira (Alves *et al.*, 2011; Mulder e Clark, 2000), bem como um trabalho estável (Mulder, 2009).

De facto, verifica-se que, quanto mais baixo for o rendimento do trabalho (salário) dos/as jovens, mais tarde saem de casa dos pais. De forma inversa, os países onde os jovens têm melhores remunerações do trabalho são também os locais onde mais cedo se autonomizam (Figura 2.25 e Figura 2.26).

Reforçando a noção de um fosso que separa a Europa nórdica da do sul e de leste, quanto à inscrição dos jovens no processo de autonomização, não será de estranhar que de um lado se possa identificar a Suécia, a Dinamarca e

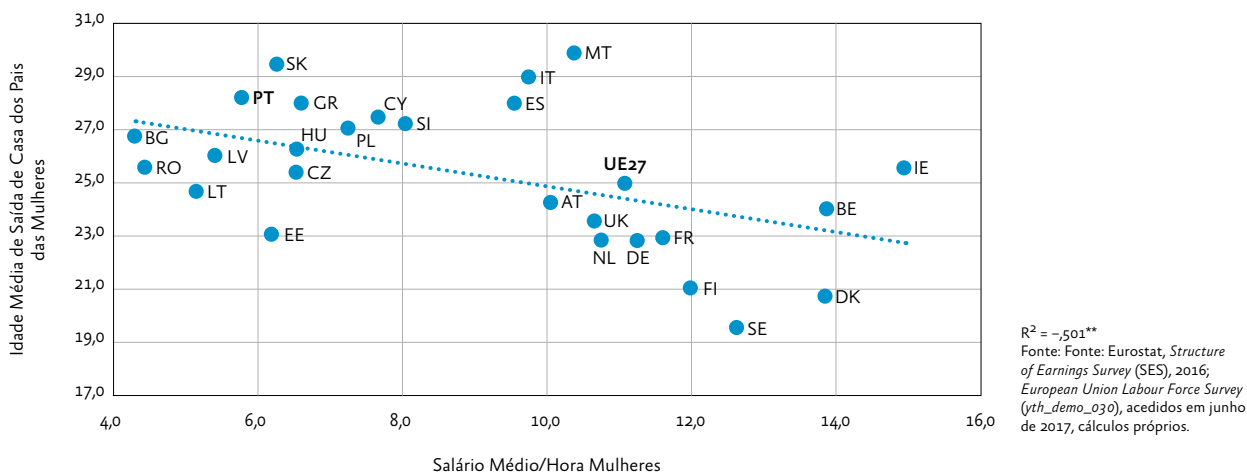
a Finlândia, países onde os salários são mais elevados entre os jovens homens e que se registe a idade mais precoce de autonomização dos homens; e de outro se localize Portugal e a Polónia como os países onde mais tarde se sai de casa dos pais, mas também onde os homens têm salários mais baixos.

Figura 2.25 Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (homens 15-29 anos), 2015



No caso das mulheres o padrão de desigualdade na Europa mantém-se. De um lado, a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia, onde as mulheres são melhor remuneradas e saem mais cedo de casa dos pais; do outro, Portugal e a Eslováquia (Figura 2.26).

Figura 2.26 Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (mulheres 15-29 anos), 2015



Podemos destacar assim o valor das remunerações, bem como a estabilidade da relação laboral, como fatores decisivos para os projetos de autonomização (Alves *et al.*, 2011). Neste sentido, as dificuldades sentidas no mercado de trabalho geram problemáticas situações de impasse (Pais, 2009). A precariedade das formas de integração no mercado de trabalho – percebidas através dos vínculos laborais temporários e pelos baixos rendimentos do trabalho – ultrapassa o universo das relações profissionais e tem efeitos estruturantes ao nível da autonomia financeira, da autonomia face à família de origem, estendendo-se a uma precariedade existencial que organiza e limita a capacidade de as mulheres e os homens nesta idade da vida construírem projetos individuais (Alves *et al.*, 2011).

Tomando o desemprego como um bom indicador para a precariedade e instabilidade sentida pelos jovens no mercado de trabalho, importa neste momento reconhecer que o desemprego tem um efeito estruturante e condicionador da vida das jovens mulheres e dos jovens homens em Portugal e na Europa. Percebe-se que quanto mais elevado for o nível de desemprego num determinado país europeu, mais tarde as mulheres e os homens conseguem inscrever-se em processos de autonomização. Mantendo-se o padrão de cisão da Europa, é nos países nórdicos onde se encontram os mais baixos níveis de desemprego entre os jovens (tanto para homens como para mulheres) que se registam as idades mais precoces de saída de casa dos pais (Figura 2.27 e Figura 2.28).

Figura 2.27 Correlação taxa de desemprego/média de idade saída de casa dos pais (homens 15-29 anos)

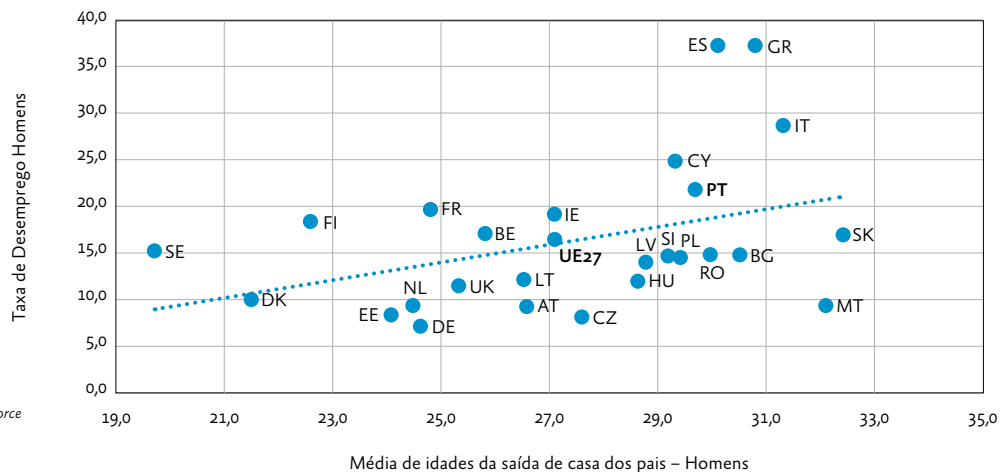
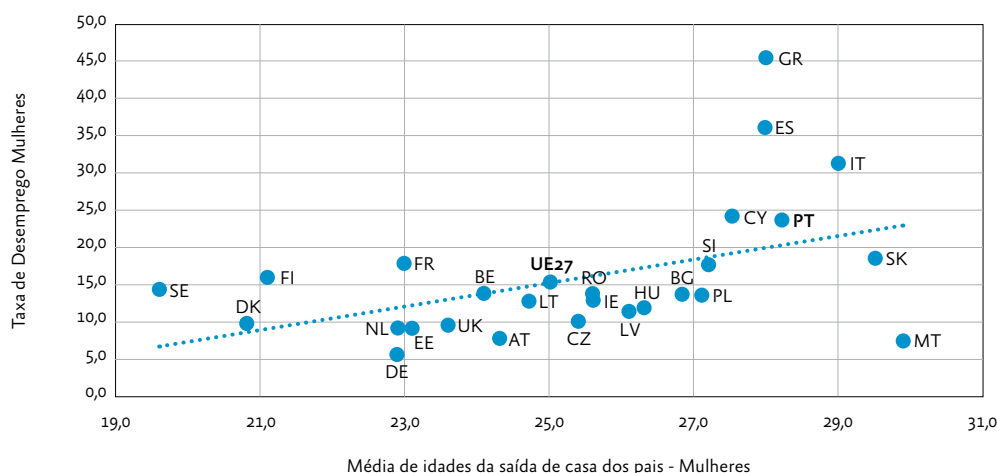


Figura 2.28 Correlação taxa de desemprego/média de idade saída de casa dos pais (mulheres 15-29 anos)



$R^2 = 0,467$

Fonte: Fonte: Eurostat, (*lfsa_ugan*; *lfsa_agan*); European Union Labour Force Survey (*yth_demo_030*), acedidos em junho de 2017, cálculos próprios.

Porque saem os homens, na maioria dos países, mais tarde do que as mulheres de casa dos pais? As potenciais razões para a saída tardia dos homens de casa dos pais produzem-se no cruzamento entre seu lugar social e os seus ideais de género e de masculinidade.

Para alguns a saída tardia de casa dos pais, não sendo alheia às condições objetivas (aos recursos económicos a que se consegue aceder), poderá estar relacionada com a tentativa de cumprimento de uma masculinidade adequada que torna necessária a afirmação profissional e económica medida através do sucesso e do dinheiro (Connell, 1985 e 2002; Kimmel, 2000). Neste caso, os jovens apenas arriscam a autonomização quando julgam deter os recursos necessários para ter uma vida economicamente estável. Para eles, permanecer em casa dos pais será uma forma de poupança individual para a concretização bem-sucedida do projeto de autonomização e de afirmação identitária.

Para outros, sobretudo das classes mais destituídas de recursos económicos, a permanência prolongada em casa dos pais pode associar-se a lógicas de evitamento de situações de pobreza ou exclusão social através da acumulação de rendimentos dos diferentes membros do agregado. Neste caso, a permanência em casa dos pais transforma-se num importante contributo para o rendimento familiar.

Por seu turno, a forma mais precoce com que as mulheres europeias – incluindo as portuguesas – saem de casa dos pais através da entrada em projetos de conjugalidade (Figura 2.22) não pode deixar de estar relacionada com a vigilância e controlo parental mais intenso a que são historicamente submetidas. Em consequência, a saída de casa dos pais pode significar, em muitos casos, a sensação de libertação e possibilidade de experimentação da vida e da sua sexualidade de forma mais livre.

Finalmente, tendo em consideração a forma como as mulheres são historicamente socializadas no sentido de cumprirem com a ideia de que são cuidadoras naturais, permite imaginar que as mulheres conquistem mais cedo do que os homens as competências e capacidades necessárias para cuidarem de si e dos aspetos quotidianos da vida e da casa de forma autónoma.

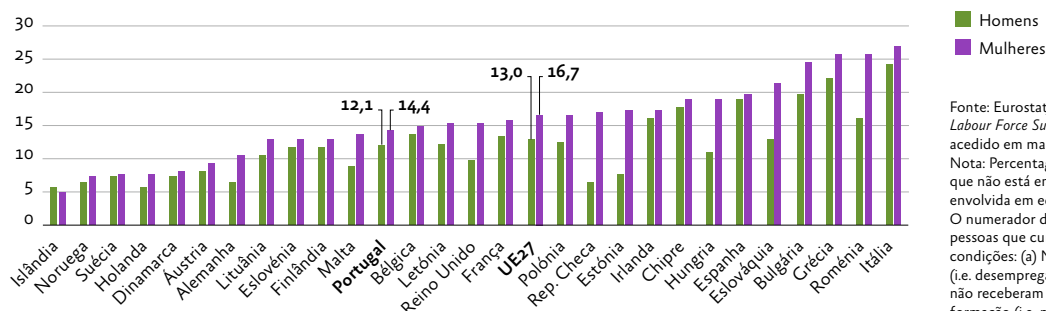
Quando se fala do conjunto de transições socialmente prescritas que tendem a definir a fase de transição para a vida adulta (Pais, 2009), tende a associar-se esses momentos a profundas mudanças na relação entre as estruturas sociais e a biografia dos indivíduos (Bertaux, 1981; Elder, 1985; Beck, 1992, 1993; Beck-Gernsheim, 1995; Buchman, 1989; Furlong and Cartmel, 1997). Isto é, ao argumento da desestandardização no ordenamento e sequenciação dos acontecimentos, (Brannen e Nielsen, 2002), ou ainda à desestandarização como a alteração de biografias mais institucionalizadas ou estruturalmente delimitadas, para outras formas mais individualizadas (Beck, 1992, 1993; Beck and Beck-Gernsheim, 1995; Giddens, 1991). Contudo, tem-se estado a perceber que os constrangimentos estruturais, sejam eles determinados pelos recursos económicos (rendimento) ou pelo acesso ao trabalho (desemprego), não deixam de estar presentes na capacidade que mulheres e homens têm à sua disposição para desenharem e ‘escolherem’ os seus projetos de vida individuais.

2.2.3.3. Nem a estudar, nem a trabalhar: mais mulheres do que homens

O contingente dos ‘nem-nem’ – jovens que não se encontram nem a estudar, nem a trabalhar – é um grupo socialmente heterogéneo (Inui, 2009). Aqui estão localizadas/os jovens em desemprego de longa duração, jovens cuidadoras/es informais de crianças ou de outros dependentes, pessoas doentes ou incapacitadas, ou ainda jovens em pausa nos estudos ou entre os estudos e a entrada no mercado de trabalho (Furlong, 2006; Inui, 2009).

A emergência do fenómeno das/os jovens ‘nem-nem’ também reflete a crescente heterogeneidade e precariedade nas formas de transição entre a juventude e a vida adulta. De forma simples, poder-se-ia dizer que há jovens que conseguem desenhar biografias com elevado grau de autonomia e de escolha, porque se encontram em posições de acesso privilegiado a recursos; jovens que seguem biografias mais ou menos lineares; e jovens com biografias de risco, incluindo-se aqui aqueles que são apanhados em condições de destituição económica, risco de pobreza, precariedade e insegurança relativamente ao presente e ao futuro devido à falta de recursos (Inui, 2009).

Figura 2.29 Jovens nem a estudar nem a trabalhar, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey* (yth_empl_160), acedido em maio de 2017.
 Nota: Percentagem da população que não está empregada, nem está envolvida em educação e formação. O numerador do indicador refere-se às pessoas que cumprem as seguintes duas condições: (a) Não estão empregadas (i.e. desempregadas ou inativas) e (b) não receberam qualquer educação ou formação (i.e. nem formal nem informal) nas 4 semanas que precederam o inquérito. O denominador consiste na população total, do mesmo grupo etário e sexo, excluindo os respondentes que não responderam à questão da 'participação em educação (formal) e formação regular'.

Embora este problema tenha vindo a ganhar visibilidade, verifica-se que à maior visibilidade social não corresponde, necessariamente, um aumento do fenómeno. Pelo contrário, desde 2004 a percentagem de jovens ‘nem-nem’ tem dois momentos de queda, o mais recente dos quais acontece tanto na UE a 27 como em Portugal, e em ambos os sexos, a partir de 2013, sendo particularmente notório nas/os jovens portuguesas/es.

Em todos os países europeus analisados, exceto na Islândia, existem mais mulheres do que homens que não se encontram nem a estudar, nem a trabalhar. Portugal tem no entanto uma menor percentagem de jovens nesta situação do que a média europeia a 27 (Figura 2.29). Apesar de, na UE a 27, esta disparidade ter vindo a decrescer desde 2010, verifica-se que o caso português está em contraciclo, registando-se um aumento da disparidade durante o período em análise (Figura 2.30).

A escola, o prolongamento dos percursos escolares e a obtenção de certificações avançadas (nomeadamente o nível de escolaridade mais elevado, o ensino superior) revelam-se fatores protetores dos rapazes e das raparigas relativamente à situação ‘nem-nem’. Isto é, os rapazes e as raparigas com níveis de escolaridade mais elevados são aquelas e aqueles que menos frequentemente se encontram nesta situação.

Por seu turno, o abandono escolar precoce – fenómeno que incide de forma mais clara sobre os rapazes – revela-se um fator de desproteção. Os jovens com níveis de escolaridade mais baixos são aquelas/es com maior frequência entre os ‘nem-nem’, e entre estes os rapazes mais do que as raparigas (Figura 2.31).

Figura 2.30 Jovens entre 15-29 anos nem a estudar, nem a trabalhar, em Portugal, por sexo e nível de escolaridade, 2015 (%)

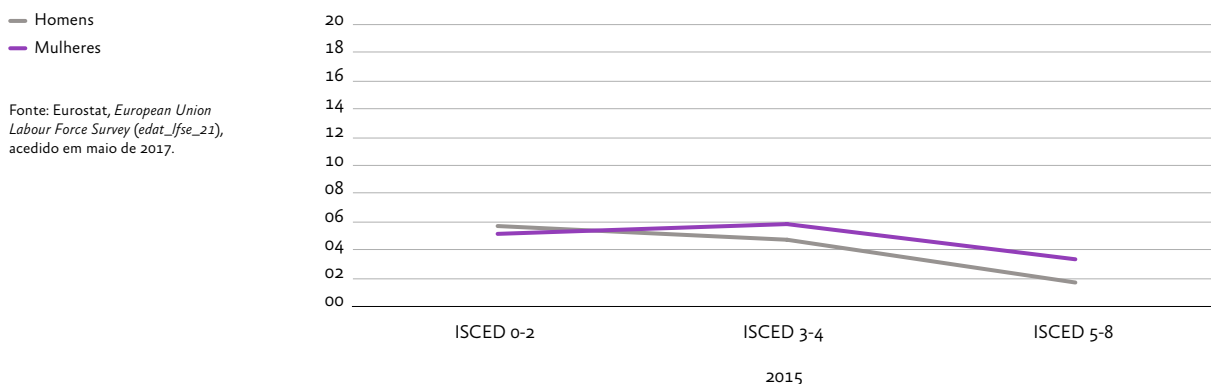
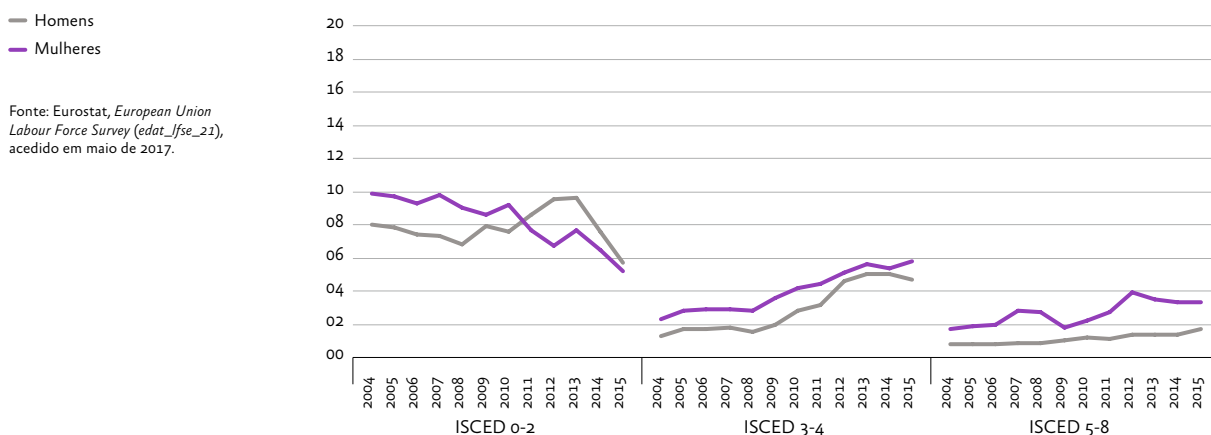


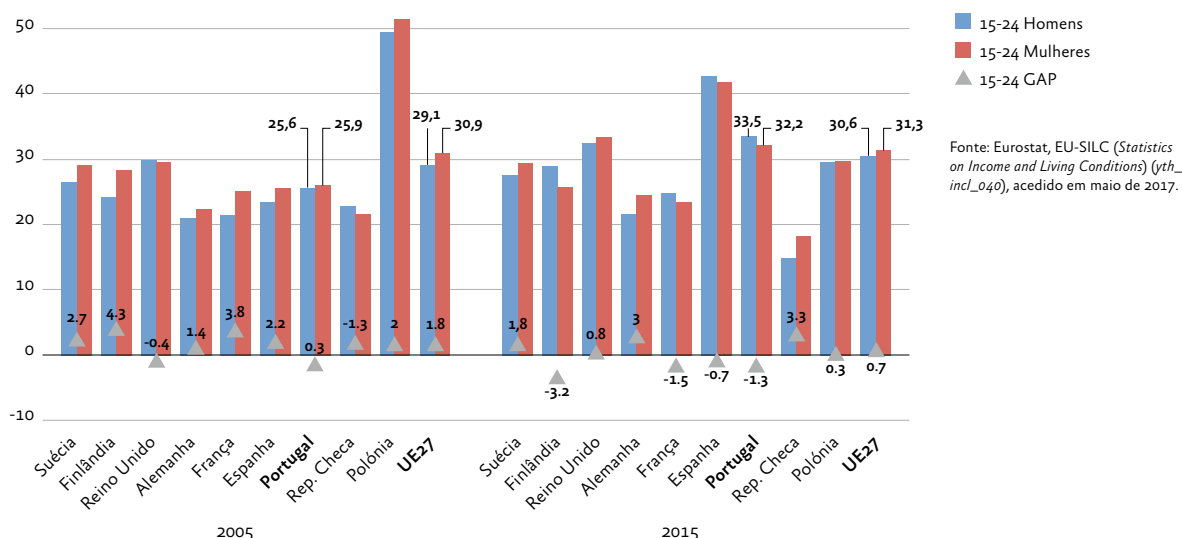
Figura 2.31 Mudança de jovens (15 aos 29 anos) nem a trabalhar, nem a estudar em Portugal, por nível de escolaridade e sexo, 2004-2015 (%)



2.2.3.4 Risco de pobreza

Em Portugal, em 2015, mais de 30% dos jovens rapazes e raparigas (33,5% e 32,2%, respetivamente) vivem em situação de risco de pobreza e exclusão social, cenário ligeiramente mais negativo do que o da média europeia (30,6% e 31,3%) (Figura 2.32). Esta proporção de jovens em risco de pobreza é superior na Espanha, tanto para os homens como para as mulheres, e no Reino Unido para as mulheres. Note-se no entanto, que em países como a Polónia os mesmos valores atingem quase os 50%. Estes valores para Portugal em 2015 revelam uma subida na proporção de jovens mulheres e homens em relação a 2005.

Figura 2.32 Risco de Pobreza e exclusão social das pessoas dos 15 aos 24 anos, por país e sexo, (2000 e 2015)



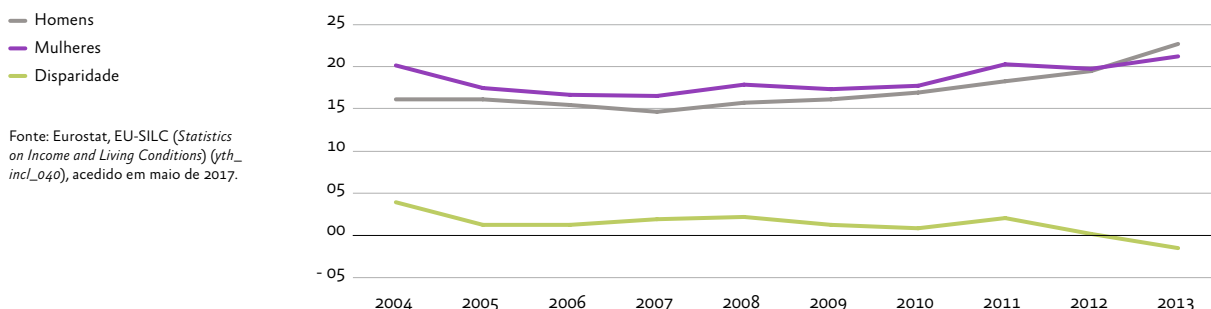
O risco de pobreza da população jovem em Portugal mantém-se relativamente estável para o período compreendido entre 2004 e 2015 (à volta dos 25%). No entanto, a partir de 2011, verifica-se um aumento do risco de pobreza e exclusão social passando para cerca de 33%, como se referiu (Figura 2.33).

A disparidade de género relativamente à exposição ao risco de pobreza e exclusão social tem vindo a diminuir, passando de uma situação mais penalizadora para as raparigas (em 2004) para um cenário em que os rapazes estão mais expostos a este tipo de riscos (2013) (Figura 2.33).

Em 2012 desaparece a disparidade de género na exposição ao risco de pobreza e exclusão social. E, em 2013 os rapazes passam a ser mais penalizados relativamente a este tipo de riscos.

Adicionalmente, viver em casa dos pais não funciona como um especial fator de proteção relativamente à exposição ao risco de pobreza e exclusão social de jovens entre os 15 e os 29 anos de idade.

Figura 2.33 Evolução dos jovens, dos 15 aos 29 anos em situação de risco de pobreza, por sexo, em Portugal, 2004-2013 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (*Statistics on Income and Living Conditions*) (yth_incl_040), acedido em maio de 2017.

2.2.3.5 Trabalho não pago e cuidados à família

Observa-se uma transformação dos valores associados aos papéis de género na família, ganhando terreno a perceção de que o homem tem tanta responsabilidade quanto a mulher na condução da vida familiar (Torres *et al.*, 2012; Torres, Coelho e Cabrita, 2013; Wall *et al.*, 2016). Nas práticas quotidianas e nos usos do tempo, verifica-se que em Portugal os homens participam mais no trabalho doméstico, dedicando hoje maior número de horas às tarefas domésticas mais rotineiras (Perista *et al.*, 2016; Wall *et al.*, 2016). Neste sentido, identifica-se em Portugal a emergência de uma masculinidade cuidadora que se revela, sobretudo, em torno dos cuidados com as crianças (Wall *et al.*, 2016).

Mas, ao mesmo tempo, persiste a centralidade das mulheres como principais cuidadoras da casa e da família. Se a igualdade entre homens e mulheres em relação ao trabalho remunerado parece um valor adquirido, verifica-se que o papel cuidador das mulheres/mães na família continua a ser central (Saraceno 2000; Fahey e Speder 2004; Wall 2005; Tobio 2001, 2005; Crompton 1999, 2006; Wall, Aboim e Cunha, 2010a), assumindo as mulheres portuguesas a maior parte do trabalho não remunerado (Torres, Coelho e Cabrita, 2013; Perista *et al.*, 2016).

Diferentes estudos têm mostrado que a quantidade de horas de trabalho não remunerado que as trabalhadoras portuguesas fazem supera largamente aquelas que os homens despendem (Amâncio, 2007; Perista *et al.*, 2016). Ainda que para as gerações mais jovens isso seja menos verdade, a realidade é que a desigualdade de género em relação ao trabalho não remunerado ainda está muito enraizada em Portugal (Perista *et al.*, 2016).

Com base na análise dos dados do ISSP – *International Social Survey Programme*, relativos à média de horas semanais de trabalho não pago realizadas, verifica-se que de forma transversal à Europa (países em análise), em média as mulheres empregadas e a viver com o cônjuge passam mais horas do que os homens nas mesmas circunstâncias a cuidar da casa e da família (Figura 2.34).

Importa, no entanto, destacar importantes diferenças. Em primeiro lugar, observa-se que no sul e no leste da Europa mulheres e homens entre os 15 e os 29 anos dedicam mais horas semanais a cuidar da casa do que no nos países do norte. Em segundo, verifica-se que Portugal é o segundo país (logo a seguir à Polónia) onde as mulheres mais jovens (entre os 15 e os 29 anos) passam mais tempo em tarefas domésticas. Em terceiro, é também em Portugal (e Espanha) que a disparidade de horas dedicadas ao cuidado da casa entre mulheres e homens regista os valores mais elevados: em termos médios, as mulheres dedicam a esta forma de trabalho não pago mais 7 horas do que os homens (Figura 2.34).

Estes resultados sobre a realidade portuguesa apresentam-se em linha com o que foi identificado pelo recente inquérito aos usos do tempo em Portugal (Perista *et al.*, 2016), onde se retrata o modo desigual da divisão das tarefas domésticas e a penalização a que as mulheres ficam sujeitas.

Relativamente às horas dedicadas à prestação de cuidados às crianças, verifica-se que o padrão da disparidade entre mulheres e homens se mantém quer em Portugal, quer no resto da Europa, embora o contexto global seja para o aumento generalizado de horas dedicadas se se tiver como referência o tempo passado a cuidar da casa. Ou seja, em Portugal e na Europa mulheres e homens dedicam mais tempo aos cuidados com crianças do que em tarefas domésticas, e as mulheres dão mais horas a estas formas de trabalho não pago do que os homens (Figuras 2.34 e 2.35).

É nos países nórdicos que se observa, por um lado, o menor tempo de dedicação a este tipo de tarefas, e por outro, a menor disparidade nos tempos dedicados por mulheres e homens a esta forma de trabalho não pago.

Em Portugal, as mulheres dedicam o dobro do tempo dos homens na prestação de cuidados às crianças: elas apresentam um tempo médio semanal de 16 horas e eles de oito. Tal como identificado por Perista (Perista *et al.*, 2016), tendo em consideração os indicadores das horas semanais dedicadas a cuidar da casa e da família, torna-se evidente uma acentuada assimetria de género penalizadora das mulheres: elas despendem mais tempo em trabalho não pago do que os homens.

Mas é em Espanha que se regista o maior número de horas semanais dedicadas a cuidar das crianças e onde as mulheres passam mais tempo a cuidar da família, bem como é neste país que se verifica a maior disparidade de tempo dedicado entre mulheres e homens: as mulheres despendem mais 27 horas do que os homens (Figura 2.35).

Figura 2.34 Média de horas passadas a cuidar da casa (15 aos 29 anos), por país e sexo, 2012

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: *International Social Survey Programme (ISSP) – Family and Changing Gender Roles* (Round 4), 2012.
Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754. Resultados a partir da questão: Q16a *On average, how many hours a week do you personally spend on household work, not including childcare and leisure time activities?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Dados para Portugal são de 2014.

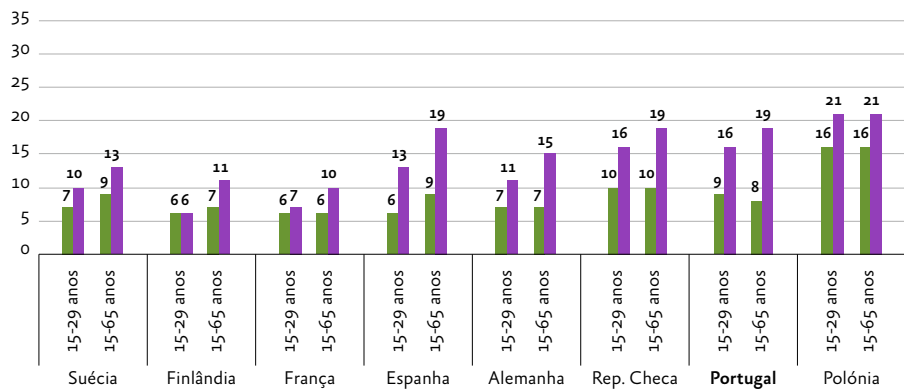
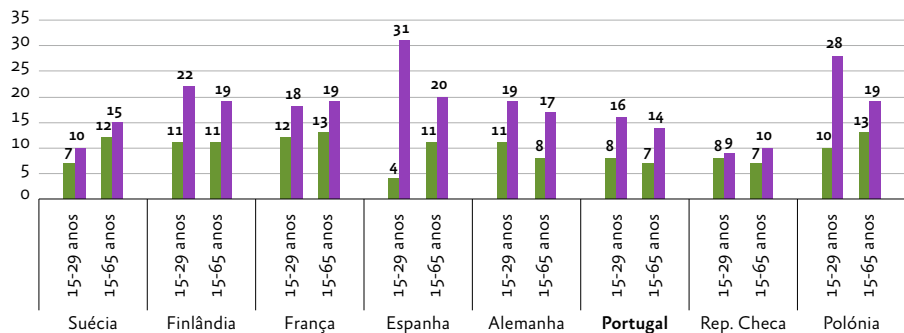


Figura 2.35 Média de horas passadas a cuidar da família (15 aos 29 anos), por país e sexo, 2012

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: *International Social Survey Programme (ISSP) – Family and Changing Gender Roles* (Round 4), 2012.
Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754. Resultados a partir da questão: Q16b *On average, how many hours a week do you spend looking after family members (e.g. children, elderly, ill or disabled family members)?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Dados de Portugal são de 2014.



Avanços mas ainda grande disparidade de género na divisão do trabalho pago e não pago

Com o objetivo de compreender a divisão do trabalho não pago entre homens e mulheres, destacam-se duas publicações com importantes contributos: o *Livro Branco. Homens e Igualdade de Género em Portugal* (Wall et al., 2016) e *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* (Perista et al., 2016). Os resultados dos estudos são semelhantes e também complementares. Para uma visão geral sobre o tema na fase da juventude selecionam-se as seguintes informações relevantes na obra de Wall et al., (2016):

- Entre 2002 e 2014, os jovens homens (18-29 anos) passaram a trabalhar mais 3,3h por semana, mas as mulheres no mesmo grupo etário reduziram o trabalho pago em 2,9h.
- Embora tenha diminuído a disparidade entre sexos, as jovens mulheres continuam a dedicar quase o dobro do tempo dos homens a tarefas que integram o trabalho não pago (21h vs. 11h por semana).
- Comparando a geração mais nova com a mais velha, em 2014 verifica-se uma ligeira melhoria geracional na distribuição do trabalho não pago: as mulheres

mais novas (18-29 anos) dedicam por volta de menos 6h semanais do que as mais velhas (45-64 anos) às tarefas domésticas e menos 5h aos cuidados familiares; os homens mais jovens dedicam cerca de mais 3h semanais do que os mais velhos às tarefas domésticas e mais de 7h aos cuidados familiares.

Da publicação de Perista *et al.*, (2016), destacam-se:

- A disparidade de género na juventude (15-24 anos) em relação ao tempo gasto em tarefas domésticas por dia, verifica-se na ordem dos 56m, evidenciando a sobrecarga das mulheres.
- A feminização dos cuidados às crianças verifica-se já no grupo dos 15 a 24 anos. Se em 2015 os homens mais jovens despendiam, em média, 1h05m, as mulheres jovens despendiam em média 1h40m em atividades tais como dar de comer ou dar banho a crianças.
- A disparidade agrava-se na prestação de cuidados a pessoas adultas com incapacidade. Das mulheres jovens que vivem em agregados com pessoas adultas dependentes, quase 42% afirmaram prestar cuidados todos os dias por uma hora ou mais comparativamente a apenas 11% dos jovens.
- São também as mulheres jovens, quando comparadas com os homens jovens, que mais dizem sentir-se apressadas com frequência e que lhes falta tempo para satisfazer gostos pessoais. No sentido oposto, os homens mais jovens são aqueles que revelam uma maior consciência de que fazem menos do que é justo.

Sintetizando a situação familiar e as condições de vida das mulheres e dos homens entre os 15 e os 29 anos, conclui-se que em muitos países da Europa a população jovem não vive em conjugalidade, estando ainda em casa dos pais nos países de sul e leste europeu, enquanto no norte, em especial nos países nórdicos, os jovens e as jovens saem de casa dos pais mais cedo vivendo sozinhos ou partilhando residência com outros jovens. Estas diferenças entre países europeus podem ser explicadas pelas condições económicas e institucionais, como os salários mais baixos no sul e no leste, ou pela ausência de apoios institucionais para a autonomia sentida pela população jovem do sul e leste europeus.

As mulheres saem mais cedo do que os homens, o que pode também ser explicado pelas questões de género: mais hábitos de autonomia no cuidar da esfera doméstica, maior vontade de autonomização face ao controlo parental, entrada mais precoce das mulheres na conjugalidade.

As desigualdades de género quanto ao peso desigual do trabalho não pago na vida das mulheres começam logo a desenhar-se nestas idades: as que estão empregadas e vivem em conjugalidade despendem na maior parte dos países (com exceção dos nórdicos) mais horas na prestação de cuidados à família.

2.2.4 Género, risco e violência

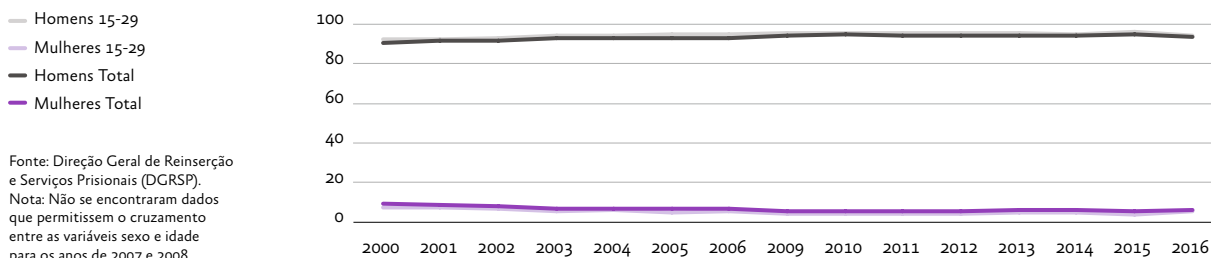
Violência e crime não se sobrepõem na medida em que determinados atos violentos podem não estar criminalmente previstos. Isto significa que a sociedade consegue ainda manter o regular funcionamento e os relacionamentos sociais apenas através do exercício de controlo social informal – reprovando os atos violentos, rejeitando-os. A criminalização é o processo que ocorre quando o controlo social informal perde eficácia e as relações sociais são afetadas, bem como a segurança e ordem públicas (Costa, 2018).

A violência tendencialmente é mais exercida por homens do que por mulheres. No entanto, eles não são apenas autores de violência, estando, também, mais representados entre as vítimas de violência do que as mulheres, sobretudo no espaço público e nas interações entre desconhecidos. Já no espaço privado e nas relações de intimidade, a violência de género manifesta-se contra as mulheres de forma desproporcional, questão que é hoje internacionalmente reconhecida como um dos principais problemas de direitos humanos que ilustra as persistentes desigualdades entre homens e mulheres (Costa, 2017).

Para além de exercerem mais violência os homens também praticam muito mais crimes do que as mulheres. Assim, no que diz respeito à população prisional portuguesa, verifica-se grande disparidade de género, com uma proporção de reclusos do sexo masculino muito superior à do sexo feminino, quer no grupo etário dos 15 aos 29 anos (94,5% e 5,5%, respetivamente, em 2016), quer na totalidade da população reclusa (93,7% e 6,3% para o mesmo ano), como também que esta disparidade se tem mantido relativamente estável ao longo do período temporal 2000-2016 (Figura 2.36).

Isto pode ser explicado pelo facto de os comportamentos de risco ou violentos, fazerem parte da afirmação da masculinidade, como fator de demonstração de força e de poder perante as mulheres e os outros homens. Deste modo, os rapazes, e os homens em geral, expõem-se mais a situações de criminalidade e violência e alinham mais frequentemente em consumos problemáticos de drogas e de álcool que podem também exponenciar essas mesmas situações.

Figura 2.36 População prisional de jovens dos 15 aos 29 anos e população reclusa total, Portugal (2000-2016) (%)



2.2.4.1 Mulheres jovens: cerca de 1/3 alvo de violência até os 15 anos

A força física e o poder – a demonstração de se estar em controlo de si e dos outros – são características de uma masculinidade tradicional “adequada”. Esta visão da masculinidade pode também estar associada ao facto de os homens serem os principais autores de violência de forma geral, mas principalmente sobre as mulheres.

Em termos médios na União Europeia a 28, 35% das mulheres referem ter sido alvo durante a sua infância (até aos 15 anos) de pelo menos uma das seguintes formas de violência: violência física, sexual e/ou psicológica. Em Portugal esse valor atinge os 27% das mulheres inquiridas (Figura 2.37).

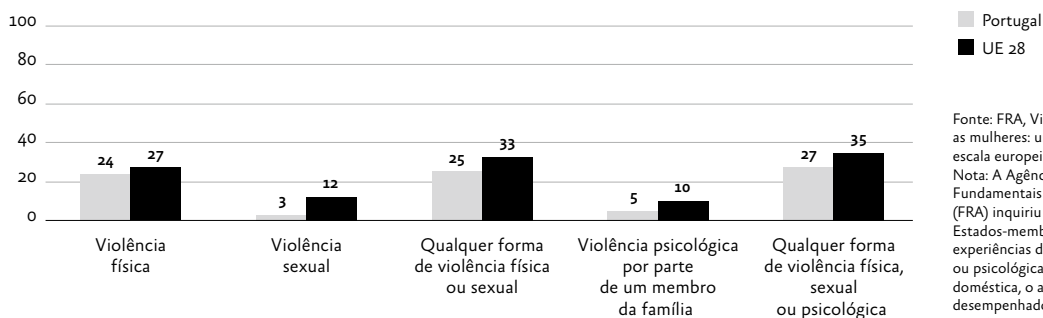
A incidência das diferentes formas de violência (sexual, física, psicológica) contra as mulheres durante a infância é sempre menor em Portugal do que na média da UE a 28 países.

Quanto a ter sofrido violência sexual, na UE a 28, 12% das inquiridas dizem ter sido vítimas de alguma forma ou incidente deste tipo antes dos 15 anos de idade. A mesma situação em Portugal foi declarada por 3% das mulheres inquiridas. Os valores relativos à violência sexual são aqueles que assumem maior diferença entre Portugal e a média da UE 28.

Em média, na UE 28, 27% das mulheres foram vítimas de violência física por parte de um adulto durante a infância, ou seja, antes dos 15 anos de idade. Em Portugal, 24% das mulheres diz ter sido vítima de alguma forma de violência física durante a infância.

Em termos médios na UE 28, 10% das mulheres referem ter sofrido alguma forma de violência psicológica por parte de um membro adulto da sua família. Em Portugal, o valor relativo à violência psicológica sofrida pelas mulheres até aos 15 anos é de 5% (Figura 2.37).

Figura 2.37 Violência contra as mulheres: experiências de violência vividas na infância (até aos 15 anos) perpetradas por pessoas adultas, em Portugal e na UE 28 (%)



Fonte: FRA, Violência contra as mulheres: um inquérito à escala europeia, 2014.
Nota: A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) inquiriu 42 mil mulheres dos 28 Estados-membros da UE sobre as suas experiências de violência física, sexual ou psicológica, incluindo a violência doméstica, o assédio sexual e o papel desempenhado pelas novas tecnologias nos abusos sofridos; elas foram igualmente inquiridas sobre as suas experiências de violência na infância.

Violência nas relações de intimidade na juventude

A violência nas relações de intimidade entre os/as jovens, identificada como violência no namoro, passou de modo mais explícito a fazer parte das preocupações fundamentais da sociedade nos últimos 10 anos, com diversos estudos a demonstrar que a violência nas relações de intimidade também se manifesta na juventude (*e.g.*, Caridade, 2011; Caridade & Machado, 2006; Machado, Caridade & Martins, 2010; Machado, Macieira & Carreiras, 2010; Machado, Matos & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004; Saavedra, 2011; Neves, Cameira, Machado, Duarte & Machado, 2016).

Os resultados do estudo de Caridade (2011) revelam que uma em cada quatro relações de namoro tende a ser abusiva. Outro estudo, realizado com 4.667 jovens com idades entre os 13 e os 29 anos, concluiu que cerca de um quarto (25,4%) dos/as inquiridos/as já tinha estado exposto/a a, pelo menos, um ato de violência nas relações de namoro (Machado, Caridade & Martins, 2010). Ainda outro estudo, mais recente, realizado por Magalhães e outros (2016), com 2.500 jovens conclui que 22% legitimam o uso da violência, sendo a violência psicológica e a sexual as formas mais legitimadas, em 24,3% e 28,8%, respetivamente. Das/dos jovens inquiridos/as, 7% foram vítimas de, pelo menos, um ato abusivo numa relação de namoro, sendo que 8,5% foi vítima de violência psicológica, 5% de violência física e 4,5% de violência sexual.

Ao analisar a violência nas relações de intimidade entre jovens, em função do sexo, verificam-se diferenças de género em relação aos motivos da sua prática e às consequências. Ainda que rapazes e raparigas usem a violência física e psicológica, constata-se que as raparigas são, por regra, física e emocionalmente violentas em resposta à violência sofrida, tolerando menos as investidas dos parceiros e afastando-se de uma posição de legitimação do poder masculino nas relações de intimidade (Neves, 2014).

2.2.4.2 Mais jovens homens do que jovens mulheres morrem de causas externas

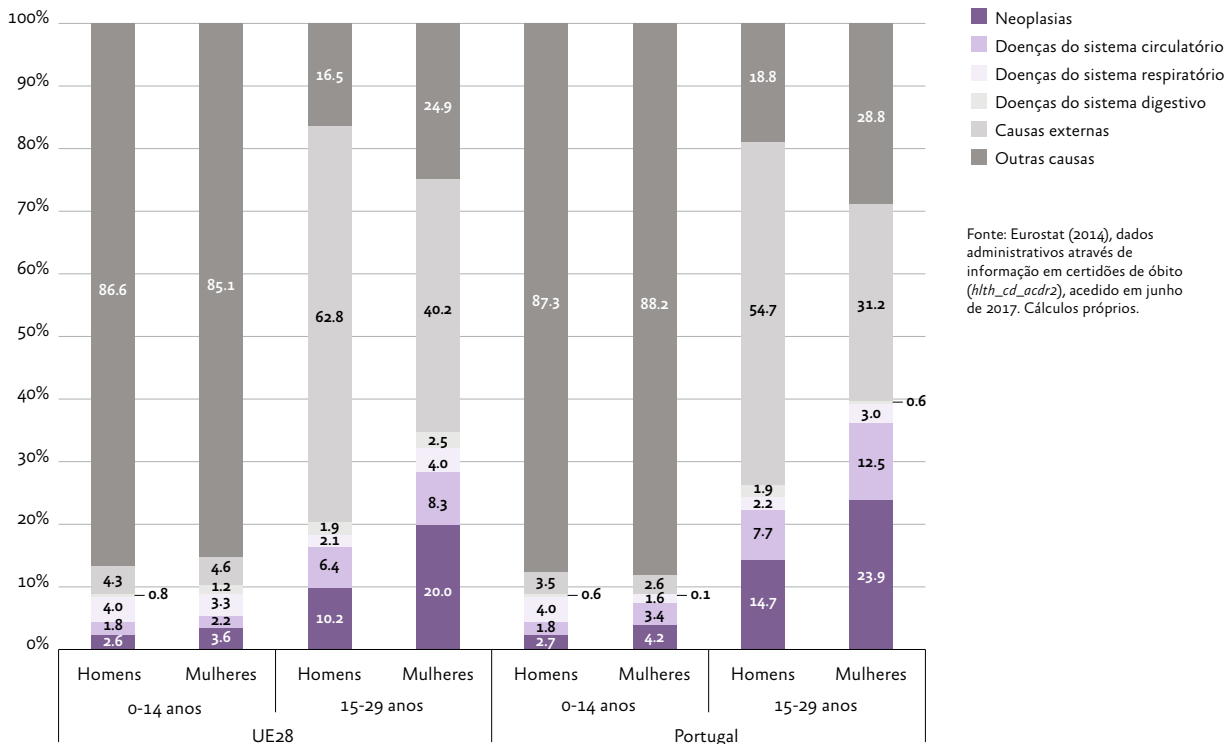
¹². Nesta categoria estão agrupadas as causas de morte com incidências menores incluindo morte por doenças infecciosas (H 3,5/M 2,7), doenças do sangue (H 1,1/M 0,9), doenças endócrinas (H 4,1 /M 3,46), respiratórias (H 5,8/M 4,9), doenças do sistema digestivo (H 3,6 /M 2,0), doenças da pele (H 0,0 /M 0,1), doenças do sistema músculo-esquelético (H 0,4/M 0,5), doenças do sistema genitourinário (H 0,6 /M 0,6), gravidez e parto (M 0,5), certas condições originárias do período perinatal (H 0,2 /M 0,3), malformação congénita (H 6,5 /M 5,9) e desordem mental (H 1,9/M 1,0).

O facto de os homens terem mais comportamentos violentos e/ou de risco, o que faz parte da afirmação de um certo tipo de masculinidade, ajuda a perceber porque é que os rapazes morrem mais precocemente do que as raparigas/mulheres dando origem a uma inversão no efetivo de mulheres e de homens a partir dos 25 anos, no caso de Portugal, realidade que é comum, de resto, à esmagadora maioria dos países. Assim, nascem mais meninos do que meninas mas morrem mais rapazes do que raparigas.

Assim, analisando as causas de morte no contexto europeu, identificam-se diferenças assinaláveis entre homens e mulheres jovens que traduzem efeitos de género (Figura 2.38). Na infância, não se registam grandes assimetrias entre meninos e meninas e a maior causa de morte são outras causas¹² (86,6% e 85,1%, respetivamente). Na juventude, as mortes devem-se essencialmente a causas externas, e ainda mais no caso masculino (62,8% e 40,2%).

As causas externas de morte compreendem todas as mortes associadas a acidentes, acidentes rodoviários, quedas, afogamentos, suicídio, envenenamento e agressão. A masculinização das causas externas de morte pode explicar-se, como se referiu, pela tendência para os homens se exporem mais a situações de risco potenciadoras de acidentes e violência, e demonstrarem virilidade e agressividade, ou exprimindo de forma simbólica poder, através do uso de armas (mortes por violência) ou da condução perigosa ou arriscada de veículos (mortes por acidentes rodoviários). A afirmação da masculinidade traduz-se assim em situações e contextos de tensão e conflito exacerbado, o que os torna mais vulneráveis a situações de morte prematura evitáveis – sendo eles os que mais morrem e matam (Pedroso, 2013; Moura *et al.*, 2015).

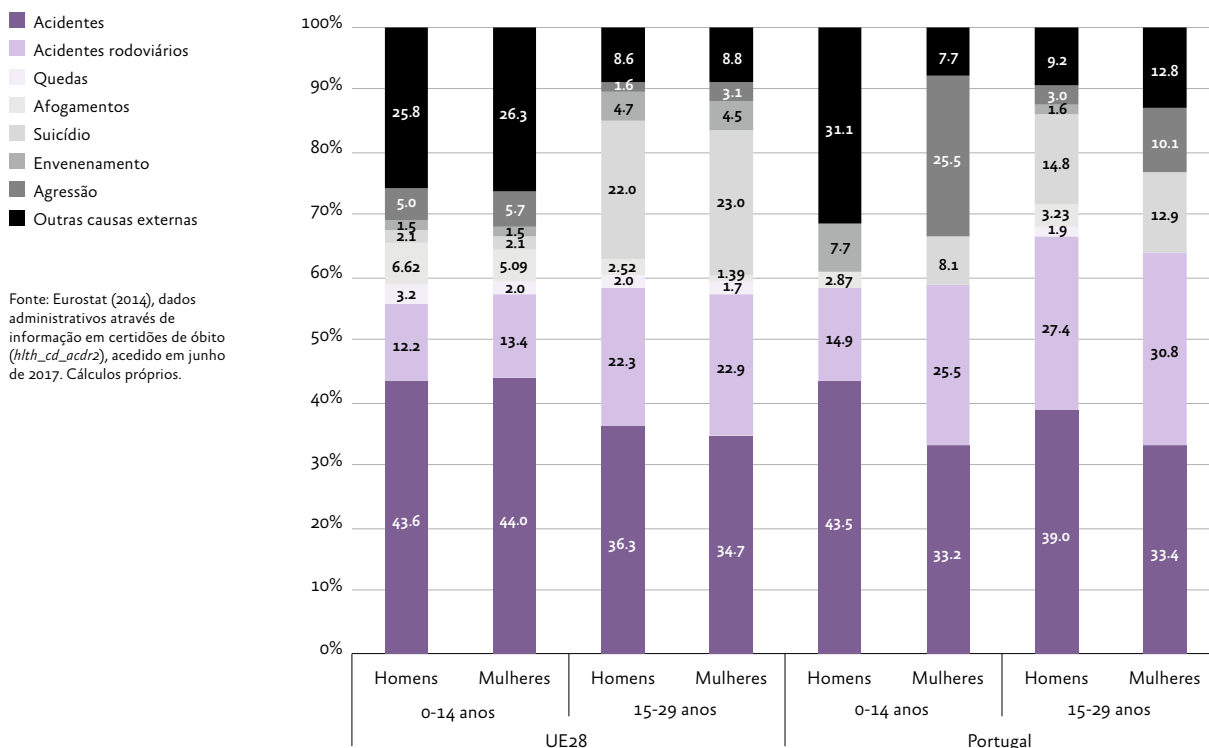
Figura 2.38 Causas de morte dos 0-14 anos e dos 15-29 anos, por sexo, (%), Portugal e UE 28 (2014)



Considerando agora só as causas externas de morte, na infância, os acidentes são a principal causa, quer na UE 28, quer em Portugal, tanto para rapazes (43,6% e 43,5%, respetivamente) como para raparigas (44,0% e 33,2%). Esta proporção desce na juventude, embora se mantenha a categoria modal (Figura 2.39).

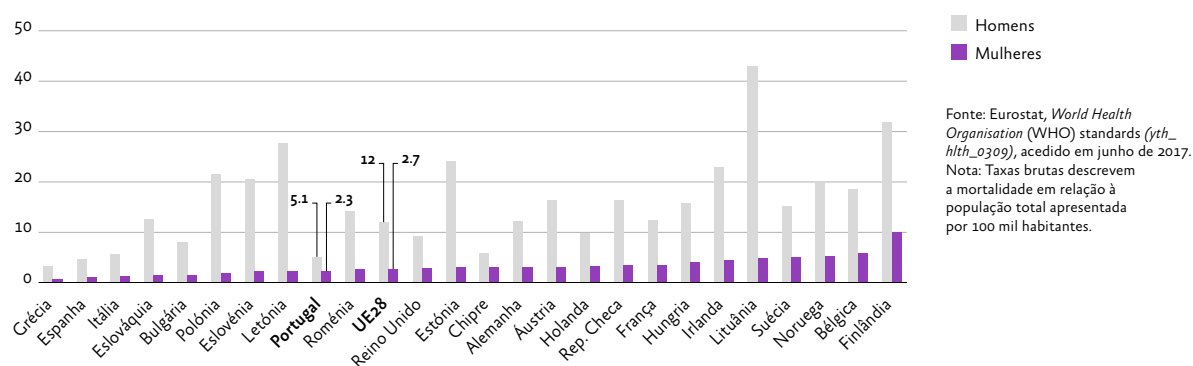
No grupo etário dos 15 aos 29 anos aumenta consideravelmente o peso de jovens rapazes e raparigas, na UE 28 e em Portugal, a morrer devido a acidentes rodoviários (categoria isolada dos acidentes) ou a suicídio. Os valores para estas causas externas de morte não revelam diferenças de género na média europeia, mas revelam-nas no contexto português, onde mais raparigas morrem por acidente rodoviário e mais rapazes por suicídio.

Figura 2.39 Causas externas de morte por sexo, (%) Portugal e UE a 28 (2014)



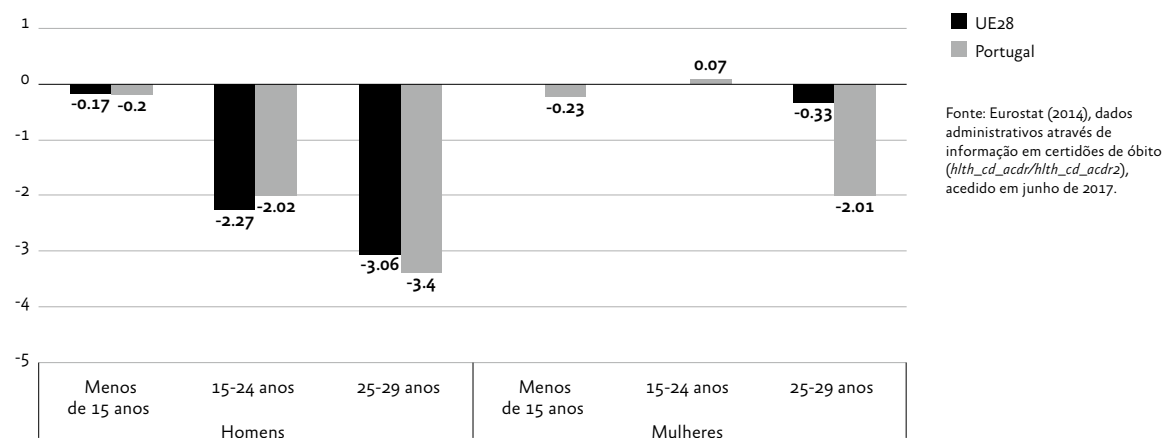
Esta tendência no que ao suicídio diz respeito confirma as tendências constatadas em estudos como o de Bilsker e White (2011) e o de Varnik *et al.* (2008), que apontam para que as mulheres registem, em todas as idades, uma proporção consideravelmente mais elevada de tentativas de suicídio, apresentando mais comportamentos de autoagressão intencional, mas menores taxas de suicídio. Segundo os autores, esta situação deve-se aos métodos utilizados por homens e mulheres. Os homens tendem a utilizar métodos mais mortais, como armas de fogo ou enforcamento, e as mulheres métodos menos agressivos, como sobredosagens medicamentosas. Como aliás é comprovado na Figura 2.40, que mostra que em todos os países europeus mais homens morrem por suicídio do que mulheres, sendo Portugal um dos países com menor diferença (5,1% e 2,3%, respetivamente).

Figura 2.40 Taxa bruta de suicídio dos 15 aos 29 anos, por sexo e país, (‰) (2010)



Entre 2002 e 2014, verificou-se, tanto em Portugal como na UE 28, uma tendência para a taxa de suicídio se manter inalterada até aos 15 anos. Quanto aos rapazes europeus e portugueses dos 15 aos 29 anos verificou-se uma diminuição, tal como aconteceu com as raparigas dos 25 aos 29 anos (Figura 2.41).

Figura 2.41 Mudança na taxa de suicídio por sexo, Portugal (2002-2014)



Em síntese, a população prisional no grupo etário dos 15 aos 29 anos é esmagadoramente masculina. No que diz respeito às causas de morte, mais rapazes do que raparigas morrem na juventude, e morrem mais de causas externas, de forma a corresponder a um certo tipo de masculinidade demonstrada através de comportamentos violentos e/ou de risco.

2.2.5 Género e Valores

Segundo Vala (2003), valores são princípios abstratos que guiam e explicam comportamentos, atitudes e opiniões, tal como Almeida já havia defendido em 1990 quando sublinhou o cariz referencial dos valores, produto de experiências individuais que, em ação, reflexão e interação social, constituem preferências sistemáticas e disposicionais mobilizadas.

São muito comuns as ideias que sustentam que homens e mulheres têm características de personalidade, opiniões e atitudes muito diferentes senão mesmo opostas. No entanto, contrariando a ideia de que mulheres e homens pertenceriam a planetas diferentes, mais de 40 anos de pesquisa têm revelado que são maiores as diferenças intra-sexos e entre países do que as diferenças intersexos (Connell, 1987, 2002 e 2015; Torres e Brites, 2006).

O plano dos valores, enquanto sistemas de referência que traduzem modos de pensar, sentir e agir que orientam e explicam comportamentos, atitudes e opiniões (Almeida, 1990), é, no entanto, aquele em que as diferenças parecem ser um pouco mais expressivas. Assim, se na Europa homens e mulheres se aproximam na defesa de ideias universalistas, elas defendem-nas ainda mais do que eles; por outro lado, se ambos se afastam de valores de afirmação de poder (autopromoção) elas distanciam-se mais do que eles; também se verifica que, com exceções nalguns países, eles são menos conformistas e mais abertos à mudança do que elas.

Nesta análise, utiliza-se a escala de valores humanos desenvolvida por Schwartz (1992) que se funda na ideia de que os valores têm uma estrutura hierárquica constituída por dez tipos diferenciados de valores motivacionais (resultado de 21 indicadores¹³) e respetivas metas, como ilustrado no Quadro 2.6. Os tipos motivacionais associados aos valores de autopromoção e abertura à mudança (hedonismo, realização, poder, autodeterminação e estímulo) são intrinsecamente individuais ao passo que os tipos motivacionais relativos à conservação (conformismo, tradição e segurança) são coletivos. Por fim, a benevolência e o universalismo são mistos.

Para reduzir os efeitos da desejabilidade social nas respostas obtidas, Schwartz defende a medição do posicionamento individual de cada um dos valores por referência à média individual dos 21 indicadores. Como tal, a/o inquirida/o é auto referente, devendo cada valor ser interpretado como identificação superior à média, média e inferior à média do conjunto de indicadores.

¹³ Os indicadores são medidos através de uma escala, em que se pedia às/ aos inquiridas/os que se posicionassem na mesma de acordo com as seguintes categorias: “exatamente como eu”, “muito parecida/o comigo”, “parecida/o comigo”, “um bocadinho parecida/o comigo”, “nada parecida/o comigo” e “não tem nada a ver comigo”. Na tipologia de valores de Schwartz assume-se que a posição individual em cada um dos valores deve ser medida por referência à média individual das respostas ao total dos indicadores, devendo, por conseguinte, ser interpretada como identificação superior à média, média e inferior à média do conjunto de indicadores. O inquirido é, por conseguinte, auto referente.

Quadro 2.6 Tipologia dos Valores humanos de Schwartz, usada no *European Social Survey*¹⁴

Valores

de ordem

elevada

Tipos

motivacionais

Indicadores

Metas

Autopromoção	Realização	Dá muita importância a poder mostrar as suas capacidades. Quer que as pessoas admirem o que faz. É importante ter sucesso. Gosta de receber o reconhecimento dos/as outros/as.	Sucesso, Ambição
	Poder	É importante ser rico. Quer ter muito dinheiro e coisas caras. É importante que os/as outros/as lhe tenham respeito. Quer que as pessoas façam o que diz.	Auto- ridade, Riqueza
Autotranscendência	Benevolência	É importante ajudar os/as que o/a rodeiam. Gosta de zelar pelo seu bem-estar. É importante ser leal com os/as amigos/as. Dedicar-se às pessoas que lhe são próximas.	Ajudar os/ as outros/ as
	Universalismo	Acha importante que todas as pessoas no mundo sejam tratadas igualmente. Acredita que todas devem ter as mesmas oportunidades na vida. É importante ouvir pessoas diferentes de si. Mesmo quando discorda de alguém continua a querer compreender essa pessoa. Acredita seriamente que as pessoas devem proteger a natureza. Proteger o ambiente é importante para ele/a.	Justiça social, Igualdade
Abertura à mudança	Auto-determinação	Dá importância a ter ideias e ser criativo. Gosta de fazer as coisas à sua maneira. É importante tomar as suas próprias decisões sobre o que faz. Gosta de ser livre e não estar dependente dos/as outros/as.	Criativa- de, Liber- dade
	Estimulação	Gosta de surpresas e está sempre à procura de coisas novas para fazer. Acha que é importante fazer muitas coisas diferentes na vida. Procura a aventura e gosta de correr riscos. Quer ter uma vida emocionante.	Vida exci- tante
	Hedonismo	É importante passar bons momentos. Gosta de tratar bem de si. Procura aproveitar todas as oportunidades para se divertir. É importante fazer coisas que dão prazer.	Prazer
	Conformismo	Acha que as pessoas devem fazer o que lhes mandam. Acha que as pessoas devem cumprir sempre as regras mesmo quando ninguém está a ver. É importante portar-se sempre como deve ser. Evita fazer coisas que os/as outros/as digam que é errado.	Obediê- cia
Conservação	Tradição	É importante ser humilde e modesto/a. Tenta não chamar as atenções sobre si. Dá muita importância à tradição. Faz tudo o que pode para agir de acordo com a sua religião e a sua família.	Humilda- de, Devo- ção
	Segurança	Dá importância a viver num sítio onde se sinta seguro/a. Evita tudo o que possa pôr a sua segurança em risco. É importante que o Governo garanta a sua segurança, contra todas as ameaças. Quer que o Estado seja forte, de modo a poder defender os/as cidadãos/ãs.	Ordem social

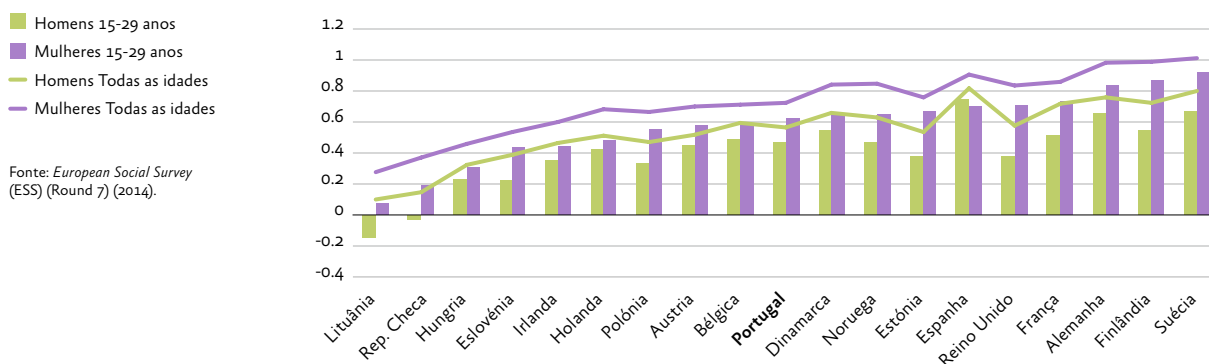
¹⁴ Quadro retirado de Brites, Rui (s.d.), "Tipologia dos Valores Humanos proposta por Schwartz: O essencial" disponível em <https://www.academia.edu/9351072>

2.2.5.1 Jovens universalistas, mas elas mais do que eles

Os jovens entre os 15 e os 29 anos concordam com valores como a importância da igualdade de tratamento e oportunidades para todas/os, a importância da compreensão entre as pessoas, o cuidado da natureza e do ambiente, a necessidade de apoiar e cuidar do bem-estar das pessoas, o que, segundo a escala de valores proposta por Schwartz (Prince-Gibson and Schwartz, 1998), se designa por autotranscendência, isto é, valores associados à benevolência e ao universalismo.

A adesão ao universalismo é mais expressiva entre elas do que entre eles (Figura 2.42) tal como acontece nos outros grupos etários. É notória também a menor adesão aos valores de autotranscendência no grupo etário mais jovem do que na população geral, o que pode estar relacionado com a escassez de bens e recursos. Suécia, Finlândia e Alemanha são os países que registam maior concordância e Lituânia, República Checa, Hungria e Eslovénia os que mais rejeitam estes princípios. As mulheres portuguesas assumem posições idênticas às norueguesas, espanholas e dinamarquesas.

Figura 2.42 Autotranscendência entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014



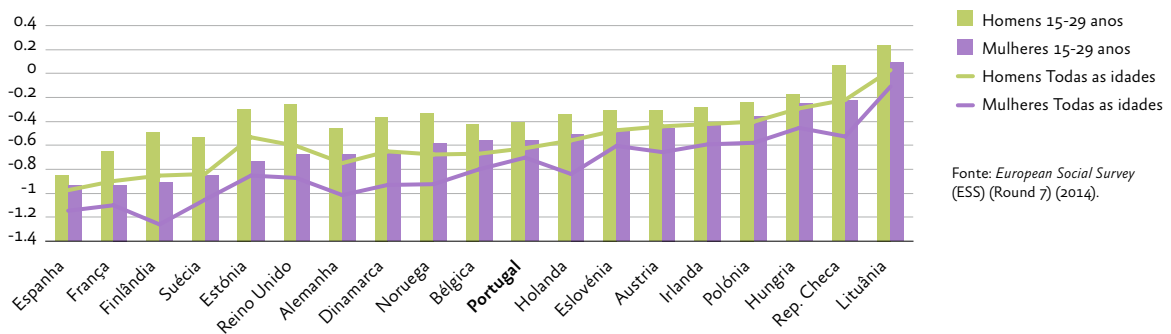
Menor adesão das jovens e dos jovens verifica-se quanto a valores como a importância de ser rica/o, ter dinheiro e bens caros, a importância de ser bem-sucedida/o e reconhecida/o pelas suas conquistas, a importância de ser admirada/o e respeitada/o por outras/os, ou seja, valores associados ao poder e à realização pessoal, que na escala de Schwartz se denominam por autopromoção.

A rejeição é menos intensa entre eles do que entre elas (Figura 2.43). A rejeição da autopromoção é também menos expressiva entre as/os jovens do que entre a totalidade das/os respondentes ao ESS, homens e mulheres, independentemente da sua idade. O grau mais elevado de rejeição verifica-se em Espanha, França, Finlândia e Suécia. Em contraponto, a rejeição é menos expressiva na Lituânia, República Checa e Hungria.

Note-se que, de forma genérica, há compatibilidade e coerência entre os valores que os jovens e as jovens defendem nos vários países. Assim, os que menos defendem o universalismo e a autotranscendência são também os que mais valorizam a autopromoção, como é o caso de alguns países de leste (Lituânia, República Checa, Hungria e Eslovénia).

E por que razão defendem os jovens e as jovens menos do que os mais velhos o universalismo e a autotranscendência e em contrapartida valorizam mais do que os últimos a importância do dinheiro e do poder? Não será este um sinal claro da expressão das dificuldades evidenciadas atrás quanto às vivências de precariedade, de ausência de recursos financeiros e dificuldades de autonomização?

Figura 2.43 Autopromoção entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014



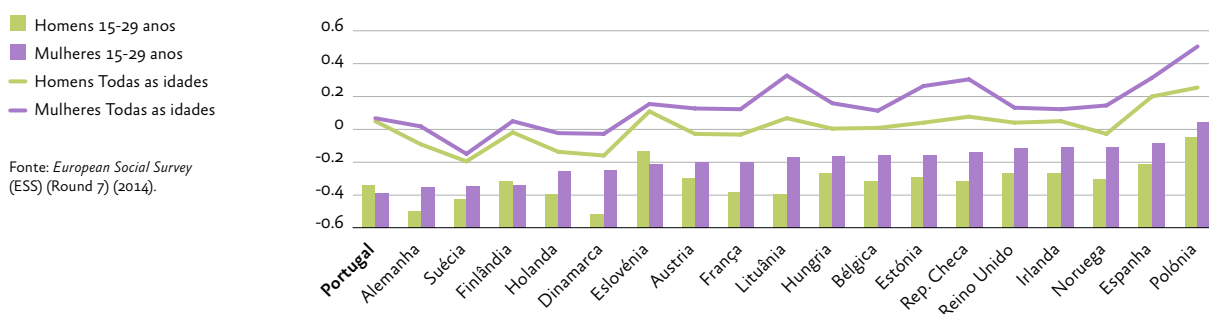
2.2.5.2 Jovens mais abertos à mudança: eles mais do que elas

Valores como a tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, isto é, a conservação, são globalmente rejeitados pelos jovens e pelas jovens na Europa. Mas, de forma igualmente transversal na Europa, os jovens homens rejeitam a ideia de conservadorismo mais intensamente ainda do que as jovens mulheres. As mulheres jovens portuguesas, juntamente com as finlandesas e as eslovenas constituem a exceção entre os restantes países europeus já que são ainda menos conservadoras do que os homens.

No quadro dos países europeus selecionados, os valores associados à conservação são mais rejeitados pela Dinamarca, Alemanha, Suécia e Portugal e menos rejeitados pela Polónia, Espanha e Eslovénia.

Tendo em consideração a avaliação da aceitação ou rejeição dos diferentes valores, note-se que é em torno do conservadorismo que a diferença entre mais jovens e mais velhos é mais expressiva (Figura 2.44).

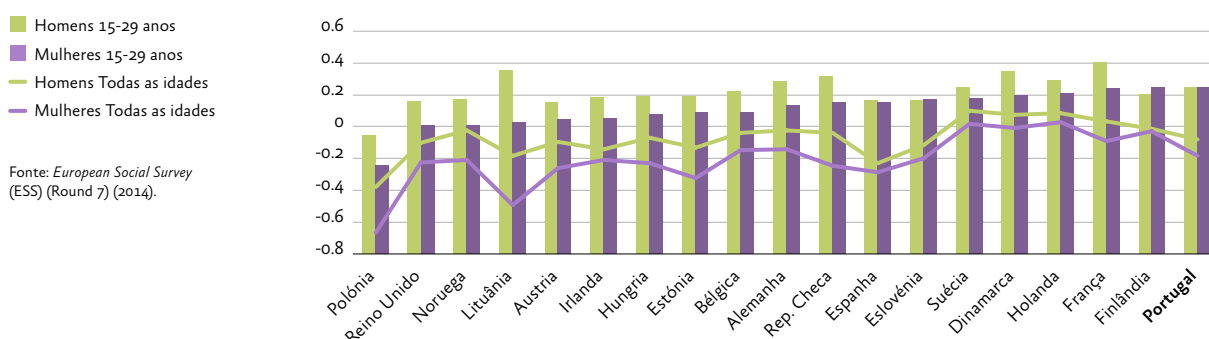
Figura 2.44 Conservadorismo entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014



Valores como a importância de ser criativa/o, de experimentar coisas novas, procurar a aventura, a diversão e o prazer, ou seja, valores com maior centramento em torno da abertura à mudança são mais valorizados pelos jovens do que pelos outros grupos etários. Jovens homens e jovens mulheres dos 15 aos 29 anos manifestam maior adesão comparativamente à média da população à abertura à mudança o que é, de resto, uma tendência transversal a todos os países da Europa (Figura 2.45).

Em Portugal, para este grupo etário, a abertura à mudança é um valor igualmente aceite por jovens homens e jovens mulheres. A Polónia é o único país europeu onde se regista rejeição deste tipo de posicionamento, sendo essa rejeição mais intensa entre as jovens mulheres do que entre os jovens homens.

Figura 2.45 Abertura à mudança entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014



Vale a pena ainda analisar especificamente como se posicionam os jovens e as jovens relativamente à igualdade de género quando são diretamente confrontados com a temática. A análise dos dados do ISSP permite chegar a algumas conclusões.

Valores de igualdade de género, mais defendidos pelas mulheres jovens

Os resultados do ISSP desenvolvida pela equipa do ICS publicado no *research brief* “**Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014**” (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016) revela que o grupo etário **18-29 anos** assume as seguintes orientações:

- Aceitação da informalização da conjugalidade e forte **desvalorização da institucionalização das relações amorosas, sem grandes diferenças** de atitudes registadas entre homens e mulheres.
- Tanto homens como mulheres concordam que as despesas da casa devem ser partilhadas pelos dois membros do casal, (cerca de 90%). Assim como rejeitam o modelo de família tradicional onde compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família (concordância com menos de 20% em ambos os sexos).
- **Atitude favorável à participação masculina na vida familiar** em ambos os sexos, mas com as mulheres jovens a invocarem mais a necessidade de maior contribuição masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados aos filhos (concordância acima dos 80% entre elas e em torno dos 70% entre eles).
- **Maior aceitação das famílias monoparentais e de casais do mesmo sexo** entre os mais jovens, **sobretudo entre as mulheres** (em torno dos 70% entre elas e dos 50% entre eles).
- Ampla concordância, entre homens e mulheres jovens, relativamente à introdução de **medidas pró-igualitárias no trabalho**, tais como garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres (acima de 90% entre ambos), extensão da licença parental obrigatória para o pai e partilha da licença entre o pai e a mãe (concordância entre 60 e 80%, mas ligeiramente acima para os homens jovens), introdução de quotas para garantir o acesso das mulheres a cargos de chefia e direção ou dos homens a profissões com sobre representação feminina (estas duas mais expressivas entre as mulheres, mais de 60%, e em torno de 40% entre eles)
- Concordância também expressiva no que concerne à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (em torno de 60% para ambos) e aos direitos das minorias sexuais, como o casamento e a adoção entre casais do mesmo sexo (embora nestes dois últimos casos, com valores bem mais elevados entre as mulheres, cerca de 80%, do que entre os homens jovens, cerca de 50% de concordância).

Em síntese, pode-se concluir que as raparigas se revelam ligeiramente mais universalistas do que os jovens rapazes mas ambos expressam valores médios inferiores aos do resto da população neste domínio bem como no da autopromoção. Em oposição, os jovens demonstram maior abertura à mudança do que a população em geral, tendência que é mais acentuada nos jovens rapazes do que nas raparigas. É de assinalar, contudo, que em Portugal (tal como na Finlândia e Eslovénia), as raparigas rejeitam ainda mais do que os rapazes valores conservadores.

Estas tendências encontram eco nos resultados revelados pelo estudo do ICS sobre as atitudes dos Portugueses face à família e aos papéis de género, que apontam de forma genérica para a adesão a valores mais igualitários por

parte das gerações mais jovens, comparativamente às mais velhas, sobretudo entre as jovens mulheres.

2.2.6 Perfis de jovens europeus: Género, educação, trabalho e condições de vida

Com o objetivo de compreender como os jovens homens portugueses e as jovens mulheres portuguesas se posicionam no contexto europeu, fez-se uma análise de *clusters*, selecionando as seguintes variáveis: alunas/os matriculadas/os no ensino e níveis de ensino concluídos (ISCED's) da secção da Educação; taxa de emprego, taxa de desemprego e salário médio/hora (com paridade de poder de compra) da secção do Trabalho; e jovens a viver em casa dos pais da secção Famílias e condições de vida.

Numa primeira análise, os níveis de ensino acabaram por se revelar não significativos tanto na análise para os jovens homens como na análise para as jovens mulheres pelo que foram retirados da observação que se apresenta.

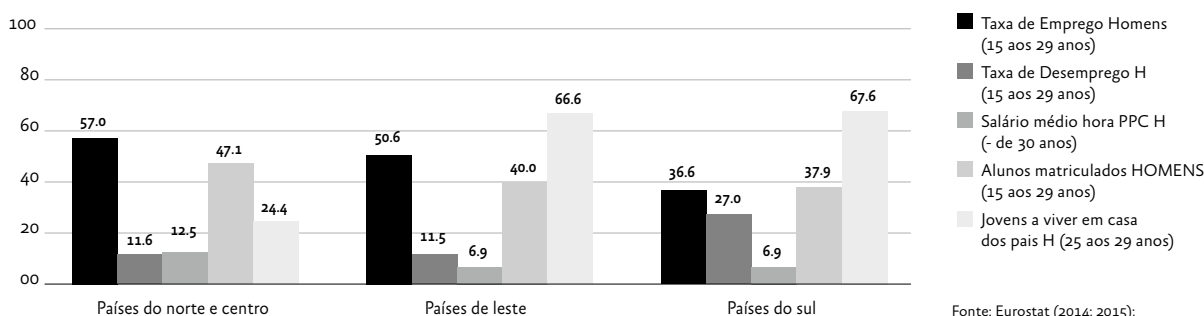
2.2.6.1 Homens portugueses: menos empregados e mais mal remunerados

Com as restantes variáveis, realizou-se uma análise hierárquica (com recurso à opção *Hierarchical clusters* do SPSS, método de Ward) com o objetivo de determinar o número de *clusters* adequado. A decisão foi tomada através da análise do dendograma e dos coeficientes de aglomeração. Três *clusters* pareceram constituir a decisão mais adequada. Uma vez definido o número de *clusters*, procedeu-se à sua elaboração, acionando a opção “K-Means Clusters” do SPSS e um teste ANOVA para conhecer a significância das relações entre variáveis. Com os *clusters* definidos, compreendeu-se o posicionamento dos países europeus no que diz respeito às variáveis (significativas) selecionadas. Relativamente aos jovens homens europeus, foi perceptível a existência de três grupos de países:

- Primeiro grupo constituído pelos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Islândia), países liberais (Reino Unido e Irlanda), países continentais (Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Áustria) e a Estónia.
- Segundo grupo constituído pelos países de leste (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia) e Malta.
- Terceiro grupo constituído pelos países do sul (Grécia, Espanha, Itália, Portugal e Chipre).

Finalmente, através de um cruzamento entre os *clusters* determinados e as variáveis em análise foi possível observar as principais características de cada grupo de países em análise (Figura 2.46).

Figura 2.46 Perfis de países (homens dos 15 aos 29 anos) (%)



Fonte: Eurostat (2014; 2015); OCDE (2015), cálculos próprios.

O primeiro grupo é constituído por homens de países (Escandinavos, Liberais, Continentais e a Estónia) que se caracterizam pelas mais elevadas taxas de emprego no contexto europeu e, inversamente, pelas menores taxas de desemprego (juntamente com os países de leste), pelo salário médio/hora mais elevado, ou ainda pelo maior número de jovens matriculados no ensino e a menor proporção de jovens a viver em casa dos pais. Este grupo de países é também o grupo com jovens homens mais escolarizados. Tal como já se referiu anteriormente, os países com populações mais escolarizadas tendem a ter maiores taxas de emprego e menores taxas de desemprego. A escolaridade é um fator protetor para o desemprego.

O segundo grupo formado por homens de países que se definem por posições intermédias (países de leste e Malta), aproximando-se a um grupo numas variáveis e a outro noutras. Ou seja, este grupo representa homens jovens de países onde a taxa de emprego e a proporção intermédia de jovens matriculados no ensino apresentam valores intermédios. Para além disso tem a mesma taxa de desemprego dos países do norte e centro da Europa, o mesmo salário médio/hora que os países do sul e o número de jovens a viver em casa dos pais próximo destes últimos.

O terceiro grupo é constituído por jovens homens de países (sul) onde se verifica a menor taxa de emprego, a maior taxa de desemprego, o salário médio/hora mais baixo (juntamente com os países de leste e Malta), a menor proporção de jovens matriculados no ensino e o maior número de jovens a viver em casa dos pais. Para além da menor escolarização, característica destes países europeus, a crise financeira e económica afetou mais os países do sul da Europa, sobretudo em sectores com maior proporção de homens, como a construção ou a indústria. É importante ter em conta que estes sectores, para além de muito masculinizados, são também pertencentes a classes sociais específicas. Ou seja, o desemprego jovem nos homens tende a não ser um fenómeno transversal, mas parece afetar mais as classes sociais desqualificadas.

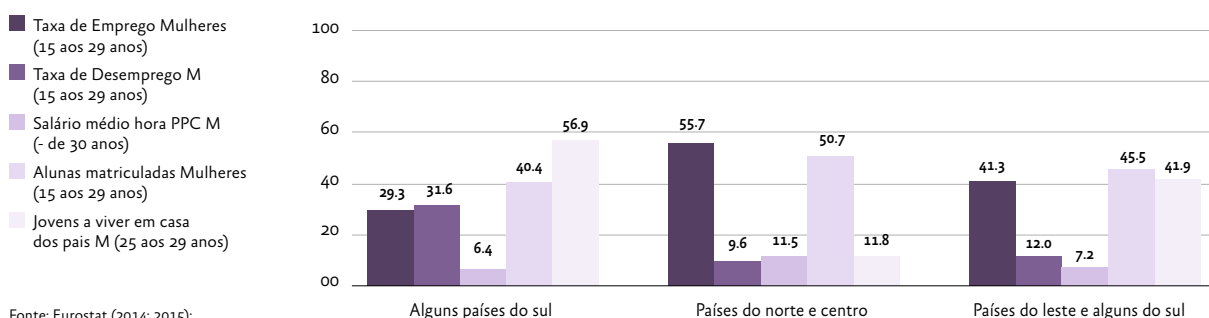
Quanto menor for a taxa de emprego, maior a taxa de desemprego, mais baixos os salários (do jovem e do agregado familiar) e quanto mais precárias forem as formas de inserção no mercado de trabalho, menor é a capacidade de autonomização dos jovens, cenário que se acentua nos homens.

2.2.6.2 Mulheres portuguesas: aproximação às mulheres dos países de leste

Na análise das jovens mulheres europeias e para a compreensão de como as jovens mulheres portuguesas se posicionam no contexto europeu, também se realizou uma análise hierárquica – com os indicadores já referidos – com o objetivo de determinar o número de *clusters* adequado. Mais uma vez, tomou-se a decisão tendo em consideração a análise do dendograma e dos coeficientes de aglomeração. Três *clusters* pareceram, novamente, ser a decisão acertada. Uma vez definidos os *clusters*, foi claro o posicionamento dos países europeus relativamente às variáveis (significativas) selecionadas. Relativamente às jovens mulheres europeias, foi perceptível a existência de três grupos de países.

- Primeiro grupo constituído por alguns países do sul (Grécia, Espanha, Itália) e Eslováquia;
- Segundo grupo constituído pelos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Islândia), países continentais (Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Áustria), Reino Unido e Estónia;
- Terceiro grupo constituído pelos países de leste (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia), Irlanda e alguns países do sul (Portugal, Malta e Chipre).

Figura 2.47 Perfis de países (mulheres dos 15 aos 29 anos) (%)



Fonte: Eurostat (2014; 2015); OCDE (2015), cálculos próprios.

O primeiro grupo é composto por mulheres de países (alguns do sul) que apresentam a menor taxa de emprego e, inversamente, a maior taxa de desemprego feminino nesta idade, o salário médio/hora mais baixo, ou ainda a menor proporção de jovens matriculadas no ensino e o maior número de jovens a viver em casa dos pais.

O segundo grupo constitui-se por mulheres de países (Escandinavos, Continentais, Reino Unido e Estónia) que se caracterizam pela maior taxa de emprego, a menor taxa de desemprego, o salário médio/hora mais elevado, o maior número de jovens matriculadas no ensino e a menor proporção de jovens a viver em casa dos pais. Este grupo é, tal como nos jovens homens, constituído pelas jovens mulheres mais escolarizadas. A escolaridade parece compensar na integração no mercado de trabalho, com uma maior taxa de emprego e menor desemprego. No entanto, ainda existe disparidade salarial em relação aos homens. Isto explica-se pela tendência para uma precarização dos trabalhos ocupados pelas mulheres e por uma segregação horizontal do mercado de trabalho que associa ainda as mulheres a profissões mais desvalorizadas, logo pior remuneradas.

O terceiro e último grupo representa as mulheres jovens de países (leste, alguns países do sul, entre os quais Portugal, e a Irlanda) com posições intermédias. Este grupo apresenta uma taxa de emprego intermédia, bem como uma proporção intermédia de jovens matriculadas no ensino. A taxa de desemprego aproxima-se dos países Escandinavos, Continentais, do Reino Unido e da Estónia; contudo, o salário médio/hora e a proporção de jovens a viver em casa dos pais aproximam-se dos valores registados no primeiro grupo (constituído por mulheres de alguns países do sul).

No posicionamento das mulheres portuguesas no contexto europeu, existe um afastamento de Portugal em relação a países como a Espanha, Itália e Grécia, o que não se verificou com os homens. Este agrupamento das mulheres portuguesas, de Malta e Chipre com as mulheres dos países de leste deve-se à taxa de emprego (superior à dos países mencionados) e à taxa de desemprego (inferior à das registadas na Grécia, Espanha e Itália), próximas das apresentadas pelos países de leste.

Em síntese, os homens portugueses, juntamente com os homens dos restantes países do sul, estão em menor proporção integrados no mercado de trabalho e/ou no sistema educativo comparativamente com os homens dos restantes países europeus. Ao auferirem salários inferiores, acabam por adiar processos de autonomização como a saída de casa dos pais.

As mulheres portuguesas afastam-se das mulheres gregas, italianas e espanholas, aproximando-se das mulheres dos países de leste devido ao maior número de mulheres empregadas do que naquele grupo de países. Este maior número deve-se em parte à guerra colonial (1962-1974) e ao serviço militar obrigatório para os homens, que se alimentavam com constantes e contínuos recrutamentos de jovens do sexo masculino para o campo de batalha, que cada vez mais retardavam a entrada destes no mercado de trabalho, deixando as funções em aberto (Torres, 2004). Esta situação deu origem à possibilidade de

as mulheres entrarem no mercado de trabalho, ocupando os postos deixados vagos pelos homens que partiam para as colónias portuguesas. Muitas vezes estes postos de trabalho eram qualificados, devido ao desenvolvimento económico vivido nos finais da década de 50, originando a necessidade de recorrer à mão de obra feminina detentora de curso superior ou escolaridade secundária para a ocupação dos cargos.

Esta situação específica de Portugal pode ajudar a explicar a maior escolarização das mulheres portuguesas, inclusive nas áreas das ciências e engenharias, tal como sucede também com as mulheres dos países de leste. Para além do valor elevado de taxa de atividade feminina que é histórica em Portugal, as mulheres portuguesas dos 15 aos 29 anos encontram-se também em maior número no sistema educativo do que os homens portugueses, mas parecem autonomizar-se mais cedo da família de origem.

2.2.6.3 Desigualdades de género e classes sociais

A análise que se apresenta de seguida pretende captar de forma mais aprofundada as relações que se estabelecem entre género e classes sociais em Portugal e no conjunto dos países em análise.

Ao analisar no quadro 2.7 a distribuição por classe social de homens e mulheres jovens entre os 15 e os 29 anos, assinala-se, em primeiro lugar, o que se observa nas categorias com mais recursos e depois o que se verifica nas outras. Como referência, considera-se também a distribuição dos lugares de classe de homens e mulheres na população com 15 e mais anos, a partir dos dados do EWCS, inquérito europeu que recolhe informação sobre a população ativa nos diversos países.

Duas notas iniciais. Para especificar melhor as diferentes posições de homens e mulheres, procurou-se sempre que possível associar as informações que decorrem das classes sociais¹⁵ com as que se referem aos rendimentos e às remunerações, explorando as questões da disparidade salarial, das qualificações escolares e da posição perante o mercado de trabalho, questões desenvolvidas ao longo do texto. A segunda nota para registar que dado que estamos com uma população que é ativa (ou está a trabalhar ou está desempregada) encontraremos por certo jovens, com menos qualificações escolares, porque já saíram da escola há mais tempo, mas também outros e outras mais qualificados/as no início das suas carreiras profissionais sendo por isso difícil que assumam desde logo posições de topo. Mas será que as desigualdades entre homens e mulheres se esbaterão?

Em primeiro lugar, olhando para as categorias com mais recursos ou que exigem mais qualificações académicas, as mulheres jovens estão mais

¹⁵ Adotamos a definição de classe social de Almeida, Costa e Machado (2003). Ver glossário.

representadas nas últimas, a dos/as profissionais técnicos e de enquadramento, do que nas primeiras, a dos empresários e dirigentes, em quase todos os países, sendo a Polónia e o Reino Unido as exceções. Esta diferença indicia, por um lado, a já conhecida segregação vertical, a desigualdade de acesso das mulheres, mesmo as mais jovens, aos lugares que implicam direção e mais poder financeiro. Note-se, no entanto, que o número global das/os jovens até aos 29 anos na categoria de empresários, dirigentes e profissionais liberais, é reduzido. Quando se analisa a distribuição por classes no total, isto é, para os que têm 15 e mais anos, como se pode ver no mesmo quadro, os EDLs em todos os países são maioritariamente homens (Quadro 2.7).

Quadro 2.7 Classes sociais, por grupo etário e sexo, 2015 (%)

Países	Classes (15 aos 29 anos)										Classes (total)									
	EDL		PTE		TI		EE		OP		EDL		PTE		TI		EE		OP	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
República Checa	5,9	4,3	16,2	31,9	7,4	8,7	22,1	52,2	48,5	2,9	13,8	7,2	18,8	23,6	9,1	6,2	21,2	55	37,1	7,9
Alemanha	3,2	0,7	18,8	31,8	1,3	0,7	37,7	66,9	39	0	11,2	6,2	19,5	25,7	3,7	3,9	28,6	60,5	37	3,8
Espanha	8,4	4,1	17,7	21,2	4	2,5	46,6	69,7	23,3	2,5	13,5	8,8	17,5	21,2	9,5	5,5	34,4	59,5	25,1	4,9
Finlândia	8,7	1,6	32,6	34,4	6,5	0	26,1	55,7	26,1	8,2	17,2	10,9	26,8	40,4	13,4	5,6	14,6	39	28	4
França	7,6	1,9	37,1	35,8	1	0	24,8	60,4	29,5	1,9	13	8,1	34,1	31,7	2,2	1	23,1	56,7	27,6	2,5
Reino Unido	7,7	11,6	27,1	24,8	6,5	1,7	41,9	62	16,8	0	24,3	18,7	23,9	29,6	9,1	3,3	24,4	46,3	18,3	2,2
Polónia	3,9	5,2	12,6	23,5	6,8	2,6	27,2	62,6	49,5	6,1	13,3	6,7	11,7	27,6	9	7,4	21,9	50,3	44	8
Portugal	2,4	1,6	14,6	25	0	6,3	34,1	53,1	48,8	14,1	11,1	5,8	15,2	15,2	21,7	22,7	21,2	45,7	30,9	10,6
Suécia	4,1	0	28,8	38,2	0	0	46,6	59,2	20,5	2,6	15,3	8,2	37,7	53,3	3,7	1,6	23	34,5	20,4	2,4

O facto de as mulheres estarem mais representadas nas categorias como profissionais técnicas e de enquadramento, PTE, do que os jovens homens, na grande maioria dos países, confirma todos os dados que têm sido analisados até aqui e que mostram que as jovens atingem níveis de escolaridade mais elevados.

Analisando agora as categorias com menos recursos, ao comparar mulheres e homens jovens, conclui-se que as primeiras estão em todos os países em análise mais representadas nos/as empregados/as executantes e os segundos nos/as operários/as. O que significará esta diferença?

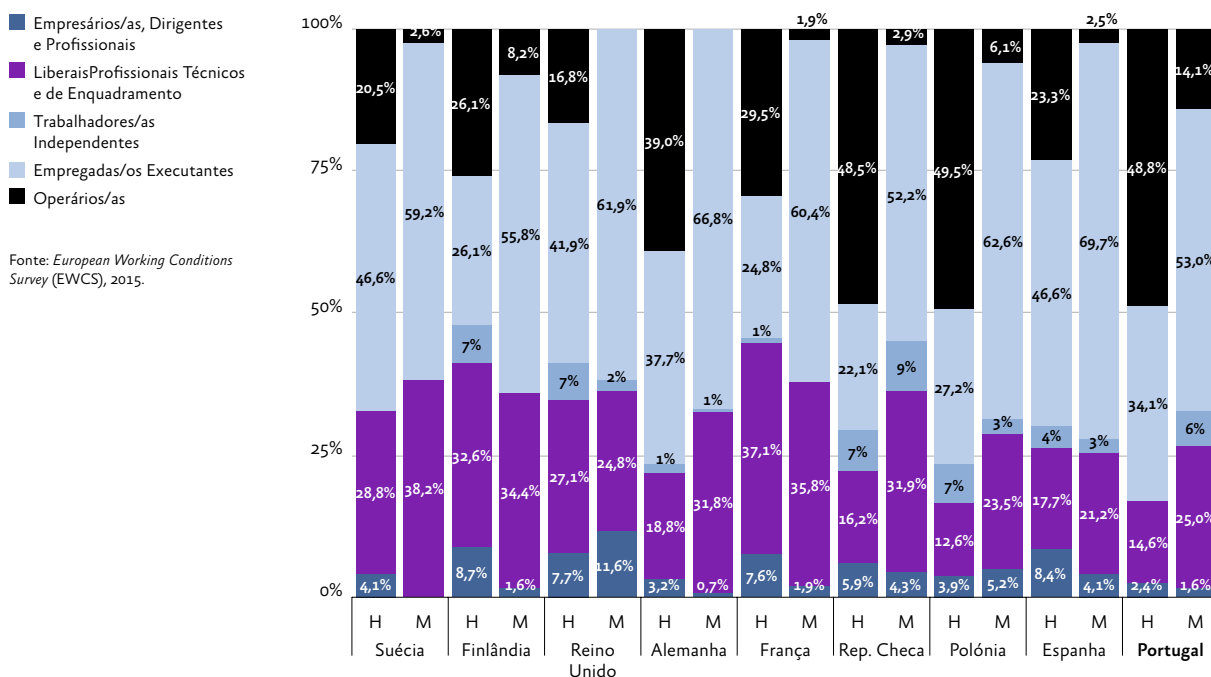
Nas categorias de empregados/as executantes encontram-se diferentes tipos de ocupações. Umas exigem poucos capitais escolares e podem estar ligadas à área fortemente feminizada da prestação de serviços, como os serviços de limpeza e domésticos ou os cuidados de apoio à educação e à saúde. Outras requerem algum grau de qualificação técnica, como funções administrativas.

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.

Ambas, no entanto, tendem a ter remunerações mais baixas do que as dos homens nas mesmas categorias profissionais, e ainda menos elevadas do que as mais masculinizadas como a dos operários, como já se viu atrás. Globalmente, pois, as mulheres jovens ao estarem concentradas na classe social das empregadas executantes, encontram-se em desigualdade e desvantagem remuneratória clara relativamente aos homens jovens.

Comparando, numa perspetiva de género, a distribuição por classes nos países em análise das/os jovens de 15 a 29 anos, e procurando identificar perfis, obtém-se um panorama que revela algumas diferenças entre homens e mulheres, mas mais esbatidas entre as/os jovens do que na população total.

Figura 2.48 Classes sociais dos jovens dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Analisando os homens jovens de diferentes países e considerando os que têm mais e menos recursos – EDLs e PTEs, por um lado, e EE e OP por outro – verificam-se no conjunto dos países claras desigualdades. A percentagem dos que detêm mais capital económico e escolar é muito inferior à dos mais desprovidos desses recursos. No primeiro caso, a percentagem conjunta mais expressiva é de 44,7% na França.

Portugal é o país em que se verifica a maior desigualdade de classe porque apresenta apenas 17% de jovens homens no conjunto das duas categorias (EDLs e PTEs). O que significa que, no caso português, o grupo dos empregados executantes e dos operários fica em torno dos 83%, com maior representação dos

operários. Os países que se aproximam dos valores de Portugal são a Polónia e a Alemanha ambas com 76,7%. Os países com valores mais baixos nas categorias de base para os homens apenas atingem os 52% na Finlândia e 54% na França.

Observando agora o que se passa com as mulheres jovens no conjunto dos países, não se verificam grandes diferenças entre os países em análise. As jovens tendem a concentrar-se, por um lado, nas categorias profissionais técnicas e de enquadramento (PTE) entre os 20 e os 30% e nas empregadas executantes (EE), mas mais nas segundas do que na primeiras, acima dos 50%.

As jovens mulheres estão mais representadas do que os homens na maioria dos países em análise nos PTE, com valores que andam à volta de mais 10 pontos percentuais, com exceção da França e do Reino Unido. Nestes países os homens estão mais representados nesta categoria mas apenas ligeiramente acima das mulheres (Quadro 2.7). Esse resultado pode refletir o aumento da escolarização das raparigas, visto que esta categoria inclui posições que exigem maiores qualificações escolares.

Em Portugal a diferença entre jovens mulheres e homens PTEs assume sensivelmente os mesmos 10 pontos percentuais (25% para elas e 14,6% para eles), mas este valor revela grande progressão em relação à população de mulheres total (de 15,2% para 25,2%).

Por outro lado, a concentração das jovens mulheres no grupo dos EEs chega a atingir nalguns países valores perto dos 70% (Espanha e Alemanha). Em Portugal, o valor das mulheres EE atinge os 53% mas o das operárias é também o mais elevado dos países em análise (14%).

Assim, para o grande grupo dos jovens homens e mulheres dos 15 aos 29 anos, os resultados mostram a concentração nas classes com menores capitais comparativamente com o total da população inquirida. O que vai de encontro aos resultados apresentados sobre o trabalho ao confirmar que a maioria dos/das jovens nos países europeus, quando estão no mercado de trabalho, ocupam lugares mais desfavorecidos e têm situações de maior precariedade. E embora os níveis de ensino sejam neste grupo mais elevados, em especial no caso das mulheres, o que como se viu favorece o emprego, a verdade é que vários estudos mostram que muitos jovens com formação superior estão a desempenhar funções profissionais abaixo das suas qualificações escolares (Alves *et al.*, 2011; Torres, *et al.*, 2015).

Com efeito, ao observar o total da população inquirida, nota-se um aumento do número de pessoas nas categorias EDL e PTE em todos os países analisados, o que pode ser interpretado como uma progressão na carreira associada à cumulatividade dos anos de atividade profissional. Verifica-se, inclusive, o aumento do número de mulheres na categoria EDL, embora tímido e sempre menor relativamente ao dos homens em todos os países.

¹⁶ Podem estar incluídos aqui também um conjunto de casos do chamado trabalho atípico como recibos verdes, *free lancers* em diversas atividades que, mesmo tendo qualificações académicas elevadas, foram classificados como trabalhadores independentes.

Comparativamente com os países em análise, Portugal é o país com menos mulheres nessa categoria (5,8%). O número de portuguesas PTE, por outro lado, diminui quase 10 pontos percentuais no grupo da população total inquirida. Não será este o reflexo direto da maior escolarização das mulheres jovens relativamente às gerações posteriores?

Portugal também se destaca, nos dados para a população total, como o país com maior número de trabalhadores/as independentes, com pouca diferença entre homens (21,7%) e mulheres (22,7%), resultado que pode ser um reflexo da crise económica e de situações instáveis no mercado de trabalho mesmo em populações menos jovens¹⁶.

Voltando ao grupo das/os mais jovens, e olhando agora para as desigualdades salariais entre homens e mulheres, verificou-se, como se viu atrás, que elas são transversais a todos os países europeus entre as/os jovens dos 15 aos 29 anos, através do salário/hora (em PPC), como se pode ver também no Quadro síntese 1.2, em anexo. E essa disparidade tende a subir à medida que aumentam os níveis de qualificação profissional (Quadro 2.7).

Identifica-se assim outra fonte de desigualdade. Por um lado, nos lugares de topo, como empresários/as, dirigentes e profissionais liberais, os mais bem remunerados, as mulheres estão menos representadas (segregação vertical) e, quando estão, tendem a ganhar menos do que os homens na mesma categoria profissional (segregação horizontal).

Por outro lado, os dados sobre a disparidade salarial, referidos atrás, mostram que embora esta seja menor no grupo dos 15 aos 29 anos, do que na população empregada até aos 64 anos, ainda se situa na maioria dos países em análise no grupo jovem à volta dos 10%, situando-se no total entre os 15 e os 20% mas podendo atingir valores bem mais elevados (Quadro 2.7). Note-se, de resto, para a população empregada em Portugal, as acentuadas diferenças de remuneração entre homens e mulheres quer nas remunerações, quer nos ganhos

Utilizando a abordagem das classes e complementando-a com a das remunerações obtém-se um quadro mais completo, e simultaneamente revelador, da intersecção entre desigualdades sociais, de género e de idade em Portugal e em outros países europeus.

Em síntese, podemos concluir que jovens homens e mulheres em Portugal alinham-se de forma diversa com os seus pares na Europa. Enquanto os jovens homens tendem a equiparar-se aos homens jovens dos outros países do sul da Europa (menos escolarizados, com mais baixas taxas de emprego, mais elevadas taxas de desemprego, salários mais baixos, e o maior número de jovens a viver em casa dos pais), as jovens portuguesas estão mais próximas das mulheres dos países de leste, evidenciando posições intermédias no que diz respeito à taxa

de emprego, taxa de desemprego, salário médio/hora, matrículas no ensino secundário e superior, e proporção de jovens a viver em casa dos pais.

Apesar das mais elevadas qualificações das jovens mulheres portuguesas, relativamente às dos jovens homens, a segregação vertical começa já a fazer-se sentir neste grupo etário, com menos mulheres a acederem a lugares de poder e de direção, apesar de elas serem mais numerosas do que eles entre as/os PTEs. Importa ainda notar, tal como foi concluído no capítulo sobre emprego, que independentemente da categoria profissional em que se encontrem, as mulheres tendem a ter remunerações mais baixas do que as dos homens, o que para além da segregação vertical e horizontal aqui observada denota uma forma de segregação transversal, que é penalizadora para as mulheres e se começa a manifestar logo a partir da sua entrada no mercado de trabalho.

Notas conclusivas

Tínhamos perguntado inicialmente: *como se geram as diferenças entre mulheres e homens desde a infância? E como se transformam em desigualdades? Qual o papel da criança, da família, da escola, dos pares, dos média e de outros contextos?* Sintetizam-se agora tendências de resposta centrais.

Pais e outros intervenientes nos processos de socialização, ao construir uma visão de género numa lógica de oposição e diferença, tendem a desvalorizar as semelhanças entre homens e mulheres e a prestar menos atenção aos diferentes tipos de masculinidades e de feminilidades. No pré-escolar, no recreio e na sala de aula, meninos e meninas vão ajustando o seu comportamento a uma visão normativa de género que também acentua diferenças e assimetrias entre os sexos. Rapazes e raparigas ligam influências culturais ao que observam na família, na escola e na relação com os pares. Os média e a internet fazem parte deste conjunto como agentes que influenciam comportamentos e veiculam estereótipos. Enquanto agentes ativos, rapazes e raparigas tendem a reproduzir estereótipos para garantir o sentimento de pertença, embora também possam resistir às pressões a que estão sujeitos/as.

Entrando na fase da juventude as perguntas da pesquisa passaram a centrar-se, num primeiro momento, em torno da relação de raparigas e rapazes com a escola.

Como é que o fenómeno muito debatido internacionalmente do maior investimento das raparigas na escolarização se revela em Portugal e nos outros países europeus? Como se caracterizam e que efeitos têm os percursos educativos das raparigas e dos rapazes, nomeadamente, como se traduzem na mobilidade escolar e no mercado de trabalho?

As transformações na educação que têm ocorrido em Portugal, sobretudo nos últimos 15 anos, revelam que globalmente há mais mulheres e homens jovens a estudar e que estudam até mais tarde, concluindo níveis de ensino mais elevados do que no passado. Ao mesmo tempo, também se verifica que as mulheres têm sido as protagonistas destas transformações: há mais mulheres inscritas no ensino secundário e superior; as mulheres nesta fase da vida são mais escolarizadas do que eles; as mulheres concluem mais frequentemente do que os homens o ensino superior. Tendo em conta os níveis de escolaridade baixos nas gerações mais velhas, o salto que se regista na escolaridade das mulheres jovens em Portugal está associado a trajetórias de mobilidade educacional ascendente; um tipo de trajetória mais comum entre elas do que entre os jovens homens.

O confronto entre, por um lado, a vivência de uma certa masculinidade, associada a comportamentos desafiantes da disciplina e da autoridade, mais frequente nos jovens de classes sociais de origem pouco escolarizadas e qualificadas, e as exigências escolares e os ideais sobre o/a bom/boa aluno/a, por outro, tende a traduzir-se para estes em percursos escolares de menor sucesso. Este confronto ajuda a explicar a persistência de mais elevados níveis de abandono escolar entre os homens. Já as raparigas, mesmo as de um meio social pouco escolarizado e qualificado, enquadram-se mais facilmente na lógica e disciplina escolar, uma vez que o desempenho estereotipado de género em torno da obediência e conformidade são valorizados na escola.

Ainda no âmbito das relações de género no contexto da escola, perguntava-se se *as escolhas formativas e as áreas de escolarização continuariam a reproduzir estereótipos de género*.

Em linha com o que se verifica desde o início dos anos 90 do século xx, em Portugal observa-se uma presença expressiva de mulheres nas áreas das ciências naturais, tecnológicas e engenharias, tradicionalmente consideradas redutos masculinos. Contudo, isto não significa uma diminuição da feminização das áreas tradicionalmente associadas às mulheres: educação, saúde e bem-estar ou serviços. Os homens jovens revelam maior dificuldade em romper barreiras nas escolhas formativas, na medida em que a sua integração em áreas tradicionalmente femininas tende a significar uma aproximação a profissões socialmente menos reconhecidas o que pode representar uma ameaça à sua masculinidade. Quando são as mulheres a romper barreiras nas áreas formativas tradicionalmente masculinas, elas antecipam vantagens em termos de prestígio, reconhecimento e remuneração que, no entanto, podem não se concretizar.

Apesar da progressiva conquista da igualdade de género na participação e integração das mulheres na esfera pública e no mundo do trabalho, a fragilidade

destas conquistas enfrenta riscos de retrocesso. Perguntava-se ao princípio: *como se fazem as entradas no mercado de trabalho no feminino e no masculino?*

A empregabilidade aumenta entre os homens e as mulheres com níveis de escolaridade mais elevados quer em Portugal quer na UE a 27. O investimento no prolongamento da escolaridade e o investimento na conclusão do ensino superior têm um impacto positivo em particular no caso das mulheres em Portugal. Em Portugal, as raparigas com nível de ensino mais elevado (ensino superior) apresentam uma taxa de emprego superior aos rapazes. Os níveis mais elevados de ensino constituem-se como fator de proteção relativamente ao desemprego entre os 15 e os 29 anos. O caráter protetor da escolaridade é especialmente eficaz tanto no caso das mulheres como dos homens na União Europeia, mas é ainda mais visível no caso das mulheres em Portugal.

O investimento das mulheres numa escolarização mais longa não corresponde, no entanto, a vantagens na integração no mercado de trabalho verificando-se precarização, tetos de vidro e diferenças salariais. Apesar de em Portugal as mulheres serem mais escolarizadas do que os homens, são elas que mais frequentemente se encontram em situação precária: os contratos a prazo ou temporários são mais comuns entre as mulheres do que entre os homens, implicando riscos acrescidos para as mulheres, nomeadamente em torno da sua independência e autonomia financeira, porque à maior fragilidade contratual correspondem salários baixos, dificuldades de construção de uma carreira profissional e acesso limitado a benefícios sociais.

Apesar de a escolaridade poder interferir positivamente no rendimento mensal, as mulheres em Portugal, e em vários países europeus, são penalizadas, desde logo, por serem mulheres; e quanto mais tempo as mulheres despendem em trabalho não pago (seja a cuidar da casa, das crianças ou de outros dependentes) menores serão os rendimentos mensais do trabalho.

Tendo em conta estas dinâmicas nos processos de escolarização e de entrada no mercado de trabalho, *como se caracterizam os processos de autonomização de jovens rapazes e raparigas em Portugal e na Europa?*

Os constrangimentos estruturais, sejam eles determinados pelos recursos económicos ou pelas condições de integração no mercado de trabalho, revelam-se um fator determinante no processo de autonomização, uma vez que a transição para a vida adulta e a saída de casa dos pais implicam, precisamente, algum grau de autonomia e de estabilidade financeira. As formas instáveis de integração no mercado de trabalho, a flexibilidade e o caráter precário dos vínculos, os baixos salários, o desemprego, estão presentes na capacidade que mulheres e homens têm à sua disposição para desenharem e ‘escolherem’ os seus projetos de vida individuais. Quanto mais baixo for o rendimento individual, mais tarde saem os homens e as mulheres de casa dos pais. Portugal

e os países do sul e do leste europeu apresentam os valores mais elevados de jovens que permanecem a viver em casa dos pais até mais tarde. Em Portugal e na Europa, as raparigas saem mais cedo de casa dos pais do que os rapazes.

Como se definem os jovens rapazes e raparigas perante o risco, a violência e as causas de morte?

A manifestação de indiferença ao medo, a força física, o poder e o controlo de si e dos outros, como forma de demonstração de adequação a um certo tipo de masculinidade, ajuda a perceber porque é que rapazes/homens se expõem mais a situações de risco e de violência e a causas externas de morte (acidentes, quedas, afogamentos, ataque violento, entre outras).

Que simetrias e diferenças se verificam relativamente aos valores e às visões do mundo entre mulheres e homens jovens?

O universalismo, ou seja, valores como a importância da igualdade de tratamento e oportunidades para todas/os, a importância da compreensão entre as pessoas, a necessidade de apoiar e cuidar do bem-estar das pessoas, é o valor globalmente mais valorizado entre as mulheres e os homens jovens em Portugal. As mulheres mais ainda.

Num contexto em que jovens vivem em situações de maior instabilidade económica e no trabalho e de escassez de bens, estamos perante a emergência de uma geração mais materialista do que as anteriores. Os jovens (mulheres e homens) apresentam-se globalmente menos universalistas do que as pessoas mais velhas e valorizam relativamente mais o poder e o dinheiro.

A tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, são rejeitados pelos jovens e pelas jovens na Europa e em Portugal. A abertura à mudança (a importância de ser criativa/o, de experimentar coisas novas, de procurar a aventura, a diversão e o prazer) é mais valorizada pelos jovens do que pelos outros grupos etários.

Num processo particularmente acentuado de mudança social e económica na Europa, como se situa Portugal no espaço europeu? *Que perfis de jovens homens e mulheres são possíveis identificar no contexto europeu; e como se articulam com as classes sociais e o rendimento?*

Numa Europa que se identificou como dividida a três, as mulheres e os homens jovens em Portugal estão ainda muito afastadas/os da realidade vivida pelas mulheres e homens da mesma idade nos países do centro e norte da Europa: países onde elas e eles apresentam maiores taxas de emprego, menores taxas de desemprego, salários médios/hora mais elevados, e onde se verifica o maior número de jovens matriculados no ensino e uma menor proporção de jovens a viver em casa dos pais.

Em Portugal, os homens jovens tendem a alinhar-se com os homens dos outros países do sul da Europa. Isto é, fazem parte do grupo com menor

escolarização, mais expostos à recente crise financeira e económica, com menor taxa de emprego, maior taxa de desemprego, com os salários mais baixos, com a menor proporção de jovens matriculados no ensino e o maior número de jovens a viver em casa dos pais. Por seu turno, as mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres dos países do leste da Europa e da Irlanda, e afastam-se das de outros países como a Itália, Grécia e Espanha. Isto é, as mulheres jovens portuguesas registam posições intermédias nos diferentes indicadores: taxa de emprego, taxa de desemprego, salário médio/hora, pessoas matriculadas no ensino secundário e superior, jovens a viver em casa dos pais.

Numa Europa desigual em que a percentagem dos que detêm mais capital económico e escolar é muito inferior à dos mais desprovidos desses recursos, Portugal é o país em que se verifica a maior desigualdade de classe: apresenta a menor proporção de mulheres e homens jovens nas duas categorias de classe mais favorecidas (EDLs e PTEs) e das mais elevadas percentagens de empregados/as executantes. No entanto, é importante sublinhar que, em Portugal, as mulheres jovens profissionais técnicas e de enquadramento são mais numerosas do que os homens (25% face a 14,6%). Os lugares de classe com mais recursos e mais bem remunerados são menos ocupados pelas jovens mulheres; em todas as categorias profissionais as mulheres ganham menos do que os homens, chegando a disparidade salarial a atingir valores de 28,8%.

Capítulo 3

Género e *rush hour of life*

Introdução

Neste capítulo analisa-se a etapa da vida que decorre *grossa modo* dos 30 aos 49 anos de idade, fase em que a maioria dos homens e das mulheres passa por um período de intensa pressão por um conjunto de exigências concorrentes ou mesmo contraditórias: é para muitas pessoas o tempo de formação de família mas também é o da afirmação e progressão profissional. É por isso que se designa esta fase como a *rush hour of life*, termo que resulta da analogia com as horas de pressão e congestão de tráfico. Mas esta fase tende a ser vivida de forma diferente por mulheres e homens.

Se entre os 15 e os 29 anos se tinha concluído que apesar de serem mais escolarizadas ao entrar no mercado de trabalho as mulheres se encontravam em desvantagem em relação aos homens – mais desempregadas, com salários mais baixos e trabalhos mais precários – e já despendiam, em média, mais tempo do que eles com o trabalho não pago, impõe-se perceber agora se essas desvantagens se acentuam ou se eventualmente se atenuam.

É contudo de realçar que não se deve ter uma visão rígida ou excessivamente segmentada das idades da vida. Com efeito, na idade seguinte (dos 50 aos 65 anos) problemas do mesmo tipo de pressão, por razões idênticas ou diferentes, podem também colocar-se. E também é de admitir que o sentimento de pressão se coloque para homens e mulheres em esferas diferentes da vida.

A análise desta idade da vida pretende, pois, cumprir os seguintes objetivos: mapear e caracterizar as diferenças e semelhanças entre mulheres e homens nesta fase da vida, em Portugal e na Europa, no plano do mercado de trabalho, quanto à família e às condições de vida, e na articulação trabalho/família analisando também o papel das políticas públicas, bem como nas questões da violência, do crime e causas de morte e nos valores sobre a divisão do trabalho pago e não pago entre mulheres e homens. Por último, pretende-se identificar perfis de países e de mulheres e homens comparando Portugal com a realidade europeia e caracterizar a distribuição por classes sociais num conjunto de países europeus selecionados que visam representar diferentes modelos de Estado social.

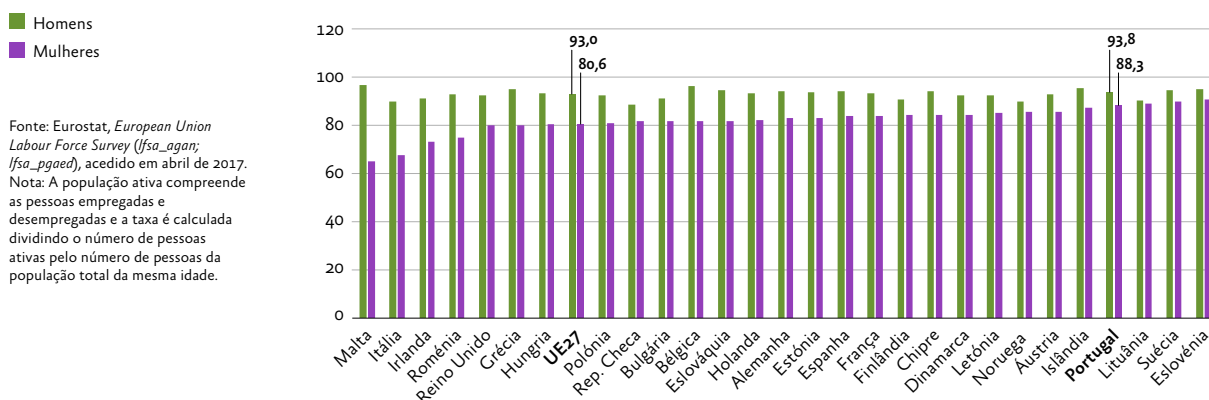
3.1 Género e mercado de trabalho

A análise do grupo etário entre os 15 e os 29 anos permitiu concluir que já havia desigualdades expressivas entre homens e mulheres no mercado de trabalho: as mulheres encontravam-se logo aí em desvantagem em relação aos homens – mais desempregadas, com salários mais baixos e trabalhos mais precários – e já despendiam, em média, mais tempo do que eles com o trabalho não pago. Analisando a fase da vida entre os 30 e os 49 anos, procura-se agora compreender o sentido e a evolução destas tendências.

3.1.1 Forte participação de homens e mulheres na população ativa, com ligeira predominância masculina

Num cenário europeu em que a quase totalidade dos indivíduos dos 30 aos 49 anos são ativos, importa sublinhar, por um lado, que se registam diferenças mais importantes entre os países europeus na taxa de atividade das mulheres do que na dos homens. Por outro, devemos referir que, de forma transversal, os homens apresentam uma taxa de atividade ligeiramente mais elevada do que as mulheres (Figura 3.1).

Figura 3.1 População ativa, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Centrando agora o olhar em Portugal, observa-se que a taxa de atividade dos homens (93,8%) e a das mulheres (88,3%) é superior à média da União Europeia a 27 países (93% e 80,6%, respetivamente), sendo essa tendência particularmente evidente no caso das mulheres. A elevada taxa de atividade feminina em Portugal, apresentando padrões próximos daqueles registados nos países nórdicos e afastando-se dos valores registados noutros países do sul, é um padrão sedimentado e tem razões históricas (Torres, 2004; Anxo *et al.*, 2007; Casaca, 2012; Ferreira, 2014; Addabbo *et al.*, 2015). Com efeito, os níveis

elevados de participação feminina no mercado de trabalho em Portugal têm origem na década de 1970, e estão relacionados com a diminuição de mão de obra masculina que ocorreu nessa época num cenário de guerra colonial e de forte emigração. Numa sociedade portuguesa marcada por grandes desigualdades, o aumento da participação económica das mulheres regista importantes diferenças de classe: por um lado, nos sectores sociais mais desfavorecidos, a emigração dos homens teve efeitos diretos no protagonismo das mulheres e na sua integração económica. Ao mesmo tempo, os baixos salários e rendimentos das famílias pressionavam para a integração das mulheres no mercado de trabalho como fonte de rendimento adicional e como fuga a situações de destituição económica (Casaca e Damião, 2011; Ferreira, 2014). Por seu turno, nos sectores mais favorecidos, a guerra colonial ofereceu às mulheres um tempo de espera que abriu possibilidades de entrar no mundo do trabalho, ganhar dinheiro e alguma autonomia. Nestes sectores das classes médias, a articulação entre as responsabilidades familiares e profissionais foi facilitada pelos apoios domésticos pagos, baratos e abundantes, num contexto de crescimento económico e industrialização, suportados numa economia de guerra (Torres, 2004). Depois do 25 de Abril a persistência de baixos salários, conjugada com as conquistas da democracia e da liberdade, criaram um contexto favorável para o não regresso das mulheres à esfera doméstica e para o aprofundamento das lutas pela igualdade noutros domínios da vida social

3.1.2 Taxa de emprego feminino em Portugal acima da média europeia

Com a exceção da Lituânia, a taxa de emprego dos homens é superior à das mulheres em todos os países europeus analisados (Figura 3.2.). No entanto, se em Portugal a taxa de emprego dos homens permanece superior à das mulheres, também é verdade que os valores do emprego dos homens registados no país (84,4%) são ligeiramente inferiores (1,4 p.p.) à média da UE a 27 (85,8%).

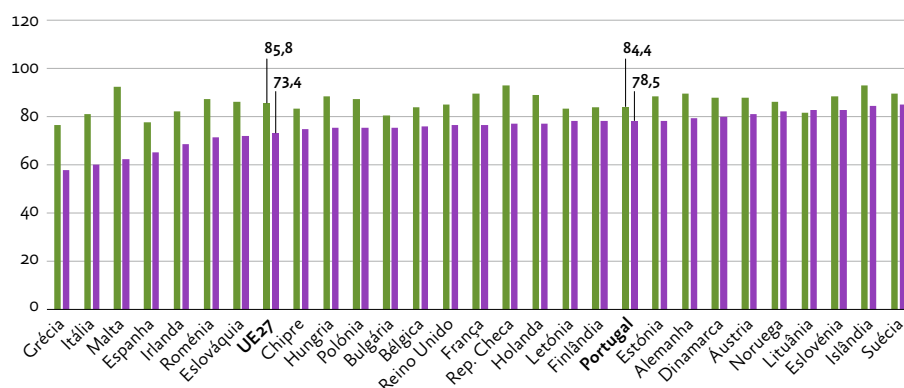
Já a taxa de emprego feminino em Portugal (78,5%) supera em 59 p.p. a da média europeia a 27 (73,4%), o que não acontecia nos jovens. Portugal distancia-se assim dos restantes países do sul da Europa, apresentando uma taxa de emprego das mulheres consideravelmente mais elevada do que Espanha, Itália, Malta ou Grécia, mas ainda assim mais baixa do que aquela que se observa nos países nórdicos (Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca), em alguns países de leste (Lituânia, Estónia e Eslovénia), na Alemanha ou na Áustria.

Figura 3.2 Taxa de emprego, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_egan@lang=en)*,
acedido em abril de 2017.

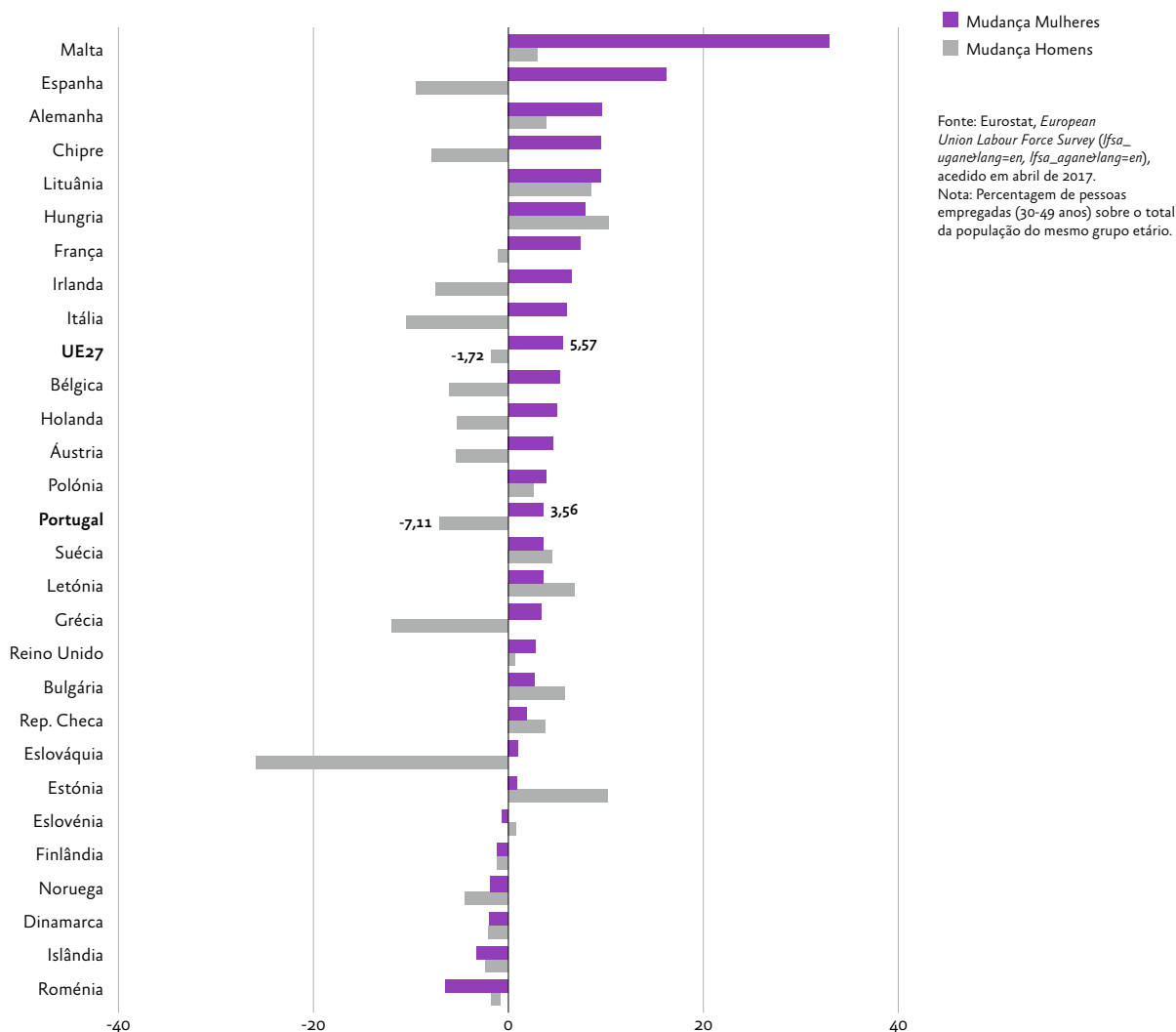
Nota: Percentagem de pessoas
empregadas (30-49 anos) sobre o total
da população do mesmo grupo etário.



3.1.3 Aumento do emprego das mulheres

No arco temporal entre 2000 e 2015 verifica-se ainda que, em muitos países europeus (incluindo Portugal), os homens registaram perdas na taxa de emprego (Figura 3.3). Em termos médios, na UE a 27, ao longo deste período, observou-se uma perda de emprego entre os homens de 1,7 p.p. Por seu turno, a taxa de emprego das mulheres subiu no mesmo período 5,57 p.p. Portugal segue a mesma tendência: entre 2000 e 2015, a taxa de emprego masculina caiu 7,1 p.p., em contraponto com a taxa de emprego das mulheres que cresceu 3,6 p.p.

Figura 3.3 Mudança da taxa de emprego, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2000-2015 (p.p)



Os movimentos de sentido contrário na taxa de emprego dos homens e das mulheres em Portugal (homens em perda, mulheres em ganho), não podem deixar de ser relacionados com o impacto da recente crise económica e financeira num mercado de trabalho onde persistem diferenças nas formas e nos sectores de integração laboral de homens e mulheres (Rubery, 2014). Tendo mulheres e homens inserções no mercado de trabalho distintas, os efeitos da crise no emprego foram também diversos. Por um lado, numa fase inicial a crise promoveu o declínio de sectores de atividade tipicamente masculinos (como a construção civil e as indústrias pesadas) contribuindo deste modo para a precariedade e desemprego dos homens e a aproximação dos níveis

de emprego de homens e mulheres (Ferreira e Monteiro, 2015). Por outro, a terciarização da economia e a forte feminização deste sector, revela-se como fator que poderá ter favorecido a permanência das mulheres no mercado de trabalho durante esse período.

3.1.4 A empregabilidade aumenta com a escolaridade, sobretudo para as mulheres

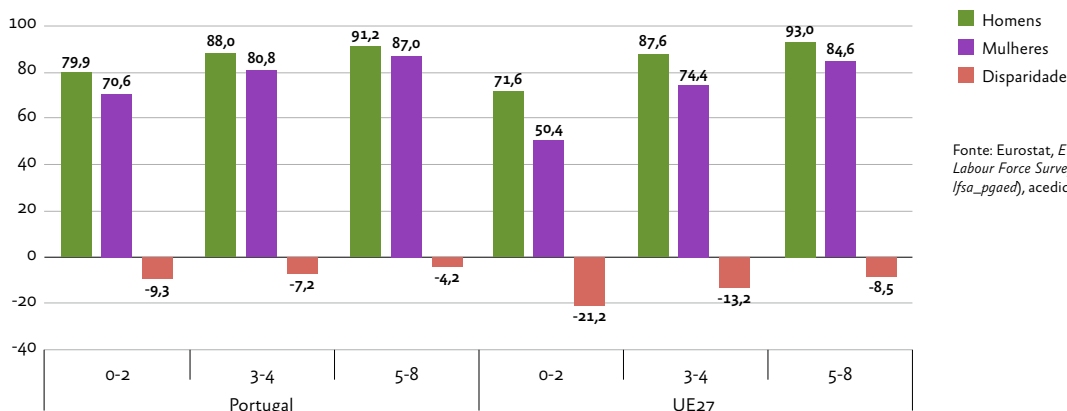
Tal como se verificou entre os mais jovens, também no grupo etário dos 30 aos 49 anos, à medida que o nível de escolaridade aumenta, aumenta a taxa de emprego: este resultado é visível sobretudo na média da UE a 27 (passando de 50% para 85%), mas também em Portugal (onde passa de 70% para 84%) (Figura 3.4.).

O efeito da escolaridade como fator protetor do emprego assume importância no caso das mulheres portuguesas e ainda tem mais expressão no caso da UE 27. Com efeito, se em Portugal e na Europa a taxa de emprego é sempre mais elevada para os homens do que para as mulheres, também se verifica que essa disparidade tende a diminuir com o aumento do nível de escolaridade, passando de 9,3 p.p. entre homens e mulheres portuguesas com escolaridade ao nível do ISCED 0-2 para apenas 4,2 p.p. entre homens e mulheres portuguesas com ISCED 5-8; na média europeia estas diferenças baixam de forma ainda de forma mais significativa passando de 21,2 p.p. para apenas 8,4 p.p.

Ainda assim, ao contrário do verificado entre a população mais jovem e na fase de entrada no mercado de trabalho, a taxa de emprego das mulheres na *rush hour of life* nunca ultrapassa a registada pelos homens, mesmo no caso das mais escolarizadas (ensino superior completo).

De forma mais estrutural o que estes dados parecem indiciar é que a escola e o sucesso escolar das mulheres têm contribuído para a igualdade no mundo do trabalho, possibilitando oportunidades e mudanças importantes no destino social das mulheres (Araújo, 2010; Ferreira, 2000). Contudo, como veremos melhor mais à frente, a partir dos dados sobre a precariedade e a remuneração, o impacto da educação é mais evidente no que respeita ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à sua empregabilidade, do que na consolidação de dinâmicas igualitárias no mundo do trabalho (Araújo, 2010).

Figura 3.4 Taxa de emprego por nível de escolaridade, dos 30 aos 49 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)

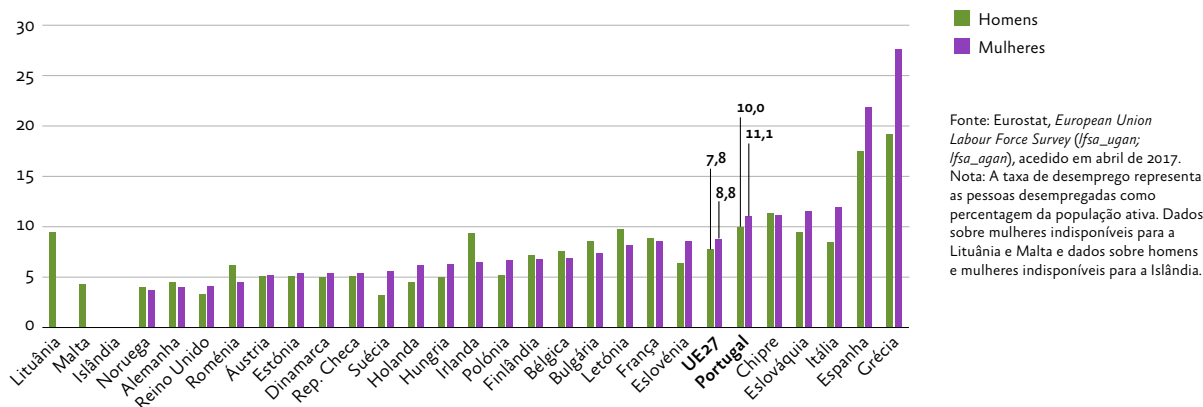


Fonte: Eurostat, European Union Labour Force Survey (lfsa_egaed; lfsa_pgaed), acedido em abril de 2017.

3.1.5 Desemprego elevado em Portugal e nos países do sul da Europa, mais penalizador para as mulheres

Em 2015, a taxa de desemprego, quer dos homens, quer das mulheres na *rush hour of life* assume os valores mais elevados nos países do sul da Europa (Grécia, Espanha, Itália, Chipre e Portugal) e na Eslováquia (Figura 3.5). Tendo como referência a média da Europa a 27 países, verifica-se que, em Portugal, a taxa de desemprego é superior à média europeia em 2,2 p.p. no caso dos homens e em 2,3 p.p. no caso das mulheres situando-se, respetivamente, a nível nacional nos 10% e 11,1% (contra 7,8% e 8,8% na média da Europa). Ainda em Portugal, no ano de 2015, é possível observar uma taxa de desemprego das mulheres na fase da *rush hour of life* que é superior à dos homens na mesma fase da vida.

Figura 3.5 Taxa de desemprego, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, European Union Labour Force Survey (lfsa_ugan; lfsa_agan), acedido em abril de 2017.
Nota: A taxa de desemprego representa as pessoas desempregadas como percentagem da população ativa. Dados sobre mulheres indisponíveis para a Lituânia e Malta e dados sobre homens e mulheres indisponíveis para a Islândia.

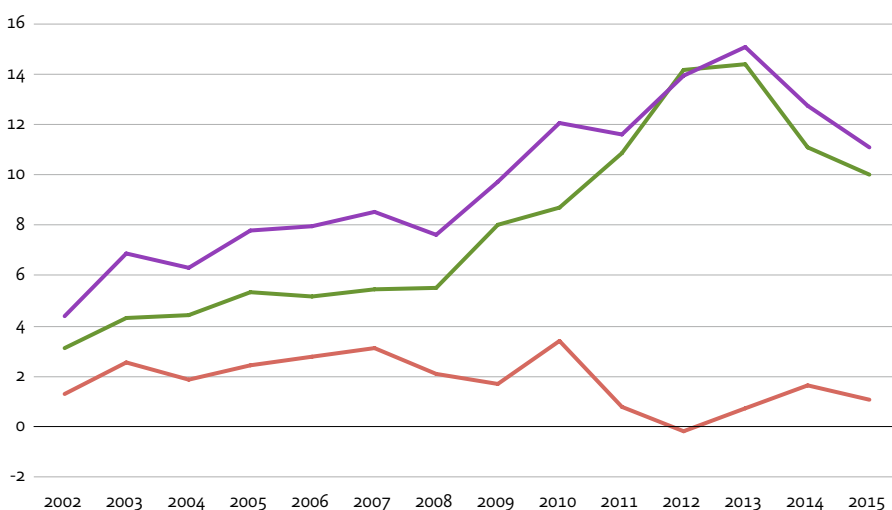
Verifica-se também, embora com menor intensidade do que na juventude, um efeito da crise económica que se traduz numa tendência de crescimento do desemprego entre as pessoas na *rush hour of life* ao longo de todo o arco temporal entre 2000 e 2015. Esta tendência acentua-se de forma particular entre 2008 e 2013 (Figura 3.6), anos que correspondem ao período da emergência e aprofundamento da crise económica e financeira e da implementação de políticas de austeridade (Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014; Karamessini, 2014), exigindo reformas económicas com importantes efeitos de género (Rubery, 1988, Elson, 1995, Daly, 2011, Ferreira, 2014).

Se em Portugal persiste a segregação horizontal no mercado de trabalho e homens e mulheres se posicionam de forma distinta, a crise económica também atua de modo diferente sobre eles e elas (Ferreira e Monteiro, 2015; Rubery, 1988 e 2014). Com efeito, observa-se que o crescimento do desemprego é mais forte entre os homens do que entre as mulheres. Eles terão sido afetados pelo já referido declínio inicial de sectores de atividade tipicamente masculinos, promovendo uma dinâmica do desemprego masculino que o aproxima dos níveis de desemprego das mulheres (Bergman *et al.*, 2012; Ferreira e Monteiro, 2015). Por seu turno, o desemprego feminino não deixa também de refletir os efeitos da crise, sobretudo, à medida que reformas, cortes orçamentais, e constrangimentos à contratação e à atualização salarial que afetaram grandemente o sector público e os serviços sociais foram introduzidos, afetando mais as mulheres do que os homens (Casaca, 2012 e 2013; Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Addabbo *et al.*, 2015).

Figura 3.6 Mudança na taxa de desemprego, dos 30 aos 49 anos, por sexo, em Portugal, 2002-2015 (%)

— Homens
— Mulheres
— Disparidade

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_ugan; lfsa_agan)*, acedido em abril de 2017.



Tal como já tinha sido identificado entre as e os jovens dos 15 aos 29 anos, também na fase da *rush hour of life* a tendência de forte crescimento no desemprego em Portugal foi acompanhada pela diminuição da disparidade do desemprego entre mulheres e homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012). A partir de 2013, quando se começa a observar uma redução do desemprego tanto nos homens como nas mulheres, a disparidade entre os dois grupos volta a aumentar (Figura 3.6). Assim, a diminuição da disparidade da taxa de desemprego masculina e feminina não pode ser entendida como um passo no sentido da igualdade. Pelo contrário, este indicador indicia a deterioração das condições de trabalho, o aumento da vulnerabilidade e do desemprego que ocorreu também no masculino (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015).

3.1.6 A escolaridade como fator protetor do desemprego só nos níveis mais elevados

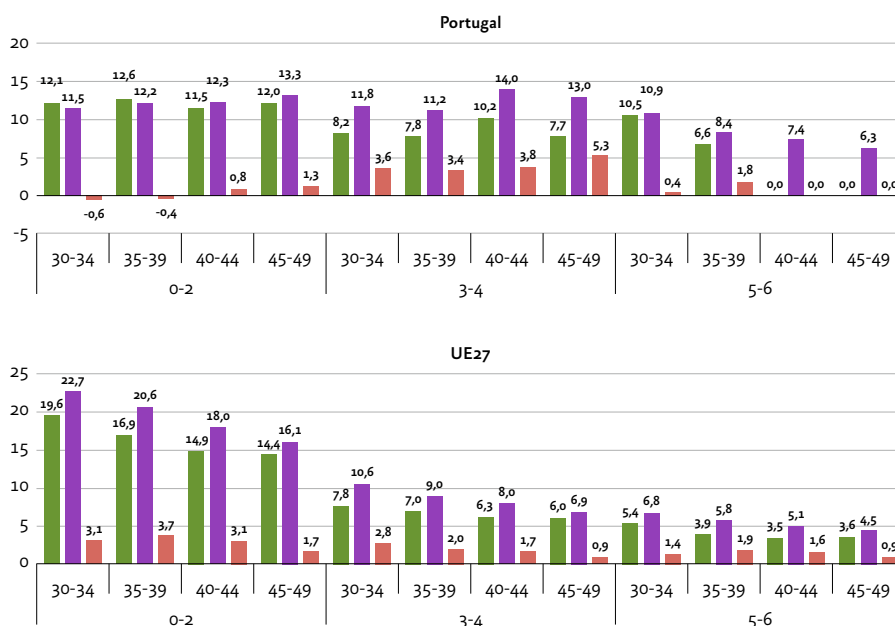
No quadro da UE 27 é particularmente evidente o efeito protetor da escolaridade: o desemprego diminui substancialmente à medida que as mulheres e homens obtêm certificados escolares mais elevados – homens e mulheres com níveis de ISCED 0-2 têm taxas de desemprego muito perto ou acima dos 15%, enquanto que aqueles e aquelas com níveis de ISCED 5-8 apresentam taxas de desemprego sempre inferiores a 7% (Figura 3.7).

Em Portugal esta relação não é tão linear verificando-se que, entre as pessoas na *rush hour of life*, a escolaridade apenas tem capacidade de proteção relativamente ao desemprego entre as mulheres e homens com níveis de escolaridade mais elevados: ensino superior completo para quem as taxas de desemprego descem abaixo dos 10%. Este resultado distingue-se do que foi encontrado para o grupo 15-29 anos, onde se observou sempre desemprego menos intenso à medida que se progredia na escolaridade, tanto para os rapazes como para as raparigas.

Figura 3.7 Taxa de desemprego por nível de escolaridade, dos 30 aos 49 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres
■ Disparidade

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (jfsa_urgaed)*, acedido em abril de 2017.



3.1.7 Predominância feminina nas formas de precariedade laboral

Tal como já enunciado no capítulo referente à fase da juventude, no mercado de trabalho contemporâneo que vive um processo de progressiva desregulamentação e flexibilização é possível distinguir duas formas de precariedade: a precariedade associada às condições de trabalho e a precariedade de emprego que remete para aspetos formais e jurídicos associados a modalidades flexíveis ou atípicas de emprego envolvendo, designadamente, contratos a termo certo e incerto, prestações de trabalho pontuais com ou sem contrato, trabalho temporário ou situações de falso trabalho independente (Alves *et al.*, 2011; Casaca, 2012; OIT, 2016).

Na impossibilidade de medir com precisão o peso das situações de falso trabalho independente, a análise que a seguir se desenvolve circunscreve-se ao indicador do Eurostat sobre trabalho não permanente que reúne todas as formas contratuais de duração limitada ou temporária. A partir destes dados, observa-se que, em todos os países europeus analisados, a integração no mercado de trabalho através de formas não permanentes de contratação é mais comum entre as mulheres do que entre os homens nesta fase da vida. Essa disparidade é particularmente evidente nos casos da Finlândia, Suécia, Polónia e República Checa (Figura 3.8).

Tal como já se havia identificado na análise da juventude e da sua integração no mercado de trabalho, volta-se a perceber que Portugal está no grupo de países (com Espanha e Polónia) que regista as mais elevadas proporções (acima de 20%) de mulheres e homens na *rush hour of life* integradas/os no mercado de trabalho através de formas de contratação não permanente.

No caso de Portugal importa registar, comparando esta fase da vida com a juventude – período de entrada no mercado de trabalho – que se verifica na *rush hour of life* uma menor proporção de mulheres e homens em situação de contratação não permanente (contratos a termo certo, a prazo ou outras formas de contratação temporária): passando de 50% na fase da juventude para um valor que ronda os 20% na *rush hour of life*. Ainda que estes valores correspondam a uma diminuição da precariedade relativamente aos trabalhadores e trabalhadoras mais jovens, eles revelam a persistência do fenómeno da bifurcação do mercado de trabalho, já discutida no capítulo da juventude, produzindo de novo desiguais possibilidades de acesso a recursos entre pessoas na *rush hour of life*, com ligeira desvantagem para as mulheres, o que continua a ter consequências gravosas nesta fase em que o investimento na carreira profissional e os projetos familiares se revelam aspetos fundamentais. Numa análise à escala internacional, como se mostra num relatório da OIT, torna-se ainda claro que os países onde a flexibilização e a desregulamentação do mercado de trabalho foram mais intensas nos últimos anos, são aqueles onde se regista, quer na fase da juventude, quer na *rush hour of life*: (i) mais elevadas proporções de mulheres e homens em situação de contratação precária; (ii) maior crescimento deste tipo de precariedade contratual (OIT, 2016: 56-57, 137), este será o caso, por exemplo, de Portugal e Espanha.

Observa-se ainda que, no conjunto dos países europeus analisados, a situação laboral precária é mais comum entre as mulheres do que entre os homens nesta fase da vida. Essa disparidade é particularmente evidente nos casos da Finlândia, Suécia, Polónia e República Checa (Figura, 3.8).

Olhando agora a evolução registada no arco temporal 2000-2016 é de assinalar um aumento progressivo de formas de contratação não permanente, tanto para homens como para mulheres, nos últimos anos, indiciando um crescimento da precariedade laboral que atinge também trabalhadores e trabalhadoras nesta fase da vida (Figura 3.9).

No entanto, esta evolução regista duas importantes tendências (Figura 3.10): (i) aumento deste tipo de contratação com o início e agudização da crise económica e financeira; (ii) diminuição da disparidade entre mulheres e homens fortemente motivada pelo crescimento mais expressivo destas formas de contratação entre os homens (Ferreira, 2014; Addabbo *et al.*, 2015).

Figura 3.8 Contratações não permanentes, dos 25 aos 49 anos, por país e sexo, 2016 (%)

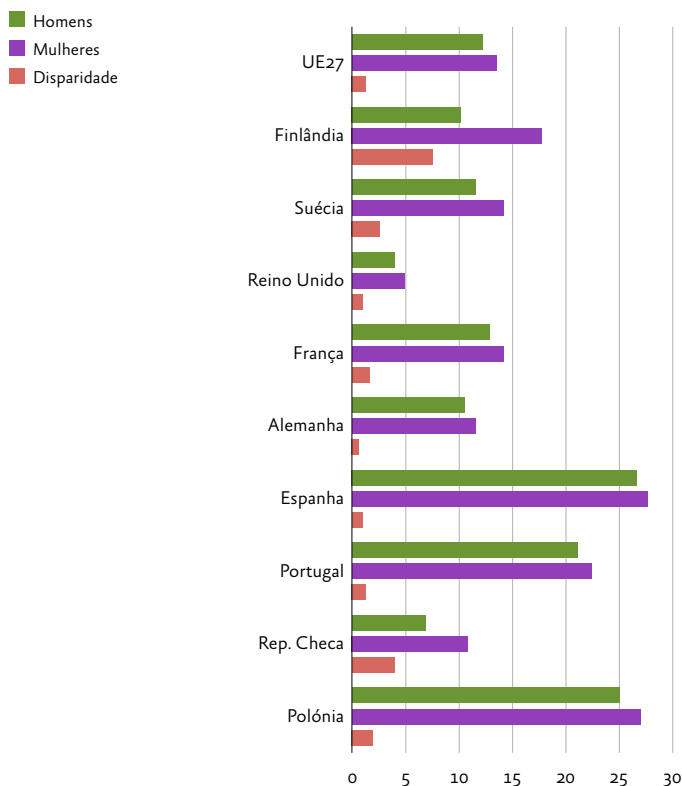
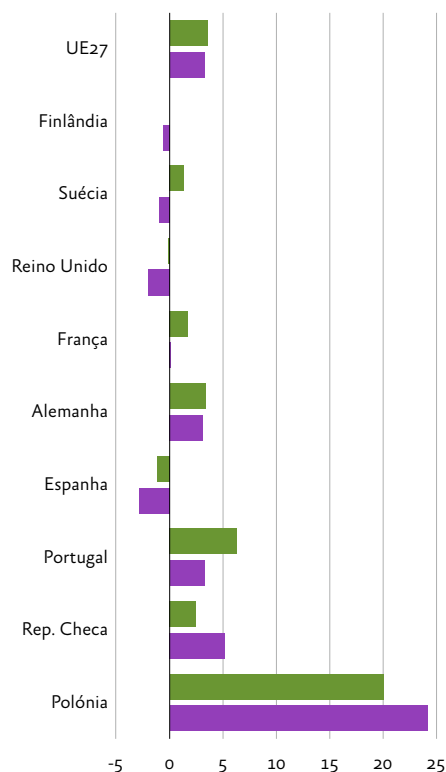


Figura 3.9 Variação da proporção de contratações não permanentes, dos 25 aos 49 anos, por país e sexo, 2000 a 2016 (p.p.)

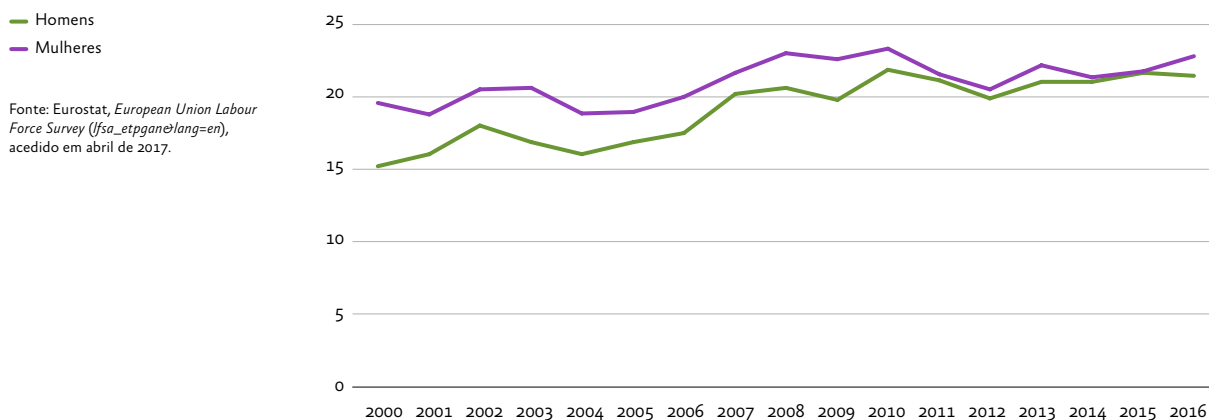


Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_etpgan@lang=en)*, acedido em abril de 2017.

Nota: 1) O indicador do Eurostat refere-se a pessoas com contratos de trabalho não permanentes/sem termo, isto é, formas de contrato a prazo, com termo certo ou temporários.

2) Não estando disponíveis na fonte dados para o grupo etário dos 30-49 anos, utilizou-se o mais próximo (25-49).

Figura 3.10 Mudança na proporção de contratações não permanentes, dos 25 aos 49 anos, por sexo, em Portugal, 2000 a 2016 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_etpgan@lang=en)*, acedido em abril de 2017.

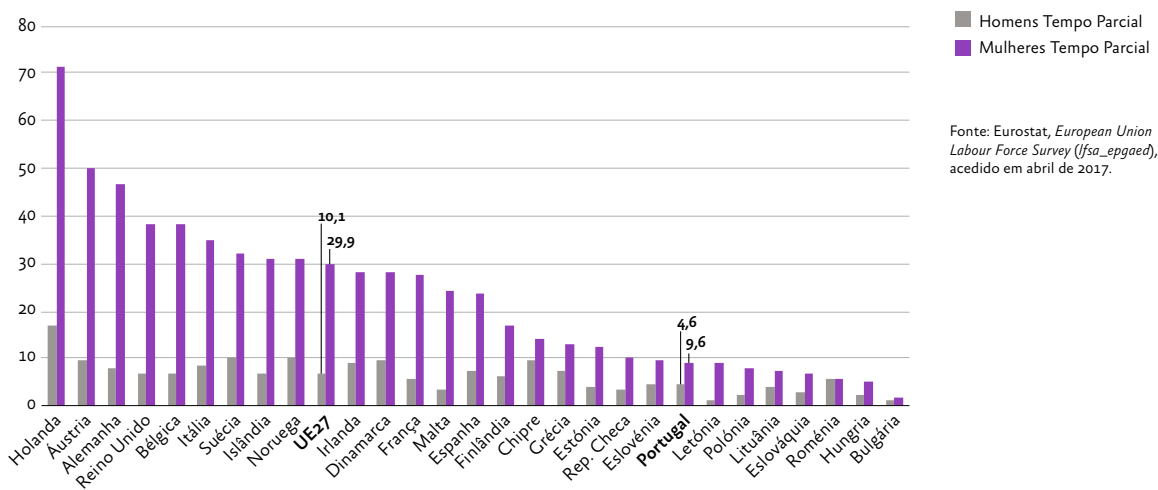
3.1.8 Trabalho a tempo parcial feminizado

Em Portugal e na Europa o trabalho a tempo parcial na *rush hour of life* é fundamentalmente uma realidade das mulheres. A única exceção é a Roménia. (Figura 3.11).

No contexto europeu, verifica-se que nos países onde é mais comum o trabalho a tempo parcial (Holanda, Áustria, Alemanha e Reino Unido), ele é sobretudo comum entre as mulheres. Sendo certo que é também nesta fase da vida que há maior investimento nos filhos, a integração a tempo parcial no mercado de trabalho nestes países parece pois surgir como uma solução para a articulação entre trabalho e família; uma solução que, no entanto, reitera desigualdades entre homens e mulheres porque (i) remete as mulheres para a esfera cuidadora; (ii) limita as suas possibilidades de construção de carreira profissional; (iii) reproduz os estereótipos de género que associam a mulher à esfera reprodutiva, aos cuidados e às emoções; (iv) reificando a ideia de que as mulheres são cuidadoras naturais e só em segunda instância trabalhadoras (Young, 2010).

Importa ainda assinalar que o trabalho a tempo parcial tem consequências objetivas para a vida das mulheres que se prolongam do presente para o futuro: potencialmente coloca em causa a autonomia e independência financeira e económica das mulheres; limita a sua capacidade de concretização de projetos individuais de existência; produz desigualdades na remuneração entre mulheres e homens penalizadoras das mulheres; e tem consequências no bem-estar económico a longo prazo, porque a salários baixos e a carreiras profissionais limitadas correspondem pensões mais baixas na idade da reforma.

Figura 3.11 Proporção de trabalhadores/as em tempo parcial, dos 25 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Focando agora o olhar em Portugal, na *rush hour of life*, a proporção de mulheres a trabalhar a tempo parcial é muito menor do que a média europeia (9,6% contra 29,9%, respetivamente). De modo inverso, a proporção de mulheres portuguesas nesta fase da vida a trabalhar a tempo integral é muito superior à média da UE 27.

Analisando agora o período entre 2000 e 2016 e tendo como referência o mesmo indicador do *Labour Force Survey*, o caso de Portugal revela duas tendências de sentidos opostos: por um lado, o trabalho a tempo parcial diminui entre as mulheres (passando de 10,7% para 9,6%) e aumenta o trabalho a tempo inteiro; por outro, aumenta o trabalho em tempo parcial entre os homens (crescendo de 1,8% para 4,6%) e diminui o trabalho a tempo inteiro nesta fase da vida.

Este comportamento parece indiciar que, neste arco temporal, não só os homens em Portugal sentiram de forma mais acentuada o desemprego, como também foram mais frequentemente alvo de reestruturação no regime de integração no mercado de trabalho: passando do trabalho a tempo integral para trabalho a tempo parcial – sendo a principal razão evocada pelos homens para estarem a trabalhar a tempo parcial em Portugal a incapacidade de encontrar um trabalho a tempo inteiro (como se verá mais à frente na Figura 3.14).

Estas duas tendências de sentidos opostos resultaram num ajustamento da proporção de homens e mulheres a trabalharem a tempo parcial. No entanto, uma vez mais, dificilmente se poderá atribuir a este resultado o caráter de conquista no sentido de um aprofundamento da igualdade de género. Pelo contrário, este fenómeno resulta da direta perda de direitos no trabalho – um aprofundamento da precariedade dos vínculos laborais dos homens, aproximando-os de emprego com características até aqui mais típicas do trabalho feminino (Ferreira, 2014).

3.1.9 Razões para o trabalho a tempo parcial variam de acordo com as políticas públicas

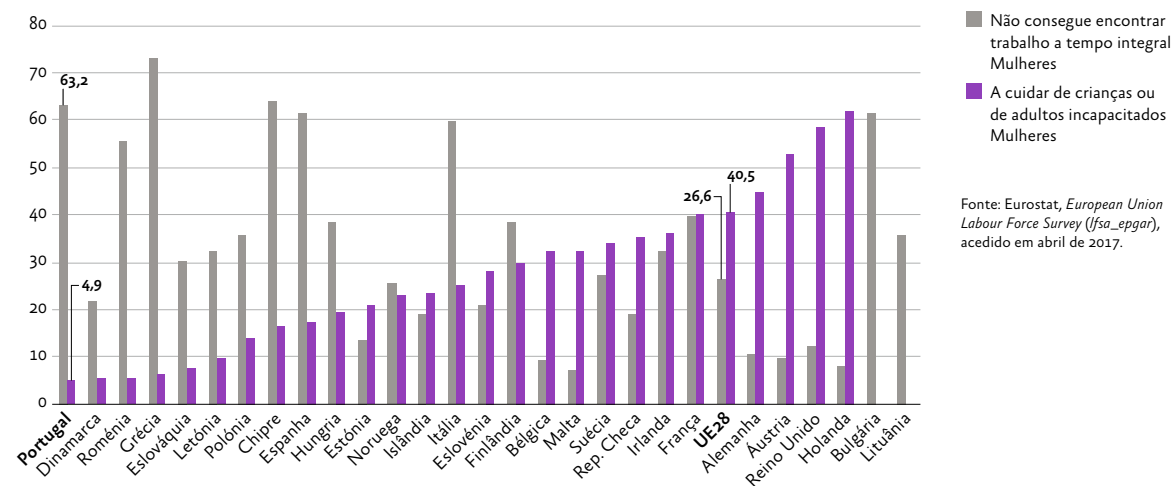
Uma análise das razões que levam, na UE 27, as mulheres a realizarem trabalho a tempo parcial é reveladora da importância da dimensão institucional na promoção da igualdade de género. Assim, países em que se verifica que a principal razão é a necessidade de prestar cuidados às crianças ou a adultos dependentes são também aqueles em que o Estado adota políticas de cuidados restritivas e orientadas por uma perspetiva maternalista e familialista, e o cuidado com as crianças ou com adultos dependentes é percebido como um problema individual. São exemplos para as mulheres neste grupo de idade: a Holanda, o Reino Unido, a Áustria e a Alemanha onde, respetivamente, 60%, 59%, 53% e 45%

das mulheres apresentam esta razão como principal motivo para trabalhar a tempo parcial (Figura 3.12). Desta forma, o ónus das tarefas cuidadoras recai, sobretudo, sobre as mulheres. Neste contexto, o trabalho a tempo parcial surge como uma solução para as mulheres articularem vida profissional e responsabilidades cuidadoras (Torres *et al.*, 2012; Boje e Almqvist, 2000).

No extremo oposto, isto é, nos países com políticas de apoio à articulação trabalho-família diversificadas, que incluem a criação de serviços da guarda às crianças e políticas de estímulo ao envolvimento dos homens em tarefas de cuidados (como a Noruega, a Islândia ou a Suécia) – nestes países regista-se uma maior diversidade de razões para o trabalho profissional a tempo parcial das mulheres e o cuidado com as crianças e outros dependentes surge, genericamente, como a principal razão para apenas cerca de um terço das mulheres optarem por este regime de integração no mercado de trabalho nestes contextos.

Já os países em que se identifica a existência de políticas de articulação trabalho-família e de cuidados às crianças mas com recursos financeiros limitados (Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013) a principal razão para a integração em formas de trabalho a tempo parcial por parte das mulheres não se prende tanto com a necessidade de prestação de cuidados mas antes com a incapacidade de encontrar um trabalho a tempo inteiro. São exemplos destes países Portugal, Bulgária, Chipre, Grécia, Espanha, Itália e Roménia.

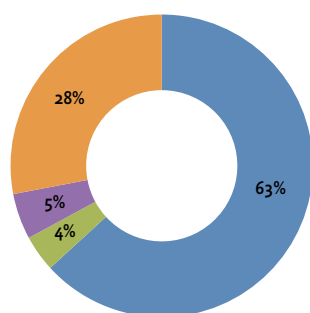
Figura 3.12 Razões para trabalho em tempo parcial na Europa, mulheres, 25-49 anos, 2015 (%)



Para além desta análise, mais atenta aos efeitos das políticas públicas sobre a igualdade de género, o facto de em Portugal, a principal razão apontada, quer por homens (56,1%), quer por mulheres (63%), para estarem num

regime de trabalho a tempo parcial ser a incapacidade de encontrarem uma forma de integração no mercado de trabalho a tempo inteiro (Figuras 3.13 e 3.14), é revelador do desejo que as mulheres portuguesas, tal como os homens, têm de trabalhar a tempo inteiro. Este dado está de acordo com a ideia de que o trabalho ocupa um lugar central na vida das mulheres e dos homens, e mais do que uma visão instrumental, desempenha um papel identitário que é igualmente valorizado por eles e por elas (Torres *et al.*, 2008).

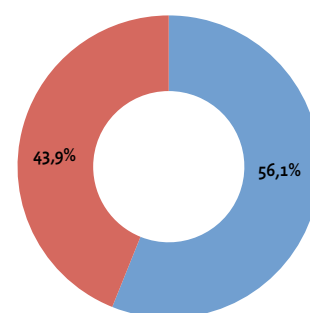
Figura 3.13 Razões para trabalho a tempo parcial, mulheres, dos 25 aos 49 anos, Portugal, 2015 (%)



- Não consegue encontrar trabalho a tempo integral
- Doença ou incapacidade (0%)
- Outras responsabilidades familiares ou pessoais
- A cuidar de crianças ou adultos incapacitados
- A estudar ou formação (0%)
- Outras razões

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_epgar)*, acedido em abril de 2017.
 Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_epgar)*, acedido em abril de 2017.

Figura 3.14 Razões para trabalho a tempo parcial, homens, dos 25 aos 49 anos, Portugal, 2015 (%)

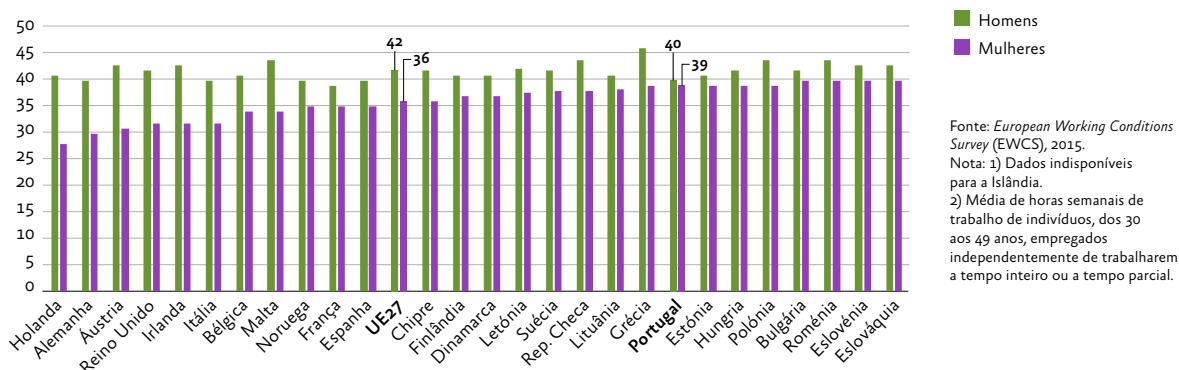


- Não consegue encontrar trabalho a tempo integral
- Outras razões

3.1.10 Portugal: disparidade na média de horas de trabalho mais baixa do que na Europa

Na Europa, a média de horas de trabalho semanal é superior nos homens relativamente às mulheres (42 horas para eles e 36 para elas). Esta disparidade acentua-se nos países em que o trabalho a tempo parcial se encontra mais feminizado: Holanda, Áustria, Alemanha e Reino Unido (Figura 3.15). Neste quadro, Portugal apresenta a menor disparidade nas horas de trabalho de homens (40 horas) e mulheres (39 horas) em toda a Europa.

Figura 3.15 Média de horas de trabalho semanal, por país e sexo, dos 30 aos 49 anos, 2015 (%)



3.1.11 Salários mais baixos para as mulheres, em Portugal e na Europa

A *rush hour of life* é a fase da vida em que os salários/hora são mais elevados. Esta fase da vida é marcada pelo forte investimento profissional das mulheres e dos homens, observando-se que este investimento resulta, em Portugal, como em outros países europeus, num salário médio/hora que é mais elevado neste grupo etário do que no total da população empregada (independentemente da idade ou fase da vida) (Figura 3.16).

No caso português isto significa o estabelecimento de uma desigualdade geracional, na medida em que as mulheres e os homens na *rush hour of life* ganham consideravelmente mais do que as e os trabalhadores mais jovens (entre os 15 e os 29 anos): os jovens trabalhadores ganham 6,1€ por hora, por seu turno, os homens na *rush hour* ganham 9,9€/ hora; as jovens ganham 5,8€/hora e por contraponto as mulheres nesta fase da vida ganham 8,6€/hora.

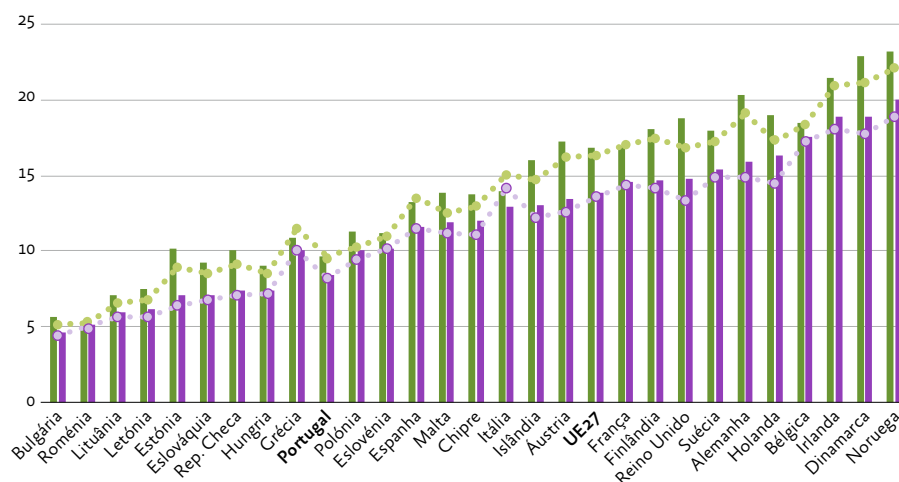
Importa ainda assim notar que, apesar de viverem uma fase de grande intensidade profissional, em Portugal esse investimento não resulta para as trabalhadoras e trabalhadores na conquista de condições remuneratórias próximas da média europeia a 27 países. Pelo contrário, as mulheres e os homens portugueses nesta fase da vida são dos mais mal pagos no contexto europeu: Portugal está abaixo da média da UE 27 e faz parte do grupo de países com salário/hora e salário/mensal mais baixos – o salário médio/hora em paridade de poder de compra na média da UE 27 é para os homens de 17,2€ e para as mulheres de 14,2€, enquanto que em Portugal, o salário médio/hora é para os homens 9,9€/hora e para as mulheres 8,6€.

Verifica-se, também, que as mulheres são especialmente atingidas pelos salários baixos: com efeito, em todos os países analisados (incluindo Portugal) os homens têm um salário médio/hora superior ao das mulheres.

Figura 3.16 Salário médio/hora, em PPC, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2014 (%)

■ Homens 30-49 anos
■ Mulheres 30-49 anos
● Total Homens
● Total Mulheres

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (earn_ses14_13), acedido em abril de 2017.
Nota 1 – O salário médio/hora é definido como os ganhos brutos no mês de referência, dividido pelo número de horas pagas no mesmo período. O salário médio/hora total inclui todos os empregados de empresas com mais de 10 empregados.
Nota 2 – PPC, Paridade de Poder de Compra, é uma unidade monetária artificial através da qual se avalia a quantidade de bens e serviços que um salário pode comprar em cada país.



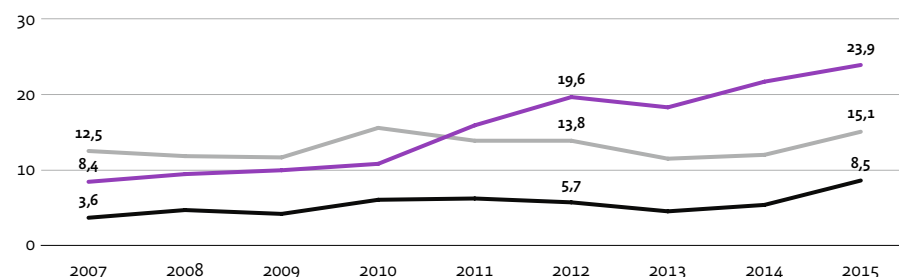
Analisando agora a disparidade salarial entre mulheres e homens observa-se que Portugal apresenta um valor inferior à média da União Europeia a 27 países: as mulheres em Portugal ganham menos 12,9% do que os homens; na média esse valor sobe para 17,4% (Figura 3.18).

Em Portugal a lei que estabelece a obrigatoriedade do pagamento de um salário igual para trabalho igual data de antes do 25 de Abril; contudo, ao analisar a evolução salarial de homens e mulheres não se verifica que as desigualdades salariais tenham diminuído significativamente (Ferreira, 2010). Pelo contrário, a disparidade salarial penalizadora das mulheres tem seguido uma tendência global crescente entre as pessoas na *rush hour of life*, sendo de registar um acentuar desta tendência durante os anos da recente crise económica e financeira, sobretudo para o subgrupo dos 45-54 anos (Figura 3.17).

Figura 3.17 Evolução da disparidade salarial em Portugal, 25-34 anos, 35-44 anos e 45-54 anos, 2007 a 2015 (%)

— 25-34 anos
— 35-44 anos
— 45-54 anos

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (earn_gr_gpr2ag), acedido em abril de 2017.
Nota: Disparidade Salarial representa a diferença entre os ganhos brutos/hora dos empregados homens e os ganhos brutos/hora das empregadas mulheres, como percentagem dos ganhos brutos/hora dos empregados homens. A disparidade total inclui todos os empregados de empresas com mais de 10 empregados.



Comparando agora as diferentes fases da vida observa-se que, pese embora o forte investimento profissional de homens e mulheres, em Portugal e nos restantes países europeus, a disparidade salarial entre homens e mulheres é mais elevada na *rush hour of life* do que na juventude (fase de integração no mundo do trabalho) (Figura 3.18).

Podemos avançar com três pistas de explicação para a disparidade salarial encontrada: em primeiro lugar, a disparidade salarial observada poderá ser consequência de uma segregação horizontal de género, com as mulheres a revelarem tendência para ocupar posições em sectores tradicionalmente mais mal remunerados (Comissão Europeia, 2017; Boll *et al.*, 2016). A discriminação laboral persiste como marca de um mercado de trabalho, especialmente desvantajoso e adverso para as mulheres, porque os sectores económicos e as empresas com maior capacidade remuneratória tendem a atrair mais mão de obra masculina. Ao mesmo tempo, verifica-se uma tendência para desvalorizar os requisitos dos postos de trabalho ocupados por mulheres e para as considerar como trabalhadoras secundárias, face ao principal provedor económico da família, fazendo com que as profissões altamente feminizadas sejam mal remuneradas no mercado de emprego (Ferreira, 2010). Mais ainda, as empresas que oferecem salários mais altos em Portugal contratam ou retêm menos mulheres do que homens no seu quadro de funcionários antecipando um possível afastamento ocasionado pela maternidade ou cuidados com a família (Cardoso *et al.*, 2012).

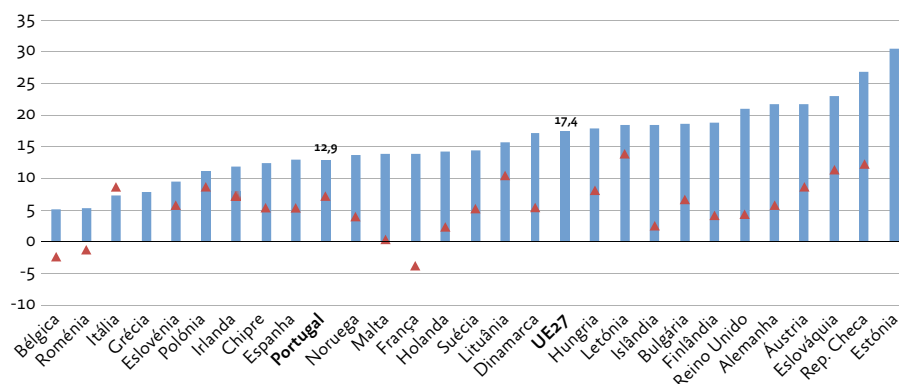
Em segundo lugar, um conjunto importante de práticas discriminatórias das mulheres mães, sobretudo associadas ao gozo de licenças de parentalidade, reduções de horário de trabalho e a outros apoios associados à maternidade, contribui para alargar as diferenças salariais dos homens e das mulheres, na medida em que o corte de prémios de produtividade, o não pagamento de subsídio de refeição durante o período de licença ou a integração em categorias profissionais que não correspondem às anteriores ao gozo de licenças de parentalidade, têm um impacto muito negativo nas remunerações, especialmente das mães trabalhadoras (Ferreira, 2010).

Finalmente, a disparidade de rendimentos constitui uma justificação económica que reforça a posição das mulheres como principais responsáveis pelas responsabilidades domésticas e de cuidados aos outros (Young, 2010; Burchell *et al.*, 2007, Bergman *et al.*, 2012). Estamos portanto diante de um ciclo de desvalorização do trabalho feminino difícil de romper e com implicações significativas nas aspirações e trajetórias profissionais das mulheres. Como apontado na fase da juventude, cada vez mais as mulheres procuram na educação uma maneira de superar a discriminação no mercado de trabalho, mas a maior qualificação e experiência profissional não têm sido suficientes para compensar a segregação sexual das estruturas do emprego.

Figura 3.18 Disparidade salarial, por país e sexo, menos de 25 anos e dos 30 aos 49 anos, 2014 (%)

■ 30-49 anos
▲ Menos de 25 anos

Fonte: Cálculos próprios a partir de Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (earn_ses14_13), acedido em abril de 2017.
Nota: Disparidade Salarial representa a diferença entre os ganhos brutos/hora dos empregados homens e os ganhos brutos/hora dos empregados mulheres, como percentagem dos ganhos brutos/hora dos empregados homens (empresas com mais de 10 empregados).

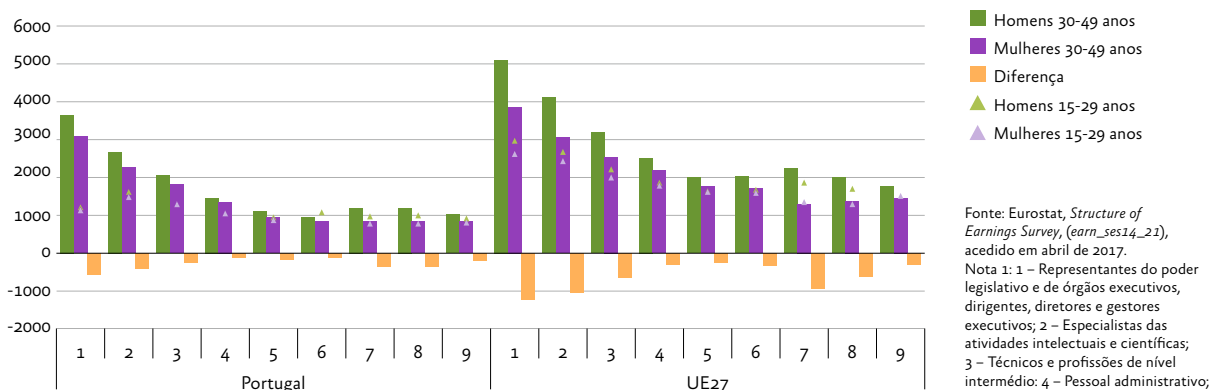


Analisando agora as remunerações por tipo de profissão verifica-se que na média da UE a 27 países, tal como em Portugal, a remuneração dos homens é sempre superior à das mulheres em todos os tipos de profissão (Figura 3.19).

No contexto nacional, a maior disparidade salarial verifica-se entre os/as representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1) (586€) seguida pela disparidade encontrada nos/as trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7) (364€) e nos/as operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem (8) (353€). A disparidade salarial entre o pessoal administrativo (4) (124€) é a menor entre todas as categorias profissionais, sendo inclusive menor do que a disparidade entre os/as trabalhadores/as não qualificados/as (9) (203€).

Note-se, no entanto, que a disparidade é tendencialmente maior na UE 27 do que em Portugal, sobretudo nas categorias dos/as representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1) (1.233€), das/os especialistas das atividades intelectuais e científicas (2) (1.058€) e dos/as trabalhadores/as qualificados/as da indústria (7) (955€).

Figura 3.19 Remuneração mensal por tipo de profissão, em PPC e sexo, para os indivíduos dos 30 aos 49 anos, em Portugal e UE 27, 2014



Em síntese, Portugal apresenta uma taxa de emprego feminino acima da média europeia e que é mais elevada entre as mulheres com maior escolaridade, o que sugere que a opção pelo trabalho remunerado corresponde a aspirações femininas de realização e valorização pessoal que vão para além de motivações económicas. Na UE 27, o aumento da empregabilidade feminina com o aumento da escolaridade é ainda mais significativo. As mulheres portuguesas são também, na Europa, das que trabalham mais horas por semana, registando Portugal a disparidade mais baixa entre homens e mulheres neste indicador no quadro da UE 27. Apesar desta realidade, elas continuam a ser mais penalizadas do que eles no desemprego, na precariedade e nos baixos salários, configurando assim um quadro de múltipla desvantagem.

3.2. Família e Condições de Vida

Para caracterizar as condições de vida de homens e mulheres na *rush hour of life*, na UE 27 e em Portugal, a análise incide sobre indicadores relativos à estrutura dos agregados familiares, à dimensão média das famílias e à fecundidade. Mobilizam-se ainda dados sobre o risco de pobreza e a perceção de dificuldades em fazer face às despesas.

A *rush hour of life* é marcada pela conjugalidade e pelo nascimento de filhos ou filhas. Na maior parte dos países da UE 27, os homens e as mulheres com idades entre os 25 e os 49 anos, em 2015, estavam a viver em casal e com filhos/as (Quadro 3.1) – o valor médio para a UE 27 de pessoas nestas condições é de cerca de 41% dos homens e cerca de 44% das mulheres. O caso de França distingue-se por quase metade (49,9%) dos homens e 52% das mulheres se encontrar a viver em conjugalidade e com filhos, acima da média europeia,

portanto. De assinalar que, no caso das mulheres, os valores para França são muito aproximados dos valores observados para a Holanda (com 51,6% de mulheres a viver em casal, com filhos/as), o mesmo já não se verificando para os homens (com 46% de homens a viver em casal, com filhos), apesar de serem valores ainda acima da média europeia a 27 países.

Os casais sem filhos/as representam uma proporção de cerca de 13%, em média na UE 27 no caso dos homens e cerca de 14% em média no caso das mulheres. De assinalar, por se afastar do valor médio, a Finlândia (22,5%) e o Reino Unido com quase 18% (17,7%) de indivíduos do sexo masculino em casal, sem filhos/as. Já no caso das mulheres, os países que mais se afastam da média da UE 27 são a Finlândia (com uma proporção de mulheres em casal, sem filhos, aproximada da proporção de homens, com 23%), seguindo-se, no caso das mulheres, a Alemanha (18,4%) e a Holanda (18,3%).

A diferença de género é assinalável, de forma transversal à UE 27, no agregado monoparental feminino, isto é, mulheres sós a viver com filhos/as. O valor médio para a UE 27 é quase 8% no caso das mulheres quando são elas e os filhos ou as filhas que constituem este agregado familiar, e pouco mais de 1% (1,2%) no caso dos homens. Os países no conjunto da UE 27 que mais se afastam do valor médio, no caso da monoparentalidade feminina, são a Dinamarca (14,6%) seguida da Lituânia (14,2%).

Os agregados compostos apenas por uma pessoa adulta são, proporcionalmente, mais masculinos do que femininos. Neste tipo de agregado familiar (unipessoal), os homens a viver sós, sem filhos/as, assumem um peso de 16,2% na UE 27, enquanto as mulheres a viver sós, sem filhos/as, representam menos de 10% (9,8%) na média da UE 27.

Quadro. 3.1 Adultos/as por tipo de agregados familiares e filhos/as, por país e sexo, dos 25 aos 49 anos, 2015 (%)

	Homens						Mulheres					
	Casal		Sós		Outros		Casal		Sós		Outros	
	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos
UE27	40,9	13,3	1,2	16,2	9,2	19,2	44,1	13,5	7,9	9,8	11,6	13,2
Finlândia	43,9	22,5	0,6	23,1	3,4	6,4	49,6	23,0	3,5	15,8	4,3	3,7
Suécia	36,8	10,4	4,8	44,6	1,5	1,9	42,7	10,6	11,1	31,1	2,6	2,0
Dinamarca	46,9	11,7	4,8	29,1	3,4	4,0	50,9	11,3	14,6	15,7	4,5	2,9
Reino Unido	42,7	17,7	1,6	13,2	7,1	17,7	41,3	15,8	13,0	8,3	9,3	12,2
Irlanda	48,4	11,8	0,8	7,1	8,2	23,7	48,4	11,2	9,3	5,0	10,8	15,2
Bélgica	45,3	13,0	1,5	17,4	8,1	14,6	47,8	12,9	9,9	9,7	9,7	10,0
França	49,9	14,3	2,5	17,7	5,4	10,2	52,1	13,1	10,8	10,8	6,9	6,2
Alemanha	35,1	17,2	0,9	27,6	5,2	14,0	40,0	18,4	8,2	15,6	7,0	10,8
Holanda	46,0	19,8	1,0	21,7	3,5	7,9	51,6	18,3	7,4	13,2	4,6	4,9
Áustria	35,4	14,8	0,3	19,8	9,5	20,1	39,0	15,3	5,4	13,3	12,7	14,2
Grécia	34,7	11,9	0,4	12,3	7,4	33,4	41,0	14,6	3,3	7,8	10,0	23,3
Espanha	40,2	12,9	0,8	11,3	10,0	24,9	44,2	13,4	4,8	7,1	13,1	17,3
Itália	40,3	9,6	0,4	14,8	8,6	26,2	45,6	10,7	4,7	8,9	11,3	18,7
Portugal	46,1	9,0	0,9	7,7	12,0	24,3	46,7	8,7	6,9	5,3	14,7	17,7
Malta	40,9	6,7	0,7	6,0	12,1	33,6	44,8	7,8	5,2	2,7	17,0	22,5
Chipre	42,4	9,3	0,5	9,6	14,0	24,2	40,2	9,1	6,2	6,9	14,6	23,0
Bulgária	28,7	6,6	1,0	11,8	17,1	34,7	34,7	10,1	4,9	5,6	21,9	22,8
República Checa	45,5	12,6	0,7	12,3	8,3	20,6	47,6	12,8	9,3	6,5	11,0	12,7
Estónia	44,4	12,6	1,7	25,2	5,9	10,1	47,8	13,1	10,2	10,4	10,7	7,9
Letónia	35,8	8,2	1,4	9,7	17,0	28,0	35,4	8,8	10,1	7,1	20,9	17,7
Lituânia	39,3	8,6	2,3	19,0	11,5	19,3	39,2	8,7	14,2	10,1	15,0	12,7
Hungria	37,7	13,1	0,6	12,3	11,9	24,4	40,2	13,8	7,5	6,5	15,3	16,6
Polónia	42,3	8,5	0,4	5,7	19,7	23,5	43,2	8,6	6,2	4,3	23,6	14,0
Roménia	34,4	8,7	0,8	7,2	22,9	26,1	38,4	10,4	3,2	3,8	25,4	18,8
Eslovénia	42,4	7,2	0,5	16,2	10,1	23,5	49,4	9,0	4,7	7,9	13,6	15,4
Eslováquia	34,0	4,5	0,4	4,8	21,1	35,2	37,5	5,4	3,9	2,9	26,9	23,4

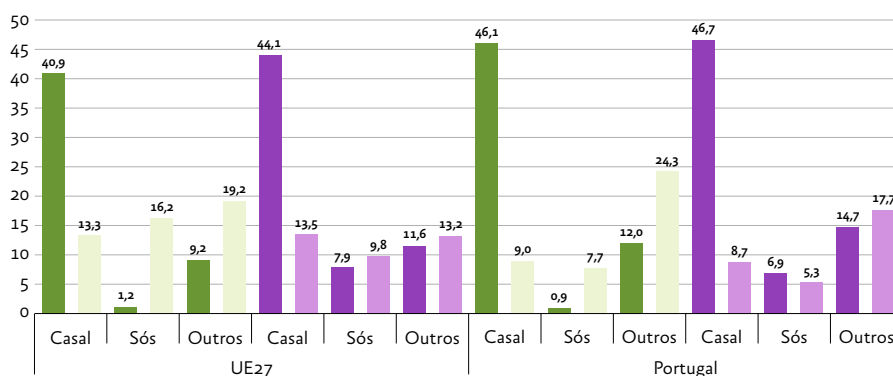
Analisando agora com mais pormenor os agregados familiares com filhos/as e sem filhos/as, na UE 27 e em Portugal, assinala-se que os filhos ou filhas estão mais presentes nos agregados familiares em Portugal do que na média da UE 27 (Figura 3.20). É importante assinalar esta especificidade, manifesta nos agregados familiares conjugais e nos unipessoais no caso das mulheres. Já no caso dos homens manifesta-se apenas nas famílias conjugais e já não nas monoparentais (em que o valor médio na UE 27 é 1,2% e o valor em Portugal fica abaixo do 1%, com 0,9%).

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey*, (*lfst_hhaceday*), acedido em maio de 2017.
Nota 1 – Dados indisponíveis para Noruega e Islândia.
Nota 2 – Não estando disponíveis na fonte dados para o grupo etário dos 30-49 anos, utilizou-se o mais próximo (25-49).
Nota 3 – O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar que têm até 25 anos, e estão em dependência social e económica completa dos membros do agregado.

Figura 3.20 Adultos/as por tipo de família e filhos/as, por sexo, UE 27 e Portugal, dos 25 aos 49 anos, 2015 (%)

■ Homens com filhos
 ■ Homens sem filhos
 ■ Mulheres com filhos
 ■ Mulheres sem filhos

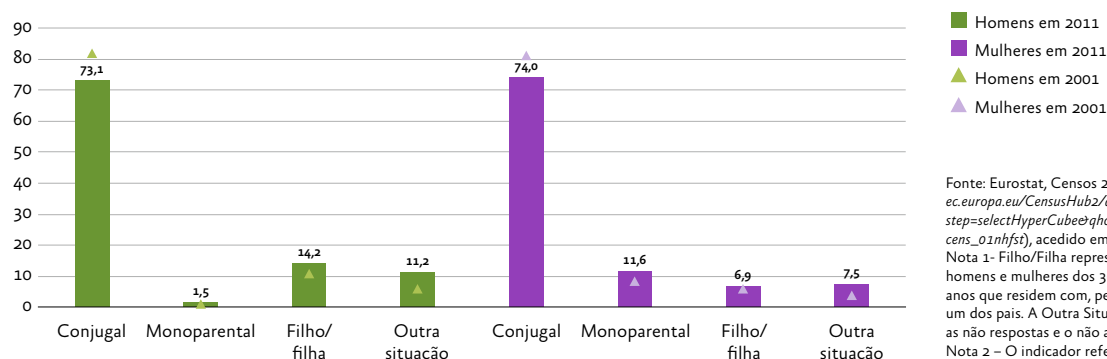
Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey, (lfst_hhaceday)*, acedido em maio de 2017.
 Nota 1 – Não estando disponíveis na fonte dados para o grupo etário dos 30-49 anos, utilizou-se o mais próximo (25-49).
 Nota 2 – O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar que têm até 25 anos, e estão em dependência social e económica completa dos membros do agregado.



Importa também traçar uma perspetiva diacrónica de alguns destes valores. Assim, em Portugal regista-se uma diminuição da proporção de famílias conjugais entre 2001 e 2011, quer nos homens, quer nas mulheres (Figura 3.21). Não obstante, a proporção de agregados familiares conjugais ultrapassa em 2011 os 70%, chegando a 74% no caso das mulheres. Esta diminuição parece estar relacionada com um aumento proporcional da monoparentalidade feminina, que, em 2011, atingiu quase 12%, e também um aumento de agregados familiares na categoria “outra situação”. Considerando agora as alterações registadas entre 2001 e 2011, para o caso dos homens, verifica-se que o maior aumento ocorre nos agregados familiares em que os homens permanecem a residir com os seus/suas pais/mães, representando 14,2%. Ao contrário do que se verifica para as mulheres, os agregados monoparentais masculinos diminuíram entre 2001 e 2011, situando-se em 1,5% em 2011.

A composição dos agregados familiares na Figura 3.21 permite verificar que, no caso dos homens, de 2001 para 2011, se verifica um aumento da proporção de agregados familiares em que eles são os filhos (representando 14,2% em 2011), ao contrário do que se verifica para as mulheres (filhas) que registam uma diminuição neste período e representam uma proporção de quase metade do que se verifica no caso dos homens (6,9%).

Figura 3.21 Tipos de agregados em que vivem as pessoas dos 30 aos 49 anos, Portugal, por sexo, 2001-2011 (%)

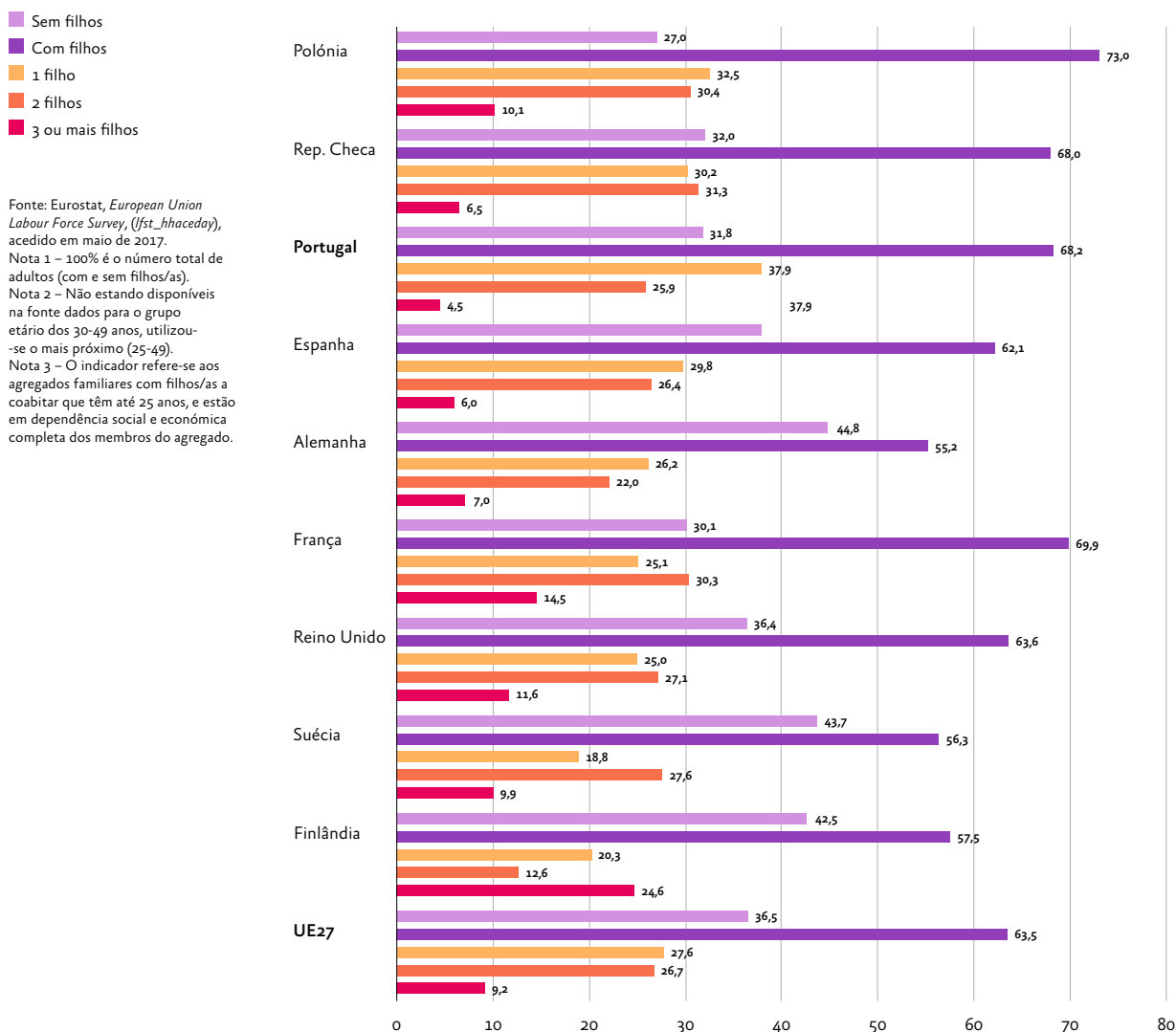


Fonte: Eurostat, Censos 2011 (https://ec.europa.eu/CensusHub2/query.do?step=selectHyperCube&qhc=false;cens_01nhfst), acedido em maio de 2017.
 Nota 1- Filho/Filha representa os homens e mulheres dos 30 aos 49 anos que residem com, pelo menos, um dos pais. A Outra Situação inclui as não respostas e o não aplicável.
 Nota 2 – O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar que têm até 25 anos, e estão em dependência social e económica completa dos membros do agregado.

A distribuição do número de filhos/as por mulher, quando analisada com mais pormenor na média da UE 27, em alguns países e para este grupo de idade, permite igualmente concluir que a maior parte das mulheres tem filhos (Figura 3.22).

Espanha, Alemanha, Reino Unido, Suécia e Finlândia são os países analisados em que encontramos maior proporção de mulheres sem filhos/as, sendo a Alemanha o país que mais se afasta neste indicador da média da UE 27 – ainda assim são 45% das mulheres alemãs que não têm filhos/as, e cerca de 55% as que têm. O caso da República Checa parece representar uma situação de transição, considerando que a proporção de mulheres que tem 1, 2 ou não tem filhos/as é muito aproximada. Já a França distingue-se entre os países analisados por ser aquele em que a categoria modal é 2 filhos/as por mulher. Os países em que a proporção de mulheres com 2 filhos/as está acima da média da UE 27 são a Polónia, a República Checa, a Espanha, o Reino Unido e a Suécia. Portugal destaca-se neste conjunto de países por ser aquele em que a proporção de mulheres com um filho/a ultrapassa mais largamente a média da UE 27 (respetivamente, 38% e 28%).

Figura 3.22 Mulheres dos 25 aos 49 anos, com e sem filhos/as no agregado, por país, 2015 (%)

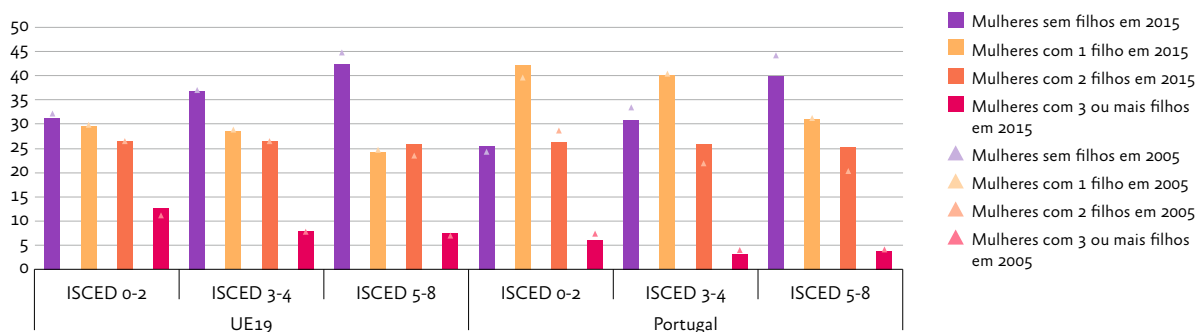


A crescente escolarização da população observada em Portugal e na Europa justifica que se interroge se existe alguma associação entre os níveis de escolaridade e o facto de as pessoas adultas, no grupo etário dos 25 aos 49 anos, terem ou não filhos/as.

Os dados para a UE 19 e para Portugal permitem verificar que, em todos os níveis de escolaridade, há sempre mais mulheres com filhos do que sem filhos. A análise da associação entre estas duas variáveis também permite verificar que, quanto menor a escolaridade das mulheres, maior a tendência para terem filhos. Por exemplo, 70% das europeias com o ensino básico têm filhos/as, valor que desce para cerca de 60% nas europeias com o ensino superior (Figura 3.23).

Em Portugal, comparando as mulheres com ensino superior com as que têm ensino básico, verifica-se idêntica relação, ou seja, a proporção de mulheres com ensino básico com filhos chega aos 75% enquanto a das mulheres com ensino superior atinge os 60%. De registar, no entanto, em Portugal uma característica particular: nas mulheres com o ensino superior predominam aquelas com um filho enquanto na UE 19, no nível de escolaridade superior, predominam as mulheres com dois filhos. No entanto, tanto na UE como em Portugal, está a diminuir o número de mulheres com ensino superior sem filhos.

Figura 3.23 Distribuição do número de filhos/as pela escolaridade das mulheres dos 25 aos 49 anos, Portugal e UE 19, 2005-2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfst_hhacednc)*, acedido em maio de 2017.

Nota 1 – Só existem dados disponíveis para 2005 para a UE 19, mas não para UE 27.

Nota 2 – Não estando disponíveis na fonte dados para o grupo etário dos 30-49 anos, utilizou-se o mais próximo (25-49).

Nota 3 – O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar que têm até 25 anos, e estão em dependência social e económica completa dos membros do agregado.

3.2.1 Risco de pobreza semelhante para mulheres e homens

Tendo em consideração o arco temporal entre 2005 e 2015, verifica-se, por um lado, que quer em Portugal, quer noutros países europeus, não ocorrem grandes alterações relativamente à exposição ao risco de pobreza das mulheres e dos homens. Por outro lado, regista-se um risco de pobreza em Portugal e na Europa que é muito semelhante para mulheres e homens (Figura 3.24).

Figura 3.24 Pessoas em risco de pobreza e exclusão social entre 25-49 anos, por país exemplo, por sexo e disparidade entre homens e mulheres (2005 e 2015)

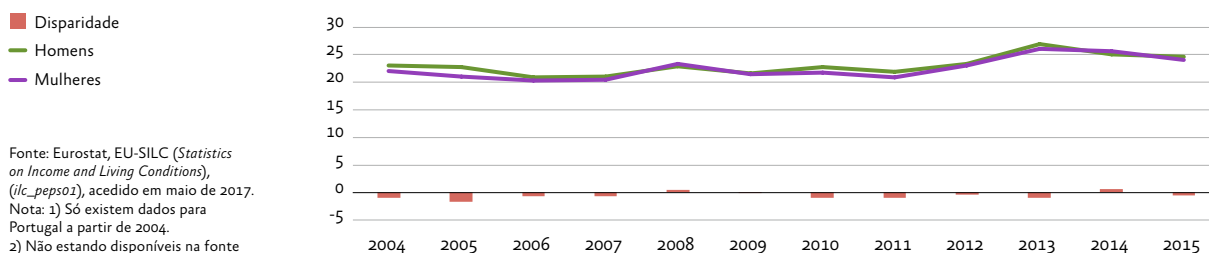


Fonte: Eurostat, EU-SILC (*Statistics on Income and Living Conditions*), (ilc_peps01), acedido em maio de 2017.

Focando agora o olhar apenas em Portugal no grupo etário dos 30 aos 49 anos, observa-se um risco de pobreza para os dois sexos que é ainda muito expressivo, atingindo cerca de 25% em 2015 (Figura 3.25). Numa perspetiva diacrónica, e no período entre 2004 e 2015, o risco de pobreza em Portugal aumentou gradualmente, embora com algumas flutuações, registando um pico em 2013, em que ultrapassou os 27%, sem se verificarem diferenças significativas entre os sexos.

Comparativamente ao grupo mais jovem (15 aos 29 anos), assinala-se apesar de tudo que no grupo etário dos 25 aos 49 anos o risco de pobreza é inferior. Recorde-se que, em Portugal, o risco de pobreza para os homens jovens atingia os 28,2% e para as mulheres 27,3%. No grupo dos 25 aos 49 anos, são mais os homens que se encontram em risco de pobreza do que as mulheres, mas a disparidade entre homens e mulheres é muito pouco expressiva.

Figura 3.25 Evolução do risco de pobreza dos 25 aos 49 anos, em Portugal, por sexo, 2004-2015 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (*Statistics on Income and Living Conditions*), (ilc_pest01), acedido em maio de 2017.
 Nota: 1) Só existem dados para Portugal a partir de 2004.
 2) Não estando disponíveis na fonte dados para o grupo etário dos 30-49 anos, utilizou-se o mais próximo (25-49).

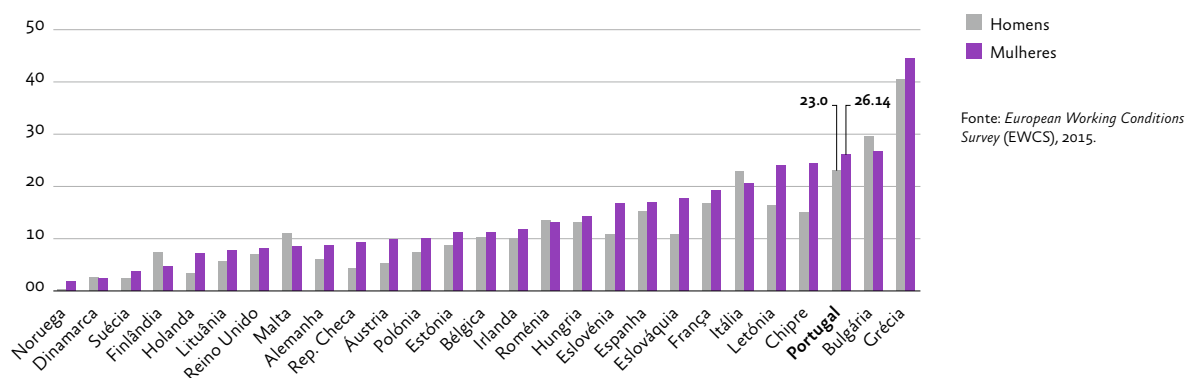
Segundo um relatório do *European Institute for Gender Equality* (EIGE, 2017) o risco de pobreza ou exclusão social para as famílias monoparentais na Europa diminuiu de 52,2% em 2010 para 47,7% em 2015. Apesar desta redução, este risco é ainda muito elevado para este tipo de família, atingindo quase o dobro do que se calcula para a população total (23,7% em 2015). Tendo em conta, como atrás se viu, que cerca de $\frac{3}{4}$ das famílias monoparentais são femininas, o risco de pobreza associado à monoparentalidade é pois particularmente penalizador para as mulheres.

Um outro indicador relevante das condições de vida prende-se com o grau de dificuldade (ou facilidade) com que se enfrentam as despesas quotidianas. Em quase todos os países europeus, as mulheres apresentam maiores dificuldades do que os homens – embora com diferenças muito ligeiras – em fazer face às despesas com o rendimento do seu agregado familiar (Figura 3.26). Finlândia, Malta, Roménia, Itália e Bulgária são as exceções, já que são os homens a mostrar ligeiramente maiores dificuldades do que as mulheres.

Note-se que há já um conjunto grande de países que se situa acima da média da Europa (que é de 3,3 para as mulheres e de 3,2 para os homens), registando dificuldades em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, e outro conjunto de países, constituídos pelos países do norte da Europa, em que o rendimento disponível aos agregados lhes permite viver com grande facilidade.

Portugal está entre os países em que as pessoas têm maiores dificuldades em fazer face às despesas (26,1% das mulheres e 23,0% dos homens), tal como sucede na Bulgária (26,7% e 29,6%, respetivamente) e na Grécia (44,5% e 40,6%, respetivamente).

Figura 3.26 Pessoas que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo, 30 aos 49 anos, 2015 (%)



Em síntese, no que diz respeito à tipologia das famílias portuguesas, no grupo etário dos 30-49 anos, os dados apontam para a forte predominância (acima dos 70%) dos agregados familiares compostos por casal com filhos/as, e para a feminização dos agregados monoparentais. No contexto europeu, em que a dimensão média das famílias tem vindo a diminuir, é ainda observável que a maioria das mulheres tem filhos. Neste quadro, Portugal destaca-se por ser o país em que a proporção de mulheres com um só filho ultrapassa a da média da UE 27. É de registar também que, embora o número de filhos seja maior nas mulheres com mais baixa escolaridade do que naquelas com escolaridade superior, tanto na UE 27 como em Portugal tem vindo a diminuir o número de mulheres com ensino superior sem filhos. Finalmente, foi possível concluir nesta secção que o risco de pobreza nesta fase da vida se mantém elevado em Portugal, embora sem grandes disparidades de género.

3.3. Articulação trabalho-família

A relação entre vida profissional, responsabilidades familiares e vida pessoal coloca problemas específicos na idade da vida que se tem designado por *rush hour of life*, fase em que as pessoas se sentem pressionadas por exigências contraditórias e de difícil resolução.

De resto, a questão da articulação trabalho-família tem estado na agenda das políticas públicas dos chamados países desenvolvidos, e em particular dos países europeus, desde a década final do século XX e no século XXI, por um conjunto diverso de razões como as mudanças no mercado de trabalho e nas relações familiares, a sustentabilidade da segurança social e o crescimento económico, a descida da natalidade e o envelhecimento da população (Gregory & Milner, 2009). Mas menos vezes se reflete sobre esta relação numa perspetiva de igualdade de género.

Com efeito, aumentou de forma expressiva a participação feminina no mercado de trabalho e os casais de duplo emprego tornaram-se a norma na maioria dos países da Europa ocidental. Esse aumento, de resto, foi promovido como meta pela União Europeia, que estabeleceu no início da década de 2000 que a taxa de emprego feminina, que se situava nos 40%, deveria atingir os 60% em 2010 (COM/2002/0258). O cumprimento dessa meta, que foi atingida na maioria dos países tendo principalmente por objetivo a sustentabilidade do Estado social, pode também ser considerada como um passo importante no sentido da menor dependência económica das mulheres relativamente aos homens. Mas teve igualmente, em muitos países, efeitos contraditórios e mesmo penalizadores para as mulheres.

Por um lado, persiste a atribuição às mulheres e às mães trabalhadoras das principais responsabilidades pelo trabalho não pago. Os homens não aumentaram a participação na esfera doméstica e nos cuidados à família na mesma proporção em que as mulheres passaram a fazer parte do mercado de trabalho. Por outro lado, o mercado de trabalho sofreu profundas alterações, tornando-se flexível e competitivo, com empregos precários e contratos de curta duração. Em consequência, a saída ou ausência do mercado de trabalho ou mesmo a redução da participação para ter filhas/os pode ter para as mulheres consequências negativas irreversíveis em termos financeiros e de progressão na carreira profissional.

Estas mudanças desencadearam-se em paralelo com uma agenda de políticas de articulação trabalho-família, em muitos países mais centradas na empregabilidade feminina, na promoção do emprego a tempo parcial, ou de licenças parentais que são habitualmente mais utilizadas pelas mulheres, e muito menos numa verdadeira política de promoção da igualdade de género,

preocupação que só aparece na agenda de forma mais sistemática nos países escandinavos (Lewis, 2009).

As políticas definidas no quadro europeu têm, por outro lado, problemas de aplicação nos diferentes países. Elas estão dependentes não só dos contextos culturais em que são implementadas – mais ou menos conservadores relativamente à igualdade de género, concebendo ou não a parentalidade como um problema privado – como estão sujeitas às mudanças de governo que se podem traduzir em alteração de orientações ideológicas e políticas.

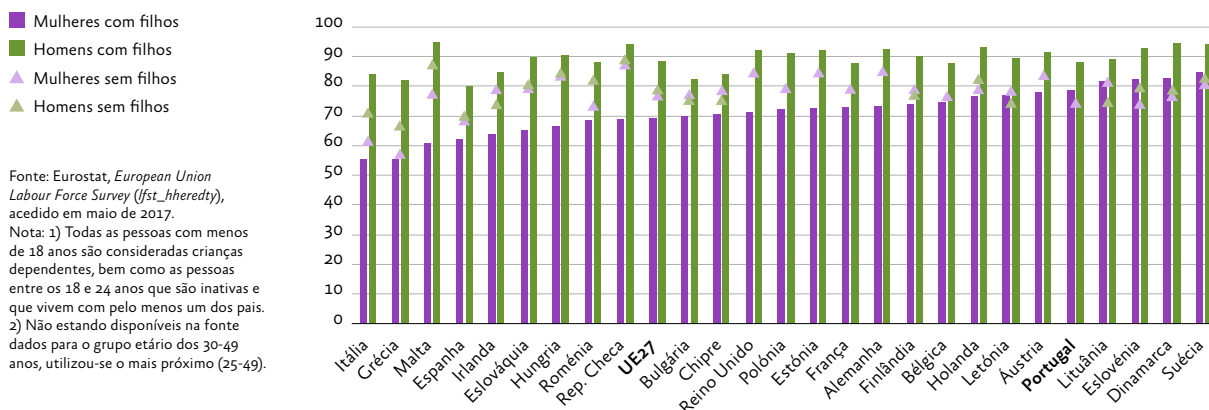
Mas parece claro que, na grande maioria dos países, se pode concluir pela existência de uma tensão fundamental entre as políticas que pretendem promover a participação das mulheres no mercado de trabalho e a expectativa de que sejam elas que continuem como principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado. Esta tensão é decerto um dos fatores que contribui para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens, nesta fase da vida, que se observam aqui a partir de um conjunto de indicadores, designadamente: a taxa de emprego de adultos com e sem crianças menores de 6 anos, a distribuição dos trabalhadores e trabalhadoras por tipo de agregado, em Portugal e na UE 27, e a taxa de cobertura dos serviços de apoio a crianças em vários países da União Europeia. Procede-se ainda à correlação, para todos os países da UE 27, do índice sintético de fecundidade com a taxa de emprego de mulheres com filhos com menos de 6 anos e, finalmente, analisam-se numa perspetiva de género os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal e num grupo selecionado de países da UE, enriquecendo esta análise com sínteses de estudos recentemente realizados em Portugal sobre esta temática.

3.3.1 Elevada taxa de emprego das mulheres com crianças menores de 6 anos, em toda a Europa

Quando se observa a realidade dos/as trabalhadores/as neste grupo de idade e com filhos/as dependentes, percebe-se que, no caso dos homens, a taxa de emprego é sempre superior à de homens sem crianças dependentes (Figura 3.27). O mesmo não sucede com as mulheres. Com efeito, as mulheres com filhos/as dependentes têm em média uma taxa de emprego inferior à das mulheres sem filhos/as dependentes. Note-se ainda que, quando têm filhos/as, os homens na UE 27 têm uma taxa de emprego de cerca de 20 p.p. acima da das mulheres (eles à volta do 90%, elas dos 70%) distância que desce no caso português para os 10 p.p. (eles próximo dos 90%, elas dos 80%). É também importante realçar que em Portugal, na Eslovénia, Dinamarca e Suécia, as mulheres com filhos/as dependentes têm maior taxa de emprego do que

as mulheres sem filhos/as. Sublinhe-se ainda que a taxa de emprego das mães com filhos/as dependentes na UE 27 é globalmente muito elevada (70%).

Figura 3.27 Taxa de emprego de adultos/as dos 25 aos 49 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo, 2015 (%)

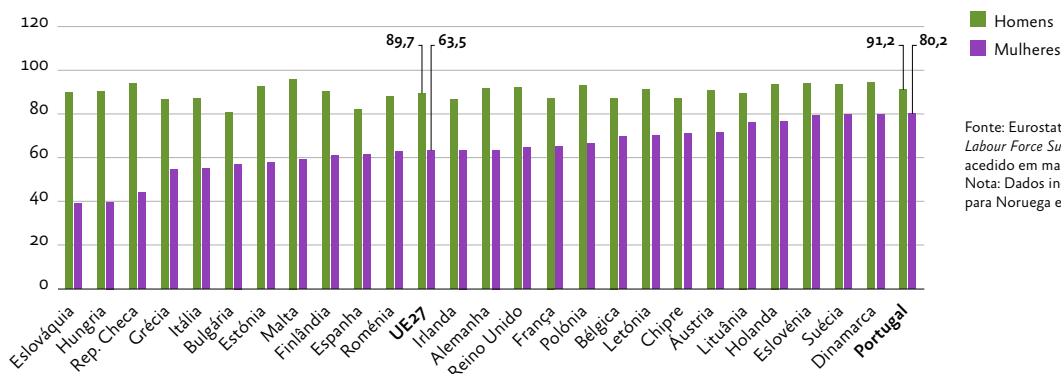


Do mesmo modo se verifica que, na maioria dos países da UE 27, a taxa de emprego das mulheres entre os 25 e os 49 anos com crianças com menos de 6 anos é elevada, situando-se acima dos 60% (Figura 3.28).

Portugal tem, no contexto europeu, a maior taxa de emprego feminina de adultos com crianças com menos de 6 anos, sendo seguido por países nórdicos como a Dinamarca e a Suécia, países de leste como a Eslovénia e a Lituânia e países continentais como a Holanda e a Áustria (Figura 3.28).

De realçar, no entanto, que as situações no mercado de trabalho não são semelhantes em todos estes casos, porque, como já se viu na secção do trabalho, países como a Holanda e a Áustria, têm proporções consideráveis de mulheres a trabalhar a tempo parcial (71,5% e 49,8%, respetivamente), a maioria das quais se encontram nesta situação por estarem a tomar conta de crianças ou de adultos incapacitados, como se viu na Figura 3.2. Situação que não é comparável em países com baixas taxas de participação feminina no trabalho em tempo parcial como é o caso de Portugal (9,6%), Eslovénia (10,5%) e Lituânia (7,5%).

Figura 3.28 Taxa de emprego de adultos/as, dos 25 aos 49 anos, com crianças menores de 6 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfst_hheredch)*, acedido em maio de 2017.
Nota: Dados indisponíveis para Noruega e Islândia.

Em qualquer das situações, no entanto, as mulheres mães trabalhadoras podem enfrentar uma dupla armadilha. Nos países em que predomina o trabalho a tempo parcial feminino como solução para a conciliação trabalho-família podem gerar-se desvantagens para as mulheres. Com efeito, não só ocorre que as horas de trabalho a tempo parcial são muitas vezes elevadas e com baixas remunerações, como a participação masculina no trabalho não pago tende a ser muito reduzida. Quanto aos países em que as mães trabalham a tempo inteiro, mas não há igualdade na partilha dos cuidados e das tarefas e as políticas que a incentivem forem insuficientes, as mães trabalhadoras tendem a acumular desvantagens (Torres *et al.*, 2012).

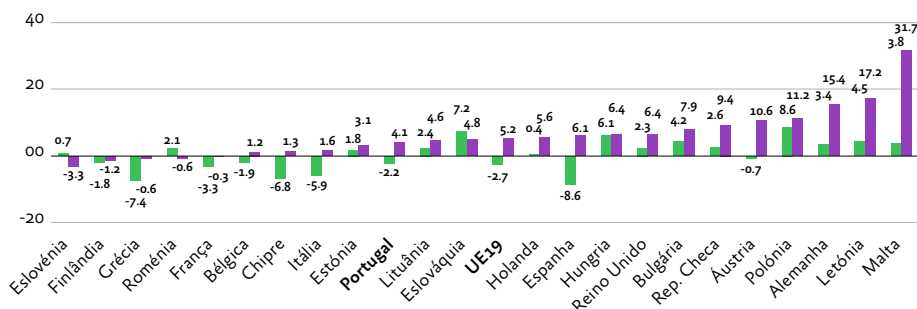
Ora, na esmagadora maioria dos países, no arco temporal entre 2000 e 2015, as mulheres com filhos com menos de 6 anos de idade aumentaram a sua taxa de emprego. As exceções são França, Roménia, Grécia, Finlândia e Eslovénia. A maior subida na taxa de emprego de mulheres com crianças menores de 6 anos verificou-se em Malta (31,7%), seguida pela subida na Letónia (17,2%) e na Alemanha (15,4%) (Figura 3.29).

A situação no caso dos homens é bastante diferente. Não só há um número maior de países com descidas nas taxas de emprego de homens com crianças até aos 6 anos, como as subidas são menores do que no caso das mulheres. As maiores subidas registam-se na Polónia (8,6%) e Eslováquia (7,2%) e as maiores descidas em Espanha (8,6%), na Grécia (7,4%), Chipre (6,8%) e Itália (5,9%).

Figura 3.29 Mudança na taxa de emprego de adultos com crianças menores de 6 anos, dos 25 aos 49 anos, por país e por sexo (%), 2000-2015

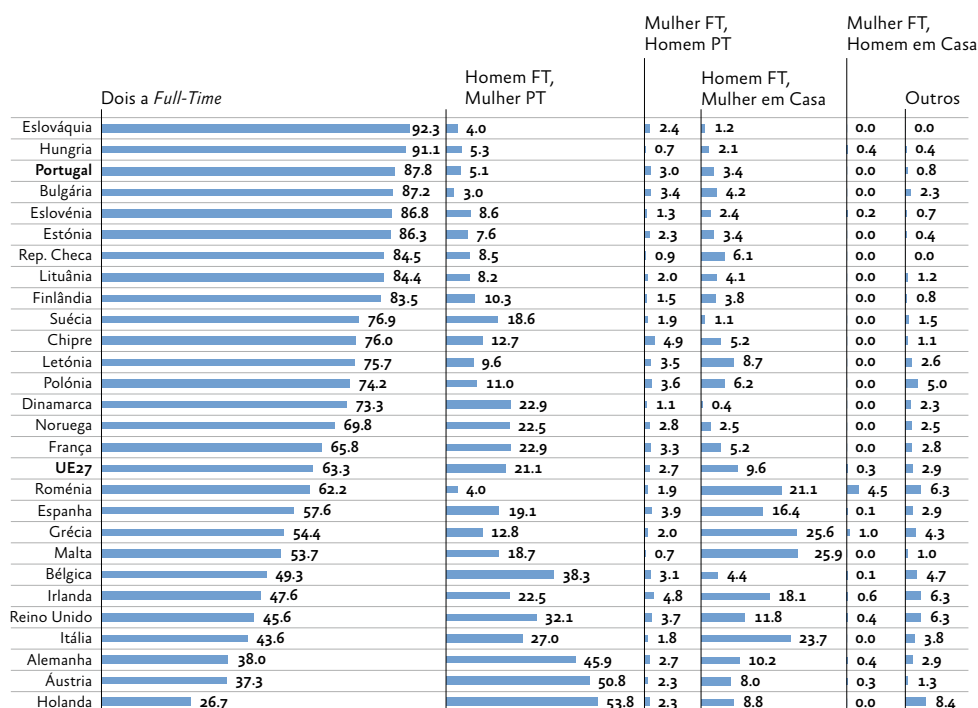
■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (fst_hheredch)*, acedido em maio de 2017, cálculos próprios.
Nota: Dados indisponíveis para Noruega e Islândia.



Ainda assim, quando olhamos para os modelos de articulação família-trabalho verifica-se que, na maior parte dos países, os agregados familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores a viver em conjugalidade são maioritariamente compostos pelos dois elementos do casal a trabalhar a tempo inteiro. Países em que esta situação ganha proporções mais elevadas são Eslováquia (92,3%), Hungria (91,1%) e Portugal (87,8%) (Figura 3.30). Em contrapartida, no caso sobretudo de países como a Holanda e Áustria, como já se tinha verificado, e também na Alemanha, existem mais casais em que os homens trabalham a tempo inteiro e as mulheres a tempo parcial (53,8%, 50,8% e 45,9%, respetivamente); conclui-se, no entanto, que este tipo de modelo – homem a tempo inteiro e mulher a tempo parcial – só é prevalecente nos três países indicados (Holanda, Áustria e Alemanha). De notar ainda o quase desaparecimento, neste grupo de idade, da tipologia clássica, homem provedor e mulher em casa. Esta tipologia nunca é predominante em nenhum dos países europeus, e apenas atinge um quarto das situações em países como a Grécia, Itália, Roménia e Malta. Outro tipo de modelos, como homem a tempo parcial e mulher a tempo inteiro, são residuais na maioria dos países.

Figura 3.30 Distribuição dos/as trabalhadores/as que vivem em casal por tipo de agregado, dos 30 aos 49 anos, por país, 2015 (%)



Fonte: European Working Conditions Survey (EWCS), 2015.

Nota 1: Dados indisponíveis para a Islândia.

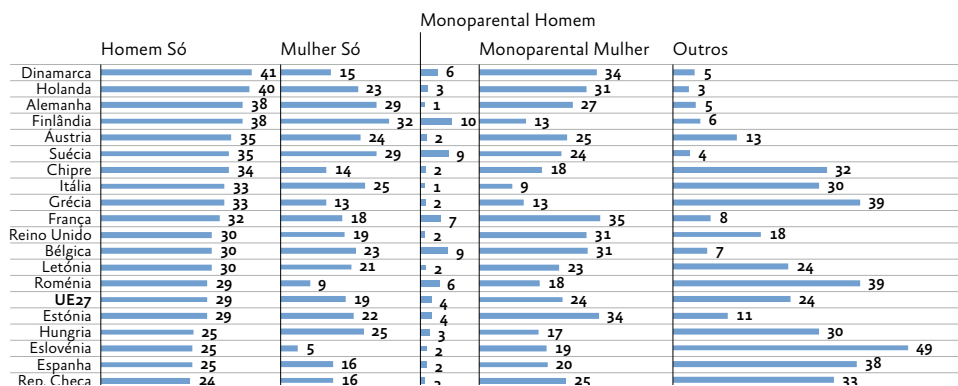
Nota 2: A categoria "Outros" inclui os casais em que ambos trabalham a tempo parcial e os casais em que um trabalha a tempo parcial e o outro está em casa.

Relativamente aos agregados familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores que não estão a viver em conjugalidade, percebe-se que há grandes diferenças por país. Enquanto na Dinamarca, Holanda, Alemanha, Finlândia, Áustria e Suécia, há uma proporção considerável de homens a viver sozinhos (entre os 35% e os 41%), a proporção de mulheres a viver sozinhas é sempre menor do que a dos homens e elas estão muito mais representadas do que eles na categoria da monoparentalidade. De assinalar também que nos países do sul e do leste, a percentagem de pessoas a viver com outros é ainda relevante (Figura 3.31). Esta situação poderá ser largamente explicada pela idade tardia de saída de casa dos pais, fenómeno que se tem agravado com o contexto de crise financeira e económica. Tomando o exemplo de Portugal, 35% dos agregados de trabalhadores e trabalhadoras que não vivem em casal são de pessoas a viver com outros, 22% dos agregados são de homens a viver sós, outros 22% de mulheres a viver sós e 21% de famílias monoparentais (mulheres a viver com filhos).

Na média europeia a 27, 29% dos agregados das trabalhadoras e dos trabalhadores entre os 30 e os 49 anos que não estão a viver em conjugalidade são compostos por homens a viver sós, 24% por mulheres a viver com filhos, 24% por pessoas a viver com outros familiares ou não familiares e 19% de mulheres a viver sós. Já em Portugal, 35% dos agregados de trabalhadores e trabalhadoras

que não estão a viver em conjugalidade são de pessoas a viver com outros, 22% dos agregados são de homens a viver sós, outros 22% de mulheres a viver sós e 21% de famílias monoparentais (mulheres a viver com filhos).

Figura 3.31 Distribuição dos/as trabalhadores/as que não vivem em casal, por tipo de agregado, dos 30 aos 49 anos, por país, 2015 (%)



Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.

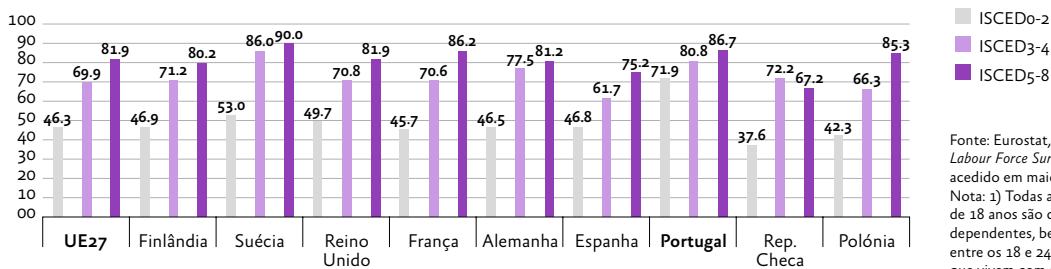
Nota 1: Dados indisponíveis para a Islândia.

Nota 2: A categoria "Outros" inclui trabalhadores que vivem sós com os pais ou com os irmãos ou com os genros e noras, entre outros.

Centrando agora a análise no indicador da taxa de emprego de mulheres com filhos dependentes por nível de escolaridade, em todos os países analisados, com a exceção da República Checa, verifica-se uma tendência para o aumento desta taxa à medida que aumenta a escolaridade (Figura 3.32). Assim, na UE 27, 46.3% das mulheres com ensino básico estão empregadas, mas esse valor sobe para os 81,9%, quando elas têm o ensino superior. Note-se ainda que as taxas de emprego das mães europeias mais escolarizadas variam em todos os países selecionados entre os 80 e os 90%. Trata-se, pois, de um modelo generalizado e revelador de que, o facto de ser mãe, não impede estas mulheres com ensino superior de terem uma vida profissional em que se possam realizar. Claro que melhores condições económicas, ou a existência de equipamentos socioeducativos de apoio à infância podem também contribuir para permitir esta participação esmagadora de mulheres muito escolarizadas no mercado de trabalho. Em contrapartida, mães menos escolarizadas, com menores rendimentos e sem acesso a creches, ou jardins de infância economicamente acessíveis podem ter de "optar" por não ter emprego porque ele pode não compensar financeiramente.

Portugal apresenta, ainda assim, a menor diferença entre a taxa de emprego de mães menos escolarizadas (ensino básico) e mais escolarizadas (ensino superior) (14,8 p.p.), devido às elevadas taxas de emprego que se registam em todos os níveis de ensino. A Polónia regista a maior diferença, com 43,0 p.p.

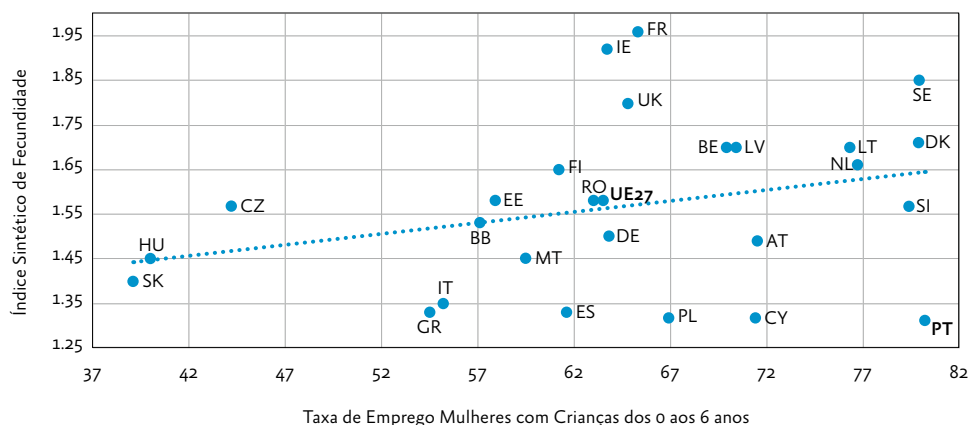
Figura 3.32 Taxa de emprego de mulheres com filhos/as dependentes, dos 25 aos 49 anos, por país e ISCED, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (fst_hheredty)*, acessado em maio de 2017.
 Nota: 1) Todas as pessoas com menos de 18 anos são consideradas crianças dependentes, bem como as pessoas entre os 18 e 24 anos que são inativas e que vivem com pelo menos um dos pais.
 2) Não estando disponíveis na fonte dados para o grupo etário dos 30-49 anos, utilizou-se o mais próximo (25-49).

Passando à análise da relação entre o índice sintético de fecundidade e a taxa de emprego de mulheres com filhos/as dependentes com menos de 6 anos de idade, verifica-se que entre ambas as variáveis não existe correlação significativa. Este resultado sugere assim que não é a empregabilidade feminina que impede a fecundidade: países como a Suécia e a Dinamarca têm uma elevada taxa de emprego e também das mais altas taxas de fecundidade; outros como a Eslováquia e a Hungria têm baixas taxas de emprego e de fecundidade; e outros ainda como Portugal, Chipre, Polónia e Espanha, apresentam uma média ou elevada empregabilidade e baixos índices de fecundidade. Haverá, pois, outros fatores a convocar para explicar a redução da fecundidade, nomeadamente, o acesso a serviços de apoio à infância de qualidade e a custos razoáveis, a fecundidade tardia, os baixos rendimentos e os fortes investimentos nas crianças que podem traduzir-se, como é o caso de Portugal, numa descendência de um/a filho/a só (Cunha, 2007; Torres, 2014; Mendes *et al.*, 2016) (Figura 3.33).

Figura 3.33 Correlação entre o índice sintético de fecundidade (15 aos 49 anos) e a taxa de emprego de mães de crianças com menos de 6 anos, entre os 30 e os 49 anos



Fonte: PORDATA; Eurostat, *European Union Labour Force Survey (fst_hheredty)*, acessado em maio de 2017.
 Nota: Dados indisponíveis para Noruega e Islândia.

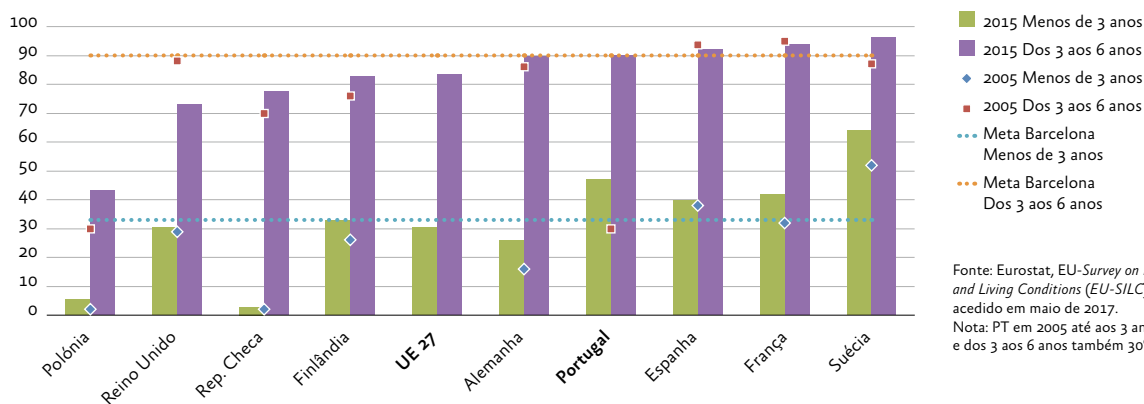
3.3.2 Acentuado crescimento dos serviços de apoio a crianças em Portugal

Como atrás vimos, a taxa de cobertura de serviços de apoio a crianças está estreitamente relacionada com a possibilidade de pais e mães exercerem uma profissão remunerada. Considerando a relevância desta relação a Comissão Europeia estabeleceu em 2002, para a União Europeia, um objetivo de 33% das crianças até aos 3 anos (o equivalente a creche para Portugal) e de 90% das crianças com idades entre os 3 e a idade escolar (equivalente a jardim de infância para Portugal) integradas em estruturas formais de cuidados – as denominadas “Metas de Barcelona”.

Numa primeira análise a estes indicadores permite referir que a taxa de cobertura dos serviços de apoio a crianças até aos 3 anos de idade é relativamente baixa no conjunto dos países analisados. Porém, alguns países conseguiram em 2015 atingir a Meta de Barcelona, nomeadamente, Suécia, Portugal, França, Espanha e Finlândia (Figura 3.34). Em Portugal, entre 2005 e 2015, verifica-se mesmo uma transformação no sentido do aumento dessa capacidade de cobertura, passando de 30,0% para 47,2%, tendo assim superado largamente a Meta de Barcelona (33%).

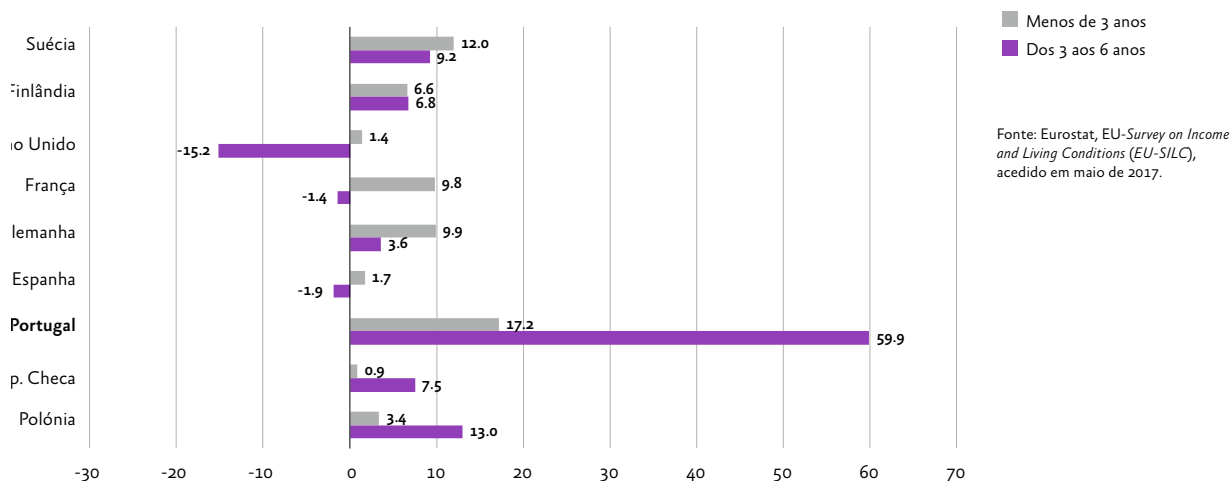
Já a taxa de cobertura de serviços socioeducativos de apoio a crianças entre os 3 e 6 anos é menos discrepante entre países. Contudo, como bem ilustra a Figura 3.8, a Polónia em 2015 estava bastante longe da Meta de Barcelona, afastando-se de todos os outros países em análise. O Reino Unido e a República Checa também ficaram abaixo dos 80%, isto é, com necessidade ainda de aumentar a taxa de cobertura dos serviços em cerca de 10% para alcançarem o objetivo. Tal como se verificou para a taxa de cobertura de serviços para crianças mais pequenas, Portugal aproximou-se da Suécia ultrapassando mesmo o objetivo em 2015 (passando dos 30% de cobertura em 2005 para 89,9% em 2015). Isto significa que, no espaço de uma década, Portugal passou de uma situação em que registava a pior cobertura no contexto europeu para um dos mais elevados níveis de cobertura (Figura 3.8). Focando agora apenas estes dois países é interessante perceber que a Suécia é o único país em que as taxas de cobertura de serviços para as crianças nos dois grupos etários estão mais próximas. A posição relativa de Portugal por referência à UE 27 é reveladora do esforço de transformação acima referido.

Figura 3.34 Taxa de cobertura dos serviços de apoio a crianças até aos 3 anos e dos 3 aos 6 anos em 2005 e 2015, por país (%)



No conjunto dos países analisados, Portugal destaca-se, pois, como o país onde se verifica o maior crescimento da cobertura nos serviços de apoio às crianças, quer naqueles destinados a crianças até aos 3 anos, quer naqueles vocacionados entre os 3 e os 6 anos de idade (início da escolaridade obrigatória) (Figura 3.35). A maior transformação dá-se na capacidade de cobertura e de apoio às crianças entre os 3 e os 6 anos de idade. O resto da Europa acompanha esta tendência embora num ritmo menos intenso daquele registado em Portugal. Importa referir o caso do Reino Unido, na medida em que é o país que regista a maior diminuição da cobertura de serviços destinados a crianças entre os 3 e os 6 anos de idade.

Figura 3.35 Mudança na cobertura de serviços de apoio a crianças entre 2000-2015, por país e idade das crianças (p.p.)



No que diz respeito ao número de horas que as crianças passam por dia nestes serviços de apoio a crianças (ver Anexo A5), a situação de Portugal caracteriza-se também por grande intensidade: com efeito, as crianças em Portugal com menos de 3 anos tendem a permanecer nestas estruturas mais de 30 horas por dia. Este dado coloca Portugal junto da Holanda e da Bélgica na proporção de crianças até aos 3 anos de idade em equipamento formal, com cerca de 50%, mas aproximado da Letónia, Eslovénia e dos países do leste Europeu no número de horas que as crianças permanecem nos equipamentos. O que poderá ser explicado pela elevada proporção de mulheres e mães que, nestes países de leste, tal como em Portugal, trabalham a tempo inteiro. Ora, os dados referentes ao número de horas que as mulheres ocupam no trabalho remunerado parecem relacionar-se com o número de horas que as crianças, até aos 3 anos de idade, passam diariamente nestes serviços.

Analisando a situação quando as famílias têm crianças com idade entre os 3 e os 6 anos, Portugal está novamente numa posição relativa aproximada da Bélgica, Letónia e países do leste europeu com as crianças a passarem 31 horas ou mais em equipamentos. E, um pouco diferente do que se disse em relação às crianças com menos de 3 anos, Portugal está a par com a Holanda, a Alemanha e a Irlanda.

Não é, no entanto, suficiente avaliar apenas se as metas de Barcelona estão a ser alcançadas. Uma análise de género nesta idade da vida implica perceber que, se os serviços de guarda das crianças não tiverem horários ajustados aos horários de trabalho das mães e dos pais, estas e estes terão de encontrar soluções alternativas.

Importa ainda ter em consideração que resultados de pesquisa de vários projetos europeus (por exemplo, *Workcare* e *Workcare Synergies* cujos resultados chave constam da caixa seguinte), permitem concluir que pais e mães na Europa consideram como soluções mais ajustadas para conciliar trabalho e família a acessibilidade, a qualidade e os horários compatíveis dos equipamentos de apoio à infância.

Projetos *Workcare*: algumas conclusões

Resultados dos projetos “Social Quality and Changing Relationships between Work, Care and Welfare in Europe (Workcare)” e “Workcare Synergies 2009-2011” apontaram para as seguintes conclusões:

- Os países em que existe uma taxa de cobertura elevada de equipamentos de apoio à primeira e segunda infância são também aqueles em que é maior a continuidade no emprego para homens e mulheres ao longo do tempo. Em contraponto,

frequentemente, nos países com licenças mais prolongadas, torna-se particularmente difícil para as mulheres voltarem a trabalhar depois de terem tido filhos.

- Na Europa existe escassez de equipamentos infantis de boa qualidade a preços acessíveis, especialmente para crianças menores de três anos, embora a taxa de cobertura tenha vindo nos últimos anos a aumentar. Por outro lado, o ensino pré-escolar e a escolaridade obrigatória têm frequentemente horários demasiado curtos e que não satisfazem as necessidades de pais e mães trabalhadoras.
- A inexistência de apoios às crianças que possam ser pagos pelos orçamentos familiares significa a retirada, pelo menos parcial, das mulheres do mercado de trabalho para cuidarem dos filhos. Nestas condições, optam por aceitar situações de trabalho a tempo parcial ou empregos precários para conseguirem cumprir as responsabilidades familiares. Isto resulta da conjugação de diversos fatores: 1. Ideologias sobre os cuidados às crianças; 2. Expectativas normativas; 3. Atitudes dos empregadores; 4. Diferença de rendimentos entre homens e mulheres. Esta assimetria tem consequências duráveis para a vida das mulheres, nomeadamente ao nível da segurança económica e das oportunidades de construção de uma carreira profissional.

O que é que os europeus, mulheres e homens, desejam para a boa articulação trabalho-família?

- Os pais e mães na Europa participam ativamente na educação e desenvolvimento dos/as seus/suas filhos/as e estão preocupados/as com o seu bom desenvolvimento cognitivo e educacional. Querem cuidados de qualidade exercidos por profissionais que tenham em consideração as necessidades evolutivas das crianças, e que tenham conhecimentos e saberes específicos para as ajudar no seu desenvolvimento cognitivo.
- Pais e mães desejam equipamentos e serviços de qualidade, com profissionais qualificados, a preços acessíveis e com horários compatíveis com as suas responsabilidades profissionais, a quem possam confiar os seus filhos.

O projeto “Social Quality and Changing Relationships between Work, Care and Welfare in Europe (Workcare)” financiado pela Comissão Europeia no âmbito do “Framework Programme 06”, envolveu seis países europeus e foi coordenado por Claire Wallace. Anália Torres coordenou dois *work packages* no âmbito deste projeto que se desenvolveu em Portugal no CIES/ISCTE 2006-2008. http://cordis.europa.eu/result/rcn/47691_en.html O projeto “Workcare Synergies” envolveu sete países e foi coordenado por Michaela Gstrein e Liliana Mateeva, Anália Torres coordenou um *work package* que sintetizou e disseminou resultados de vários projetos europeus sobre articulação trabalho- família http://cordis.europa.eu/project/rcn/94042_en.html

3.3.3 Persistente feminização do trabalho não pago

Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, e tal como atrás se viu, os casais de duplo emprego tornaram-se a norma na maioria dos países da Europa. Contudo, os homens não aumentaram a participação na esfera doméstica e no cuidado à família na mesma proporção em que as

mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho. O que faz com que a articulação das responsabilidades profissionais e familiares não seja igual para ambos os sexos, mas sim penalizadora para as mulheres (Lewis, 2009).

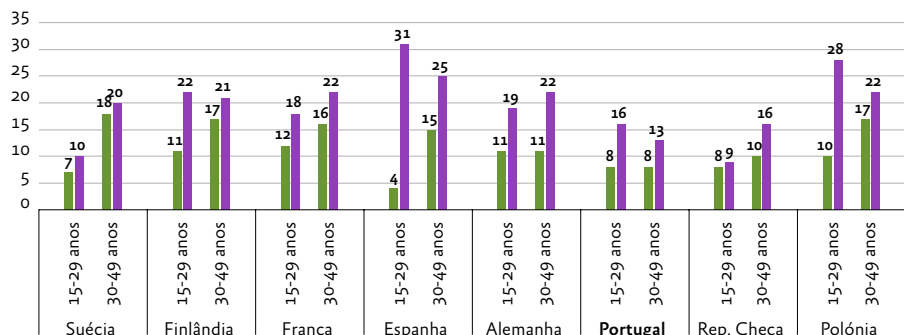
Com efeito, as mulheres continuam a apresentar uma média superior de horas passadas a cuidar da família por semana. Numa análise a um conjunto de países europeus, a maior diferença entre homens e mulheres verifica-se em Espanha (10 horas) e a menor na Suécia (2 horas). Portugal apresenta uma diferença entre homens e mulheres de 5 horas, com as mulheres dos 30 aos 49 anos a dedicar 13 horas a cuidar da família e os homens apenas 8 horas (Figura 3.36).

Comparando com o grupo etário mais jovem, não se pode afirmar que o grupo da *rush hour* passe mais horas do que as/os jovens a cuidar da família, pois a realidade difere de país para país. Na Suécia, as pessoas mais jovens passam muito menos horas a cuidar da família do que este grupo etário. Já em Portugal, enquanto os homens passam a mesma média de horas, as mulheres mais jovens passam mais horas por semana a cuidar da família. Também em Espanha, as mulheres jovens passam mais horas a cuidar da família mas os homens jovens despendem neste tipo de tarefa muito menos horas do que os homens da *rush hour*.

Figura 3.36 Média de horas passadas por semana a cuidar da família, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2012

■ Homens
■ Mulheres

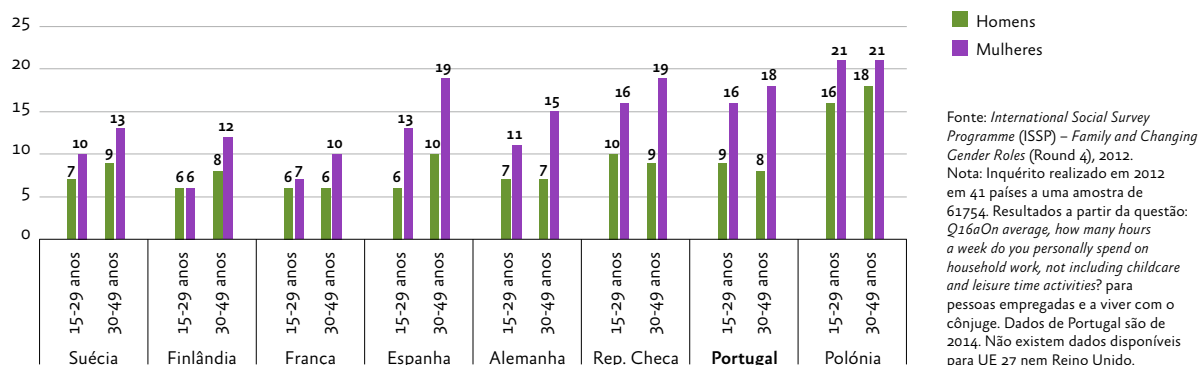
Fonte: *International Social Survey Programme (ISSP) – Family and Changing Gender Roles* (Round 4), 2012.
Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754. Resultados a partir da questão: Q16b *On average, how many hours a week do you spend looking after family members (e.g. children, elderly, ill or disabled family members)?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Dados de Portugal são de 2014. Não existem dados disponíveis para UE 27 nem Reino Unido.



São também as mulheres que passam mais horas a cuidar da casa. No grupo de países analisados a maior diferença encontrada entre homens e mulheres verifica-se na República Checa e em Portugal (10 horas em cada um) e a menor na Polónia (3 horas) (Figura 3.37).

Comparando agora as pessoas da *rush hour* com as pessoas jovens, estas passam menos horas a cuidar da casa do que o grupo etário dos 30 aos 49 anos.

Figura 3.37 Média de horas passadas por semana a cuidar da casa, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2012



Tal como na família, também o mercado de trabalho sofreu profundas alterações, ao tornar-se flexível e competitivo, com empregos precários e contratos de curta duração. Ausentar-se do mercado de trabalho ou mesmo reduzir a participação para ter e cuidar das/os filhas/os pode ter consequências negativas irreversíveis em termos financeiros e de progressão na carreira profissional das mulheres (Lewis, 2009). A perceção dos efeitos negativos de uma ausência temporária do mercado de trabalho pode funcionar aliás como um impedimento ao usufruto de direitos existentes, como se vê no caso da pesquisa que se refere a seguir.

Usufruto de direitos percecionado como tendo efeitos negativos no plano profissional

Para estudar o “sentido de direitos” de trabalhadores e trabalhadoras, Monteiro e Domingos (2013) realizaram um estudo de caso numa autarquia do centro-norte do país sobre as conceções e experiências de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. O “sentido de direitos” (Lewis, 1998) é um termo que se refere ao conjunto de crenças e sentimentos que as pessoas têm acerca dos direitos, num sentido amplo, incluindo direitos garantidos através da legislação e de políticas públicas.

No que concerne à atribuição de responsabilidade para que sejam criadas soluções para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, em 20 entrevistados e entrevistadas, seis pessoas, mais mulheres do que homens, atribuem a responsabilidade ao estado, às empresas e aos indivíduos, de forma repartida. As restantes 14 pessoas atribuem a responsabilidade apenas aos indivíduos, sugerindo uma conceção destes problemas e destas necessidades como do domínio privado.

Uma ideologia de separação entre o domínio público e o privado, associando o primeiro ao masculino e o segundo ao feminino, torna invisíveis os reais problemas que a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar coloca a todos e todas.

O estudo concluiu ainda que as pessoas percecionam uma interferência negativa sobre a vida profissional da utilização dos direitos à parentalidade. Este facto, por

um lado condiciona a ativação de direitos e, por outro lado, sustenta a ideia de que as necessidades ligadas a ter filhos/as são dos indivíduos e das famílias, cabendo por isso, aos trabalhadores e às trabalhadoras a responsabilidade de fazer a articulação entre a vida profissional, pessoal e familiar. Subjacente a esta noção está a consciência de que a existência dos direitos não garante a não discriminação de quem necessita de os utilizar podendo mesmo trazer consequências negativas, no plano profissional, para quem os ativa. Esta ideia atua como bloqueio à reivindicação do usufruto de direitos previstos e à reivindicação de mais direitos.

As exigências da articulação trabalho-família passaram a integrar a agenda política dos Estados-membros da UE 15 a partir da década de 1990. Inicialmente as políticas de articulação trabalho-família tinham um carácter prioritariamente social, com ações que procuravam a igualdade de oportunidades para homens e mulheres. No final dos anos 90, contudo, o enfoque passou a ser o aumento da atividade feminina. O objetivo de aumentar as taxas de atividade feminina tem subjacente o facto de que, mais mulheres no mercado de trabalho resultam em maior produto interno bruto pela introdução de novas atividades e da formalização do cuidado (que passa a ser taxado). Além disso, as políticas de articulação trabalho-família passaram também a ser consideradas como um potencial solucionador de outros problemas, particularmente, como estratégia para lidar com o envelhecimento populacional e combater a queda nas taxas de natalidade, contribuindo assim para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social (Lewis, 2009).

Mas as políticas para a articulação trabalho-família não cumprem cabalmente os seus objetivos quando não têm em consideração as desigualdades de género. As políticas têm sido desenvolvidas mais como uma forma de estimular e apoiar a empregabilidade feminina e menos no sentido de aumentar a participação dos homens nos cuidados à família e nas tarefas domésticas. À exceção dos países escandinavos, a ausência de uma preocupação com a igualdade de género tem gerado uma tensão entre políticas que pretendem promover a participação das mulheres no mercado de trabalho e a expectativa de que sejam elas que continuem como principais responsáveis pelo trabalho não pago.

Usos do tempo: mulheres dos 25 aos 44 anos com mais horas de trabalho não pago

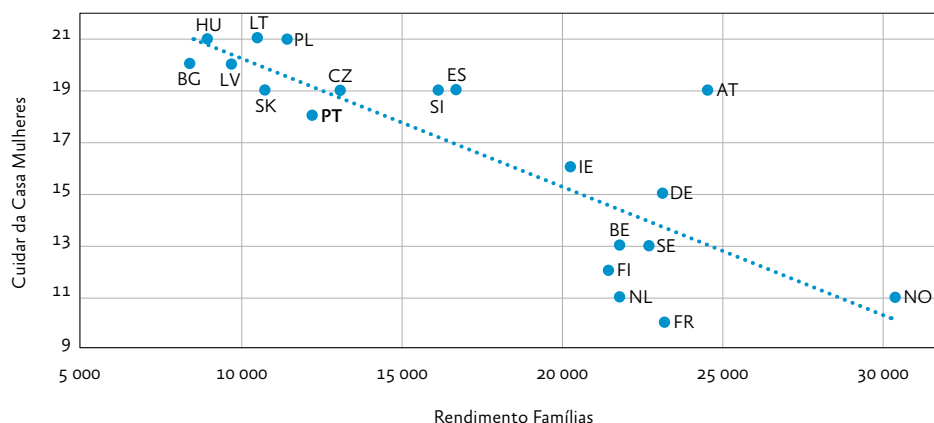
Das considerações finais do trabalho de investigação que resultou no livro *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* (Perista et al., 2016) realçamos as seguintes conclusões sobre os usos do tempo na faixa etária **dos 25 aos 44 anos**:

- Tanto para os homens como para as mulheres, é nessa faixa etária que mais tempo é despendido em trabalho não pago (tarefas domésticas e de cuidados). Mas **as mulheres dedicam cerca de 5 h e 28m por dia a esse trabalho e os homens 3h e 6m, ou seja a disparidade é de 2h e 22m**. Durante o fim de semana, a disparidade pode alcançar mais de 3h no sábado.
- **A prestação de cuidados diários às crianças é perpassada por uma forte assimetria de género**. São sobretudo as mulheres que dedicam tempo a esse trabalho e a disparidade chega a atingir 1h e 4m nos dias úteis.
- Foram verificadas **fortes desigualdades de género também na prestação de cuidados às pessoas adultas com dependência** ou incapacidade, sendo 63% das mulheres que residem no mesmo agregado com pessoas dependentes a reportar prestar esse tipo de cuidado comparativamente a 22% dos homens.
- **As mulheres neste grupo etário**, como se verifica também no estudo, **apresentam uma elevada taxa de participação no mercado de trabalho extremamente próxima da dos homens**, com uma disparidade de apenas 1.3 p.p.
- Portanto, não surpreende serem **as mulheres** com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos as que mais **expressam o sentimento de pressa com frequência**, assim como mais reportam **falta de tempo para satisfazer os gostos pessoais** e as que mais **sentem fazer mais do que é justo**.
- Globalmente, as mulheres com atividade profissional despendem 8h e 35m em trabalho pago e os homens 9h e 02m, enquanto elas despendem em média 4h e 17m em trabalho não pago e eles 2h e 37m por dia.

¹ Resultados do Projeto INUT – Inquérito Nacional aos Usos do Tempo de Homens e de Mulheres, promovido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social em parceria com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Ao relacionar o rendimento das famílias com as horas de trabalho não pago das mulheres, mais especificamente as horas passadas a cuidar da casa, constata-se que quanto maior o rendimento das famílias, menos horas as mulheres dedicam a estas tarefas, o que pode ser explicado em muitos países pelo recurso a apoio doméstico externo pago (Figura 3.38).

Figura 3.38 Correlação entre rendimento das famílias e horas de trabalho a cuidar da casa de mulheres dos 30 aos 49 anos



$R^2 = -0,826$
 Fonte: Eurostat, EU-SILC (*Statistics on Income and Living Conditions*), (ilc_dio4) (2016); ISSP – *Family and Changing Gender Roles IV*, 2012, acedidos em maio de 2017.

3.3.4 Ser mulher interfere negativamente no rendimento mensal

Regressões lineares, simples e múltiplas, realizadas permitiram verificar os fatores influenciadores do Rendimento Mensal, num conjunto de países, para os indivíduos dos 30 aos 49 anos (Quadro 3.2).

Para todos os países, exceto para a Suécia, ser-se mulher interfere negativamente no rendimento mensal. De seguida, os resultados revelam a importância do nível de escolaridade: para o conjunto dos países analisados – quanto mais elevado o nível de escolaridade concluído, maior o rendimento dos indivíduos. Em Portugal e República Checa a idade influencia negativamente o rendimento, embora na Suécia, Finlândia e Espanha influencie positivamente. Do trabalho não pago, apenas o cuidar da casa influencia negativamente o rendimento mensal em Portugal.

Quadro 3.2 Fatores influenciadores do rendimento mensal dos indivíduos dos 30 aos 49 anos, por país, 2015

	Portugal	Polónia	Suécia	Finlândia	Alemanha	França	Espanha	Rep. Checa	Reino Unido
Sexo (feminino)	-	-	n.s.	-	-	-	-	-	-
ISCED	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Idade	-	n.s.	+	+	n.s.	n.s.	+	-	n.s.
Cuidar de crianças	n.s.	n.s.	n.s.	-	-	-	n.s.	-	-
Cuidar da casa	-	n.s.	n.s.	-	-	-	-	n.s.	-
Cuidar de idosos/ deficientes	n.s.	n.s.	n.s.	-	+	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.

Nota 1: n.s. – relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa. Possíveis razões para a não significância dos resultados podem dever-se ao facto de haver ou poucas respostas ou respostas não válidas para determinada variável.
 Nota 2: ISCED – nível de escolaridade mais alto obtido.

Nas regressões lineares simples, com uma variável explicativa, verificou-se que o nível de escolaridade influencia o rendimento mais do que o sexo. No entanto, estas duas variáveis juntas explicam melhor o comportamento do rendimento mensal do que isoladas, sobretudo em Portugal e na Alemanha. Se se juntar ainda, a estas duas variáveis, componentes do trabalho não pago, é possível compreender melhor a influência exercida por outras variáveis no rendimento mensal. A conjugação do sexo, nível de escolaridade e das horas passadas a cuidar das crianças parece influenciar o rendimento mensal em todos os países analisados, exceto na Suécia.

As horas passadas a cuidar da casa não parecem influenciar tanto o rendimento mensal quanto o cuidado com as crianças. Apresentam, no entanto, juntamente com o sexo e o nível de escolaridade, um bom modelo explicativo do rendimento mensal, sobretudo em Portugal. As horas passadas a cuidar de idosos ou familiares com deficiência, quando conjugadas com o sexo e o nível de escolaridade, parecem influenciar o rendimento mensal em Portugal, e ainda mais na Alemanha.

Pode-se, portanto, concluir que, apesar do nível de escolaridade obtido influenciar positivamente o rendimento mensal, as mulheres são penalizadas pelo seu sexo e pelas horas que despendem em trabalho não pago, seja a cuidar de crianças, da casa ou de familiares idosos ou com deficiência.

Em síntese, pode-se afirmar que o modelo predominante na UE e em Portugal de agregados familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores entre os 30 e os 49 anos a viver em conjugalidade são compostos pelos dois elementos do casal a trabalhar a tempo inteiro. Portugal é também o país da UE 27 com a mais elevada taxa de empregabilidade entre mulheres com filhos menores de 6 anos. De um modo geral, na Europa, tem vindo a crescer a proporção de mulheres com filhos menores de 6 anos que trabalham, mas não é a crescente empregabilidade deste grupo que impede a fecundidade, como o demonstraram as análises realizadas. Há que ter em conta, entre outros fatores, o papel das políticas públicas de apoio à conciliação família-trabalho, particularmente a existência de serviços de apoio às crianças. É de registar, a este propósito, o forte crescimento verificado em Portugal nas taxas de cobertura deste tipo de serviços entre 2005 e 2015. Apesar destes progressos, verifica-se ainda uma grande disparidade de género na distribuição do trabalho doméstico e de cuidar, que é penalizadora para as mulheres portuguesas e que apresenta impactos significativos ao nível dos seus rendimentos.

3.4. Violência e crime

Vimos, na fase da infância e juventude, que os rapazes se expõem mais a situações de risco e de violência e são mais vulneráveis a causas externas de morte (acidentes, quedas, afogamentos, ataques violentos, entre outros), morrendo também mais precocemente do que elas. Nesta secção prosseguimos esta análise para o grupo dos 30-49 anos, recorrendo a dados relativos à população prisional, às causas de morte e às taxas de suicídio, e mobilizando ainda conclusões de estudos internacionais que têm investigado a violência sobre as mulheres e as diferenças de género nas práticas de suicídio de homens e de mulheres.

3.4.1 Mais frequentemente os homens são autores de crimes e as mulheres as vítimas

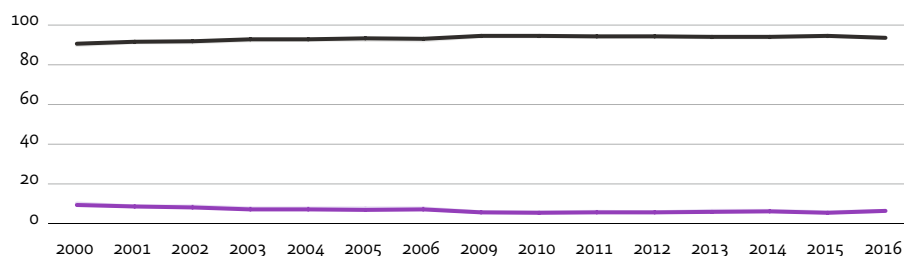
Apesar de a violência e o crime poderem não coincidir, uma vez que nem todas as manifestações de violência estão definidas como crimes, a população prisional é um indicador importante por exprimir a dimensão de crime cometido por pessoas que foram por isso julgadas e às quais foi aplicada a pena mais grave.

No que diz respeito à população prisional portuguesa, existe disparidade de género, com uma proporção de reclusos do sexo masculino muito superior à do sexo feminino, quer no grupo etário dos 30 aos 49 anos (93,6% e 6,4%, respetivamente em 2016), quer na totalidade da população reclusa (93,7% e 6,3% para o mesmo ano). Para além disso, esta disparidade tem-se mantido relativamente estável ao longo do período temporal 2000-2016 (Figura 3.39). Ambas as tendências (a masculinização da população prisional em 2016 e a regularidade dessa masculinização ao longo do arco temporal em análise) são confirmadas pelas aplicações feitas em 2001, 2007 e 2014 do estudo “Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional” coordenado por Torres (2016). Tal como avançado anteriormente, esta tendência para uma masculinização pode ser explicada pela afirmação de masculinidade, através da demonstração de força e de poder perante as mulheres e outros homens.

Fonte: Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais (DGRSP).
Nota 1: Não se encontraram dados que permitissem o cruzamento entre as variáveis sexo e idade para os anos de 2007 e 2008.
Nota 2: Devido à proximidade dos valores entre o grupo etário do 30 aos 49 anos e do total da população, as linhas aparecem sobrepostas tanto no caso dos homens como no caso das mulheres.

— Homens 30-49
— Mulheres 30-49
— Homens Total
— Mulheres Total

Figura 3.39 População prisional em Portugal de pessoas dos 30 aos 49 anos e da população global, por sexo (2000-2016) (%)

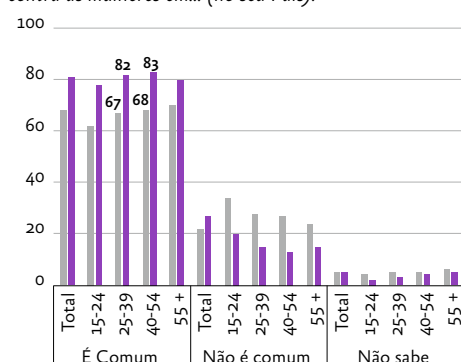


Os resultados do Eurobarómetro especial 449 (2016), dedicado ao estudo da violência de género, mostram que, no grupo etário dos 25 aos 54 anos, mais de 80% das mulheres da UE 28 considera que a violência contra as mulheres no seu país é comum. Já a perceção dos homens do mesmo grupo etário não atinge os 70% (Figura 3.40).

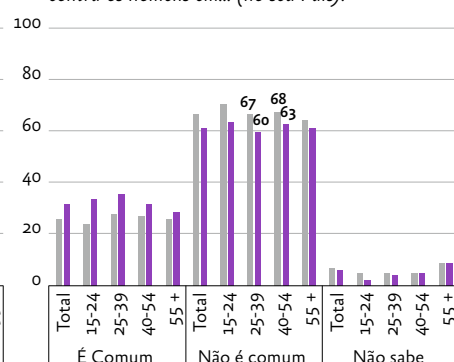
Quanto à violência sobre os homens, apenas aproximadamente 40% das mulheres do grupo dos 25 aos 39 anos considera que ela é comum, a maioria considerando que não é comum. Os homens no mesmo grupo etário, ainda mais do que as mulheres, consideram que esta violência não é comum (Figura 3.41).

Figuras 3.40 e 3.41 Perceção da prevalência da violência contra homens e mulheres na UE 28, por grupo etário e por sexo (%), 2016

Em termos gerais, quão comum pensa ser a violência contra as mulheres em... (no seu País)?



Em termos gerais, quão comum pensa ser a violência contra os homens em... (no seu País)?



Fonte: Comissão Europeia, *Special Eurobarometer Gender-based violence 449*.

O mesmo Eurobarómetro evidencia que quase um quarto da população da Europa a 28 inquirida (24%) tem uma pessoa vítima de violência doméstica entre familiares e amigos/as. As mulheres demonstram ter mais consciência da violência doméstica (81%) comparativamente aos homens (68%) e também do assédio sexual (76% de mulheres e 65% de homens). As mulheres são mais propensas a falar com alguém sobre violência doméstica e a pensar que os atos de violência baseada no género devem ser criminalizados.

O estudo, cujos resultados se apresentam na caixa seguinte, abordou um dos aspetos da violência em contexto laboral, o assédio, que, como se verá, tem grande incidência neste grupo etário dos 30 aos 49 anos.

Assédio sexual e moral no local de trabalho é mais cometido por homens sobre mulheres

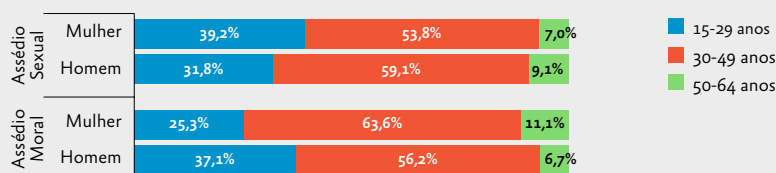
O estudo “Assédio Sexual e Moral no Local de Trabalho”, desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG) entre 2014 e 2016, envolveu a aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população ativa em Portugal Continental, excluindo o sector primário, e a realização de entrevistas a pessoas com experiências de assédio sexual, moral e sexual e moral.

Foi desenvolvida uma análise integradora de várias dimensões: a contextual, atendendo à especificidade das organizações (em dimensão de trabalhadores/as, quanto ao sector de atividade e quanto à sua atividade distinguindo-se organizações prestadoras de serviços de unidades industriais, por exemplo); a das relações de género, atendendo à importância do poder, quer entre homens e mulheres, quer na hierarquia das organizações, espelhando-se nas relações de dependência entre subordinados/as e chefias, mas também nas relações de competição entre colegas.

- O assédio sexual, definido como “um conjunto de comportamentos indesejados, percecionados como abusivos, de natureza física, verbal ou não verbal” (Torres *et al.*, 2016, p. 74) é expressivamente cometido por homens (82,4%, comparativamente a 17,6% de mulheres) e mais sobre mulheres (14,4%) do que sobre homens (8,6%).
- O assédio moral, definido como “um conjunto de comportamentos indesejados percecionados como abusivos, praticados de forma persistente e reiterada podendo consistir num ataque verbal com conteúdo ofensivo ou humilhante ou em atos subtis, que podem incluir violência psicológica ou física.” (Torres *et al.*, 2016, p. 74) é também predominantemente cometido por homens: 69,7%, de homens comparativamente a 30,3% de mulheres e é também mais cometido sobre mulheres (16,7%) do que sobre homens (15,9%).

No que diz respeito aos resultados:

- No caso do assédio sexual, a moda está no grupo etário dos 30 a 49 anos, com mulheres com idade neste intervalo a ser alvo de assédio sexual em quase 54% das situações. Quando a este grupo etário (dos 30 a 49 anos) se soma a proporção de situações do grupo etário mais jovem (dos 15 a 29 anos) encontram-se então 93% das situações. Já no caso dos homens é mais explícito o peso da idade, com cerca de 59% das situações de assédio sexual sobre homens com idades entre os 30 e os 49 anos.
- Também no assédio moral a moda mantém-se no grupo etário dos 30 aos 49 anos, com as mulheres a serem alvo de assédio moral em quase 64% das situações e homens, do mesmo grupo etário, em cerca de 56% das situações. No assédio moral, a proporção de homens com idades entre 15 e 29 anos, quando somada àquela revela que cerca de 93% de homens com 15 ou mais anos e até aos 49 é alvo de assédio moral no local de trabalho.

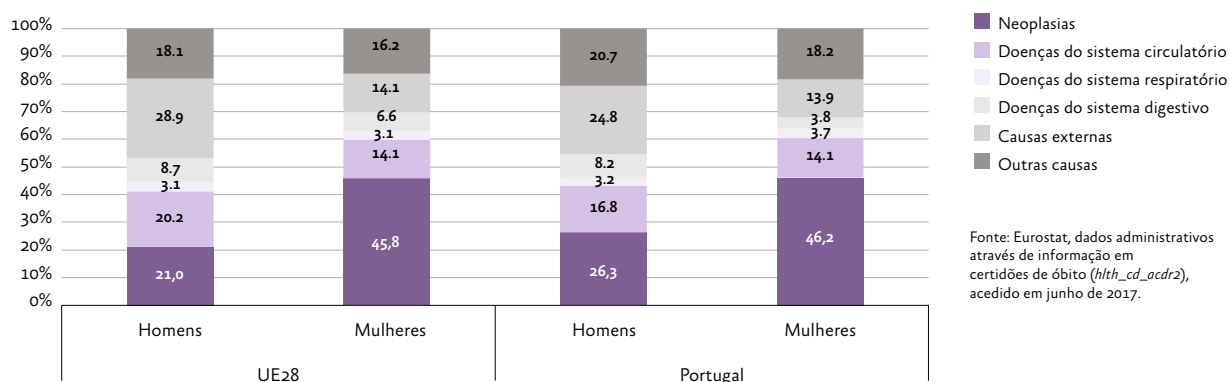


3.4.2 Mais jovens homens do que jovens mulheres morrem de causas externas

Como já referido anteriormente, as formas de demonstração e de adequação a um certo tipo de masculinidade ajudam a perceber por que os homens morrem mais do que as mulheres de causas externas e menos de causas naturais como, por exemplo, neoplasias. A masculinização das causas externas de morte explica-se pela tendência para os homens, no sentido de reafirmarem a sua masculinidade, se exporem mais a situações de risco (Pedroso, 2013; Moura *et al.*, 2015).

No contexto europeu, 28,9% dos homens com idades entre os 30 e os 49 anos morrem de causas externas face a 14,1% das mulheres (Figura 3.42). A mesma tendência se percebe em Portugal, com 24,8% face a 13,9%. No que diz respeito, por exemplo, às neoplasias, esta é a causa de morte de 45,8% das mortes de mulheres europeias face a 21,0% dos homens europeus. Em Portugal, as proporções são 26,3% e 46,2%, respetivamente.

Figura 3.42 Causas de morte por sexo de pessoas dos 30 aos 49 anos, Portugal e UE a 28 (2014) (%)



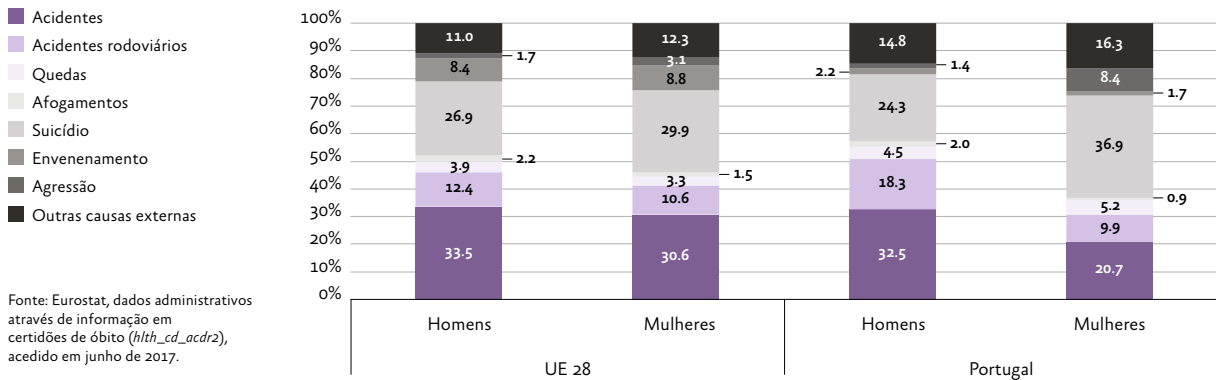
Fonte: Eurostat, dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acdr2*), acedido em junho de 2017.

Relativamente às causas externas de morte, os acidentes são, neste grupo etário, a principal causa nos homens, quer na UE a 28 (33,5%) quer em Portugal (32,5%). No entanto, no caso das mulheres, o suicídio ganha peso relevante. Na média da Europa a 28, a diferença entre a proporção de mulheres que morrem de acidente (30,6%) é muito próxima da de mulheres que morrem de suicídio (29,9%). Em Portugal, a morte por suicídio é a mais frequente (36,9% face a 20,7% das mortes por acidente) (Figura 3.43).

Este resultado parece contrariar as tendências dos estudos de Bilsker e White (2011) e o de Varnik *et al.* (2008), que apontam para uma feminização das tentativas de suicídio, mas uma masculinização das taxas de suicídio. O que é explicado pelos métodos utilizados por homens e mulheres. No entanto, quando se analisa a taxa bruta de suicídio percebe-se que mais homens do que

mulheres cometem suicídio. Apenas, proporcionalmente, mais ainda morrem de acidente, reduzindo o peso das mortes por suicídio no total de mortes por causas externas.

Figura 3.43 Causas externas de morte por sexo, Portugal e UE a 28 (2014)



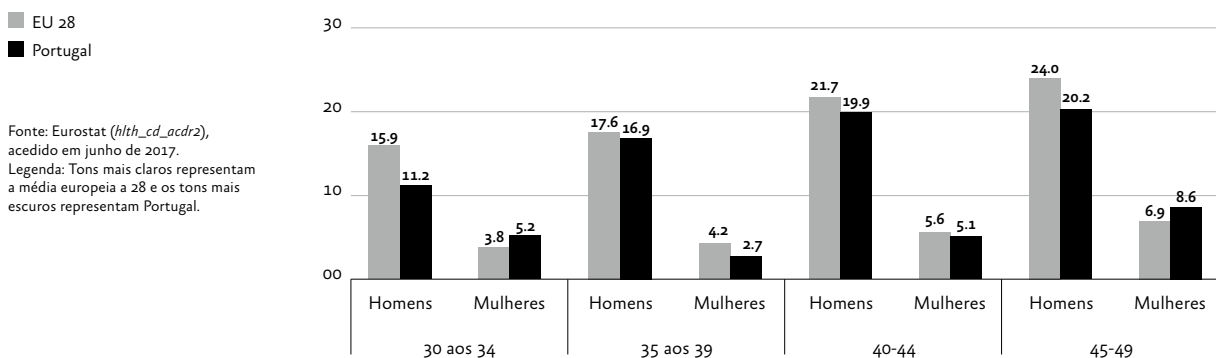
3.4.3 O suicídio é um fenómeno genderizado

Tal como já se tinha constatado na juventude, também nas idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos os homens registam maiores taxas de suicídio do que as mulheres (Figura 3.44).

Verifica-se uma tendência nos homens para a taxa de suicídio aumentar à medida que a idade aumenta, pelo menos até aos 49 anos. Estudos apontam para uma descida da taxa nas idades posteriores, sendo o pico a idade entre os 40 e os 49 (Bilsker e White, 2011).

Se nos jovens homens europeus, com idades entre os 15 e os 29 anos, 6,7% das causas externas de morte se devem a suicídio em 2014, nos homens com idades entre os 45 e os 49 anos esse número sobe para os 24,0%.

Figura 3.44 Taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (30-49 anos) (%), 2014



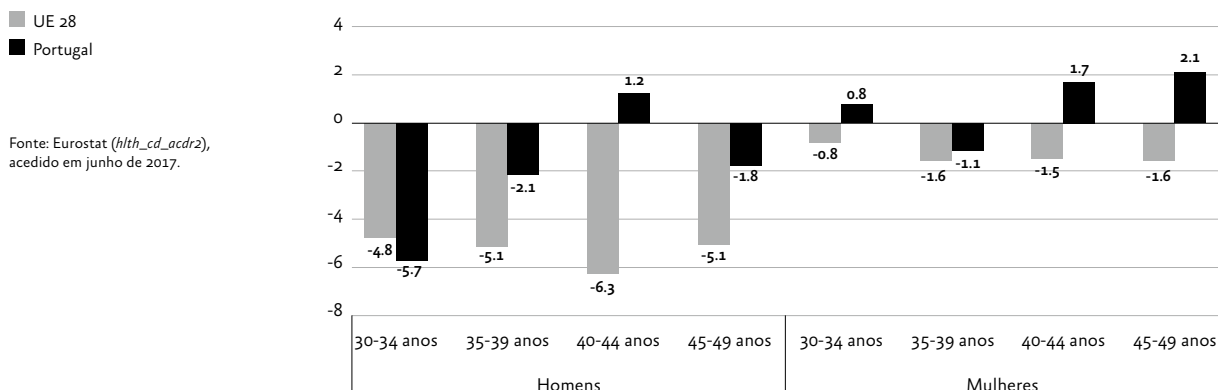
Isto poderá ser explicado, não só pela relutância por parte dos homens em procurar ajuda médica no que diz respeito a doenças mentais, devido ao estigma associado e às expectativas de força, virilidade e resiliência nos homens, mas também pelos métodos mais mortais utilizados pelos homens no suicídio.

Suicídio mais consumado pelos homens

- Bilsker e White (2011) mostram como as **mulheres** registam em todas as idades uma proporção consideravelmente mais elevada de tentativas de suicídio, registando **mais comportamentos de autoagressão intencional, mas menores taxas de suicídio**. Esta situação deve-se aos diferentes métodos utilizados por homens e mulheres.
- **Os homens tendem a utilizar métodos mais mortais como armas de fogo ou enforcamento e as mulheres métodos menos agressivos como sobredosagens medicamentosas.** O estudo pan-europeu coordenado por Varnik (Varnik *et al.*, 2008) que analisou resultados sobre métodos de suicídio em 119.122 homens e 41.338 mulheres de 16 países europeus entre 2000 e 2005, concluiu que os métodos mais mortais (armas de fogo e enforcamento) são na sua larga maioria utilizados por homens (62%).
- Bilsker e White (2011) avançam possíveis explicações para o recurso a diferentes métodos por homens e mulheres, depois da análise de várias pesquisas internacionais. Nomeadamente, referem que os **homens tendem mais a sentir-se sem esperança e com maior intenção de morrer**. Mais provavelmente **estarão intoxicados (por álcool ou droga)** no momento da tentativa e por isso **mais desinibidos, menos preocupados com as consequências das suas ações e mais dispostos a ter comportamentos que os magoem ou desfigurem**.

Quando se analisa a mudança entre 2004 e 2014 para Portugal e para a União Europeia, percebe-se que homens europeus e mulheres europeias registaram uma tendência para a diminuição da taxa de suicídio, mas Portugal apresenta um aumento das taxas de suicídio quer nos homens quer nas mulheres, embora o aumento nos homens seja sempre superior ao aumento verificado nas mulheres (Figura 3.45).

Figura 3.45 Mudança na taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (p.p.), 2004-2014



Em síntese, a população prisional continua a ser esmagadoramente masculina, como já se tinha verificado na juventude. Em média, na UE 28, as mulheres demonstram ter mais consciência da prevalência de violência doméstica e de assédio sexual do que os homens. Por outro lado, verificou-se também que o suicídio é um fenómeno genderizado: os homens tendem a praticá-lo com maior frequência do que as mulheres, embora as taxas de suicídio aumentem em Portugal para ambos os sexos, e neste grupo etário, entre 2004 e 2014, numa tendência que foi inversa à registada no resto da UE 28.

3.5. Valores

Se na fase da infância e juventude nos interessou perceber genericamente qual a orientação dos valores de jovens homens e mulheres, tendo em conta que a *rush hour of life* é a fase da vida particularmente marcada pela necessidade de gestão simultânea de responsabilidades no trabalho e na família, torna-se importante identificar agora de forma mais específica quais os valores associados a estas dimensões da vida.

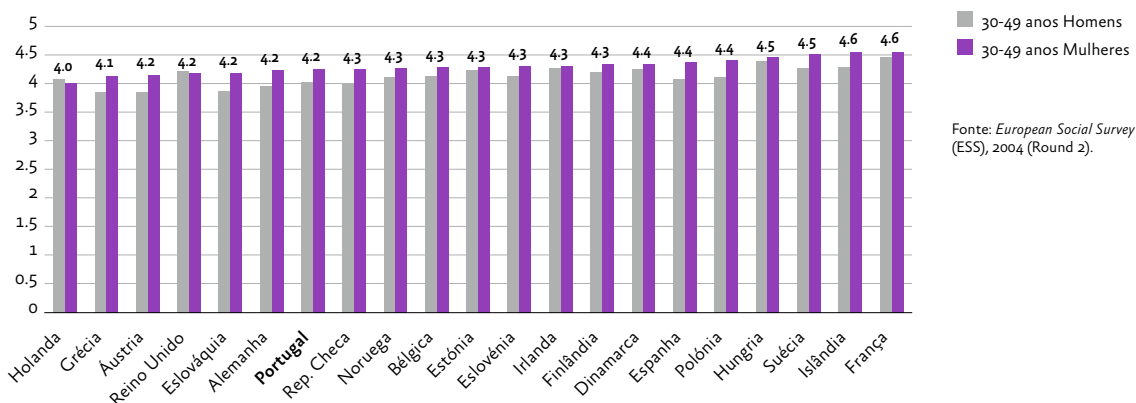
A análise que a seguir se apresenta é assim feita a partir do *European Social Survey* (2010) para as pessoas entre os 30 e os 49 anos, incidindo sobre dois indicadores em específico, que medem a total concordância ou discordância face às afirmações: “Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família” (Figura 5.2) e “Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres” (Figura 3.47).

De um modo geral pode-se afirmar que a família tem sido apontada como a principal prioridade na vida das mulheres e dos homens em toda a Europa,

chegando a concordância com esta ideia numa escala de zero a dez a valores médios superiores a nove (Torres *et al.*, 2006: 139).

Mas mais interessante é ainda verificar que, mulheres e homens nesta fase específica da vida (30-49 anos) atribuem o mesmo nível de concordância à expressão “os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos”, numa escala de zero a cinco atribuem valores médios no mínimo em torno de quatro (Figura 3.46). Torna-se, pois, comum a toda a Europa (incluindo Portugal e outros países do sul da Europa) uma perspetiva igualitária que defende iguais responsabilidades das mulheres e dos homens na esfera dos cuidados (Wall, Aboim e Cunha, 2010; Bergmann e Lechner, 2012; Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013; Wall *et al.*, 2016).

Figura 3.46 Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo (médias)



Apesar desta convergência entre homens e mulheres, importa notar que as mulheres tendem a expressar uma posição mais exigente relativamente ao aprofundamento da igualdade entre homens e mulheres na família e nas responsabilidades cuidadoras: em todos os países (exceto no Reino Unido) as mulheres apresentam valores médios de concordância mais elevados do que os homens, sendo que as mulheres ultrapassam o valor médio de concordância aproximando-se nalguns países de cinco (4,6), enquanto os homens se posicionam à volta de quatro.

Observa-se ainda assim o surgimento de uma visão não tradicionalista por parte de homens que reclamam a necessidade de maior envolvimento no dia a dia da família (Wall, Aboim e Cunha, 2010; Wall *et al.*, 2016).

Em contrapartida, como se viu na secção sobre a articulação trabalho-família, persiste a centralidade do papel da mulher e da mãe na família, traduzindo-se numa desigualdade nos tempos dedicados ao trabalho não

pago por homens e mulheres na maioria dos países da Europa, de forma mais acentuada nuns do que noutros.

Na maioria dos países, as mulheres e os homens não concordam nem discordam quando se pergunta se ‘uma mulher deve estar preparada para reduzir o seu trabalho pago para o bem da sua família’, assumindo pois uma posição ambígua. Só os países nórdicos e a Holanda rejeitam claramente esta ideia, aproximando-se da discordância com valores em torno de 2 numa escala de 1 a 5, em que 1 representa a discordância total. A Polónia, Chipre e Lituânia aproximam-se de uma posição de concordância, apresentando, contudo, valores que não chegam a quatro (Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013) (Figura 3.47).

Esta ambiguidade pode revelar que, em boa parte dos países europeus, as mulheres são percebidas de forma ambivalente: por um lado, como profissionais e, por outro, como cuidadoras naturais; vivendo assim sob a tensão contraditória de poderem e terem direito, tal como os homens, a participar na vida económica e no mercado de trabalho, mas também o dever de assegurar o bem-estar da família.

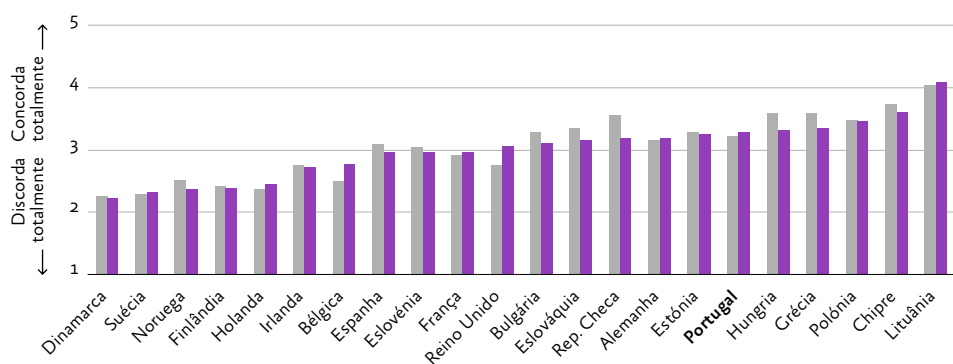
Por outro lado, nos países nórdicos onde as políticas de igualdade de género se encontram mais desenvolvidas, rejeita-se o sacrifício profissional das mulheres em função da família.

A centralidade atribuída às mulheres no domínio do trabalho não pago e das tarefas cuidadoras será parte integrante do ciclo vicioso que as penaliza desde a juventude: prejudica-as na integração no mercado de trabalho, servindo de justificação para a disparidade salarial.

Figura 3.47 Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo (média)

■ Homens
■ Mulheres

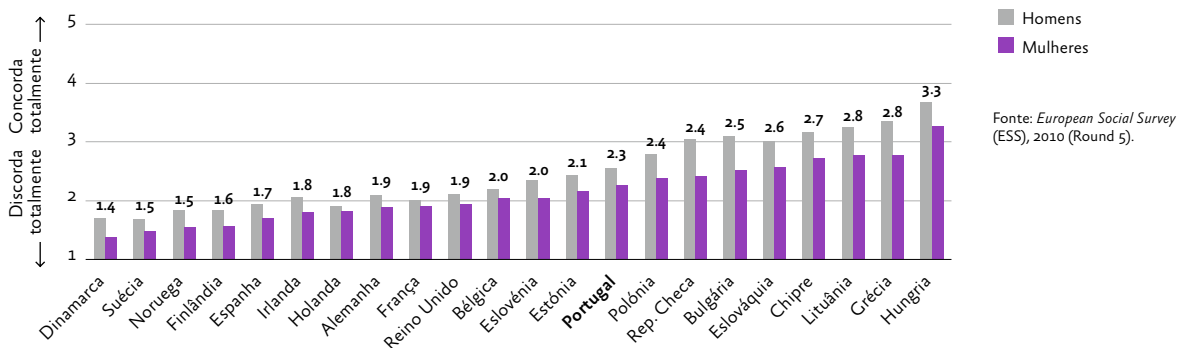
Fonte: *European Social Survey* (ESS), 2010 (Round 5).



A maioria dos europeus, mulheres e homens, rejeitam a ideia de que “quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres”, situando-se as mulheres na maioria dos países

próximo da discordância total (1) ou discordância (2), com valores médios que vão desde o 1,5 ao 2,5. Só alguns países de leste, Grécia e Chipre se aproximam do valor médio da escala (3, não concordo, nem discordo). Quanto aos homens, observa-se que em todos os países rejeitam sempre menos esta ideia do que as mulheres, contudo, não chegam ultrapassar o ponto médio da escala (Figura 3.48).

Figura 3.48 Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo (média)



Esta rejeição significa que, mesmo em situação de crise e desemprego, as mulheres devem ter igualdade de acesso ao mercado de trabalho. Novamente aqui, a rejeição desta ideia, ou seja, o alinhamento com posições mais igualitárias, é mais intensa entre os países nórdicos.

Portugal localiza-se entre os países que rejeitam esta afirmação: mulheres e homens assumem uma visão igualitária no acesso ao mercado de trabalho, rejeitando a ideia de que em cenário de falta de emprego os homens deveriam ter prioridade em ocupar os postos de trabalho disponíveis; e também aqui as mulheres assumem uma posição mais igualitária do que os homens.

Se a igualdade entre homens e mulheres relativamente ao trabalho pago parece ser um valor adquirido em Portugal e no resto da Europa, mesmo havendo uma grande concordância relativamente à necessidade de mulheres e homens terem iguais responsabilidades nas tarefas cuidadoras, a feminização das responsabilidades cuidadoras e domésticas persiste em Portugal e na maioria dos países europeus, como a literatura vem demonstrando (Torres *et al.*, 2013; Saraceno, 2000; Fahey e Spéder, 2004; Wall, 2005; Tobio, 2001; 2005; Crompton, 1999; 2006; Wall, Aboim e Cunha, 2010).

Vida familiar e igualdade de género

A análise dos dados do ISSP desenvolvida pela equipa do ICS no *research brief* “**Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014**” (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016) revela que o grupo etário **30-44 anos** assume as seguintes orientações:

- Amplo apoio ao **modelo de casal de duplo emprego** com ambos os elementos do casal a participar no mercado de trabalho.
- **Atitude favorável à participação masculina na vida familiar** em ambos os sexos, mas com 92% das mulheres, comparativamente a cerca de 70% dos homens, a invocarem significativamente mais a necessidade de maior contribuição masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados aos filhos.
- **Atitude desfavorável aos papeis tradicionais de parentalidade**: cerca de 60% dos homens e mais de 70% das mulheres concordam que o pai é tão capaz como a mãe de tomar conta de um bebé com menos de um ano.
- Os efeitos da parentalidade na vida profissional não são percebidos por homens e mulheres da mesma maneira, sendo que quase 60% das **mulheres** e menos de 40% dos homens **concordam que ter filhos/as limita a progressão na carreira profissional**.
- Ampla concordância entre homens e mulheres relativamente à introdução de **medidas pró-igualitárias no trabalho**, tais como garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres (cerca de 90%), extensão da licença parental obrigatória para o pai (cerca de 70%) e partilha da licença entre o pai e a mãe (em torno de 60%).
- Mais de 60% de **mulheres mostraram-se favoráveis à introdução de quotas** para garantir o acesso das mulheres a cargos de chefia e direção e de quotas para homens em profissões com sobre representação feminina, e apenas cerca de 40% dos homens favoráveis a essas medidas.
- **Maior aceitação das famílias monoparentais e de casais do mesmo sexo entre as mulheres** (à volta de 60%) do que entre os homens (à volta de 40%).

Em síntese, os dados revelam alguma ambivalência nos valores das e dos europeus face ao papel das mulheres na família e no trabalho, conceptualizando-as simultaneamente como profissionais e como cuidadoras naturais. Esta ambiguidade, mais forte nalguns países (como Portugal) do que noutros é suscetível de criar tensões contraditórias na vida das mulheres, penalizando-as.

3.6. Perfis e classes sociais de homens e mulheres na Europa

Para identificar perfis de países a partir das características dos homens e mulheres dos 30 aos 49 anos, situando Portugal no contexto europeu, tal como sucedeu para a juventude, procedeu-se a uma análise de *clusters*, desta vez com as variáveis: taxa de emprego, taxa de desemprego, salário médio/hora e a média de horas de trabalho semanal. De referir que, para desenvolver esta análise,

foram retirados alguns países, nomeadamente a Islândia, Chipre, Malta e Lituânia, por não haver dados para pelo menos um indicador.

3.6.1 Homens portugueses: os mais mal remunerados

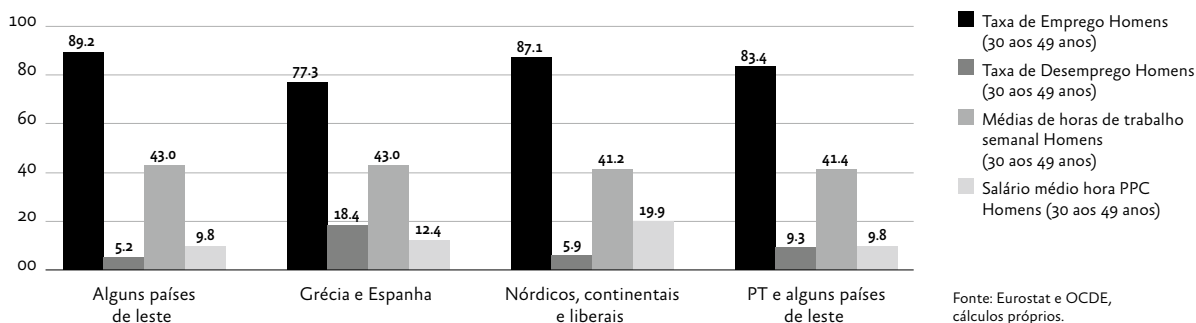
Através de uma análise hierárquica, com a construção do dendograma e dos coeficientes de aglomeração, foi possível definir quatro *clusters*. Após a definição do número de *clusters*, realizou-se um teste ANOVA para conhecer a significância das relações entre variáveis. A variável “média de horas de trabalho semanal” revelou-se não significativa, devido ao elevado número de horas trabalhadas pelos homens nos países europeus em análise, mas manteve-se na análise dada a sua importância e relevância para o posicionamento das mulheres portuguesas no contexto europeu. Com a realização dos *clusters* foi possível compreender o posicionamento dos países europeus no que diz respeito às variáveis significativas selecionadas.

Assim, no que diz respeito aos homens europeus dos 30 aos 49 anos de idade foram identificados quatro grupos de países:

- Um primeiro grupo constituído por alguns países de leste (República Checa, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Estónia);
- Um segundo grupo composto pela Grécia e Espanha;
- Um terceiro grupo envolvendo os países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), países liberais (Reino Unido e Irlanda), e países continentais (Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Áustria);
- Um quarto grupo integrando alguns países do sul (Itália e Portugal) e os restantes países de leste (Bulgária, Letónia, Lituânia e Eslováquia).

Através do cruzamento entre os *clusters* definidos e as variáveis em análise, foi possível observar as principais características de cada grupo de países (Figura 3.49).

Figura 3.49 Perfis de países (homens dos 30 aos 49 anos) (%)



Os homens entre os 30 e os 49 anos da Grécia e Espanha caracterizam-se pela menor taxa de emprego, maior taxa de desemprego, salário médio/hora intermédio e média de horas de trabalho superior, juntamente com alguns países de leste. Esses países de leste (República Checa, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Estónia) têm a taxa de emprego superior, a taxa de desemprego inferior, salário médio/hora mais baixo e uma média elevada de horas de trabalho.

Os homens dos restantes países de leste (Bulgária, Letónia e Eslováquia), Portugal e Itália definem-se por salários inferiores, taxa de emprego alta, taxa de desemprego relativamente alta e das menores médias de horas de trabalho. Os países escandinavos, continentais e liberais têm a segunda taxa de emprego mais elevada, a segunda taxa de desemprego mais baixa, os salários superiores e a menor média de horas de trabalho.

Quando se compara esta fase da vida com a juventude, percebe-se que, na generalidade, todos os grupos de países apresentam, agora, taxas de emprego muito superiores. No entanto, e contrariamente ao que acontecia no grupo etário anterior, os homens dos países do sul dos 30 aos 49 anos separam-se em dois grupos. Esta mudança de *clusters* deve-se à elevada taxa de desemprego masculina verificada na Grécia e em Espanha que origina um distanciamento relativamente aos restantes países do sul. Os homens portugueses encontram-se, na *rush hour of life*, no grupo de alguns países de leste (Bulgária, Letónia e Eslováquia) e Itália, grupo caracterizado por ser o mais mal remunerado.

3.6.2 Mulheres portuguesas: mais horas de trabalho, mas piores remunerações

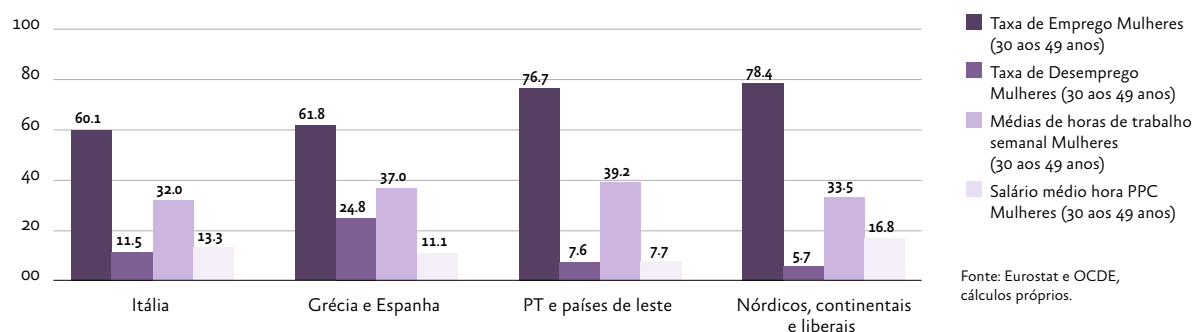
O posicionamento das mulheres portuguesas com idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos no contexto europeu relativamente às variáveis referidas foi determinado tendo em consideração igualmente a análise do dendograma e dos coeficientes de aglomeração, definindo-se também quatro *clusters*. No caso das mulheres europeias, ao contrário do sucedido com os *clusters* dos homens, as variáveis revelaram-se significativas, como é possível perceber através da análise da tabela ANOVA. As mulheres europeias encontram-se assim agrupadas em quatro grandes conjuntos de países.

- Um primeiro grupo constituído pela Itália;
- Um segundo grupo composto pela Grécia e por Espanha;
- Um terceiro grupo que integra Portugal e os países de leste (Bulgária, República Checa, Estónia, Letónia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia);

- E um quarto grupo constituído pelos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), continentais (Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Áustria) e liberais (Reino Unido e Irlanda).

Tal como já realizado para os homens, através da análise da relação entre os grupos de países e as variáveis selecionadas, foi possível compreender o que aproxima ou distancia as mulheres de alguns países das mulheres de outros (Figura 3.50).

Figura 3.50 Perfis de países (Mulheres dos 30 aos 49 anos) (%)



As mulheres da Grécia e de Espanha têm a segunda menor taxa de emprego da Europa, a maior taxa de desemprego, das médias superiores de horas de trabalho semanal e dos salários médios mais baixos.

As mulheres de Itália caracterizam-se pela menor taxa de emprego, uma das maiores taxas de desemprego, salários relativamente altos e a média de horas de trabalho inferior.

Portugal e os países de leste definem-se pela maior média de horas de trabalho e pela segunda maior taxa de emprego, os menores salários médios/hora tal como uma taxa de desemprego consideravelmente baixa.

Os países escandinavos, continentais, liberais e Chipre têm a maior taxa de emprego e os salários médios mais elevados, a menor taxa de desemprego e das menores médias de horas de trabalho.

Comparativamente com o posicionamento das mulheres jovens portuguesas no contexto europeu, as mulheres portuguesas dos 30 aos 49 anos continuam a integrar o grupo das mulheres dos países de leste. O que é explicado pela elevada participação feminina no mercado de trabalho, salários baixos e a média superior de horas de trabalho. Tal como verificado para os homens europeus, também nas mulheres europeias se constata um aumento considerável na taxa de emprego em relação ao que se havia destacado nas mulheres jovens.

3.6.3 Segregação de género no mercado de trabalho com efeito nas classes sociais

A partir dos dados do *European Working Conditions Survey*, EWCS, inquérito europeu que recolhe informação sobre a população ativa nos diversos países, procurou-se ainda perceber que relações se estabelecem entre género e classes sociais, em Portugal e nos países europeus. Para o efeito, como se descreve com maior detalhe no capítulo da juventude, recorreu-se à tipologia de classes de Costa, Almeida e Machado (2007) que operacionaliza um indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base na profissão de cada indivíduo e na respetiva situação na profissão. A referida tipologia identifica cinco categorias socioprofissionais, nomeadamente as/os dirigentes, empresárias/aos e profissionais liberais (EDL), as/os profissionais técnicas/os e de enquadramento (PTE), as/os trabalhadoras/es independentes (TI), as/os operárias/os (O) e as/os empregadas/os executantes (EE) (Costa, Machado e Almeida, 2007).

A análise realizada permitiu identificar algumas tendências centrais na distribuição por classes sociais de homens e de mulheres entre os 30 e os 49 anos (Figura 3.51).

Centrando inicialmente a atenção sobre as categorias com mais recursos verifica-se que, no grupo dos Empresárias/os, dirigentes e profissionais liberais (EDL), em todos os países, é maioritária a presença de homens relativamente às mulheres. Esta desigualdade está presente mesmo em países escandinavos, que integram a igualdade de género como um objetivo nas suas políticas de articulação da vida familiar e profissional (Lewis, 2009), destacando-se a Finlândia como o país com menor disparidade na categoria EDL (1,4 p.p.), a que pertencem, respetivamente, 12,9% de mulheres e 14,3% dos homens finlandeses.

Esta disparidade, que se verifica de maneira transversal na categoria EDL em todos os países analisados evidencia ainda que, apesar do maior sucesso educacional das mulheres, elas não ocupam de forma proporcional cargos de chefia nas organizações. Parece, portanto, que superados os impedimentos relativos à escolarização e qualificação, restam limitações de outra natureza, como os estereótipos de género e a divisão do trabalho não pago por exemplo, que são ainda obstáculos a serem superados no caminho da igualdade de oportunidades para mulheres e homens.

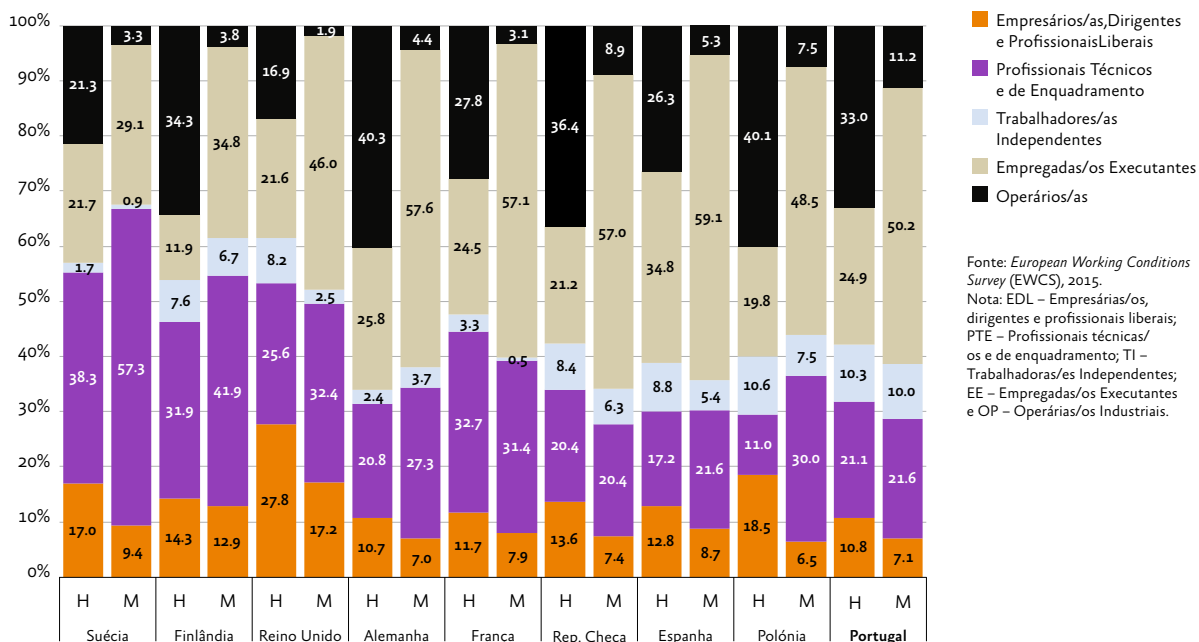
O Reino Unido destaca-se como o país em que se encontram mais mulheres (17,2%), e sobretudo mais homens (27,8%), representadas/os na EDL. Em oposição, Portugal e Alemanha apresentam as menores representações de homens (10,8% e 10,7%, respetivamente) nesta categoria. Já os menores números de mulheres inscritas nas EDL foram registados na Polónia (6,5%), Alemanha (7%) e Portugal (7,1%), enquanto a maior disparidade de género é

registada na Polónia (12 p.p.) e no Reino Unido (10,6 p.p.), com um valor médio de disparidade nos países selecionados de 5,9 p.p.

Em contrapartida, encontram-se mais mulheres do que homens na categoria Profissionais técnicos/as e de enquadramento (PTE) em quase todos os países selecionados. A exceção é a República Checa onde não se verifica disparidade entre homens e mulheres PTE, e França onde há mais homens do que mulheres nesta categoria, embora com uma disparidade inferior a 2 p.p.

Em Portugal, a disparidade de género nesta categoria é também muito pequena (0,5 p.p.). Na categoria PTE, encontram-se as posições profissionais “em que cada vez mais, a detenção de níveis elevados de educação formal é condição de acesso” (Costa *et al.*, 2000:26). Sendo assim, a presença maioritária de mulheres nessa categoria, em grande parte dos países selecionados, reflete os efeitos da maior escolarização feminina. Com efeito, percursos educacionais femininos mais longos configuram posições mais qualificadas para as mulheres no mercado de trabalho. Os países escandinavos destacam-se com o maior número de mulheres PTE que são, na Suécia 57,3%, e na Finlândia 41,9%, sendo a Suécia também o país, a par com a Polónia, com maior disparidade de género nesta categoria (19 p.p. Em ambos os países). Já na República Checa encontra-se o menor número de mulheres nas PTE (20,4%), seguida de perto por Portugal e Espanha (ambos com 21,6%).

Figura 3.51 Classes Sociais, por grupo etário dos 30 e os 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Analisando agora as categorias menos qualificadas, as mulheres encontram-se muito mais representadas na categoria das/os Empregadas/os Executantes (EE) do que na das/os Operárias/os (OP), em todos os países selecionados. Inversamente, na categoria das/os OP encontra-se maior número de homens do que de mulheres. Estes dados refletem a conhecida segregação de género no mercado de trabalho, já assinalada na fase da juventude, que é comum a todos os países, distribuindo de maneira diferente homens e mulheres por ocupações e sectores. Para esta análise é, no entanto, importante ter presente que tanto a categoria EE como a OP compreendem grande diversidade: da categoria EE fazem parte maioritariamente posições que envolvem, de um modo geral, a prestação de serviços podendo estes ser mais operacionais, como as limpezas, ou exigir qualificações técnicas básicas, como os serviços administrativos. Já na categoria OP incluem-se as posições que recorrem a trabalhos manuais, podendo envolver o uso de máquinas, como na produção fabril e industrial, ou processos considerados fisicamente exigentes como na construção civil (Costa *et al.*, 2000). Vale a pena salientar que a Alemanha é o país onde se encontram mais homens operários (40,3%), seguido da Polónia (40,1%). Já em Portugal esse valor apenas atinge os 33%. O país com menos homens operários é o Reino Unido (16,9%). No caso das mulheres empregadas executantes, a Espanha é o país com mais representação (59,1%), seguido da Alemanha (57,6%) e da França (57,1%). Em Portugal o número de mulheres nessa categoria também é significativo (50,2%). Os países com menos mulheres empregadas executantes são a Suécia (29,1%) e a Finlândia (34,8%).

Na categoria das/os Trabalhadoras/es independentes (TI) estão incluídos/as os/as profissionais que trabalham num regime autónomo ou por conta própria. Nesta categoria Portugal apresenta a maior percentagem de mulheres (10%) face aos países analisados e apresenta também a menor disparidade entre mulheres e homens. A posição dos homens em Portugal (10,3%) é muito próxima da dos homens polacos (10,6%). A questão que emerge é saber se, no caso português, esse resultado é impulsionado pela existência de falsos recibos verdes¹⁷ ou se serão esses e essas profissionais na sua maioria mão de obra qualificada a desempenhar funções técnicas. Esse resultado poderá ainda constituir um reflexo da crise económica que Portugal tem vindo a superar, mas de que ainda sente os efeitos. Também poderá traduzir a escolarização crescente da população portuguesa, permitindo a prestação de serviços técnicos associados a uma remuneração e realização profissional mais compensadoras.

Numa lógica de desenrolar do ciclo da vida, importa ainda considerar o que se altera e o que se mantém na fase *rush hour of life* comparativamente ao grupo etário mais jovem (15-29 anos). Verifica-se, assim, no grupo etário dos 30 aos 49 anos, um aumento na proporção de homens e de mulheres na

17. "(...) situações de falso trabalho independente ou de 'falsos recibos verdes'. As pessoas nesta situação vivenciam condições laborais bastante precárias nas quais lhes são suprimidos muitos direitos e benefícios: as entidades empregadoras não pagam a taxa de 23,7% da contribuição e podem «dispensar» os/as trabalhadores/as «independentes» quando querem" (Ferreira e Monteiro, 2015:53).

categoria EDL, em todos os países analisados. Em Portugal, por exemplo, os homens passam de 2,4% para 10,8% e as mulheres passam de 1,6% para 7,1%, o que poderá refletir a progressão na carreira associada ao tempo despendido no exercício da profissão.

Já na categoria PTE, no caso português, os homens do grupo etário dos 30 aos 49 anos, face ao dos 15 aos 29 anos, aumentam a participação em quase 6 p.p. (passando de quase 15% para 21%), e as mulheres registam uma diminuição de cerca de 3 p.p. (passando de 25% para quase 22%). Uma hipótese explicativa para estas diferenças prende-se com a maior escolarização das gerações mais jovens de mulheres em Portugal, podendo verificar-se o retorno desse investimento em educação nas posições mais qualificadas ocupadas pelas jovens no mercado de trabalho. Tal como em Portugal, também se observa uma diminuição da proporção de mulheres na PTE, no grupo etário 30-49 anos face ao grupo mais jovem, na República Checa (-11,5 p.p.), Alemanha (-4,5 p.p.) e França (-4,4 p.p.). Em oposição, a Suécia regista o maior aumento (19,1 p.p.), seguida do Reino Unido (7,6 p.p.), Finlândia (7,5 p.p.), Polónia (6,5 p.p.) e Espanha (0,4 p.p.).

Nas categorias de base (EE e OP) verifica-se uma diminuição da participação de mulheres e homens em todos os países analisados comparativamente com o grupo mais jovem, com exceção das mulheres na República Checa (que passam de 55% no grupo dos 15-29 anos para 66% no grupo dos 30-49 anos). Em Portugal, os homens apresentavam uma proporção expressiva no grupo etário mais jovem, em torno de 83%, passando para cerca de 58% no grupo etário dos 30 aos 49 anos. Também as mulheres em Portugal diminuem a participação nas categorias de base no grupo etário mais velho, embora de forma menos expressiva do que os homens, passando de 67% no grupo etário dos 15-29 anos para 61% no grupo etário dos 30-49 anos.

Quando se analisam os dados globais, isto é, para toda a população ativa, verifica-se que a tendência se mantém e continuam a ser os homens, mais do que as mulheres, a estar na categoria EDL. Verifica-se, mesmo, um pequeno aumento da disparidade de género na maior parte dos países, com exceção da Suécia, Polónia e Reino Unido. Na categoria PTE a tendência também se mantém e são elas, mais do que eles, a integrar essa categoria. No entanto, a disparidade diminui em todos os países, com exceção da República Checa, onde as mulheres passam a ser a maioria, e de França onde se regista um aumento da participação das mulheres, porém não o suficiente para se assinalar uma reconfiguração de género.

No total da população ativa, em Portugal, tanto homens (31,9%) como mulheres (28,7%) estão menos presentes nas categorias de topo do que de base. Os homens representam 57,9% e as mulheres 61,4% das EE e OP somadas.

Apenas a Suécia, Finlândia e Reino Unido apresentam para a população ativa total percentagens mais elevadas no conjunto das categorias EDL e PTE do que nas categorias EE e OP. No entanto, a Suécia e a Finlândia apresentam mais mulheres (respetivamente, 66,7% e 54,8) do que homens (respetivamente, 55,3% e 46,2%) nas categorias que, de maneira geral, conferem acesso a mais recursos. Será essa configuração encontrada nos países escandinavos um resultado das políticas que priorizam a igualdade de género? Se assim for, vemos que empreender iniciativas nesse sentido traz benefícios para a sociedade como um todo, pois o alcance profissional delas contribui substancialmente para o posicionamento desses países nas categorias com maior capacitação e recursos. Já o Reino Unido apresenta mais homens (53,4%) do que mulheres (49,6%) nas categorias de topo, com uma pequena disparidade (3,8 p.p.).

Em síntese, os homens portugueses estão no grupo dos mais mal remunerados e menos empregados da Europa, equiparando-se aos homens da Itália, e de alguns países do leste europeu como a Bulgária, a Letónia e a Eslováquia, ao passo que as mulheres portuguesas integram o grupo daquelas que trabalham mais horas e são mais mal remuneradas, aproximando-se das mulheres do conjunto de países do leste europeu. No que diz respeito à distribuição por classes sociais, verifica-se em Portugal uma segregação de género vertical e horizontal no mercado de trabalho que se reflete numa presença masculina maioritária na categoria de topo – Empresários/as, dirigentes e profissionais liberais – e na categoria dos Operários e uma supremacia feminina na categoria de Profissionais técnicos e de enquadramento, e na dos Empregados Executantes.

Notas conclusivas

Numa perspetiva de igualdade de género, conclui-se que, dos 30 aos 49 anos, o forte investimento de homens e mulheres na profissão e na família traz pressões e exigências de múltiplos sentidos tornando esta fase a *rush hour of life*.

Já se tinha concluído que, para o grupo etário entre os 15 e os 29 anos, apesar de mais escolarizadas ao entrar no mercado de trabalho, as mulheres encontravam-se em desvantagem em relação aos homens – mais desempregadas, com salários mais baixos e trabalhos mais precários – e já despendiam, em média, mais tempo do que eles com o trabalho não pago. Neste sentido, surge a interrogação inicial – *em que medida, na fase vida entre os 30 e os 49 anos, estas desvantagens se acentuam ou se atenuam?*

Em primeiro lugar, observa-se uma forte participação de homens e mulheres na população ativa na União Europeia a 28 países e uma subida da participação feminina no mercado de trabalho no arco temporal 2000-2015,

destacando-se Portugal por apresentar uma taxa de emprego feminino acima da média europeia. Verifica-se também nos últimos anos, na maioria dos países europeus, um aumento do número de mães trabalhadoras que atinge hoje os 70% para mães com filhos dependentes e 63,5% para mães com filhos menores de 6 anos na média da União Europeia a 27 países.

Em segundo lugar, nesta fase da vida, e ainda no plano do trabalho, permanecem as desvantagens para as mulheres: elas estão mais frequentemente em situação precária, mais representadas nos contratos não permanentes, têm salários mais baixos e, conseqüentemente, enfrentam maiores dificuldades de construção de uma carreira profissional e acesso mais limitado a benefícios sociais.

Que efeito tem a entrada na conjugalidade, e, sobretudo, o nascimento das filhas e dos filhos nas condições de vida e na Igualdade de Género, em Portugal e nos países europeus?

Esta idade da vida é marcada pela passagem à conjugalidade e parentalidade e essa situação traduz-se num aumento das responsabilidades familiares e do trabalho não pago para os homens e para as mulheres, mas com maior sobrecarga para elas. Por exemplo, as mulheres portuguesas passam 13 horas por semana a cuidar da família e 18 horas a cuidar da casa. Os homens dedicam apenas 8 horas semanais a cada uma destas atividades.

Sabendo que a *rush hour of life* se constitui, pelo menos parcialmente, em torno da conjugação e articulação das exigências e responsabilidades familiares e profissionais, tornou-se ainda fundamental saber *que modalidades de articulação entre trabalho e família são mais frequentes na Europa nesta fase da vida: o modelo do homem ganha-pão, o modelo do duplo emprego com tempo parcial ou modelo do duplo emprego a tempo inteiro? E que impacto têm as políticas públicas na igualdade de género?*

A grande maioria dos casais na União Europeia a 27 países segue o modelo dos dois membros do casal a trabalhar a tempo inteiro. O modelo do homem provedor assume uma forma mais expressiva apenas em quatro países: Grécia, Malta, Itália e Roménia.

Importa contudo sublinhar que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem constituído uma meta europeia com vista à sustentabilidade dos sistemas de segurança social e ao crescimento económico (Lewis, 2009). Neste contexto, poucos países, para além dos escandinavos, têm definido políticas que, no quadro da promoção da igualdade de género, vão para além do reforço da empregabilidade feminina e visam a compatibilização do trabalho profissional com responsabilidades familiares, seja através do aumento das taxas de cobertura dos equipamentos de apoio à primeira e segunda infância, seja através de licenças para incentivar a participação masculina nas tarefas

de cuidar. Assim, é também nestes países que se verifica uma distribuição mais equitativa, entre homens e mulheres, do tempo dedicado a cuidar da família.

E nesta idade da vida, como se posicionam homens e mulheres face ao crime, à violência e ao suicídio? Que efeito tem o género nas suas práticas e perceções?

No plano da violência, observa-se um forte efeito de género, nomeadamente no que diz respeito à autoria de crimes e à vitimização. A ideia de uma masculinidade adequada parcialmente constituída em torno de critérios de honorabilidade que reforçam a necessidade de os homens responderem às exigências culturais que os associam à força e à violência reflete-se na forte masculinização do crime e da população prisional – mais de 400.000 homens e menos de 50.000 mulheres na UE 28. Existe uma masculinização do crime e uma feminização marcada da vitimização da violência. Designadamente na violência doméstica, assédio sexual e assédio moral.

A assunção de comportamentos de risco, associada à masculinidade, expõe com mais frequência os homens na *rush hour of life* a acidentes e a acidentes rodoviários fatais. No mesmo sentido, dada a associação entre a masculinidade, a virilidade e a força, os homens registam também maiores taxas de suicídio não só pela sua resistência a procurar auxílio médico em situação de doença mental, mas também pelos métodos utilizados, mais mortais e agressivos.

Quais as diferenças entre mulheres e homens relativamente aos valores da família e do trabalho na rush hour of life? Deverão as mulheres sacrificar a profissão à família? Terão os homens prioridade sobre as mulheres quando há mais desemprego? Como se posicionam face a estas questões homens e mulheres em Portugal e na Europa?

Na União Europeia, a família é apontada por homens e por mulheres como a principal prioridade da vida. Homens e mulheres também se aproximam na interpretação de que os homens devem ter responsabilidades iguais às mulheres nos cuidados às crianças e na vida doméstica.

A maioria da população europeia considera que, mesmo em situação de crise e desemprego, as mulheres devem ter igualdade de acesso ao mercado de trabalho. Apenas em alguns países se julga que as mulheres devem sacrificar a sua profissão ao bem-estar da família.

Será possível identificar perfis de países, e de mulheres e homens, considerando um conjunto de indicadores que refletem, de forma genérica, as suas condições de vida? E como se situa Portugal nesse espaço europeu? Como se distribuem por classes sociais nos diferentes países?

Os homens e as mulheres portuguesas estão mais próximas de homens e mulheres de alguns países de leste do que dos seus pares da Europa do sul ou dos homens e mulheres de países nórdicos e do centro europeu, embora por diferentes motivos: os homens por serem dos mais mal remunerados e

dos menos empregados da Europa, as mulheres por serem das que trabalham mais horas e receberem mais baixos salários.

Observa-se, em Portugal e na UE, uma segregação de género vertical e horizontal no mercado de trabalho que se reflete numa repartição desigual por classes sociais. Assim, verifica-se uma presença masculina maioritária na categoria de topo – Empresários/as, dirigentes e profissionais liberais – e na categoria dos Operários e uma supremacia feminina na categoria de Profissionais técnicos e de enquadramento, e na dos Empregados Executantes.

Capítulo 4

Género e fase tardia da vida ativa

Introdução

As desigualdades de género na fase tardia da vida ativa permanecem relacionadas com alguns dos desafios que já se colocavam na idade anterior, nomeadamente no que concerne aos usos do tempo e à repartição do trabalho pago e não pago, à progressão na carreira e às diferenças salariais, aos níveis de bem-estar e à satisfação com a vida.

Se por um lado se poderia esperar, pelo menos em certas classes sociais, que uma vez superados os obstáculos sentidos na *rush hour of life* as mulheres estivessem mais disponíveis para reinvestir nos seus projetos profissionais, investigação internacional recente salienta a continuidade do papel de cuidadoras que as mulheres tendem a ocupar, mesmo nesta fase mais avançada da vida ativa, cuidando frequentemente e em simultâneo de pais e mães idosos/as, filhos e filhas em situação precária no plano profissional e netos/as (Meyer, 2014).

Por outro lado, sabe-se que os níveis de saúde e bem-estar de homens e mulheres diferem ao longo da vida e com efeitos cumulativos nesta fase tardia. Tradicionalmente os homens tendem a inserir-se profissionalmente em sectores de atividade que comportam maiores riscos de acidente e tendem também a adotar mais comportamentos de risco (como fumar, consumir bebidas alcoólicas, ou praticar desportos de alto risco) e nesta perspetiva os problemas de saúde dos homens podem ser encarados como ‘custos da masculinidade’ (Scambor *et al.*, 2014). As mulheres, por seu turno, tendem a reportar níveis de saúde mental e física mais baixos do que os homens, mas tal parece dever-se à presença mais frequente entre elas de problemas músculo-esqueléticos e de saúde mental. Isto apesar dos níveis de suicídio serem mais elevados para os homens do que para as mulheres, e a esperança de vida mais reduzida para eles do que para elas.

A fase tardia da vida ativa muitas vezes compreende o período em que os/as filhos/as saem de casa, de modo que frequentemente encontramos para esta

idade da vida a denominação de fase pós-parental ou do “ninho vazio”. As famílias encontram novos desafios nesta idade em que o processo de crescimento e educação dos/as filhos/as perde a centralidade. A fase pós-parental diverge, contudo, entre homens e mulheres, podendo, a fase do “ninho vazio” ser percebida de maneira mais acentuada para as mães nos casos em que estas abdicaram da atividade profissional para educar os filhos e as filhas, podendo precipitar sintomas de depressão e uma crise de identidade (Pinquart/Silbereisen 2007 *apud* Wawrzyniak, 2015: 32).

Assim, a persistência de modelos culturais conservadores de gênero na família têm implicações negativas não somente em termos de carreira e recursos, como também no bem-estar ao longo do curso da vida (Anxo *et al.*, 2007). Deste modo, a realização de uma atividade profissional remunerada pode revelar-se de grande importância na vida das mulheres passando a constituir “um meio fundamental de acesso a uma fonte de rendimento (que) contribui frequentemente para o reforço da autoestima, para o sentimento de realização pessoal e de autonomia individual, tanto do ponto de vista material como simbólico” (Pereirinha *et al.*, 2008: 55). Em contrapartida, no caso dos pais homens, aqueles que dedicaram muito tempo ao trabalho pago podem demonstrar arrependimento por não ter acompanhado o crescimento das filhas e filhos mais de perto (Wawrzyniak, 2015).

A perspectiva das idades da vida utilizada no presente livro torna as diferenças de gênero ainda mais visíveis, principalmente se forem consideradas as condições de vida e os rendimentos de homens e mulheres. Ter filhos/as tende a ter um efeito negativo sobre o rendimento futuro das mães, devido a uma possível redução das horas de trabalho e consequente redução dos salários. Os efeitos dessa redução podem permanecer por muito tempo, ou mesmo não desaparecer, devido à diminuição do capital humano, à interrupção da carreira ou à perda de competências (Klammer *et al.*, 2008). Assim sendo, verificam-se maiores diferenças salariais em grupos de idades mais avançadas (Scambor *et al.*, 2014). De acordo com Klammer *et al.*, (2008), os efeitos cumulativos das interrupções na carreira, da redução do tempo de trabalho e os baixos salários podem ser ilustrados através do exemplo alemão: “Embora a diferença salarial entre homens e mulheres seja de cerca de 25% com base em dados transversais (), as mulheres nascidas no período de 1936-1955 apresentam uma diferença de rendimento de cerca de 42% em comparação com os seus pares do sexo masculino” (Klammer e Tillmann, 2002 *apud* Klammer *et al.*, 2008:25). Neste sentido, torna-se relevante considerar os riscos de pobreza na fase tardia da vida ativa, principalmente o risco de pobreza no feminino (Pereirinha *et al.*, 2008).

No que toca à participação no mercado de trabalho, nesta fase tardia da vida ativa, tanto mulheres como homens parecem reduzir a sua atividade

(Anxo *et al.*, 2007). Entre as razões a considerar figuram as situações de pré-reforma mas também as situações de desemprego que nos remetem para a idade enquanto fator de discriminação no mercado de trabalho, “num contexto social que enleva as características socialmente associadas à juventude (vitalidade, energia, força, produtividade, atividade) e penaliza os atributos socialmente atribuídos aos trabalhadores mais idosos” (Pereirinha, 2008:52). Sendo certo que o desemprego nesta fase da vida pode colocar em risco de pobreza e exclusão tanto mulheres como homens, colocam-se então relevantes questões sobre as medidas de apoio necessárias nesta fase tardia da vida ativa.

Embora a fase tardia possa constituir-se como um período em que a exigência de tarefas domésticas e de cuidado se torna mais reduzida (pelas razões já referidas), é possível ainda que nesta faixa etária homens e sobretudo mulheres experienciem uma quantidade substancial de trabalho não remunerado na ajuda a filhos e filhas, especialmente no contexto do sul da Europa e dos países da Europa de leste, onde as redes familiares são importantes para o bem-estar económico e a segurança das famílias (Torres *et al.*, 2007). Uma vez que tradicionalmente são as mulheres que assumem as responsabilidades do cuidado, são elas também, mais uma vez, que são prioritariamente requisitadas para realizarem trabalho nos agregados que não possuem meios para contratar serviços de apoio (Pereirinha *et al.*, 2008). Essa situação pode traduzir-se na diminuição do tempo livre disponível para atividades pessoais e de lazer, e também de trabalho pago, nesta fase tardia da vida ativa.

Assim, de uma maneira geral, as mulheres apresentam menos tempo livre – ou seja, tempo que não é despendido nem em trabalho pago, nem em tarefas domésticas ou de cuidado – do que os homens, e esta disparidade evidencia-se desde a juventude (Perista *et al.*, 2016). Sendo geralmente a mulher a primeira a renunciar ao seu tempo pessoal e de lazer para realizar tarefas domésticas e de cuidado, como já mencionado, aos homens torna-se possível despende grande parte do tempo em que não exercem trabalho remunerado, em atividades de carácter pessoal e de convívio (Pereirinha 2008; Perista *et al.*, 2016). Estas diferenças de género nos usos do tempo parecem permanecer inalteradas nesta fase tardia da vida ativa.

Apesar da transversalidade do papel das mulheres no cuidar poder acentuar-se ainda na fase tardia, não se pode esquecer que os níveis de educação ou a classe social têm efeitos diferenciadores. As mulheres com elevados níveis de ensino têm maior probabilidade de estarem empregadas, mesmo em países com baixa taxa de emprego global nesta fase da vida ativa. E a existência de maiores recursos financeiros permite também a externalização de algum trabalho não pago permitindo assim manter a vida profissional. No entanto, mesmo nestas condições, a expectativa social é, em muitos países, a de que

sejam sempre as mulheres a gerir as dimensões privadas da vida, mantendo-se, pois, perspetivas não igualitárias a este respeito.

Importa agora ver com mais detalhe, como mulheres e homens vivem a fase tardia da vida ativa, no mercado de trabalho, na família, na articulação trabalho-família, quanto aos aspetos da violência, da saúde e das causas de morte, no plano dos valores, nas diferentes classes sociais e nos diferentes países europeus.

4.1 Género e mercado de trabalho

No capítulo dedicado ao grupo etário dos 30 aos 49 anos verificou-se que as mulheres acumulavam desvantagens no mercado de trabalho, com mais contratos não permanentes, salários mais baixos, e consequentes dificuldades de construção de uma carreira profissional e contributiva, apesar de despendermos em média quase o mesmo número de horas do que os homens em trabalho pago. Passando agora à análise da fase tardia da vida ativa, situada entre os 50 e os 64 anos, procura-se identificar se tais desvantagens se atenuam ou acentuam.

4.1.1 Mais homens do que mulheres integrados no mercado de trabalho

Tal como verificado nas outras idades da vida, encontram-se nesta fase mais homens integrados no mercado de trabalho do que mulheres: a população ativa é superior entre os homens, quer em Portugal, quer na generalidade dos países europeus (com exceção na Estónia e Finlândia) (Figura 4.1).

Quando comparada esta fase da vida com a *rush hour of life* assiste-se, quer em Portugal, quer na Europa, a uma diminuição significativa da população ativa neste grupo etário, quebra que na média da UE a 27 países atinge cerca de 20 pontos percentuais, tanto entre as mulheres como entre os homens.

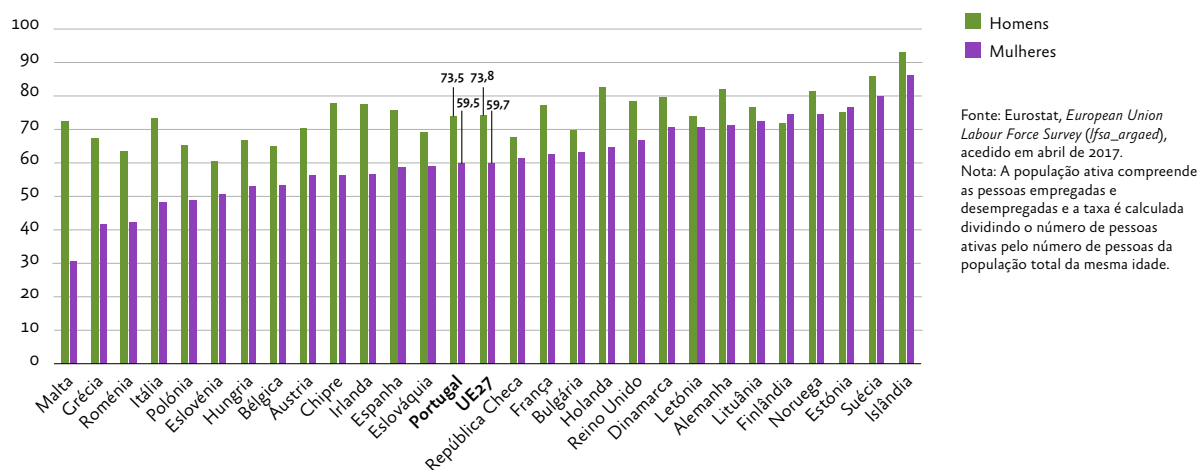
Ainda em relação a Portugal, no caso dos homens regista-se igualmente uma diminuição de cerca de 20 pontos percentuais, passando de 93,8% na *rush hour of life* para 73,5% na fase tardia da vida ativa. No caso das mulheres a diminuição registada é ainda mais acentuada, na ordem dos 29 pontos percentuais, tendo passado de uma proporção de 88,3% para apenas 59,7%.

Em Portugal, devemos ainda referir que é nesta fase da vida que se regista a maior diferença entre homens e as mulheres ativas – mais do que na juventude e mais do que na *rush hour of life*. Tendo em consideração estes dados, podemos dizer que a taxa de participação e atividade feminina historicamente elevada em Portugal (Torres, 2004; Casaca, 2012; Ferreira, 2014) não se verifica em todas as idades da vida com a mesma intensidade. Ela é sobretudo mais evidente na *rush hour of life*. Na fase tardia da vida ativa, a taxa de atividade das

mulheres revela-se mais baixa do que a da média da UE a 27 países e afasta-se dos níveis registados pelos países nórdicos.

Este dado indicia que embora as mulheres em Portugal participem ativamente no mercado de trabalho e na atividade económica (assumem a esfera produtiva como uma parte importante das suas vidas), retiram-se mais cedo do mercado de trabalho do que as mulheres noutros países europeus (com os quais as portuguesas partilharam taxas de atividade semelhantes noutras fases da vida). Pode, pois, colocar-se a questão: será este fenómeno geracional/histórico, sendo expectável que a atual geração de mulheres e homens que se encontram na *rush hour of life* ou na juventude (vivendo num contexto histórico, político e institucional marcado por profundas transformações na regulação e regulamentação do trabalho) venham a estar integradas/os no mercado de trabalho até mais tarde, determinando uma subida destes valores dentro de alguns anos?

Figura 4.1 População ativa, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)



4.1.2 Menores taxas de emprego para homens e mulheres

Olhando de forma global para os dados relativos ao emprego, importa destacar duas notas. Em primeira instância, a fase tardia da vida ativa, quando comparada com a *rush hour of life* caracteriza-se por uma forte quebra da taxa de emprego das mulheres e homens de forma transversal em toda a Europa. A média da taxa de emprego na União Europeia a 27 países desce de 85,8% para 68,3% no caso dos homens e de 73,4% para 55,8% no caso das mulheres (Figura 4.2); ou seja, cai cerca de 17,5 pontos percentuais em ambos os casos.

Em segundo lugar e apesar da forte quebra do emprego, nesta idade da vida persiste o padrão europeu de maior empregabilidade dos homens: com

a exceção da Finlândia e Estónia, a taxa de emprego dos homens é sempre superior à das mulheres, em todos os países europeus analisados.

A retirada das mulheres e homens do mercado de trabalho – verificada através da simultânea diminuição da população ativa e da quebra do emprego das pessoas nesta fase da vida – reveste-se de consequências importantes que se observam de forma transversal a toda a Europa.

Primeiro, no plano económico, esta retirada implica a perda de força de trabalho, com consequências quer ao nível do crescimento económico, quer do esforço adicional para os sistemas de pensões e de segurança social (Esping-Andersen, 1990; Bould e Casaca, 2012). Num contexto de acentuado envelhecimento demográfico e para fazer face a estes novos riscos sociais (Taylor-Gooby, 2004), no plano institucional as políticas europeias – e em muitos países – parecem ser fundamentalmente orientadas por objetivos instrumentais e financeiros em torno da redução da despesa com pensões de reforma (Taylor, 2006; Bould) traduzindo-se na ativação do trabalho, também na fase tardia da vida ativa (Bould e Casaca, 2012; Casaca e Bould, 2012).

No plano das relações sociais de género, e porque as políticas de ativação de emprego tendem a ser cegas ao género, percebe-se assim a emergência de um contexto marcado pela tensão, que se identifica em dois aspetos. Por um lado, é dada nova centralidade ao emprego feminino, pela sua importância social e económica, significando o aumento da força de trabalho, potenciando o crescimento económico e diminuindo os custos com pensões de reforma e com o sistema de segurança social (Bould e Casaca, 2012; Casaca e Bould, 2012). Neste sentido, as tentativas de reter mulheres e homens no mercado de trabalho têm-se focado, em grande medida, no aumento da idade da reforma e, sobretudo, da idade da reforma das mulheres. Em muitos países europeus, incluindo Portugal, que nos últimos anos tem vindo a adotar políticas de forte penalização à reforma antecipada e de recálculo das pensões induzindo a mais anos de trabalho, a idade da reforma das mulheres tem vindo a aumentar e a aproximar-se da dos homens. Desta forma, as políticas de ativação do trabalho entre as pessoas mais velhas e a sua retenção no mercado de trabalho tendem a afetar mais as mulheres do que os homens (Bould e Casaca, 2012).

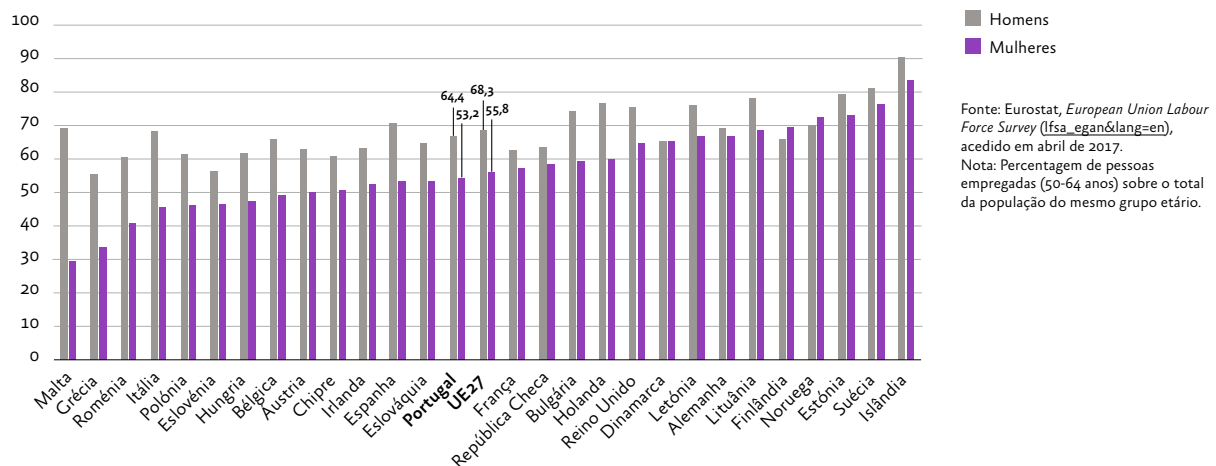
Por outro lado, e ao mesmo tempo, a idade e o género constituem um duplo risco, porque articulam, sobrepõem ou somam duas formas de subordinação: ser mulher e estar na fase tardia da vida ativa. Será a combinação do sexismo com o idadismo (Bould e Casaca, 2012).

Neste cenário de duplo risco, nesta fase da vida, a atividade cuidadora das mulheres é muitas vezes ocultada ou desvalorizada (Calasanti, 2003; Durán, 2007; Bould e Casaca, 2012) porque é demasiadas vezes percebida como um ato ou dever natural. Pelo que, em contextos em que se verifica fraca cobertura

de serviços de cuidados com as crianças ou com adultos dependentes e onde predominam ideologias de género que persistem em feminizar este tipo de tarefas, – reproduzindo a ideia das mulheres como cuidadoras naturais – o emprego das mulheres deste grupo etário pode ser afetado pela atribuição destas responsabilidades de forma automática e naturalizada (Bould e Casaca, 2012).

Deste modo, tendo em consideração a forma como se intersecta trabalho, idade e género, não será de estranhar que se observem importantes diferenças entre os países europeus.

Figura 4.2 Taxa de emprego, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Nos países nórdicos – onde, por um lado, existem políticas de família e de género que fazem do Estado o responsável final pela prestação de cuidados e, por outro, se verifica uma longa tradição de políticas de igualdade de género que apoiam a integração das mulheres no mercado de trabalho e modelos familiares assentes na dupla carreira profissional (Crompton, 2006) – não só a taxa de emprego das mulheres é elevada na juventude e na *rush hour of life*, como também o emprego das mulheres é mais elevado na fase tardia da vida ativa (Figura 4.2 e 4.3). Entre os 50 e os 64 anos, verifica-se que o emprego das mulheres atinge os 83% na Islândia, 76% na Suécia (representando ainda uma mudança de 5,6 pontos percentuais entre 2000 e 2015), 72,8% na Noruega (o que representa uma mudança de 5,5 pontos percentuais entre 2000 e 2015), 69% na Finlândia (onde se regista a mais forte mudança entre 2000 e 2015, cerca de 11 pontos percentuais); e 66,5% na Dinamarca (onde se observa uma mudança de 6,4 pontos percentuais entre 2000 e 2015).

Já os países do sul da Europa (Itália, Grécia e Espanha), frequentemente associados a uma ideologia de género tradicional e desigualitária fortemente enraizada e/ou a modelos familistas de cuidar (Trifiletti, 1999; Addabbo,

2006; Addis, 2006; Crompton, 2006), ou que historicamente tiveram idades de reforma mais jovens para as mulheres do que para os homens, apresentam das mais baixas taxas de emprego das mulheres na fase tardia da vida (Bould e Casaca, 2012).

Assim, apesar do aumento do emprego feminino na fase tardia da vida ativa registado entre 2000 e 2015, assumindo particular evidência nos casos de Itália (22,2 pontos percentuais) e de Espanha (21,5 pontos percentuais) e permanecendo mais tímido no caso da Grécia (3,3 pontos percentuais), observa-se que nestes países do sul da Europa mais de metade das mulheres entre os 50 e os 64 anos não está a trabalhar; e que as taxas de emprego feminino estão ainda muito abaixo da média europeia a 27 países. Na Grécia o emprego feminino nesta fase da vida é de apenas 33,4%, em Espanha é de 47,2% e em Itália de 45,3%, sendo na média da UE de 55,8% (Figura 4.3).

Olhando ainda para estes países, percebe-se que é também entre eles que se registam das mais elevadas disparidades do emprego entre mulheres e homens na fase tardia da vida ativa. Em Espanha essa diferença situa-se nos 14,2 pontos percentuais, na Grécia a disparidade aumenta para 21,8 pontos percentuais e Itália persiste como o país do sul da Europa com a maior disparidade, situando-se nos 22,6 pontos percentuais. Em Espanha, a diminuição da disparidade está relacionada com o duplo movimento de aumento de emprego das mulheres e com a diminuição do emprego dos homens; na Grécia a aproximação das taxas de emprego das mulheres e dos homens nesta idade da vida estará mais relacionada com a forte queda do emprego dos homens (11,1 pontos percentuais entre 2000 e 2015); finalmente, no caso de Itália, o forte aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não resolve a forte disparidade, porque também se verifica um aumento importante do emprego dos homens entre os 50 e os 64 anos (13,5 pontos percentuais) (Figura 4.3).

Sendo Portugal um país do sul da Europa e partilhando algumas características do estado providência deste grupo de países (nomeadamente, o seu subdesenvolvimento e subfinanciamento), a verdade é que olhando para os indicadores relativos ao trabalho, bem como para outros que traduzem a centralidade da igualdade de género, a realidade portuguesa apresenta algumas dissemelhanças (Torres *et al*, 2013). Já em idades anteriores da vida se sublinhou que as mulheres portuguesas têm uma longa tradição de participação no mercado de trabalho, o que as coloca mais próximas das mulheres dos países nórdicos do que dos países do sul da Europa no que diz respeito às taxas de atividade e de emprego. Também na idade tardia da vida ativa esta especificidade portuguesa se verifica, embora já não de forma tão expressiva: sendo certo que mais de metade das mulheres portuguesas (53,2%) se encontra ainda a trabalhar (taxa superior à das mulheres gregas, italianas e espanholas), a verdade é que

esta taxa é ligeiramente mais baixa do que a média europeia (que é de 55,8%) e distancia-se da observada nos países nórdicos (sempre acima dos 60%).

É ainda de registar que a taxa de emprego das mulheres e homens em Portugal diminui cerca de 20 pontos percentuais quando comparada com a taxa de emprego das pessoas na *rush hour of life*. No caso dos homens, a taxa de emprego diminui de 84,4% na *rush hour of life* para 64,4% na fase tardia da vida ativa. Por seu turno, a taxa de emprego das mulheres em Portugal passa de 78,5% na *rush hour of life* para apenas 53,2% na fase tardia.

Esta diminuição do emprego não significa, no entanto, o aumento do desemprego; pelo contrário, parece estar associada à quebra da participação na vida económica (diminuição da população ativa). Ou seja, a perda de emprego nesta fase da vida significa a saída de mulheres e homens portuguesas/es do mercado de trabalho.

Ainda assim, uma análise da mudança verificada no arco temporal 2000-2015, no indicador do emprego, sugere que esta tendência poderá estar a atenuar-se. Com efeito, Portugal parece seguir o padrão de crescimento do emprego feminino nesta fase da vida, apesar de os valores registados (na ordem dos 5 pontos percentuais) serem bastante mais baixos do que noutros países ou na média da UE a 27 países. Portugal faz também parte de um conjunto restrito de países (Espanha, Chipre, Grécia, Islândia, Irlanda) em que a taxa de empregabilidade dos homens, nesta fase da vida, regista uma diminuição para o período compreendido entre 2000 e 2015. Neste conjunto de países a Grécia é aquele onde se verifica a mais forte diminuição do emprego dos homens entre os 50 e os 64 anos de idade. Em Portugal, entre 2000 e 2015, regista-se um crescimento negativo do emprego dos homens na ordem dos 6 pontos percentuais.

A diminuição do emprego dos homens nesta fase da vida, que se regista neste conjunto de países, não será estranha ao cenário de crise económica e financeira que todos eles atravessaram, bem como à implementação de políticas de austeridade, que numa fase inicial afetaram sobretudo o emprego masculino (Adaabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014; Karemissini, 2014).

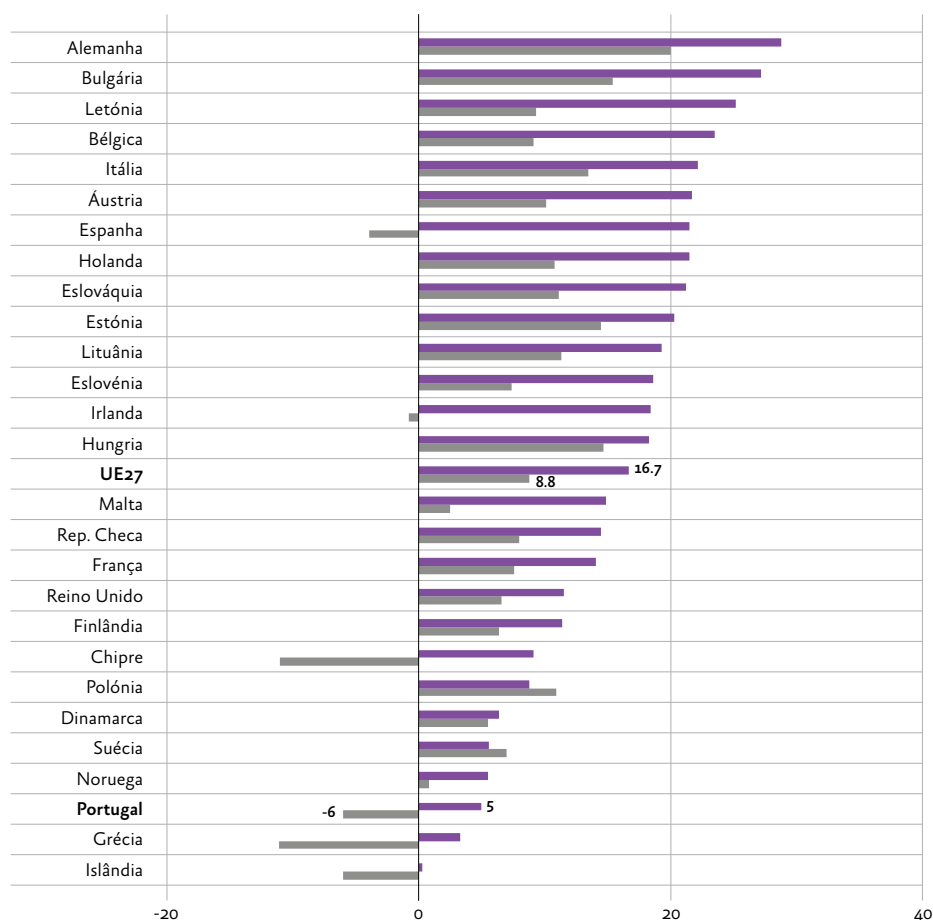
Já o aumento do emprego, embora também presente nos homens é, sobretudo, visível no caso das mulheres. Verifica-se que, nesta fase da vida, a taxa de emprego das mulheres tem crescido de forma significativa. Na UE a 27 países, entre 2000 e 2015, o emprego das mulheres aumentou 16,7 pontos percentuais e o dos homens apenas 8,8 pontos percentuais. Na Alemanha, Bulgária, Letónia, Bélgica, Itália, Áustria, Espanha, Holanda e Eslováquia, a taxa de emprego das mulheres evoluiu de forma muito expressiva entre 2000 e 2015: nestes países (entre 2000 e 2015) o emprego das mulheres entre os 50 e os 64 anos cresceu mais de 20 pontos percentuais.

Figura 4.3 Mudança da taxa de emprego, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2000-2015 (%)

■ Mudança Mulheres
■ Mudança Homens

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_egan@lang=en)*,
acedido em abril de 2017.

Nota: Percentagem de pessoas
empregadas (50-64 anos) sobre o total
da população do mesmo grupo etário.

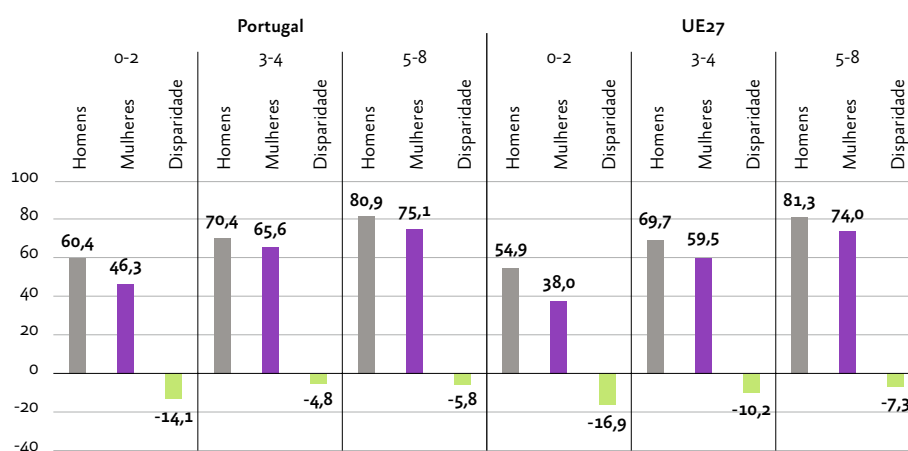


4.1.3 Maior empregabilidade das mulheres e dos homens mais escolarizados

Tal como é identificado por outros autores e autoras (Bould e Casaca, 2012; Araújo, 2010), numa primeira análise percebe-se que em Portugal e na Europa, à medida que o nível de escolaridade aumenta, aumenta também a taxa de emprego de mulheres e homens. As mulheres com níveis de escolaridade mais elevados, nomeadamente escolaridade terciária (ensino superior), são as que apresentam maior proporção de mulheres empregadas em Portugal (75,1%) bem como na média da UE a 27 países (74%) (Figura 4.4). Nas mulheres portuguesas da fase tardia da vida ativa com o ensino secundário, a taxa já desce para 65,6% e a queda é ainda mais acentuada entre as mulheres apenas com o ensino básico, cuja taxa de emprego se situa nos 46%. Este resultado indicia que, em Portugal (e na UE), na fase tardia da vida ativa são as mulheres mais escolarizadas (e não as menos escolarizadas) que tendem a manter-se no mercado de trabalho.

Tal como observado na *rush hour of life*, a escolaridade assume-se como fator promotor do emprego das mulheres em Portugal e na Europa. Se em Portugal e na Europa a taxa de emprego é sempre mais elevada para os homens do que para as mulheres, independentemente do nível de escolaridade concluído, também se verifica que a disparidade entre os dois grupos tende a diminuir à medida que aumenta a escolaridade (embora não de forma linear em Portugal, onde a disparidade é mais pequena no nível intermédio – ISCED 3-4, com uma disparidade de – 4,8 pontos percentuais – do que no ISCED 5-8, em que se situa nos – 5,8 pontos percentuais).

Figura 4.4 Taxa de emprego por nível de escolaridade, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_ergaod)*, acedido em abril de 2017.

4.1.4 O desemprego afeta mais os homens do que as mulheres

Tendo como referência os dados de 2015 e centrando o olhar no plano europeu, entre os países que registam as taxas de desemprego mais elevadas na Europa (tanto no caso dos homens como no das mulheres) estão aqueles que foram mais diretamente afetados pela crise económica e financeira e/ou por resgates financeiros e políticas de ajustamento com medidas de austeridade (Portugal, Grécia, Espanha e Chipre) (Figura 4.5).

Tal como na maioria dos países europeus, em Portugal a taxa de desemprego é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres. Em Portugal, a taxa de desemprego dos homens entre os 50 e os 64 anos é de 12,5% e a das mulheres é de 10,5%. Estes valores colocam Portugal acima dos valores registados para a média da UE a 27 países: na UE a 27 países a taxa de desemprego é de 7,4% para os homens e de 6,6% no caso das mulheres.

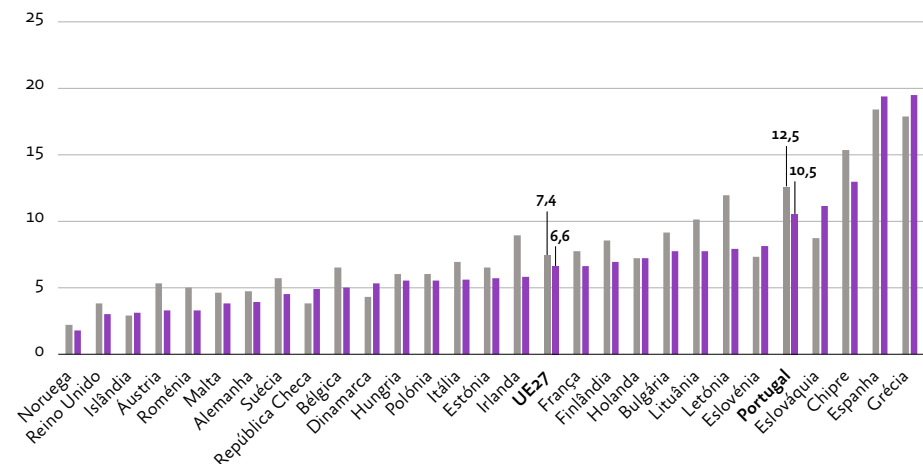
No caso de Portugal e para as pessoas na fase tardia da vida ativa verifica-se que, não só o desemprego afeta mais os homens do que as mulheres, como

os homens nesta fase da vida registam uma taxa de desemprego mais elevada (12,5%) do que os homens na *rush hour of life* (10%). No sentido inverso, a taxa de desemprego das mulheres na fase tardia da vida é ligeiramente mais baixa (10,5%) do que a registada na *rush hour of life* (11,1%).

Figura 4.5 Taxa de desemprego, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

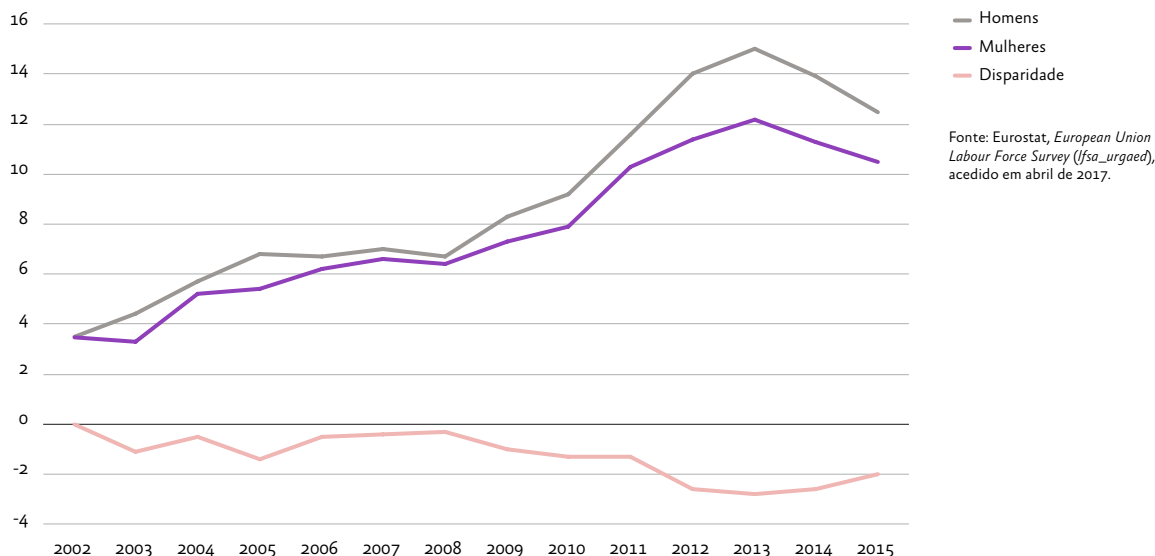
Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_urgaed)*, acedido em abril de 2017.
Nota: A taxa de desemprego representa as pessoas desempregadas como percentagem da população ativa. Dados sobre mulheres indisponíveis para a Lituânia e Malta e dados sobre homens e mulheres indisponíveis para a Islândia.



Quando se considera o arco temporal 2002-2015, tal como se tem vindo a registar para as outras idades da vida analisadas, verifica-se um efeito da crise económica e financeira no desemprego das pessoas que se situam nesta fase da vida. Este efeito traduz-se numa tendência para o aumento do desemprego, quer de homens, quer de mulheres, que passa de valores abaixo dos 4% em 2002 para valores na ordem dos 10% em 2015 (Figura 4.6).

Contudo, verifica-se que entre 2008 e 2013 essa tendência de crescimento se acentua abruptamente, particularmente para os homens. Este período corresponde à emergência e aprofundamento da crise económica e financeira, ao resgate internacional e à implementação de políticas de austeridade (Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014, Karamessini, 2014) que determinaram importantes reformas económicas com efeitos de género (Ferreira, 2014). Por seu turno, o ano de 2013 marca a inversão da tendência de crescimento do desemprego, mas sem se registar um regresso aos níveis de desemprego, de mulheres e homens, anteriores à crise financeira.

Figura 4.6 Evolução da taxa de desemprego, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal, 2002-2015 (%)



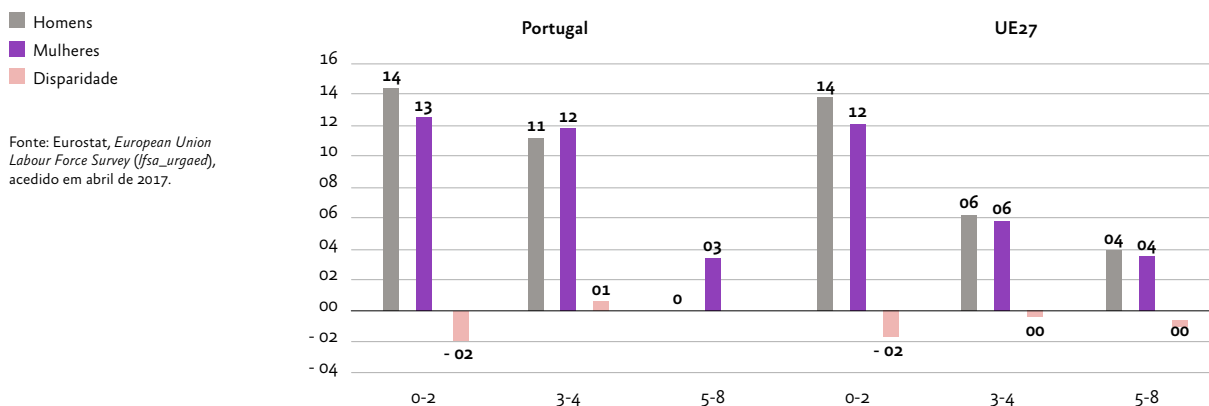
4.1.5 O efeito protetor da escolaridade face ao desemprego

No quadro da UE a 27 países é evidente o efeito protetor da escolaridade relativamente ao desemprego: a taxa de desemprego em Portugal e na média da UE a 27 países diminui substancialmente à medida que as mulheres e homens têm qualificações escolares mais elevadas (Figura 4.7).

Tendo como referência os dados para a taxa de desemprego da UE a 27, observa-se que este efeito positivo e protetor da escolaridade é mais evidente no caso das mulheres, registando-se uma marcada diminuição do desemprego: a taxa de desemprego das mulheres passa de 12,1% no caso daquelas com apenas o ensino básico completo, para 3,5% no caso das mulheres com o ensino superior, valor que é inferior ao observado nos homens (3,9%).

Já em Portugal, a taxa de desemprego das mulheres com os níveis de escolaridade mais elevados (3,4%), sendo inferior à da média da UE 27 e bastante mais reduzida do que a das mulheres de baixa escolaridade (12,5%), é superior à taxa de desemprego dos homens com igual escolaridade.

Figura 4.7 Taxa de desemprego por nível de escolaridade, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)



4.1.6 Homens mais afetados por formas precárias de trabalho

Tal como já indicado nos capítulos dedicados a idades da vida anteriores, na impossibilidade de medir com precisão o peso das situações de precariedade laboral, a análise a seguir circunscreve-se ao indicador do Eurostat sobre trabalho não permanente que reúne todas as formas contratuais de duração limitada ou temporária.

Do conjunto de países europeus analisados, Polónia, Espanha e Portugal são os que apresentam maior proporção de trabalhadores e trabalhadoras, na fase tardia da vida ativa, com regimes de contratação não permanente (Figura 4.8).

Tendo em consideração as diferentes idades da vida em análise, verifica-se que em Portugal é na fase tardia da vida ativa que se regista a menor proporção de mulheres e homens integradas/os no mercado de trabalho através de formas não permanentes, que indicam situações de precariedade no emprego. Na fase tardia da vida ativa, apenas 12,8% dos homens e 10,1% das mulheres se encontram nesta situação de precariedade. Esta proporção contrasta profundamente com os valores registados na *rush hour of life*, idade em que cerca de um quinto das mulheres e homens se encontra nessa situação. O contraste com os valores registados na juventude é ainda mais elevado, fase da vida em que cerca de metade das mulheres e homens têm formas não permanentes de contratação.

Ainda olhando para o caso de Portugal, percebe-se que, embora os valores relativos a formas de contratação não permanente sejam menores nesta fase da vida do que noutras mais jovens, eles não deixam de revelar a progressão deste tipo de contratação – sobretudo entre os homens – bem como a produção de desiguais possibilidades de acesso a recursos entre as pessoas nesta fase da vida. Com efeito, em Portugal (e na Polónia), ao contrário do registado

nas outras fases da vida – juventude e *rush hour of life* – na fase tardia da vida ativa os homens são mais penalizados por estas formas não permanentes de contratação: entre 2000 e 2016 as formas precárias de contratação cresceram entre os homens portugueses nesta fase da vida 3,3 pontos percentuais; em sentido inverso, para o mesmo período observa-se um crescimento negativo da precariedade contratual entre as mulheres neste grupo etário (de menos 2 pontos percentuais) (Figura 4.9).

De forma mais detalhada, percebemos que a mais forte penalização dos homens com vínculos não permanentes está relacionada com um tendência de crescimento das formas precárias de contratação que, para Portugal, se verifica desde 2005 (Figura 4.10). Apesar disso, até 2010 Portugal apresentava um padrão comum ao dos outros países europeus, observando-se que as mulheres, na fase tardia da vida, viviam mais frequentemente situações de precariedade do que os homens. Contudo, a partir desse ano a proporção de homens ultrapassa a de mulheres nestas formas de contratação não permanente.

Se é verdade que a tendência para o crescimento da contratação não permanente de homens já se verificava desde 2005, também não deixa de se registar que a crise económica e financeira não criou para os homens apenas mais desemprego. Também se verifica que a qualidade das modalidades de contratação dos homens foi alvo de degradação: a crise económica não só fez diminuir a disparidade entre homens e mulheres relativamente a esta forma de precariedade, como promoveu a ultrapassagem das mulheres pelos homens nesta forma de contratação. Ao mesmo tempo, o aumento destas formas de contratação precária, particularmente em 2015 e 2016, coincidindo com a diminuição do desemprego, indicia que a recuperação do emprego entre os homens nesta fase da vida se pode ter baseado num reingresso no mercado de trabalho através de formas não permanentes ou precárias de contratação.

Importa ainda sublinhar que este aumento das formas de contratação não permanentes entre os homens na fase tardia da vida ativa não afeta apenas Portugal; pelo contrário, verifica-se de forma relativamente transversal a todos os países da Europa analisados (exceção para França e Reino Unido).

Figura 4.8 Trabalho não permanente, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2016 (%)

■ Homens
■ Mulheres
■ Disparidade

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_etpgane?lang=en)*, acessado em abril de 2017.

Nota: Empregados com contratos temporários são aqueles que têm um contrato de emprego de termo certo ou um emprego que terminará se um certo critério objetivo for cumprido, tal como a conclusão de um serviço ou o regresso de um empregado que foi temporariamente substituído.

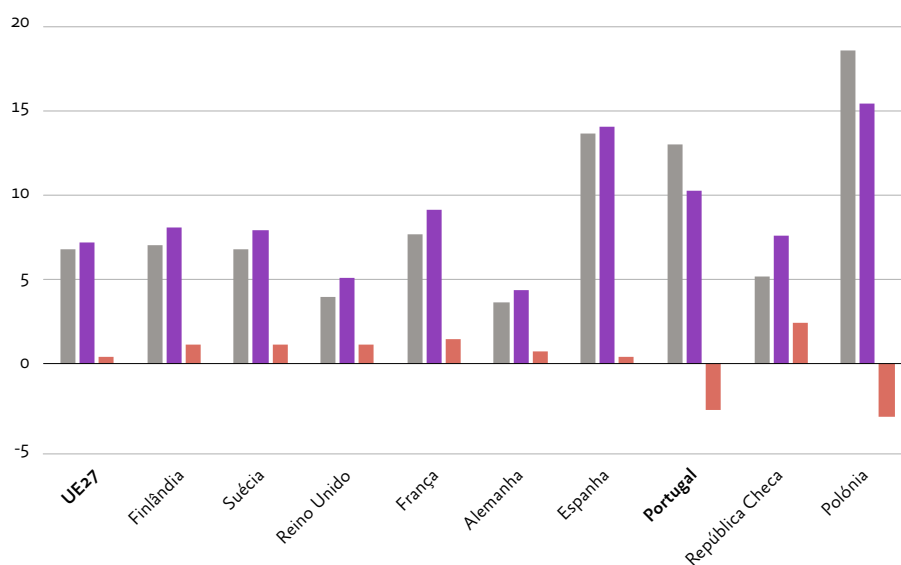


Figura 4.9 Variação do trabalho não permanente, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo (p.p.), 2000 a 2016

■ Mulheres
■ Homens

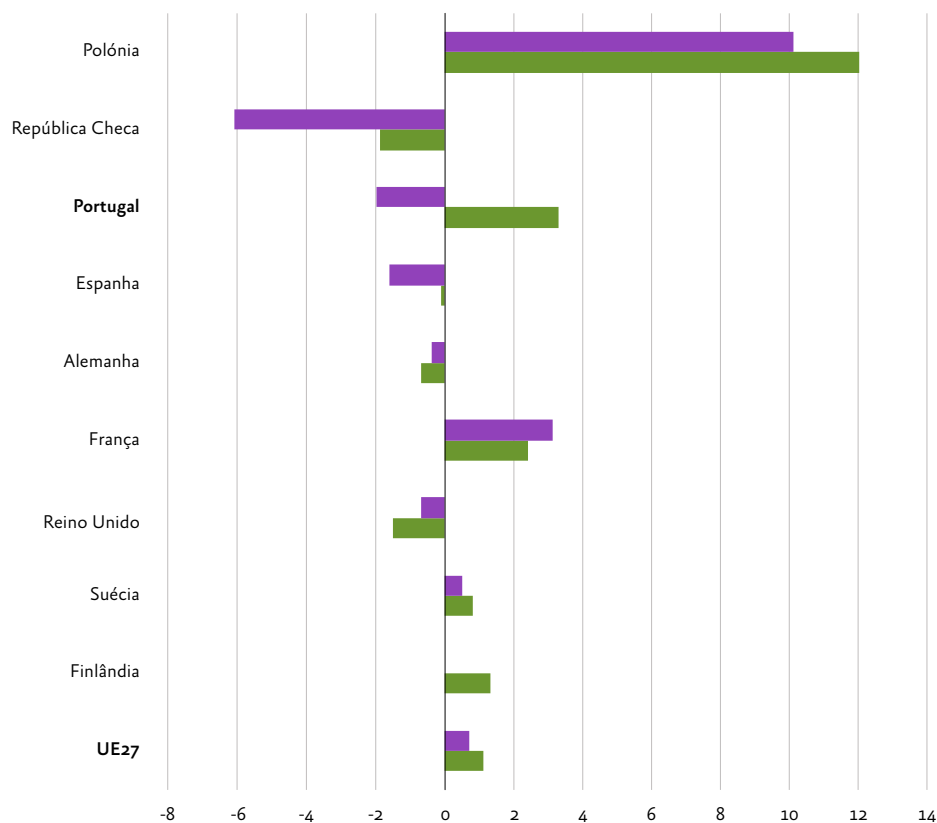
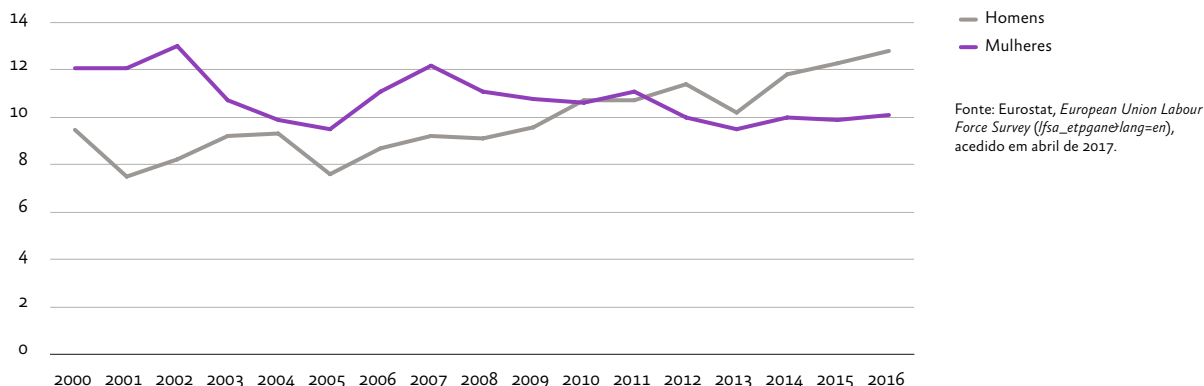


Figura 4.10 Evolução do trabalho precário, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal, 2000 a 2016 (%)



4.1.7 Trabalho a tempo parcial é sobretudo uma realidade feminina

Tal como se tem vindo a registar para as outras fases da vida (juventude e *rush hour of life*), em Portugal e na Europa o trabalho a tempo parcial na fase tardia da vida ativa é uma realidade sobretudo vivida pelas mulheres.

De forma transversal a todos os países da Europa, tendo em consideração a totalidade dos e das trabalhadores/as, verifica-se uma maior proporção de mulheres do que homens a trabalhar a tempo parcial. Em contraponto, há mais homens do que mulheres a trabalhar a tempo integral (Figura 4.11).

Focando o olhar em Portugal, na fase tardia da vida ativa, verifica-se uma disparidade penalizadora das mulheres relativamente ao trabalho a tempo parcial na ordem dos 6,7 pontos percentuais. A proporção de trabalhadoras a tempo parcial é de 16,4% e a de trabalhadores é de apenas 9,7%.

Continuando a analisar Portugal na fase tardia da vida ativa, a proporção de mulheres a trabalhar a tempo parcial está muito abaixo da média europeia (16,4% contra 34,3%, respetivamente). De modo inverso, a proporção de mulheres portuguesas nesta fase da vida a trabalhar a tempo integral é muito superior à média da UE a 27 países.

Importa não negligenciar o facto de, na fase tardia da vida ativa, o trabalho a tempo parcial representar um peso mais significativo do que na *rush hour of life*, quer para as mulheres, quer para os homens. Na fase tardia da vida ativa há mais trabalhadoras (+ 6,8 pontos percentuais) e mais trabalhadores (+ 5,1 pontos percentuais) a tempo parcial do que na *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos).

Retornando ao contexto europeu, verifica-se que nos países onde é mais comum (e cujo valor se situa acima da média da UE a 27 países) o trabalho a tempo parcial, ele é sobretudo comum entre as mulheres. É o caso da Holanda, Alemanha, Bélgica, Áustria, Reino Unido, Irlanda e Noruega.

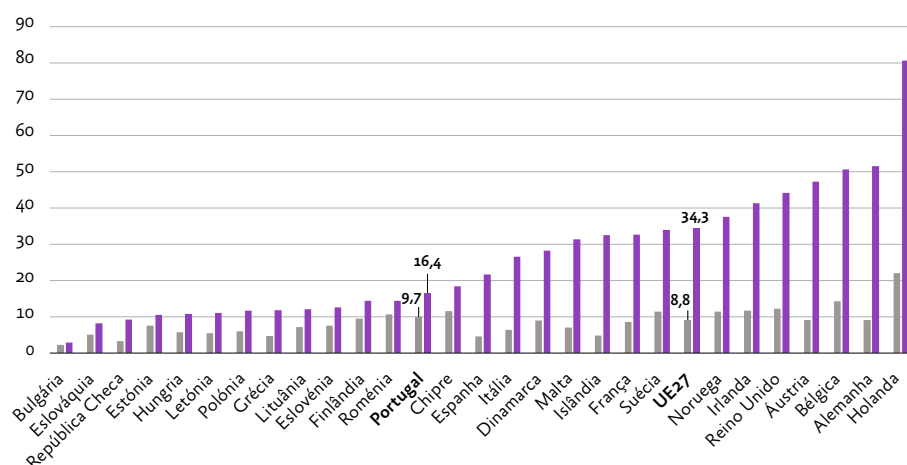
A este respeito importa destacar o caso da Holanda que na fase tardia da vida ativa regista uma proporção ainda mais elevada de mulheres a trabalhar a tempo parcial do que na *rush hour of life* com cerca de 70% das mulheres a trabalhar a tempo parcial; e, na fase tardia, essa proporção aumenta cerca de 10 pontos percentuais, para 80,2%.

Ao contrário da *rush hour of life*, nesta fase da vida a integração no mercado de trabalho a tempo parcial não estará tão diretamente relacionado com investimento numa solução para a articulação entre trabalho e família. Na fase tardia da vida ativa, estes resultados podem espelhar as consequências prolongadas dessas formas de articulação na vida profissional das mulheres, impossibilitando a construção de carreiras profissionais e eternizando o tempo parcial como a sua única forma de integração no mercado de trabalho. Porque, em países onde se conjuga o conservadorismo do mercado de trabalho com políticas maternalistas, as mulheres acabam por ser percebidas como cuidadoras naturais e como cuidadoras em primeira instância e só depois consideradas como trabalhadoras (Young, 2010).

Figura 4.11 Trabalhadores/as a tempo parcial, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ Homens *Part-time*
■ Mulheres *Part-time*

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_epgaed)*,
acedido em abril de 2017.



4.1.8 Doença e incapacidade ganham expressão como razões para o trabalho a tempo parcial

Importa igualmente perceber, para mulheres e homens que trabalham a tempo parcial, se esse regime de trabalho foi escolhido de forma voluntária.

Não podemos dissociar as formas de integração das mulheres e dos homens no mercado de trabalho da perda de qualidade de vida e de saúde que acompanha o processo de envelhecimento. Como aliás se verá adiante no subcapítulo sobre saúde e causas de morte, as mulheres na fase tardia da

vida ativa têm mais frequentemente problemas de saúde crónica, o que afeta e limita a sua capacidade de integração no mercado de trabalho (Bould, 2010; Bould e Casaca, 2012).

De forma mais concreta, segundo dados do Eurostat, no quadro dos países europeus o trabalho a tempo parcial motivado por doença ou incapacidade assume valores relativamente altos nesta fase tardia da vida ativa. Mais, quando se comparam os motivos evocados pelas mulheres para o trabalho a tempo parcial, na fase da *rush hour*, com as razões para o trabalho a tempo parcial das mulheres na fase tardia da vida ativa, verifica-se que este motivo sofre um aumento significativo nas mulheres mais velhas (exceto no Reino Unido). A mesma tendência, nalguns casos com valores ainda mais elevados, também se regista no caso dos homens e em todos os países da Europa (exceto no Reino Unido, onde se regista uma diminuição quando se comparam estas duas idades da vida).

Em Portugal, 11,5% das trabalhadoras a tempo parcial na fase tardia da vida ativa apresentam como razão para optar por esta forma de trabalho, a doença ou incapacidade; na fase da *rush hour of life* esse motivo nunca foi apresentado pelas mulheres como justificação para o trabalho a tempo parcial (Figura 4.12). Por seu turno, no caso dos homens em Portugal o aumento desta justificação para os trabalhadores a tempo parcial é ainda mais expressivo, passando de zero para 13% (Figura 4.13).

Contudo, é de assinalar que nos países do sul da Europa, incluindo Portugal, as mulheres na fase tardia da vida ativa integram-se no mercado de trabalho fundamentalmente através de formas de trabalho a tempo integral. Em Portugal, apenas 16,4 % das mulheres na fase tardia da vida ativa trabalham em regime de tempo parcial, o que contrasta com o que se verifica em países como Holanda, Bélgica, Áustria ou Reino Unido, onde respetivamente 80,2%, 50,4%, 47% e 43,9% das mulheres trabalham a tempo parcial. Adicionalmente importa referir que, à luz do que já foi identificado por outras autoras (por exemplo, Casaca e Bould, 2012), no caso de Portugal, grande parte das mulheres que trabalham neste regime fazem-no de forma involuntária ou não desejada – isto é, 42,5% trabalham a tempo parcial porque não conseguiram encontrar trabalho a tempo integral.

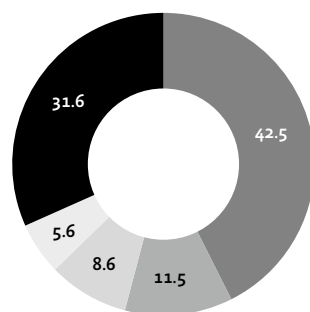
Já no caso da Holanda verifica-se que a maioria das mulheres na fase tardia da vida, integradas a tempo parcial no mercado de trabalho o faz de forma voluntária. Por um lado, apenas 7,4% destas mulheres afirma ter escolhido este regime de trabalho por não ter encontrado uma solução a tempo integral; por outro, cerca de 60% das mulheres holandesas a trabalhar a tempo parcial justificam esta forma de integração laboral com “outras razões”. Temos

de admitir que nesta resposta indefinida possam estar mulheres que escolhem ativamente o trabalho a tempo parcial.

Embora o regime de trabalho a tempo parcial seja, frequentemente, referido como uma potencial solução para a articulação trabalho-família (Fagan, O'Reilly e Rubery, 2000; Bettio e Plantenga, 2004), reforçando a naturalização da feminização das tarefas cuidadoras e do trabalho não pago (Casaca, 2010), mantendo inquestionada uma desigual divisão do trabalho não pago (Fagan, O'Reilly e Rubery, 2000) ou colocando em causa o bem-estar e autonomia económica (Bettio e Plantenga, 2004), a verdade é que na fase tardia da vida ativa esta não é uma justificação muito comum entre os países europeus. Nem mesmo entre aqueles países em que as mulheres na *rush hour of life* justificavam o trabalho a tempo parcial com a necessidade de estarem a cuidar de crianças ou de adultos incapacitados (caso da Holanda, por exemplo).

Em alguns dos países onde se revela ser mais comum o trabalho a tempo parcial (Holanda, Alemanha, Bélgica e Áustria), também se verifica ser mais frequente referir “outras razões” ou razões não definidas, assumindo esta categoria de resposta o lugar de principal motivo para o trabalho a tempo parcial. Não sendo possível discernir as razões concretas contidas nesta categoria de resposta, é possível colocar a hipótese de que aqui estejam, por exemplo, todas as mulheres para quem o trabalho a tempo parcial não seja involuntário e seja um desejo.

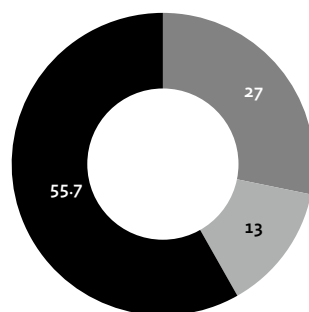
Figura 4.12 Razões para trabalho a tempo parcial, mulheres, dos 50 aos 64 anos, Portugal, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_epgarelang=en)*, acedido em abril de 2017.

- Não consegue encontrar trabalho a tempo integral
- Doença ou incapacidade
- Outras responsabilidades familiares ou pessoais
- A cuidar de crianças ou adultos incapacitados
- Outras razões

Figura 4.13 Razões para trabalho a tempo parcial, homens, dos 50 aos 64 anos, Portugal, 2015 (%)

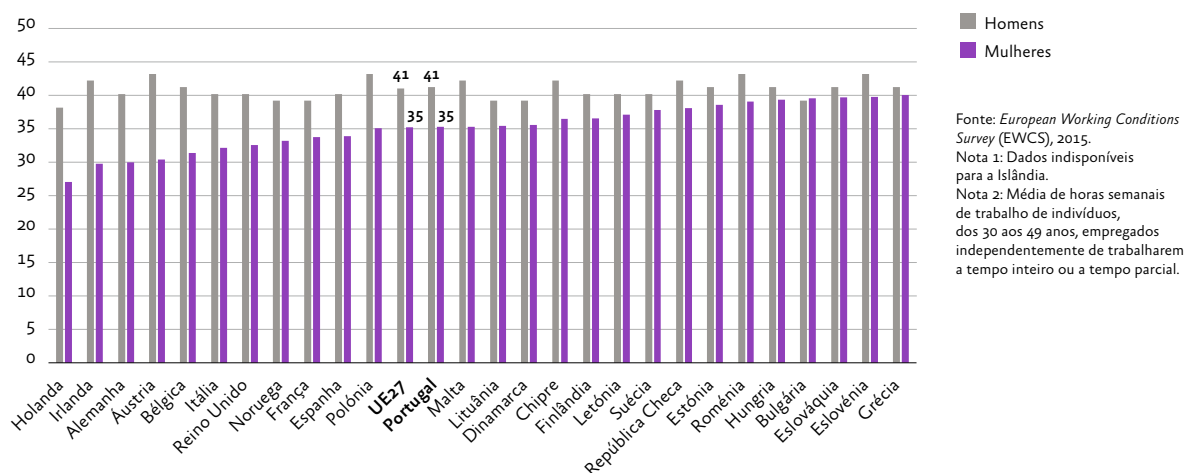


- Não consegue encontrar trabalho a tempo integral
- Doença ou incapacidade
- Outras razões

4.1.9 Aumenta a disparidade nas horas de trabalho pago de homens e mulheres em Portugal

Na Europa, a média de horas de trabalho semanal é superior entre os homens relativamente às mulheres (41 horas para eles e 35 para elas). Esta disparidade acentua-se nos países em que o trabalho a tempo parcial se encontra mais feminizado: Holanda, Áustria, Alemanha e Reino Unido (Figura 4.14). Neste quadro, Portugal apresenta a mesma disparidade entre as horas de trabalho de homens e mulheres (-6 horas) que a média Europeia.

Figura 4.14 Média de horas de trabalho semanal, por país e sexo, dos 50 aos 65 anos, 2015 (%)



4.1.10 Mulheres com salários mais baixos, em Portugal e na Europa

A análise dos salários nesta fase da vida fica limitada pela indisponibilidade de dados que coincidissem de forma precisa com o grupo etário identificado neste estudo com a fase tardia da vida ativa. Neste sentido, a análise utiliza informação acerca dos salários médios/hora e disparidade salarial tendo em conta dois subgrupos etários que se inscrevem na fase tardia da vida: pessoas entre os 50 e os 59 anos e pessoas com mais de 60 anos.

Comparando com o total da população, percebe-se que as pessoas da fase tardia da vida ativa têm remunerações médias mais elevadas do que a média total do país. Esta vantagem salarial das pessoas na fase tardia da vida ativa é sobretudo evidente no caso dos homens e regista-se de forma transversal na maioria dos países europeus. No caso das mulheres, a tendência para a vantagem salarial relativamente à média das mulheres mantém-se, mas de um modo fortemente atenuado.

Comparando agora diferentes idades da vida, em termos médios na UE a 27 países, os homens na fase tardia da vida ativa apresentam um salário médio/hora de 19,22€. Ou seja, os homens mais velhos têm em média um salário superior em 2€/hora do que os homens na *rush hour of life*. Por seu turno, as mulheres na UE 27 têm em média um salário de 14,7€/hora, ou seja, auferem apenas mais 0,5€/hora do que as mulheres na *rush hour* (14,2€/hora).

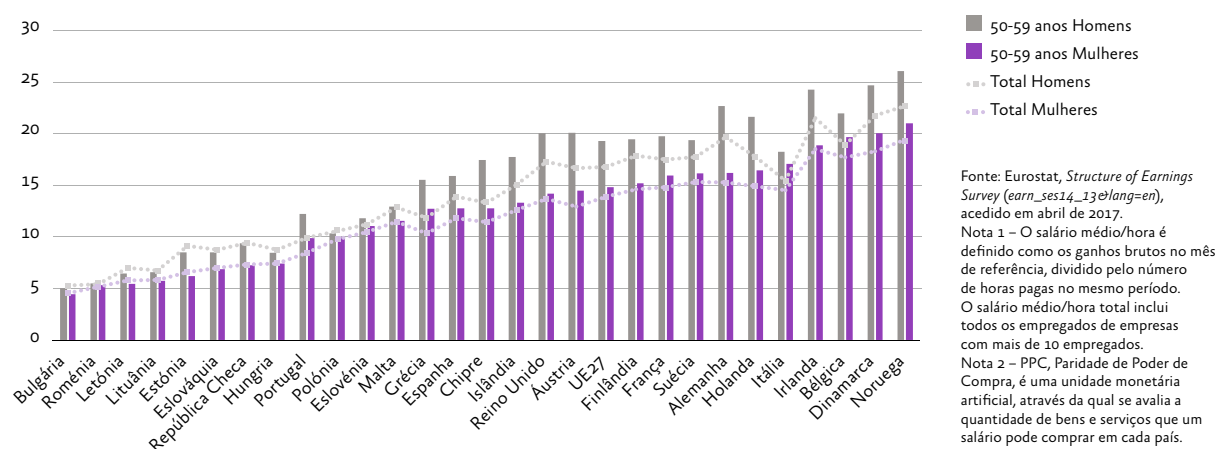
Importa notar que, embora se verifique uma melhoria dos salários das mulheres nesta fase da vida, relativamente a fases da vida mais jovens, o comportamento do salário médio/hora na União Europeia é revelador de que nesta idade e em todos os países europeus, os salários/hora das mulheres continuam mais baixos do que os dos homens.

O caso português apresenta alguma singularidade por diferentes motivos. Em primeiro lugar, as mulheres e os homens portugueses/es nesta fase da vida – bem como nas anteriormente analisadas – ganham abaixo da média da UE 27, sendo das e dos trabalhadoras/es mais mal pagas/os no cenário europeu: as mulheres portuguesas auferem menos 4,9€/hora do que a média dos salários/hora das mulheres na UE a 27; por sua vez, os homens em Portugal auferem menos cerca de 7€/hora do que o registado na média da União Europeia. De forma mais concreta, em Portugal, os homens na fase tardia da vida ativa auferem 12,19€/hora; e as mulheres têm salários médios/hora de 9,85€ (Figura 4.15)

Em segundo, as mulheres portuguesas nesta fase da vida registam um ligeiro aumento do rendimento quando são comparados os seus salários médios/hora com os auferidos pelas mulheres na *rush hour of life*: as mulheres mais velhas em Portugal ganham em termos médios mais 1,3€/hora.

Ainda que esta perda de rendimento possa parecer pouco significativa do ponto de vista económico, ela pode ser indiciadora de uma menor valorização do trabalho e das carreiras profissionais das mulheres que se encontram hoje na fase tardia da vida ativa em Portugal. Ao contrário do que sucede com os homens, que veem o seu trabalho e as suas carreiras profissionais social e economicamente valorizadas, ganhando mais na fase tardia da vida ativa do que em qualquer outra, as mulheres deste grupo etário, também por efeitos geracionais, poderão estar a vivenciar os efeitos do conservadorismo no mercado de trabalho e da persistência de regimes e ideologias de género que desvalorizam o trabalho e as competências profissionais das mulheres e, sobretudo, das mulheres mais velhas.

Figura 4.15 Salário médio/hora, em PPC, dos 50 aos 59 anos, por país e sexo, 2014



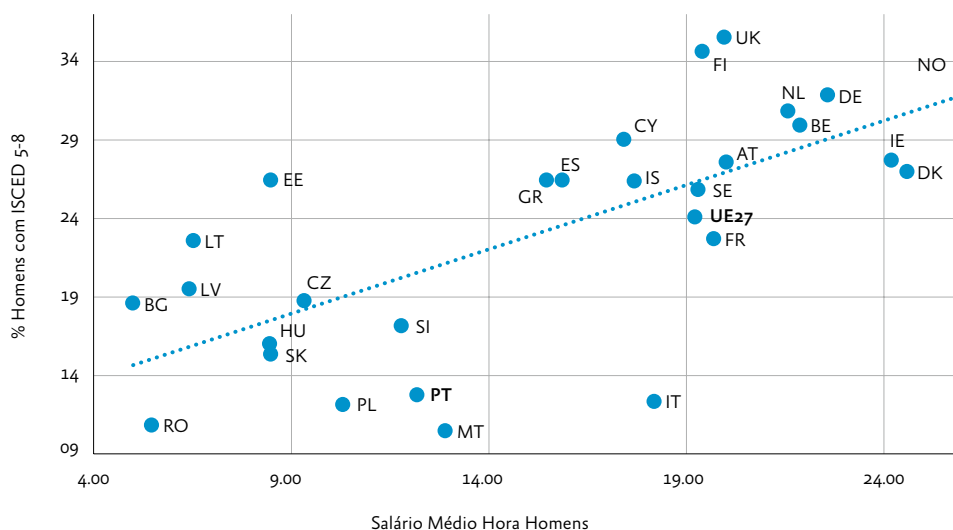
Sabendo que a escolaridade tem um importante efeito sobre o acesso ao mercado de trabalho, bem como na proteção contra o desemprego, neste momento torna-se legítima a interrogação sobre o seu efeito nos salários de homens e mulheres num contexto de sociedades e mercados de trabalho fortemente organizados em torno do conhecimento (Castells, 2000).

Nesta fase da vida, observa-se uma correlação positiva entre o nível salarial de homens e mulheres e o nível de escolaridade superior.

No caso dos homens nos diferentes países europeus verifica-se que completar o ensino superior significa melhores salários. Observa-se que nos países com percentagens mais significativas de homens com o ensino superior completo (ISCED 5-8), os salários dos homens são mais elevados. Esse é o caso paradigmático da Noruega, mas também é de destacar a posição dos outros países nórdicos, do Reino Unido, da Holanda e da Alemanha. Em contraponto, um segundo grupo de países europeus – onde se inclui Portugal – apresenta menor percentagem de homens com o ensino superior completo e também um nível salarial dos homens mais baixo (Figura 4.16).

No caso das mulheres, o efeito da escolaridade elevada (ensino superior completo) nem sempre significa garantir melhores salários. Mesmo no caso em que essa relação se verifica, ela tem menos intensidade do que no caso dos homens (Figura 4.15).

Figura 4.16 Salário médio/hora homens (dos 50 aos 59 anos) e percentagem de homens com ISCED 5-8 (dos 50 aos 64 anos)



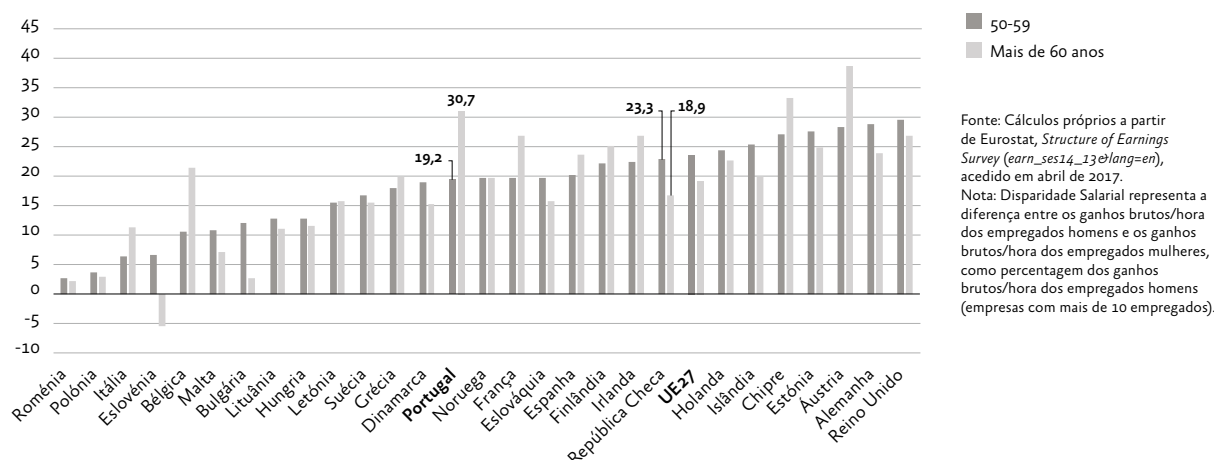
$R^2 = 0,693$
 Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (earn_ses14_13@lang=en);
 Eurostat, Eurostat/UNESCO-UIS/OECD (educ_uoe_enra02),
 acedido em abril de 2017.

Quando comparamos os valores da disparidade salarial registados na *rush hour of life* e na fase tardia da vida ativa observa-se não só a persistência do fenómeno, como também o seu agravamento. Com efeito, tendo em conta a média para a UE a 27, verifica-se que a disparidade salarial considerando os ganhos brutos por hora situa-se em 23% para as pessoas entre os 50 e os 59 anos e em 19% para as pessoas com mais de 60 anos (Figura 4.17). Estes valores representam um acréscimo significativo relativamente à disparidade salarial registada na *rush hour of life*, que se situava em 17%.

Em Portugal, esta realidade ainda mais se agudiza. Assim, a disparidade salarial na fase tardia da vida ativa situa-se nos 19% para as pessoas entre os 50 e os 59 anos mas está próxima dos 30% para as pessoas com mais de 60 anos. Em contraponto, o valor da disparidade salarial na *rush hour of life* situava-se em apenas 12,9%.

O reforço da disparidade salarial, penalizador das mulheres com mais de 60 anos, não poderá ser dissociado do facto de também ser entre estas mulheres mais velhas que se regista menor escolaridade, logo menor capacidade de integração laboral e de valorização do trabalho.

Figura 4.17 Disparidade salarial, por país e sexo, dos 50 aos 59 anos e mais de 60 anos, 2014 (%)



Analisando agora as remunerações por tipo de profissão verifica-se que em Portugal, como na média da UE a 27 países, a remuneração dos homens é superior à das mulheres em quase todos os tipos de profissão e para os dois subgrupos etários em análise nestes indicadores (pessoas entre os 50 e os 59 anos e pessoas com mais de 60 anos) (Figura 4.18 e 4.19). Ainda de forma genérica, registe-se que a disparidade tende a ser superior em termos médios na União Europeia do que em Portugal mantendo-se esta tendência em todos os grupos profissionais.

No caso português, a disparidade salarial penalizadora das mulheres na fase tardia da vida ativa e com idades compreendidas entre os 50-59 anos é particularmente relevante entre os/as representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1) que atinge os 1.406€. Note-se ainda, que nestas mesma categoria de profissões, a disparidade é mais elevada no subgrupo que compreende as pessoas com mais de 60 anos, em torno de 1.993€. No restante das profissões analisadas, a disparidade mostra-se maior no subgrupo dos 50-59 anos, como nos/as Técnicos e profissões de nível intermédio (3), onde se verifica a disparidade de 456€, comparativamente aos 317€ no subgrupo com mais de 60 anos. A disparidade salarial mostra-se também significativa entre os/as Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7) e os/as Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem (8), onde se verifica no subgrupo dos 50-59 anos, respetivamente, uma disparidade de 399€ e 363€, enquanto no subgrupo acima dos 60 anos, a disparidade mostra-se na ordem de 349€ e 204€, respetivamente.

Por seu turno, na UE a 27 países, no subgrupo etário dos 50-59 anos, na fase tardia da vida ativa, observa-se que a disparidade salarial mostra-se

elevada nas categorias profissionais dos/as representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1), em torno de 2.200€, logo seguida das/as Especialistas das atividades intelectuais e científicas (2), que ronda os 1.510€. Assim como entre os/as Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7), em torno de 957€, e entre os/as Técnicos/as e profissões de nível intermédio (3), por volta de 880€. Entre as pessoas com mais de 60 anos, na UE a 27 países, verifica-se que os valores tendem a ser menores, mas os padrões de disparidade salarial se assemelham com o grupo dos 50-59 anos. Com exceção da categoria dos/as Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores/as, onde a disparidade em torno de 68€ verifica-se favorável às mulheres.

Figura 4.18 Remuneração mensal por tipo de profissão, em PPC, por sexo, dos 50 aos 59 anos, em Portugal e UE 27, 2014

■ Homens
■ Mulheres
■ Diferença

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey* (2014), (*earn_ses14_21*), acedido em abril de 2017.
Nota: 1 – Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; 2 – Especialistas das atividades intelectuais e científicas; 3 – Técnicos e profissões de nível intermédio; 4 – Pessoal administrativo; 5- Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; 6 – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta; 7 – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; 8 – Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; 9 – Trabalhadores não qualificados; 10 – Profissões das Forças Armadas (não existem dados disponíveis para Portugal para as Forças Armadas).

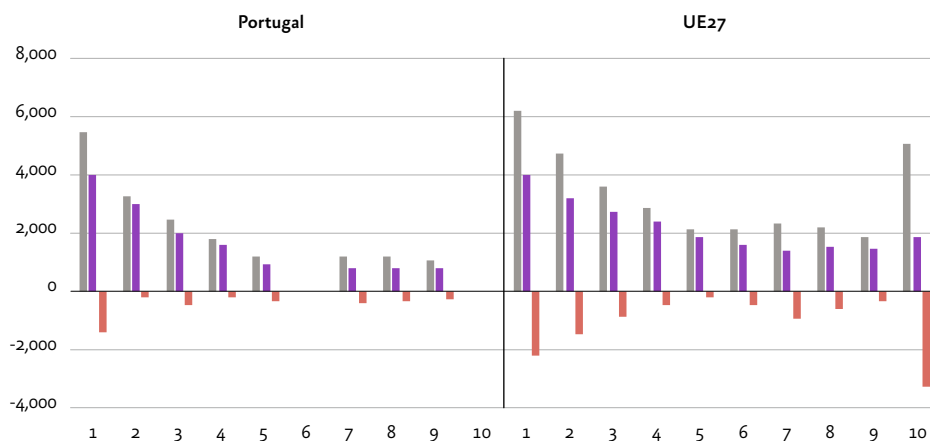
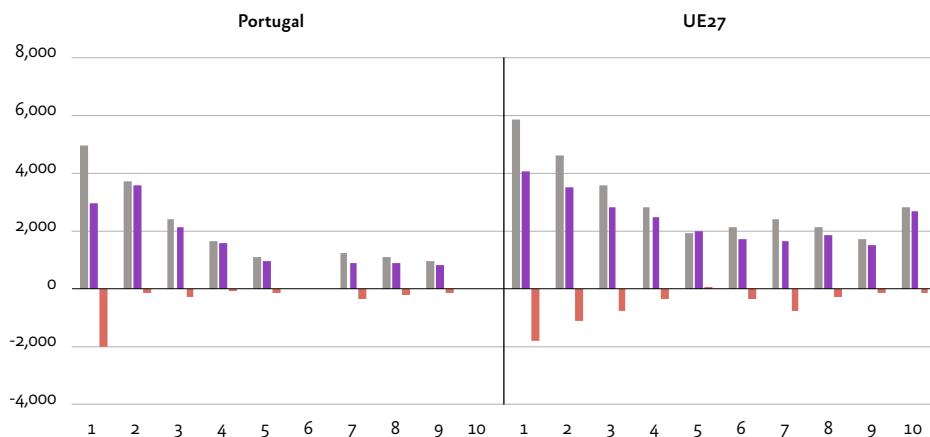


Figura 4.19 Remuneração mensal por tipo de profissão, em PPC, por sexo, com mais de 60 anos, em Portugal e UE 27, 2014

■ Homens
■ Mulheres
■ Diferença



Em síntese, a taxa de emprego nos homens é superior na maior parte dos países da Europa continuando a escolaridade mais elevada a proteger contra o desemprego, notando-se uma relação entre desemprego e crise económico-financeira afetando mais os homens e profissões em sectores de atividade tradicionalmente masculinas. Ao contrário do que por vezes se reproduz, as mulheres na Europa trabalham a tempo inteiro e as que trabalham a tempo parcial fazem-no sobretudo por doença e incapacidade. Dos 50 aos 59 anos, o salário médio dos homens é superior ao das mulheres mantendo-se o que se verifica nas outras idades da vida.

4.2. Família e Condições de Vida

A fase tardia da vida, entre os 55 e os 64 anos, representa uma fase em que, se presume, as famílias com filhos/as já assistiram à sua autonomização, social e económica, com saída de casa e as mulheres e os homens, ainda na vida ativa, se posicionam no mercado de trabalho de forma relativamente distinta. Face ao que se analisou na *rush hour of life* é de assumir que os indivíduos do sexo masculino estejam, nesta fase da vida, a usufruir de uma situação perante o trabalho mais estável e provavelmente a preparar a fase final da vida, após os 65 anos, enquanto as mulheres estarão, principalmente entre os 55 e os 60 anos, ainda a investir na dimensão profissional da vida. A alteração na composição familiar poderá, nesta fase da vida representar para as mulheres, mais do que para os homens, um certo alívio na articulação entre trabalho pago e trabalho não pago.

Neste capítulo começamos por analisar os tipos de famílias (mulheres e homens em casal, sós ou noutros tipos de agregados familiares) dedicando especial atenção à presença de filhos/as em cada um destes tipos de família.

O facto a assinalar é o predomínio de tipos de famílias sem filhos/as, quer na UE, quer em Portugal, tanto no caso das mulheres como no caso dos homens (Quadro 4.1).

O segundo facto a assinalar é que na conjugalidade se verifica uma quase inversão das situações refletindo uma profunda alteração dos casais, passando de casais com filhos/as na *rush hour of life* para casais sem filhos/as na fase tardia da vida ativa (na UE 27, na *rush hour of life*, no caso dos homens, os casais com filhos no seu agregado representam 40,9% e os casais sem filhos/as no seu agregado 13,3% e, no caso das mulheres, 44,1% e 13,5%). Na fase tardia da vida ativa, na UE 27, no caso dos homens, os casais com filhos no seu agregado representam 9,3% e os casais sem filhos/as no seu agregado 41,3% e, numa tendência semelhante, no caso das mulheres, os casais com filhos no seu agregado representam 3,8% e sem filhos/as 44,3%.

A média da UE 27 pode servir como referência permitindo também assinalar os países em que os homens a viver em casal e com filhos/as estão acima da média da UE: a Irlanda (com 14,7%, quase 15%), Holanda e Itália, cada um com quase 13% (12,8%). Esta situação relativa mantém-se para as mulheres, com a média na UE nos 3,8% e a Irlanda a alcançar 7,6%, Holanda 5,5% e Itália e França, cada um 5,1%. Esta análise sugere, precisamente, que, em alguns países, os/as filhos/as se mantêm mais no agregado familiar de origem e, muito provavelmente também, são filhos/as nascidos numa idade mais tardia das mães e dos pais. Os indicadores de natalidade permitem alicerçar esta hipótese.

As famílias unipessoais, isto é, homens e mulheres adultos/as sós, sem filhos representam, em termos médios na UE 27, cerca de 17% (16,8%) no caso dos homens e cerca de 20% (19,6%) no caso das mulheres. De assinalar a situação mais díspar verificada na Suécia, país em que este tipo de família representa 48,5% no caso dos homens e 47% no caso das mulheres.

Analisando agora os outros agregados verifica-se, antes de mais que, comparativamente ao que ocorre em 2015 nos agregados na *rush hour of life*, pessoas com idades entre os 25 e 49 anos, igualmente em 2015 mas nos agregados familiares de pessoas na fase tardia da vida ativa, aumenta a proporção de outros agregados, mantendo-se como já se frisou maior representatividade também entre estes agregados dos que não têm filhos/as e diminuição dos que têm filhos/as.

Interessante é ainda assinalar que os agregados com filhos/as, em todos os tipos de família, exceto entre as pessoas sós, apresentam sempre proporções acima da média europeia no mesmo conjunto de países do sul da Europa: Espanha, Itália, Portugal e Malta.

Quadro 4.1 Homens e Mulheres na fase tardia da vida por tipo de agregado familiar e filhos/as, por sexo, dos 50 aos 64 anos, por país, 2015 (%)

	Homens						Mulheres					
	Em Casal		Sós		Noutros Agregados		Em Casal		Sós		Noutros Agregados	
	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos
UE 27	9,3	41,3	0,5	16,8	7,5	24,6	3,8	44,3	1,2	19,6	6,3	24,8
	Países nórdicos											
Noruega	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
Finlândia	9,4	55,8	:	21,7	3,0	10,1	4,8	57,5	0,7	25,8	2,1	9,0
Suécia	8,0	36,1	1,1	48,5	2,0	4,3	2,7	44,7	1,1	47,0	0,9	3,6
Dinamarca	10,4	53,5	1,4	25,3	1,9	7,6	4,1	61,8	1,6	26,2	0,6	5,6
Islândia	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

	Homens						Mulheres					
	Em Casal		Sós		Noutros Agregados		Em Casal		Sós		Noutros Agregados	
	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos	Com Filhos	Sem Filhos
	Países liberais											
Reino Unido	8,1	46,4	0,6	19,7	4,7	20,6	2,8	49,1	1,5	22,0	4,2	20,4
Irlanda	14,7	34,9	:	14,8	9,3	26,2	7,6	38,7	1,6	15,5	8,1	28,5
	Países continentais											
Bélgica	9,4	45,2	0,7	19,2	5,5	20,0	4,2	49,9	1,6	20,6	4,5	19,1
França	11,6	49,8	0,9	18,5	4,5	14,7	5,1	50,6	1,9	23,1	3,5	15,8
Alemanha	7,9	49,8	0,5	20,8	3,8	17,3	2,8	54,9	1,0	22,5	2,3	16,5
Holanda	12,8	51,0	0,9	18,0	4,7	12,6	5,5	57,8	1,5	20,1	2,8	12,2
Áustria	8,1	40,2	:	18,6	7,4	25,7	3,4	44,0	0,8	22,5	6,2	23,1
	Países do sul											
Grécia	12,9	34,6	0,3	8,6	7,7	35,9	3,6	42,3	0,7	13,3	4,3	35,9
Espanha	10,6	26,8	0,4	12,5	10,4	39,3	4,8	31,0	1,0	12,5	9,2	41,6
Itália	12,8	23,6	0,5	12,7	11,6	38,8	5,1	30,3	1,1	15,6	7,6	40,4
Portugal	10,3	35,5	:	7,7	10,3	36,1	4,8	37,2	1,2	11,4	8,7	36,6
Malta	6,8	26,7	:	9,2	14,4	42,8	4,4	32,4	:	8,5	11,3	43,3
Chipre	11,6	37,8	:	5,5	11,6	33,4	3,3	43,1	:	12,7	6,6	34,3
	Países de leste											
Bulgária	3,7	41,6	:	18,0	8,9	27,8	1,5	39,1	:	21,3	10,8	27,3
Rep. Checa	5,9	52,7	0,4	14,9	4,8	21,3	2,0	54,1	0,7	18,6	4,4	20,2
Estónia	7,1	50,1	:	21,6	4,2	17,1	2,9	42,6	1,5	32,3	4,2	16,6
Letónia	5,6	37,4	:	16,3	12,1	28,6	2,5	29,9	1,9	24,4	12,6	28,8
Lituânia	5,3	41,7	:	22,7	7,2	23,1	2,4	34,3	:	28,6	7,9	26,8
Hungria	5,9	39,1	:	17,0	7,7	30,4	2,1	37,4	1,0	21,8	7,5	30,2
Polónia	6,5	41,2	0,4	10,0	13,5	28,4	3,3	39,7	1,1	15,3	13,3	27,3
Roménia	5,9	36,2	:	12,2	15,2	30,4	2,5	35,9	0,8	15,5	17,3	28,1
Eslovénia	7,1	37,7	0,4	17,0	8,7	29,1	2,7	42,4	0,8	18,5	6,4	29,2
Eslováquia	4,3	37,2	:	9,3	14,0	35,2	2,2	37,9	:	14,4	12,9	32,6

Analisando agora, com mais detalhe, os agregados familiares com e sem filhos/as, independentemente do número de filhos/as portanto, em Portugal e na UE 27, verificamos que em termos médios na União Europeia viver em conjugalidade é predominante, quer no caso dos homens, quer no caso das mulheres, sendo que a conjugalidade na fase tardia da vida ativa é mais vivida a dois (adultos) do que com filhos/as. De facto, nesta fase da vida, a maior parte dos casais não tem filhos/as dependentes social e economicamente (Figura 4.20).

A proporção de mulheres em casal sem filhos/as é ligeiramente superior à proporção de homens (respetivamente, 44,3% e 41,3%).

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey*, (*lfst_hhaceday*),
acedido em maio de 2017.

Em Portugal, o casal sem filhos no mesmo agregado é também o tipo de família predominante. Tal como se verifica na Europa também em Portugal este tipo de família é mais predominante no caso das mulheres do que no caso dos homens (37,2% no caso das mulheres e 35,5% no caso dos homens), situando-se, contudo, abaixo dos valores médios para a Europa.

Os arranjos familiares modificam-se nesta fase da vida sendo de assinalar dois factos: em primeiro lugar, os/as filhos/as não integram o agregado familiar dos homens e das mulheres com idades entre os 55 e os 64 anos, quer na UE 27, quer em Portugal; em segundo lugar, verifica-se o aumento da proporção de outros tipos de família, sugerindo arranjos familiares complexos e diversificados, com pessoas de diferentes gerações a coabitar.

É interessante verificar que na fase tardia da vida, entre os 55 e os 64 anos de idade não se verifica um aumento expressivo das pessoas a viver sós, por comparação aos valores para este tipo de família na *rush hour of life*. Na UE 27 são mais as mulheres a viver sós do que os homens e, entre as mulheres e os homens adultos/as que vivem sós também são mais as mulheres que residem com filhos/as do que os homens, o que poderia sugerir uma continuidade do que se verificou na *rush hour of life*. Contudo, na fase tardia da vida ativa, a proporção de mulheres e de homens, na UE 27 com filhos/as no seu agregado é muito baixa, representando pouco mais do que 1% no caso das mulheres e menos de 1% no caso dos homens.

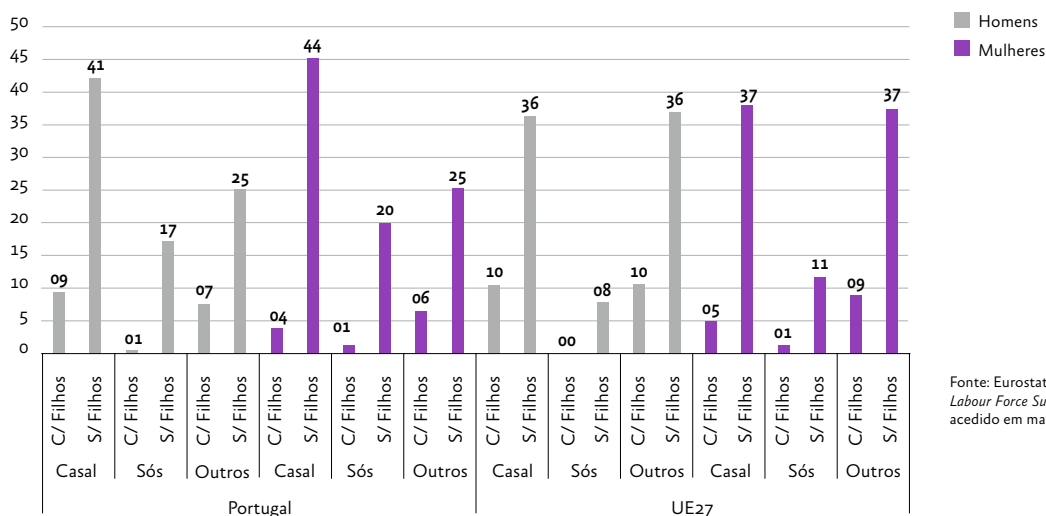
Esta situação não é distinta em Portugal. No País, comparativamente à média da UE 27, a proporção de homens e de mulheres adultos/os a viver sós é menor, mantendo-se a tendência para ser maior a proporção de mulheres a viver sós do que a proporção de homens a viver sós e para ser maior a proporção de homens e de mulheres sem filhos/as. Ainda assim é de assinalar que os valores nas famílias monoparentais em que o adulto é homem com filhos/as está, para Portugal, muito abaixo da média europeia (7,7% em Portugal e quase 17% na UE 27). No caso das mulheres sós sem filhos/as, a proporção é também mais baixa em Portugal, tendo como referência o valor médio da Europa, no entanto a diferença é menor comparativamente à verificada nos homens (mulheres sós sem filhos/as em Portugal representam 11,4% dos tipos de famílias em Portugal e 19,6% na UE 27).

O aumento mais expressivo, tanto para a União Europeia, como para Portugal verifica-se nos outros tipos de famílias e em particular outros tipos de famílias sem filhos/as, como se referiu supra. Comparando este tipo de famílias (outros agregados, sem filhos/as) entre as fases da vida verificamos que na *rush hour of life*, entre os 25 e os 49 anos de idade, este tipo de família representava cerca de um quinto dos agregados (cerca de 20%), quando na fase

tardia da vida ativa, entre os 55 e os 64 anos de idade, representa cerca de um quarto dos tipos de famílias.

Em Portugal, quer no caso das mulheres, quer no caso dos homens, este tipo de família ultrapassa mesmo os 36%, enquanto na UE 27 ronda os 25%.

Figura 4.20 Mulheres e Homens dos 55 aos 64 anos, por tipo de família, com filhos/as no seu agregado, UE 27 e Portugal, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey, (lfst_hhaceday)*, acedido em maio de 2017.

Aprofundando um pouco mais a análise para Portugal e observando o ano 2001 e o ano 2011, verifica-se uma diminuição da proporção de famílias conjugais que, no caso dos homens em 2011, representam 83,9% das famílias enquanto no caso das mulheres representam 73,6% das famílias. Apesar desta alteração entre 2001 e 2011, é de destacar que a conjugalidade representa o tipo de família com maior predomínio em Portugal (Figura 4.21).

A monoparentalidade nesta fase da vida mantém-se predominantemente feminina, com cerca de 9% deste tipo de família no caso das mulheres e 2% no caso dos homens. De assinalar que a monoparentalidade se mantém relativamente estável entre 2001 e 2011, quer no caso de o adulto na família monoparental ser do sexo masculino, quer no caso de a adulta na família monoparental ser do sexo feminino.

Figura 4.21 Tipos de agregados em que vivem as pessoas dos 50 aos 64 anos, Portugal, por sexo, 2001-2011 (%)

■ 2011
■ 2001

Fonte: Eurostat, Censos 2011 (<https://ec.europa.eu/CensusHub2/query.do?step=selectHyperCube&qhc=fa/se>), acedido em maio de 2017.
Nota 1: Filho/Filha representa os homens e mulheres dos 30 aos 49 anos que residem com, pelo menos, um dos pais. A Outra Situação inclui as não respostas e o não aplicável.
Nota 2: O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar, que têm até 25 anos e estão em dependência social e económica, completa, dos membros do agregado.

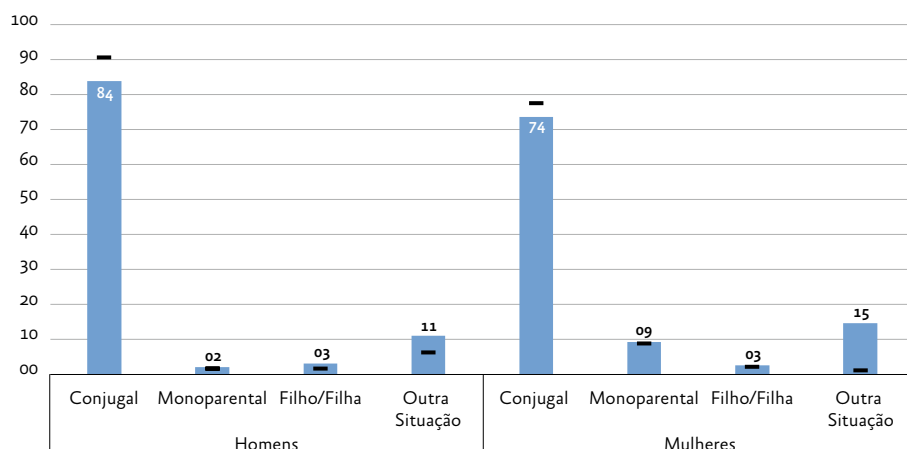
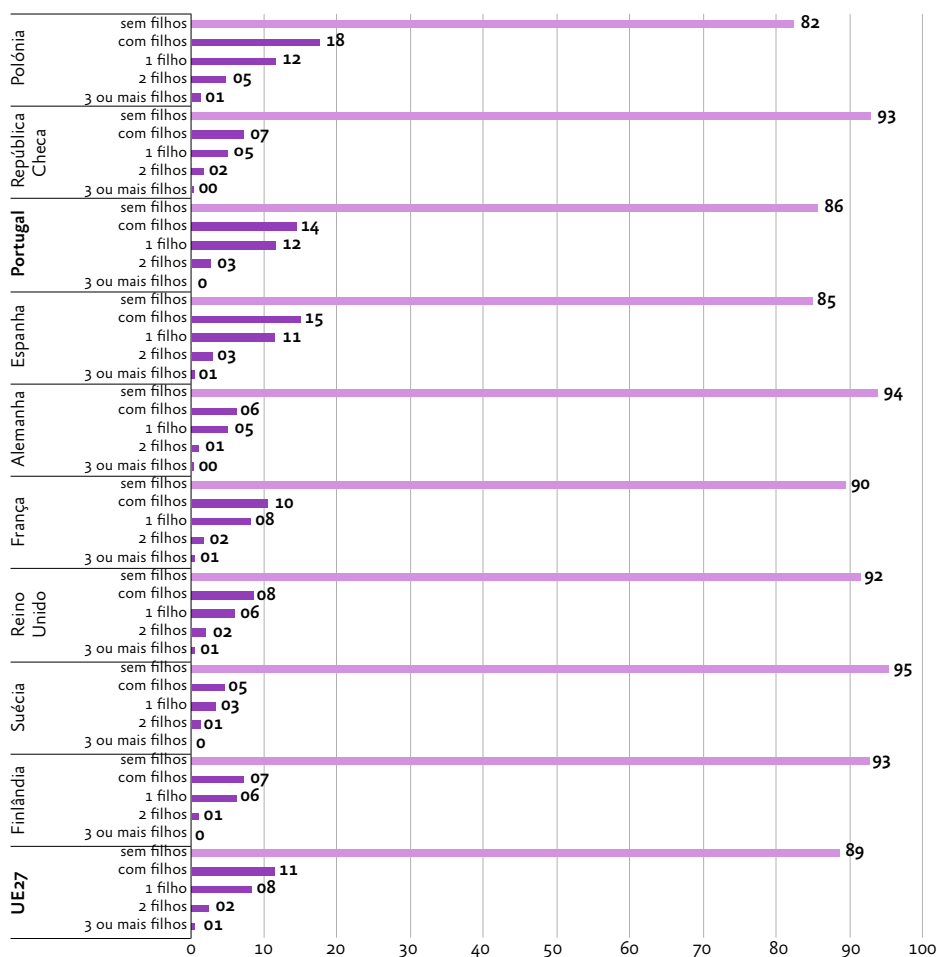


Figura 4.22 Mulheres dos 55 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, por país, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, European Union Labour Force Survey, (lfst_hhaceday), acedido em maio de 2017.
Nota 1: 100% é o número total de adultos (com e sem filhos).
Nota 2: O indicador refere-se aos agregados familiares com filhos/as a coabitar, que têm até 25 anos e estão em dependência social e económica, completa, dos membros do agregado.

A maior parte das mulheres na União Europeia, com idade entre os 50 e 64 anos, não tem filhos/as no seu agregado familiar (Figura 4.22). O indicador que está a ser analisado refere-se aos agregados familiares em que os/as filhos/as estão presentes, isto é, a coabitar e, cumulativamente, têm até 25 anos e estão em dependência social e económica completa, de outros membros do agregado¹⁸. O conceito usado pelo Eurostat permite interpretar os dados apresentados na Figura 4.21, em que, de forma muito expressiva, se assinala que as mulheres nesta fase da vida estão sem filhos dependentes no seu agregado. Esta situação é transversal à União Europeia, conforme se infere da média da UE 27, em que mulheres com idade entre os 50 e os 64 anos e sem filhos/as representam 88,7% enquanto mulheres com filhos/as representam pouco mais de 11% (11,3%). Ainda assim, é para Portugal superior a proporção de mulheres com filhos/as (14,4%). Analisando os restantes países, a Polónia é o que mais se distingue situando-se a proporção de mulheres com filhos/as acima da média europeia (17,6%). Espanha e Portugal também apresentam valores acima da média europeia no que a mulheres com filhos/as diz respeito, com proporções de 15% no caso de Espanha e 14,4%, no caso de Portugal.

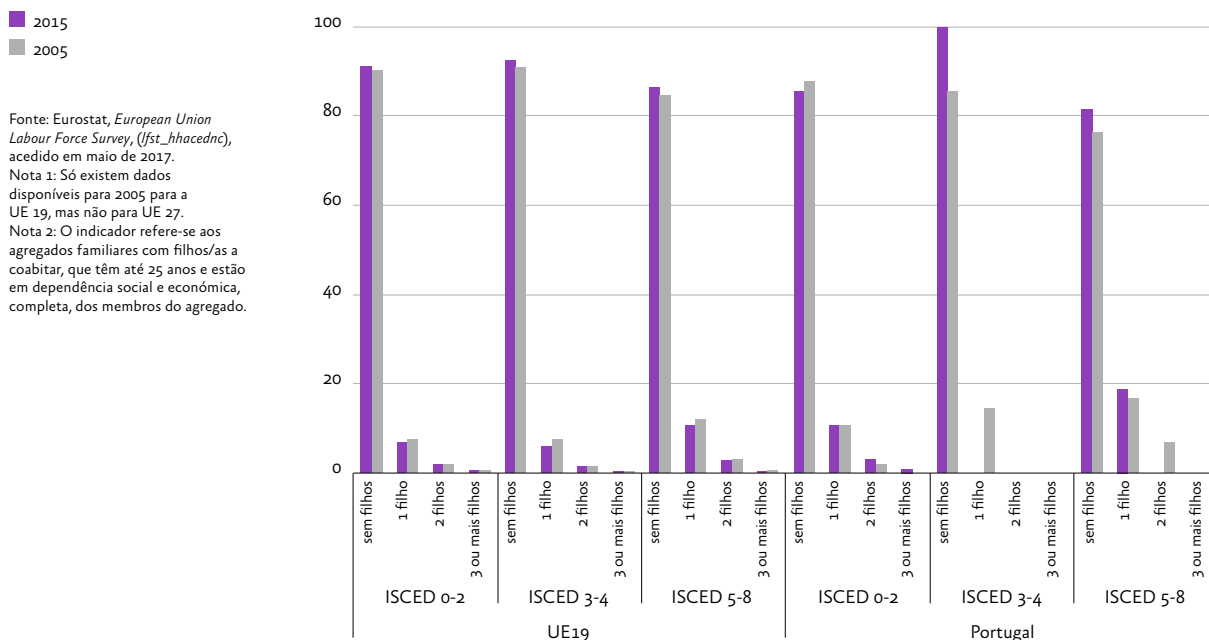
Estes dados permitem considerar que a permanência de filhos/as em casa dos pais até aos 25 anos e na sua dependência social e económica, por um lado, e a tendência para as mulheres ter filhos/as numa idade mais tardia do que a média de idade na União Europeia, ao serem fenómenos mais característicos de países como Portugal, Espanha e Polónia, acabam por ter reflexos na composição do agregado familiar das mulheres com idade entre os 50 e os 64 anos.

Interessante é analisar os dados relativos aos filhos/as no agregado familiar em função do nível de educação das mães. A análise agrega os ISCED mais baixos (até 2), os intermédios (3 e 4) e os mais elevados (5 a 8) e permite verificar para Portugal, que em 2015 diminuiu a proporção de mulheres sem filhos/as no seu agregado, no caso das mulheres com níveis de escolaridade intermédios e superiores, aumentando no caso das mulheres com níveis de escolaridade baixos (Figura 4.23).

Quando se compara Portugal com a média da União Europeia a 19 Estados-membros apercebemo-nos de que a situação nacional está em linha com a situação europeia em 2015. Contudo, quando analisamos a transformação de 2005 para 2015, verificamos que em Portugal, em específico, isto é, de forma distinta do que se verificou na União Europeia a 19, em 2005 a proporção de mulheres dos 55 aos 64 anos sem filhos no seu agregado era mais elevada do que na Europa, em termos médios, no caso das mulheres com níveis de escolaridade intermédios (ISCED 3 e 4).

¹⁸. A child is defined as a household member aged less than 25 years and in full social and economic dependence from other household member/s (parents/ adults). All household members aged below 15 are by default considered 'children', whereas an additional check on the social and economic dependence is required for the household members aged between 15 and 24 (http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_labour_force_survey_-_methodology).

Figura 4.23 Mulheres dos 55 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, pela escolaridade das mulheres, Portugal e UE 19, 2005-2015 (%)

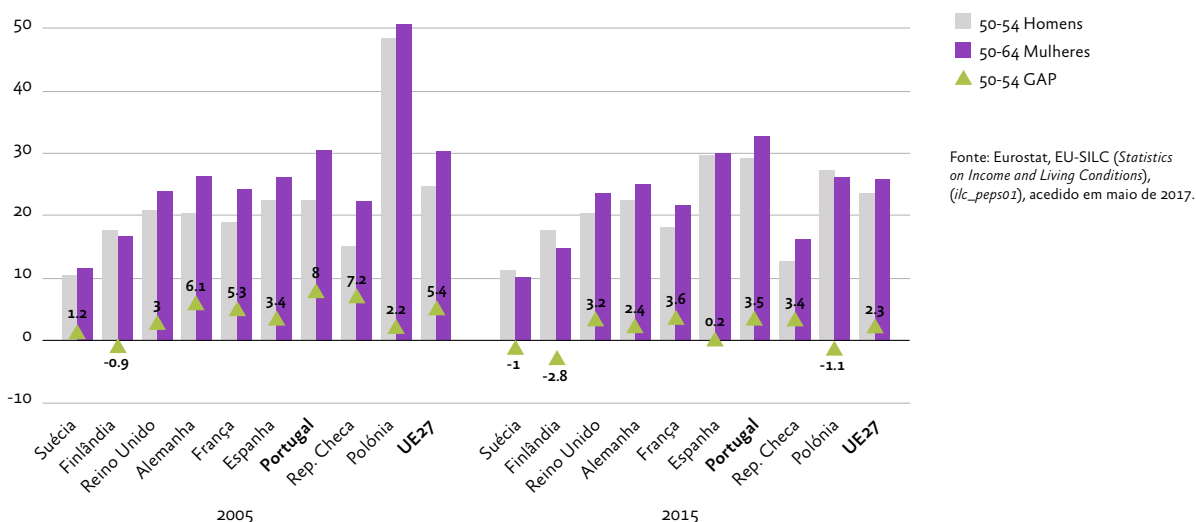


4.2.1 Risco de pobreza aumenta para mulheres e para homens a partir de 2011

Tendo em consideração os dados relativos ao risco de pobreza em Portugal e noutros países europeus em 2005 e 2015, verificam-se duas tendências essenciais (Figura 4.24). A primeira tendência é a das mulheres, quer em Portugal, quer na maior parte dos países europeus, estarem mais expostas ao risco de pobreza do que homens. As exceções são a Finlândia, em 2005, e a Suécia, a Finlândia e a Polónia em 2015. A segunda tendência é a diminuição, transversal a todos os países europeus, da disparidade na exposição ao risco de pobreza. Esta disparidade, penalizadora das mulheres, alicerça-se, em grande medida, no aumento de risco de pobreza dos homens (sendo a Polónia exceção). Em Portugal, a diminuição da disparidade do risco de pobreza penalizadora das mulheres entre os 55 e os 64 anos no período 2005-2015 (em 2005 os valores do risco à pobreza das mulheres na fase tardia da vida eram em 2005 8 p.p. mais elevados do que os homens da mesma idade e passaram a 3,5 p.p. Em 2015) inscreve-se na tendência de aumento do risco de pobreza entre homens e mulheres e deve-se, fundamentalmente, ao aumento expressivo do risco de pobreza dos homens nesta fase da vida: um aumento de cerca de 7 pontos percentuais, passando os homens em Portugal a terem valores de exposição de risco à pobreza superiores à média da UE a 27 países.

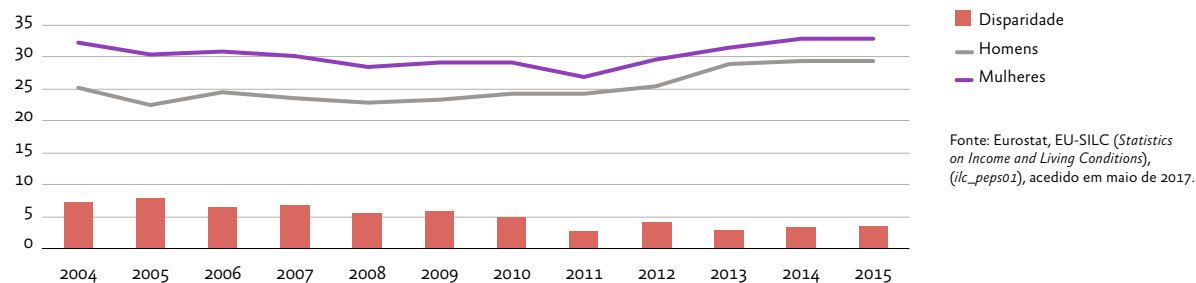
As mulheres em Portugal estão mais expostas ao risco de pobreza do que as mulheres na média da UE a 27 países: em 2005 o risco de pobreza das mulheres portuguesas nesta fase da vida era de 30,5% e na UE 27, 30,2%; em 2015 esses valores passam a 32,8% e 26%, respetivamente.

Figura 4.24 Pessoas em risco de pobreza e exclusão social entre os 50 e os 64 anos, por país exemplo, por sexo e disparidade entre homens e mulheres (2000 e 2015)



Na fase tardia da vida ativa, o risco de pobreza aumenta para homens e para mulheres. Este aumento para ambos os sexos influencia a diminuição na disparidade, podendo dar a impressão de que o risco de pobreza diminui para um dos sexos. Como pode ver-se na Figura 4.25, o risco de pobreza nesta idade da vida aumenta cerca de 10 pontos percentuais em relação ao que se verifica na *rush hour of life* e aumenta, quer para homens, quer para mulheres. Aumentando para ambos os sexos, o risco de pobreza é mais elevado no caso das mulheres comparativamente aos homens – facto que se mantém inalterado entre 2004 e 2015.

Figura 4.25 Evolução dos portugueses e das portuguesas, dos 50 aos 64 anos em situação de risco de pobreza, por sexo, em Portugal, 2004-2015 (%)



Quando se questionam os homens europeus e as mulheres europeias relativamente à dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, percebe-se que, na maioria dos países europeus, as mulheres registam maiores dificuldades do que os homens. No entanto, em países como a Grécia, Bulgária, Portugal e Roménia, existe uma diferença considerável penalizadora dos homens. Por exemplo, 29,7% dos portugueses inquiridos responderam ter “dificuldade ou muita dificuldade” face a 24,4% das portuguesas (Figura 4.26).

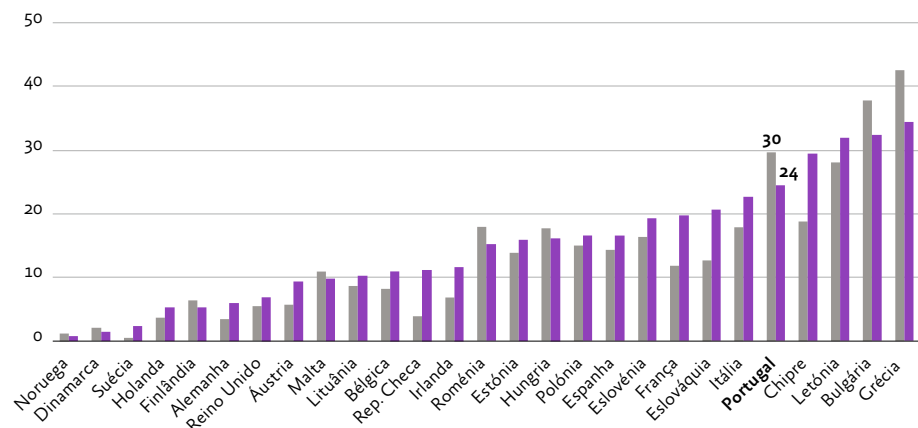
Portugal, juntamente com a Grécia, Bulgária, Letónia e Chipre, são os países onde se registam maiores dificuldades, contrastando com os países nórdicos (Noruega, Dinamarca, Suécia, Holanda, Finlândia), continentais como a Alemanha e Áustria, e o Reino Unido, em que menos de 6,5% dos homens e 9,5% das mulheres se encontram na mesma situação.

De referir ainda que, comparando com os portugueses e portuguesas do grupo etário dos 30 aos 49 anos, constata-se um aumento das dificuldades nos homens da fase tardia da vida ativa (de 23,0% para 29,7%) e uma diminuição das dificuldades nas mulheres da mesma fase (de 26,1% para 24,4%). O que origina uma inversão da realidade no que ao género diz respeito, ou seja, se na *rush hour of life*, eram mais as mulheres a reportar ter dificuldades ou muitas dificuldades no pagamento de despesas com o seu rendimento familiar, na fase tardia a situação revela-se mais penalizadora para os homens.

Figura 4.26 Pessoas dos 50 aos 64 anos que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.



O risco de pobreza corresponde à proporção da população com rendimento disponível equivalente abaixo da linha de pobreza, definida como 60% do rendimento médio nacional equivalente após as transferências sociais. O que, neste grupo etário, em Portugal, penaliza as mulheres. É ainda importante

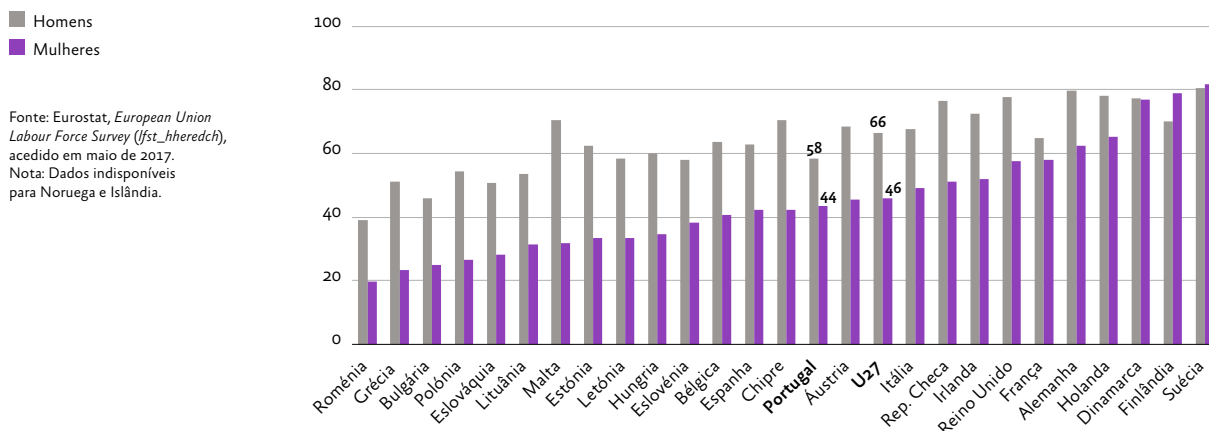
considerar que a diferença entre um dado objetivo e uma avaliação subjetiva pode explicar a diferença nas tendências registadas. A proporção de pessoas que afirma ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, constitui uma apreciação subjetiva traduzindo-se numa penalização para os homens.

Em síntese, a conjugalidade continua a predominar face a outras formas de família – em toda a Europa e de modo muito expressivo, em Portugal. A análise de género ao risco de pobreza revela que o risco é mais elevado para as mulheres refletindo-se também em maior dificuldade, comparativamente aos homens, em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar.

4.3. Articulação trabalho-família

Na *rush hour of life*, a conjugalidade é predominante, com os dois elementos do casal a trabalhar a tempo inteiro. Recordando que Portugal é o país da UE 27 com a mais elevada taxa de empregabilidade entre mulheres com filhos menores de 6 anos, acentua-se ainda o facto de as mulheres serem trabalhadoras e mães articulando trabalho, pago e não pago, e família. Na fase tardia da vida ativa, dos 50 aos 64 anos, os/as filhos/as tendencialmente são mais velhos/as ou já saíram de casa e o investimento no trabalho pago tendencialmente é menos intenso sugerindo, por isto, alterações na articulação trabalho-família. Analisar estas alterações numa perspetiva de género é o que se propõe neste capítulo. Ao analisar-se a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras com mais de 55 anos em Portugal, percebe-se que a taxa de emprego é relativamente baixa quando têm crianças com mais de 12 anos a viver consigo (58,3% e 43,7%, respetivamente) quando comparada com a média europeia (66,3% e 45,9%) (Figura 4.27). O indicador taxa de emprego de adultos/as com crianças com mais de 12 anos a residir consigo é o indicador selecionado, considerando que a fase tardia da vida ativa tem início aos 55 anos e considerando também que a idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a aumentou no arco temporal em análise.

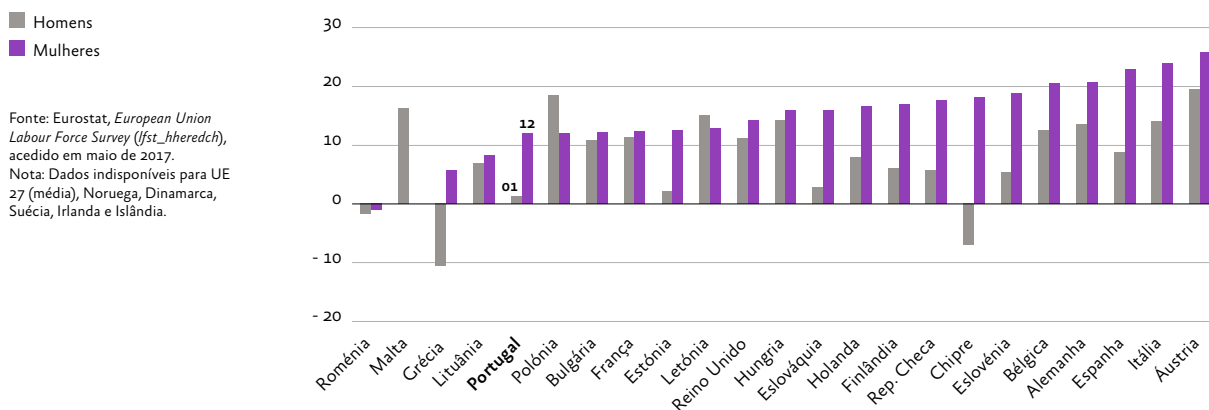
Figura 4.27 Taxa de emprego de adultos/as, com mais de 55 anos, com crianças maiores de 12 anos, por país e sexo, 2016 (%)



No entanto, quando se observa a mudança registada entre 2005 e 2016, constata-se que houve um aumento da taxa de emprego, mais sentida nas portuguesas (12 p.p.) do que nos portugueses (1,3 p.p.) (Figura 4.28).

Também na Europa, as taxas de emprego de todos os trabalhadores do sexo masculino com crianças com mais de 12 anos aumentaram, com a exceção dos homens romenos (- 1,8 p.p.), dos gregos (- 10,6 p.p.) e dos cipriotas (- 6,9 p.p.). No caso das mulheres, a taxa de emprego só diminuiu na Roménia (- 1,0 p.p.).

Figura 4.28 Mudança na taxa de emprego de adultos/as, com mais de 55 anos, com crianças maiores de 12 anos, por país e sexo (p.p.), 2005-2016



Como se verifica na *rush hour of life*, na maior parte dos países, também os agregados familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores entre os 50 e os 64 anos a viver em conjugalidade são maioritariamente compostos pelos dois elementos do casal a trabalhar a tempo inteiro (Figura 4.29).

Na média europeia a 27, este tipo de agregados atinge os 54,3%. O modelo *male breadwinner* limita-se a 13,9% dos agregados familiares das europeias e europeus a viver em conjugalidade, o que significa um aumento relativamente ao verificado nos trabalhadores e nas trabalhadoras dos 30 aos 49 anos. Esta situação é ultrapassada por aquela em que o homem trabalha a tempo inteiro e a mulher a tempo parcial (20,4%).

Apenas na Holanda, Áustria, Alemanha e Bélgica existem mais agregados em que os homens trabalham a tempo inteiro e as mulheres a tempo parcial (53,6%, 44,3%, 42,3% e 39,5%) do que agregados em que ambos os elementos do casal trabalham a tempo inteiro (18,4%, 42,7%, 35,9% e 32,8%, respetivamente). Os casos em que as mulheres trabalham a tempo inteiro e os homens a tempo parcial são muito poucos e em alguns países são inexistentes.

Figura 4.29 Distribuição de trabalhadores/as, a viver em casal, por tipo de agregado, dos 50 aos 65 anos, por país, 2015 (%)

	Dois a <i>Full-Time</i>	Homem FT, Mulher PT	Mulher FT, Homem PT	Homem FT, Mulher em Casa	Mulher FT, Homem em Casa	Outros
Eslováquia	89,0	7,1	2,4	0,0	0,0	1,6
Hungria	88,5	1,9	2,6	3,8	0,0	3,2
Rep. Checa	83,5	7,9	4,3	2,9	0,7	0,7
Eslovénia	82,9	6,9	4,6	4,6	0,0	0,9
Finlândia	78,1	10,5	10,0	0,0	0,0	1,4
Bulgária	77,6	2,6	10,9	1,9	0,0	7,1
Estónia	74,5	11,3	10,6	1,4	0,0	2,1
Lituânia	73,2	10,7	4,8	7,1	0,0	4,2
Polónia	70,9	4,5	9,7	9,0	0,0	6,0
Letónia	69,1	12,7	6,4	5,5	1,8	4,5
Suécia	66,8	19,2	9,1	0,5	0,0	4,3
Dinamarca	66,7	22,9	6,9	1,3	0,0	2,2
Portugal	63,1	6,1	4,5	21,8	0,0	4,5
França	55,5	22,0	6,0	10,5	0,0	6,0
UE27	54,3	20,4	6,4	13,9	0,2	4,9
Chipre	53,7	15,4	4,9	22,8	0,0	3,3
Noruega	53,2	32,7	7,8	2,9	0,0	3,4
Roménia	50,0	3,8	5,4	29,2	1,5	10,0
Espanha	47,2	15,7	2,4	29,5	0,0	5,2
Itália	44,6	15,8	1,9	34,6	0,0	3,1
Áustria	42,7	44,3	2,3	9,2	0,8	0,8
Grécia	41,9	8,1	1,6	45,2	0,8	2,4
Reino Unido	40,1	33,3	12,1	7,4	0,0	7,1
Alemanha	35,9	42,3	6,4	10,6	0,3	4,5
Bélgica	32,8	39,5	11,3	7,0	0,3	9,0
Irlanda	30,3	25,1	10,3	23,1	0,0	11,3
Malta	26,9	13,1	2,9	52,0	0,0	5,1
Holanda	18,4	53,6	7,2	11,6	0,0	9,2

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.

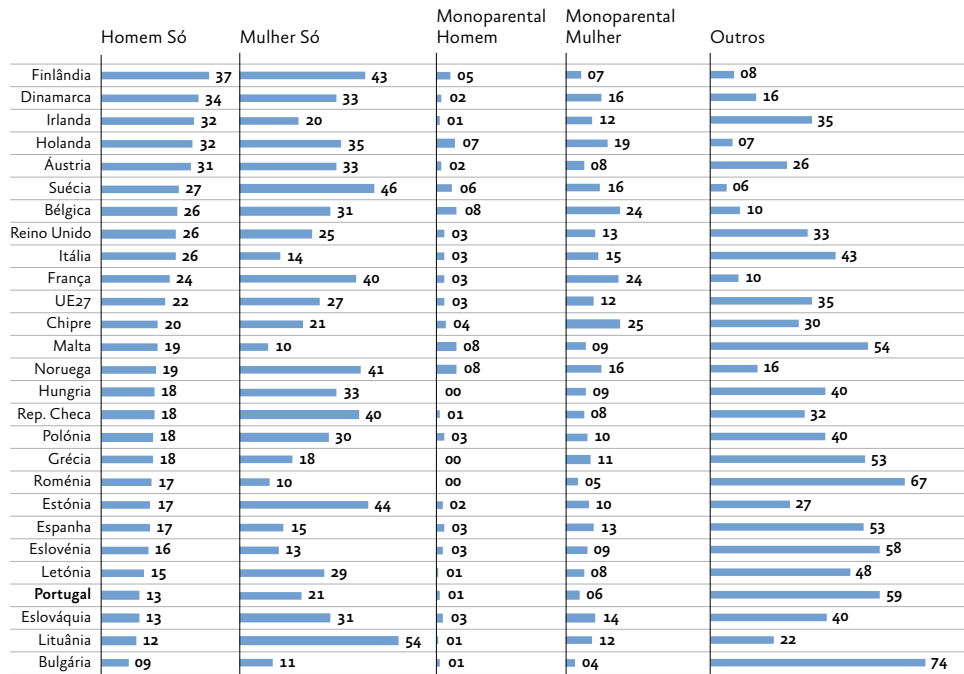
Nota 1: Dados indisponíveis para a Islândia.

Nota 2: "Outros" inclui os casais em que ambos trabalham a tempo parcial e os casais em que um trabalha a tempo parcial e o outro está em casa.

Relativamente aos agregados familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores que não estão a viver em conjugalidade, percebe-se que há grandes diferenças por país. Enquanto nos países nórdicos há uma proporção considerável de homens a viver sozinhos e mulheres a viver sozinhas; nos países continentais, há uma proporção relevante de agregados monoparentais femininos; nos países do sul, do leste e do conjunto de países liberais, a percentagem de pessoas a viver com outros é ainda relevante (Figura 4.30). Tomando o exemplo

de Portugal, 58,6% dos agregados de trabalhadores e trabalhadoras sem estar a viver em conjugalidade são situações de pessoas a viver com outros, 21,0% dos agregados são mulheres a viver sós e 13,0% são homens a viver sós.

Figura 4.30 Distribuição de trabalhadores/as, que não vivem em casal, por tipo de agregado, dos 50 aos 65 anos, por país, 2015 (%)



Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.

Nota 1: Dados indisponíveis para a Islândia.

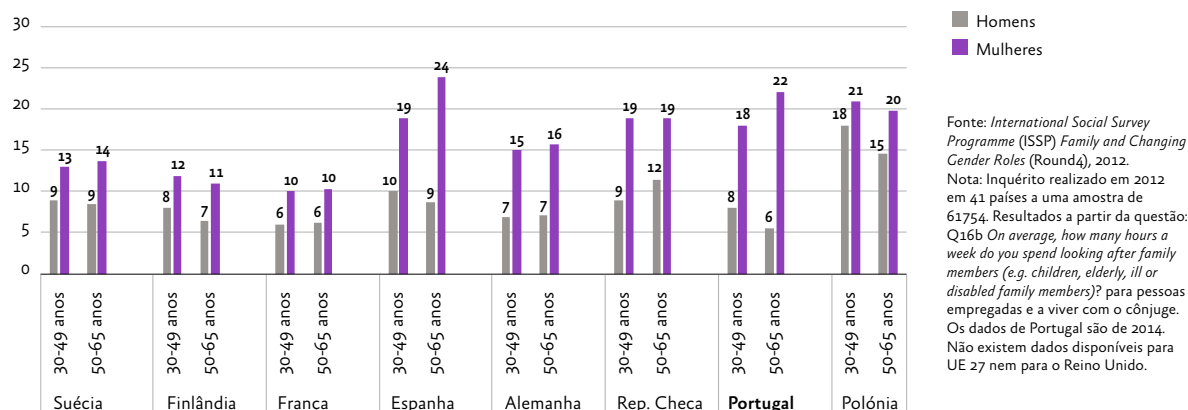
Nota 2: "Outros" inclui os casais em que ambos trabalham a tempo parcial e os casais em que um trabalha a tempo parcial e o outro está em casa.

4.3.1 Persistente feminização do trabalho não pago

Apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho e da massificação dos casais de duplo emprego na maioria dos países da Europa, os homens dos 50 aos 64 anos não aumentaram a participação na esfera doméstica e familiar de forma tão acentuada como as mulheres o fizeram no mercado de trabalho. O que explica a penalização das mulheres na articulação das responsabilidades profissionais e familiares (Perista *et al.*, 2016; Wall *et al.*, 2016).

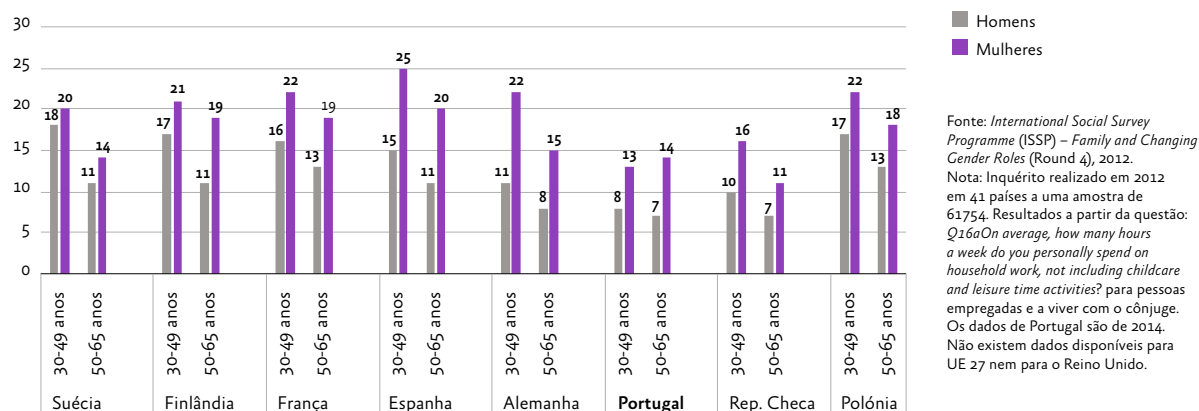
As mulheres deste grupo etário continuam a despende em média mais horas por semana a cuidar da família. A maior diferença entre homens e mulheres verifica-se em Espanha (10 horas) e a menor na Suécia (3 horas). Portugal tem uma diferença entre homens e mulheres de 7 horas semanais, com as mulheres a dedicarem 14 horas a cuidar da família e os homens 7 horas (Figura 4.31).

Figura 4.31 Média de horas passadas a cuidar da família, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo, 2012



São também as mulheres que passam mais horas durante a semana a cuidar da casa. A maior diferença entre homens e mulheres verifica-se em Portugal (16 horas) e a menor em França (4 horas) (Figura 4.32). Comparando com as pessoas do grupo etário dos 30 aos 49 anos de idade, o grupo etário dos 50 aos 64 anos despende na globalidade as mesmas horas neste tipo de trabalho, no caso das mulheres, com exceção para a Espanha e Portugal, em que a situação se agrava com o envelhecimento (+5 horas e +4 horas, respetivamente). No caso dos homens, as exceções encontram-se na República Checa, no sentido do agravamento (+3 horas), e em Portugal e Polónia no sentido da redução (-2 horas e -3 horas, respetivamente).

Figura 4.32 Média de horas passadas a cuidar da casa, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo, 2012



Este agravamento da penalização feminina no trabalho não pago na fase tardia da vida ativa pode ser explicado pela principal atividade das pessoas dos 50 aos 65 anos de idade em Portugal. Como é possível constatar no Quadro 4.2, 20,8% das portuguesas estão a cuidar da casa ou de familiares face a apenas 2,2% dos homens. Isto porque a maioria dos homens continua integrado no mercado de trabalho (57,0%), o que não acontece com as mulheres (39,3%).

Quadro 4.2 Principal atividade nos últimos 7 dias em Portugal, dos 50 aos 65 anos, por sexo, 2014 (%)

	Homens	Mulheres
Trabalho pago	57,0	39,3
Educação	1,5	1,2
Desemprego	9,6	10,7
Doença ou incapacidade permanente	8,1	8,3
Reforma	20,7	16,7
Cuidados à casa ou a familiares	2,2	20,8
Outra	0,7	3,0
Total	100	100

Fonte: *European Social Survey (ESS)*, 2014 (Round 7).

A genderização da dedicação à casa e aos cuidados é sustentada por outros estudos, nomeadamente, o estudo coordenado por Wall (2016) que realça o maior número de horas despendidas pelas mulheres dos 45 aos 64 anos em tarefas domésticas e cuidados do que pelas mulheres mais jovens e o estudo coordenado por Perista (2016) que sublinha o aumento da disparidade de género no grupo etário dos 45 aos 64 anos (quase 3 horas por dia).

Acentuada desigualdade na distribuição do trabalho não pago na fase tardia

Com o objetivo de compreender a divisão do trabalho não pago entre homens e mulheres, destacam-se duas publicações que trazem importantes contributos: o *Livro Branco. Homens e Igualdade de Género em Portugal* (Wall *et al*, 2016) e *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* (Perista *et al*, 2016). Em ambos os estudos surgem resultados semelhantes e também complementares.

Para uma visão geral sobre o tema no grupo etário **dos 45 aos 64 anos**, selecionam-se as seguintes informações relevantes na obra de Wall *et al*, (2016):

- **Entre 2002 e 2014, as mulheres e os homens diminuíram em quase 1h o tempo despendido em trabalho pago.** Elas despendiam em 2002, em média, cerca de 39h e passaram a despendem em 2014 cerca de 38h. Enquanto os homens mais velhos despendiam cerca de 45h e passaram a despendem um número médio de cerca de 44h.

- Durante o mesmo período temporal as mulheres diminuíram a participação em tarefas domésticas (de 30,8h passaram para 27h), enquanto os homens diminuíram mais ligeiramente a participação (de 7,4h para 7,1h semanais). **Ainda assim elas dedicavam em 2014 quase 20h a mais do que eles semanalmente.**
- No entanto, somando as tarefas domésticas aos cuidados, a disparidade atinge a sua expressão máxima neste grupo etário em 2014 (cerca de 34h): **eles despendiam um número médio de 13h semanais enquanto elas despendiam um número médio de 47,8h no trabalho não pago.**
- Em 2014, **as mulheres mais velhas dedicavam às tarefas domésticas quase 8h a mais do que as mulheres mais novas (30-44 anos), isto é, as mulheres mais velhas despendiam uma média de 27 horas semanais enquanto as mais novas cerca de 19h.** Já os homens mais velhos dedicavam em torno de 4h semanais a menos do que os homens mais novos, com os **mais velhos a despendem uma média de cerca de 7 horas semanais enquanto os mais novos despendiam em média 10,7h.**
- **Relativamente aos cuidados, em 2014, as mulheres mais novas dedicavam em média 21,9h por semana enquanto as mais velhas dedicavam 20,8h.** De maneira que as mulheres mais velhas dedicavam aos cuidados cerca 1h a menos do que as mais novas. **Os homens mais novos, por sua vez, despendiam 10,7h aos cuidados e os mais velhos 7,1h por semana,** uma diferença de cerca de 3h.

Da publicação de Perista *et al.* (2016), destaca-se:

- As mulheres dos 45 aos 64 anos dedicavam, em 2015, cerca de 4h e 32m por dia ao trabalho não pago enquanto os homens dedicavam cerca de 2h e 36m. Apesar das mulheres mais novas (25-44 anos) realizarem mais trabalho não pago (5h28m) verifica-se em 2015 que os homens mais novos também aumentaram a sua participação (3h06m). É no **grupo etário mais velho que se encontra a maior disparidade de género, quase três horas (2h56m) nos dias úteis.**
- **As mulheres desse grupo etário que vivem com pessoas adultas com dependência ou incapacidade são as que mais afirmam prestar cuidados nos dias úteis.** Os homens afirmaram dedicar menos da metade do tempo (1h26m) do que mulheres (3h13m) a esse tipo de cuidado.
- **Apesar da prestação de cuidados, as mulheres neste grupo etário apresentavam uma taxa de atividade profissional de 39,9%, bastante próxima da dos homens (41,5%),** com uma disparidade de apenas 1,6 p.p.
- Mais mulheres do que homens nesse grupo etário sentiam fazer mais do que é justo e que lhes faltava tempo para a sua vida pessoal.

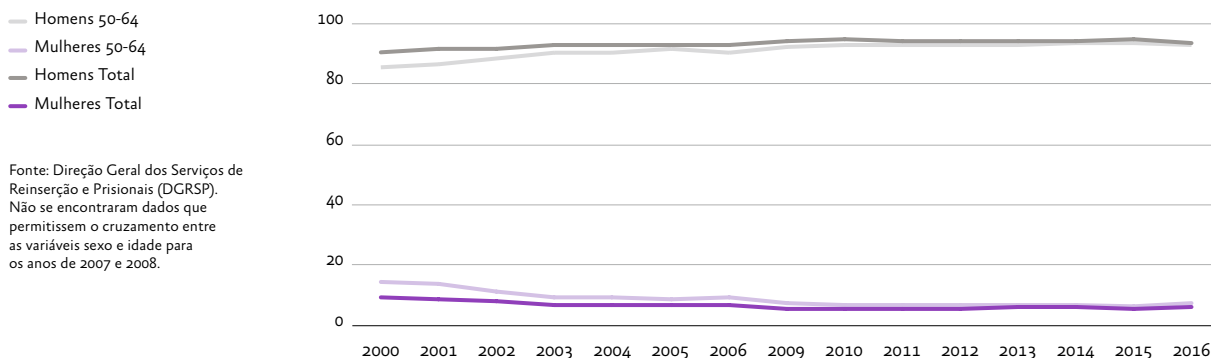
Em síntese, as mulheres dos 45 aos 64 anos têm uma grande sobrecarga de tarefas domésticas e, apesar de teoricamente não ser esperado que tenham crianças pequenas a cargo, ainda investem uma considerável quantidade de horas nos cuidados. Enquanto os homens, do mesmo grupo etário, são dos que menos tempo investem em trabalho não pago, tanto nas tarefas domésticas como nos cuidados. O que coloca as mulheres mais velhas como principais responsáveis pelo trabalho não pago do seu agregado e como importante fonte de apoio à família.

Em síntese, apesar de se analisar a fase tardia da vida ativa, os agregados familiares das trabalhadoras e dos trabalhadores entre os 50 e os 64 anos correspondem maioritariamente a situações de conjugalidade em que os dois elementos do casal trabalham a tempo inteiro. Ainda é de assinalar que a ainda forte presença de mulheres no mercado de trabalho pago não encontra equivalente de presença ativa de homens no trabalho não pago, com grande assimetria de género no número de horas despendido na realização de trabalho não-pago.

4.4. Violência e crime

Existe não só uma imensa disparidade de género na população prisional portuguesa, com uma proporção de reclusos do sexo masculino muito superior à do sexo feminino, quer no grupo etário dos 50 aos 64 anos (92,8% e 7,2%, respetivamente em 2016), quer na totalidade da população reclusa (93,7% e 6,3% para o mesmo ano), mas também uma estabilidade nessa disparidade ao longo do período temporal 2000-2016, embora com um ligeiro aumento (Figura 4.33). Estas tendências, tal como já explicado anteriormente, são confirmadas pelas aplicações feitas em 2001, 2007 e 2014 do estudo “Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional” coordenado por Torres (2016).

Figura 4.33 População prisional em Portugal de pessoas dos 50 aos 64 anos e da população global, por sexo (2000-2016) (%)



4.4.1 Perceção sobre a violência de género

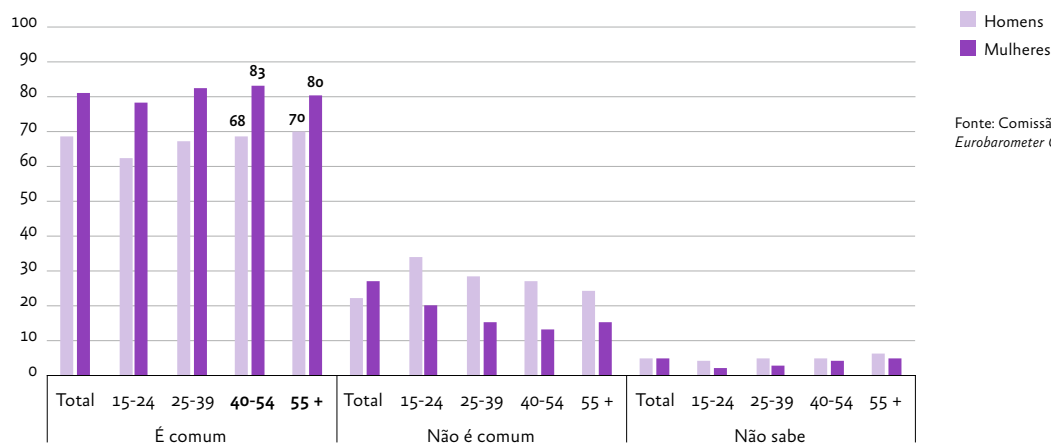
A maior parte das pessoas inquiridas em Portugal para o Eurobarómetro (inquérito sobre a perceção da população acerca da violência de género, conduzido pela Comissão Europeia) considera que a violência contra as mulheres é comum, sendo, em todos os escalões etários, sempre maior a proporção de mulheres com esta opinião comparativamente à proporção de homens.

A proporção de homens aumenta ligeiramente quando se compara a perceção de homens com idades entre os 40 e 54 anos e homens com 55 e mais anos, passando de 68% para 70% (Figura 4.34).

Quando a pergunta é: “Em termos gerais, quão comum pensa ser a violência contra os homens em Portugal?” verifica-se que a maior parte das pessoas inquiridas, homens e mulheres, considera que a violência contra os homens não é comum (acima de 60%), independentemente do sexo e da idade, embora sejam sempre mais homens do que mulheres a considerar que a violência contra homens não é comum em Portugal. Verifica-se um ligeiro decréscimo da proporção de indivíduos com 55 e mais anos de idade que consideram que a violência contra os homens não é comum em Portugal, comparativamente ao que se verifica no escalão etário dos 40 aos 54 anos (Figura 4.35).

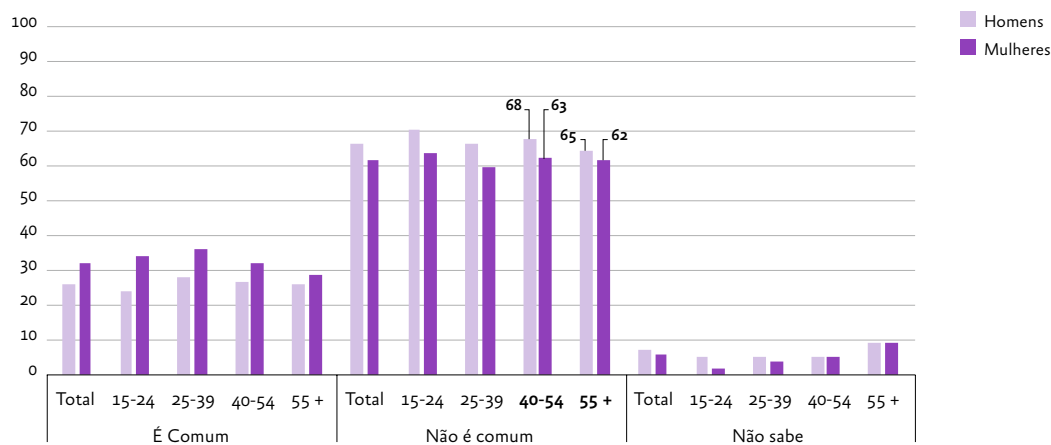
Figuras 4.34 e 4.35 Perceção da prevalência da violência contra as mulheres na UE 28 e Portugal, por grupo etário e sexo (%), 2016

“Em termos gerais, quão comum pensa ser a violência contra as mulheres em...(no seu País)?”



Fonte: Comissão Europeia, *Special Eurobarometer Gender-based violence* 449.

“Em termos gerais, quão comum pensa ser a violência contra os homens em...(no seu país)?”



A violência no espaço público e entre desconhecidos é predominantemente masculina. As mulheres, ao invés, estão maioritariamente representadas entre as vítimas e no privado, quer em Portugal (*e.g.* Lisboa *et al.*, 2007) quer nos restantes países da Europa.

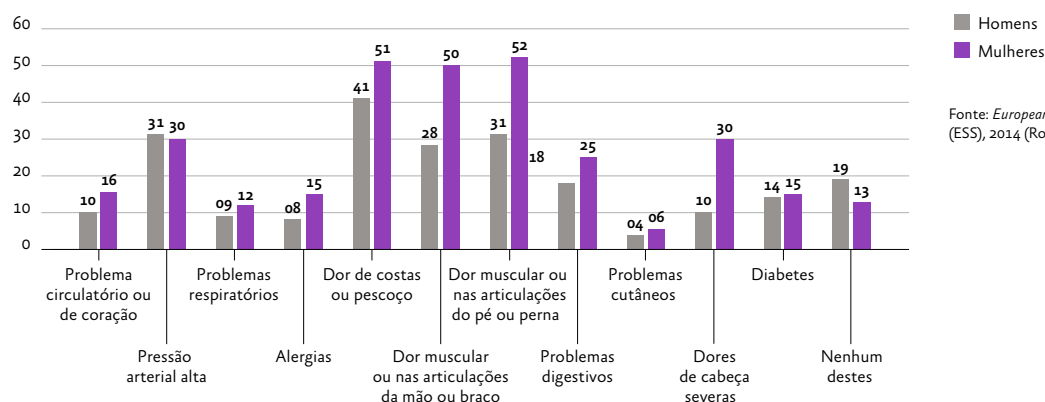
4.5. Saúde e causas de morte

A saúde assume importância na fase tardia da vida ativa. As assimetrias de género ao longo da vida parecem influenciar a saúde de homens e mulheres. Na juventude, os rapazes são mais fustigados do que as raparigas aumentando a mortalidade dos indivíduos do sexo masculino. A exposição ao risco é distinta para rapazes e raparigas fazendo parte da construção social de masculinidades e feminilidades.

Na *rush hour of life* também se viu que as mulheres estão mais sobrecarregadas exigindo-se, mais a elas do que a eles, responsabilidades na articulação entre a vida familiar (na conjugalidade e maternidade mas também na prestação de cuidados a outras pessoas dependentes, mais velhas), na articulação com o trabalho pago e com o trabalho não pago, igualmente mais assegurado por mulheres do que homens.

As condições na fase tardia da vida ativa, supra analisadas, traduzem também estas circunstâncias de género. Neste capítulo, dedicado à saúde e causas de morte, a análise de género permite compreender melhor assimetrias nas doenças, diferenças nas causas de morte e a sua relação com o que, na Europa e em Portugal, se espera correspondam aos desempenhos de homens e de mulheres. O suicídio é, também, um fenómeno genderizado. Tal como se constatou nas fases da vida anteriores, também nas idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos os homens registam maiores taxas de suicídio do que as mulheres. Vários estudos revelam diferenças de género na saúde, penalizando as mulheres. Nomeadamente, na dor crónica, a sua frequência, intensidade e duração (Sarah *et al.*, 2007; Rustøen *et al.*, 2004), nas doenças crónicas (Varkey, 2004) e/ou psiquiátricas (Binswanger *et al.*, 2011; Piccinelli and Wilkinson, 2000; Kornstein *et al.*, 2000). Esta tendência verifica-se na Figura 4.36, em que, com exceção da diabetes e da pressão arterial alta, mais mulheres do que homens dos 50 aos 65 anos, em Portugal, apresentam maiores proporções de problemas de saúde, como por exemplo dores, problemas respiratórios e circulatórios.

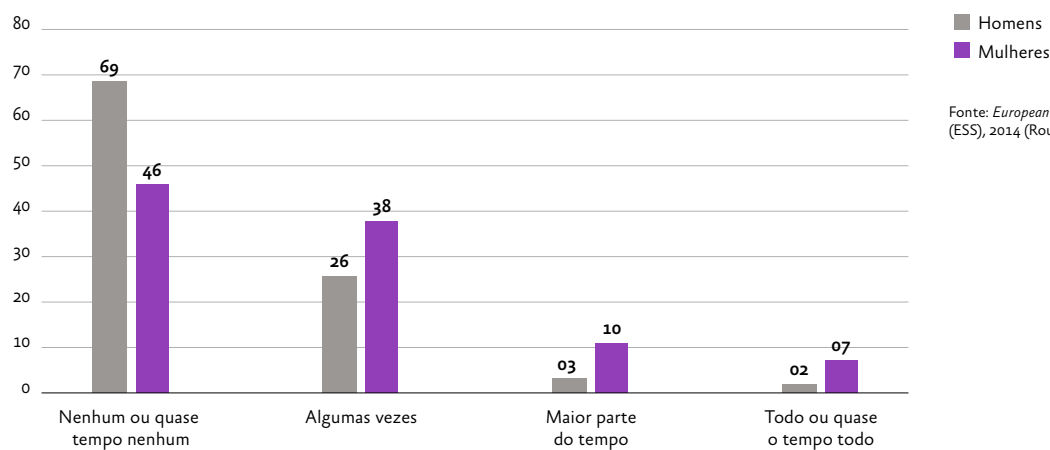
Figura 4.36 Tipos de problemas de saúde, dos 50 aos 65 anos, por sexo (%)



Fonte: *European Social Survey (ESS)*, 2014 (Round 7).

Para além destes tipos de problemas, as mulheres também reportam mais perturbações frequentes do sono, que vão aumentando à medida que vão envelhecendo, e a presença de sentimentos depressivos. As portuguesas da fase tardia da idade ativa, mais do que os homens, declaram ter-se sentido deprimidas em algum momento na semana prévia à resposta ao questionário (55,5% face a 31,2%) (Figura 4.37).

Figura 4.37 Na última semana com que frequência se sentiu deprimido/a, dos 50 aos 65 anos, por sexo (%)

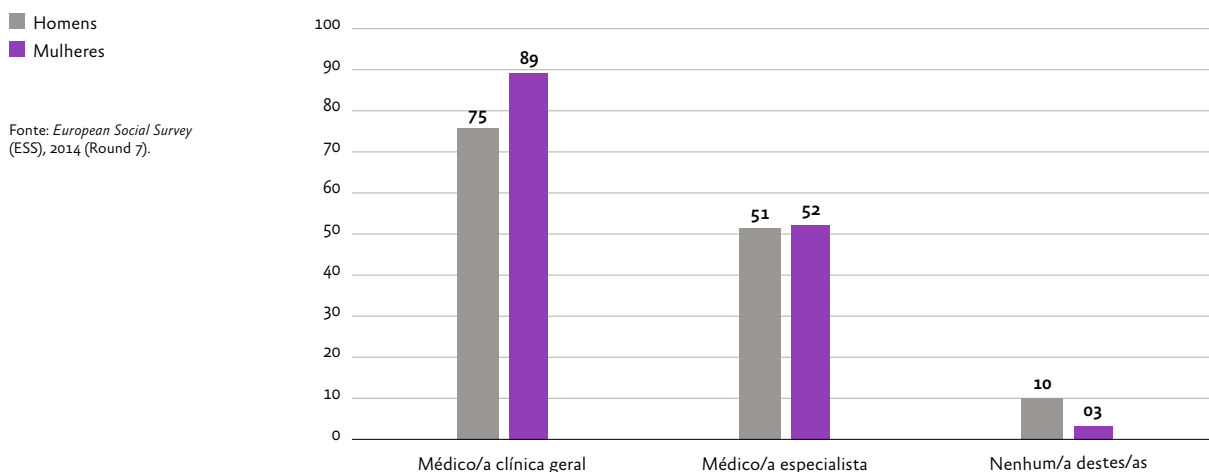


Fonte: *European Social Survey (ESS)*, 2014 (Round 7).

Esta situação penalizadora das mulheres no que à saúde diz respeito pode explicar, em parte, o maior acesso que as mulheres revelam aos cuidados de saúde (Ferreira da Silva & Alves, 2002). Esta utilização mais intensiva dos cuidados de saúde pelas mulheres explica-se também pela maior proximidade que tradicionalmente mantêm com a esfera do cuidar, podendo constituir uma oportunidade para a proteção da saúde feminina.

Em Portugal, em 2014, 89,4% das mulheres entre os 50 e os 64 anos de idade referem ter recorrido a um/a médico/a de clínica geral face a 75,5% dos homens. Quase 10 % dos homens declaram não ter recorrido nem a médicos/as de clínica geral nem a médicos/as especialistas (Figura 4.38).

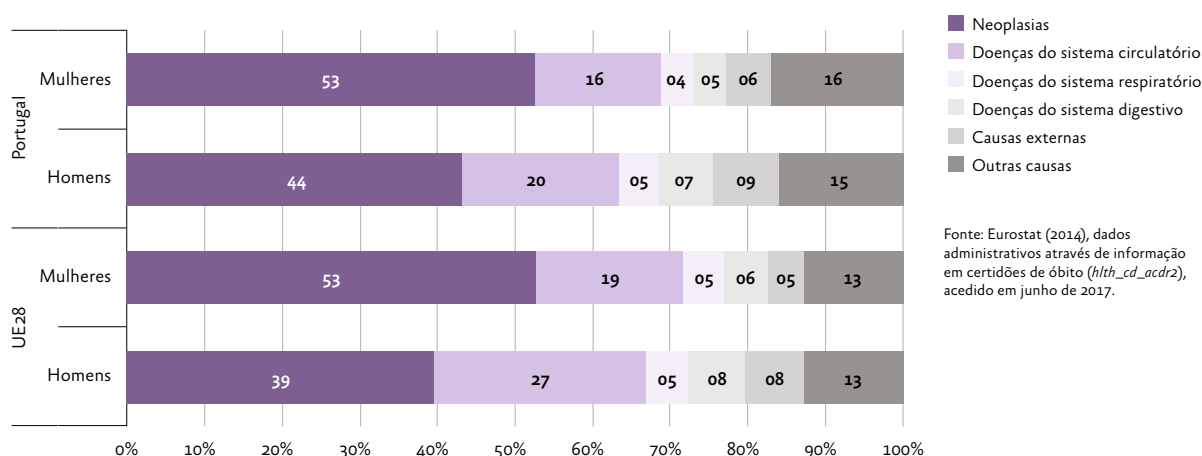
Figura 4.38 Com quem falou sobre o seu estado de saúde nos últimos 12 meses, dos 50 aos 65 anos, por sexo (%)



Relativamente às causas de morte, na fase tardia da vida ativa, tanto em Portugal como na União Europeia a 28 países, a maior parte dos homens e das mulheres morrem por neoplasias, embora seja maior a proporção nas mulheres (53,3% das portuguesas face a 43,7% dos portugueses, 52,8% das europeias face a 39,4% dos europeus) (Figura 4.39).

Mais homens do que mulheres morrem por doenças do sistema circulatório (20,4% e 16,4%, respetivamente) e devido a causas externas (8,5% e 6,0%). A masculinização das causas externas de morte explica-se pela já indicada tendência para os homens se exporem mais a situações de acidente e violência, no sentido de afirmação da sua masculinidade (Pedroso, 2013; Moura *et al.*, 2015).

Figura 4.39 Causas de morte (2014) por sexo, Portugal e UE 28 (%)

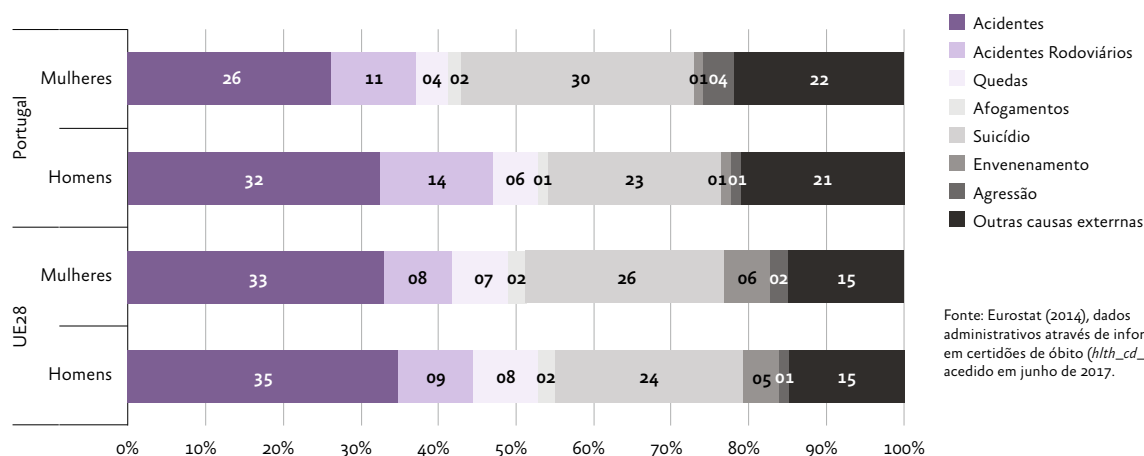


Fonte: Eurostat (2014), dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acdr2*), acedido em junho de 2017.

Quando consideradas apenas as causas externas de morte, percebe-se que a maior parte das mortes ocorridas por este tipo de causas devem-se a acidentes e suicídios. Apesar de não se verificarem diferenças assinaláveis entre europeias e europeus, em Portugal percebe-se que mais homens morrem, entre os 50 e os 65 anos, de acidente (32,4%) e acidentes rodoviários (14,4%) e mais mulheres morrem de suicídio (29,9%) (Figura 4.40).

Este resultado, tal como já verificado na *rush hour of life*, parece contrariar as tendências constatadas em estudos como o de Bilsker e White (2011) e o de Varnik *et al.* (2008). No entanto, quando se analisa a taxa bruta de suicídio percebe-se que mais homens do que mulheres cometem suicídio. Apenas, proporcionalmente, mais ainda morrem de acidente, reduzindo o peso das mortes por suicídio no total de mortes por causas externas.

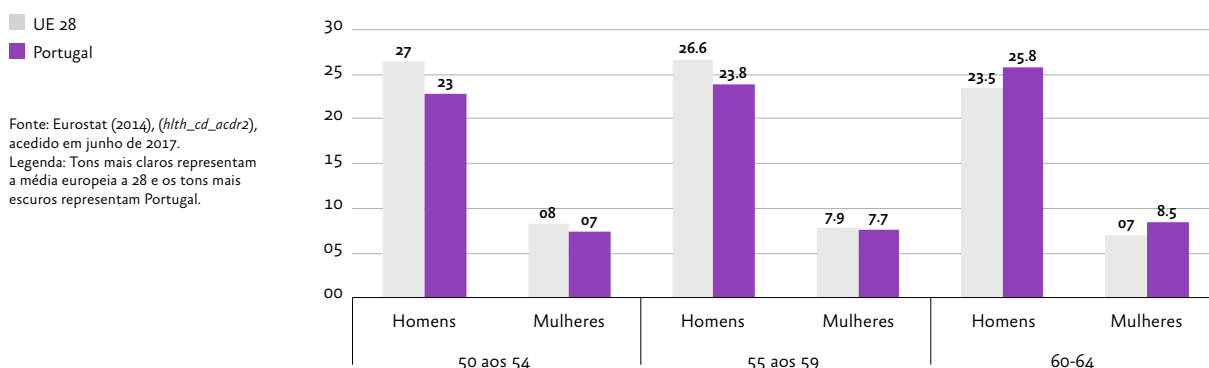
Figura 4.40 Causas externas de morte (2014) por sexo, Portugal e UE 28 (%)



Fonte: Eurostat (2014), dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acdr2*), acedido em junho de 2017.

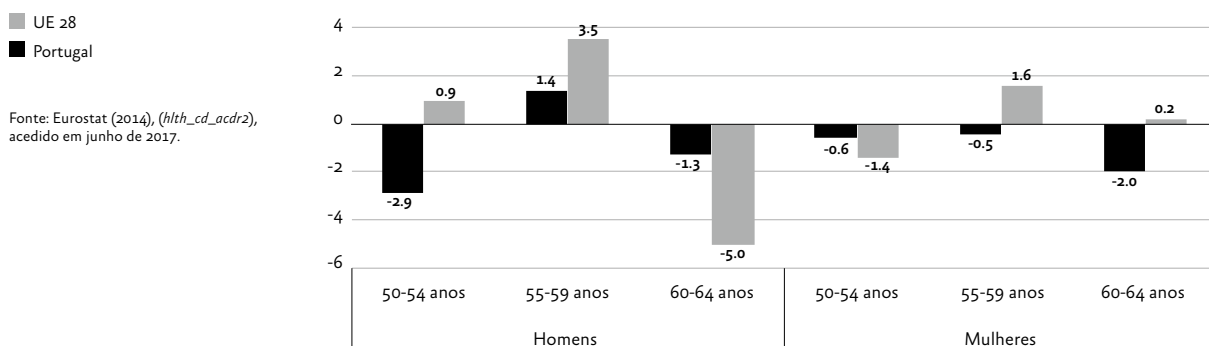
Tal como já se tinha constatado nas fases da vida anteriores, também nas idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos os homens registam maiores taxas de suicídio do que as mulheres (Figura 4.41). Se dos europeus que morreram por causas externas de morte entre os 50 aos 54 anos de idade, 26,5% suicidaram-se, este valor baixa para os 8,2% nas europeias. Em Portugal, a tendência é a mesma, com 22,8% e 7,4%, respetivamente.

Figura 4.41 Taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (50-64 anos) (%), 2014



Isto poderá ser explicado pela relutância por parte dos homens em procurar ajuda médica e pelos métodos mais mortais utilizados no suicídio. Quando se analisa a mudança entre 2004 e 2014 para Portugal e para a União Europeia, percebe-se que homens europeus e mulheres europeias registaram uma tendência para a diminuição da taxa de suicídio (com exceção para os homens dos 55 aos 59 anos que apresentaram um aumento de 1,4 p.p.), tendência seguida por portugueses e portuguesas, com exceção dos homens e mulheres dos 55 aos 59 anos de idade (aumento de 3,5 p.p. e 1,6 p.p., respetivamente) (Figura 4.42).

Figura 4.42 Mudança na taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (p.p.), 2004-2014



A análise de género revela que as mulheres apresentam mais e maior diversidade de problemas de saúde admitindo-se, contudo, que também elas recorram mais aos serviços de saúde estando assim a sua situação melhor diagnosticada. As principais causas de morte traduzem padrões de género com os homens a manifestarem causas de morte ligadas às masculinidades.

4.6. Valores

À semelhança do que já foi feito relativamente à *rush hour of life*, também para a fase tardia da vida se optou por centrar a análise nos valores dos europeus e das europeias em torno do papel que homens e mulheres devem ocupar nas esferas da família e do trabalho.

Relembramos que, de forma genérica, a família tem sido apontada como a principal prioridade na vida das mulheres e dos homens em toda a Europa, chegando a concordância com esta ideia numa escala de zero a dez a valores médios superiores a nove (Torres *et al.*, 2006: 139).

Seguindo idêntica tendência, verifica-se que mulheres e homens na fase tardia da vida atribuem um elevado nível de concordância à expressão “os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos”: numa escala de zero a cinco atribuem valores médios em torno de quatro (Figura 4.43). Pode assim concluir-se que em toda a Europa (incluindo Portugal e outros países do sul) prevalece uma perspetiva igualitária que preconiza iguais responsabilidades para as mulheres e os homens na esfera dos cuidados (Wall, Aboim e Cunha, 2010; Bergmann e Lechner, 2012; Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013; Wall *et al.*, 2016).

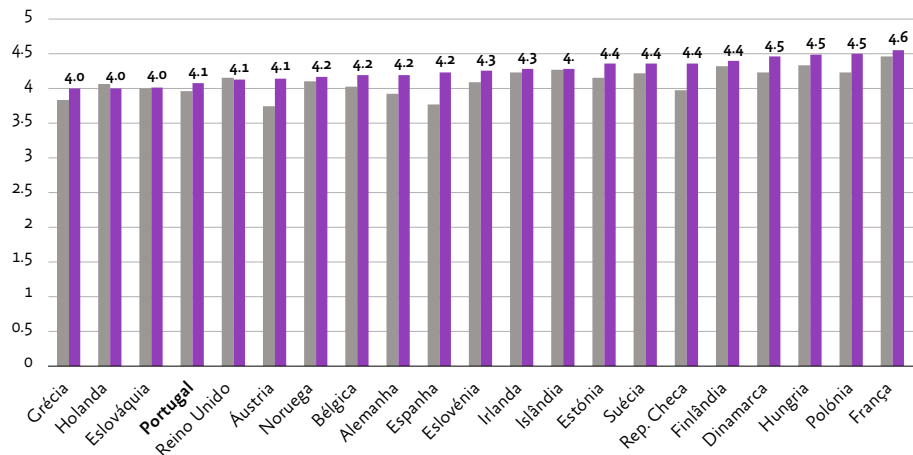
Importa, contudo, referir que ao contrário do registado na *rush hour of life*, na fase tardia da vida ativa se observam algumas diferenças. Apesar de alguma convergência entre homens e mulheres, as mulheres tendem a expressar uma posição mais exigente relativamente ao aprofundamento da igualdade entre homens e mulheres na família e nas responsabilidades cuidadoras. Este posicionamento traduz-se no facto de, na maioria dos países (exceto Holanda e Reino Unido), as mulheres apresentarem valores médios de concordância mais elevados do que os homens. Entre os países com posições médias de menor concordância (em torno de valores médios de quatro) verifica-se que as mulheres apresentam um posicionamento mais igualitário do que os homens, sendo particularmente evidentes os casos da Grécia, Espanha e Áustria – países onde a diferença de posicionamento entre mulheres e homens é mais importante. O posicionamento menos tradicionalista das mulheres também se observa em países cujos níveis de concordância são mais elevados (onde tanto mulheres,

como homens claramente ultrapassam o ponto quatro da escala), destacando-se os casos da República Checa, Dinamarca e Polónia.

Figura 4.43 Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo (médias)

■ 50-64 anos Homens
■ 50-64 anos Mulheres

Fonte: *European Social Survey* (ESS), 2004 (Round 2).



Tal como também verificado na *rush hour of life*, parece observar-se na fase tardia da vida ativa a emergência de uma visão não tradicionalista por parte de homens que reclamam a necessidade de maior envolvimento no dia a dia da família (Wall, Aboim e Cunha, 2010; Wall *et al.*, 2016): visível não só de forma transversal a toda a Europa onde eles tendem a concordar com a ideia de igualdade no desempenho de responsabilidades familiares e cuidadoras – seguindo de perto as mulheres como principais agentes da produção da igualdade – e reforçada nalguns países (como Holanda e Reino Unido) em que o seu posicionamento é igual ou ainda menos tradicionalista do que o das mulheres.

Em contraponto com este posicionamento igualitário, e seguindo um padrão já identificado na *rush hour of life*, quando se pergunta à população europeia se “uma mulher deve estar preparada para reduzir o seu trabalho pago para o bem da sua família” na maioria dos países, as mulheres e os homens não concordam nem discordam, assumindo uma posição ambígua. Só nos países nórdicos, na Holanda e na Bélgica se rejeita esta ideia, aproximando-se da discordância com valores em torno de 2 numa escala de 1 a 5 (em que 1 representa a discordância total). Lituânia e Chipre assumem uma posição de concordância, apresentando, valores que chegam perto ou ultrapassam ligeiramente 4 (Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013) (Figura 4.44).

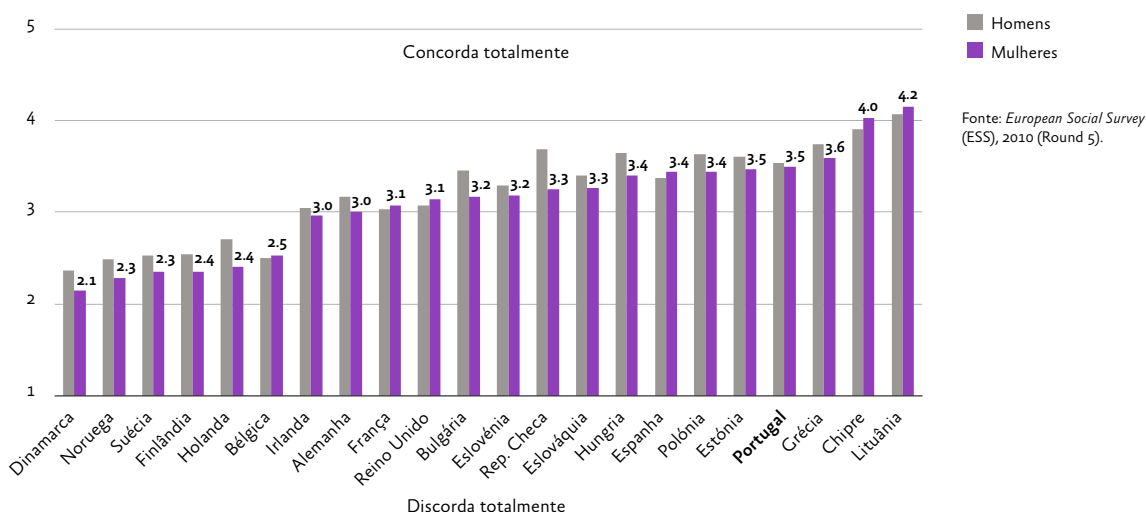
A análise da fase tardia da vida ativa parece também indiciar que nesta idade se agudiza ligeiramente o fenómeno já identificado na *rush hour of life*, em que numa parte dos países europeus as mulheres continuam a ser

vistas como a solução de recurso para a articulação do trabalho e família e como a garantia do bem-estar. Ou seja, os valores médios de concordância são ligeiramente mais elevados para a generalidade dos países nesta fase da vida, reforçando a ideia de que as mulheres possam ser percebidas de forma ambivalente: por um lado, como profissionais e, por outro, como cuidadoras naturais; vivendo sob a tensão contraditória de poderem e terem direito, tal como os homens, a participar na vida económica e no mercado de trabalho; mas também a assegurar o bem-estar da família.

Por outro lado, nos países nórdicos onde as políticas de igualdade de género se encontram mais desenvolvidas e têm já uma longa tradição, as mulheres e os homens na fase tardia da vida ativa rejeitam o sacrifício profissional das mulheres em função da família – apresentando valores médios mais próximos de 2 (discordância).

Importa não negligenciar que os homens assumem, de forma praticamente transversal a toda a Europa (exceção para Bélgica, Reino Unido, Espanha, Chipre e Lituânia), uma posição sempre mais conservadora e tradicionalista do que as mulheres: eles tendem mais a apresentar níveis médios de concordância com a retirada das mulheres do mercado de trabalho quando o bem-estar da família está em causa, do que as mulheres. Os casos de exceção indiciam, pelo menos parcialmente, a forte incorporação por parte das mulheres das expectativas e das normas que as associam à ideia de serem cuidadoras naturais: exigindo a si mesmas o cumprimento de expectativas e normas de género que as penalizam e colocam em causa os seus projetos de vida profissionais e/ou a sua autonomia.

Figura 4.44 Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo (média)

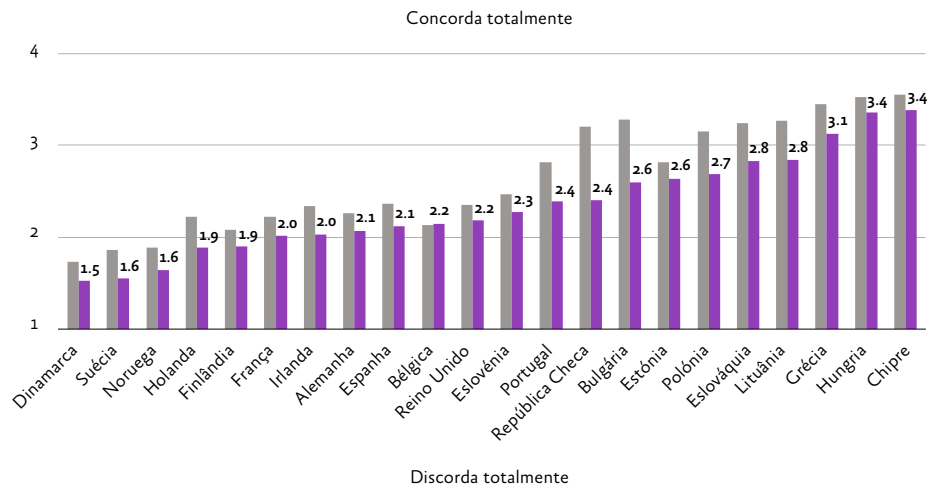


Na resposta à pergunta “quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres”, em média, na maioria dos países europeus, mulheres e homens rejeitam esta ideia, situando-se as mulheres na maioria dos países próximas da discordância total (1) ou discordância (2), com valores médios que vão desde o 1,5 ao 2,5. Só alguns países de leste, Grécia e Chipre se aproximam do valor médio da escala (3 que representa a posição: “não concordo, nem discordo”). Por seu turno, observa-se que os homens em todos os países rejeitam sempre menos esta ideia do que as mulheres, sendo, contudo, particularmente relevantes os casos da República Checa e da Bulgária onde o seu posicionamento ultrapassa o ponto médio da escala (Figura 4.45).

Figura 4.45 Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo (média)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: *European Social Survey* (ESS), 2010 (Round 5).



Tal como se viu na *rush hour of life*, esta rejeição significa que, mesmo em situação de crise e desemprego, as mulheres devem ter igualdade de acesso ao mercado de trabalho. Novamente aqui, a rejeição desta ideia, ou seja, o alinhamento com posições mais igualitárias, é mais intensa entre os países nórdicos do que no resto da Europa.

Apesar de, nesta fase da vida, se notar um ligeiro aumento da concordância com a afirmação “quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres” – um posicionamento ligeiramente mais conservador – as mulheres em Portugal posicionam a sua atitude na rejeição desta afirmação, assumindo uma visão igualitária no acesso ao mercado de trabalho, rejeitando a ideia de que em cenário de falta de emprego os homens deveriam ter prioridade em ocupá-los. Em contraponto, os homens

na fase tardia da vida ativa manifestam mais uma posição de ambivalência relativamente a esta questão. Esta relativa maior abertura face a ideias de igualdade de género na família e no trabalho, revelada pelas mulheres na fase tardia da vida ativa relativamente aos homens, tem sido demonstrada também noutros estudos, como é o caso do *research brief* “Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014” de Ramos, Atalaia e Cunha (2016) que a seguir brevemente se descreve:

Atitudes igualitárias na família e entre os sexos, porém mais tradicionais quanto aos direitos individuais

A partir da síntese de resultados dos dados do ISSP no *research brief* “**Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014**” (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016) foi possível analisar as atitudes que o grupo etário dos **45 aos 64 anos** assume:

- Grande aceitação da **informalização da conjugalidade** entre os homens (cerca de 90%) e entre as mulheres (80%).
- **Tanto homens como mulheres concordam que as despesas da casa devem ser partilhadas pelos dois membros do casal**, (cerca de 90%). Também rejeitam o modelo de família tradicional, onde compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família (concordância em menos de 30% em ambos os sexos).
- **Ambos apoiam a divisão igualitária das tarefas domésticas pelo casal**, embora as mulheres um pouco mais (acima de 80%) do que os homens (cerca de 70%).
- **Ampla concordância relativamente à introdução de medidas pró-igualitárias no trabalho**, tais como garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres (cerca de 90%), extensão da licença parental obrigatória para o pai (60%) e a partilha da licença entre o pai e a mãe, esta levemente mais expressiva entre os homens (60%) do que entre as mulheres (cerca de 50%).
- **Maior aceitação das famílias monoparentais e de casais do mesmo sexo entre as mulheres** (cerca de 50%), **embora com pouca diferença relativamente aos homens** (em torno de 40%). Opiniões mais desfavoráveis relativamente à parentalidade dos casais homoafetivos masculinos, principalmente entre os homens: somente cerca de 30% dos homens, e quase 50% das mulheres, concorda que um casal de dois homens pode criar um filho tão bem como um casal heterossexual.
- **As opiniões desse grupo etário tendem a ser mais conservadoras do que as das gerações mais jovens no que concerne aos direitos individuais**, como a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e o casamento e a adoção por casais de pessoas do mesmo sexo (concordância em menos de 40% em ambos os sexos).

Contudo, se a igualdade entre homens e mulheres relativamente ao trabalho pago parece ser um valor adquirido em Portugal e no resto da Europa, mesmo havendo uma grande concordância relativamente à necessidade de mulheres e homens terem iguais responsabilidades nas tarefas cuidadoras, a feminização

das responsabilidades cuidadoras e domésticas persiste em Portugal e na maioria dos países europeus (Torres *et al.*, 2013; Saraceno 2000; Fahey e Spéder 2004; Wall 2005; Tobio 2001, 2005; Crompton 1999, 2006; Wall, Aboim e Cunha, 2010).

Em síntese, a regularidade eminente no plano dos valores sugere que homens e mulheres na fase tardia da vida ativa têm atitudes relativamente próximas. A semelhança manifesta-se também na atribuição de maiores responsabilidades às mulheres do que aos homens no cuidar da casa e da família e na articulação entre o trabalho e a família, embora se observe menor concordância com estes valores por parte das mulheres.

4.7. Perfis e classes sociais de homens e mulheres na Europa

Para situar os homens e as mulheres dos 50 aos 65 anos residentes em Portugal no contexto europeu, tal como sucedeu para a juventude e na *rush hour of life*, procedeu-se a uma análise de *clusters*, desta vez com as variáveis: taxa de emprego, taxa de desemprego, salário médio/hora e a média de horas de trabalho semanal. Para o desenvolvimento desta análise foi retirada a Islândia, por não haver dados disponíveis neste país para pelo menos um indicador.

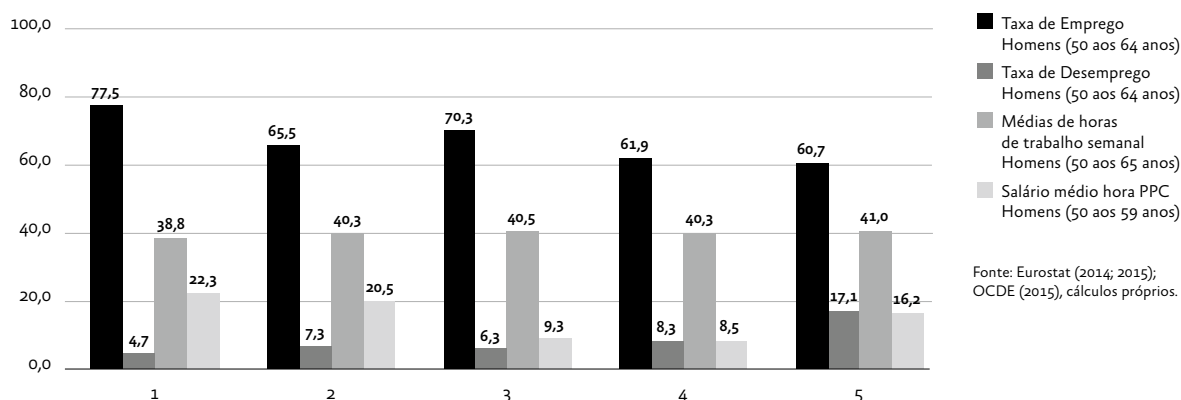
4.7.1 Homens portugueses: os mais mal remunerados

Com a realização dos *clusters*, foi possível compreender o posicionamento dos países europeus no que diz respeito às variáveis seleccionadas. Assim, no que diz respeito aos homens europeus dos 50 aos 65 anos de idade identificaram-se cinco grupos de países:

- Um primeiro grupo constituído por alguns países escandinavos (Noruega, Finlândia e Dinamarca), Reino Unido e alguns países continentais (Alemanha e Holanda);
- Um segundo grupo composto pela Suécia, Irlanda, Itália e os restantes países continentais (Bélgica, França e Áustria);
- Um terceiro grupo integrando a República Checa, Estónia e Lituânia;
- Um quarto grupo constituído por alguns países de leste (Bulgária, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia) e Portugal;
- Um quinto e último grupo envolvendo a Grécia, Espanha e Chipre.

Através do cruzamento entre os *clusters* definidos e as variáveis em análise, foi possível observar as principais características de cada grupo de países (Figura 4.46).

Figura 4.46 Perfis de países, dos 50 aos 64 anos (Homens) (%)



Em Portugal, os homens tendem a equiparar-se aos homens da Bulgária, Letónia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia, isto é, fazem parte do grupo com uma das menores taxas de emprego, das maiores taxas de desemprego, com os salários mais baixos e com maiores médias de horas de trabalho.

Os homens portugueses distanciam-se dos homens gregos, espanhóis e cipriotas. Estes apresentam a maior taxa de desemprego da Europa, a menor taxa de emprego, mais horas de trabalho e maiores salários do que os homens em Portugal.

Os homens portugueses afastam-se também do grupo constituído pelos homens dos países escandinavos (Noruega, Finlândia e Dinamarca), do Reino Unido e de alguns países continentais (Alemanha e Holanda). Este grupo caracteriza-se pela maior taxa de emprego no contexto europeu, salário médio/hora mais elevado, a menor taxa de desemprego e a menor média de horas semanais de trabalho.

Os homens portugueses também se separam do grupo formado pela Suécia, Irlanda, Itália e restantes países continentais (Bélgica, França e Áustria). Os homens europeus destes países definem-se por uma das maiores taxas de emprego, o segundo salário médio/hora mais elevado, das menores taxas de desemprego e das menores médias de horas semanais de trabalho.

Finalmente, os homens portugueses diferenciam-se dos homens de Malta e restantes países de leste (República Checa, Estónia e Lituânia). Os homens que constituem este grupo definem-se pela segunda maior taxa de emprego, a segunda menor taxa de desemprego, das maiores médias de horas de trabalho semanal e dos menores salários.

Ao comparar a fase tardia da vida ativa com a *rush hour of life*, verifica-se, em todos os grupos de países analisados, uma diminuição da taxa de emprego. Os homens dos países do sul separam-se em três grupos ao contrário do que

acontecia na juventude, em que se concentravam num só grupo e na *rush hour* em que se dividiam em dois. Tal como sucede no grupo etário anterior, Grécia e Espanha isolam-se, agora juntamente com o Chipre, devido à elevada taxa de desemprego masculina. A Itália distancia-se dos restantes países do sul pelos salários médios/hora mais elevados. Os homens portugueses dos 50 aos 64 anos de idade encontram-se agregados aos homens da maioria dos países de leste (Bulgária, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia), caracterizados pelas baixas remunerações.

4.7.2 Mulheres portuguesas: mais horas de trabalho, mas piores remunerações

As mulheres europeias dos 50 aos 65 anos de idade encontram-se também agrupadas em cinco grandes conjuntos de países:

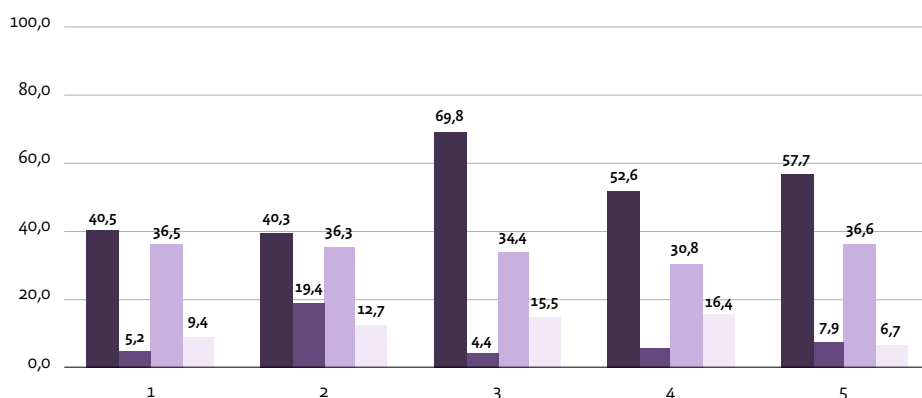
- Um primeiro grupo constituído por Malta, Polónia, Roménia e Eslovénia;
- Um segundo grupo composto por Grécia e Espanha;
- Um terceiro grupo que integra os países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), Reino Unido, Alemanha e Estónia;
- Um quarto grupo envolvendo a Irlanda, Itália, Chipre e países continentais (Bélgica, França, Holanda e Áustria);
- E um quinto e último grupo constituído por Portugal e alguns países da Europa de leste (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria e Eslováquia).

Através da análise da relação entre os grupos de países e as variáveis seleccionadas, foi possível compreender o que aproxima ou distancia as mulheres de alguns países das mulheres de outros (Figura 4.47).

Figura 4.47 Perfis de países, dos 50 aos 64 anos (Mulheres) (%)

■ Taxa de Emprego
Mulheres (50 aos 64 anos)
■ Taxa de Desemprego
Mulheres (50 aos 64 anos)
■ Médias de horas
de trabalho semanal
Mulheres (50 aos 65 anos)
■ Salário médio hora PPC
Mulheres (50 aos 59 anos)

Fonte: Eurostat (2014; 2015);
OCDE (2015), cálculos próprios.



As mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria e Eslováquia), e afastam-se das mulheres dos outros países do sul como Itália (*cluster 4*), Grécia e Espanha (*cluster 2*). Isto é, as portuguesas (e as mulheres de alguns países da Europa de leste) registam das maiores taxas de emprego, a segunda maior taxa de desemprego, a maior média de horas de trabalho e o menor salário médio/hora.

As mulheres da Grécia e de Espanha definem-se pela segunda menor taxa de emprego, a maior taxa de desemprego, salários médios/hora mais baixos e das maiores médias de horas de trabalho. As mulheres portuguesas separam-se também das mulheres de Itália, Chipre, Irlanda e países continentais (Bélgica, França, Holanda e Áustria). Estas mulheres caracterizam-se por uma das menores taxas de emprego e médias de horas semanais de trabalho, o maior salário médio/hora e taxas de desemprego.

Ao mesmo tempo, as mulheres portuguesas estão distantes das mulheres de Malta e restantes países de leste (Polónia, Roménia e Eslovénia). Estas mulheres registam das menores taxas de emprego, maiores médias de horas de trabalho semanal, menores salários e menores taxas de desemprego.

As mulheres portuguesas dos 50 aos 65 anos de idade diferenciam-se também do grupo constituído pelas mulheres dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca), da Alemanha, Reino Unido e Estónia. Neste grupo, estão presentes mulheres que se caracterizam pela maior taxa de emprego, menor taxa de desemprego, pelo segundo salário médio/hora mais elevado e das menores médias de horas semanais de trabalho.

Tal como constatado relativamente aos homens europeus dos 50 aos 65 anos de idade, também as mulheres deste grupo etário registam, em todos os países considerados, uma redução das taxas de emprego em comparação ao registado na *rush hour of life*. As mulheres portuguesas, seguindo a tendência verificada nos grupos etários anteriores, assemelham-se às mulheres da grande maioria dos países de leste (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria e Eslováquia). Mais uma vez, avança-se a elevada participação feminina no mercado de trabalho aliada a baixos salários e elevada média de horas de trabalho semanal como fatores explicativos para este posicionamento no contexto europeu.

4.7.3 Segregação de género no mercado de trabalho com efeito nas classes sociais

A partir dos dados do *European Working Conditions Survey* (EWCS), inquérito europeu que recolhe informação sobre a população ativa nos diversos países, procurou-se perceber que relações se estabelecem entre género e classes sociais

em Portugal e nos países europeus na fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 64 anos). Como se descreve com maior detalhe no capítulo da juventude, para estas análises recorreu-se à tipologia de classes de Costa, Almeida e Machado (2007) que operacionaliza um indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base na profissão de cada indivíduo e na respetiva situação na profissão. Esta tipologia identifica cinco categorias socioprofissionais, nomeadamente as/os dirigentes, empresárias/aos e profissionais liberais (EDL), as/os profissionais técnicas/os e de enquadramento (PTE), as/os trabalhadoras/es independentes (TI), as/os operárias/os (O) e as/os empregadas/os executantes (EE) (Costa, Machado e Almeida, 2007).

Começando por analisar as categorias que, de maneira geral, são mais dotadas de recursos, isto é, as categorias dos/as Empresários/as, dirigentes e profissionais liberais (EDL) e dos/as Profissionais técnicos/as e de enquadramento (PTE), observa-se que o número de homens ultrapassa o de mulheres em todos os países apresentados na categoria EDL (ver Quadro 4.3), sendo o Reino Unido o país que apresenta mais homens (24,3%) e mulheres (23,6%) nessa categoria.

Quadro 4.3 Classes sociais, por país, sexo e grupo etário, dos 50 aos 64 anos, 2015 (%)

Países	Classes (50 aos 65 anos)										Classes (total)									
	EDL		PTE		TI		EE		OP		EDL		PTE		TI		EE		OP	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
República Checa	18,1	6,3	16,5	26,9	10,2	5	19,7	53,8	35,4	8,1	13,8	7,2	18,8	23,6	9,1	6,2	21,2	55	37,1	7,9
Alemanha	13,6	6,8	19,7	22,2	4,5	4,9	27,3	61,2	34,8	4,9	11,2	6,2	19,5	25,7	3,7	3,9	28,6	60,5	37	3,8
Espanha	17,8	11,1	17,8	21	12,7	7	27,5	55,8	24,2	5,2	13,5	8,8	17,5	21,2	9,5	5,5	34,4	59,5	25,1	4,9
Finlândia	20,9	10,6	20,9	42,2	18,9	6	15,4	38,1	23,9	3,2	17,2	10,9	26,8	40,4	13,4	5,6	14,6	39	28	4
França	15	10	37,7	31	1	2,3	20,3	54,8	26,1	1,9	13	8,1	34,1	31,7	2,2	1	23,1	56,7	27,6	2,5
Reino Unido	24,3	23,6	20,4	28,8	12	4,4	20,8	39,7	22,5	3,5	24,3	18,7	23,9	29,6	9,1	3,3	24,4	46,3	18,3	2,2
Polónia	11	7,9	11	26,5	9,7	10,6	22,1	43,7	46,2	11,3	13,3	6,7	11,7	27,6	9	7,4	21,9	50,3	44	8
Portugal	12,6	5,8	11,3	9,3	24,5	26,7	20,1	47,1	31,4	11,1	11,1	5,8	15,2	15,2	21,7	22,7	21,2	45,7	30,9	10,6
Suécia	17,6	9,7	41,8	55,8	3,5	2,9	17,1	30,1	20	1,5	15,3	8,2	37,7	53,3	3,7	1,6	23	34,5	20,4	2,4

Fonte: European Working Conditions Survey (EWCS), 2015.

No sentido oposto, a Polónia, assim como Portugal, são os países com menos homens (11% e 12,6%, respetivamente) nessa categoria. Portugal apresenta também o menor número de mulheres nessa categoria (5,8%), seguido da República Checa (6,3%) e da Alemanha (6,8%). Sendo a categoria dos Empresários/as, dirigentes e profissionais liberais, a que se situa “no topo das distribuições sociais de recursos, poderes e *status*” (Costa *et al.*, 2000:24),

percebe-se logo a posição privilegiada dos homens relativamente às mulheres de maneira transversal a todos os países.

Em contrapartida, na categoria das PTE encontram-se mais mulheres do que homens representadas na maioria dos países, com exceção de Portugal onde os homens somam 11,3% e as mulheres 9,3%, e a França com 37,7% de homens e 31% de mulheres nessa categoria. Na categoria dos/as PTE estão incluídas “basicamente as novas classes médias assalariadas, dotadas de níveis significativos de qualificações (técnicas, científicas e culturais) e/ou ocupando lugares intermédios nas hierarquias organizacionais” (Costa *et al.*, 2000:24-25). Deste modo, o acesso a essas posições relaciona-se fundamentalmente com o capital educativo. A presença maioritária de mulheres nessa categoria poderá refletir a sua maior escolarização, facto transversal na Europa. No caso específico de Portugal, a baixa presença de mulheres nessa categoria na fase tardia poderá refletir precisamente níveis mais baixos de escolaridade das mulheres com mais de 50 anos, até aos 64. Esta é também uma condicionante geracional como veremos mais detalhadamente adiante, visto que as gerações mais jovens de mulheres já se encontram mais representadas nessa categoria e também já possuem mais anos de escolaridade comparativamente às mulheres na fase tardia da vida ativa.

Ao olharmos para as categorias EDL e PTE em conjunto verificamos que apenas a Suécia, Finlândia e Reino Unido apresentam mais mulheres e homens nessas categorias relativamente às outras. A França singularmente apresenta mais homens nas categorias EDL e PTE (52,7%), enquanto as mulheres estão mais representadas nas categorias trabalhadores/as independentes (TI), empregados/as executantes (EE) e operários (OP). O país com maior número de homens representados nas categorias EDL e PTE é a Suécia (59,4%), seguindo-se a França (52,7%) e Reino Unido (44,7%). Em relação às mulheres, mais uma vez a Suécia é o país com valores mais elevados (65,5%), seguido da Finlândia (52,8%) e Reino Unido (52,4%). Portugal destaca-se por se registar menor número de mulheres nas categorias EDL e PTE, cerca de 15,1% e, nas mesmas categorias, os homens representarem 23,9%. Apenas a Polónia apresenta ainda menos homens (22%) inscritos nas categorias EDL e PTE.

Analisando agora as categorias menos qualificadas verifica-se, em quase todos os países que os homens estão mais representados na categoria dos/as operários/as e as mulheres estão mais representadas na categoria dos/as EE. As categorias OP e EE são “ambas formadas por assalariados de base, sem qualificações elevadas nem poderes hierárquicos significativos. Os primeiros desempenham tarefas de produção fabril, oficinal, de estaleiro e de transporte; os segundos ocupam-se de atividades administrativas, comerciais, de segurança e de serviços pessoais variados” (Costa *et al.*, 2000:26). Portanto, a categoria EE

corresponde ao sector dos serviços que emprega principalmente mulheres, seja nas posições mais operacionais como os serviços de limpeza ou nas posições que exigem qualificações básicas, como os serviços de escritório. Nesse sentido, a maior representação de mulheres verifica-se na Alemanha (61,2%), seguida por Espanha (55,8%) e República Checa (53,8%). O número de homens na categoria EE não ultrapassa os 27,5% na Espanha e 27,3% na Alemanha. Portugal, por sua vez, apresenta 47,1% de mulheres e 20,1% de homens nesta categoria. A menor representação de mulheres verifica-se na Suécia (30,1%) e de homens na Finlândia (15,4%).

Olhando agora para os/as operários/as (OP), categoria que abrange as posições que recorrem a trabalhos manuais como a produção fabril ou a construção civil, Portugal apresenta 31,4% de homens e 11,1% de mulheres nesta categoria. Já a Polónia apresenta a proporção mais expressiva de homens (46,2%) e mulheres (11,3%). No sentido oposto, a Suécia apresenta o menor número de mulheres (1,5%) e homens (20%) na categoria OP.

No polo oposto, a Polónia é o país que apresenta o número mais expressivo de homens nas categorias de base (68,3%), seguido da Alemanha (62,1%), República Checa (55,1%) e Espanha (51,7%). Nas mesmas categorias, mas nas mulheres, a Alemanha é o país com maior proporção de mulheres na categoria EE (61,2%) e na categoria OP (4,9%), somando cerca de 66,1%, tal como Espanha (66,1%), seguindo-se a República Checa (61,9% nas duas categorias, EE e OP). Em Portugal, os homens representam 51,5% e as mulheres 58,2% nessas categorias (OP e EE). As mulheres em França (56,7%) e na Polónia (55%) também estão mais representadas nestas categorias do que noutras (TI, PTE e EDL). O país onde se verifica menor expressão nas categorias OP e EE é a Suécia, com 37,1% entre os homens e 31,6% entre as mulheres.

Verificamos, portanto, que Portugal apresenta percentagens consideravelmente mais baixas do que os restantes países nas categorias EDL e PTE e possui a maior proporção de homens e mulheres na categoria trabalhador/a independente (TI), respetivamente 24,5% e 26,7%. Nesta categoria incluem-se “grupos de trabalhadores/as muito diversificados já que nela, tanto se situam aqueles/as que deliberadamente optam por trabalhar num regime autónomo (trabalhadores/as independentes) no sentido literal do termo, como aqueles/as que são forçados/as a aceitar essa situação num contexto de precariedade e fraca capacidade negocial – os/as chamados/as “falsos independentes” (Casaca, 2010: 272). A situação de falso trabalho independente compreende condições laborais precárias nas quais a entidade empregadora não cumpre todas as obrigações para com a segurança social e mais facilmente pode cessar a relação com o/a trabalhador/a, de forma unilateral. Deste modo, a categoria dos/as trabalhadores/as independentes compreende alguma complexidade.

Não sabemos em que extensão as elevadas percentagens de trabalhadores/as nesta categoria em Portugal se enquadram em situações de trabalho precário, com atributos mínimos, ou em situações de trabalho independente qualificado, onde os/as profissionais estão a empreender o seu próprio emprego. Na categoria TI, os países em que os homens têm uma situação mais aproximada da de Portugal é a Finlândia (18,9%) e, no caso das mulheres, a Polónia (10,6%).

Comparemos agora a fase tardia com as fases que a antecedem. Ao analisarmos a situação dos homens na categoria EDL, tendo em consideração os diferentes grupos etários, verificamos um aumento gradual da percentagem de homens nesta categoria em cada fase da vida, atingindo a maior proporção na fase tardia na maior parte dos países. Portugal segue esta tendência pois apresenta na juventude (15-29 anos) apenas 2,4% de homens na categoria EDL, na *rush hour of life* (30-49 anos) 10,8% e na fase tardia 12,6%. Já as mulheres em Portugal estão mais representadas na categoria EDL na *rush hour of life* (7,1%), comparativamente, quer à juventude (1,6%), quer à fase tardia (5,8%). Esta situação também se observa na República Checa, Alemanha e Finlândia.

Na categoria PTE, Portugal é o único país (entre os que se apresentam na Figura 4.48) em que a maior percentagem de homens nesta categoria se verifica na *rush hour of life* (21,1%), sendo menor na fase tardia (11,3%) e registando na juventude valores intermédios (14,6%). Já no caso das mulheres portuguesas, é na juventude que encontramos maior percentagem (25%) na categoria PTE, comparativamente à *rush hour of life* (dos 30-49 anos, com 21,6%) e à fase tardia da vida ativa (dos 50-65 anos, com 9,3%). Idêntica situação também se verifica na República Checa, Alemanha e França. Como dito anteriormente, estão incluídas na categoria PTE as posições que exigem graus mais elevados de qualificação, logo esse resultado poderá refletir o “processo surpreendente, nas últimas décadas, do crescimento da presença de raparigas no ensino pós-obrigatório, mais concretamente no ensino secundário e superior” (Araújo, 2010:232). Processo que em Portugal se tem intensificado nos últimos trinta anos e parece assim corresponder a uma maior presença feminina em posições que exigem maior qualificação no mercado de trabalho nas gerações mais jovens, do que nas mais velhas.

Analisando agora, ainda em Portugal, as categorias EE e OP (em conjunto), verifica-se que a proporção, quer de homens, quer de mulheres, vai diminuindo gradualmente à medida que se analisam as idades da vida: na juventude, estas categorias representam para os homens 82,9% e para as mulheres 67,2%; na *rush hour of life* 57,9% para eles e 61,4% para elas; e na fase tardia da vida ativa, 51,5% para eles e 58,2% para elas. Esta mesma tendência verifica-se, para homens e para mulheres, na Suécia, França, Finlândia e Espanha. No entanto, na categoria dos/as trabalhadores/as independentes (TI), observa-se uma tendência de

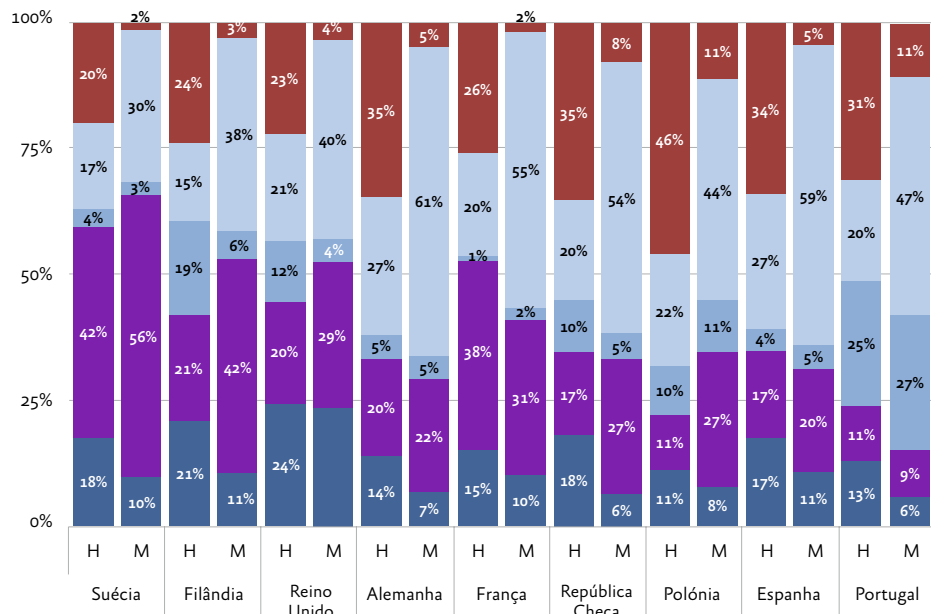
direção oposta. Com efeito, tanto as mulheres como os homens em Portugal aumentam gradualmente a sua representação nessa categoria à medida que se analisam as fases da vida, da juventude à fase tardia, passando pela *rush hour of life*. Na juventude, os homens nem sequer estão representados (0%) enquanto as mulheres representam 6,3%. Contudo, na *rush hour of life* os já 10,3% dos homens ocupam esta categoria, uma proporção ligeiramente acima da proporção encontrada para as mulheres (que é de 10% nesta categoria). Na fase tardia, as mulheres voltam a apresentar uma proporção mais elevada (26,7%) do que os homens (24,5%).

Ao observar agora o total da população em Portugal, é de assinalar um aumento da proporção de pessoas nas categorias EDL e PTE na fase tardia da vida ativa (50-64 anos), tanto para as mulheres (5,9 pontos percentuais) como para os homens (2,4 pontos percentuais), enquanto nas categorias EE e OP se verifica um tímido aumento (0,6 pontos percentuais) para os homens e uma diminuição de quase 2 p.p. para as mulheres. Assim, ao comparar a fase tardia da vida ativa com a população total, não encontramos diferenças assinaláveis.

Figura 4.48 Classes sociais na fase tardia, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo, 2015 (%)

■ EDL
■ PTE
■ TI
■ EE
■ OP

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.



Como se representa na Figura 4.48, de uma maneira geral, as mulheres em Portugal, na fase tardia da vida ativa apresentam percentagens consideravelmente mais baixas do que os homens nas categorias que tendem a exigir maiores qualificações e que tendem também a ser melhor remuneradas, como a EDL e a PTE. Quando comparadas com as mulheres de outros países,

as portuguesas são mesmo as que apresentam as menores percentagens nas categorias de topo. O que refletirá essa desigualdade? De acordo com Ferreira (1999), apesar de na década de 1990 Portugal já registar elevadas taxas de atividade feminina, “a maioria das mulheres [enfrentavam] duras condições de trabalho, remunerações de nível mínimo e fracas perspetivas de formação e progresso numa carreira profissional” (Ferreira 1999:209). Deste modo, apesar de serem mulheres de uma geração há muito inserida no mercado de trabalho, as mulheres portuguesas na fase tardia da vida ativa vivenciaram uma participação permeada por adversidades e pela invisibilização e desvalorização de seu trabalho (não pago) na prestação de cuidados à família e na gestão do lar. Um tal contexto contribuiu para que as desigualdades de género na distribuição por classes sociais, que vimos analisando ao longo das diferentes idades da vida, se mantivesse também na fase tardia da vida ativa.

Notas conclusivas

Na fase tardia da vida ativa é importante registar, relativamente às idades anteriores, um conjunto de mudanças, numa perspetiva de igualdade de género.

Tendo em conta a persistente centralidade do trabalho, nesta fase da vida, importa perceber *em que medida se acentuam ou atenuam as desvantagens das mulheres no mercado de trabalho que já se verificam nos 30 aos 49 anos?*

Nesta idade da vida regista-se uma descida acentuada, tanto em Portugal como na Europa, da participação no mercado de trabalho quer de homens, quer de mulheres, mais expressiva no caso delas. Em contrapartida, aumenta o número de pessoas que já estão reformadas (homens e mulheres). No caso feminino, quase um quinto está nesta fase da vida principalmente dedicada às responsabilidades familiares.

A disparidade salarial entre homens e mulheres nesta fase da vida acentua-se ainda mais e agrava-se no grupo com mais de 60 anos. Verifica-se assim, por diferentes vias – salários mais baixos, carreiras contributivas interrompidas mais precocemente, entre outras razões por responsabilidades familiares – que a desigualdade de género se aprofunda ao longo das idades da vida.

Note-se que a pressão para sair do mercado de trabalho, por exigências familiares, não será sentida por todas as mulheres da mesma forma, já que a taxa de emprego nesta fase é mais elevada para as mulheres com nível de ensino superior. São situações que podem corresponder a salários mais elevados e à externalização da prestação de cuidados.

Nesta fase tardia da vida ativa será que as configurações familiares se alteram? E as condições de vida das famílias, também se modificarão, admitindo o início de

um processo de saída do mercado de trabalho? Com a autonomização dos filhos e das filhas, será que as mulheres diminuem as horas que dedicam ao cuidar?

No que diz respeito às configurações familiares, predominam nesta fase os agregados sem filhos ou filhas dependentes, o que não significa que o apoio direto ou indireto a descendentes ou ascendentes não se mantenha. Com efeito, verifica-se um aumento do tipo de família correspondente a outros agregados, muito provavelmente integrados por três ou mais gerações e, como se registou, as mulheres nesta fase da vida podem sair do mercado de trabalho para apoiar a família.

Com repercussões sobre as condições de vida das famílias, a menor taxa de emprego, quer para eles, quer para elas, pode estar também relacionada com o aumento que se verificou do risco de pobreza nesta fase tardia da vida ativa, mais penalizador para elas.

Em que contextos homens e mulheres estão mais expostos/as à violência? E difere a sua perceção acerca da violência de género?

Os homens estão mais expostos à violência no espaço público, o que se manifesta numa mais elevada taxa de homicídio e no esmagador número observado de reclusos do sexo masculino, e as mulheres estão mais expostas à violência no espaço doméstico. Por outro lado, homens e mulheres têm a perceção de que a violência de género é muito comum sobre as mulheres, mas pouco comum sobre os homens, confirmando os dados existentes sobre vitimização.

Que padrões de género se identificam nos comportamentos e problemas de saúde e nas causas de morte?

Os padrões de saúde e de causas de morte são diferenciados pelo efeito de género. As mulheres, pela sua familiaridade com a esfera do cuidar, recorrem mais aos médicos mas têm mais doenças crónicas e/ou psiquiátricas; os homens, obedecendo a um modelo de masculinidade que os impede de revelar fragilidades, procuram menos os cuidados médicos, e continuam a morrer mais por causas externas (acidentes ou suicídio), embora de forma menos expressiva do que em idades anteriores.

Como se encara, no plano dos valores, na fase tardia da vida ativa, a divisão entre responsabilidades familiares e profissionais? E quais as diferenças entre mulheres e homens? Haverá efeitos geracionais no plano desses valores, isto é, serão as mulheres e os homens mais velhos conservadores quanto a uma partilha de género igualitária?

No plano dos valores mantém-se a tendência para homens e mulheres reconhecerem o direito das mulheres a acederem em pé de igualdade ao mercado de trabalho. No entanto, defende-se ainda em muitos países uma posição ambígua na medida em que se considera serem elas também quem deve assegurar em primeiro lugar as responsabilidades familiares. Só os países nórdicos apresentam uma posição verdadeiramente igualitária.

Considerando ainda as atitudes e valores nota-se que em relação à fase da vida anterior há uma ligeira tendência nesta, em muitos países, para uma defesa menos acentuada das ideias igualitárias, o que pode talvez ser explicado por um efeito geracional.

Será possível identificar perfis de países, e de mulheres e homens, considerando um conjunto de indicadores que refletem de forma genérica as suas condições de vida? E como se situa Portugal no espaço europeu? Como se distribuem os homens e as mulheres por classes sociais nos diferentes países?

Na fase tardia da vida ativa, os homens portugueses tendem a equiparar-se aos homens da Europa do leste com baixas taxas de emprego, elevadas taxas de desemprego, os mais baixos salários e mais horas de trabalho. As mulheres portuguesas também estão mais perto das mulheres do leste da Europa e mais distantes das do sul com maiores taxas de emprego, a segunda maior taxa de desemprego, a maior média de horas de trabalho e o menor salário médio/hora.

Na distribuição por classes sociais mantém-se a segregação vertical, com os homens a ocuparem as classes de empresários dirigentes e profissionais liberais e as mulheres mais representadas na categoria das profissões técnicas e de enquadramento. No entanto, em Portugal, este grupo é muito reduzido, particularmente no caso das mulheres, apresentando um decréscimo relativamente às idades da vida anteriores.

Capítulo 5

Género e idades da vida. Perspetiva global e comparada

Introdução

Neste capítulo analisam-se, de uma forma global e comparada, as três idades da vida: juventude, *rush hour of life* e fase tardia da vida ativa. Os capítulos anteriores incidiram sobre cada uma das idades da vida, mapeando e caracterizando as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres. Importa agora mapear e caracterizar as desigualdades na vida de homens e mulheres, desde a infância até à saída da vida ativa (dos 15 aos 64 anos, portanto).

Neste capítulo mantém-se a perspetiva comparada em dois planos: no plano geográfico, em que se contextualiza a situação de Portugal no panorama europeu, e no plano cronológico, em que se analisa o arco temporal 2000-2016.

O género e a idade aliam-se a outros fatores, como a classe, que acentuam assimetrias. A análise global, isto é, para todas as idades da vida e para todos os países, traz maior diversidade. Isto significa que as desigualdades de género mapeadas numa determinada idade da vida – juventude, *rush hour of life* e/ou fase tardia da vida ativa – podem, agora, ficar menos ou mais expressivas. Este facto permite chamar a atenção para a importância da análise mais profunda e também mais segmentada, por idade, por classe, por país, para se compreender as assimetrias de género.

Como vimos, na fase da juventude, entre os 15 e os 29 anos, as mulheres são mais escolarizadas. No entanto, ao entrar no mercado de trabalho, elas têm desvantagens estando mais desempregadas, tendo salários mais baixos e vínculos contratuais mais precários. Elas também despendem, ainda nesta idade da vida, em média, mais tempo do que eles com o trabalho não pago. Estas situações ocorrem com as jovens a sair de casa dos pais em idades mais precoces do que os homens, o que permite colocar a hipótese de uma autonomização com menos apoio familiar, da família de origem, e assumindo responsabilidades familiares ao constituir uma família.

A conjugalidade marca a *rush hour of life*, sendo o tipo de família mais comum em toda a Europa e ainda mais em Portugal. O nascimento do/a primeiro/a filho/a

também caracteriza esta idade da vida na qual confluem as dimensões familiar, profissional e de articulação entre as duas esferas. No entanto, ser homem ou mulher nesta idade da vida torna estes mesmos desafios diferentes. As horas de trabalho não pago representam uma desvantagem para as mulheres podendo representar uma possibilidade para os homens investirem mais nas suas profissões. A dimensão profissional e, em específico, a diferença salarial com desvantagem para as mulheres, contribui para aumentar o risco de pobreza para elas.

As desvantagens de género, penalizadoras das mulheres, confluem e adensam-se na fase tardia da vida ativa, com as mulheres menos escolarizadas, salários mais baixos, com menos emprego (carreiras contributivas interrompidas mais precocemente), maior risco de pobreza, maiores responsabilidades familiares com a possível prestação de cuidados e apoio a filhos/as e pais e mães e maior mobilidade.

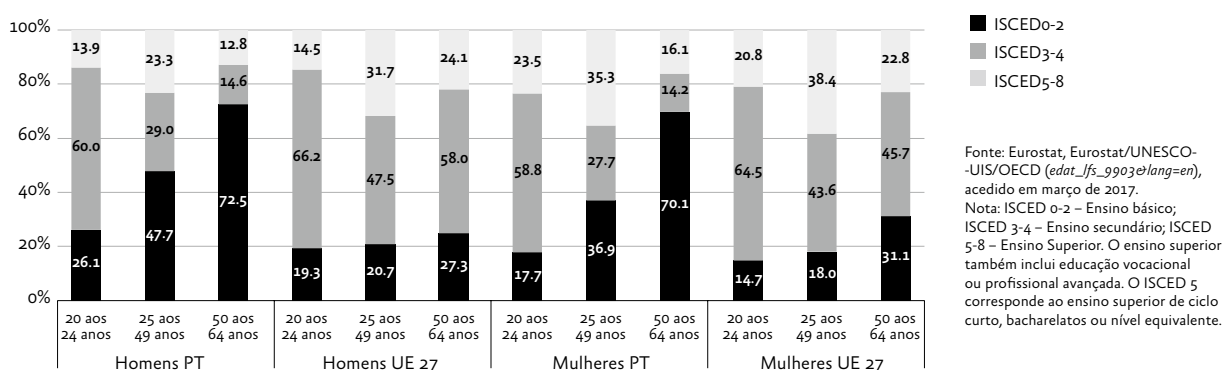
As desvantagens que foram sendo assinaladas para homens e mulheres, em cada idade da vida, agravam-se ou atenuam-se ao longo da vida? Esta é a questão global à qual se procura responder neste capítulo. Seguindo a lógica dos capítulos anteriores, também neste capítulo se procura apresentar hipóteses explicativas para as diferenças e semelhanças encontradas entre homens e mulheres, a partir dos contributos das teorias de género e das ciências sociais.

5.1 Educação

Tal como referido no capítulo dedicado à infância e juventude, foi nos anos 80 do século XX que se deu a expansão do sistema educativo português que se traduziu por uma progressiva diversificação social e pelo alargamento das faixas etárias abrangidas (Sebastião, 2009). Esta situação, específica do caso português, explica não só a baixa escolaridade das gerações portuguesas mais velhas, quando comparadas com a escolaridade da média europeia a 27 países do mesmo grupo etário, mas também o grande aumento da escolaridade das gerações mais novas.

Como se pode ver na Figura 5.1, 72,5% dos homens portugueses com idades entre os 50 e os 64 anos de idade e 70,1% das mulheres portuguesas do mesmo grupo etário apenas completaram o ensino básico, valores que contrastam fortemente com os da média da UE 27, onde se verificam taxas mais baixas, na ordem dos 27,3% e 31,1%, respetivamente. A proporção daqueles e daquelas com escolaridade ao nível do ensino básico tem vindo a diminuir, constituindo apenas 26,1% dos jovens portugueses e 17,7% das jovens portuguesas dos 20 aos 24 anos. A esmagadora maioria da geração mais nova, em Portugal, tal como no contexto europeu, tem o ensino secundário completo (60,0% dos jovens portugueses face a 66,2% dos jovens europeus; e 58,8% das jovens portuguesas face a 64,5% das jovens europeias).

Figura 5.1 Níveis de ensino completo, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2016 (%)



O indicador da média de anos de escolaridade completos (Figura 5.2), evidencia uma tendência semelhante revelando de novo a baixa escolaridade de homens e mulheres em Portugal. Este padrão é notório sobretudo na fase tardia da vida ativa, com uma ligeira penalização das mulheres (9 e 8 anos respetivamente). Nenhum outro país, nesta idade da vida, regista uma escolaridade média tão baixa. Os países mais próximos têm uma média de 12 anos de escolaridade, tanto para os homens, como para as mulheres (Espanha, Polónia e França).

Relativamente ao grupo mais velho, os homens e as mulheres em Portugal na *rush hour of life*, apresentam maior escolaridade, diferença que é mais acentuada ainda nas mulheres. As mulheres portuguesas dos 30 aos 49 anos têm uma média de 12 anos de escolaridade completos, um aumento de 4 anos em relação ao registado na fase tardia, enquanto os homens apresentam uma média de 10 anos, com um aumento de apenas 1 ano de escolaridade em relação à geração mais velha. Nesta idade da vida inverte-se a tendência sublinhada na fase tardia, em que os homens são ligeiramente mais escolarizados do que as mulheres. Na *rush hour*, as mulheres são já mais escolarizadas, em média, do que os homens. A escolaridade dos homens portugueses continua, no entanto, aquém da média dos países apresentados, sendo os países que mais se aproximam França, República Checa e Polónia, com 13 anos de escolaridade (uma diferença ainda assim de 3 anos). A escolaridade das mulheres portuguesas encontra-se já mais próxima da dos restantes países em análise, embora continue ainda a ser a mais baixa. O país que mais se aproxima, na sua média de anos de escolaridade, é a República Checa com 13 anos (uma diferença de 1 ano). Na maioria destes países também se verifica a tendência para uma maior escolarização das mulheres.

Na juventude, as portuguesas e os portugueses apresentam uma média de 12 anos de escolaridade, o que representa um aumento de dois anos de escolaridade para os homens e a estabilidade em relação à geração imediatamente

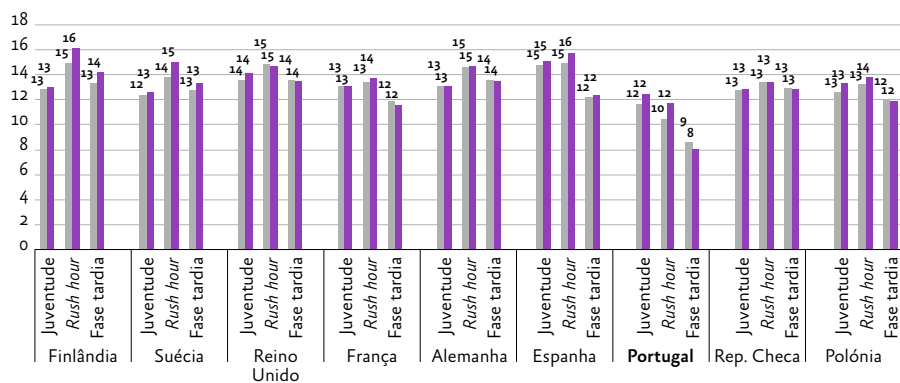
mais velha, nas mulheres. Portugal permanece como o país menos escolarizado entre os países considerados na Figura 5.2, embora com diferenças menos acentuadas. Tanto no caso das mulheres, quanto no dos homens, o país mais escolarizado é a Espanha com uma média de 15 anos de escolaridade, seguido pelo Reino Unido, com 14 anos.

Pensando agora numa perspetiva de análise ao longo da vida, alguns países acompanham a tendência portuguesa para uma geração mais velha menos escolarizada (Espanha, Polónia e França), enquanto a República Checa revela alguma estabilidade na média de anos de escolaridade. Na maioria dos países, verifica-se uma maior escolarização das mulheres na *rush hour of life* do que em qualquer das outras idades da vida (Finlândia, Suécia, Reino Unido, França, Alemanha, Espanha e Polónia). São menos os países em que esta tendência também se verifica nos homens (Finlândia, Suécia e Alemanha). Em Portugal, observa-se um contínuo aumento da média de anos de escolaridade tanto nos homens como nas mulheres, embora mais evidente nos primeiros.

Figura 5.2 Média de anos de escolaridade completos, por país, sexo e grupo etário, 2014 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: *European Social Survey* (ESS) (Round 6), 2014.



Quando se analisa a evolução da média de anos de escolaridade em Portugal, entre 2002 e 2014, percebe-se um aumento em todas as idades da vida, e tanto nos homens como nas mulheres (Figura 5.3). Na juventude, a evolução é menor no caso das mulheres, dada a média de anos de escolaridade ser já consideravelmente elevada em 2002. Os jovens portugueses passam de 10 anos em 2002 para 12 anos em 2014, enquanto as jovens portuguesas passam de 11 para 12 anos apresentando, assim, homens e mulheres jovens, em 2014, a mesma média de anos de escolaridade.

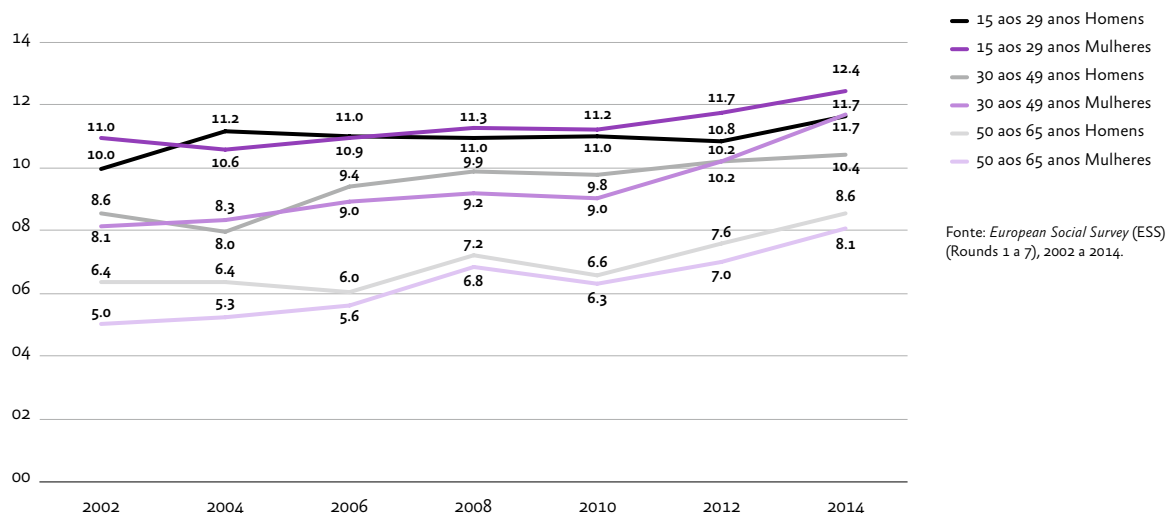
A maior evolução no caso das mulheres foi registada na *rush hour of life*, em que passaram de uma média de 8 anos de escolaridade completos em 2002 para uma média de 12 anos em 2014 (um aumento de 4 anos). Já os homens

aumentaram de 9 para 10 anos. Verifica-se, nesta idade da vida, uma maior escolarização no feminino.

Na fase tardia da vida ativa verifica-se, mais uma vez, um considerável aumento da média de escolaridade das mulheres, de 5 para 8 anos (um aumento de 3 anos). No entanto, no caso dos homens, é nesta idade da vida que se verifica a maior evolução, passando de 6 para 9 anos (também um aumento de 3 anos). É pois visível, na geração mais velha, uma maior escolarização no masculino, mas num quadro de baixa escolarização, tanto de homens, como de mulheres.

Por fim, importa apenas realçar que, na juventude, as mulheres eram já em 2002, mais escolarizadas do que os homens (1 ano), tendência que se manteve (menos de 1 ano); na *rush hour of life*, as mulheres eram menos escolarizadas, mas são em 2014 mais escolarizadas do que os homens (mais 2 anos); e, na fase tardia, os homens eram em 2002 e continuam em 2014, mais escolarizados do que as mulheres (mais 1 ano).

Figura 5.3 Média de anos de escolaridade completos em Portugal, por sexo e grupo etário (2002-2014)



Relativamente aos movimentos geracionais da população, no que à educação diz respeito, verifica-se que a sociedade portuguesa é profundamente marcada pela baixa escolaridade das gerações mais velhas, aqui representadas pelos pais e mães das/os cidadãs/ãos (Quadro 5.1). O que origina grandes proporções de mulheres e homens (dos 25 aos 59 anos) com percursos de reprodução educacional de nível baixo (98,8% e 97,0%) e baixo intermédio (88,2% e 80,4%) e ainda percursos de mobilidade ascendente (71,1% e 61,1%).

¹⁹ **Legenda:** *Reprodução baixa:* Do ensino básico dos pais e das mães (ISCED 0-2) ao ensino básico das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 0-2); *Reprodução baixa intermédia:* Do ensino básico dos pais e das mães (ISCED 0-2) ao ensino secundário das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 3-4); *Mobilidade ascendente:* Do ensino básico dos pais e das mães (ISCED 0-2) ao ensino superior das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 5-8); *Reprodução intermédia baixa:* Do ensino secundário dos pais e das mães (ISCED 3-4) ao ensino básico das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 0-2); *Reprodução intermédia:* Do ensino secundário dos pais e das mães (ISCED 3-4) ao ensino secundário das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 3-4); *Mobilidade ascendente intermédia:* Do ensino secundário dos pais e das mães (ISCED 3-4) ao ensino superior das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 5-8); *Mobilidade descendente:* Do ensino superior dos pais e das mães (ISCED 5-8) ao ensino básico das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 0-2); *Mobilidade descendente intermédia:* Do ensino superior dos pais e das mães (ISCED 5-8) ao ensino secundário das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 3-4); *Reprodução alta:* Do ensino superior dos pais e das mães (ISCED 5-8) ao ensino superior das/os cidadãs/ãos (25-59 anos) (ISCED 5-8).

Quadro 5.1 Perfis de mobilidade educacional, 25 aos 59 anos, por país e sexo (%)¹⁹

	2011																	
	Reprodução baixa		Reprodução intermédia baixa		Mobilidade descendente		Reprodução baixa intermédia		Reprodução intermédia		Mobilidade descendente intermédia		Mobilidade ascendente		Mobilidade ascendente intermédia		Reprodução alta	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
UE27	86,7	86,1	10,7	11,1	2,6	2,8	52,1	52,9	36,1	36,4	11,9	10,8	31,9	33,2	32,3	33,0	35,9	33,8
Rep. Checa	89,7	92,0	8,4	7,0	1,9	1,0	60,7	59,6	32,2	32,7	7,1	7,8	19,2	17,6	43,8	48,5	37,1	34,0
Alemanha	44,5	39,8	44,8	48,5	10,7	11,7	9,8	9,8	66,1	67,5	24,0	22,7	6,3	6,0	45,7	42,6	48,0	51,3
Espanha	94,5	95,4	3,7	3,2	1,8	1,5	76,7	79,8	12,9	12,8	10,4	7,4	61,7	61,5	12,7	14,5	25,6	24,0
França	88,7	92,6	6,6	4,3	4,7	3,2	81,8	84,9	9,9	8,3	8,3	6,7	47,8	49,2	19,6	20,6	32,6	30,2
Polónia	75,5	78,4	22,6	20,0	1,9	1,5	43,7	46,5	51,3	49,2	5,0	4,3	10,8	12,9	60,4	62,6	28,8	24,5
Portugal	97,0	98,8	2,0	1,0	1,0	0,2	80,4	88,2	9,9	9,3	9,6	2,5	61,1	71,1	11,6	11,1	27,3	17,7
Finlândia	58,5	66,1	31,6	25,6	10,0	8,4	45,0	54,1	34,4	28,0	20,7	17,8	32,1	29,2	27,0	33,5	40,9	37,3
Suécia	49,7	48,7	39,8	36,8	10,5	14,5	28,8	33,4	47,2	46,0	24,0	20,7	10,9	14,5	34,0	38,7	55,1	46,8
Reino Unido	84,6	86,3	13,2	9,8	2,2	3,9	58,1	60,4	25,4	27,3	16,5	12,3	37,9	36,0	24,2	25,7	37,8	38,2

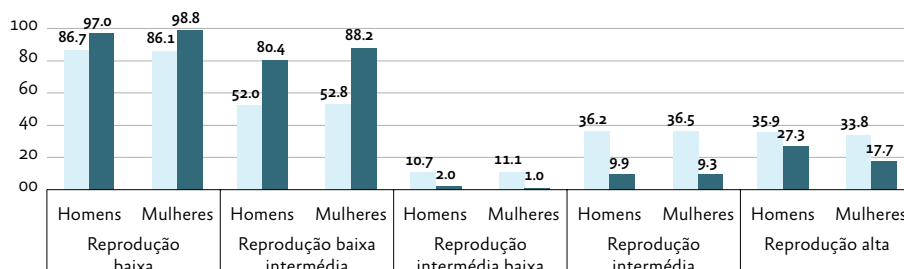
Fonte: Eurostat (*ilc_igtpo1e@lang=en*), acedido em junho de 2017.

Ou seja, das mulheres e dos homens dos 25 aos 59 anos, com ensino básico, 98,8% e 97,0% têm pais e mães igualmente com o ensino básico; daquelas/es com ensino secundário, 88,2% e 80,4% têm pais e mães com o ensino básico; e, por fim, das mulheres e dos homens com ensino superior, 71,1% e 61,1% têm pais e mães com o ensino básico (Figura 5.4). Esta situação, que se verifica em Portugal, é acompanhada pelos países do mediterrâneo, mas contrasta com a verificada nos restantes países da Europa a 27.

Figura 5.4 Perfis de reprodução educacional, 25 aos 59 anos, por sexo, Portugal e UE 27 (%)

UE27
Portugal

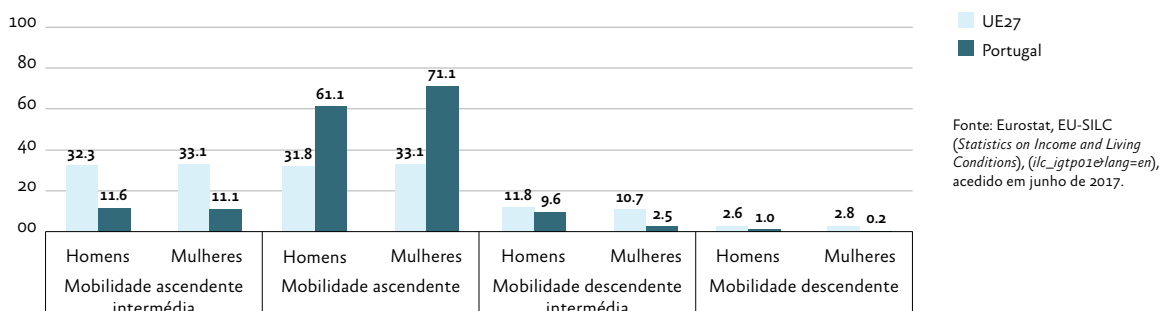
Fonte: Eurostat, EU-SILC
(Statistics on Income and Living
Conditions) (*ilc_igtpo1e@lang=en*),
acedido em junho de 2017.



É nos percursos de mobilidade ascendente que a sociedade portuguesa mais se destaca (61,1% dos homens e 71,1% das mulheres) (Figura 5.5), sendo apenas acompanhada de longe, no caso das mulheres, pela Espanha (61,7% dos homens e 61,5% das mulheres). Estes valores elevados refletem as fortes

mudanças já mencionadas na escolaridade das gerações mais novas em Portugal, situação que é única no contexto europeu.

Figura 5.5 Perfis de mobilidade educacional, 25 aos 59 anos, por sexo, Portugal e UE 27 (%)



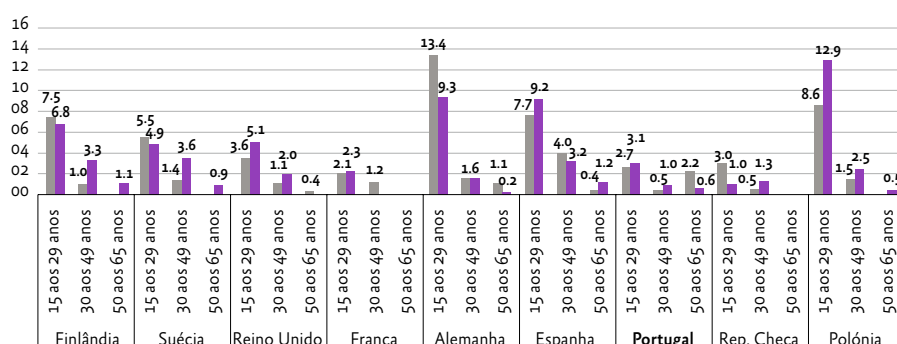
No sentido de compreender o peso das pessoas que estudam e trabalham em simultâneo ao longo da vida, recorreu-se aos dados do *European Social Survey*. A proporção de mulheres e homens a estudar e a trabalhar é, em todos os países considerados, residuais. Os países com maiores proporções de trabalhadores e trabalhadoras estudantes são, na fase da juventude, a Alemanha, Polónia e Espanha. Com a exceção dos homens em Portugal e das mulheres na República Checa, a proporção de mulheres e homens a trabalhar e a estudar diminui ao longo da vida (Figura 5.6).

Não é visível uma tendência clara de género ao longo da vida em todos os países em análise. Nos países nórdicos (Finlândia e Suécia), há mais mulheres a estudar e a trabalhar na *rush hour* e na fase tardia, mas na juventude há mais homens. No Reino Unido e em Portugal, há mais trabalhadoras estudantes na juventude e *rush hour* e mais homens na fase tardia. Em Espanha, há mais mulheres trabalhadoras estudantes na juventude e na fase tardia. A Polónia tem mais trabalhadoras estudantes em todas as idades da vida. Em França, há mais homens a trabalhar e a estudar na *rush hour*, e na Alemanha há mais trabalhadores estudantes na juventude e fase tardia. Por fim, a República Checa, tal como França, não tem trabalhadores nem trabalhadoras estudantes na fase tardia da vida ativa, mas tem mais homens nesta situação na juventude e mais mulheres na *rush hour*.

Figura 5.6 Trabalhadores e trabalhadoras estudantes, por país, sexo e grupo etário (2014) (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: *European Social Survey* (ESS) (Round 7), 2014.



Em síntese, no quadro europeu, Portugal permanece como o país com mais baixa escolaridade, resultado de tardios processos de democratização no acesso à escola e de expansão do sistema educativo. Contudo, verifica-se uma tendência para um contínuo aumento da média de anos de escolaridade, tanto nos homens como nas mulheres. A baixa escolaridade das gerações mais velhas (fase tardia da vida ativa) é acompanhada pelo aumento da escolaridade das gerações mais novas (mulheres e homens na *rush hour of life*, mas sobretudo entre os/as mais jovens), resultando num forte processo de mobilidade educacional ascendente entre as mulheres e os homens em Portugal.

5.2 Género e mercado de trabalho

Olhando de forma global para os dados relativos ao emprego de mulheres e homens, em Portugal e na Europa, e em todas as fases da vida, importa destacar algumas tendências:

Em primeiro lugar e numa visão global, identifica-se um padrão comum às mulheres e aos homens, em Portugal e na Europa (média da UE a 27 países) relativamente à distribuição do emprego nas diferentes idades da vida. Esse padrão é partilhado por mulheres e homens, em Portugal e na Europa. Podemos descrever este padrão através de uma curva normal que percorre as diferentes idades da vida, isto é, o emprego é mais baixo na juventude (fase de integração no mercado de trabalho) (40,9% para os homens e 39,2% para as mulheres em Portugal e 49,7% para os homens e 44,2% para as mulheres na UE 27) e na fase tardia da vida ativa (64,4% para os homens e 53,2% para as mulheres em Portugal e 68,3% para os homens e 55,8% para as mulheres na UE 27), altura em que se verifica que muitas mulheres e homens, quer em Portugal, quer na Europa, já abandonaram o mercado de trabalho. Em contraponto, os valores da taxa de emprego (de mulheres e homens, em Portugal e na UE 27) são

substancialmente superiores na *rush hour of life* (acima dos 80% para eles em Portugal e na UE 27, e 78% para elas em Portugal e 73% na UE 27) (Figura 5.7).

Em segundo lugar, verifica-se outro padrão, similar em Portugal e na Europa, relativamente à capacidade de integração de mulheres e homens na vida económica e no mercado de trabalho: em todas as idades analisadas a taxa de emprego é mais elevada entre os homens do que entre as mulheres.

Em terceiro, devemos destacar que os homens e as mulheres em Portugal, e de forma transversal a quase todas as idades, apresentam taxas de emprego mais baixas do que a média da UE a 27 países. A exceção é marcada pelas mulheres portuguesas que, na *rush hour of life*, estão mais empregadas do que a média da UE 27 na mesma idade da vida. Fenómeno que não pode ser dissociado do padrão historicamente sedimentado de elevada participação feminina na vida económica e no mercado de trabalho em Portugal (Torres, 2004; Anxo *et al.*, 2007; Casaca, 2012; Casaca e Damião, 2011; Ferreira, 2014; Addabbo *et al.*, 2015), que temos vindo a referir noutros momentos da análise.

Um quarta tendência a salientar será a perda de emprego que se regista em Portugal entre 2000 e 2015, sendo entre as mulheres e homens mais jovens que se regista a maior diminuição do emprego. A análise comparada destes dois anos revela, por um lado, que é entre as mulheres e homens mais jovens que se regista a maior diminuição do emprego (cerca de 20 p.p. nos homens e um pouco acima dos 10 p.p. nas mulheres). Por um lado, este fenómeno não estará dissociado da centralidade da importância atribuída à escola e à construção de percursos escolares e formativos – sobretudo entre as mulheres, como se pode ver no capítulo dedicado à infância e juventude – potencialmente distintivos, atrasando em termos cronológicos e biográficos a entrada no mundo do trabalho. Por outro, a quebra do emprego jovem também deve ser entendida tendo em conta as dificuldades sentidas pelos/as jovens em Portugal na transição da escola para o mercado de trabalho, que ao contrário dos jovens de outros países europeus (nomeadamente do norte da Europa) não dispõe de políticas ativas de articulação escola-trabalho (Kovacs e Lopes, 2012).

Importa salientar que a quebra do emprego jovem é mais marcante no caso dos homens do que no das mulheres. Esta tendência deve-se, pelo menos parcialmente, à crise económica e financeira que afetou, numa fase inicial, especialmente o emprego masculino (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012, Addabbo *et al.*, 2015). Ao mesmo tempo, não se deve negligenciar a potencial relação entre a diminuição do emprego jovem e a persistência de uma taxa elevada de abandono escolar precoce entre os homens jovens – ver capítulo dedicado à infância e juventude – dificultando ou desprotegendo estes jovens homens na entrada no mercado de trabalho.

Por outro, neste arco temporal, pode distinguir-se um comportamento diferente para a taxa de emprego de homens e mulheres. Os homens em Portugal encontram-se numa trajetória de perda ou declínio de emprego em todas as idades da vida, fenómeno que não se regista na UE a 27 em todas as idades, ou com a mesma intensidade. Por seu turno, as mulheres em Portugal (e na Europa) têm vindo a aumentar a sua empregabilidade, quer na *rush hour of life*, quer na fase tardia da vida, estando em perda apenas no grupo etário mais jovem.

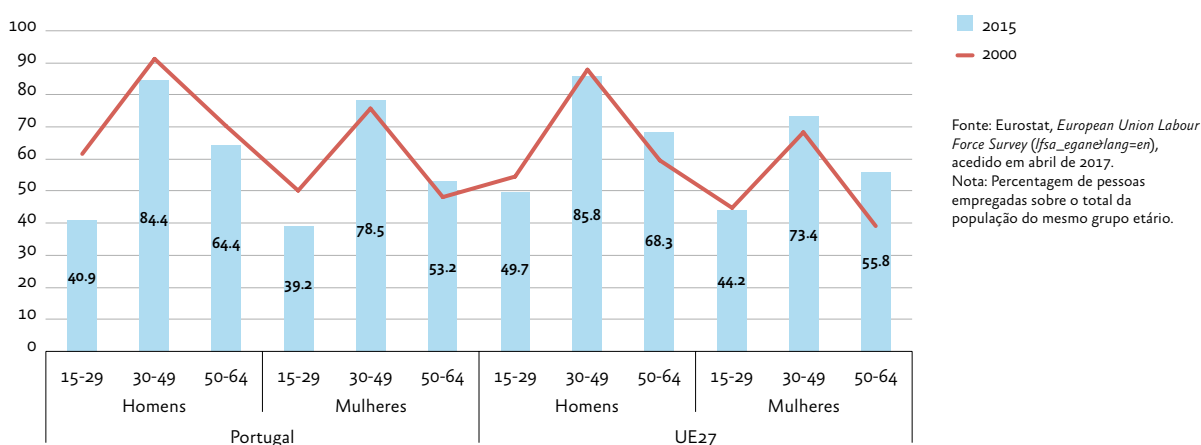
Em quinto lugar, devemos sublinhar que a trajetória de conquista de emprego percorrida pelas mulheres em Portugal no arco temporal entre 2000 e 2015 é de menor alcance do que aquela registada na média da UE a 27 países. Ou seja, neste período o emprego das mulheres em Portugal cresce mas não tanto como na média da Europa: entre 2000 e 2015, na *rush hour of life* a taxa de emprego das mulheres na UE 27 países cresceu 5,6 p.p. E em Portugal apenas 3,6 p.p. No mesmo período temporal, na fase tardia da vida, o emprego das mulheres na Europa aumentou 16,7 p.p., contudo, em Portugal esse aumento situa-se nos 5 p.p.

A diferença entre o crescimento do emprego das mulheres em Portugal e na média da Europa não poderá ser dissociado da crise económica e financeira, do resgate internacional e das políticas de austeridade que progressivamente foram afetando o emprego feminino em Portugal (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015), mas importa assinalar que as mulheres portuguesas partem em 2000 de um nível de emprego mais elevado.

Por último, analisando o arco temporal 2000-2015, sublinha-se o aumento do emprego das mulheres na fase tardia da vida ativa – talvez o dado mais surpreendente, quer em Portugal, quer na Europa – explicável possivelmente por um contexto de criação e implementação de políticas nacionais e europeias de ativação de emprego, na tentativa de diminuir o esforço financeiro dos sistemas de segurança social e pensões de reforma.

No caso de Portugal, a diminuição da disparidade do emprego de homens e mulheres (em todas as idades analisadas) deve-se mais à perda de emprego entre os homens do que à conquista de emprego das mulheres – tal como temos vindo a registar noutros capítulos. Isto é, dificilmente se poderá afirmar que a diminuição desta disparidade se situa no âmbito das conquistas da igualdade. Pelo contrário, está-se perante um cenário de deterioração do trabalho, pelo que essa diminuição ocorre num contexto de aumento do desemprego e, sobretudo, do aumento mais acentuado do desemprego dos homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012).

Figura 5.7 Taxa de emprego, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2000 e 2015 (%)



5.2.1 Emprego e escolaridade

Analisando agora a relação entre emprego e escolaridade observa-se que, à medida que o nível de escolaridade aumenta, aumenta a taxa de emprego, tanto em Portugal como na média da UE 27 (Quadro 5.2), e em todas as idades da vida, com ganhos que atingem os 40 p.p. no caso das mulheres na fase da juventude em Portugal.

Assim, se em Portugal e na Europa a taxa de emprego é mais elevada para os homens do que para as mulheres, também se verifica que essa disparidade tende a diminuir com o aumento do nível de escolaridade.

Pode-se, pois, concluir que o investimento na obtenção de certificados escolares distintivos se revela duplamente positivo no caso das mulheres portuguesas: por um lado, a disparidade no emprego diminui com a escolaridade, por outro, e em consequência, a disparidade em Portugal é menor do que na média europeia.

Ainda assim, ao contrário do verificado entre a população mais jovem e na fase de entrada no mercado de trabalho, a taxa de emprego das mulheres na *rush hour of life* nunca ultrapassa a registada pelos homens, mesmo no caso das mais escolarizadas (ensino superior completo).

Quadro 5.2 Taxa de emprego por nível de escolaridade, por país, sexo e grupo etário, 2015 (%)

	2015																	
	15-29						30-49						50-64					
	0-2		3-4		5-8		0-2		3-4		5-8		0-2		3-4		5-8	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
UE 27	28,3	19,3	59,4	50,0	74,7	72,0	71,6	50,4	87,6	74,4	93,0	84,6	54,9	38,0	69,7	59,5	81,3	74,0
Finlândia	23,9	23,1	66,4	62,0	83,1	76,6	68,1	48,4	83,3	74,6	90,2	84,5	51,2	45,8	63,4	66,3	76,6	79,2
Suécia	25,4	25,4	71,9	68,0	75,7	77,8	73,3	55,6	92,4	87,2	93,2	90,8	70,1	55,3	82,1	77,1	87,1	86,8
Reino Unido	49,4	33,4	65,6	59,7	83,6	82,7	76,2	54,3	90,6	76,4	94,8	85,5	62,7	49,7	77,0	68,2	80,6	72,2
França	18,9	10,8	53,0	43,1	72,8	70,2	70,4	51,8	85,5	75,9	91,8	86,8	49,1	44,1	63,1	60,8	77,6	69,5
Alemanha	37,4	28,2	71,8	70,4	84,3	81,8	73,0	55,5	90,4	82,5	95,9	86,5	61,4	49,5	75,9	69,4	86,6	80,6
Espanha	30,3	22,1	32,0	28,6	61,1	61,4	68,0	49,5	79,0	65,0	87,7	77,6	51,9	34,3	68,5	55,7	75,2	70,7
Portugal	29,9	21,2	46,9	43,0	56,5	64,4	79,9	70,6	88,0	80,8	91,2	87,0	60,4	46,3	70,4	65,6	80,9	75,1
República Checa	10,7	4,8	72,0	48,4	70,8	65,3	59,6	47,3	94,1	79,4	97,8	77,5	43,2	32,1	72,9	59,9	87,3	82,9
Polónia	12,2	4,2	64,6	42,1	79,0	73,4	62,7	43,2	87,1	69,5	96,0	88,9	41,6	22,6	60,9	44,3	81,4	71,9

Fonte: Eurostat, European Union Labour Force Survey (lfsa_ergaed),
acedido em abril de 2017.

5.2.2 Desemprego ao longo da vida

Quando se cruzam as diferentes idades da vida, o sexo e as realidades portuguesa e da União Europeia (27 países), observa-se que o nível de desemprego das mulheres e dos homens em Portugal é, em todas as idades e fases da vida analisadas, mais elevado do que na média europeia (Figura 5.8).

No entanto, regista-se que Portugal e a Europa (média da UE a 27 países) partilham a forma como o desemprego afeta de forma particularmente evidente os jovens: quer em Portugal, quer na Europa, mulheres e homens jovens são as pessoas mais afetadas pelo desemprego. Apesar desta coincidência, importa destacar duas importantes diferenças entre Portugal e a Europa: por um lado, o nível de desemprego dos e das jovens em Portugal assume valores bastante mais elevados do que na Europa a 27 países. Em Portugal, o nível de desemprego dos homens jovens é de 21,9%, o das mulheres na mesma fase da vida é de 23,7%; em termos médios, na Europa, os valores do desemprego entre os jovens são, respetivamente, de 16,4% para os homens e de 15,6% para as mulheres. Por outro lado, ao contrário do que se verifica na média da UE a 27 países, em Portugal o desemprego jovem afeta de forma mais violenta as mulheres do que os homens.

Verifica-se a existência de um padrão Europeu (média da UE a 27 países) relativamente à distribuição do desemprego nas diferentes idades da vida que se estende ao caso das mulheres em Portugal (e apenas a elas). Esse padrão

define-se pela diminuição progressiva da taxa de desemprego na exata medida em que se envelhece ou que se olha para as fases da vida mais avançadas. A taxa de desemprego dos homens e das mulheres na Europa, bem como das mulheres em Portugal, atinge os seus valores mais elevados entre as pessoas mais jovens (21,9% para os homens e 23,9% para as mulheres em Portugal e 16,4% para os homens e 15,6% para as mulheres na UE 27) e os mais baixos nas pessoas que se encontram na fase tardia da vida ativa (ligeiramente acima dos 10% para homens e mulheres em Portugal, e em torno dos 7% para homens e mulheres na UE 27).

Quando analisamos a taxa de desemprego nas diferentes idades da vida, percebemos que no caso dos homens em Portugal ela assume uma tendência singular. O desemprego afeta, de forma mais evidente, os homens jovens e aqueles que se encontram na fase tardia da vida ativa e com menor intensidade aqueles que estão na *rush hour of life*.

No arco temporal definido entre 2000 e 2015, verifica-se ainda que Portugal e a Europa percorrem trajetórias distintas (Figura 5.9): durante este período, Portugal tem uma trajetória em permanente crescendo da taxa de desemprego (pessoas entre os 15 e os 64 anos); embora durante muito tempo os níveis de desemprego para mulheres (até 2006) e homens (até 2007) tenham sido inferiores aos observados para a média da UE 27. Por seu turno, em termos médios, a União Europeia (a 27 países), tendo partido de níveis iniciais mais altos que Portugal regista até ao início da crise financeira (2008) uma trajetória de descida.

Observa-se também que o impacto no desemprego da crise financeira internacional foi diferente em Portugal e na Europa, e na forma como afetou mulheres e homens entre os 15 e os 64 anos em cada um destes contextos. A partir de 2008, a crise financeira imprimiu à realidade do desemprego uma lógica de crescimento em Portugal e na Europa. Mas os efeitos sobre o desemprego em Portugal são mais graves e acentuados do que para a média da União Europeia a 27 países.

Assim, os níveis de desemprego das mulheres e dos homens em Portugal passaram, depois do início da crise, a ser superiores àqueles registados na média europeia. Esta evolução não deixará, certamente, de estar relacionada com o facto de em Portugal à crise económica e financeira se ter associado, a partir de 2011, o resgate internacional e políticas de austeridade (Addabbo *et al.*, 2015), exigindo reformas económicas com importantes efeitos de género (Rubery, 1988, Elson, 1995, Daly, 2011, Ferreira, 2014).

Adicionalmente, a tendência de forte crescimento no desemprego em Portugal foi acompanhada pela diminuição da disparidade do desemprego entre mulheres e homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015; Casaca, 2012). Mas dificilmente se pode entender a diminuição desta disparidade

da taxa de desemprego masculina e feminina como um passo no sentido da igualdade. Trata-se, isso sim, de um indicador de deterioração acelerada das condições de trabalho e, consequentemente, das condições objetivas de vida de mulheres e homens (Ferreira, 2014; Ferreira e Monteiro, 2015). Porque é no quadro de uma tendência de aumento do desemprego associada ao agravamento da crise que se fala da diminuição desta disparidade, significando que mulheres e homens em Portugal – ambos com um contingente maior de desempregados – se aproximaram no que respeita à vulnerabilidade no mundo do trabalho, a formas de destituição económica e à precariedade existencial.

Figura 5.8 Taxa de desemprego, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2015 (%)

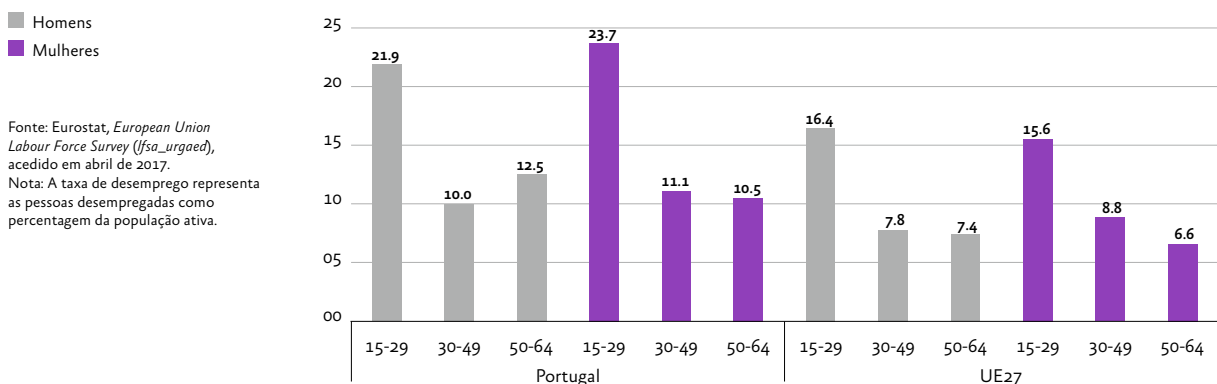
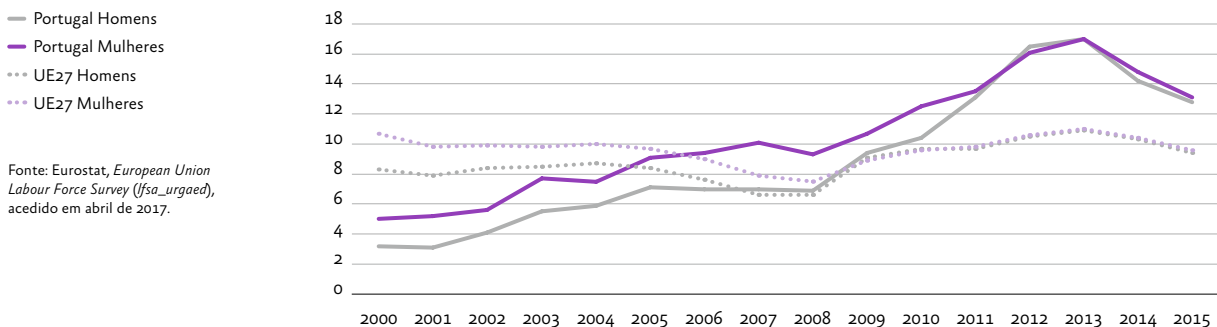


Figura 5.9 Evolução da taxa de desemprego, por sexo, dos 15 aos 64 anos, Portugal e UE 27, 2000 a 2015 (%)



5.2.3 Formas precárias de trabalho

No que diz respeito às formas de contratação não permanentes observa-se que estas estão, em todas as idades da vida analisadas, mais presentes entre os homens e mulheres em Portugal do que na média europeia (Figura 5.10). Tomando a contratação não permanente como um indicador aproximado da

precariedade no mercado de trabalho, podemos assim dizer que em Portugal e independentemente da fase da vida considerada (juventude, *rush hour of life* ou fase tardia da vida ativa), as mulheres e os homens se encontram mais expostos à precariedade do que na Europa (média da UE a 27 países), com diferenças que chegam a atingir os 20 p.p. nos homens dos 15 aos 24 anos e os ultrapassam mesmo para as mulheres na mesma faixa etária.

Quer em Portugal, quer na UE 27 regista-se, no entanto, uma diminuição das formas de contratação não permanente à medida que se envelhece. Isto é, estas formas de contratação são muito mais comuns entre mulheres e homens jovens, tanto em Portugal, como no contexto mais global da Europa, do que entre pessoas na *rush hour of life* ou na fase tardia da vida ativa. Com efeito, em Portugal, apenas 12,8% dos homens e 10,1% das mulheres se encontram nesta situação de precariedade na fase tardia, proporção que contrasta profundamente com os valores registados na *rush hour of life*, altura em que cerca de um quinto das mulheres e homens se encontram nessa situação. O contraste com os valores registados na juventude é ainda mais elevado, fase da vida em que mais de metade das mulheres e dos homens (entre 15-29 anos), ou mais de 60% das trabalhadoras e trabalhadores entre os 15 e os 24 anos, enfrentam formas não permanentes de contratação.

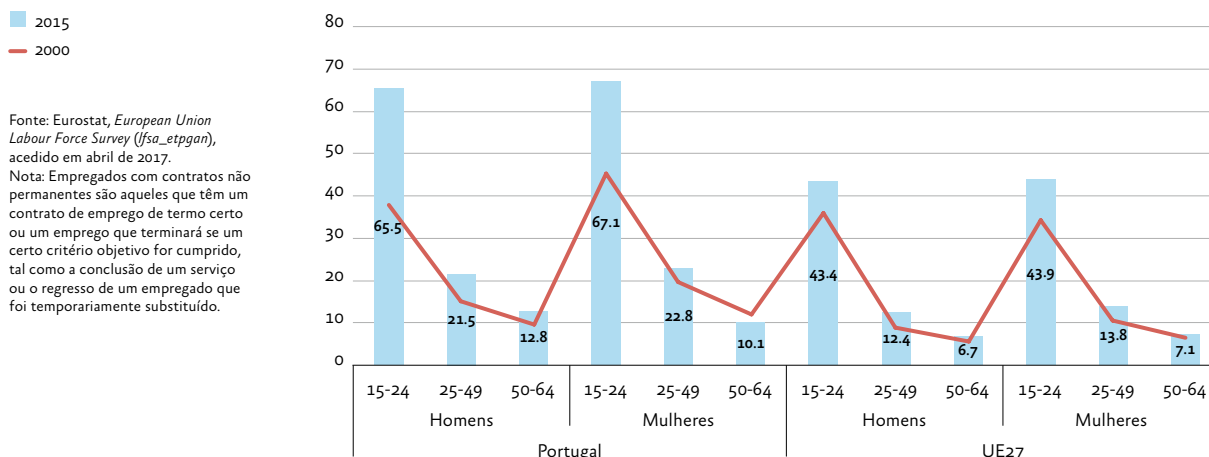
Da mesma forma, na Europa (média da UE a 27 países), 6,7% dos homens e 7,1% das mulheres na fase tardia encontram-se em situação de contratação não permanente; na *rush hour of life* estes valores praticamente duplicam; por seu turno, os baixos valores da contratação não permanente entre as pessoas mais velhas tornam-se profundamente contrastantes com os cerca de 44% de mulheres e homens que trabalham nestas condições contratuais na juventude.

Na Europa, mas de forma particularmente intensa em Portugal, verifica-se ainda que, entre 2000 e 2016, as formas de contratação não permanente registaram um aumento significativo, tendo esse aumento sido particularmente visível entre as e os trabalhadores mais jovens.

É de assinalar, no entanto, que, em Portugal, esta forma de precariedade penaliza mais frequentemente as mulheres do que os homens em quase todas as idades da vida, implicando para elas trabalhos de menor qualidade, salários mais baixos e de estatuto inferior (Casaca, 2005a, 2005b; 2009 e 2012). A exceção é a fase tardia da vida ativa, momento em que os homens são mais penalizados por estas formas não permanentes de contratação do que as mulheres.

A maior vulnerabilidade das mulheres a formas de trabalho precário não é apenas um problema português, observando-se que num retrato genérico da Europa (média da UE a 27 países) as mulheres se encontram mais frequentemente do que os homens nesta situação, independentemente da idade em análise (Rubery, 1988 e 2011).

Figura 5.10 Contratações não permanentes, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2016 (%)



5.2.4 Trabalho a tempo parcial

A maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores, independentemente da idade em análise, quer em Portugal, quer na Europa, estão integradas/os no mercado de trabalho a tempo integral (Figura 5.11 e Quadro 5.3). Ainda assim, o trabalho a tempo parcial é mais comum na globalidade da Europa (média da UE a 27 países) do que em Portugal, quer no caso dos homens, quer no caso das mulheres.

Com efeito, tendo em consideração um grupo etário que agrega todas as idades da vida que têm vindo a ser analisadas neste trabalho (15-64 anos), verifica-se que a proporção de mulheres em Portugal a trabalhar a tempo parcial é muito menor do que a média europeia (12,5% contra 32,3%, respetivamente). Por seu turno, também se constata que a proporção de homens a trabalhar a tempo parcial em Portugal se situa em torno dos 7% e na média da UE a 27 países esse valor sobe para 8,9%. Conclui-se assim que, em Portugal e sobretudo na Europa, o trabalho a tempo parcial é fundamentalmente uma realidade vivida pelas mulheres.

Analisando agora a diferença entre mulheres e homens ao longo das diferentes idades da vida, observa-se que Portugal e a Europa seguem padrões claramente distintos. No quadro global da União Europeia a 27 países, a diferença entre as proporções de mulheres e de homens a trabalhar a tempo parcial cresce à medida que se avança nas idades da vida. Em termos médios na UE 27, entre os 15 e os 24 anos, a proporção de mulheres a trabalhar a tempo parcial é 15,7 pontos percentuais superior à dos homens; entre os 25 e os 54 anos, essa

diferença sobe para os 23,8 p.p.; finalmente, entre os 55 e os 64 anos a proporção de trabalhadoras a tempo parcial é superior à dos homens em 25,4 p.p.

Em Portugal não se verifica uma tendência regular, observando-se uma diminuição dessa diferença entre as duas primeiras fases da vida (juventude e *rush hour of life*) e um ligeiro aumento entre a *rush hour of life* e a fase tardia da vida. No caso de Portugal, a diferença mais assinalável entre a proporção de mulheres e de homens a trabalhar a tempo parcial situa-se entre os mais jovens. Nesta idade a proporção de mulheres trabalhadoras a tempo parcial é 12,5 p.p. superior à dos homens, descendo para 4,8 p.p. na *rush hour of life*, e situando-se nos 7,7 p.p. na fase tardia da vida ativa.

No entanto, importa não esquecer que, no contexto europeu, apenas em alguns países o trabalho a tempo parcial é muito comum entre as mulheres. A este propósito, refira-se o caso paradigmático da Holanda, onde cerca de 70% das mulheres na *rush hour of life* e cerca de 80% das mulheres trabalhadoras na fase tardia da vida se encontram neste regime de trabalho.

Contrariando a tendência de alguns países europeus (Holanda, sobretudo, mas também Alemanha e Áustria, por exemplo), em Portugal, as mulheres, tal como os homens, desejam trabalhar a tempo inteiro. Este dado está de acordo com a ideia de que o trabalho ocupa um lugar central na vida das mulheres e dos homens. Mais do que uma visão instrumental, o trabalho desempenha um papel identitário que é igualmente valorizado por eles e por elas (Torres *et al.*, 2008). De facto, a principal razão apontada pelas mulheres (54,5%) e pelos homens (42,4%) para se encontrarem a trabalhar a tempo parcial foi a incapacidade de encontrarem uma forma de integração no mercado de trabalho a tempo inteiro; pelo que, para a maioria das mulheres e para quase metade dos homens a trabalhar em Portugal, o trabalho a tempo parcial é involuntário ou não desejado (Figuras 5.12 e 5.13).

Constata-se, ainda, a existência de um padrão comum entre as mulheres e os homens em Portugal e na Europa (média da UE a 27 países) em torno da forma como se distribui o regime de trabalho tempo parcial pelas diferentes idades da vida analisadas. Verifica-se que este regime de trabalho é mais comum no início e na fase final das carreiras profissionais, isto é, entre as e os jovens em fase de integração no mercado de trabalho e entre as mulheres e homens na fase tardia da vida ativa.

Assim, de forma concreta, em Portugal, verifica-se que na *rush hour of life* há menos mulheres (-19,3 p.p.) e menos homens (-11,6 p.p.) a trabalhar a tempo parcial do que na juventude; por seu turno, na fase tardia há mais trabalhadoras (+6,8 p.p.) e mais trabalhadores (+5,1 p.p.) a tempo parcial do que na *rush hour of life*. A explicação para a polarização do trabalho a tempo parcial na

fase inicial de integração na vida profissional (juventude) e na fase tardia da vida ativa reside, pelo menos parcialmente, na conjugação de diversos fatores.

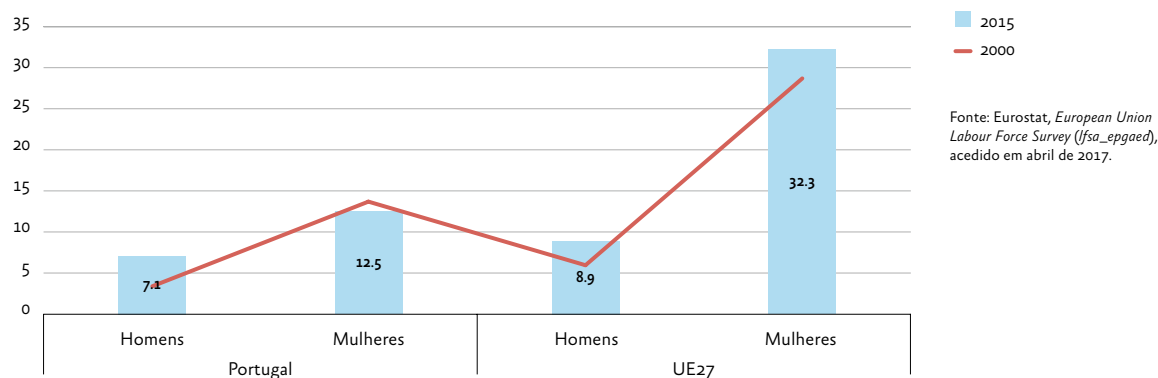
Em primeira instância, deve entender-se que esta polarização se enraíza em diferentes políticas de atuação sobre o mercado de trabalho. Por um lado, a proporção mais elevada do trabalho a tempo parcial, sobretudo entre as mulheres, na fase tardia da vida ativa não pode ser desvinculada das políticas europeias e nacionais de ativação do emprego dirigidas a pessoas nesta fase da vida; políticas, em grande medida, dirigidas às mulheres. Por outro lado, o forte contingente de trabalhadores e de trabalhadoras mais jovens em regimes de trabalho a tempo parcial, não será estranho ao facto desta ser a geração que se encontra mais exposta às sucessivas transformações das políticas laborais no sentido da maior flexibilização do mercado de trabalho. Esta situação ganha particular relevância no caso de Portugal, onde, por um lado, essas políticas se intensificaram no contexto da crise económica e no âmbito do resgate internacional (Casaca, 2012; Addabbo *et al.*, 2015; Ferreira, 2014); e, por outro, porque desde há algum tempo que se assiste a uma espécie de institucionalização da relação das pessoas mais jovens com o mundo do trabalho baseada na sucessão de precariedades (Almeida *et al.*, 2011).

Para além destas condições institucionais que os jovens encontram na entrada no mercado de trabalho, o forte contingente de mulheres e homens jovens a trabalhar a tempo parcial também não pode ser dissociado do momento transitório que estas pessoas vivem. Ou seja, das modalidades de transição entre a escola e o mercado de trabalho que se conseguem colocar em prática e que podem incluir o trabalho a tempo parcial como forma ativa de articulação dessas duas dimensões, ou de ultrapassagem de um período de maior in experiência profissional.

No contexto mais global da Europa, a forte proporção, sobretudo de mulheres, a trabalhar a tempo parcial na fase tardia da vida ativa, é condicionada pela existência de políticas públicas que perspetivam o tempo parcial como solução de articulação entre responsabilidades profissionais e familiares. Este será o caso, por exemplo, da Holanda, Alemanha e Áustria.

Finalmente, importa não esquecer que um forte contingente de pessoas, trabalhadoras e trabalhadores, com mais baixas qualificações e escolaridade se situa na geração mais velha, isto é, na fase tardia da vida ativa. Isto é particularmente evidente no caso das mulheres, o que poderá condicionar a sua integração no mercado de trabalho e limitar a sua empregabilidade em trabalhos menos qualificados e menos diferenciados no sector dos serviços, estando, por isso, potencialmente mais expostas a formas de trabalho parcial.

Figura 5.11 Trabalhadores a tempo parcial, dos 15 aos 64 anos, por sexo, Portugal e UE 27, 2015 (%)



Quadro 5.3 Trabalhadoras e trabalhadores a tempo parcial, por sexo e grupo etário, 2015 (%)

	15-24		25-54		55-64	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
UE 27	25	40,7	6,7	30,5	10,7	36,1
Portugal	16,7	29,2	5,1	9,9	12,9	20,6

Figura 5.12 Razões para trabalho a tempo parcial, mulheres (15-64 anos), Portugal, 2015 (%)

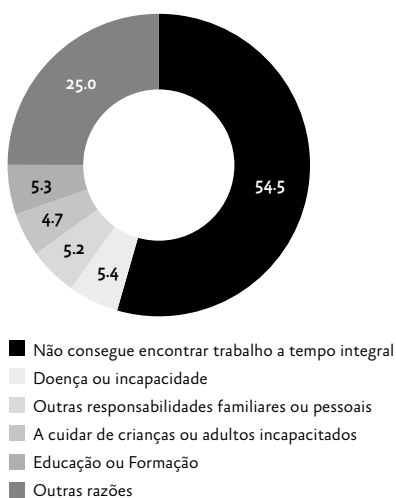
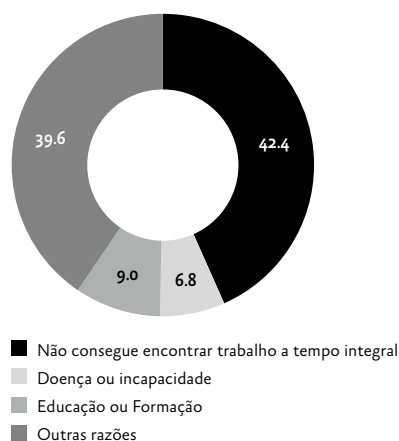


Figura 5.13 Razões para trabalho a tempo parcial, homens (15-64 anos), Portugal, 2015 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfsa_epgar)*, acedido em abril de 2017.

5.2.5 Salários e disparidade salarial

Verifica-se que as mulheres e os homens em Portugal, em todas as idades da vida, ganham abaixo da média da UE 27, sendo das e dos trabalhadoras/es mais mal pagas/os no cenário europeu.

Na fase de integração no mercado de trabalho, durante a juventude, as trabalhadoras e os trabalhadores em Portugal têm um salário médio/hora que é cerca de metade da média europeia. (Figura 5.14). Na *rush hour of life*, período crítico em que mulheres e homens sofrem a dupla pressão das responsabilidades familiares e do investimento na carreira profissional, as mulheres portuguesas ganham menos 5,6€/hora do que a média europeia; os homens ganham menos 7,3€/hora do que a média dos salários/hora no contexto da UE a 27 países. Na fase tardia da vida ativa, as mulheres portuguesas ganham menos 4,9€/hora do que a média dos salários/hora das mulheres na UE a 27; por sua vez, os homens em Portugal ganham menos cerca de 7€/hora do que o registado na média da União Europeia.

Verifica-se ainda assim, a existência de um padrão comum entre Portugal e a Europa no que diz respeito aos salários das mulheres e dos homens: as mulheres em Portugal e na Europa, em todas as idades analisadas, têm sempre salários inferiores aos homens.

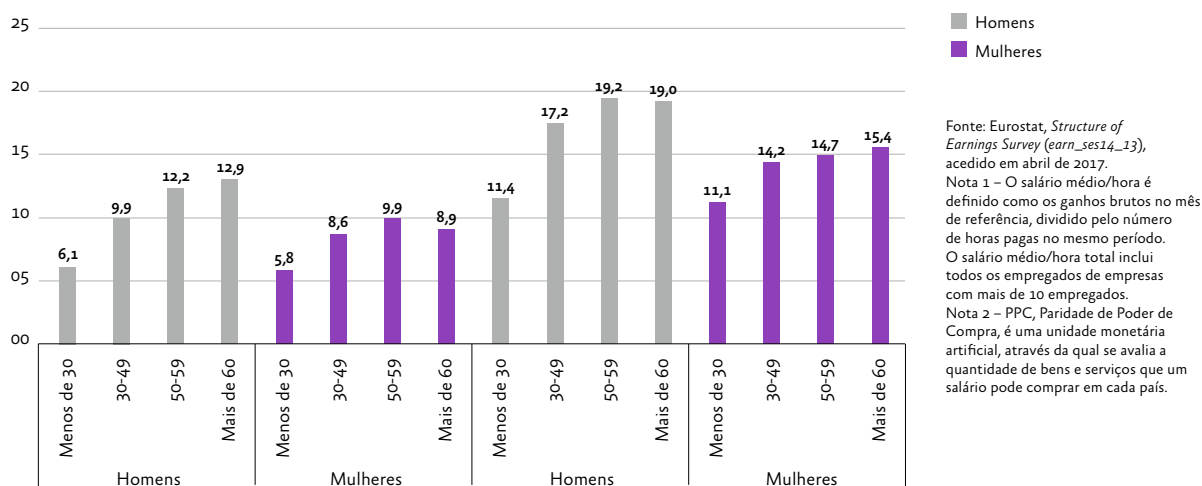
Em Portugal, as mulheres jovens têm um salário médio/hora de 5,8 euros; o salário dos homens é de 6,1 euros/hora. Embora, a diferença seja menor, na Europa, também se verifica esta tendência, com as mulheres nesta fase da vida a ganharem 11,1 e os homens 11,4 euros/hora. Na *rush hour of life*, a penalização das mulheres parece agudizar-se: em Portugal, as mulheres ganham 8,6 euros/hora e os homens 9,9 euros/hora; na Europa os valores são, respetivamente, de 14,2 e 17,2 euros/hora. Finalmente, na fase tardia da vida ativa e em Portugal, as mulheres (entre os 50 e os 59 anos) ganham 9,85 euros/hora e aquelas com mais de 60 anos auferem 8,93 euros/hora; os homens com as mesmas idades ganham, respetivamente, 12,2 e 12,88 euros/hora. Por seu turno, nesta fase da vida na Europa, as mulheres entre os 50 e os 59 anos têm um salário hora de 14,74 euros, aquelas com mais de 60 anos sobem o salário para 15,4 euros/hora. No contexto europeu, os homens destas idades têm um salário médio que se situa em torno dos 19 euros/hora.

Tendo estes dados presentes, importa ainda referir outra regularidade emergente: de forma genérica, as pessoas da fase tardia da vida ativa têm remunerações médias mais elevadas. Isto verifica-se para as mulheres e homens no quadro da União Europeia; no caso de Portugal isto apenas se observa nos salários dos homens. Mais, esta vantagem salarial das pessoas à medida que envelhecem, ou à medida que progridem nas suas carreiras profissionais,

é sobretudo evidente no caso dos homens. A melhoria dos salários das mulheres, nesta lógica cronológica e profissional, é bastante mais ténue.

No caso das trabalhadoras portuguesas verifica-se uma lógica semelhante à que se passa na UE. Por um lado, regista-se uma melhoria salarial na *rush hour* por referência à fase de integração no mundo do trabalho. Por outro, as mulheres portuguesas na fase tardia auferem ligeiros ganhos de rendimento relativamente à fase anterior.

Figura 5.14 Salário Médio/Hora, em PPC, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2014



Já quando se comparam os valores da disparidade salarial registados nas diferentes fases da vida, em Portugal e na Europa, observa-se um padrão comum: à medida que a idade e as carreiras profissionais avançam, maior se torna a disparidade salarial entre mulheres e homens (Figura 5.15).

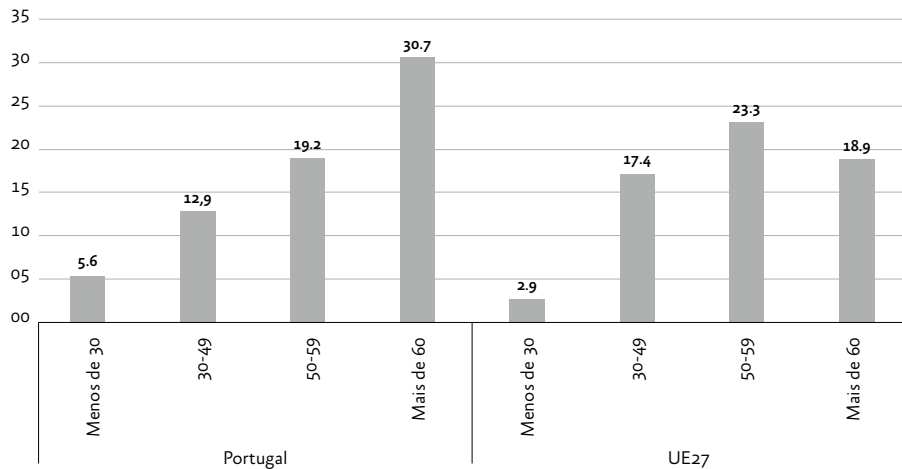
Adicionalmente deve referir-se que a disparidade salarial, no caso de Portugal, assume valores mais elevados do que na média da UE 27 entre os trabalhadores mais jovens e os mais velhos. Assim, a disparidade salarial entre homens e mulheres na fase tardia da vida ativa situa-se nos 19% para as pessoas entre os 50 e os 59 anos mas está próxima dos 30% para as de mais de 60 anos. Em contraponto, o valor da disparidade salarial na *rush hour of life* situava-se em apenas 12,9%, e entre as/os trabalhadores com menos de 30 anos situava-se nos 5,6%.

Tendo em conta a média para a UE a 27 verifica-se que a disparidade salarial, penalizadora das mulheres, assume valores que se situam nos 23% para as pessoas entre os 50 e os 59 anos e é de 18,9% para aquelas que têm mais de 60 anos de idade. No entanto, estes valores representam um acréscimo significativo relativamente à disparidade salarial registada na *rush hour of life*, que se

situava nos 17,4%, sendo ainda mais significativo relativamente à disparidade salarial verificada entre os trabalhadores mais jovens, que se situava nos 2,9€.

Figura 5.15 Disparidade Salarial, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2014(%)

Fonte: Cálculos próprios a partir de Eurostat, *Structure of Earnings Survey (earn_ses14_13)*, acedido em abril de 2017.
Nota: Disparidade Salarial representa a diferença entre os ganhos brutos/hora dos empregados homens e os ganhos brutos/hora dos empregados mulheres, como percentagem dos ganhos brutos/hora dos empregados homens (empresas com mais de 10 empregados).

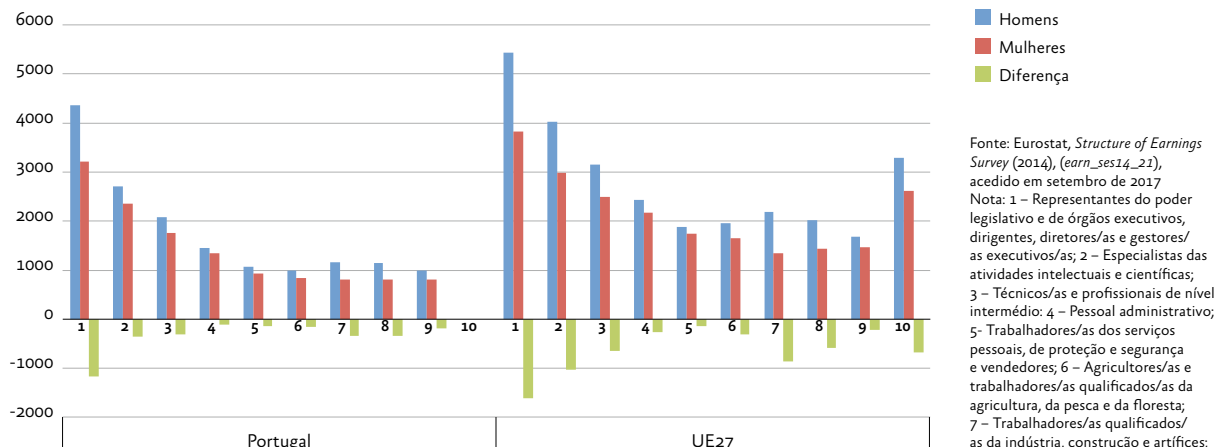


A desigualdade das remunerações mensais entre mulheres e homens, englobando todas as idades, nota-se de maneira transversal tanto em Portugal como na UE 27, como se pode verificar na Figura 5.16.

No caso de Portugal, é expressiva a disparidade salarial entre os/as Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1), que atinge o elevado valor de 1.161€. Com grande diferença, verifica-se a segunda maior disparidade entre os/as Especialistas das atividades intelectuais e científicas (2) atingindo os 358€. Seguido pelos/as Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7) que ronda os 340€ e nos/as Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem (8), em torno de 334€.

No contexto da União Europeia a 27 países, a disparidade salarial segue em padrão semelhante ao de Portugal, embora com diferenças significativas nas médias salariais por profissão. A maior disparidade encontra-se na categoria dos/as Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as (1), sendo esta de 1.612€, logo seguida pelos/as Especialistas das atividades intelectuais e científicas (2) cuja disparidade se verifica em torno de 1.034€. Ainda, verifica-se significativa disparidade salarial entre os/as Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices (7), em torno de 855€ e os/as Técnicos/as e profissionais de nível intermédio (3), em torno de 650€.

Figura 5.16 Remuneração mensal, por tipo de profissão, em PPC, por sexo, em Portugal e UE 27, 2014



5.2.6 Profissões de prestígio

Através da análise das transformações no campo da educação e do protagonismo assumido pelas mulheres nesse processo de mudança, vimos que as mulheres na Europa, mas sobretudo em Portugal, têm vindo a ocupar de forma significativa áreas de formação tradicionalmente masculinas. Contudo, uma dúvida permanece por esclarecer: de que forma a entrada nesses campos de formação permite, de facto, a integração das mulheres nas profissões a que tradicionalmente essas qualificações académicas têm dado acesso? De outro modo, de que forma a feminização de áreas de formação tradicionalmente masculinas corresponde a um processo análogo no mercado de trabalho?

Os dados que a seguir se apresentam e analisam permitem-nos melhor descrever e compreender o fenómeno da integração de mulheres e homens em alguns sectores de atividade e profissões historicamente masculinizadas e de elevada valorização e prestígio social.

Em linha com a feminização das áreas de formação do direito e das ciências da saúde, verifica-se que, em Portugal, as mulheres representam hoje a maioria das pessoas nas profissões dos sectores da justiça e da saúde. Assim, em Portugal, 58% dos juízes são, na verdade juízas, representando também as mulheres a maioria das/os médicas/os (54%) (Quadro 5.4). Estes dados colocam Portugal no grupo de países em que estas profissões, de elevada visibilidade e prestígio social, se encontram mais feminizados, devendo destacar-se ainda a ideia de que taxa de feminização nessas profissões é superior à registada, por exemplo, nos países nórdicos (Figuras 5.17 e 5.18).

Em contraponto, verifica-se a persistência de uma elevada feminização, quer em Portugal, quer na maioria dos países europeus, das profissões no

sector da educação, nomeadamente na profissão de docente do ensino pré-escolar, básico e secundário.

Embora se observe esta feminização do sector da educação, a verdade é que as profissões e carreiras mais prestigiadas e com maior valor simbólico neste sector persistem fortemente masculinizadas, tanto na Europa como em Portugal. Verifica-se que em todos os países europeus os homens representam a maioria destes profissionais. Os países que mais se aproximam da paridade são a Bélgica, Estónia e Roménia. Em Portugal, as mulheres representam apenas 44% dos docentes do ensino superior (Figura 5.19), dado que contrasta com a elevada proporção de mulheres doutoradas, por exemplo.

Quadro 5.4 Distribuição de profissionais das áreas da justiça, saúde e ensino, por sexo, Portugal, 2015 (%)

Sector	Profissão	Homens	Mulheres
Justiça	Juízes	42	58
	Procuradores	38	62
	Advogados	46	54
Saúde	Médicos	46	54
	Enfermeiros	18	82
Ensino	Professores Ensino Pré-Escolar	0,9	99,1
	Professores Ensino Básico	22	78
	Professores Ensino Secundário	35	65
	Professores Ensino Superior	56	44

Fontes: CEPEJ (*Commission Européenne pour l'efficacité de la justice*), 2016; PORDATA, 2017; Ordem dos Enfermeiros, 2014.
Nota: Dados sobre Enfermeiros são de 2014.

Figura 5.17 Distribuição de juízes, por país e sexo, 2014 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: CEPEJ (*Commission Européenne pour l'efficacité de la justice*), 2016.
Nota: Dados indisponíveis para a Islândia.

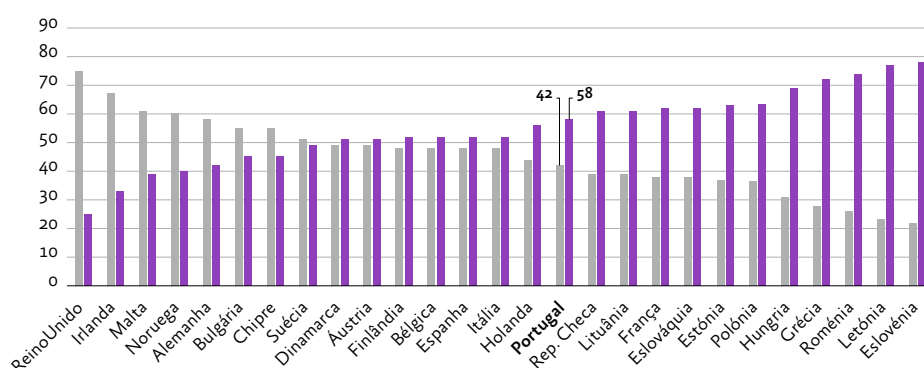


Figura 5.18 Distribuição de médicos, por país e sexo, 2015 (%)

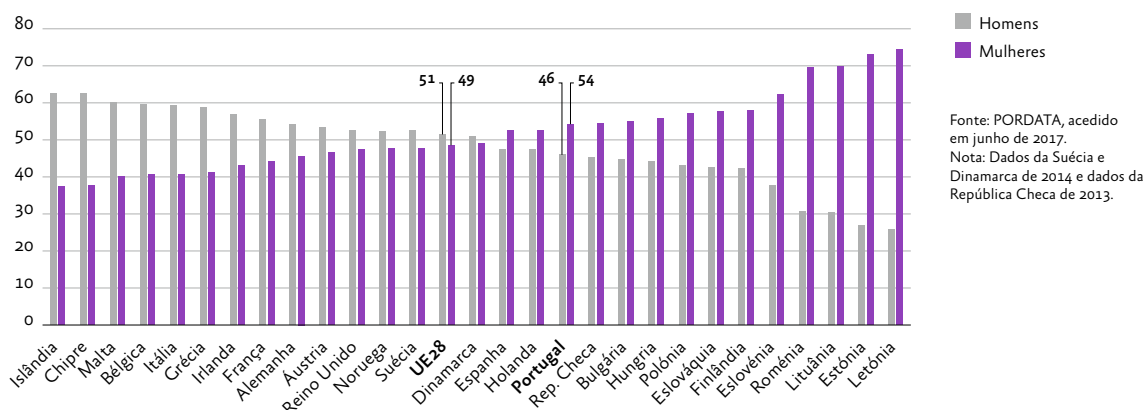
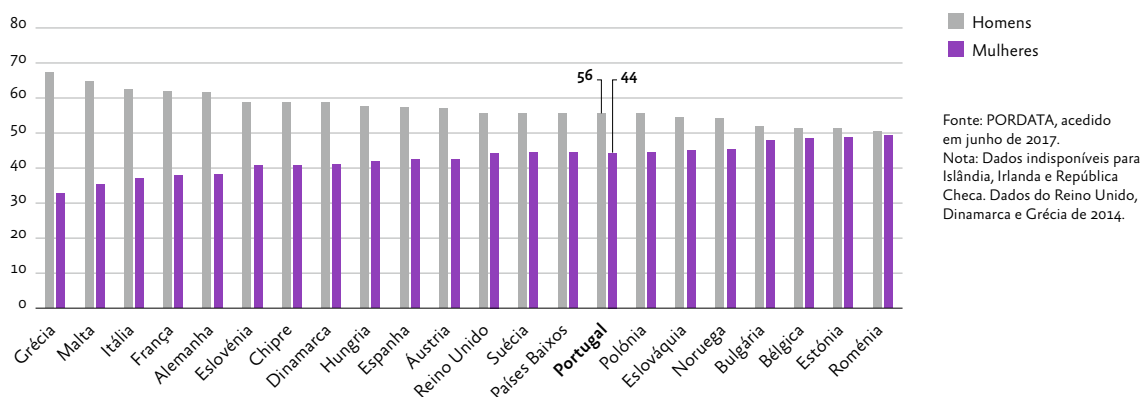


Figura 5.19 Distribuição de professores do ensino superior, por país e sexo, 2015 (%)



Tendo em conta o conjunto de indicadores analisados, em síntese podemos dizer que a *rush hour of life* é a idade da vida que apresenta valores mais elevados de emprego, quer para homens, quer para mulheres, em Portugal e na Europa. Em Portugal, as mulheres nesta idade da vida apresentam mesmo valores mais elevados do que a média europeia. Por outro lado, desde o início do milénio que se regista uma quebra acentuada do emprego entre os/as jovens em Portugal, bem como uma diminuição da disparidade do emprego entre homens e mulheres, em parte, porque se encontram em rotas de emprego distintas: eles em perda; elas em ganho. Ao contrário da Europa, desde o início do século Portugal tem registado um crescendo de desemprego que se intensificou com a crise financeira, fazendo com que o mesmo seja mais elevado em Portugal do que na Europa. Em Portugal, a crise financeira e o desemprego têm efeitos diferentes sobre mulheres e homens. Em Portugal e na Europa o desemprego afeta de forma particularmente intensa os/as jovens e os homens são mais afetados pelo desemprego no início e na fase tardia da vida ativa. A contratação

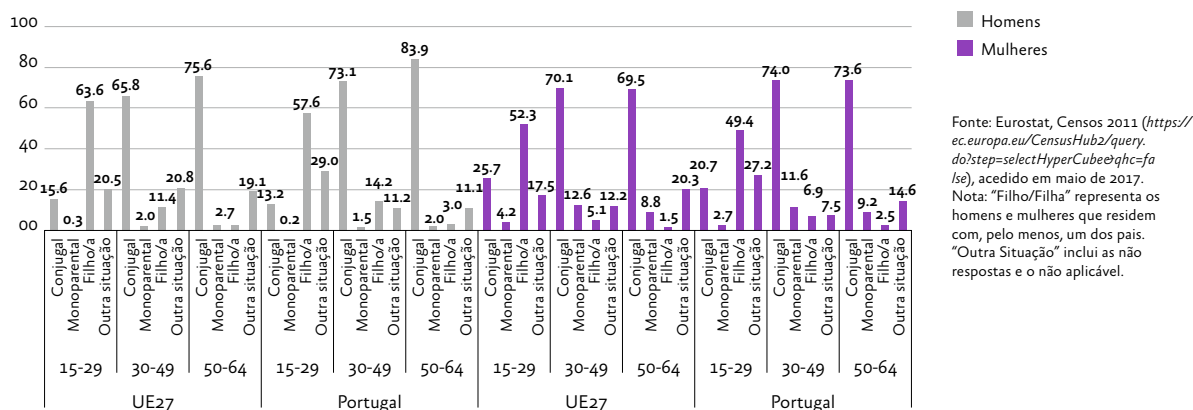
não permanente tem também vindo a aumentar desde o início do milénio em Portugal e na Europa, e as/os jovens trabalhadoras/es são os mais afetados. Contudo, esta forma de precariedade é mais comum em Portugal do que na Europa. Quanto ao trabalho a tempo parcial trata-se de uma realidade vivida mais pelas mulheres do que pelos homens, sendo mais comum no início e no final da vida profissional, e mais na UE 27 do que em Portugal. Pelo contrário, verifica-se que o trabalho a tempo inteiro é o desejado por mulheres e homens portuguesas/es. No que diz respeito às diferenças salariais, trabalhadoras e trabalhadores portugueses estão entre os mais mal pagos da Europa, mas em Portugal e na Europa, e em todas as idades da vida, as mulheres são sempre mais mal pagas do que os homens. A disparidade salarial penalizadora das mulheres aumenta com a idade das pessoas trabalhadoras, sendo que no caso português a disparidade se agudiza dramaticamente na fase tardia da vida ativa. Finalmente, regista-se que Portugal se encontra no grupo de países em que profissões de elevada visibilidade e prestígio social se encontram mais feminizadas com as mulheres a representar já hoje a maioria das pessoas nas profissões dos sectores da justiça e da saúde.

5.3 Família e Condições de Vida

O tipo de agregado em que se vive reflete, como seria de esperar, a idade da vida. Com efeito, numa análise transversal aos tipos de agregados preponderantes em cada fase é possível concluir que, quer na UE 27, quer em Portugal, e tanto para os homens como para as mulheres predominam, no grupo dos 15 aos 29 anos, os agregados familiares compostos por pessoas a residir pelo menos com um dos pais (50%), enquanto na *rush hour of life* (30-49) e na fase tardia (50-64 anos) se verifica um predomínio de pessoas a viver em conjugalidade (Figura 5.20).

Com efeito, a conjugalidade assume destaque logo a partir da *rush hour*, constituindo o tipo de agregado onde é mais comum viver-se nesta fase da vida, tanto na UE 27 (com 65,8% no caso dos homens e 70,1% no caso das mulheres) como em Portugal (73,1% no caso dos homens e 74% no caso das mulheres) mantendo-se também, em termos médios, este tipo de agregado como o mais proeminente para as pessoas na fase seguinte (50-64 anos), respetivamente com 75,6% no caso dos homens e 69,5% no caso das mulheres na UE 27, e 83,9% no caso dos homens e 73,6% no caso das mulheres, em Portugal.

Figura 5.20 Tipos de agregados em que as pessoas vivem, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2011 (%)



Observam-se ainda diferenças de género quanto ao tipo de agregado em que se vive nas diferentes idades da vida. Assim, as famílias monoparentais são sempre mais compostas por uma mulher adulta com filho(s)/a(s), do que por um homem adulto com filho(s)/a(s). Esta regularidade manifesta-se em todas as idades da vida, quer no contexto da UE 27, quer no contexto português. Na juventude, os valores médios da monoparentalidade feminina na UE 27 são mais elevados (4,2%) do que para Portugal (2,7%), traduzindo a idade tendencialmente mais tardia da mãe ao nascimento do/a primeiro/a filho/a. Este adiamento está, em Portugal, particularmente associado ao prolongamento dos estudos e ao processo de entrada no mercado de trabalho, mais demorado e mais difícil para as jovens mulheres, conforme se demonstra neste estudo no capítulo dedicado à juventude e entrada no mercado de trabalho. Já nas outras idades da vida, *rush hour* (30-49 anos) e fase tardia (50-64), os valores para Portugal não se afastam muito dos da média da UE 27, no que a viver neste tipo de agregado diz respeito. Tendo em conta que as mulheres portuguesas são, no contexto europeu, das que mais horas de trabalho pago e não pago realizam, a situação de se encontrarem a viver em monoparentalidade em números próximos dos registados na média da UE coloca interrogações acrescidas sobre as dificuldades que podem enfrentar na articulação trabalho-família.

A composição dos agregados familiares exprime igualmente a diversidade de condições sociais, fatores conjunturais e ainda fatores de ordem cultural. Na fase da juventude, em Portugal e na UE 27, mais de metade das e dos jovens vivem em agregados com pelo menos um dos pais (respetivamente, 63,6% dos homens na UE 27 e 57,6% em Portugal, e 52,3% das mulheres na UE 27 e 49,4% em Portugal). Interessante é verificar que a proporção de homens a viver com pelo menos um dos pais é maior do que a de mulheres, confirmando assim o

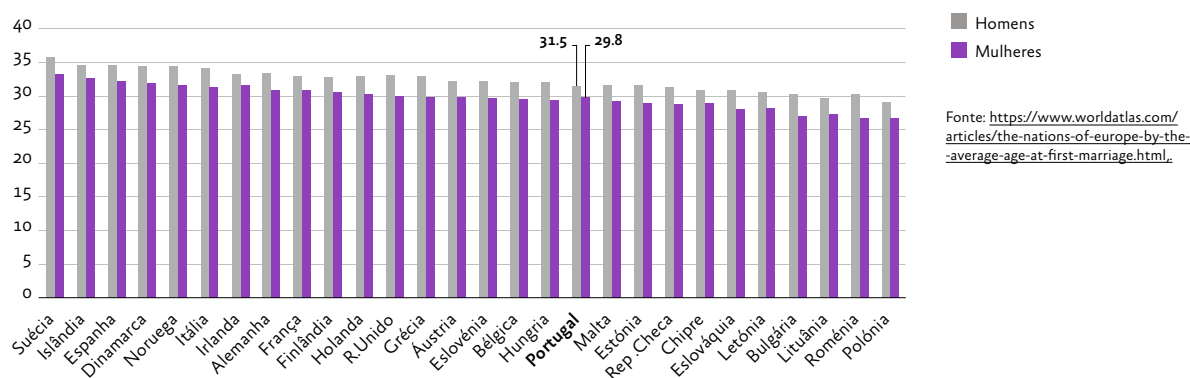
dado de que eles saem de casa dos pais mais tarde do que elas – com efeito, dados de 2016 revelam que os homens portugueses saem em média aos 29,7 anos e as mulheres aos 28,2 anos (ver capítulo referente à *rush hour of life*).

A conjugalidade passa a ser o tipo de agregado no qual, quer homens, quer mulheres, vivem predominantemente depois da juventude. A *rush hour of life* (30-49 anos) é marcada pelo predomínio da conjugalidade, superando-se em Portugal (com 73,1% de homens e 74% de mulheres) os valores médios encontrados para a UE 27 (65,8% e 70,1%, para homens e mulheres, respetivamente) e também esbatendo-se a nível nacional a diferença de sexos verificada na média da UE 27. Assim, na UE 27, em termos médios, é de quase 5 p.p. A diferença na proporção de mulheres e homens em agregado conjugal. Já para Portugal, esta diferença é inferior a 1 p.p., reforçando-se ainda mais o predomínio deste tipo de agregado nesta fase da vida.

Também na fase tardia da vida ativa, a conjugalidade mantém-se como a forma mais comum de agregado familiar para as mulheres e os homens, mas Portugal apresenta-se agora, em termos médios, mais alinhado com o que se verifica na UE 27. Deste modo, as mulheres com idades entre os 50 e os 64 anos estão menos representadas neste tipo de agregados do que os homens, quer na Europa (elas 69,5%, eles 75,6%), quer em Portugal (elas 73,6%, eles 83,9%). Estas diferenças refletem efeitos geracionais e de género – provavelmente porque as mulheres, tendem a casar com homens mais velhos, aumentam as suas probabilidades de enviuvar mais cedo; já eles, face ao divórcio ou eventual viuvez, por terem mais dificuldade do que as mulheres mais velhas em permanecer sozinhas, procuram voltar à conjugalidade em maior número do que elas. Esta hipótese também pode contribuir para explicar o facto de o tipo de agregado que integra outras situações ser mais constituído por mulheres na fase tardia da vida do que por homens, ainda que de uma forma menos expressiva em Portugal (14,6% de mulheres noutra situação familiar e 11,1% de homens) do que na média da UE 27 (com 20,3% de mulheres noutra situação familiar e 19,1% de homens).

A média de idade de entrada na conjugalidade, isto é, ao casamento, de forma transversal a todos os países da Europa, é mais baixa nas mulheres do que nos homens (Figura 5.21). Em Portugal, a média de idade ao casamento para os homens é 31,5 anos e para as mulheres 29,8.

Figura 5.21 Idade ao casamento de homens e mulheres na Europa, 2015 (%)



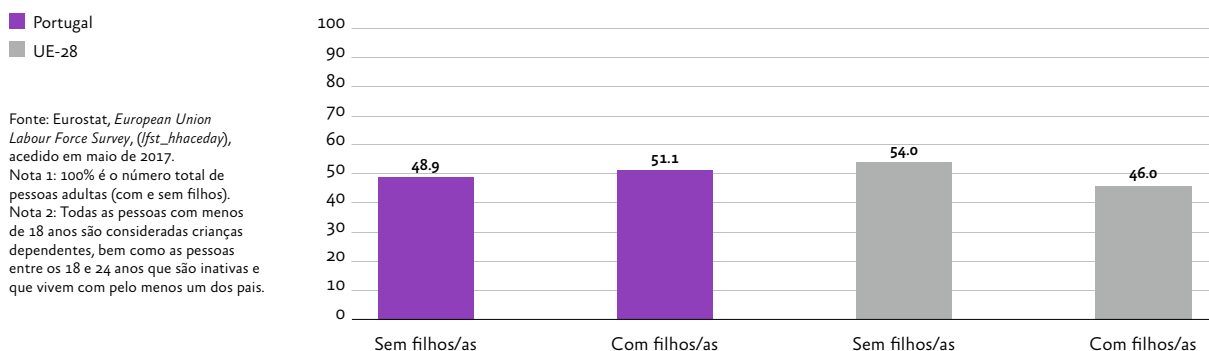
Ter filhos/as e o número de filhos/as por mulher, se por um lado reflete as condições sociais, económicas, políticas e conjunturais de uma sociedade, por outro lado influencia o modo como as sociedades se organizam, de forma estruturada e através de políticas públicas, para incentivar a natalidade. Com efeito, na análise da interseção do género e das idades da vida é, desde logo, importante compreender o investimento pessoal e social no aumento dos níveis de escolaridade. Os dados deste estudo revelam que as jovens raparigas investem mais no capital escolar do que os jovens rapazes (ver capítulo referente à *rush hour of life*). Em termos práticos, este investimento acaba por tornar mais longo o seu percurso escolar. Para além de ter como efeito o adiamento da entrada no mercado de trabalho, o investimento na escolarização parece também, em grande parte dos países da União Europeia, retardar a idade de saída de casa dos pais e o processo de autonomização de jovens, de ambos os sexos, no domínio da habitação. Esta conjugação de fatores concorre para uma situação em que as perspetivas de vida pessoal e familiar não parecem estimular o nascimento de crianças.

Apesar desta lógica, os dados revelam que as mulheres continuam a optar mais por ter filhos/as do que por não os/as ter, embora se verifique uma tendência para a/o filha/o única/o, mais evidente na *rush hour of life* (25 a 49 anos). Portugal apresenta valores acima da média da UE 27 (em 2015) no caso das mulheres na *rush hour of life* com um/a filho/a (38% em Portugal, situando-se a média da UE nos 28%). Por seu turno, a França é o país da União Europeia em que a categoria modal se situa nos dois filhos ou duas filhas por mulher (ver capítulo referente à *rush hour of life*).

Analisando agora o total das mulheres 15-64 anos (figura 5.22) fica patente que, em Portugal, a proporção de mulheres com filhos/as no agregado é superior à proporção de mulheres sem filhos/as em coabitação (respetivamente, 51,1% e 48,9%). Os valores médios para a UE 28 revelam, contudo, uma situação

distinta, com uma proporção de mulheres sem filhos/as no agregado superior, em termos médios, à proporção de mulheres com filhos/as no agregado (respetivamente, 54% e 46%). Os valores médios para a UE 28 exprimem as diferenças entre Estados-membros. Conforme se analisou com detalhe na *rush hour of life* (ver capítulo referente à *rush hour of life*), a Alemanha é o país que apresenta a maior proporção de mulheres sem filhos/as no agregado (45%) afastando-se da média da União Europeia e, tendo em conta o seu peso demográfico no contexto da UE, influenciando o valor médio. Para além deste aspeto, para interpretarmos os valores médios de mulheres sem filhos no agregado na UE 28 (54%) é importante recordar que o espetro de idades varia entre os 15 e os 64 anos, e deste modo, ao aumentar o intervalo etário e ao analisar um contexto geográfico muito amplo, correspondente aos 28 Estados-membros da União Europeia, importará considerar a diversidade de circunstâncias sociais entre os Estados-membros, com alguns a favorecer processos de autonomização dos filhos/as mais precoces e sobretudo o facto de estarmos a considerar apenas as mulheres com filhos/as menores de 25 anos, em situação de coabitação e de dependência económica face ao agregado familiar.

Figura 5.22 Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, Portugal e UE 28, 2015 (%)

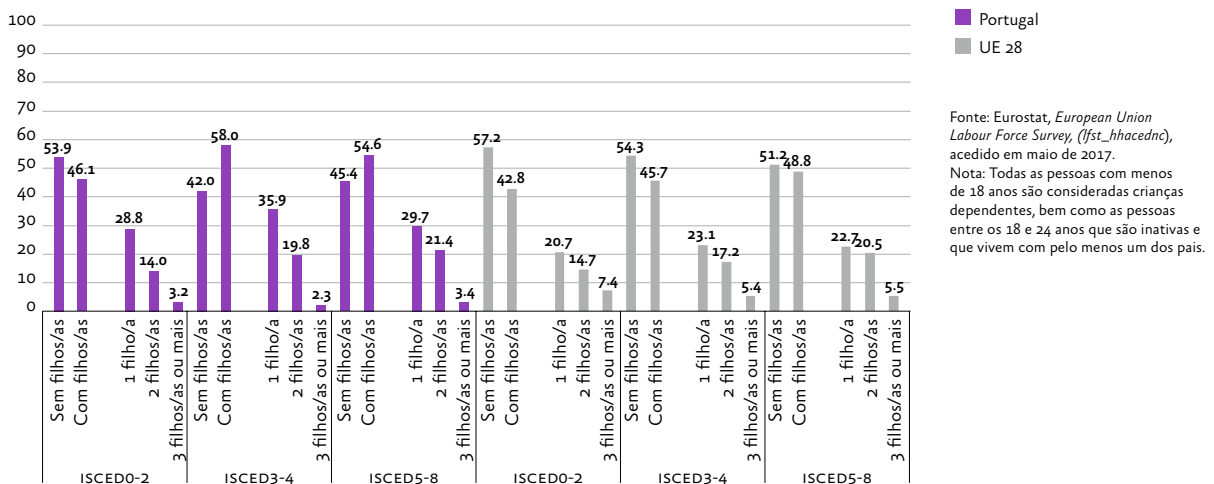


Na análise do número de filhos/as a viver no agregado por mulher é ainda importante aprofundar a relação entre ter ou não filhos/as a coabitar, o número de filhos/as e o nível de escolaridades das mulheres. Poderia supor-se que as mulheres mais escolarizadas (ISCED 5-8) apresentariam maior tendência para não terem filhos/as a viver no agregado ou para terem um número mais reduzido de filhos/as (apenas um/a) em coabitação. Contudo, o que se ilustra na Figura 5.23 é precisamente a situação contrária: as mulheres menos escolarizadas (ISCED 0-2) são as que mais tendem a não ter filhos/as a viver no agregado (quase 54% no caso de Portugal e cerca de 57% na média da UE 28).

No entanto, é importante frisar que a homogeneização da idade dilui tendências mais explícitas e visíveis na idade da vida em que as mulheres têm mais filhos (ver capítulo da *rush hour of life*; Torres *et al.*, 2017) e, ao mesmo tempo, integra efeitos de idade, designadamente a quantidade de mulheres jovens sem filhos/as e de mulheres mais velhas tendencialmente mais representadas no ISCED 0-2 por terem menos escolaridade – quer em Portugal, quer na UE 28.

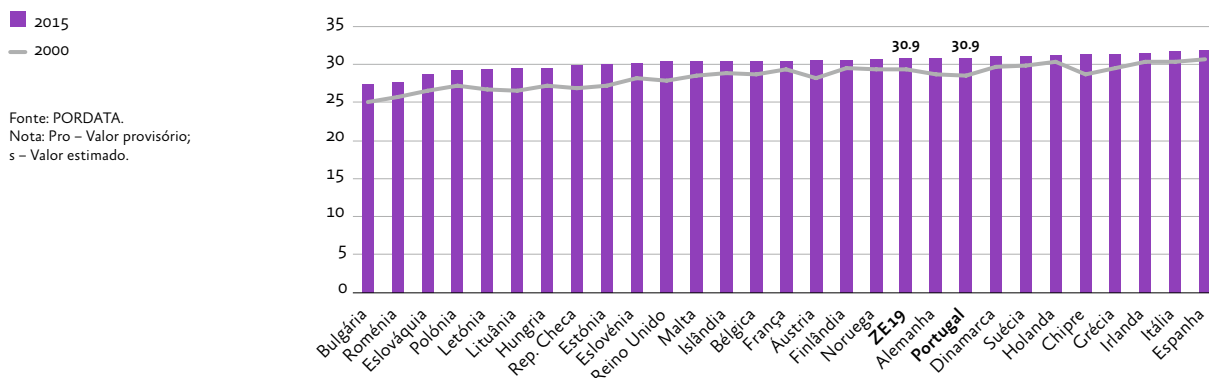
Em Portugal é, como se disse, manifesta a tendência para um/a filho/a no agregado sendo mais notória esta tendência nas mulheres com níveis de escolaridade intermédios (35,9% no ISCED 3-4), enquanto na média da UE 28 a distribuição de mulheres com um/a filho/a no agregado é muito mais homogénea por ISCED. A assinalar na média da UE 28, por ser distinto do que se verifica em Portugal, é ainda a proporção de mulheres com 3 e mais filhos/as no agregado no ISCED 0-2 (7,4% face a 3,2% em Portugal).

Figura 5.23 Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado e número de filhos/as, pela escolaridade das mulheres (ISCED), Portugal e UE 28, 2015 (%)



A média de idade das mulheres e mães ao nascimento do/a primeiro/a filho/a é, em 2015, de quase 31 anos (30,9), sendo na Bulgária que se verifica a média de idade mais baixa (27,4 anos) e na Espanha que se verifica a média de idade mais alta, perto dos 32 anos (31,9). Em Portugal, a média de idade é coincidente com a média para os 28 países europeus: 30,9 anos (Figura 5.24). A média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a aumentou no período entre 2000 e 2015 em praticamente todos os países da União Europeia. De 2000 a 2015, em Portugal, o aumento da média de idades foi de quase 2 anos tendo passado de 28,6 para 30,9 anos.

Figura 5.24 Evolução da média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, 2000 a 2015 (%)



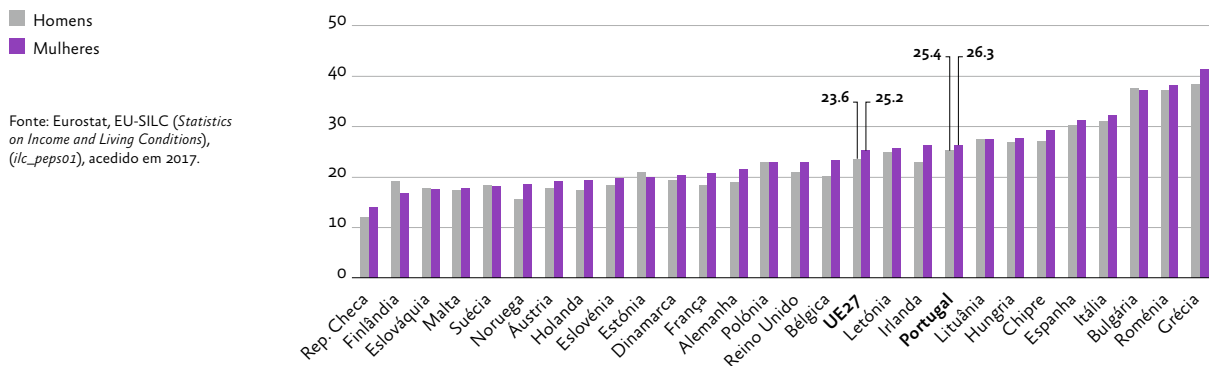
5.3.1 Condições de vida

Ao analisar agora dados sobre as condições de vida verifica-se que as mulheres, de forma transversal aos países da UE 27, estão sempre em maior risco de pobreza do que os homens. Esta diferença de género verifica-se em todos os países da UE 27, e nas diversas idades da vida.

Em termos médios na UE 27, as mulheres estão cerca de 1 p.p. acima dos homens no que ao risco de pobreza diz respeito (23,6% de mulheres e 25,2% de homens). Muito acima do valor médio para a UE 27 estão a Grécia, Roménia, Bulgária, Itália, Espanha, com valores acima de 5 p.p. No caso dos homens, os países que mais se afastam da média de UE 27, isto é, que se distanciam mais do que 5 p.p. dessa média, são Espanha, Itália, Bulgária, Roménia e Grécia (Figura 5.25).

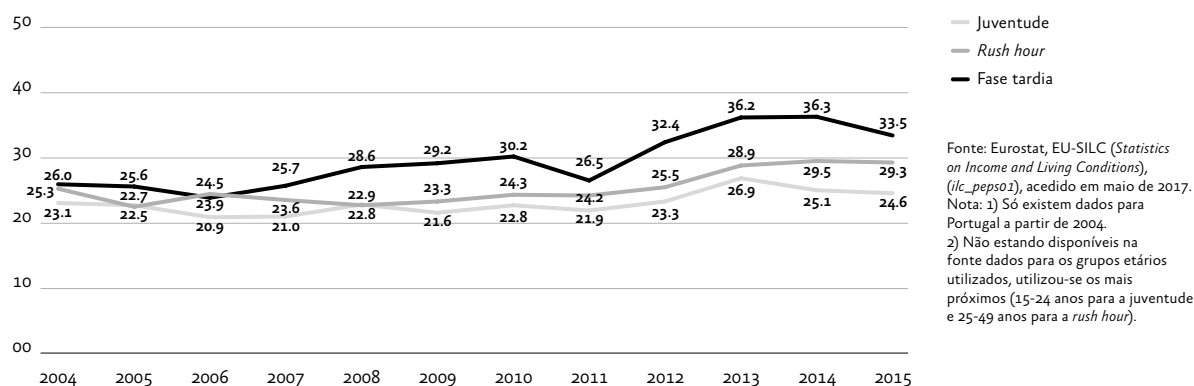
O risco de pobreza das mulheres em Portugal é de 26,6%, situando-se ligeiramente acima da média da UE 27 (25,2%), enquanto o risco de pobreza dos homens em Portugal se situa nos 25,4%, afastando-se mais ainda dos valores médios para a UE 27 (23,6%).

Figura 5.25 Risco de pobreza de pessoas dos 15 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Importa ainda referir que o risco de pobreza para os homens portugueses aumentou consideravelmente entre 2004 e 2015, em todas as idades da vida, mas de forma mais acentuada para os jovens. Com efeito, se em 2004 o risco de pobreza para os homens jovens era de 26,0%, em 2015 era já de 33,5%, representando um aumento de cerca de um quarto para cerca de um terço da população jovem do sexo masculino em risco de pobreza em Portugal. Na *rush hour of life* o risco de pobreza aumentou para os homens de 23,1% para 24,6% e na fase tardia da vida ativa passou de 25,5% para 29,3% (Figura 5.26), sugerindo aqui um efeito protetor do rendimento oriundo do trabalho, em relação ao risco de pobreza. O risco de pobreza reflete em certa medida as condições conjunturais das economias. Assim, poderá considerar-se que o grande aumento do risco da pobreza dos jovens, visível particularmente a partir de 2011, seja um efeito das crescentes dificuldades de inserção no mercado de trabalho deste grupo populacional e da precariedade e insegurança nos vínculos laborais, num contexto de crise financeira e económica. Poderá também considerar-se que, em 2015, a ligeira diminuição do risco de pobreza em todos os grupos etários indicia uma melhoria das condições conjunturais.

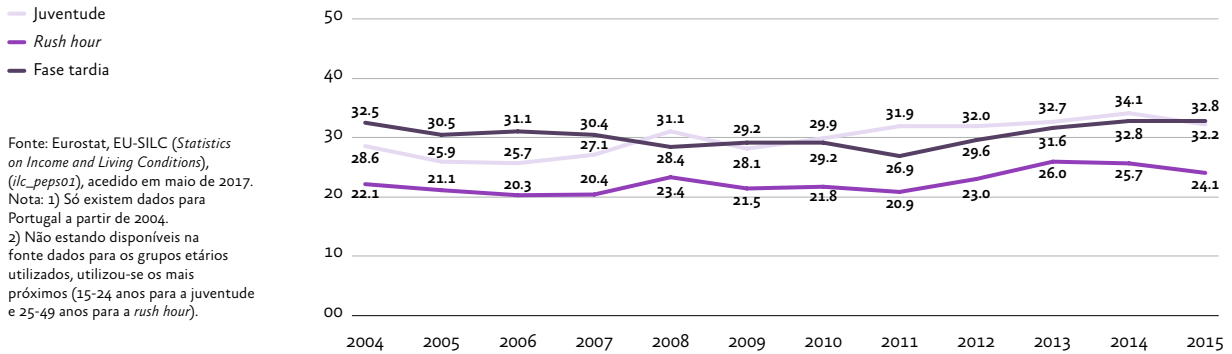
Figura 5.26 Evolução do risco de pobreza dos homens dos 15 aos 64 anos, em Portugal, 2004-2015 (%)



Relativamente às mulheres, a conjuntura terá exercido o mesmo efeito. Assim, também se constata uma tendência de agravamento do risco de pobreza para elas entre 2004 e 2015, mais expressivo na fase da juventude (em que passou de 26% para 33,5%) e menos na fase tardia da vida ativa (em que passou de 32,5% para 32,8%) (Figura 5.27). É importante realçar que o risco de pobreza para as mulheres na fase tardia da vida (dos 50 aos 65 anos), registou até 2011 uma descida de 1,3 p.p., passando a partir de então a aumentar progressivamente até 2014. Estes anos coincidem com o período de crise financeira e económica que a sociedade portuguesa atravessou durante os quais se registou também um empobrecimento

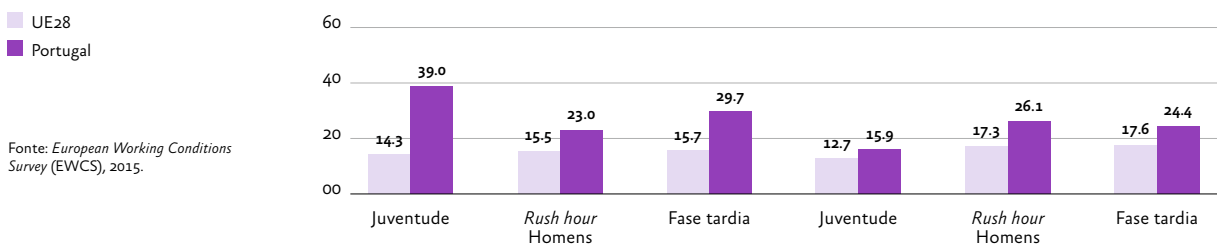
das portuguesas, transversal a todas as idades da vida. De assinalar por fim o ligeiro abrandamento do risco de pobreza para as mulheres portuguesas nas três idades da vida, com particular expressão nas jovens, a partir de 2014.

Figura 5.27 Evolução do risco de pobreza das mulheres dos 15 aos 64 anos, em Portugal, 2004-2015 (%)



Tendo em conta estes dados, não surpreende pois que homens e mulheres em Portugal revelem, em todas as idades da vida, maiores dificuldades em fazer face às despesas com o rendimento do seu agregado familiar do que os homens e mulheres da média europeia a 28 países (Figura 5.28). Com uma diferença sempre assinalável, embora mais expressiva no caso dos homens (que se encontram cerca de 10 p.p. acima do valor médio para a UE 28) do que no caso das mulheres (que se situam cerca de 10 p.p. acima do valor médio para a UE 28 na *rush hour of life*, mas menos de 5 p.p. no que se refere às outras idades da vida). Assim, para as mulheres, em Portugal, são evidentes as maiores dificuldades na *rush hour of life* (26,1%), enquanto na Europa se verifica um contínuo agravamento das dificuldades ao longo da vida, passando de 12,7% na juventude para 17,6% na fase tardia. Os homens europeus evidenciam alguma estabilidade ao longo da vida no que diz respeito à dificuldade em fazer face às despesas, mas em Portugal é notório um aumento das dificuldades na juventude (39,0%) e na fase tardia (29,7%).

Figura 5.28 Pessoas que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo e grupo etário, 2015 (%)



Regressões lineares, simples e múltiplas, permitiram verificar os fatores que influenciam o Rendimento Mensal, num conjunto de países, para homens e mulheres ao longo da vida (Quadro 5.5). Em todas as idades da vida, é notório que, na maioria dos países do conjunto analisado, ser-se mulher interfere negativamente no rendimento mensal obtido: com efeito, ser mulher significa ter menos rendimento mensal, exceto na Polónia, Suécia, República Checa e Reino Unido na juventude; na Suécia, na *rush hour of life*; e na Polónia e Reino Unido, na fase tardia da vida ativa. Os resultados revelam, também, que, para o conjunto dos países considerados, quanto mais elevado o nível de escolaridade concluído, maior o rendimento de homens e mulheres, com exceção da Espanha, na juventude e da Suécia e Reino Unido, na fase tardia da vida ativa.

Quadro 5.5 Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos por país e grupo etário, 2015

		Portugal	Polónia	Suécia	Finlândia	Alemanha	França	Espanha	Rep. Checa	Reino Unido
Juventude	Sexo (Feminino)	-	n.s.	n.s.	-	-	-	-	n.s.	n.s.
	ISCED	+	+	+	+	+	+	n.s.	+	+
Rush hour	Sexo (Feminino)	-	-	n.s.	-	-	-	-	-	-
	ISCED	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Fase tardia	Sexo (Feminino)	-	n.s.	-	-	-	-	-	-	n.s.
	ISCED	+	+	n.s.	+	+	+	+	+	n.s.

Em síntese, os dados analisados permitem concluir que na Europa e em Portugal, os agregados familiares de homens e de mulheres com idades entre os 15 e os 29 anos caracterizam-se pela residência com pelo menos um dos pais, situação que se altera na *rush hour of life* (30-49), fase em que homens e mulheres passam a viver predominantemente em conjugalidade, e que se prolonga na fase tardia da vida ativa (50-64 anos). A conjugalidade é, no entanto, mais frequente em Portugal do que em termos médios na União Europeia, sobretudo na *rush hour of life*. Ainda em termos médios, é de assinalar que na União Europeia (UE 28) e em Portugal, aumentou a média de idade ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, e que entre Portugal e a média europeia verificam-se diferenças na proporção de mulheres com filhos/as dependentes no agregado (51,1% e 46,0%, respetivamente).

No que diz respeito às condições de vida em Portugal, os homens declaram maior proporção de risco de pobreza na juventude (33,5%) e as mulheres na fase tardia (32,8%). Para as mulheres e os homens, na média europeia, verifica-se um contínuo agravamento das dificuldades em fazer face às despesas ao longo da vida. Em Portugal, contudo, a fase da vida em que as mulheres referem

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.
 Nota1: n.s. – relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa. Possíveis razões para a não significância dos resultados podem dever-se ao facto de haver ou poucas respostas ou respostas não válidas para determinada variável.
 Nota 2: ISCED – nível de escolaridade mais alto obtido.

maior dificuldade para fazer face às despesas é a *rush hour of life* e os homens a juventude. O rendimento individual é determinado negativamente pelo sexo (ser mulher penaliza o rendimento) e positivamente pela escolaridade (ser mais escolarizado/a valoriza o rendimento).

5.4 Articulação trabalho-família

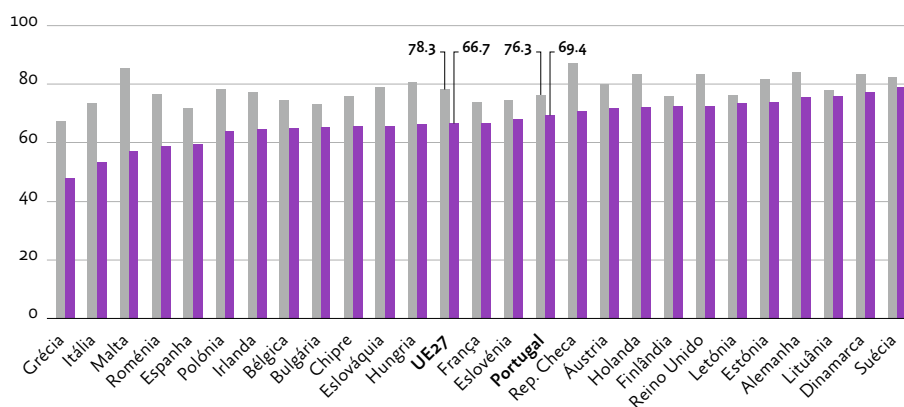
A relação entre vida profissional, responsabilidades familiares e vida pessoal coloca problemas específicos dependendo da idade da vida, sendo a *rush hour of life* a fase em que as pessoas se sentem pressionadas por exigências contraditórias e de resolução difícil, representando assim a fase da vida em que essa relação se agudiza. Esta relação entre as exigências profissionais e as exigências familiares será analisada ao longo deste capítulo.

Quando se observa a realidade dos trabalhadores e das trabalhadoras dos 15 aos 64 anos (idade ativa) com filhos/as dependentes, em 2016, na UE 27 e em Portugal, percebe-se que a taxa de emprego nos homens é sempre superior à das mulheres (Figura 5.29). Por exemplo, na UE a 27, 78,3% dos homens com filhos/as dependentes declararam estar a trabalhar face a 66,7% das mulheres na mesma situação. Já em Portugal, a proporção de homens a trabalhar é menor (76,3%), mas a de mulheres é maior (69,4%) face à média europeia (66,7%).

Figura 5.29 Taxa de emprego de adultos dos 15 aos 64 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo, 2016 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (lfst_hheredty)*, acedido em junho de 2017.
Nota: 1) Todas as pessoas com menos de 18 anos são consideradas crianças dependentes, bem como as pessoas entre os 18 e 24 anos que são inativas e que vivem com pelo menos um dos pais.
2) Dados indisponíveis para a Noruega e Islândia.

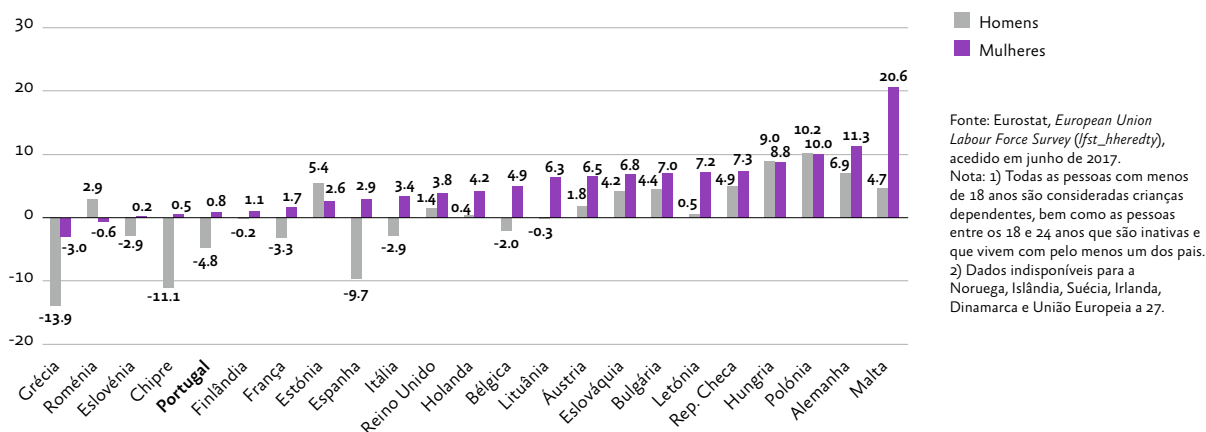


Considerando o arco temporal entre 2005 e 2016, é possível concluir que, na maioria dos países europeus, se registou um aumento da taxa de emprego das mulheres com filhos/as dependentes, tendo sido o aumento mais expressivo em Malta (20,6 p.p.), Alemanha (11,3 p.p.) e Polónia (10,0 p.p.). Portugal registou apenas um aumento de 0,8 p.p., o que pode ser explicado

pela tradicional elevada participação das mulheres portuguesas no mercado de trabalho. De referir ainda, que apenas a Grécia e a Roménia apresentam uma redução nas taxas de emprego das mulheres com filhos/as dependentes no agregado (-3,0 p.p. E -0,6 p.p. respetivamente) (Figura 5.30).

No caso dos homens europeus com filhos/as dependentes no agregado, os maiores aumentos na mudança da taxa de emprego verificaram-se na Polónia (10,2 p.p.), Hungria (9,0 p.p.) e Alemanha (6,9 p.p.), mas sempre com proporções consideravelmente inferiores às das mulheres. Estes dados parecem indiciar um agravamento da situação dos homens europeus no mercado de trabalho desde o início da crise económica e financeira. Não só os países que registaram aumentos das taxas de emprego dos homens com filhos/as dependentes no agregado como, tendencialmente, registaram-no em proporções inferiores às verificadas nas mulheres (a única exceção é a Estónia em que o aumento para os homens é de 5,4 p.p. e para as mulheres 2,6 p.p.), como se nota um maior número de países com uma redução da taxa de emprego masculino. Os países com maior descida na taxa de emprego de homens com filhos/as dependentes são: Grécia (-13,9 p.p.), Chipre (-11,1 p.p.) e Espanha (-9,7 p.p.).

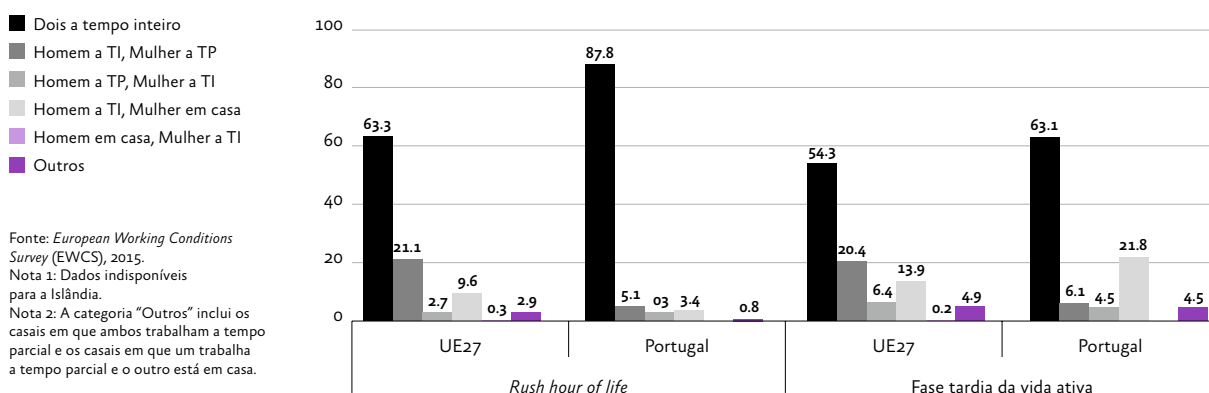
Figura 5.30 Mudança da taxa de emprego de adultos dos 15 aos 64 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo, 2005-2016 (%)



No que concerne aos tipos de agregados familiares dos trabalhadores e das trabalhadoras a viver em casal, verificam-se diferenças interessantes entre a média europeia e Portugal em 2015. Na *rush hour of life*, em Portugal, a esmagadora maioria vive em agregados em que ambos os elementos do casal trabalham a tempo inteiro (87,8%), valor que desce para os 63,3% em termos médios na Europa a 27 países, tendo uma proporção considerável de agregados em que os homens trabalham a tempo inteiro e as mulheres a tempo parcial (21,1%) (Figura 5.31). Já na fase tardia da vida ativa, o peso dos agregados em

que ambos os elementos do casal trabalham a tempo inteiro desce tanto em Portugal (63,1%) como no contexto europeu (54,3%), embora também com percentagens e situações diferenciadas. Portugal regista 21,8% de agregados em que os homens trabalham a tempo inteiro e as mulheres não trabalham, o que pode ser explicado pela redução da taxa de emprego nas mulheres entre a *rush hour* e a fase tardia da vida ativa. Na Europa a 27, também existem 13,9% de agregados nesta situação, mas 20,4% continuam a ser de agregados com homens a trabalhar a tempo inteiro e as mulheres a tempo parcial, tipo de agregados que em Portugal só representam 6,1%.

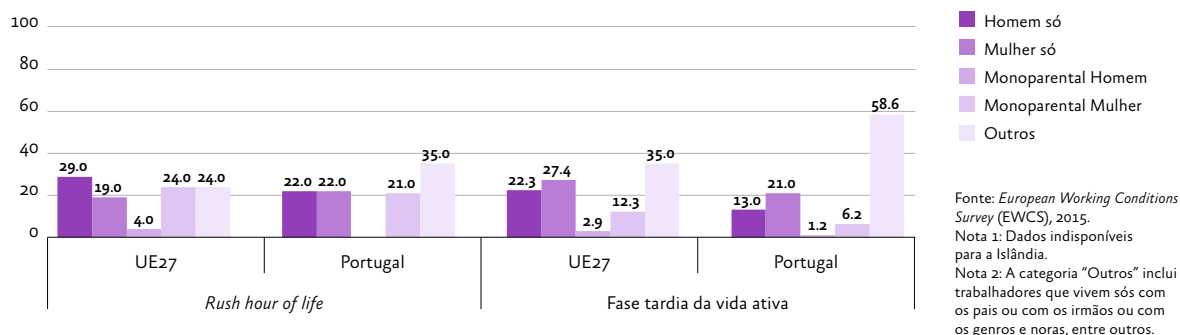
Figura 5.31 Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras a viver em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)



Relativamente aos tipos de agregados domésticos dos trabalhadores e das trabalhadoras que não vivem em conjugalidade, verificam-se algumas diferenças entre Portugal e o valor da média na UE 27, principalmente na fase tardia da vida ativa (Figura 5.32). Na *rush hour*, na UE 27, o tipo de agregado mais comum é o de homem só (29% enquanto em Portugal é apenas de 22%); já em Portugal são mais predominantes os outros tipos de agregados (35% – que na UE 27 representam só 24%). Na UE 27 ainda são visíveis 4% de agregados monoparentais masculinos, o que não acontece em Portugal.

As diferenças são ainda mais vincadas na fase tardia. Embora a estrutura seja a mesma, as proporções são consideravelmente diferentes. Em Portugal, mais de metade dos trabalhadores e das trabalhadoras que não vivem em casal vivem noutros tipos de agregados como agregados compostos por irmãos, genros/noras ou pais (58,6% – enquanto que na UE 27 são apenas 35,0%, embora constituindo este ainda o tipo de agregado mais frequente). O segundo tipo de agregado mais comum tanto na UE 27 como em Portugal é o de mulher só (21,0% em Portugal e 27,4% na UE 27), seguido de homem só (13,0% e 22,3%, respetivamente), monoparental feminina (6,2% e 12,3%) e monoparental masculino (1,2% e 2,9%).

Figura 5.32 Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras que não vivem em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)



Quando analisadas as médias de horas gastas em cuidados à casa por pessoas empregadas e a viver com cônjuge, em 2012, as mulheres, em qualquer idade da vida, despendem sempre, em todos os países, mais horas por semana a cuidar da casa, distinguindo-se a Polónia por ser o país em que homens e mulheres passam mais tempo neste tipo de tarefas (Figura 5.33). Na juventude, na Polónia, as mulheres passam 21 horas a cuidar da casa, enquanto na Finlândia gastam 6 horas. Mais, a Finlândia é o único país em que jovens homens e jovens mulheres despendem o mesmo número de horas em trabalho doméstico. Os países em que se verificam maiores diferenças entre os tempos despendidos por homens e mulheres nos cuidados à casa são Espanha e Portugal (7 horas).

Na *rush hour of life*, as mulheres na Polónia gastam 24 horas por semana a cuidar da casa. O país em que as mulheres passam menos tempo neste tipo de tarefas é a França (10 horas). O país com menor diferença nos tempos semanais despendidos por homens e mulheres a cuidar da casa é a Polónia (3 horas), e os países com maior diferencial são Portugal e República Checa (10 horas).

Na fase tardia da vida ativa, as mulheres na Polónia gastam 20 horas a cuidar da casa e o país, em que menos tempo é passado pelas mulheres neste tipo de trabalho não pago, é mais uma vez a França (10 horas). Os países com menor diferença entre as horas semanais passadas por homens e mulheres a cuidar de casa são Finlândia e França (4 horas) e o país com maior diferença é Portugal (16 horas).

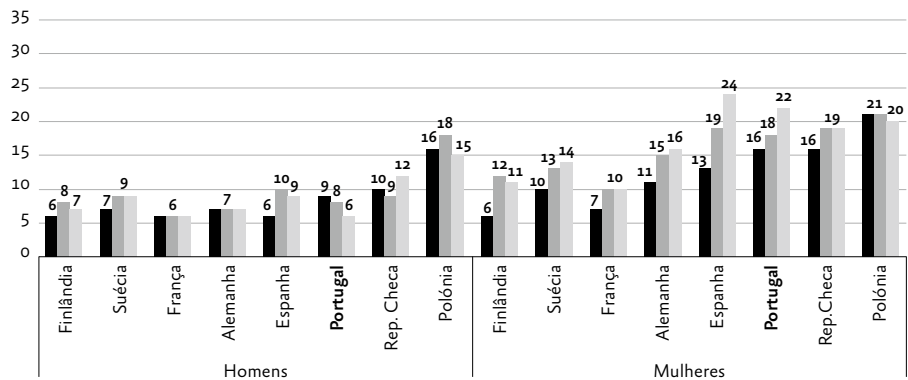
Enquanto é visível uma tendência para um aumento, ao longo da vida, do tempo passado pelas mulheres a cuidar da casa (apenas com exceção da Finlândia e Polónia), nos homens esta situação só se verifica na Suécia e na República Checa (embora com uma diminuição na *rush hour*). Em França e na Alemanha, os homens gastam exatamente o mesmo número de horas ao longo das várias idades da vida (6 e 7 horas, respetivamente) e em Portugal, à medida que vão envelhecendo, os homens passam menos tempo a cuidar da

casa. Este dado parece sugerir uma mudança geracional nas práticas de igualdade em relação à organização e gestão dos tempos de trabalho não pago e da distribuição das tarefas de cuidado no domínio doméstico (cuidar da casa).

Figura 5.33 Média de horas semanais passadas a cuidar da casa, por país, sexo e grupo etário, 2012

■ Juventude
■ Rush hour
■ Fase tardia

Fonte: *International Social Survey Programme (ISSP) – Family and Changing Gender Roles (Round 4)*, 2012.
Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61.754 indivíduos. Resultados obtidos a partir da questão: Q16a *On average, how many hours a week do you personally spend on household work, not including childcare and leisure time activities?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Os dados de Portugal são de 2014.



No que diz respeito às médias de horas semanais passadas a cuidar da família por homens e mulheres empregadas/os e a viver em conjugalidade, são novamente as mulheres as mais penalizadas (Figura 5.34) e, desta vez, é sempre em Espanha que homens e mulheres passam mais tempo neste tipo de tarefas. Na juventude, em Espanha, as mulheres passam 31 horas por semana neste tipo de trabalho não pago, seguida pela Polónia (28 horas). É na República Checa e na Suécia que as mulheres gastam menos tempo nos cuidados à família (9 e 10 horas, respetivamente). A Finlândia é, mais uma vez, o único país em que jovens homens e jovens mulheres despendem o mesmo número de horas neste tipo de trabalho não pago (11 horas). O país com maior diferença no tempo gasto a cuidar da família, nesta idade da vida, é Espanha (27 horas).

Na *rush hour of life*, as mulheres em Espanha despendem 25 horas neste tipo de trabalho não pago e as mulheres checas despendem 13 horas (sendo este o país com menos horas não pagas). O país com a menor diferença entre homens e mulheres é a Suécia (2 horas) e o país com maior diferença é a Alemanha (11 horas).

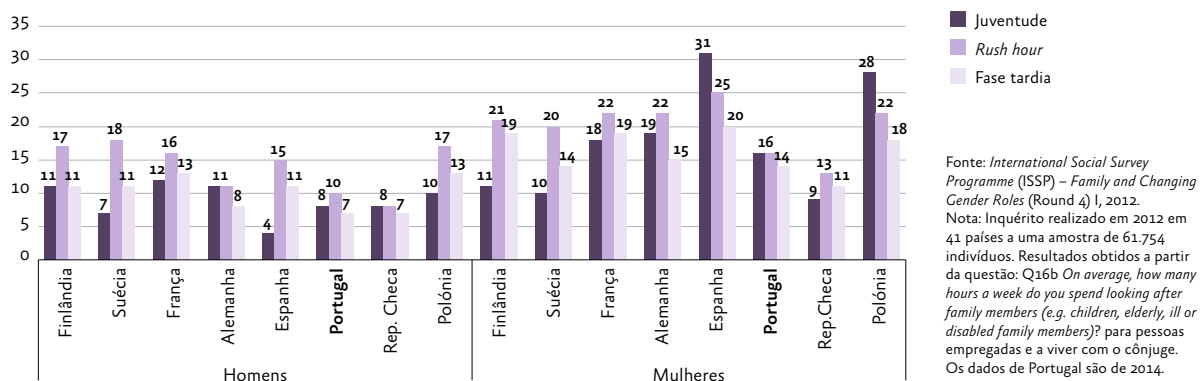
Na fase tardia da vida ativa, as mulheres em Espanha gastam 18 horas a cuidar da família, e as mulheres na República Checa despendem 11 horas (sendo o país com menor tempo gasto). O país com maior diferença entre o tempo passado por semana pelas mulheres e pelos homens nos cuidados a familiares é a Suécia (3 horas) e o país em que se regista a maior diferença é Espanha (9 horas).

Tanto nos homens como nas mulheres, verifica-se uma tendência para o agravamento do número de horas passado a cuidar da família na passagem

da juventude para a *rush hour of life*. Porém, existem exceções. Os alemães e os checos despendem as mesmas horas neste tipo de tarefas na juventude e na *rush hour* (11 e 8 horas, respetivamente), o que também sucede com as portuguesas (16 horas). Quer em Espanha, quer na Polónia, as mulheres vão passando menos tempo a cuidar da família à medida que vão envelhecendo.

Importa ainda destacar que, em todas as idades da vida, são sempre as mulheres a despendem um maior número de horas por semana a cuidar da família do que os homens. As variações por idade da vida são importantes, contudo, as diferenças de género são mais expressivas. Este dado tem sido igualmente apontado em estudos de âmbito nacional que se debruçam sobre os usos do tempo de homens e mulheres, cujos resultados se sintetizam nas caixas que se seguem.

Figura 5.34 Média de horas semanais passadas a cuidar da família, por país, sexo e grupo etário, 2012



Trabalho não pago: Apesar dos avanços, ainda são as mulheres as mais sobrecarregadas

A obra *Livro Branco. Homens e Igualdade de Género em Portugal* (Wall et al., 2016) teve como objetivo sintetizar informação considerada relevante sobre homens, papéis masculinos e igualdade de género. Dos resultados deste trabalho realçamos os seguintes contributos sobre a divisão do trabalho pago e não pago:

- Na sociedade portuguesa prevalece o emprego a tempo inteiro tanto para homens como para mulheres, em todas as idades da vida ativa. No entanto, enquanto em 2002 a proporção de casais em que os dois trabalhavam “a Tempo Inteiro” era no mínimo de 70% em todos os grupos etários, em 2014 esta proporção desce em todas as idades, refletindo o aumento da precarização, do trabalho a tempo parcial e do desemprego. A exceção são os casais de 30-44 anos, onde se verifica um aumento para 81%.

- Os homens desse grupo etário, em 2002, dedicavam 48h semanais ao trabalho pago e passaram, em 2014, a dedicar 42,8h. O padrão entre as mulheres também se modificou mas em sentido contrário: em 2002 dedicavam em média 39,2h ao trabalho pago e passaram em 2014 a dedicar 41,1h semanais. **É, pois, na fase da vida em que homens e mulheres estão a constituir família e têm crianças pequenas, que a dedicação ao trabalho pago é hoje mais semelhante.**

- Em todas as idades os homens dedicam mais horas do que as mulheres ao trabalho pago (sempre mais de 40h semanais). No entanto, o **tempo a mais que os homens despendem no desempenho da atividade profissional é largamente ultrapassado pelo tempo que as mulheres despendem na realização do trabalho não pago, independentemente do escalão etário.** Contando apenas com as tarefas domésticas e o trabalho pago, as mulheres realizam 63,7horas por semana e eles apenas 50,9h.

- **Ao longo da última década, os homens aumentaram ligeiramente a sua participação no trabalho doméstico.** Em 2002, os homens (18 e mais anos) dedicavam 7,0h semanais às tarefas domésticas, enquanto as mulheres dedicavam 26,3h. Em 2014, os homens passaram a dedicar mais 1h ao trabalho doméstico (8,1h) e as mulheres quase menos 2h (24,5h), mas manteve-se uma assimetria de 16,4h, com sobrecarga das mulheres.

- **Entre os mais jovens (18-29 e 30-44 anos), o tempo despendido semanalmente nos cuidados a familiares é superior ao tempo despendido com tarefas domésticas, e são sempre as mulheres as mais sobrecarregadas.** No grupo etário dos 45-64 anos, os cuidados domésticos ocupam mais tempo que os cuidados a familiares e observa-se um padrão intensivo de trabalho não pago feminino e uma grande disparidade que atinge as 34,8h.

Em síntese, se há sinais de maior participação dos homens na partilha das tarefas domésticas e de cuidado, **há também uma persistente desigualdade, mesmo entre as gerações mais jovens, que continua a colocar sobre os ombros das mulheres a carga do trabalho não pago.**

Das considerações finais do trabalho de investigação que resultou no livro *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* (Perista *et al.*, 2016) realçamos as seguintes conclusões sobre a partilha do trabalho não pago:

- Em geral, **o trabalho não pago implica** para as mulheres, em média, uma afetação de tempo diária de 4h23m; e para os homens de 2h38m, ou seja, **menos 1h45m para eles.**

- Ao destacar os grupos etários nota-se que as mulheres dos 15 aos 24 anos despendem em trabalho não pago, em média, 3h01m nos dias úteis, já os homens despendem 1h40m. Portanto, **a disparidade de género entre a geração mais jovem verifica-se já na ordem de 1h21m, evidenciando a sobrecarga das mulheres.**

- Enquanto as mulheres dos 25 aos 44 anos dedicam cerca de 5h28m por dia ao trabalho não pago, os homens dedicam 3h06m por dia, ou seja, há uma disparidade de 2h22m.

- Já as mulheres dos 45 aos 64 anos dedicavam cerca de 4h32m diariamente ao trabalho não pago enquanto os homens dedicavam cerca de 2h36m. De modo que **no grupo etário mais velho encontra-se a maior disparidade de género**, quase três horas (2h56m) nos dias úteis.

- Relativamente ao trabalho pago, as mulheres com atividade profissional despendem 8h35m por dia a esta atividade e os homens despendem 9h02m; **regista-se, pois, uma diferença de 0h27m a mais para eles em relação ao trabalho remunerado.** Realça-se, no entanto, que as mulheres com atividade profissional despendem em média 4h17m em trabalho não pago e os homens 2h37m diariamente. Portanto, **o tempo médio de trabalho total, considerando conjuntamente trabalho pago e não pago, é mais longo para as mulheres em 1h13m diariamente.**
- **O sentimento de falta de tempo para si é mais manifesto pelas mulheres do que pelos homens em todos os escalões etários.** A disparidade de género evidencia-se logo no escalão mais jovem (15-24 anos), embora sejam as mulheres dos 25 aos 44 anos as que mais relatam debater-se com este problema.

Em síntese, verificam-se diferenças no uso do tempo entre homens e mulheres. No entanto, a desigualdade reside na **sobrecarga das mulheres que acumulam tempo quase idêntico aos homens em trabalho pago (com apenas menos 27 minutos por dia) com mais 1h13 minutos de trabalho de não pago**. O modo como as tarefas são distribuídas entre os elementos da família continua a seguir, e reforçar, a ideia de que cabe a elas a responsabilidade primária pela realização das tarefas domésticas e cuidados familiares.

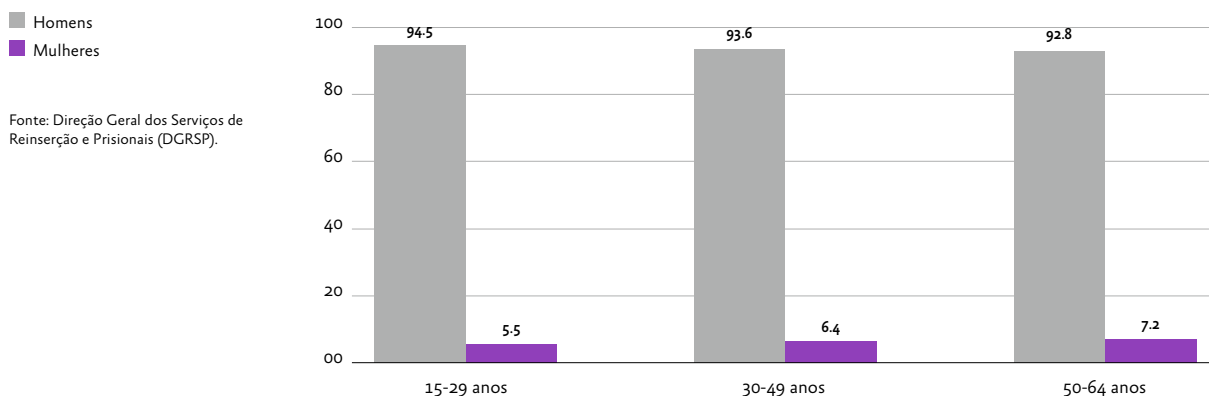
Em síntese, considerando as três idades da vida e o arco temporal analisado, regista-se um considerável aumento da participação de mulheres com filhos dependentes no mercado de trabalho e uma massificação dos casais de duplo emprego na maioria dos países da Europa e em Portugal. Contudo, também na maioria dos países, incluindo Portugal, persistem diferenças assinaláveis na média de horas semanais que homens e mulheres passam a cuidar da casa e da família, denotando ainda uma menor participação masculina na esfera doméstica e familiar. Esta desigualdade explica a penalização das mulheres na relação entre as responsabilidades profissionais e familiares, que outros estudos também vêm demonstrando (Perista *et al.*, 2016; Wall *et al.*, 2016).

5.5 Violência e Crime

Na população prisional portuguesa em 2016 verifica-se uma disparidade de género, com uma proporção de reclusos do sexo masculino muito superior à do sexo feminino em qualquer grupo etário. Por exemplo, na população mais jovem (dos 15 aos 29 anos) 94,5% da população prisional é masculina. Valor que desce para 93,6% no grupo etário dos 30 aos 49 anos e para os 92,8% no grupo etário dos 50 aos 64 anos (Figura 5.35). Estas tendências são confirmadas pelo estudo “Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional” coordenado por Anália Torres (2016). Estes dados podem ser

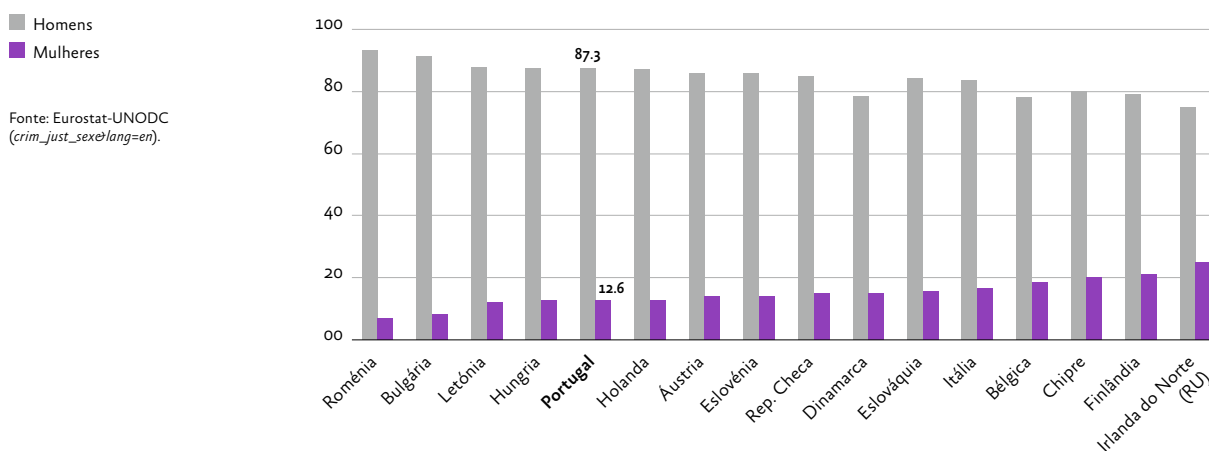
explicados pelo facto de a manifestação de indiferença ao medo, e a assunção de comportamentos de risco ou violentos, fazer parte da afirmação de uma certa masculinidade, como fatores de demonstração de força e de poder perante as mulheres e outros homens. Deste modo, haverá maior probabilidade dos homens se exporem a situações de criminalidade e violência.

Figura 5.35 População prisional em Portugal de pessoas dos 15 aos 64 anos, por sexo e grupo etário (2016) (%)



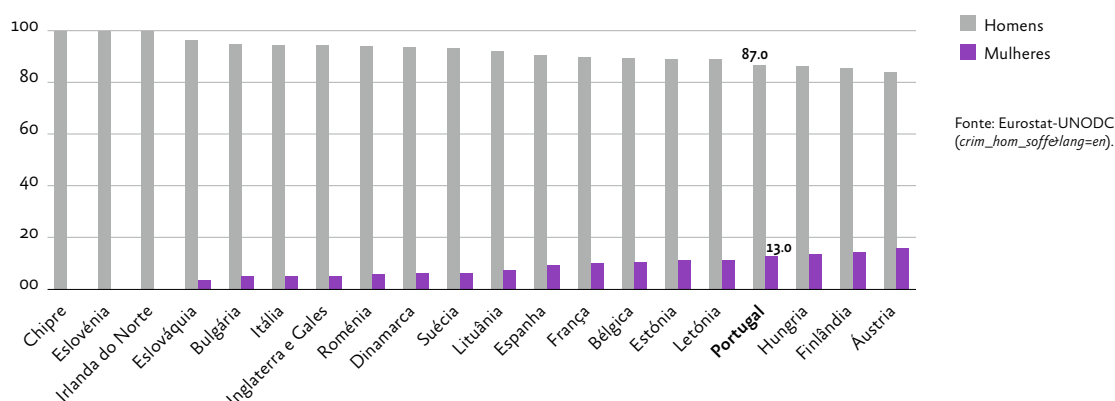
Ao analisar a população condenada em toda a Europa para o ano de 2015, percebe-se que a tendência para a masculinização se mantém. Portugal integra mesmo, juntamente com alguns países de leste, o conjunto dos países com menor feminização da população condenada, com apenas 12,6% (Figura 5.36).

Figura 5.36 Proporção de pessoas condenadas, por país e sexo (2015) (%)



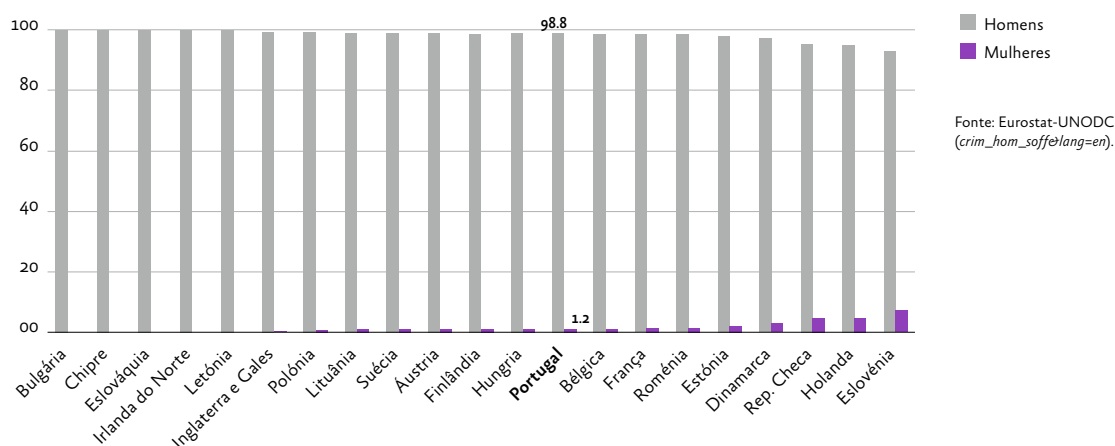
No que diz respeito à população prisional condenada por crimes de homicídio, mais uma vez, a esmagadora maioria é constituída por homens (com valores sempre superiores a 80%). Neste tipo de crime, no entanto, Portugal é, entre os países em análise, dos que apresenta maior feminização (13,0% da população condenada por homicídio são mulheres) (Figura 5.37).

Figura 5.37 Proporção de pessoas condenadas por homicídio, por país e sexo (2015) (%)



Relativamente ao crime de violação, a tendência para a masculinização da população condenada é ainda intensa, com valores superiores a 90% em todos os países da Europa considerados (Figura 5.38). Em Portugal, apenas 1,2% das pessoas condenadas por este crime são mulheres.

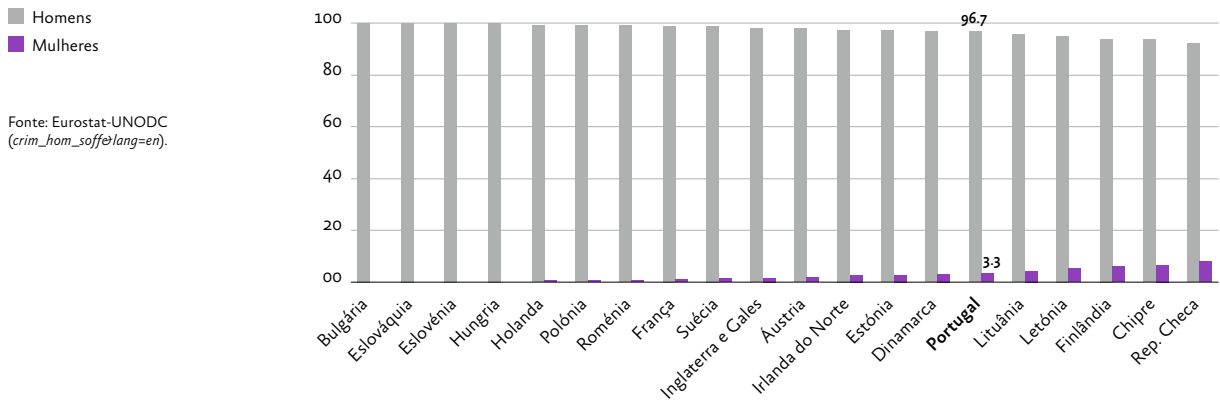
Figura 5.38 Proporção de pessoas condenadas por violação, por país e sexo (2015) (%)



Os valores são muito semelhantes quando se analisam os dados que concernem ao crime de agressão sexual. Novamente, os homens representam mais

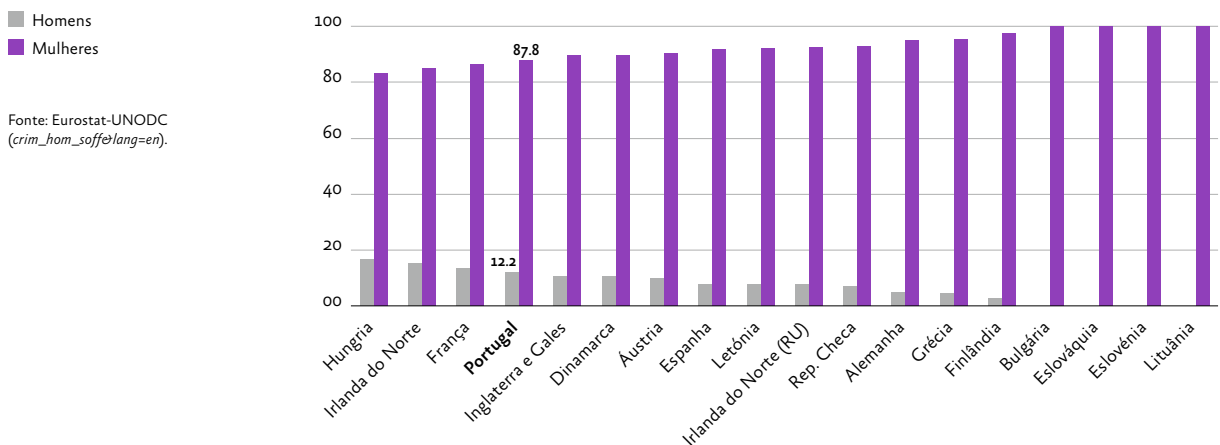
de 90% da população condenada por este crime em todos os países da Europa considerados (Figura 5.39). Em Portugal, os homens constituem 96,7%.

Figura 5.39 Proporção de pessoas condenadas por agressão sexual, por país e sexo (2015) (%)



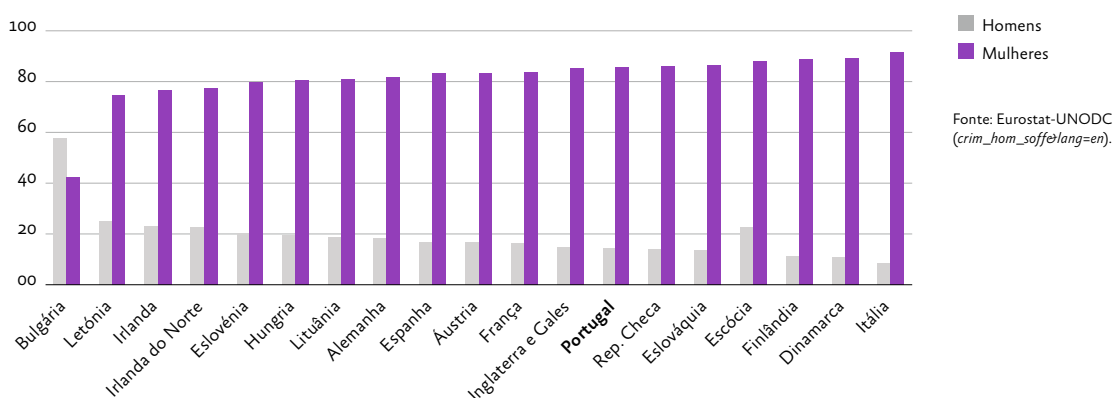
Os dados são inversamente proporcionais quando se estuda a vitimização face a estes mesmos crimes. Por outras palavras, mais de 80% das vítimas de violação em todos os países europeus considerados são mulheres. No caso português, o valor é de 87,8%, sendo mesmo assim um dos países com menor feminização (Figura 5.40).

Figura 5.40 Proporção de pessoas vítimas de violação, por país e sexo (2015) (%)



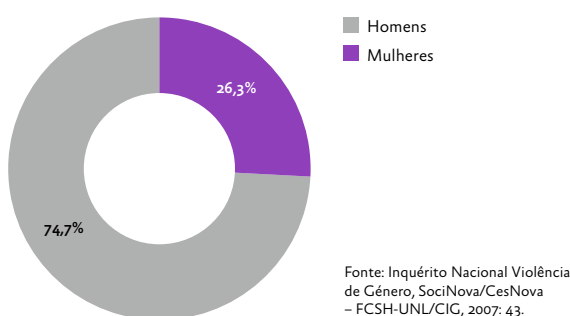
Relativamente ao crime de agressão sexual, com exceção da Bulgária, constata-se mais uma vez uma massiva feminização das vítimas, com valores acima dos 75%. Portugal é um dos países com maior incidência de vitimização nas mulheres, com 85,5% (Figura 5.41).

Figura 5.41 Proporção de pessoas vítimas de agressão sexual, por país e sexo (2015) (%)



As tendências de masculinização da violência e de feminização da vitimização são confirmadas pelo estudo “Inquérito nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens” coordenado por Manuel Lisboa (Lisboa *et al.*, 2009). Neste estudo foi aplicado um Inquérito em 2006 a pessoas com 18 ou mais anos, em Portugal, e concluiu-se que os autores da violência praticada contra as mulheres são maioritariamente homens (72,7% são homens, contra 27,3% de mulheres). Esta acentuada diferença de género mantém-se mesmo quando os dados são analisados por tipo de violência. Assim, na discriminação sociocultural os homens são os autores em 69,6% dos atos, na violência psicológica são-no em 70,9%, na violência física em 85,7%, e na violência sexual em 98,1% (Figura 5.42).

Figura 5.42 Autoria da violência exercida contra as mulheres, 2007 (%)

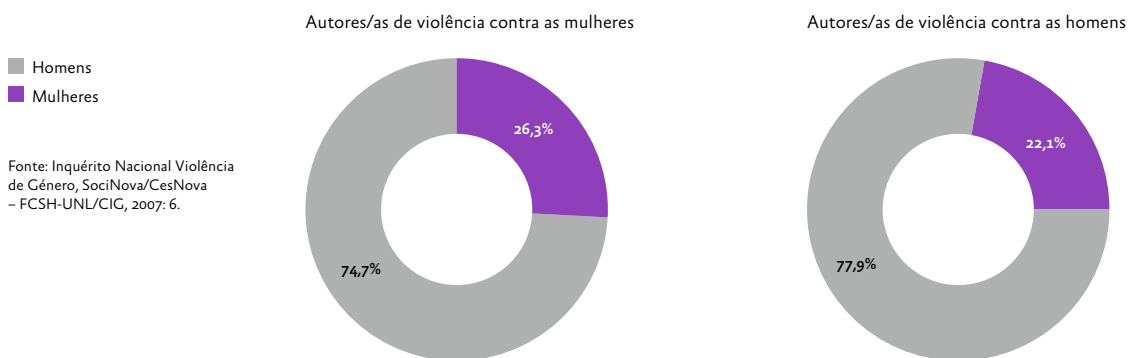


Interessante é, também, assinalar que as vítimas, quando questionadas acerca das razões que consideram estar na base da violência contra elas dirigida, referem motivos que remetem para as desigualdades de género. Assim, as razões referidas pelas vítimas de atos de violência como ameaça verbal de morte (“mato-te”), ou pelas vítimas de violência ameaçadas com “armas de fogo

ou brancas” são, por esta ordem: “aspetos relacionados com o sentimento de posse, ciúme, diferenças de valores e mentalidade, nomeadamente, em relação à igualdade de género e o consumo de álcool” (Lisboa *et al.*, 2009: 50).

Ainda de acordo com o mesmo estudo, em 2006, a prevalência de homens vítimas do crime de violência doméstica era cerca de três vezes menor do que a das mulheres em iguais circunstâncias (2,3% face a 6,4%). Numa análise de género é importante, ainda, salientar que os autores da violência praticada contra os homens são maioritariamente outros homens (77,9%) (Figura 5.43).

Figura 5.43 Autores/as de violência física, psicológica e sexual contra homens e mulheres, 2007 (%)



Mais ainda, quando se analisa o relacionamento entre agressores e vítimas conclui-se que, quando as vítimas são mulheres, em cerca de 42% os agressores são os seus maridos ou companheiros. Nas situações em que os homens são vítimas, os agressores são principalmente desconhecidos (cerca de 23%), vizinhos (cerca de 11%), colegas e amigos (cerca de 23%), e raramente são as pessoas com quem vivem em situação de conjugalidade (apenas cerca de 3%) (Lisboa *et al.*, 2009: 62). A violência contra as mulheres ocorre maioritariamente em casa (em cerca de 60% dos casos), enquanto a violência contra os homens ocorre maioritariamente na rua (em cerca de 30% dos casos) ou no local de trabalho (em cerca de 16% das situações).

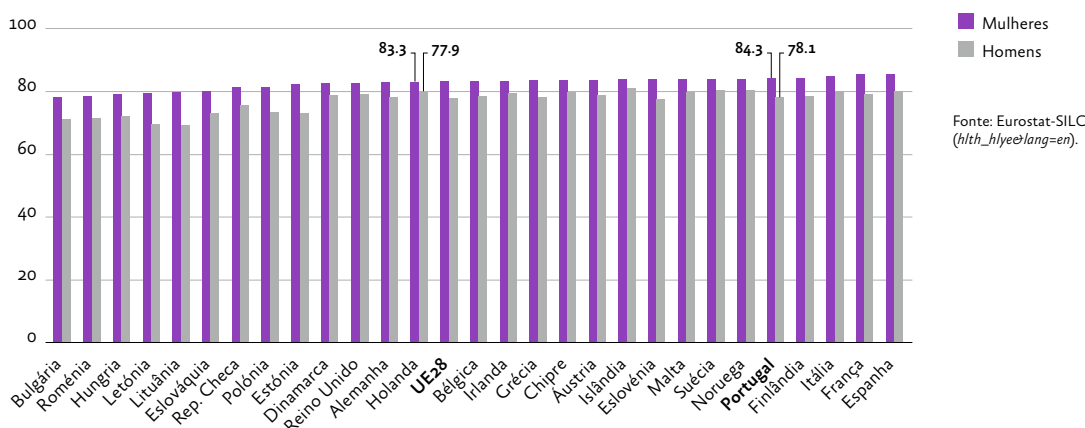
Em síntese, a população prisional é, em todos os grupos etários considerados, esmagadoramente masculina. Em média, na UE 28, os homens são os principais condenados por homicídios e crimes de índole sexual, e as mulheres as principais vítimas de crimes de agressão sexual e violação. No que diz respeito à violência exercida contra mulheres e homens, percebe-se também que os homens são, na grande maioria dos casos, os agressores, quer as vítimas se tratem de mulheres ou de homens.

5.6. Saúde e causas de morte

5.6.1 Mulheres com esperança de vida mais longa mas menos anos de vida saudável em Portugal

Como é sabido, as mulheres apresentam uma esperança de vida mais longa do que a dos homens. Essa tendência verifica-se em todos os países europeus, estando Portugal inclusive com valores ligeiramente acima da média europeia: as mulheres europeias têm 83,3 anos de esperança de vida face a 84,3 anos das mulheres portuguesas. Já os homens europeus têm apenas 77,9 anos e os homens portugueses 78,1 anos de esperança de vida (Figura 5.44).

Figura 5.44 Esperança de vida, por país e sexo (2015) (%)



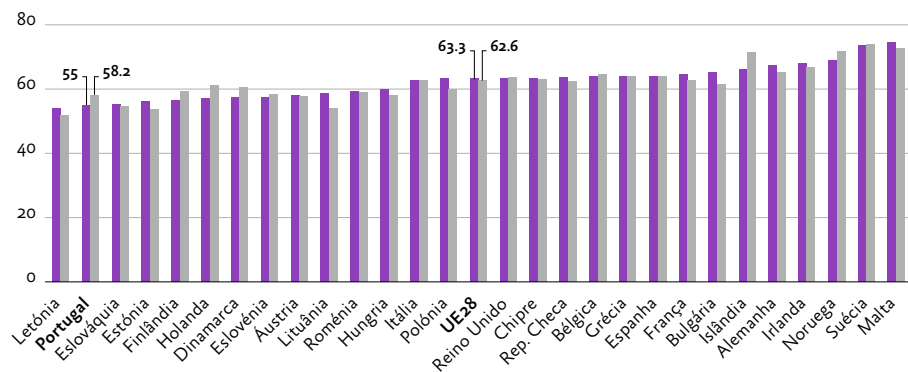
No entanto, esta regularidade não se mantém no que diz respeito ao número de anos de vida saudável²⁰. Dito de outra forma, nos países de leste, França, Alemanha, Irlanda e Malta, o número de anos de vida saudável é maior para as mulheres do que para os homens, tendência acompanhada, embora com uma diferença muito ligeira, na média europeia, em que o número de anos de vida saudável é muito semelhante entre mulheres (63,3 anos) e homens (62,6 anos). Contudo, em Portugal e nos países nórdicos, o número de anos de vida saudável é sempre superior para os homens do que para as mulheres. Por exemplo, os homens portugueses têm em média 58,2 anos de vida saudável enquanto as mulheres portuguesas têm apenas 55 anos (Figura 5.45). Comparando a esperança de vida com o número de anos de vida saudável, percebe-se que as mulheres em Portugal vivem, em média, 29,3 anos com problemas de saúde moderados ou severos, valor que desce para os 19,9 anos nos homens portugueses.

²⁰. Os anos de vida saudável dizem respeito aos anos que a pessoa vive sem problemas de saúde moderados ou severos.

Figura 5.45 Número de anos de vida saudável, por país e sexo (2015) (%)

■ Mulheres
■ Homens

Fonte: Eurostat-SILC
(hlth_hlyee@lang=en).



Estes resultados são confirmados por vários estudos que indicam a existência de diferenças de género na saúde, com desvantagem para as mulheres, nomeadamente, no que diz respeito à dor crónica, à sua frequência, intensidade e duração, bem como às doenças crónicas e/ou psiquiátricas (Sarah *et al.*, 2007; Rustøen *et al.*, 2004; Varkey, 2004; Binswanger *et al.*, 2011; Piccinelli and Wilkinson, 2000; Kornstein *et al.*, 2000). Esta tendência observa-se também, para Portugal, na Figura 5.46, que revela que a grande maioria dos problemas de saúde aumenta com o envelhecimento (com exceção das alergias e dores de cabeça severa) e sempre de forma mais gravosa para as mulheres, com exceção da pressão arterial alta, mais registada nos homens na fase tardia da vida (31,2%) do que nas mulheres (30,3%).

Nos vários grupos etários analisados, mais mulheres do que homens afirmam sofrer de dores, como dores de costas ou pescoço e dores musculares ou nas articulações do pé ou da perna. As dores musculares ou nas articulações da mão ou do braço são ligeiramente mais registadas nos homens na fase da juventude (13,4% face a 11,6%). No entanto, em idades posteriores, são de novo as mulheres a reportar mais frequentemente este tipo de dores.

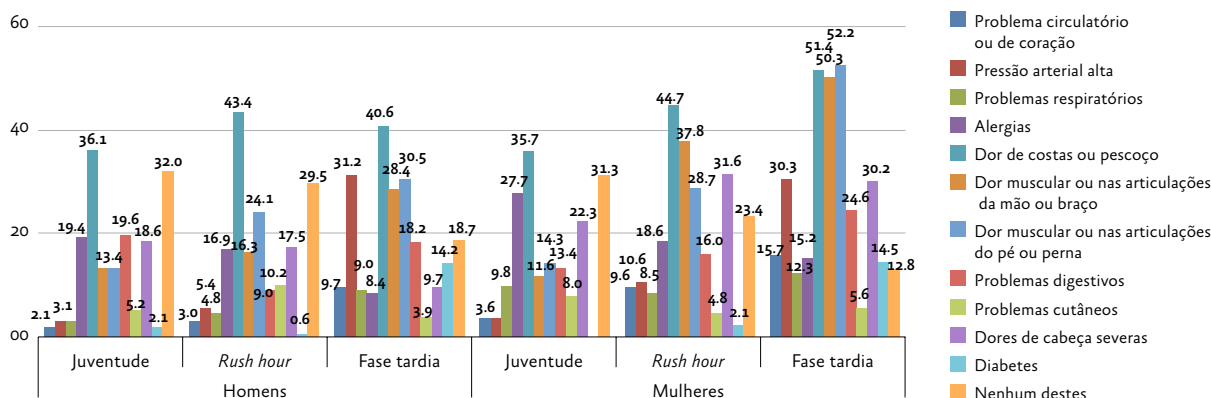
Relativamente às doenças crónicas, mais mulheres do que homens, em todos os grupos etários, afirmam sofrer de problemas circulatórios, atingindo os 15,7% na fase tardia, comparativamente com 9,7% dos homens, bem como de problemas respiratórios (12,3% e 9,0%, respetivamente, na fase tardia). No que diz respeito a problemas digestivos e cutâneos, as mulheres reportam-nos também em maiores proporções do que os homens na fase tardia, embora mais homens do que mulheres declarem ter problemas digestivos na juventude (19,6% face a 13,4%) e problemas cutâneos na *rush hour* (10,2% face a 4,8%).

Na fase tardia da vida ativa, os problemas de saúde que os homens mais declaram são dores de costas ou pescoço (40,6%), pressão arterial alta (31,2%),

dores musculares ou nas articulações do pé ou da perna (30,5%), dores musculares ou nas articulações da mão ou do braço (28,4%) e problemas digestivos (18,2%).

Já nas mulheres, os problemas de saúde mais comuns na fase tardia da vida ativa, que atingem mesmo mais de metade da população feminina nesta idade, são dores musculares ou nas articulações do pé ou da perna (52,2%), dores de costas ou pescoço (51,4%), dores musculares ou nas articulações da mão ou do braço (50,3%), seguidas de pressão arterial alta (30,3%) e dores de cabeça severas (30,2%), reportadas por cerca de um terço das mulheres.

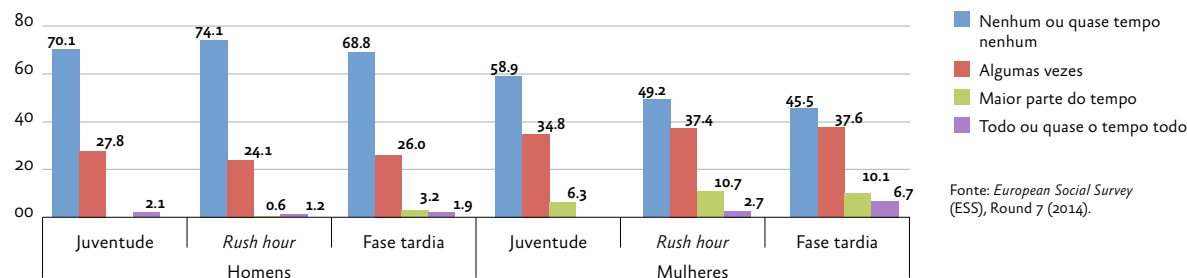
Figura 5.46 Problemas de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e grupo etário, Portugal (%)



Fonte: European Social Survey (ESS), Round 7 (2014).

Para além de problemas de saúde como dores ou doenças crónicas, as mulheres também reportam mais perturbações frequentes do sono, um elemento essencial para o bem-estar e equilíbrio psicológico, que vão aumentando à medida que elas vão envelhecendo, tal como os sentimentos depressivos. Com efeito, as mulheres portuguesas declaram mais do que os homens ter-se sentido deprimidas em algum momento na última semana tanto na juventude (34,8% e apenas 27,8% dos homens), como na *rush hour* (37,4% para 24,1% dos homens) ou na fase tardia (37,6% para 26,0% dos homens) (Figura 5.47).

Figura 5.47 Na última semana com que frequência se sentiu deprimido/a, por sexo e grupo etário, Portugal (%)



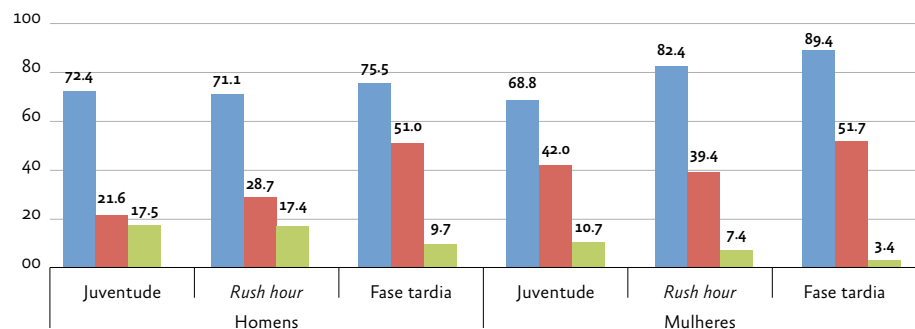
Fonte: European Social Survey (ESS), Round 7 (2014).

Esta desvantagem das mulheres relativamente à saúde pode explicar, em parte, o seu maior acesso aos cuidados de saúde (Ferreira da Silva & Alves, 2002). Em Portugal, em 2014, a proporção de mulheres que não consultou qualquer médico nos últimos 12 meses é sempre inferior à dos homens, em todas as idades da vida (Figura 5.48). Inversamente, a percentagem de mulheres que acedeu a consultas médicas, tanto de clínica geral como de especialidade, é sempre superior à dos homens, com exceção do grupo mais jovem, com idades entre os 15 e os 29 anos. Neste grupo, a proporção de homens com acesso nos últimos 12 meses a consultas de clínica geral é ligeiramente superior à das mulheres (72,4% para 68,6%), mas esta diferença é largamente superada pela maior afluência feminina a consultas de especialidade (42,0% para 21,6%).

Figura 5.48 Com quem falou sobre o seu estado de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e grupo etário, Portugal (%)

■ Médico/a de clínica geral
■ Médico/a especialista
■ Nenhum/a destes/as

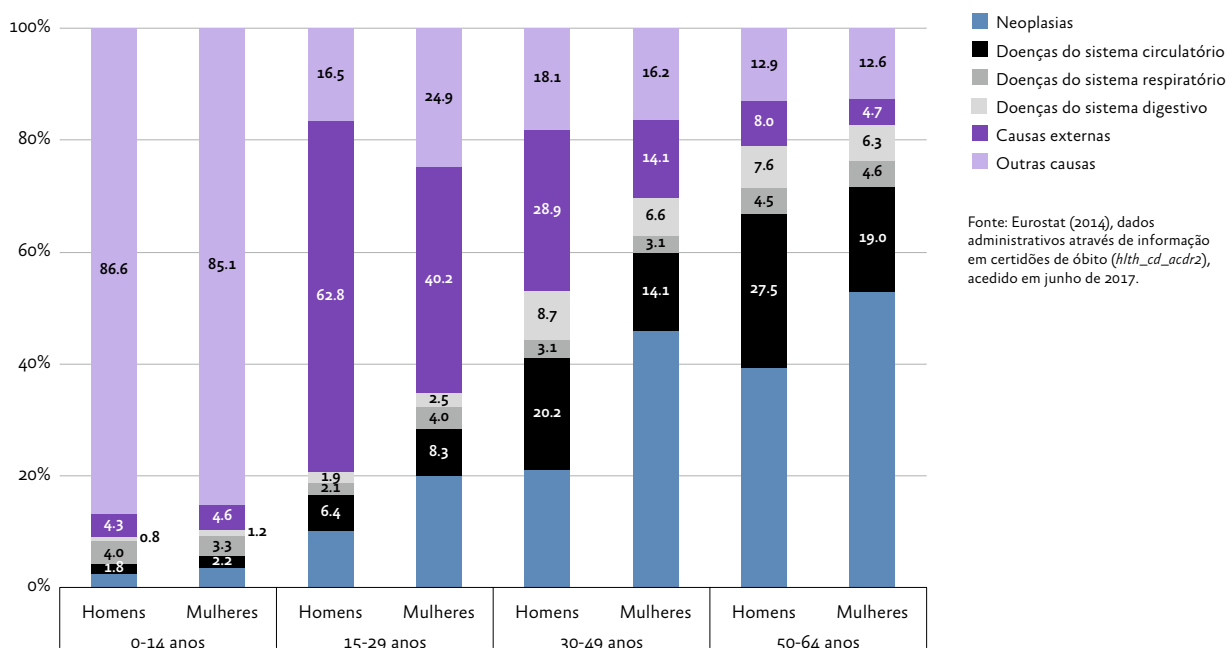
Fonte: *European Social Survey* (ESS7), Round 7 (2014).



Já no que diz respeito às causas de morte ao longo das várias idades da vida, no contexto europeu, identificam-se diferenças assinaláveis que traduzem também efeitos de género (Figura 5.49). Enquanto na infância não se registam grandes assimetrias entre meninos e meninas e a maior causa de morte são outras causas (86,6% e 85,1%, respetivamente), na juventude as mortes devem-se essencialmente a causas externas, sobretudo no caso masculino (62,8% e 40,2%). Mais uma vez, como explicado em capítulos anteriores, a masculinização das causas externas de morte explica-se pela tendência que os homens revelam de se exporem mais a situações de risco e violência (Pedroso, 2013; Moura *et al.*, 2015).

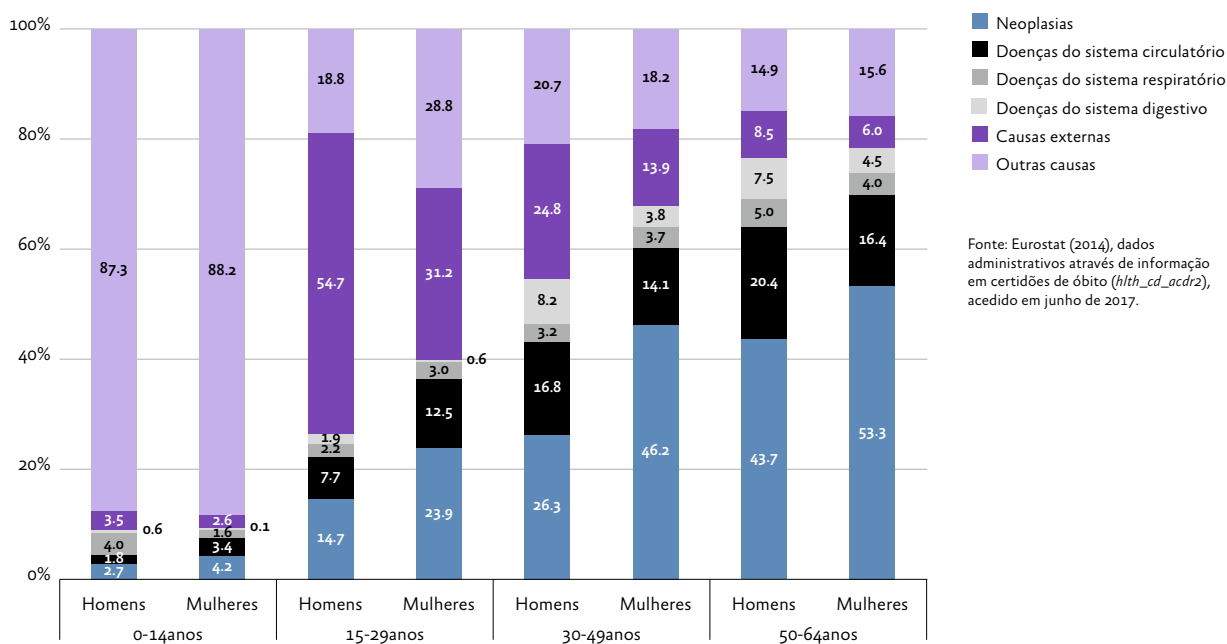
Na *rush hour of life*, as causas externas continuam a ser a principal causa de morte nos homens (28,9%) mas, nas mulheres, surgem as neoplasias como principal causa de morte (45,8%). Na fase tardia, as neoplasias constituem a principal causa de morte, tanto para homens, como para mulheres, mas com maior peso nestas (52,8% face a 39,4%).

Figura 5.49 Causas de morte, por sexo e grupo etário, UE 28 (%)



Os dados para Portugal evidenciam as mesmas tendências, com exceção para a principal causa de morte nos homens entre os 30 e os 49 anos que no contexto nacional não são causas externas, mas sim as neoplasias (26,3%) (Figura 5.50).

Figura 5.50 Causas de morte, por sexo e grupo etário, Portugal (%)

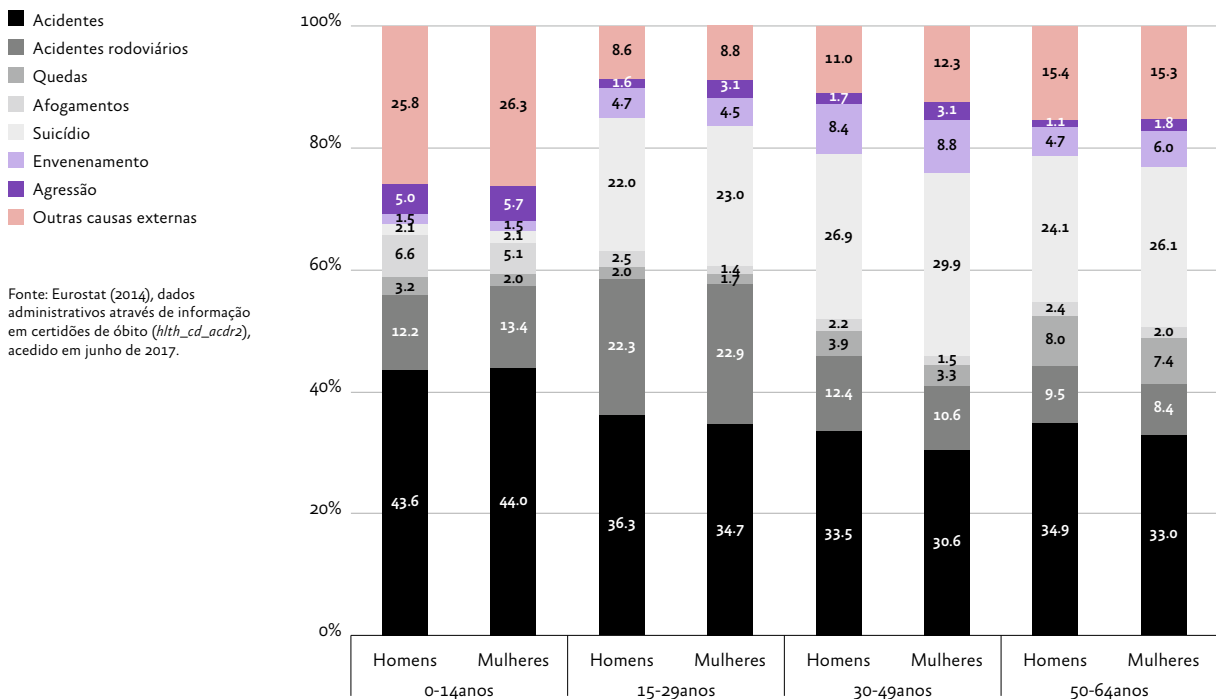


5.6.2 Em Portugal elas morrem muito mais do que eles por agressão

Relativamente às causas externas de morte, também são evidentes mudanças ao longo das idades da vida. Se na infância os acidentes são a principal causa externa de morte tanto para rapazes (43,6%) como para raparigas (44,0%), a proporção de pessoas a morrer de acidente vai diminuindo ao longo da vida, não deixando, no entanto, de ser a causa externa de morte mais frequente e sem grandes diferenças de género na fase tardia (34,9% e 33,0%, respetivamente) (Figura 5.51).

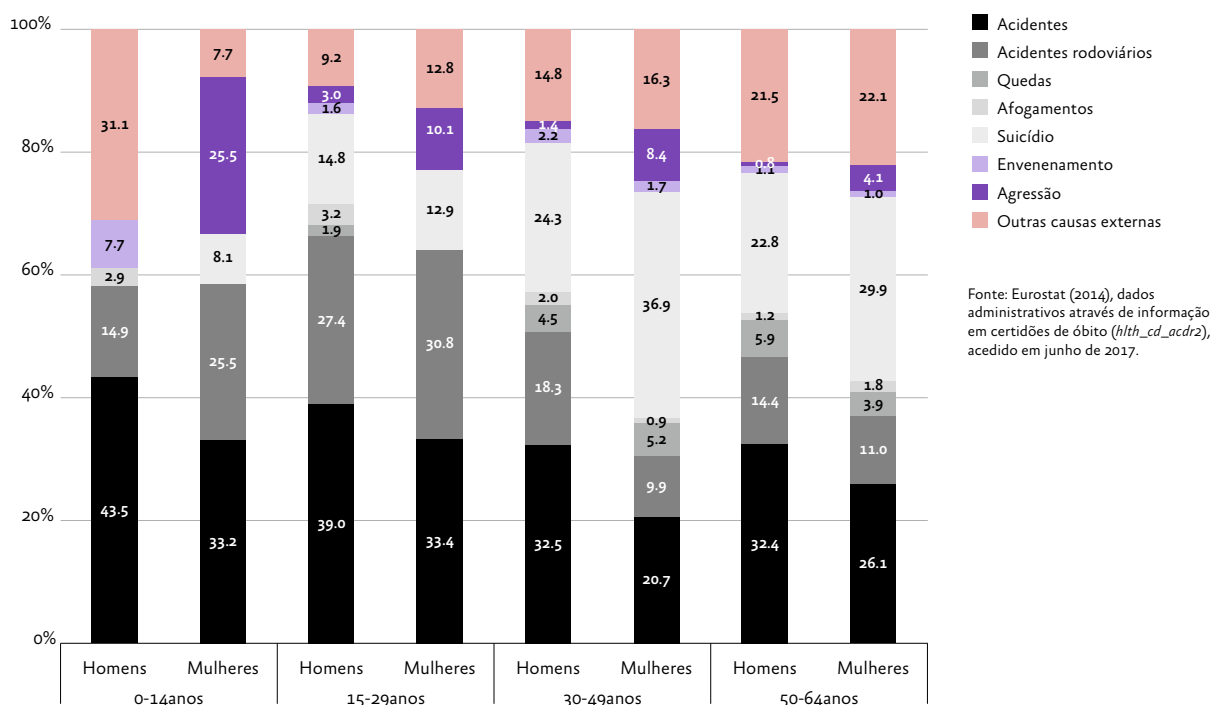
A segunda causa externa de morte mais comum a partir da juventude é o suicídio que ganha particular peso na *rush hour of life* (26,9% e 29,9%). A aparente feminização do suicídio, que contrasta com as tendências verificadas em estudos como o de Bilsker e White (2011) e o de Varnik *et al.* (2008) explica-se pela proporção de homens e mulheres a morrer no contexto europeu de causas externas. Por exemplo, na *rush hour of life*, 28,9% dos homens morreram por causas externas face a apenas 14,1% das mulheres. Logo, apesar de em números absolutos mais homens do que mulheres cometerem suicídio, proporcionalmente, mais homens ainda morrem de acidente, reduzindo o peso das mortes por suicídio no total de mortes masculinas por causas externas.

Figura 5.51 Causas externas de morte, por sexo e grupo etário, UE 28 (%)



No contexto português, as tendências acompanham o que foi descrito para a média europeia a 28 países, com exceção das portuguesas na *rush hour* e na fase tardia da vida ativa que registam maior proporção de mortes por suicídio (36,9% e 29,9%) do que por acidente (20,7% e 26,1%) (Figura 5.52). Para Portugal, é ainda de assinalar a forte disparidade de género observável nas mortes por agressão, sempre mais frequentes entre as mulheres do que entre os homens. De assinalar que nestas causas de morte poderão estar, entre outras, as mortes causadas por violência doméstica.

Figura 5.52 Causas externas de morte, por sexo e grupo etário, Portugal (%)



Em síntese, em Portugal e na Europa, as mulheres apresentam uma esperança de vida superior à dos homens. No entanto, em alguns países, como é o caso de Portugal, elas apresentam menos anos de vida saudável quando comparadas com os homens.

Verifica-se, com efeito, um padrão de género na saúde e na doença com as mulheres, na Europa e também em Portugal, a revelarem maior tendência para reportar problemas de saúde como dores ou potenciais doenças crónicas, perturbações frequentes do sono e sentimentos depressivos, que vão aumentando à medida que elas vão envelhecendo.

Na análise às causas de morte, ao longo das várias idades da vida, assinalaram-se também diferenças que traduzem efeitos de género. Na Europa

e em Portugal, na juventude, e sobretudo no caso masculino, as mortes devem-se essencialmente a causas externas que podem estar associadas a uma maior tendência que os jovens rapazes revelam de se exporem a situações de risco e violência. Esta tendência prolonga-se na Europa na *rush hour of life*, mas em Portugal, para os homens e para as mulheres, a partir desta fase da vida, são as neoplasias que surgem como principal causa de morte. Já a proporção de pessoas a morrer de acidente vai diminuindo ao longo da vida, não deixando, no entanto, de ser a causa externa de morte mais frequente e sem grandes diferenças de género na fase tardia, tanto na Europa como em Portugal. Em Portugal é no entanto de assinalar a disparidade na proporção de mulheres e homens que morrem por agressão, que é sempre penalizadora para as mulheres.

5.7 Valores

Partindo do entendimento sociológico de que os valores funcionam como sistemas organizados e relativamente duradouros de preferências (Almeida, 1994, Almeida, Brites e Torres, 2010), produzindo ideologias (Almeida, Brites e Torres, 2010), eles ganham relevância redobrada na análise da marcação de fronteiras de género em diferentes idades da vida. Ou, de outro modo, enquanto sistemas organizados de preferências e de disposições, os valores oferecem a oportunidade de analisar a forma como o género, em cada idade da vida, se associa a formas específicas de entendimento do mundo e de organização da ação.

Ao longo do trabalho temos vindo a proceder a essa avaliação através de uma geometria variável: ora, olhando para os valores motivacionais básicos ou transituacionais definidos por Schwartz (1992); ora, analisando valores específicos que situam e marcam o posicionamento ideológico de mulheres e homens face à família. Neste momento, optou-se não só por um olhar cruzado entre as diferentes idades da vida, mas também por uma análise conjugada deste dois tipos de valores.

Na perspetiva de Schwartz identificam-se quatro grandes tendências no plano dos valores e a relação entre elas pode ser entendida através da conjugação de dois planos distintos. O primeiro define-se pela oposição entre a autotranscendência, ou os valores associados à benevolência e ao universalismo – como a importância da igualdade de tratamento e oportunidades para todas/os, a importância da compreensão entre as pessoas, o cuidado da natureza e do ambiente, a necessidade de apoiar e cuidar do bem-estar das pessoas – e a autopromoção que se constitui em torno de valores associados ao poder e à realização pessoal – como a importância de ser rica/o, ter dinheiro e bens caros, de se ser bem-sucedida/o e reconhecida/o pelas suas conquistas, ou a de ser admirada/o e respeitada/o pelos outros/os. O segundo refere-se

à oposição entre conservação e abertura à mudança, ou seja, definindo-se na contraposição entre valores da tradição, do conformismo com as regras e costumes, da segurança ou do bom comportamento – em contraponto com a importância atribuída a ser criativa/o, a experimentar coisas novas, a procurar a aventura, a diversão e o prazer.

5.7.1 Pessoas mais velhas e as mulheres mais universalistas do que as pessoas mais novas e do que os homens

Numa análise que conjuga as três diferentes idades da vida identificam-se duas tendências globais (Figuras 5.53 e 5.54).

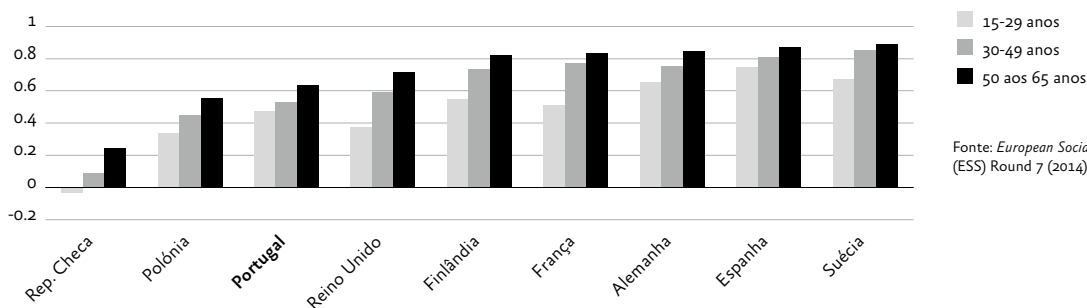
Verifica-se uma tendência que atravessa toda a Europa: quanto mais velhas, mais as pessoas se identificam com a benevolência e o universalismo, isto é, com a autotranscendência (Prince-Gibson e Schwartz, 1998). A adesão à benevolência e ao universalismo é mais expressiva entre as mulheres do que entre os homens, de forma transversal a todos os países europeus e a todas idades da vida (juventude, *rush hour of life* e fase tardia da vida ativa). As mulheres na Suécia, Alemanha e Finlândia são as que mais aderem a estes valores; por seu turno, na República Checa e na Polónia é onde relativamente se afastam mais deles.

No caso dos homens, Alemanha, Espanha e Suécia são os países em que eles mais aderem aos valores da benevolência e do universalismo, e aqueles em que aderem menos são a República Checa e Polónia. Espanha é o país em que os homens jovens (entre os 15 e os 29 anos) mais se aproximam destes valores; em contrapartida, é na Suécia que é maior esta adesão na *rush hour of life* e na fase tardia da vida ativa.

Qual a posição de Portugal? Apesar de seguir as duas tendências globais identificadas, no conjunto dos países europeus analisados, Portugal está entre aqueles em que mulheres e homens menos aderem à autotranscendência: as mulheres e os homens portugueses das três fases da vida apenas aderem mais a estes valores do que as mulheres da República Checa e da Polónia.

²¹. Os indicadores analisados nas figuras 2.32 a 2.35 são medidos através de uma escala, em que se pedia às/ aos inquiridas/os que se posicionassem de acordo com as seguintes categorias: “exatamente como eu”, “muito parecida/o comigo”, “parecida/o comigo”, “um bocadinho parecida/o comigo”, “nada parecida/o comigo” e “não tem nada a ver comigo”. Na tipologia de valores de Schwartz, a posição individual em cada um dos valores é medida por referência à média individual das respostas do inquirido ao total dos indicadores. Assim, deve-se interpretar as respostas dos inquiridos relativamente a cada indicador como concordância superior à média, média ou inferior à média (Brites, s.d. disponível em https://www.academia.edu/9351072/Como_medir_valores_motivacionais).

Figura 5.53 Autotranscendência por país e grupo etário (homens), 2014²¹

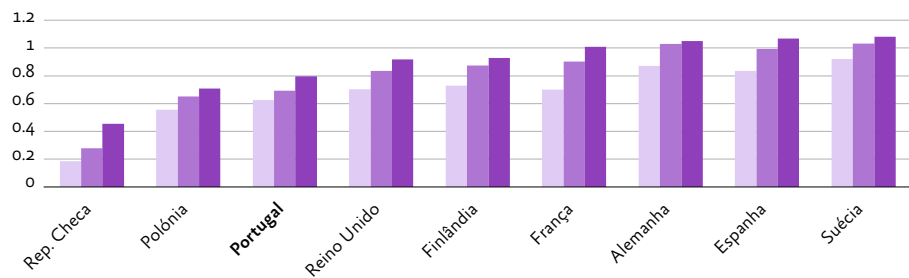


Fonte: European Social Survey (ESS) Round 7 (2014)

Figura 5.54 Autotranscendência por país e grupo etário (mulheres), 2014

15-29 anos
30-49 anos
50 aos 65 anos

Fonte: *European Social Survey* (ESS), Round 7 (2014).



Se os valores do universalismo e da benevolência se tendem a opor aos valores associados à autopromoção e ao poder manter-se-ão as mesmas tendências, isto é, estarão os homens e as pessoas mais jovens mais próximos dos valores materiais?

Na verdade, aproximando-se globalmente do universalismo e da benevolência, as mulheres e os homens tendem a afastar-se também dos valores associados ao poder e à realização pessoal em todos os países da Europa analisados, e em todas as idades da vida.

Por outras palavras, eles e elas afirmam que são mais importantes os valores universais como, por exemplo, a igualdade de oportunidades, do que os valores materiais ou do poder pessoal. No entanto, de modo coerente com os resultados anteriores, e de forma transversal a todos os países, observa-se que os jovens e as jovens são quem rejeita os valores da autopromoção com menor intensidade (sendo de sublinhar até que os jovens homens na República Checa revelam valores de adesão positivos).

Como explicar a relativamente menor adesão das pessoas mais jovens e dos homens ao universalismo e à benevolência e a sua maior aproximação aos valores da autopromoção? E como explicar as diferenças entre os países? A menor rejeição dos valores da autopromoção – que funcionam como orientadores de tendência mais materialista da vida – entre os homens e as mulheres mais jovens pode estar, pelo menos parcialmente, associada a fenómenos que afetam de forma particular as pessoas nesta fase da vida. É, por exemplo, entre os homens e, sobretudo, entre as mulheres jovens que mais frequentemente se encontram, como se viu atrás, formas não permanentes e instáveis de integração no mercado de trabalho, são eles e elas que têm salários mais baixos, foi neste grupo que mais cresceu o desemprego, são eles e elas que sentem fortes constrangimentos, de forma mais expressiva nalguns países, nos seus processos de autonomização. Estas tendências que se verificam no plano dos valores junto dos mais jovens do século XXI permitiriam reabrir um debate sobre as teses pós-materialistas, tão em voga nos anos de 1970 do século XX (Inglehart, 1977).

Figura 5.55 Autopromoção por país e grupo etário (homens), 2014

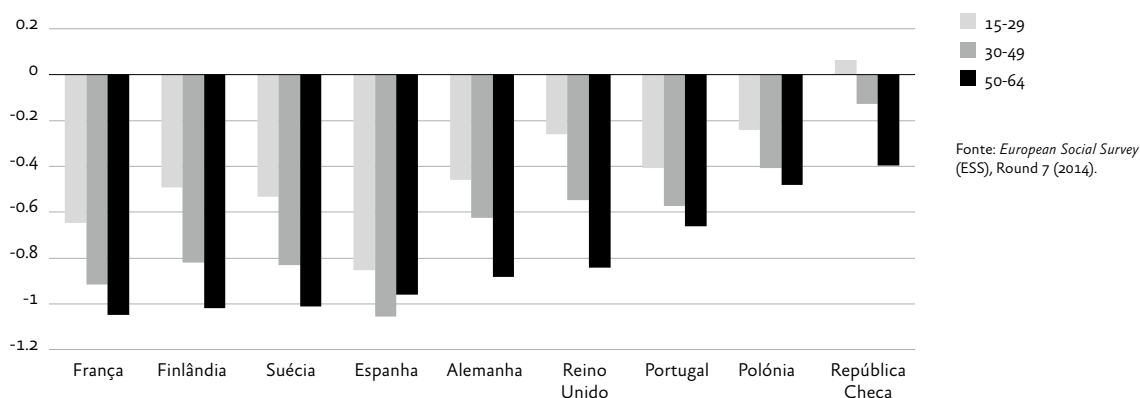
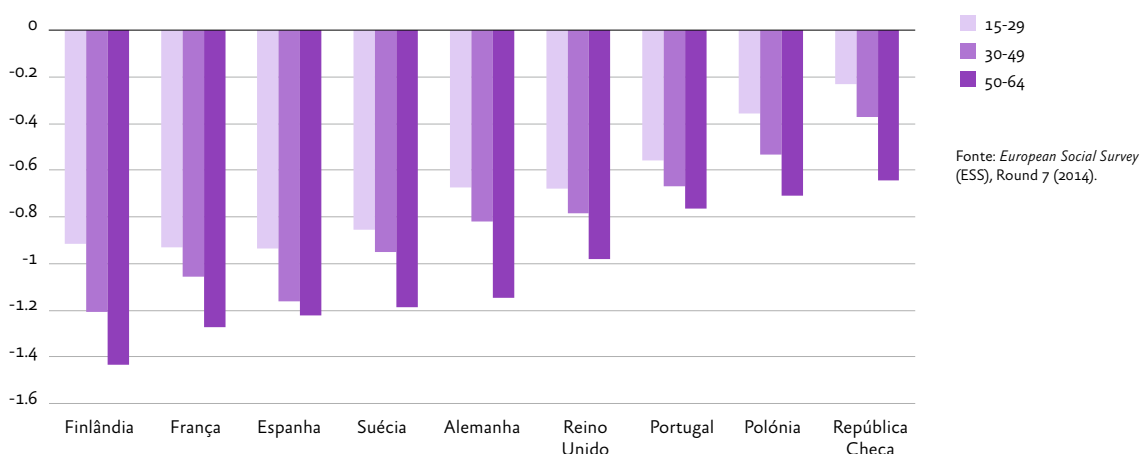


Figura 5.56 Autopromoção por país e grupo etário (mulheres), 2014



Como se viu, de forma global, homens e mulheres na Europa são mais universalistas: mas por que razão, em todos os países, elas são-no mais do que eles? Uma das hipóteses explicativas, no caso das mulheres, em Portugal e na Europa, pode estar relacionada com a sua maior responsabilização pela esfera dos cuidados aos outros e pelas redes de solidariedade e de entreajuda. Em contraponto, a persistência pelo lado masculino da valorização dos lugares do poder e pela obtenção de rendimentos pode contribuir para um menor afastamento dos valores da autopromoção relativamente às mulheres.

E como explicar as diferenças entre países? É possível avançar com uma hipótese explicativa, embora obviamente se trate de um tema a aprofundar. Note-se, por exemplo, que, com a exceção da Espanha, os países onde mulheres e homens mais fortemente rejeitam estes valores materialistas são também aqueles onde tendem a existir formas mais avançadas, desenvolvidas e mais bem financiadas de estado social, onde se verificam menores desigualdades,

onde o bem-estar não é pensado como uma responsabilidade individual, mas antes como um problema coletivo (Almeida, 2013) e onde, ainda, é maior a confiança social e a confiança política (Torres e Brites, 2006). Ou seja, onde os valores universalistas parecem ter tido efeito prático na vida das pessoas.

É de sublinhar ainda que, ao contrário de uma visão predominante, segundo a qual nas sociedades contemporâneas se valoriza mais o poder e o dinheiro, pelo menos no plano dos valores a esmagadora maioria dos europeus consideram que são parecidos com pessoas que se assumem como benevolentes e universalistas.

5.7.2 Jovens mais abertos à mudança: eles mais do que elas

É em torno do conservadorismo que a diferença entre mais jovens e mais velhos é mais expressiva. Por um lado, os valores como a tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, isto é, o conservadorismo são globalmente rejeitados pelos jovens e pelas jovens na Europa (exceção para as mulheres na Polónia) (Figuras 5.57 e 5.58). Em contraponto, as pessoas na fase tardia da vida ativa não só não rejeitam estes valores como aderem às ideias conservadoras. A Suécia é o único país analisado em que mulheres e homens em todas as idades da vida rejeitam o conservadorismo, embora, a intensidade dessa rejeição diminua à medida que as pessoas envelhecem.

E no caso de Portugal? As mulheres jovens e na *rush hour of life* rejeitam mais fortemente os valores associados ao conservadorismo do que os homens nas mesmas fases da vida. No caso das mulheres jovens portuguesas assinala-se que o nível de rejeição dos valores conservadores é o mais elevado dos países em análise. Inversamente ao que sucede com as duas fases da vida mais jovens, as mulheres mais velhas aderem mais ao conservadorismo do que os homens na fase tardia da vida ativa. Ou seja, o caso português parece revelar uma polarização geracional das mulheres: as mais novas e mais integradas economicamente apresentam-se fortemente alinhadas ao não conservadorismo; as mais velhas e menos integradas no mercado de trabalho aderem a valores alinhados com a tradição.

Figura 5.57 Conservadorismo por país e grupo etário (homens), 2014

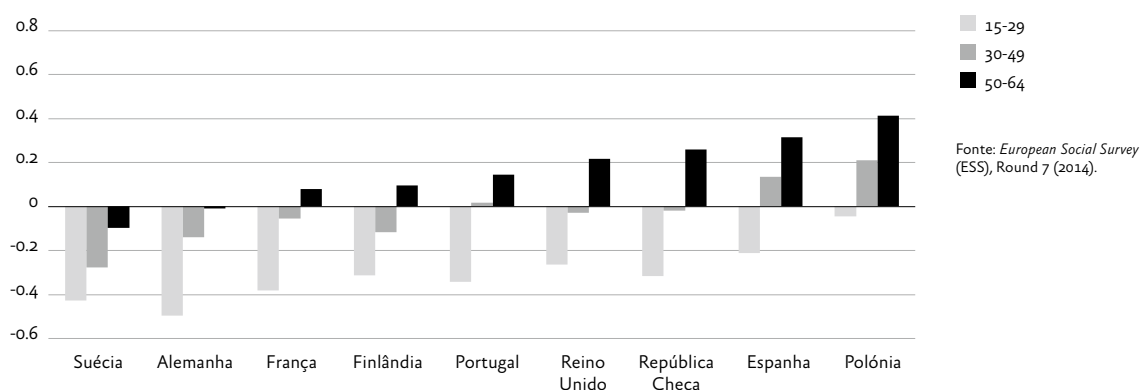
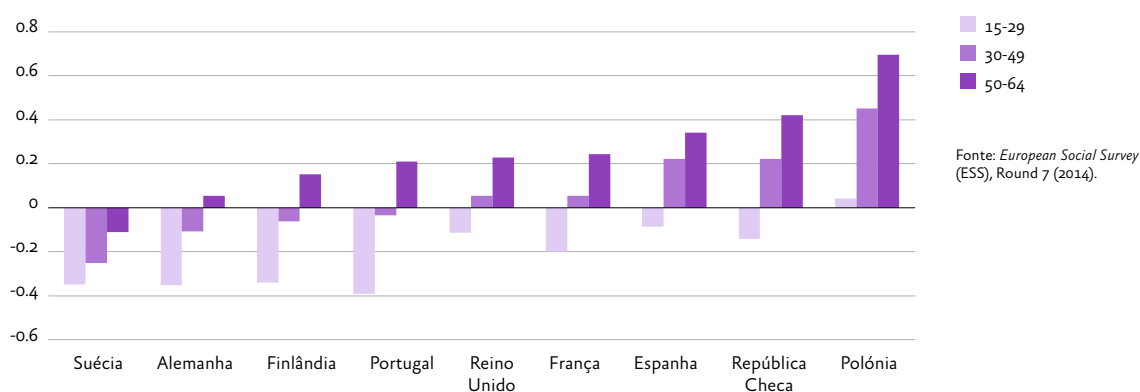


Figura 5.58 Conservadorismo por país e grupo etário (mulheres), 2014

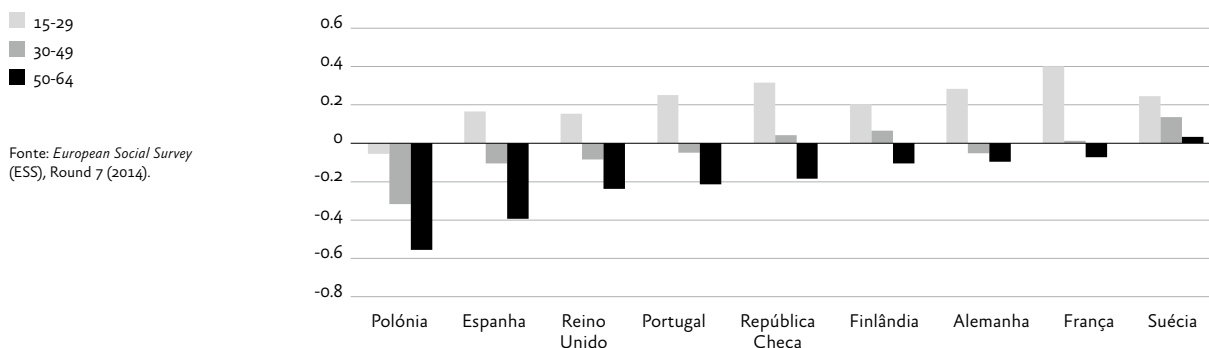


A tendência europeia e portuguesa para a menor adesão dos jovens a valores associados ao conservadorismo é acompanhada pelo seu maior centramento em torno da abertura à mudança. Os e as jovens em Portugal e na Europa valorizam, mais do que as pessoas na *rush hour of life* ou na fase tardia da vida ativa, a importância de ser criativa/o, de experimentar coisas novas, procurar a aventura, a diversão e o prazer. A exceção a este padrão europeu é o caso dos e das jovens na Polónia, que rejeitam os valores em torno da abertura à mudança, apesar de essa rejeição ser menos forte do que a registada entre as pessoas nas outras fases da vida (Figuras 5.59 e 5.60).

Por seu turno, verifica-se que, em grande parte dos países analisados, as pessoas nas duas fases da vida mais avançadas rejeitam mais frequentemente estes valores. A exceção centra-se no caso dos homens na *rush hour of life* na República Checa, Finlândia e, sobretudo, na Suécia (onde também se regista uma ligeira adesão das mulheres nesta fase da vida aos valores da abertura à mudança). De forma transversal aos países analisados, observa-se que os homens

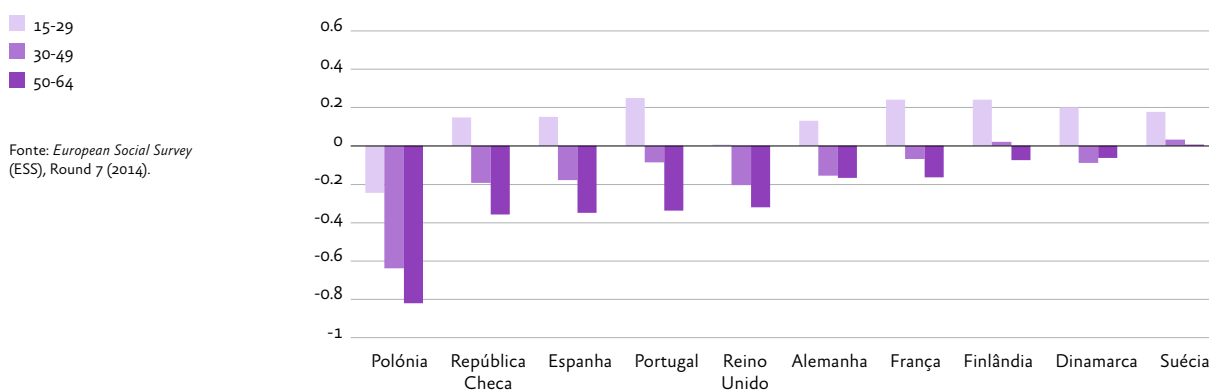
jovens apresentam uma adesão mais vinculada aos valores em torno da abertura à mudança do que as mulheres. Assinale-se, contudo, as exceções de Portugal, onde o nível de adesão de mulheres e de homens é igual; e da Finlândia, onde as mulheres estão mais vinculadas à abertura à mudança do que os homens.

Figura 5.59 Abertura à mudança por país e grupo etário (homens), 2014



Fonte: *European Social Survey* (ESS), Round 7 (2014).

Figura 5.60 Abertura à mudança por país e grupo etário (mulheres), 2014



Fonte: *European Social Survey* (ESS), Round 7 (2014).

Analisando agora os valores específicos que definem o posicionamento ideológico de mulheres e homens face à família, pode dizer-se que mulheres e homens, independentemente da fase da vida em que se encontrem, atribuem um elevado nível de concordância à expressão “os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos”: numa escala de zero a cinco atribuem valores médios no mínimo em torno de quatro (Figuras 5.61 e 5.62).

Também se verifica que as mulheres tendem a expressar uma posição mais exigente relativamente ao aprofundamento da igualdade entre mulheres e homens quanto ao desempenho das responsabilidades com a casa e com os cuidados à família. Observa-se que, em todos os países europeus agora em

análise, as mulheres apresentam valores médios de concordância mais elevados do que os homens, independentemente da fase da vida em questão.

Figura 5.61 Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e grupo etário (homens) (médias)

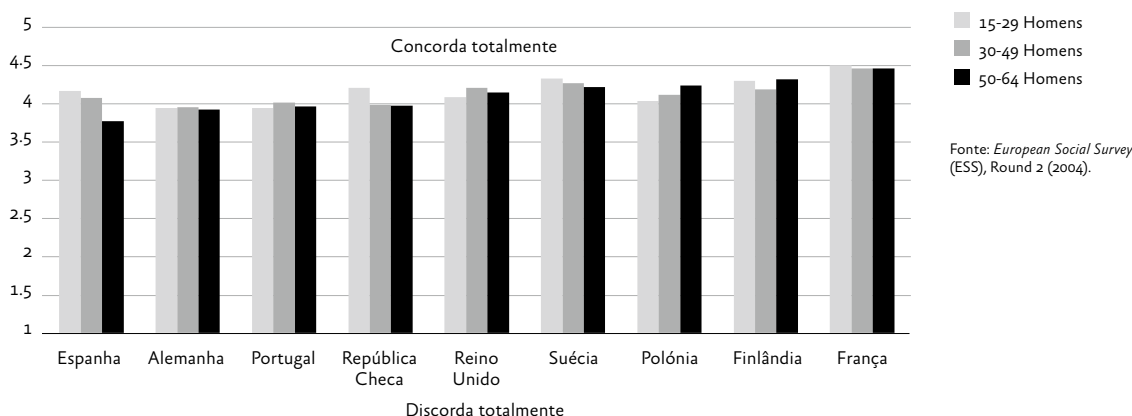
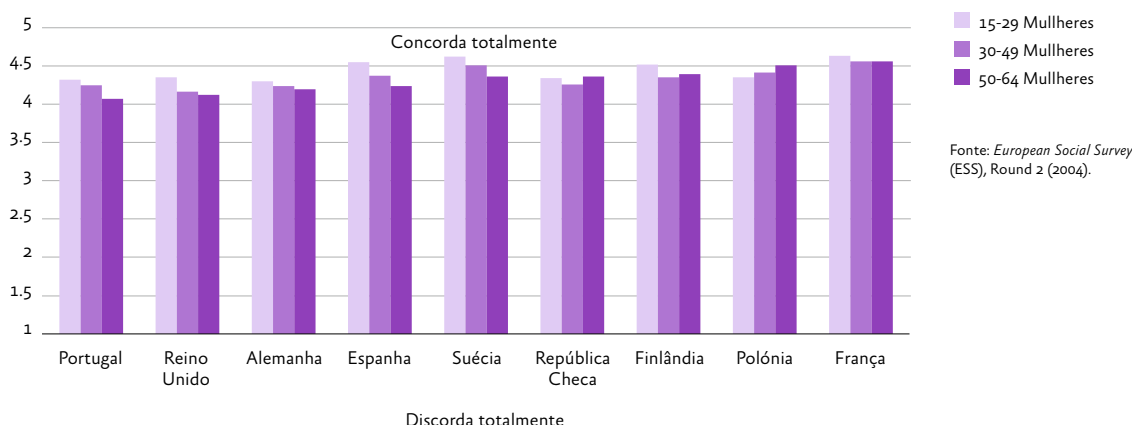


Figura 5.62 Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e grupo etário (mulheres) (médias)



Em contraponto com este posicionamento igualitário, as mulheres e os homens em Portugal e nos países europeus agora analisados assumem uma posição ambígua: não concordam nem discordam da ideia de que ‘uma mulher deve estar preparada para reduzir o seu trabalho pago para o bem da sua família’. Só nos países nórdicos (Suécia e Finlândia) os homens e as mulheres em qualquer fase da vida rejeitam esta ideia, aproximando-se da discordância com valores por volta de 2, numa escala de 1 a 5, em que 1 representa a discordância total. (Torres *et al.*, 2012; Torres *et al.*, 2013) (Figuras 5.63 e 5.64). Nestes países, onde as políticas de igualdade de género se encontram mais desenvolvidas e

têm já uma longa tradição, as mulheres e os homens em todas as fases e idades da vida rejeitam o sacrifício profissional das mulheres em função da família.

E no caso de Portugal? Em Portugal, o nível de rejeição da ideia, quer entre os homens, quer entre as mulheres, vai diminuindo à medida que deslocamos a análise para os grupos etários mais velhos. Isto é, os homens e as mulheres mais jovens em Portugal estão mais próximos da rejeição da ideia; por seu turno, os mais velhos assumem uma posição mais ambígua. Este resultado parece estar em linha com o observado relativamente ao aumento progressivo da adesão das mulheres e homens portuguesas a valores associados ao conservadorismo, isto é, à identificação crescente com a tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, à medida que se avança na idade.

Figura 5.63 Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e grupo etário (homens) (média)

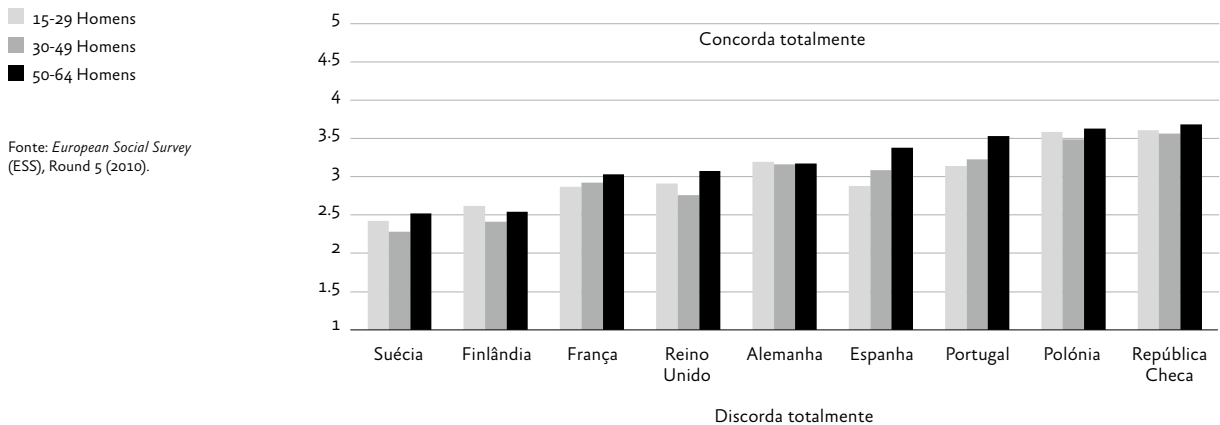
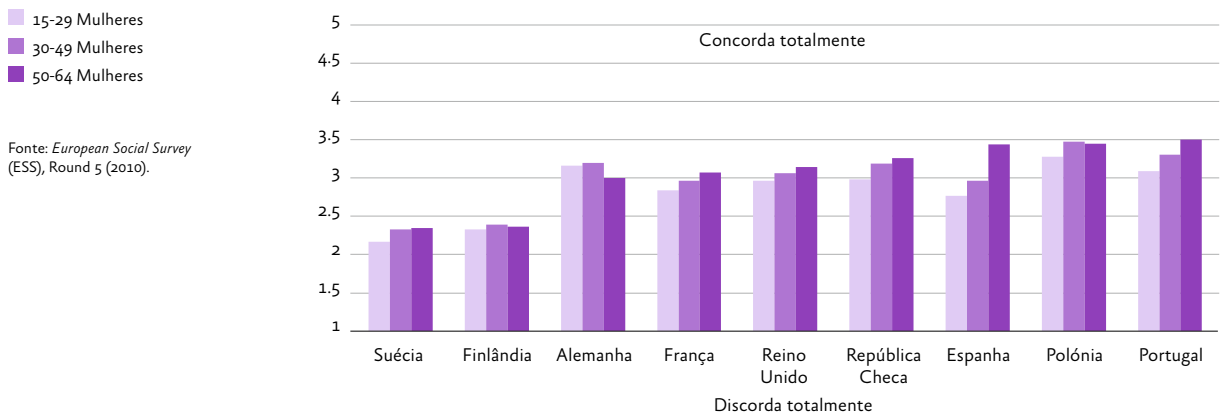


Figura 5.64 Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e grupo etário (mulheres) (média)



Perante a questão “Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres”, em média, na maioria dos países europeus mulheres e homens, independentemente da idade, rejeitam esta ideia. Nota-se, contudo, que as mulheres de forma transversal a todos os países e a todas as idades rejeitam mais fortemente esta ideia do que os homens. Por seu turno, observa-se que os homens em todos os países rejeitam sempre menos esta ideia do que as mulheres, sendo particularmente relevante os casos da República Checa e da Polónia onde o posicionamento dos homens mais velhos ultrapassa o ponto médio da escala (Figuras 5.65 e 5.66).

E o caso de Portugal? Portugal segue a tendência geral dos países analisados. As mulheres assumem posições de mais clara rejeição do que os homens em todas as idades da vida. Todavia, devemos notar que é em Portugal (e em França) que se regista a mais clara relação entre a rejeição desta ideia e a idade das mulheres e dos homens: quanto mais velhos/as os homens e as mulheres, menos rejeitam a ideia da prioridade dos homens no mercado de trabalho em cenário de crise de emprego. Estes dados encontram eco nas conclusões do estudo de Ramos, Atalaia e Cunha (2014), sobre “Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014”, que a seguir se sintetizam numa caixa.

Figura 5.65 Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e grupo etário (homens) (média)

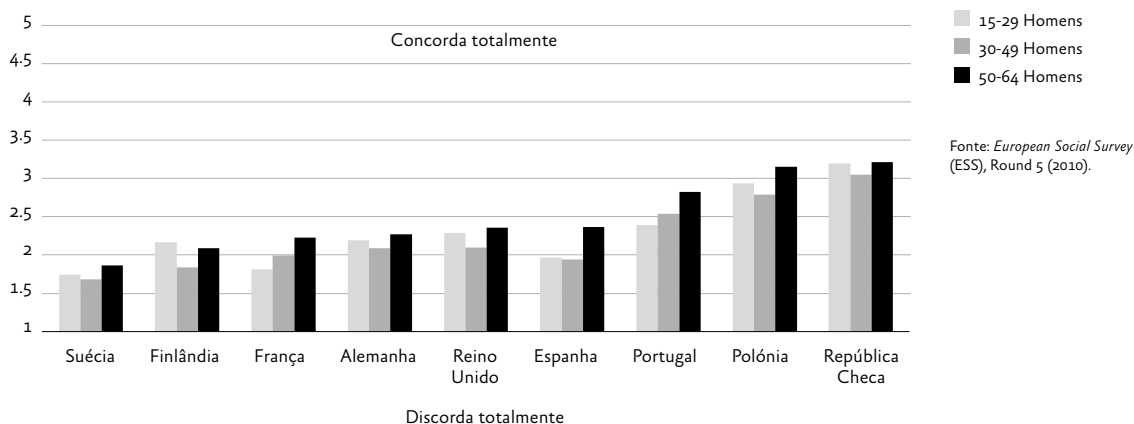
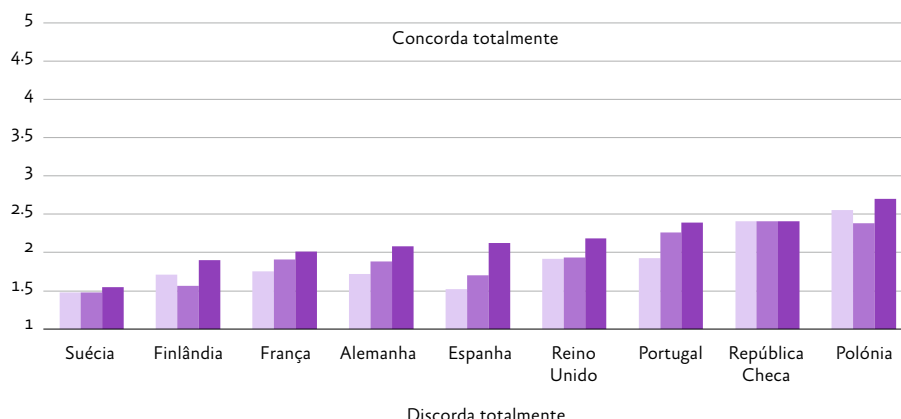


Figura 5.66 Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e grupo etário (mulheres) (média)

15-29 Mulheres
30-49 Mulheres
50-64 Mulheres

Fonte: *European Social Survey* (ESS), Round 5 (2010).



Diferenças geracionais revelam-se mais relevantes do que diferenças de género nas atitudes das/os portuguesas/es

A partir da síntese de resultados dos dados do ISSP no *research brief* “**Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014**” (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016) foi possível destacar as seguintes conclusões:

- **A divisão igualitária das tarefas domésticas pelo casal é apoiada pela grande maioria das/os inquiridas/os** (78,2%), embora com maior concordância entre os grupos etários mais jovens.
- **A maioria das/os inquiridas/os (56,7%) reconhece que os homens têm capacidade para participar nos cuidados às crianças pequenas.** Contudo, são relevantes as diferenças geracionais e de género sendo esta atitude mais comum entre inquiridas/os mais jovens (18-44 anos), e entre mulheres de 30-44 anos (76,6%).
- As opiniões dividem-se acerca dos **efeitos da parentalidade na vida profissional** de um ou ambos os pais, com 43,5% das/os inquiridas/os a concordar que a mesma é limitadora da progressão na carreira. Contudo, são **as mulheres que se encontram em idade reprodutiva (30-44 anos) que mais assinalam esse conflito** (concordância de quase 60%).
- De todas as medidas pró-igualitárias no trabalho, a garantia da igualdade salarial entre homens e mulheres é a que gera maior consenso (91,3%). A maioria das/os inquiridas/os também concorda com a **partilha da licença parental inicial exclusiva do pai (61,3%) e a partilha da licença entre o pai e a mãe (58,3%)**. São precisamente os homens e grupos etários mais jovens que revelam uma atitude mais favorável à introdução deste tipo de medidas, indo assim ao encontro dos novos ideais de partilha das responsabilidades parentais entre os progenitores.
- As medidas legislativas em relação às quais as/os inquiridas/os se revelam mais divididas/os são a interrupção voluntária da gravidez, o casamento e a adoção por parte de casais do mesmo sexo. A este nível, as clivagens etárias revelam-se vincadas, observando-se maior resistência junto das/os inquiridas/os mais velhas/

os (65+ anos) e especialmente no que diz respeito aos direitos dos casais do mesmo sexo. Note-se, no entanto, que a concordância com estas medidas é sempre maior junto das mulheres do que dos homens em todos os grupos etários.

- Também é **grande a aceitação da informalização da conjugalidade** (concordância de 79,1) e o **consenso que as despesas da casa devem ser partilhadas pelos dois membros do casal** (concordância de 94%). Igualmente, predomina a rejeição do modelo conservador de família, no qual compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família (concordância de apenas 24%). Esta percentagem, no entanto, eleva-se a perto de 40% entre as pessoas mais velhas (65+ anos), sobretudo entre os homens.

Em síntese, no plano dos valores: mulheres e homens europeus assumem-se, no plano dos valores, como mais próximos do universalismo e da benevolência do que dos valores materiais e associados ao poder. Em Portugal, apesar de a maioria assumir a tendência para a rejeição dos valores materiais e valorizar as dimensões mais autotranscendentes, o país está entre os que aderem menos a esses valores. As pessoas mais velhas e as mulheres aproximam-se, mais do que os homens e as pessoas mais jovens, de valores em torno da benevolência e universalismo, e afastam-se também mais dos valores materiais e associados ao poder. Os jovens são mais abertos à mudança do que as pessoas em fases mais avançadas da vida, e os homens aderem menos a valores associados ao conservadorismo do que as mulheres.

Em todos os países, mulheres e homens consideram que é fundamental que os homens tenham tantas responsabilidades como as mulheres na vida familiar e doméstica, mas elas aderem a esta ideia ainda mais do que eles. A ideia segundo a qual as mulheres devem estar preparadas para sacrificar o seu trabalho profissional em função da família só é claramente rejeitada nos países nórdicos, suscitando ambiguidade na maioria dos outros países. Mas já a ideia de que os homens devem ter prioridade relativamente às mulheres quando há desemprego é rejeitada em muitos países, incluindo Portugal. Relativamente a estas duas ideias, as mulheres rejeitam-nas sempre mais intensamente do que os homens.

5.8. Perfis de homens europeus e mulheres europeias: Género, trabalho e educação

No sentido de identificar perfis de homens e de mulheres dos 15 aos 64 anos e contextualizar Portugal na Europa, tal como sucedeu para os grupos etários específicos, procedeu-se a uma análise de *clusters*, desta vez com as variáveis: taxa de emprego, taxa de desemprego, média de horas de trabalho semanal

e proporção de mulheres com o ensino superior. Tal como para as análises anteriores, retirou-se a Islândia, por não haver dados disponíveis sobre este país para pelo menos um indicador.

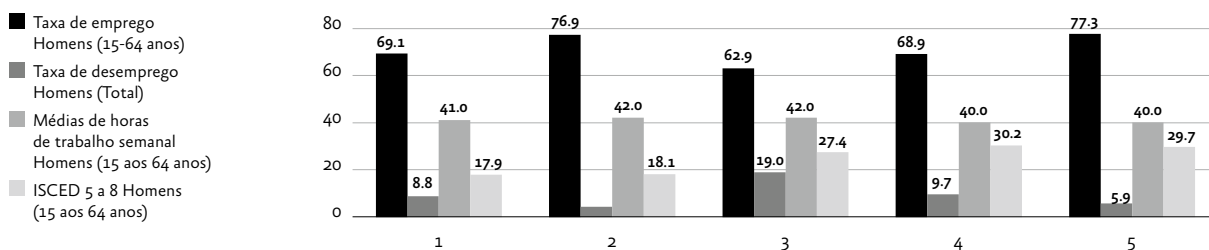
5.8.1 Homens portugueses: os menos escolarizados

Com a realização dos *clusters* percebeu-se o posicionamento dos países europeus no que diz respeito às variáveis significativas selecionadas. No que diz respeito aos homens europeus, foram identificados cinco grupos de países:

- Um primeiro grupo constituído por alguns países do sul (Portugal e Itália) e alguns países de leste (Bulgária, Letónia, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia);
- Um segundo grupo constituído por Malta, República Checa e Hungria;
- Um terceiro grupo constituído pela Grécia e Espanha;
- Um quarto grupo constituído pela Irlanda, Chipre, Lituânia, Finlândia e alguns países continentais (Bélgica e França);
- Um quinto e último grupo constituído pelos restantes países nórdicos (Noruega, Suécia e Dinamarca), Reino Unido, Estónia e os restantes países continentais (Alemanha, Holanda e Áustria).

Através do cruzamento entre os *clusters* definidos e as variáveis em análise, foi possível observar as principais características de cada grupo de países (Figura 5.67).

Figura 5.67 Perfis de países (Homens) (%)



Fonte: Eurostat (2014; 2015); OCDE (2015), cálculos próprios.

Assim, os homens portugueses tendem a equiparar-se aos homens da Itália, Bulgária, Letónia, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia, isto é, fazem parte do grupo com a menor proporção de homens com o ensino superior. Para além disso, os homens portugueses, e os dos restantes países que com eles formam este primeiro grupo apresentam, no contexto europeu, posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego e de desemprego e às médias de horas de trabalho (*cluster* 1).

Os homens portugueses afastam-se do grupo constituído pelos homens de Malta, República Checa e Hungria (*cluster 2*). Estes europeus são caracterizados pela maior taxa de emprego, maior média de horas semanais de trabalho, menor taxa de desemprego e das menores proporções de homens com o ensino superior.

Os homens portugueses também se separam dos homens gregos e espanhóis (*cluster 3*). Os homens da Grécia e de Espanha definem-se pela maior taxa de desemprego e a menor taxa de emprego no contacto europeu, a maior média de horas semanais de trabalho e uma posição intermédia relativamente à proporção de homens licenciados, mestres ou doutorados.

Os homens portugueses também se separam do grupo formado pelos homens da Irlanda, Chipre, Lituânia, Finlândia e alguns países continentais (Bélgica e França) (*cluster 4*). Estes europeus têm a maior proporção de homens com o ensino superior, a menor média de horas semanais de trabalho, a segunda maior taxa de desemprego e a segunda menor taxa de emprego.

Por fim, os homens portugueses também se diferenciam dos homens dos restantes países nórdicos (Noruega, Suécia e Dinamarca), Reino Unido, Estónia e dos restantes países continentais (Alemanha, Holanda e Áustria) (*cluster 5*). Estes homens registam a maior taxa de emprego, a menor média de horas semanais de trabalho, a segunda maior proporção de homens licenciados, mestres ou doutorados e a segunda menor taxa de desemprego.

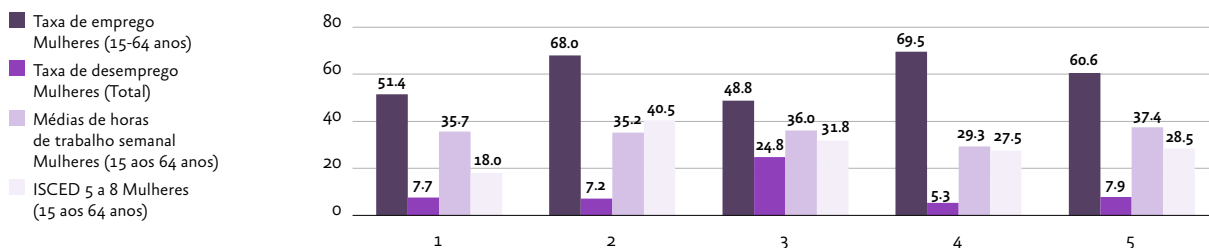
5.8.2 Mulheres portuguesas: as que trabalham mais horas

Realizando as mesmas análises, agora sobre as mulheres europeias dos 15 aos 64 anos, apuraram-se cinco grandes conjuntos de países:

- Um primeiro grupo constituído por alguns países do sul (Itália e Malta) e a Roménia;
- Um segundo grupo constituído pelos países nórdicos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), os países liberais (Reino Unido e Irlanda), alguns países de leste (Estónia, Letónia e Lituânia) e Chipre;
- Um terceiro grupo constituído pela Grécia e Espanha;
- Um quarto grupo constituído por alguns países continentais (Alemanha, Holanda e Áustria);
- Um quinto e último grupo constituído pelos restantes países continentais (Bélgica e França), Portugal e os restantes países de leste (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia).

Ao analisar-se a relação entre as variáveis selecionadas e os *clusters* construídos, compreendeu-se o que aproxima as mulheres de alguns países das mulheres de outros (Figura 5.68).

Figura 5.68 Perfis de países (Mulheres) (%)



Fonte: Eurostat (2014; 2015); OCDE (2015), cálculos próprios.

As mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) (*cluster* 5) e de alguns países continentais (Bélgica e França). Detalhando, as portuguesas, juntamente com as mulheres dos países mencionados, registam maior média de horas semanais de trabalho e posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego, taxa de desemprego e proporção de mulheres com o ensino superior. A proximidade das portuguesas com as mulheres de leste deve-se às médias de horas de trabalho semanal e à taxa de emprego, e com as mulheres francesas com as taxas de emprego e desemprego.

As mulheres portuguesas estão distantes das mulheres de Itália, Malta e Roménia (*cluster* 1). Estas mulheres apresentam a menor proporção de mulheres licenciadas, mestres e doutoradas e taxas de emprego, desemprego e médias de horas semanais de trabalho intermédias;

As mulheres portuguesas diferenciam-se também do grupo constituído pelas mulheres dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca), países liberais (Reino Unido e Irlanda), alguns países de leste (Estónia, Letónia e Lituânia) e Chipre (*cluster* 2). Estas europeias caracterizam-se pela maior proporção de mulheres com o ensino superior, a segunda maior taxa de emprego, a segunda menor taxa de desemprego e uma média de horas semanais de trabalho intermédia.

As mulheres portuguesas afastam-se igualmente do grupo formado pelas mulheres da Grécia e de Espanha (*cluster* 3). As gregas e espanholas definem-se, tal como já havia sido referido para os homens gregos e espanhóis, pela maior taxa de desemprego. Para além disso, registam também a menor taxa de emprego, a segunda maior proporção de mulheres com o ensino superior e das maiores médias de horas semanais de trabalho.

Por fim, as mulheres portuguesas distanciam-se das mulheres da Alemanha, Holanda e Áustria (*cluster 4*). As alemãs, holandesas e austríacas apresentam a menor média de horas semanais de trabalho, a maior taxa de emprego e a menor taxa de desemprego, para além da segunda menor proporção de mulheres licenciadas, mestres ou doutoradas.

5.8.3 Segregação de género no mercado de trabalho com efeito nas classes sociais

A partir dos dados do *European Working Conditions Survey*, EWCS, inquérito europeu que recolhe informação sobre a população ativa nos diversos países, foi possível identificar algumas tendências centrais na distribuição por classe social de homens e de mulheres na população ativa, em Portugal e num conjunto de países da União Europeia. (Figura 5.69).

Em primeiro lugar, analisando as categorias com mais capitais económicos e escolares, conclui-se que, em quase todos os países, as mulheres estão mais representadas do que os homens no grupo de Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), com exceção de França onde se encontram 34,1% de homens e 31,7% de mulheres nessa categoria, e de Portugal onde não se evidenciam diferenças de género, pois na categoria de PTEs ambos se situam nos 15,2%.

Já no que diz respeito à categoria de Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), a proporção de homens ultrapassa a de mulheres em todos os países analisados. Esta diferença indicia a conhecida segregação vertical, a desigualdade de acesso das mulheres aos lugares de poder e de direção. Portugal surge como o país que apresenta menos homens neste grupo (11,1%), seguido de perto pela Alemanha (11,2%). No entanto, entre os países analisados, Portugal é aquele que apresenta o menor número de mulheres na categoria EDL, com apenas 5,8%.

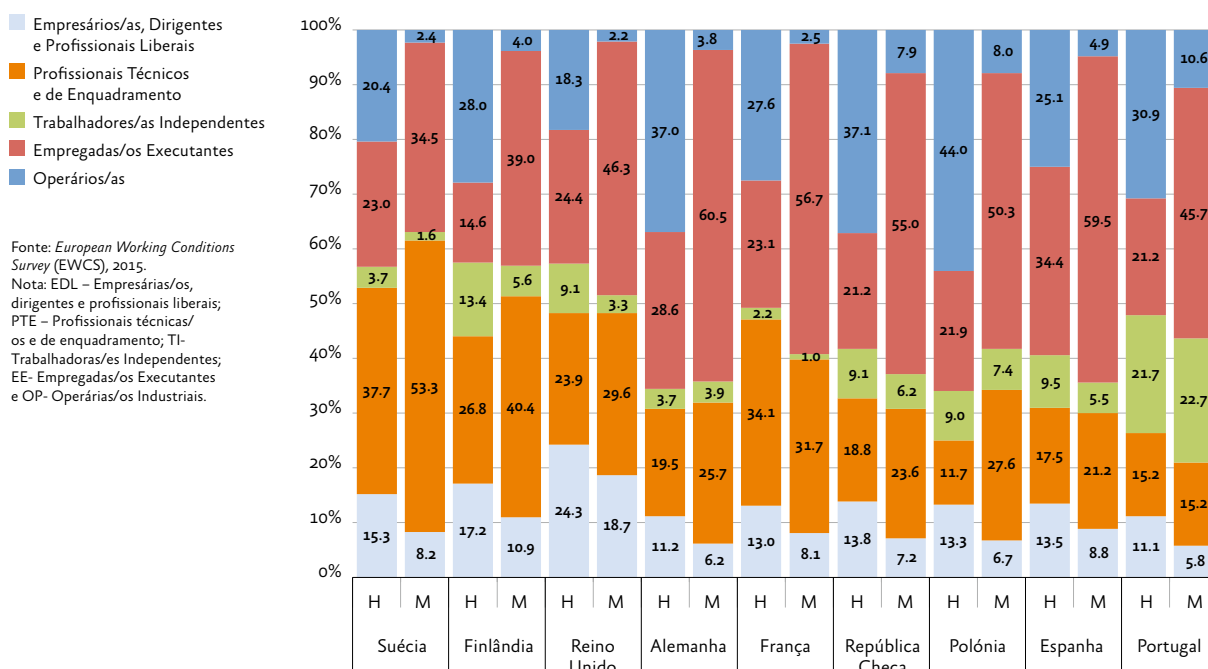
Ao comparar agora mulheres e homens nas categorias com menos recursos conclui-se que elas estão, em todos os países analisados, mais representadas na categoria de Empregados/as executantes (EE) e eles na de Operários/as (OP). A categoria de Empregados/as executantes corresponde ao sector dos serviços que emprega principalmente mulheres, seja nas posições mais operacionais, como os serviços de limpeza, seja nas posições que exigem qualificações técnicas básicas, como os serviços de escritório. Portugal apresenta 45,7% de mulheres e 21,2% de homens nesta categoria.

Analisando agora os/as Operários/as (OP), categoria que abrange as posições que recorrem a trabalhos manuais, como a produção fabril ou a construção civil, Portugal apresenta 30,9% de homens mas, também, o número mais expressivo de mulheres entre os países nesta categoria – 10,6%. Já a Polónia

apresenta o número mais expressivo de homens (44%) na OP mas uma proporção muito menor de mulheres (8%).

Portugal destaca-se também por possuir o maior número de homens e mulheres na categoria Trabalhador/a independente (TI), respetivamente 21,7% e 22,7%. Poderão estar incluídas nesta categoria situações de trabalho atípico como recibos verdes e *freelancers* em diversas atividades técnicas e científicas que, apesar de apresentarem elevadas qualificações académicas, pelas lógicas atuais do mercado de trabalho veem-se compelidas/os a desenvolver a sua atividade profissional no regime de trabalhadoras/es independentes.

Figura 5.69 Classes sociais por país e sexo, 15-65 anos, 2015 (%)



Passando à análise das diferenças de género nas classes sociais, apenas para Portugal, ao longo das idades da vida (Figura 5.70) verifica-se que há sempre mais homens do que mulheres na categoria EDL. Mais ainda, a proporção de homens aumenta gradualmente com a idade (de 2,4% nos 15-29 anos para 12,6% nos 50-64 anos), ao passo que a das mulheres sobe na passagem da juventude para a *rush hour* (de 1,6% para 7,1%) mas volta a descer na fase tardia (para 5,8%). Portugal é, assim, no contexto dos países analisados, aquele que apresenta menor proporção de mulheres entre as/os EDLs no grupo 50-64 anos (para uma análise mais detalhada ver capítulo sobre a fase tardia).

Ao longo das três fases da vida ativa, as mulheres portuguesas tendem a concentrar-se na categoria de empregadas executantes, com valores que

ultrapassam os 50% nas fases da juventude e da *rush hour*, e que apenas descem ligeiramente na fase tardia (para cerca de 47%). Este resultado diverge do verificado em países como a Suécia e a Finlândia, onde se reduz substancialmente a proporção de mulheres EE na passagem da idade da juventude para a *rush hour of life*, reforçando-se em contraste a presença feminina nas categorias de PTEs e EDLs (para uma análise mais detalhada ver capítulos sobre infância e juventude, *rush hour of life* e fase tardia da vida ativa).

Já nos homens, a tendência observada em Portugal no início da vida ativa para uma prevalência na categoria dos operários esbate-se à medida que avança a idade, traduzindo uma redução de mais de 15 p.p. de homens nesta categoria (passando de quase 49% na juventude, para apenas 31,4% na fase tardia), tendência inversa à registada na categoria EDL, onde se observa um crescimento de 10 p.p. nos homens. Países como a Polónia, a República Checa e a Alemanha, embora registando também algum decréscimo à medida que avança a idade, mantêm níveis elevados de OPs entre os trabalhadores mais velhos (50-64 anos), que se situam próximos ou acima dos 35% (para maior detalhe ver capítulos sobre infância e juventude, *rush hour of life* e fase tardia).

No que diz respeito à categoria de Profissionais técnicos/as e de enquadramento em Portugal há uma presença mais expressiva de jovens mulheres do que de homens (25% para 14,6%), refletindo o conhecido fenómeno do maior sucesso escolar feminino nas gerações recentes. Este valor contrasta com os 9% de mulheres com idades entre os 50-64 anos na mesma categoria, proporção que é aí inferior à dos homens (11,3%). Dos países analisados, França é o único onde também se encontram mais homens do que mulheres na fase tardia entre PTEs, mas ainda assim quase um terço (31%) das mulheres francesas ocupam esta categoria no referido grupo etário (ver capítulo sobre a fase tardia).

Finalmente, nos/as Trabalhadoras/es independentes, a reduzida ou nula proporção de jovens observada em Portugal poderá traduzir o fenómeno dos ‘falsos recibos verdes’ levando a que jovens mulheres, e sobretudo homens, que se encontrem nesta situação não se identifiquem com a categoria de ‘trabalhadores por conta própria’. Por outro lado, em Portugal, regista-se nesta categoria um elevado número de pessoas na fase tardia (24,5% de homens e 26,7% de mulheres), provavelmente em resultado de processos de reforma antecipada ou despedimento no contexto da crise financeira, que se acumulam com o desenvolvimento de trabalho pago em regime independente. Este dado contrasta fortemente com a realidade observada nos restantes países analisados (ver análise mais aprofundada no capítulo dedicado à fase tardia) onde à exceção da Finlândia e do Reino Unido, e apenas para os homens nestes dois casos, a proporção de TIs no grupo 50-64 anos não ultrapassa os 12%.

Figura 5.70 Classes sociais por sexo e grupos etários, em Portugal, 2015 (%)

15-29
30-49
50-65

Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*, 2015.

Nota: EDL – Empresárias/os, dirigentes e profissionais liberais; PTE – Profissionais técnicos/os e de enquadramento; TI – Trabalhadoras/es Independentes; EE – Empregadas/os Executantes e OP – Operárias/os Industriais.

²² **Legenda: Reprodução baixa:**

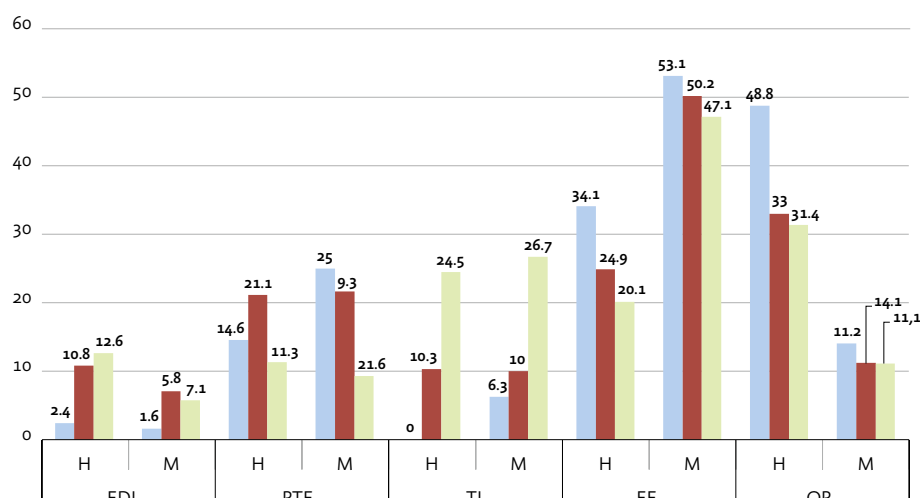
De agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares que continuam com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos);

Mobilidade ascendente:

De agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares que conseguem fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos);

Mobilidade descendente: De agregados familiares que conseguiam fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares com grandes dificuldades, dificuldades ou algumas dificuldades financeiras na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos);

Reprodução alta: De agregados familiares que conseguiam fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na infância das/os mulheres/homens para agregados familiares que continuam a conseguir fazer face às despesas bastante facilmente, facilmente ou muito facilmente na atualidade da vida da/o adulta/o (25 aos 59 anos).



Olhando agora os resultados relativos à mobilidade social, tal como constatado no que concerne aos percursos de mobilidade educacional da população portuguesa, os percursos de mobilidade e reprodução social da sociedade portuguesa são marcados pelas dificuldades financeiras da população mais velha, aumentando não só os valores para os percursos de reprodução social de nível baixo (o mais elevado dos países em análise), mas principalmente dando origem a uma larga proporção de mulheres e homens com percursos de mobilidade ascendente (45,4% e 44,6%, respetivamente) (também o valor mais elevado) (Quadro 5.5).

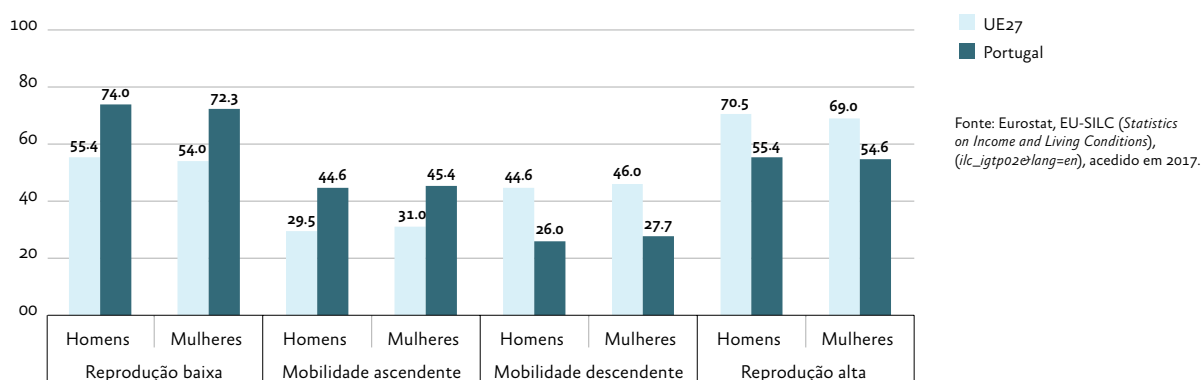
Quadro 5.5 Perfis de mobilidade social, por país e sexo, 2011 (%)²²

	2011							
	Reprodução baixa		Mobilidade descendente		Mobilidade ascendente		Reprodução alta	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE27	55,4	54,0	44,6	46,0	29,5	31,0	70,5	69,0
Rep. Checa	55,2	54,7	44,8	45,3	36,1	40,0	63,9	60,0
Alemanha	36,7	39,5	63,3	60,5	22,1	23,8	77,9	76,2
Espanha	53,3	52,2	46,7	47,8	27,6	28,2	72,4	71,8
França	45,2	45,7	54,8	54,3	31,8	33,9	68,2	66,1
Polónia	63,6	61,2	36,4	38,8	39,8	40,9	60,2	59,1
Portugal	74,0	72,3	26,0	27,7	44,6	45,4	55,4	54,6
Finlândia	49,9	46,1	50,1	53,9	29,9	31,0	70,1	69,0
Suécia	50,4	42,3	49,6	57,7	31,7	34,4	68,3	65,6
Reino Unido	55,3	51,4	44,7	48,6	35,9	36,3	64,1	63,7

Fonte: Eurostat, EU-SILC (*Statistics on Income and Living Conditions*), (ilc.jgtpo2e@lang=en), acedido em 2017

Este panorama demonstra a melhoria das condições de vida da população portuguesa, como já se tinha notado relativamente aos níveis de escolaridade. Apesar de não serem visíveis significativas diferenças de sexo, os homens têm valores um pouco superiores nos percursos de reprodução baixa (74,0% e 72,3%, respetivamente) e as mulheres nos percursos de mobilidade social ascendente (45,4% e 44,6%) (Figura 5.71). A tendência para uma ligeira feminização da mobilidade social ascendente é também confirmada pelos resultados do recente estudo de Teresa Bago d’Uva e Marli Fernandes (2017) e de Anália Torres *et al.* (2015).

Figura 5.71 Perfis de mobilidade social, por sexo (UE a 27 e Portugal), 2011 (%)



Em síntese, a análise de *clusters* revelou associações de países diferentes para homens e mulheres. No contexto da Europa, os homens portugueses (15-65 anos) estão, a par dos italianos, búlgaros, letões, polacos, eslovenos e eslovacos, no grupo dos menos escolarizados, apresentando posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego e de desemprego e às médias de horas de trabalho. Já as mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) e alguns países continentais (Bélgica e França) registando maior média de horas semanais de trabalho e posições intermédias no que diz respeito à taxa de emprego, taxa de desemprego e proporção de mulheres com o ensino superior.

No que diz respeito à análise de classes sociais conclui-se que, em quase todos os países analisados, as mulheres estão mais representadas do que os homens no grupo de Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE), mas Portugal é aqui uma exceção por não se evidenciarem diferenças de género nesta categoria. A análise revela ainda a conhecida segregação vertical com a proporção de homens a ultrapassar a de mulheres em todos os países analisados na categoria de EDLs. Mais ainda, a proporção de homens nesta categoria tende

a aumentar gradualmente com a idade. Ao longo das três fases da vida ativa, as mulheres portuguesas tendem a concentrar-se na categoria de Empregadas executantes resultado que diverge do verificado em países como a Suécia e a Finlândia, onde se reduz substancialmente a proporção de mulheres EE na passagem da idade da juventude para a *rush hour of life*, reforçando-se em contraste a presença feminina nas categorias de PTEs e EDLs. Portugal regista na categoria de Profissionais técnicos/as e de enquadramento uma presença mais expressiva de jovens mulheres do que de jovens homens, refletindo assim o conhecido fenómeno do maior sucesso escolar feminino nas gerações mais novas.

Este maior sucesso escolar das mulheres em Portugal, mola impulsora da mobilidade educacional ascendente, reflete-se na mobilidade social ascendente feminina, que é ligeiramente superior à masculina. Portugal é o país, do conjunto de países europeus em análise, com percursos de reprodução social de nível baixo e de mobilidade social ascendente mais elevados, resultado de uma sociedade portuguesa marcada por dificuldades financeiras da população mais velha.

Notas Conclusivas

Como se caracterizam os percursos educativos das mulheres e dos homens em diferentes idades da vida em Portugal e na Europa e que efeitos têm na mobilidade educativa?

No conjunto dos países europeus analisados, os percursos educativos de portugueses e portuguesas caracterizam-se pela baixa escolaridade das pessoas na fase tardia da vida ativa e, simultaneamente, pelo aumento da escolaridade das gerações mais novas (mulheres e homens na *rush hour of life*, mas ainda mais entre os/as jovens). Estes percursos resultam num processo de mobilidade educacional ascendente, observável em Portugal sobretudo no caso das raparigas, resultado de tardios processos de democratização no acesso à escola e de expansão do sistema educativo.

Em que medida se verificam vantagens ou desvantagens para homens e mulheres no mercado de trabalho e de que modo se acentuam ou atenuam nas diferentes idades da vida?

Desde o ano 2000 que se constata uma quebra acentuada do emprego entre os/as jovens em Portugal, devido ao aumento do desemprego, resultado da crise financeira. No entanto, a crise e o desemprego têm efeitos distintos em mulheres e homens, afetando ainda mais os jovens homens do que as jovens mulheres. A *rush hour of life* é a idade da vida que apresenta valores mais elevados de emprego, quer para homens, quer para mulheres, enquanto na fase tardia da vida ativa o desemprego volta a penalizar principalmente os homens. Estes resultados poderão em parte ser explicados pelos efeitos da

crise económica e financeira que afetou, numa fase inicial, especialmente o emprego masculino.

As contratações não permanentes, resultado também da crise financeira, têm vindo a aumentar desde o início do milénio em toda a Europa, mas constata-se que elas assumem em Portugal, e independentemente da fase da vida considerada (juventude, *rush hour of life* ou fase tardia da vida ativa), maior prevalência do que na média europeia. São sobretudo expressivos os valores destas formas de contratação entre a população jovem portuguesa. Salienta-se ainda que a esmagadora maioria das pessoas em Portugal trabalha a tempo inteiro, não sendo o trabalho a tempo parcial solução preferencial na sociedade portuguesa, nem para homens nem para mulheres, ao contrário do que se passa noutros países da Europa (como a Holanda, a Alemanha ou a Áustria) onde o trabalho a tempo parcial é uma realidade vivida por um número significativo de mulheres. No contexto europeu, as trabalhadoras e os trabalhadores em Portugal são dos mais mal pagos juntamente com as/os dos países de leste. A disparidade salarial aumenta ao longo das idades da vida, sempre penalizadora para as mulheres. Em Portugal denota-se, por fim, uma feminização das profissões de visibilidade e prestígio social: as mulheres constituem hoje a maioria das pessoas nas profissões dos sectores da justiça, do ensino e da saúde, o que é também consequência do maior sucesso e mobilidade escolar ascendente das mulheres portuguesas.

As diferentes idades da vida são caracterizadas por distintos tipos de famílias. Como se configuram, por género, os tipos de família? E as condições de vida refletem diferenças de género?

Na Europa e em Portugal salientam-se transformações nos tipos de família ao longo das idades da vida. Na juventude (dos 15 aos 29 anos) predominam os agregados familiares de homens e de mulheres a residir com pelo menos um dos pais. Esta situação transforma-se nas idades da vida seguintes (dos 30 aos 49 anos e dos 50 aos 64 anos), verificando-se aí a prevalência da conjugalidade. É importante também salientar que aumentou a média da idade ao primeiro casamento e a média da idade ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, tanto na União Europeia como em Portugal. Observam-se ainda diferenças de género quanto ao tipo de agregado em que se vive nas diferentes idades da vida. Assim, as famílias monoparentais são sempre mais compostas por uma mulher adulta com filho(s)/a(s), do que por um homem adulto com filho(s)/a(s). Esta regularidade manifesta-se em todas as idades da vida, quer no contexto da UE 27, quer no contexto português.

Relativamente às condições de vida, constata-se diferenças de género. Desde logo, o rendimento individual é determinado negativamente pelo sexo (ser mulher é penalizador) e positivamente pela escolaridade (maior

escolaridade valoriza o rendimento) ao longo de todas as idades da vida. Os homens apresentam maior risco de pobreza na juventude enquanto as mulheres registam essa situação na fase tardia.

Como se compatibiliza a maternidade e a paternidade com a vida profissional? Que modalidades de articulação entre trabalho e família são mais frequentes na Europa nas diferentes idades da vida? E que impacto têm as diferentes modalidades na igualdade de género?

No arco temporal analisado (2000-2015), deu-se um aumento relevante da participação de mulheres com filhos dependentes no mercado de trabalho e uma massificação dos casais de duplo emprego, na maioria dos países da Europa e em Portugal.

No entanto, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho pago não foi acompanhada, em igual ritmo e intensidade, por um aumento da participação masculina no trabalho não pago, persistindo desigualdades de género na maioria dos países europeus considerados, incluindo Portugal, na média de horas semanais de homens e mulheres na prestação de cuidados à família e à casa, que são penalizadoras para as mulheres.

Como se posicionam os homens e as mulheres face ao crime e à violência? Em que contextos homens e mulheres estão mais expostos/as à violência?

Os homens constituem, em todas as idades da vida, a esmagadora maioria da população criminal, sendo os principais condenados por homicídios e crimes de índole sexual. Já as mulheres são as principais vítimas de crimes de agressão sexual e violação. No que diz respeito à violência exercida contra mulheres e homens, são também os homens, na grande maioria dos casos, os agressores, independentemente do sexo das vítimas.

Que padrões de género se identificam nos comportamentos e problemas de saúde e nas causas de morte ao longo da vida?

As mulheres vivem em média mais anos do que os homens, mas, em Portugal e nos países nórdicos, têm também um maior número de anos vividos com problemas de saúde (moderados ou severos). Dentro destes problemas salientam-se a dor crónica e as doenças crónicas e/ou psiquiátricas. Isto pode explicar o maior recurso aos cuidados de saúde por parte das mulheres e a maior proporção de mulheres a morrer por causas naturais. A masculinização das causas externas de morte revela a tendência para uma maior exposição a situações de risco e violência por parte dos homens.

Que simetrias e diferenças se verificam relativamente aos valores e às visões do mundo? Como se encara, no plano dos valores, a divisão entre responsabilidades familiares e profissionais? Haverá efeitos geracionais no plano desses valores, isto é, serão as mulheres e os homens mais velhos conservadores quanto a uma partilha de género igualitária?

Na Europa, mulheres e homens apresentam valores mais associados ao universalismo e benevolência (por exemplo, a preocupação com os outros e o ambiente) do que associados ao poder (nomeadamente a preocupação com os bens materiais). No entanto, esta postura é mais frequente nas mulheres e nas pessoas mais velhas. A população jovem regista maior adesão a valores de abertura à mudança e os homens valores associados ao conservadorismo.

No que diz respeito aos valores relacionados com a igualdade de género, mulheres e homens consideram, em todos os países europeus analisados, que é fundamental que os homens tenham tantas responsabilidades como as mulheres na vida familiar e doméstica, mas elas mais do que eles. A ideia segundo a qual os homens devem ter prioridade relativamente às mulheres quando há desemprego é rejeitada em muitos países, incluindo Portugal. Também aqui elas mais do que eles rejeitam esta visão. No entanto, a perspetiva segundo a qual as mulheres devem estar preparadas para sacrificar o seu trabalho profissional em função da família já não é consensual. Os países nórdicos rejeitam-na claramente, mas a maioria dos outros países apresenta posições ambíguas. Mais uma vez, são as mulheres quem mais rejeita esta afirmação.

Será possível identificar perfis de países, e de mulheres e homens, considerando um conjunto de indicadores que refletem, de forma genérica, as suas condições de vida? E como se situa Portugal no espaço europeu? Como se distribuem homens e mulheres por classes sociais nos diferentes países?

No contexto europeu, os homens portugueses dos 15 aos 65 anos estão associados aos italianos, búlgaros, letões, polacos, eslovenos e eslovacos, no grupo dos menos escolarizados. Já as mulheres portuguesas estão mais próximas das mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) e alguns países continentais (Bélgica e França), por serem as que apresentam maior média de horas semanais de trabalho.

A análise de classes sociais revela segregação vertical com uma maior proporção de homens na categoria profissional de Empresários/as e dirigentes em todos os países analisados. Na maioria dos países europeus, com exceção de Portugal, existem mais mulheres do que homens na categoria de Profissionais técnicos e de enquadramento, refletindo-se aqui o mais baixo nível global de escolaridade da população portuguesa face à média europeia. Tendencialmente, verifica-se também uma feminização da categoria Empregadas/os executantes e uma masculinização na categoria Operários/as.

Considerações finais

A análise das relações de género, numa perspetiva dinâmica em que se consideram três idades da vida – a infância e a juventude (até aos 29 anos), a *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos) e a fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos) – procurou dar resposta a uma questão principal: *como se caracterizam e estruturam as relações de género nas diferentes idades da vida e nos diversos contextos geográficos e sociais?*

Para dar resposta a estas questões, optou-se por mapear e caracterizar as diferenças e semelhanças entre mulheres e homens em diferentes domínios da vida: educação, trabalho, articulação trabalho-família, violência e crime, saúde e causas de morte, valores, colocando Portugal em perspetiva em relação aos restantes países europeus, e captando a mudança num arco temporal que se definiu entre 2000 e 2016.

Trata-se de uma abordagem transversal, um mapeamento que ao contrário de estudos de carácter intensivo, mais do que analisar em detalhe os resultados obtidos, pretende fazer um retrato identificando grandes tendências e perfis. Outros estudos poderão vir a aprofundar algumas das hipóteses explicativas avançadas, recorrendo a abordagens mais qualitativas.

Em síntese, é possível agora sistematizar algumas tendências:

1) No domínio da educação, no jardim infantil e na escola, prevalecem estereótipos de género que contribuem para uma visão de oposição e diferença entre homens e mulheres, prestando-se menos atenção quer às semelhanças entre eles e elas quer às diferentes formas de se ser rapariga ou rapaz. A tendência para a reprodução de estereótipos de género verifica-se também logo em fases precoces de socialização, no contexto familiar e envolvendo a ação dos pares, na definição de modos adequados de ser menino e rapaz, menina e rapariga, contribuindo para uma definição de masculinidades e feminilidades socialmente influenciada ou construída.

Na juventude, entre os 15 e os 29 anos, as mulheres em Portugal e na Europa matriculam-se e concluem mais o ensino superior; em Portugal neste grupo de idade 22,8% das mulheres já havia completado este grau de ensino e apenas 13,4% dos homens o tinha feito, tendência que se reproduz na UE 27, com valores, respetivamente, de 23% para elas e 16,8% para eles.

Este investimento na escolaridade favorece o emprego, quer em Portugal, quer na UE 27, e constitui fator protetor contra o desemprego, quer para homens, quer para mulheres, mas mais ainda para elas e sobretudo no contexto europeu. No entanto, nem o maior investimento na escolarização, nem o maior grau de sucesso escolar das mulheres se traduzem em formas de integração no mercado de trabalho mais favoráveis.

No plano da educação importa ainda salientar como tendência relevante o grande salto dado em Portugal, sobretudo pela geração mais jovem: de 2000 para 2016 verificou-se uma diminuição acentuada das e dos jovens que apenas atingem o ensino básico e um crescimento, embora menos expressivo, daquelas e daqueles que completam o ensino secundário e superior, estando aqui as jovens mulheres novamente em destaque. Em conjunto com este aumento da escolaridade das gerações mais novas, persiste a baixa escolaridade das pessoas na fase tardia da vida ativa. É esta característica dos percursos educativos de portugueses e portuguesas que explica a elevada proporção de percursos de mobilidade educacional ascendente. Portugal destaca-se por ser um dos países em que essa mobilidade é mais expressiva, e mais ainda no caso das mulheres, confirmando os dados globais para a Europa, o que alguns estudos realizados em Portugal já tinham mostrado.

Nas escolhas formativas das portuguesas também se notam progressos assinaláveis, com elevadas percentagens de participação feminina em cursos tradicionalmente masculinizados, que as situam muito acima da média das europeias.

2) No domínio do trabalho, na juventude, o maior sucesso escolar das raparigas não encontra tradução prática imediata – a taxa de emprego da população jovem (15-29 anos) é ligeiramente mais elevada entre os homens do que entre as mulheres, em Portugal (eles com 40,9%, elas com 39,2%) e também na maioria dos países europeus, embora nestes as diferenças entre os sexos sejam ainda superiores. Mas há outras diferenças mais substantivas entre Portugal e os outros países europeus: as mulheres e os homens jovens em Portugal apresentam proporções de contratação não permanente mais elevada e são dos mais mal pagos no contexto europeu, ganhando cerca de metade do salário médio/hora na União Europeia a 27 Estados-membros. É importante frisar ainda as assimetrias de género que ocorrem logo nesta idade da vida em relação ao domínio do trabalho, com as mulheres em Portugal e na Europa a serem mais penalizadas do que os homens no que diz respeito à segurança dos vínculos laborais, às perspetivas de carreira profissional e à remuneração.

Na *rush hour of life* (30-49 anos), designação que se deve ao facto de esta ser a idade da vida da forte participação de homens e mulheres no mercado de

trabalho e, ao mesmo tempo, do grande investimento na família e na parentalidade, verifica-se no domínio do trabalho grande mobilização de tempo para o trabalho pago, quer por homens, quer por mulheres, mas revela-se também a sobrecarga das mulheres na prestação de cuidados à família e à casa. Em Portugal, mulheres e homens nesta fase da vida têm uma diferença de participação no trabalho pago de cerca de apenas 1 hora, mas uma diferença de cerca de 4 horas de trabalho não pago.

Ainda no domínio do trabalho, nesta fase da vida e no contexto da União Europeia (UE 27), verifica-se um aumento da população ativa com subida da participação feminina no mercado de trabalho, destacando-se Portugal por apresentar uma taxa de emprego feminino acima da média europeia. Importa ainda sublinhar que em toda a União Europeia tem subido o número de mães trabalhadoras com filhos/as dependentes, atingindo em 2015 o valor de 70% na UE 27 e de 80% em Portugal. Apesar desta forte participação feminina no mercado de trabalho, nesta idade da vida mantêm-se as desvantagens para as mulheres já identificadas na juventude: elas estão mais frequentemente em situação de contratação não permanente, com mais contratos a prazo ou temporários e têm salários mais baixos, com consequentes dificuldades de construção e progressão de uma carreira profissional.

Na fase tardia da vida ativa (50-65 anos), a tendência de participação no mercado de trabalho é de descida, tanto em Portugal como na Europa, quer para homens, quer para mulheres sendo no entanto mais expressiva no caso delas. Em contrapartida, aumenta o número de pessoas que já estão reformadas (homens e mulheres) assinalando-se, no caso feminino, que quase um quinto das mulheres está principalmente dedicado às responsabilidades familiares nesta fase da vida. A disparidade salarial entre homens e mulheres na fase tardia da vida ativa acentua-se ainda mais e agrava-se no grupo das mulheres com mais de 60 anos. As desvantagens de género ocorrem, assim, por diferentes vias – salários mais baixos, carreiras contributivas interrompidas mais precocemente, entre outras razões por responsabilidades familiares – aprofundando a desigualdade de género.

Os dados agregados para a totalidade da população ativa, analisados no último capítulo, revelam ainda que, em Portugal como na UE 27, os níveis de desemprego de homens e mulheres, se eram distintos no início do milénio com desvantagem para as mulheres, estão muito próximos em 2015, por via do agravamento mais acentuado do desemprego masculino verificado nos anos da crise económica e financeira. De destacar também as diferenças de género encontradas nas remunerações base médias das portuguesas e dos portugueses – independentemente das categorias profissionais analisadas os homens ganham sempre mais do que as mulheres, com diferenças que

ultrapassam os 600€ no grupo das/os representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes e diretoras/es e gestoras/es executivas/os e os 200€ no caso de trabalhadoras/es qualificados da indústria, construção e artífices. Estas diferenças exprimem assim fortes assimetrias de género que de forma transversal penalizam as mulheres em todas as categorias profissionais.

3) No domínio da família e condições de vida, na juventude, quer em Portugal, quer na Europa, as mulheres autonomizam-se mais cedo do que os homens saindo de casa da família de origem, entrando na conjugalidade em maior proporção do que eles. Para além desta diferença de género é de assinalar também uma diferença significativa entre os países europeus quanto à saída das/os jovens de casa dos pais: em Portugal, nos países do sul e de leste, as e os jovens saem mais tarde de casa dos pais. Como hipótese explicativa para esta diferença surge, no entanto, uma forte correlação entre o baixo rendimento das famílias e a permanência em casa dos pais, a que se pode associar os baixos salários das/os jovens. Com efeito, outros dados mostram que muitas das mulheres e dos homens jovens que estão em casa dos pais podem já não ser dependentes economicamente destes, e estarem a trabalhar, sem terem ganhos suficientes para adquirirem autonomia residencial.

A *rush hour of life* é a idade da vida marcada pela passagem à conjugalidade e parentalidade (cada vez em idades mais tardias tanto na União Europeia como em Portugal), sendo de assinalar a tendência para um aumento das responsabilidades familiares e do trabalho não pago para os homens e para as mulheres, embora com maior sobrecarga para elas. A grande maioria dos casais na UE 27 segue o modelo dos dois membros do casal a trabalhar a tempo inteiro, à exceção de três países (Alemanha, Áustria e Holanda) onde o modelo homem a tempo inteiro e mulher a tempo parcial é dominante. De assinalar que o modelo do homem como único provedor da família não é dominante em nenhum país, tendo apenas alguma expressão na Itália, Malta, Grécia e Roménia.

Na fase tardia da vida ativa, esta presença no mercado de trabalho não é tão forte verificando-se uma menor taxa de emprego, quer para eles, quer para elas. Também no domínio familiar, esta idade da vida é marcada pela tendência para agregados familiares sem filhos e/ou filhas dependentes, o que não significa que o apoio direto ou indireto a descendentes ou ascendentes não se mantenha. Com efeito, na fase tardia da vida ativa verifica-se um aumento do tipo de família correspondente a outros agregados, muito provavelmente integrados por pessoas de três ou mais gerações. Relacionando os domínios do trabalho e da família, como já se referiu, algumas mulheres nesta fase da vida saem do mercado de trabalho para prestar cuidados familiares. A saída

das mulheres do mercado de trabalho pode também estar relacionada com o aumento do risco de pobreza nesta fase da vida, mais penalizador para elas.

No que diz respeito às condições de vida, constata-se que, em todas as idades da vida, o rendimento individual é determinado negativamente pelo sexo e positivamente pela escolaridade ao longo de todas as idades da vida e que, de uma forma global para a população 15-64 anos, o risco de pobreza é sempre superior para as mulheres face aos homens, tanto em Portugal como na média da UE 27.

4) No domínio da articulação trabalho-família, importa salientar logo na juventude a forte assimetria e feminização do trabalho não pago, com sobrecarga das mulheres, tanto em Portugal como na Europa. Com efeito, entre os 15 e os 29 anos de idade, as mulheres dedicam por semana quase o dobro das horas dos homens, quer a cuidar da casa, quer a cuidar da família (elas 32h na casa e na família e eles 17h).

Na *rush hour of life*, em Portugal como na Europa, esta tendência mantém-se com persistência da sobrecarga feminina relativamente ao trabalho não pago: as mulheres entre os 30 e os 49 anos de idade também dedicam quase o dobro das horas dos homens, quer a cuidar da casa, quer a cuidar da família.

De sublinhar que em muitos países, as políticas de articulação trabalho-família centraram-se no fomento da empregabilidade feminina, negligenciando as questões da igualdade de género. De facto, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem constituído uma meta europeia visando a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e o crescimento económico. No entanto, as políticas de articulação trabalho-família que têm sido também alvo de atenção, não têm elegido como foco da ação a promoção de igualdade. Poucos países, para além dos nórdicos, têm definido políticas que, no quadro da promoção da igualdade de género, permitam compatibilizar trabalho profissional com responsabilidades familiares, seja através do aumento das taxas de cobertura dos equipamentos de apoio à primeira e segunda infância, seja através de licenças para incentivar a participação masculina nas tarefas de cuidar. Mesmo em países como Portugal, que se destaca no contexto europeu pela ampla cobertura dos equipamentos de apoio à segunda infância, o aumento da participação masculina no cuidar, da casa e família, tem, ainda, investimento social e político a ser feito com o objetivo de promover a igualdade de género.

Na fase tardia da vida ativa, a pressão para sair do mercado de trabalho por exigências familiares não será sentida por todas as mulheres da mesma forma, já que a taxa de emprego nesta fase é mais elevada para as mulheres com nível de ensino superior, caracterizadas por situações socioprofissionais que podem corresponder a salários mais elevados e à externalização da prestação de cuidados.

Numa perspetiva global, os dados revelam que na maioria dos países da União Europeia aumentou desde o início do milénio a taxa de emprego de mulheres com filhos dependentes. Apesar da presença crescente das mulheres no mercado de trabalho, verifica-se a persistência de desigualdades de género na afetação de horas a trabalho doméstico e de cuidar na maioria dos países europeus em análise.

5) No domínio da violência, saúde e causas de morte os homens jovens, em Portugal e na Europa, têm mais comportamentos de risco e são mais agentes de violência do que as mulheres jovens. Importante é também salientar que as principais causas de morte na juventude revelam um claro efeito de género. Na verdade, é aos 25 anos que a população feminina ultrapassa a masculina, invertendo a tendência demográfica que existia desde o nascimento. O facto de as causas de morte dos homens neste grupo serem principalmente causas externas (acidentes, quedas, agressões, suicídio, envenenamento, afogamento), na UE em 63% dos casos e em Portugal em 55%, pode indiciar uma tendência para a exposição ao risco e à violência que está fortemente associada a uma visão da masculinidade como forma de afirmação de poder e dominação. Em contrapartida, as causas de morte mais frequentes das mulheres neste grupo são diferentes tipos de doença, e só 40% na UE e 31% em Portugal são causas externas. Os homens são também os que mais cometem suicídio.

Na *rush hour of life* a autoria de crime é também principalmente masculina, mas são também os homens que são as maiores vítimas de homicídio. Aumentam nesta fase da vida para os homens as causas de morte por doença, mas as causas externas ainda são superiores às das mulheres: 29% para eles na UE e 25% em Portugal, e para elas 14% nos dois casos. Para os homens, mantém-se uma taxa de suicídio elevada comparativamente à das mulheres. Por outro lado, homens e mulheres deste grupo etário têm a perceção de que a violência de género é muito comum sobre as mulheres, mas pouco comum sobre os homens.

Na fase tardia da vida ativa aumentam muito as causas de morte por doença e diminuem de forma acentuada as causas externas. No domínio da saúde, os padrões são diferenciados em função do género. As mulheres, possivelmente pela maior familiaridade com a esfera do cuidar, recorrem mais aos médicos, mas têm mais doenças crónicas e/ou psiquiátricas; os homens obedecendo a um modelo de masculinidade, que lhes dificulta a revelação de fragilidades, procuram menos os cuidados médicos.

Em todas as idades da vida, os homens são a esmagadora maioria da população criminal, sendo os principais condenados por homicídios e crimes de índole sexual, possivelmente resultado de uma tentativa de adequação a uma masculinidade que assume uma posição de controlo sobre as mulheres e

os outros homens. As mulheres são as principais vítimas de crimes de agressão sexual e violação e mesmo quando os homens são as vítimas de crime, os agressores tendencialmente continuam a ser outros homens.

No plano da saúde e numa leitura global das três idades da vida, verifica-se um padrão de género com as mulheres a apresentarem uma esperança de vida mais longa mas nalguns países (incluindo Portugal) com menos anos de vida saudável. Por outro lado, em Portugal como na Europa, as mulheres reportam com maior frequência problemas de saúde como dores ou potenciais doenças crónicas, perturbações do sono e sentimentos depressivos, mas também um mais frequente acesso a cuidados de saúde.

6) No domínio dos valores, em todas as idades da vida se defendem mais valores universalistas e se rejeitam os valores mais materialistas. No entanto, as pessoas jovens, em Portugal e na Europa, defendem menos os valores universalistas do que as pessoas mais velhas, apesar de as mulheres jovens os defenderem mais do que os homens jovens. Também as pessoas jovens são mais abertas à mudança, mas eles mais ainda do que elas. Estas diferenças geracionais poderão ser explicadas pelo facto de a população jovem viver hoje em contextos de maior precariedade e insegurança no plano económico.

Mulheres e homens entre os 30 e os 49 anos de idade, na União Europeia, apontam a família como a principal prioridade da vida. Homens e mulheres também se aproximam na interpretação de que os homens devem ter responsabilidades iguais às mulheres na prestação de cuidados às crianças e na vida doméstica. A maioria da população europeia considera igualmente que, mesmo em situação de crise e desemprego, as mulheres devem ter igualdade de acesso relativamente aos homens ao mercado de trabalho. Apenas nalguns países se considera que as mulheres devem sacrificar a sua profissão ao bem-estar da família. Em Portugal, a posição é ambígua (nem concordam, nem discordam).

Na fase tardia da vida ativa, no plano dos valores mantém-se a tendência para homens e mulheres reconhecerem o direito das mulheres a acederem em pé de igualdade ao mercado de trabalho. No entanto, verifica-se ainda em muitos países uma posição ambígua, na medida em que se considera serem elas também quem deve assegurar, em primeiro lugar, as responsabilidades familiares. Só os países nórdicos apresentam uma posição igualitária. Considerando ainda as atitudes e valores nota-se na fase tardia da vida ativa, em relação à idade da vida anterior, uma ligeira tendência, em muitos países, para uma defesa menos acentuada das ideias igualitárias, o que pode também ser explicado por um efeito geracional.

7) A identificação de perfis de jovens homens e mulheres dos 15 aos 29 anos de idade nos diferentes países da Europa conduziu a uma diferenciação interessante. Considerando diferentes variáveis – taxa de emprego, taxa de desemprego, salário média/hora, população matriculada no ensino e jovens a viver em casa dos pais – os homens em Portugal tendem a equiparar-se aos homens da Europa do sul, e as mulheres às dos países de leste.

Quanto à *rush hour of life* as mulheres continuam a aproximar-se das mulheres de leste, o que pode ser explicado pela sua maior participação no mercado de trabalho e elevado número médio de horas de trabalho pago. Quanto aos homens, tendem a aproximar-se dos seus pares dos países de leste, fundamentalmente pelos salários baixos, taxas de emprego relativamente altas e horas de trabalho mais reduzidas.

Na fase tardia da vida ativa, os homens em Portugal voltam a equiparar-se aos homens da Europa do leste mas agora pelas baixas taxas de emprego, elevadas taxas de desemprego, mais baixos salários e mais horas de trabalho pago. As mulheres portuguesas também estão mais perto das mulheres do leste da Europa e mais distantes das do sul, com maiores taxas de emprego, a segunda maior taxa de desemprego, a maior média de horas de trabalho pago e o menor salário médio/hora.

Na análise de perfis de pessoas dos 15 aos 64 anos de idade, os homens portugueses associam-se aos italianos, búlgaros, letões, polacos, eslovenos e eslovacos, por serem menos escolarizados; e as mulheres portuguesas às mulheres de alguns países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia) de alguns países continentais (Bélgica e França), por apresentarem maior média de horas semanais de trabalho.

A análise das classes sociais em Portugal e nalguns países da Europa revela que na juventude as mulheres, que são em Portugal o grupo de idade mais escolarizado, estão mais representadas nas categorias de Profissionais técnicas e de enquadramento, PTEs. Em Portugal elas representam 25% face a 14% de homens, embora saibamos que elas têm salários mais baixos. Uma análise de género revela ainda a segregação vertical, com percentagens sempre mais expressivas de homens nas categorias de Empresários, dirigentes e profissionais liberais, EDLs e com eles a beneficiar de melhores salários, em Portugal e na Europa. As mulheres, por seu turno, estão mais concentradas nas categoriais de Empregados executantes, EE e nas PTEs, como já se referiu, mas com sobre representação nas primeiras, em especial em Portugal. Já os homens encontram-se mais concentrados nos Operários nalguns países (Alemanha, República Checa, Polónia e Portugal) ou têm pouca expressão nesta categoria estando sobretudo mais representados na categoria de EEs

(Suécia, Reino Unido e Espanha) ou então encontram-se repartidos por várias categorias (França, Finlândia).

Na *rush hour of life* verifica-se maior simetria entre homens e mulheres nos PTEs em Portugal, pelo facto de a proporção de mulheres descer um pouco neste grupo e a dos homens subir. Quando se amplia o âmbito de análise a alguns países da Europa, verifica-se que aumentam, na maioria dos países, relativamente à idade anterior, os homens EDLs e há mais mulheres PTEs. A tendência para a segregação vertical na maioria dos países, que já se definia na juventude, mantém-se com mais homens e mais mulheres concentradas nas EE e PTEs.

Na fase tardia da vida ativa, a distribuição por classes sociais permite verificar uma maior dispersão pelas várias categorias, embora se mantenha a lógica da segregação vertical, com os homens a ocuparem as classes de Empresários dirigentes e profissionais liberais e as mulheres mais representadas do que eles na categoria das Profissões técnicas e de enquadramento. No entanto, em Portugal, este grupo é muito reduzido, particularmente no caso das mulheres, apresentando um decréscimo relativamente às outras idades da vida. Continua também a notar-se, na maior parte dos países, uma maior concentração das mulheres na categoria de EEs. De salientar ainda a maior expressão, relativamente a outros grupos de idade, da categoria de Trabalhadores independentes, sobretudo no caso português.

Numa perspetiva global, que integra todas as idades, e se juntarmos as categorias de mais elevado estatuto socioeconómico e qualificação verificamos que em países como a República Checa, Espanha e Portugal, esse grupo assume para os homens uma proporção de apenas cerca de 30% mas ligeiramente abaixo deste valor para as mulheres; em contrapartida, em países como a Alemanha e a Polónia, os valores para os homens são sensivelmente os mesmos mas as mulheres apresentam valores superiores a 30% nestas categorias. Num outro grupo de países, que inclui a Suécia, a Finlândia, o Reino Unido e a França, os valores dos grupos com mais recursos financeiros e capitais escolares situam-se próximo dos 50%, sendo que as mulheres na Suécia e Finlândia têm uma presença particularmente forte nestas categorias, sobretudo naquelas com mais capital escolar. Assim, estes dados indicam que este último grupo de países é aquele onde se verifica maior equilíbrio na distribuição das classes sociais.

Referências bibliográficas

- ABRANTES, P. and Abrantes, M. (2014) Gendering social mobility: a comparative perspective on the nexus of education and class across Europe. *Gender and Education* Vol. 26(4) 377-396.
- ADDABBO, T. (2006). Unpaid work by gender in Italy. In Picchio, A. (Ed.), *Unpaid work and the economy, a gender analysis of the standard of living*. (pp.29-58). London: Routledge.
- ADDABBO, T., Bastos A., Casaca S. F., Duvvury, N. and Ní Léime, Á. (2015). Gender and labour in times of austerity: Ireland, Italy and Portugal in comparative perspective. *International Labour Review*, 154(4), 449-473.
- ADDIS, E., Villota, P., Degavre, F. and Eriksen, J. (2006). *Gender and Well-Being. The Role of Institutions from Past to Present..* Londres: Ashgate.
- ALMEIDA, A. N. (Coord.), Delicado, A., Alves, N. A., Carvalho, T. E Carvalho, D. (2015) *Infâncias Digitais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, J. F. (1990) *Portugal: Os próximos 20 anos – valores e Representações Sociais* Vol. VIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, J. F. (1994) *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALMEIDA, J. F., Brites, R. E Torres, A. (2010). Valores e classes sociais: diferenças e semelhanças de género em Portugal. *Sociologia on line* Vol. 1, 1-16.
- ALMEIDA, J. F. (2013a), “Uma visão sociológica do bem comum”, in Pato, João, Luísa Schmidt e Maria Eduarda Gonçalves (orgs.), *Bem Comum – Público e/ou Privado?*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- ALMEIDA, J. F. (2013b) *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- ALMEIDA, M. V. (1995) *Senhores de si*, Lisboa, Fim de Século.
- ALVES N A, Cantante F, Baptista I e Carmo R M (2011) *Jovens em Transições Precárias: Trabalho, Quotidiano e Futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.
- AMÂNCIO, L. (1986) Estereótipos e identidade psicossocial das mulheres trabalhadoras. In “Colóquio A mulher na sociedade portuguesa – visão histórica e perspectivas actuais”. Faculdade de Letras de Coimbra.
- AMÂNCIO, L. (1994) *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- AMÂNCIO, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – o caso português em perspectiva. In Karin, W. E Amâncio, L. (org.), *Família e Género em Portugal e na Europa*. (pp. 181-108). Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.

- ANXO, D., Boulin, J-Y., Fagan, C., Cebrián, I., Keuzenkamp, S., Klammer, U., Klenner, C., Moreno, G. and Toharía, L., *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (2006) Working time options over the life course: New work patterns and company strategies*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em: <http://www.eurofound.eu.int/publications/htmlfiles/ef05160.htm>.
- ANXO, D., Flood, L., Mencarini, L., Pailhé, A., Solaz, A. and Tanturri, M. L. (2007). *Time allocation between work and family over the lifecycle: a comparative gender analysis of Italy, France, Sweden and the United States*. IZA Discussion Paper, 3193, 2–35.
- ARAÚJO, H. C. (2010). Escola e construção da igualdade no trabalho e no emprego. In Ferreira, V. (org.), *a Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. (pp. 217-245). Lisboa: Cite.
- ARBER, S., Davidson, K. and Ginn, J. (2003). Changing Approaches to Gender and Later Life. In Arber, S., Davidson, K. and Ginn, J. (Coords.), *Gender and Ageing: Changing Roles and Relationships*. (pp. 1–14). Philadelphia, PA: Open University Press.
- BAGO d’Uva T. E Fernandes M. (2017) *Mobilidade Social em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BANK, B. (2011) *Gender & higher education*. Baltimore, Maryland: The John Hopkins University Press.
- BAUDELOT, C. et Estabiet, R. (1992) Allez les filles!. *Revue française de pédagogie* Vol. 101 123-124.
- BEAUVOIR, S. (1949/1953). *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard.
- BECK, U. (1992/193) *Risk society: Towards a new modernity*, London: Sage Publications.
- BECK, U. and Beck-Gernsheim, E. (1995) *The Normal Chaos of Love*. Cambridge, MA: Polity.
- BECKER, G. S. (1994) *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education* (3rd Edition) Chicago: The University of Chicago Press.
- BERGMANN, N. and Lechner, F. (org.) (2012). *The Role of Men in Gender Equality – European strategies & insights*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- BERTAUX D (1981) From the life-history approach to the transformation of sociological practice. In Bertaux D (Coord.) *Biography and society: The life history approach in the social sciences*. London: Sage, 29-45.
- BETTIO, F. and Plantenga, J. (2004). Comparing care regimes in Europe. *Feminist Economics*, 10(1), 85-113.
- BILSKER, D. and White, J. (2011). The silent epidemic of male suicide. *British Columbia Medical Journal*, 53(10), 529-534. Disponível em <http://www.bcmj.org/articles/silent-epidemic-male-suicide>.
- BINSWANGER, I. A., Merrill, J. O., Krueger, P. M., White, M. C., Booth, R.E. and Elmore, J. G. (2011) Gender Differences in Chronic Medical, Psychiatric, and Substance-Dependence Disorders Among Jail Inmates. *American Journal of Public Health*, 100(3), 476-482.
- BLAIR-LOY, M. (2003) *Competing devotions: Career and family among executive women*, Cambridge: Harvard University Press.

- BOJE, T. P. and Almqvist, A. (2000). Citizenship, family policy and women's patterns of employment. In Boje, T. P. and Leira, A. *Gender, Welfare State and the Market. Towards a new division of labour.* (pp. 22–54). London: Routledge.
- BOLL, C., Leppin, J., Rossen, A. and Wolf, A. (2016). *Magnitude and Impact Factors of the Gender Pay Gap in EU Countries.* Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- BORGNA, C. and Struffolino, E. (2017) Pushed or pulled? Girls and boys facing early school leaving risk in Italy. *Social Science Research* 61 298-313.
- BOULD, S. and Casaca, S. F. (2012a). Older women worker and the European Union's employment goals: Bringing gender into the debate. *ex æquo*, (26), 27-42.
- BOULD, S. E Casaca, S. F. (2012b) Género idade e mercado de trabalho. In: Casaca SF (Coord.) (2012) *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos Vectors de (Des) Igualdade.* Coimbra: Almedina.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction.* Paris: Les Éditions de minuit.
- BOURDIEU, P. (1986) The forms of capital. In Richardson J (Coord.) *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education.* (pp. 241-258). New York: Greenwood Press.
- BRANNEN, J. and Nielsen, A. (2002) Young people's Time Perspectives: From Youth to Adulthood. *Sociology* Vol. 36(3) 513-537.
- BREEN, R. and Buchmann, M. (2002) Institutional variation and the position of young people: A comparative perspective. *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences* Vol. 580, 288–305.
- BREEN, R. and Jonnson, J. O. (2005) Inequality of Opportunity in Comparative Perspective: Recent Research on Educational Attainment and Social Mobility. *Annual Review of Sociology* Vol. 31(1) 223-243.
- BRINKMAN B., Rabenstein K., Rosen, L. and Zimmerman, T. (2014) Children's Gender Identity Development: The dynamic negotiation process between conformity and authenticity. *Youth & Society* Vol. 46(6) 835–852.
- BUCHMANN, M. (1989) *Script of Life in Modern Society: Entry into Adulthood in a changing World.* Chicago: University of Chicago Press.
- BURCHELL, B., Fagan, C., O'Brien, C. and Smith, M. J. (2007). *Working conditions in the European Union: The gender perspective.* Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- BURGE, S. W. (2011) Academic programs: undergraduate, graduate and professional. In Bank B (Coord.) *Gender & higher education.* (pp. 171-189). Baltimore, Maryland: The Jhon Hopkins University Press.
- BUTLER, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.* New York: Routledge.
- BYRNE, D. and Smyth, E. (2010) *No Way Back? The Dynamics of Early School Leaving.* Dublin: Liffey Press.
- CALASANTI, T. M. (2003). Masculinities and care work in old age. In Arber S., Davidson K., Ginn J. (Eds.) *Gender and ageing: Changing roles and relationship.* UK: Open University Press/McGraw Hill.

- CALDEIRA, S. N. E Veiga, F. H. (2013) Desenvolvimento Pessoal, Psicossocial e Moral. In Veiga, F. H. (Coord.) *Psicologia da Educação – Teoria, Investigação e Aplicação: Envolvimento dos Alunos na Escola* (pp. 121-176). Lisboa: Climepsi Editores.
- CARDOSO, A. R., Guimarães, P. and Portugal, P. (2012). *Everything you always wanted to know about sex discrimination*. IZA Discussion Paper, 7109, 1-25.
- CARMO, R., Cantante, F. E Baptista, I. (2010) Educação: alguns sinais de recuperação, mas um longo caminho a percorrer. In Carmo, R. (Coord.) *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores* (pp. 53-79). Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- CASACA, S. F. (2005a) Flexibilidade, emprego e relações de género: a situação de Portugal no contexto da União Europeia. In Kovács I (Coord.) *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades* (pp. 55 – 89). Lisboa: Celta Editora.
- CASACA, S. F. (2005b) *Flexibilidade, trabalho e emprego – ensaio de conceptualização*. Lisboa: SOCIUS – Working Papers.
- CASACA, S. F. (2008). Flexibilidade de emprego em Portugal e na União Europeia: colocando a dimensão de género no centro do debate. In Henrique, F. (ed.), *Género, Diversidade e Cidadania*. (pp. 131 – 154). Lisboa: Editora Colibri.
- CASACA, S. F. (2009a) Reflexões em torno de um novo contrato de género e de uma sociedade mais inclusiva. *Sociedade e Trabalho* (38) 71-87.
- CASACA, S. F. (2009b). Women and poverty: a gender sensitive approach. *Journal of Socio-Economics*, 38(5), 764-778.
- CASACA, S. F. (2010). A (des)igualdade de género e a precarização do emprego. In Virgínia Ferreira (org.), *a Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. (pp. 261-291). Lisboa: Cite.
- CASACA, S. F. (2012) Mercado de trabalho, flexibilidade e relações de género: tendências recentes. In: Casaca SF (Coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos Vectores de (Des)Igualdade*. Coimbra: Almedina.
- CASACA, S. F. (2013) As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar. *Sociologia Problemas e Práticas* (72), 31-52.
- CASACA, S. F. (2016) Desigualdades de Género no Trabalho, abordagens pluralistas e políticas públicas: entre o estruturalismo e o construtivismo social. In Silva, M. C., Lima, M. L., Sobral, J. M., Araújo, H. E Ribeiro, F. (Org) *Desigualdades e Políticas de Género* (pp. 25-45). Vila Nova de Famalicão: Humus.
- CASACA, S. F. and Damião, S. (2011). Gender (in)equality in the labour market and the southern European welfare states. In Addis E., Villota P., Degavre F. and Eriksen J. *Gender and Well-Being. The Role of Institutions from Past to Present*. (pp. 184-199). Londres: Ashgate.
- CASACA, S. F. and Kóvacs, I. (2008). Labour segmentation and employment diversity in the ICT service sector in Portugal. *European Societies*, 10(3), 429-451.
- CASACA, S. F. E Bould S. (2012). Género, idade e mercado de trabalho. In Casaca S F (Coord.), *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos Vectores de (Des)Igualdade*. (pp. 87-132). Coimbra: Almedina.
- CASTELLS, M. (2000). *The rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.

- COMISSÃO das comunidades europeias (2002). Relatório da comissão ao conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e social e ao comité das regiões. Relatório Anual sobre a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na União Europeia 2001 (COM/2002/0258 final). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52002DC0258>.
- CONNELL, R. (1985) *Teachers' Work*. Sydney: Allen & Unwin.
- CONNELL, R. (1987). *Gender and power: society, the person, and sexual politics*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- CONNELL, R. (1993) *Schools and Social Justice*. Philadelphia: Temple University Press.
- CONNELL, R. (1995) *Masculinities*. Cambridge: Polity Press.
- CONNELL, R. (2002) *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- CONNELL, R. (2015) Género e corporificação na sociedade mundial. *Revista Lusófona de Estudos Culturais* Vol. 3(1) 281-287.
- CONNELL, R. and Pearse, R. (2015) *Gender in World Perspective*. Third edition. Cambridge: Polity Press.
- COSTA, A. F., Lopes, J. T. E Gaetano, A. (2014) (Coord.) *Percursos de estudantes no ensino superior*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Machado, F. L. E Almeida, J. F. (2007a). Classes sociais e recursos educativos: uma análise transnacional. In Costa, A. F., Machado, F. L. e Ávila P. (Orgs.), *Portugal no contexto europeu. Sociedade e conhecimento*, (pp. 1-20) Lisboa: Celta Editora.
- COSTA, A. F., Machado, F. L. E Almeida, J. F. (2007b). Classes sociais e valores em contexto europeu. In Vala, J. E Torres, A. (Coords.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. (pp. 69-96) Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- COSTA, A. F., Mauritti, R., Martins, S. C., Machado, F. L. E Almeida, J. F. (2000). Classes sociais na Europa. *Sociologia, Problemas e Práticas* (34), 9-46.
- COSTA, Dália (2018) Vitimologia. In Amaro, Fausto e Costa, Dália (Coord.) *Criminologia e Reinserção Social*. Lisboa. Lidel. Pactor (no prelo).
- COSTA, Dália (2017) Violência de Género, Igualdade e Direitos Humanos. In Costa, Dália e Neves, Sofia (Coord.) *Violências de Género*. Lisboa. Edições CIEG/ISCSP-ULisboa, 45-71.
- COYETTE, C., Fiasse, I., Johansson A., Montaigne, F. and Strandell, H. (2015) *Being young in Europe today*. Eurostat Statistics Books 2015 edition. Luxembourg: European Union Publications Office.
- CRANFORD, C. J., Vosko, L. E Zukewich, N. (2003) The gender of precarious employment in Canada. *Relations Industrielles/Industrial relations* Vol. 58(3), 454-80.
- CROMPTON, R. (1999). *Restructuring gender relations and employment: The decline of the male breadwinner*. Oxford: Oxford University Press.
- CROMPTON, R. (2006). *Employment and the family: The reconfiguration of the work and family life in contemporary societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CUNHA, V. (2005). A Fecundidade das Famílias. In Wall K. (ed.) *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Redes Sociais*. (pp. 395-464). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- CUNHA, V. (2007). *O Lugar dos Filhos: Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DALY, M. (2011) What adult worker model? A critical look at recent social policy reform in Europe from a gender and family perspective. *Social Politics* Vol. 18(1), 1-23.
- DEVADASON, R. and Bradley, H. (2008) Fractured Transitions: Young Adults' Pathways into Contemporary Labour Markets. *Sociology*, Vol. 42(1), 119-136.
- DIOGO, A. M. E Diogo, F. (2013) *Desigualdades no sistema educativo percursos, transições e contextos*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- DIPRETE, T. A. and Buchmann, C. (2013) *The Rise of Women: The Growing Gender Gap in Education and What It Means for American Schools*. NY: Russell Sage Foundation.
- DURÁN, M. (2007). *El Valor del Tiempo*. Madrid: Espasa Calpe.
- ECCLES, J. S. and Wigfield, A. (2002) Motivational beliefs, values and goals. *Annual Review of Psychology* Vol. 53 109-132.
- EIGE – European Institute for Gender Equality (2017). *Gender Equality Index 2017. Measuring gender equality in the European Union 2005-2015 Report*. Disponível em <http://eige.europa.eu/gender-equality-index>. Doi: 10.2839/251500.
- ELDER, G. H. (1985) *Perspectives on the life course*. New York: Cornell University Press.
- ELSON, D. (1995). *Male Bias in the Development Process*. UK: Manchester University Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1990) *Welfare states in transition national adaptations in global economies*. London Thousand Oaks, California: Sage.
- EUROPEAN Comission (2016). *Special Eurobarometer 449. Gender-based violence Report*. Disponível em <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion>.
- EUROPEAN Comission (2017). *Report on equality between women and men in the EU*. Brussels: European Comission. Disponível em <https://www.csee-etu.org>.
- EUROSTAT Statistical Book (2015) *Being Young in Europe*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- FAGAN, Co., O'Reilly, J. and Rubery, J. (2000). Part-time work: Challenging the 'breadwinner' gender contract. In Jenson, J., Laufer J. and Maruani, M. (Eds.), *The gendering of inequalities: Women, men and work*. (pp. 174-186). Aldershot: Ashgate Publishing Limited.
- FAHEY, T. and Spéder, Z. (2004). *Fertility and family issues in an enlarged Europe*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- FAUSTO-STERLING, A. (2000). *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York, NY: Basic Books.
- FERREIRA da Silva, L. E Alves, F. (2002). *A Saúde das Mulheres em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERREIRA, A. S., Flores, I. E Casas-Novas, T. (2017) *Porque melhoraram os resultados pisa em Portugal: Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- FERREIRA, V. (1999). Os Paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 52/53, 199-227.
- FERREIRA, V. (2000). The Globalization of Gender Equality Policies: from Social Reformism to State Reformism. *ex æquo*, 2, 15-41.
- FERREIRA, V. (2006) The Politics of reproduction in Post-1974 Portugal. In Gudrun Wolfgruber (Coord.) *The Gender of politics: The example of reproduction policies in Austria, Finland, Portugal, Romania, Russia, and the US*. (pp. 63-76). Innsbruck: Verlag/Bruno Kreisky International Studies.
- FERREIRA, V. (2010) A Evolução das Desigualdades entre Salários Masculinos e Femininos: Um Percorso Irregular. In Virgínia Ferreira (org.), *A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. (pp. 139-190). Lisboa: Cite.
- FERREIRA, V. (2014). Employment and austerity: changing welfare and gender regimes in Portugal. In Karamessini, M. and Rubery, J. (Coord.) *Women and Austerity: the economic crisis and the future for gender equality*. (pp. 207-227). London: Routledge.
- FERREIRA, V. E Monteiro, R. (2015). Austeridade, emprego e regime de bem-estar social em Portugal: em processo de refamiliarização? *ex æquo*, 32, 49-67.
- FERREIRA, V. S. E Nunes, C. (2014) Para lá da escola: transição para a idade adulta na Europa. *Educação em Foco* Vol. 18(3) 169-206.
- FERRERA, M. (1996) The Southern model of welfare in social Europe. *Journal of European Social Policy* Vol. 6(1) 17-37.
- FRA – European Union Agency for Fundamental Rights (2014) *Violence against women: an EU-wide survey*. Luxembourg: Publications Office.
- FULLER, S. and Vosko, L. F. (2008) Temporary Employment and Social Inequality in Canada: Exploring Intersections of Gender, Race and Immigration Status. *Social Indicators Research* Vol. 88(1) 31-50.
- FURLONG, A. (2006) Not a very NEET solution: representing problematic labour market transitions among early school leavers. *Work Employment and Society* (20), 553-69.
- FURLONG, A. and Cartmel, F. (1997) *Young People and Social Change*. Buckingham: Open University Press.
- GALLIE, D. (2002) The quality of working life in welfare strategy. In Esping-Andersen, G., Gallie, D., Hemerijck, A. and Myles, J. (Eds.) *Why we need a new welfare state*. (pp. 96-129). Oxford: Oxford University Press.
- GAUTHIER, M. (2000) L'âge des jeunes: 'un fait social instable'. *Lien Social et Politiques* (43), 23-32.
- GELDERBLOM, A. and de Koning, J. (2003) Exclusion of older workers, productivity and training. In Schömann, K. and O'Connell, P. (Eds.) *Education, training and employment dynamics*. Cheltenham: Edward Elgar.
- GIDDENS, A. (1991) *Modernity and Self-identity: Self and Society in the Late Modern Age*. California: Stanford University Press.

- GILL, J., Esson, K. and Yuen, R. (2016) *A Girl's Education: Schooling and the Formation of Gender Identities and Future Visions*. London: Palgrave Studies in gender and Education.
- GOLDSCHIEDER, F. and Goldscheider, C. (1999) *The Changing Transition to Adulthood: Leaving and Returning Home*. London: Sage.
- GRACIANO, M. (1978) Aquisição de papéis sexuais na infância. *Cadernos de Pesquisa* Vol. 25, 29-44.
- GREGORY, A. and Milner, S. (2009). Editorial: Work-life Balance: A Matter of Choice? *Gender, Work & Organization*, 16, 1-13. doi:10.1111/j.1468-0432.2008.00429.x
- HADJAR, A., Krolak-Schwerdt, S., Priem, K. and Glock, S. (2014) Gender and education achievement. *Educational Research* Vol. 56 (2) 117-125.
- HASCHER, T. and Hagenauer, G. (2010) Alienation from School. *International Journal of Educational Research* Vol. 49(6): 220-232.
- HINES, M. (2014) Your brain has a gender? In: AAVV Brain.org. *Fórum Gulbenkian de Saúde 2012*. (pp. 129-145). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- HOLMES, M. (2007) *What is gender? Sociological approaches*. Los Angeles: SAGE.
- HYDE, J. (2016) Sex and cognition: gender and cognitive functions. *Current Opinion in Neurobiology* Vol. 38, 53-56.
- INUI, A. (2009) 'NEET's, freeters and flexibiliy: reflecting precarious situations in the new labour market'. In Furlong A (Coord.) (2009) *Handbook of Youth and Young Adulthood: New Perspectives and Agendas*. New York: Routledge.
- KALLEBERG, A. L. (2000) Nonstandard Employment Relations: Part-Time, Temporary and Contract Work. *Annual Review of Sociology* (26), 341-365.
- KARAMESSINI, M. (2014). Introduction – women's vulnerability to recession and austerity: a different crisis, a different context. In Karamessini, M. and Rubery, J. (Coord.) *Women and Austerity: the economic crisis and the future for gender equality*. (pp. 3-16). London: Routledge.
- KIMMEL, M. (1996) *Changing Men: New Directions in the Study of Men and Masculinity*. Newbury Park, California: SAGE Publications.
- KIMMEL, M. (2000) *The gendered society*. New York: Oxford University Press.
- KIMMEL, M. (2010) *Misframing men: the politics of contemporary masculinities*. New Jersey: Rutgers University Press.
- KIMMEL, M., Hearn, J. and Connell, R. (2004). *Handbook of studies on men and masculinities*. Sage.
- KLAMMER, U., Muffels, R. and Wilthagen, T. (2008). *Flexibility and security over the life course: Key findings and policy messages*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- KOHLBERG, L. (1966) A cognitive-developmental analysis of children's sex- role concepts and attitudes. In Maccoby, E. E. (Coord.) *The development of sex differences*. California: Stanford University Press.

- KORNSTEIN, S. G., Schatzberg, A. F., Thase, M. E., et al. (2000). Gender differences in chronic major and double depression. *Journal of Affective Disorders*, 60(1), 1-11.
- KOVÁCS, I. (Org.) (2005) *Flexibilidade de emprego – riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- KOVÁCS, I. and Casaca, S. F. (2008) Labour segmentation and employment diversity in the ICT service sector in Portugal. European Societies. *The Official Journal of the ESA Routledge* Vol. 10(3), 429-451.
- KOVÁCS, I. E Lopes, M. (2012). A juventude e o emprego entre a flexibilidade e a precariedade. In Casaca, S. F. (Coord.) *Mudanças Laborais e Relações de Género: Novos Vectores de (Des)Igualdade*. Coimbra: Almedina.
- LEAHEY, E. (2007) Not by Productivity Alone: How Visibility and Specialization Contribute to Academic Earnings. *American Sociological Review* Vol. 72(4) 533-561.
- LEWIS, J. (1998). *Gender, social care and welfare state restructuring in Europe*. Aldershot: Ashgate.
- LEWIS, J. (2009) *Work-Family Balance, Gender and Policy*. Edward Elgar Publishing.
- LISBOA, M., Barroso, Z., Patrício, J. E Leandro, A. (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra as Mulheres e Homens*. Lisboa: CIG.
- LÓPEZ Blasco, A. (2003) Yo-yo transitions and misleading trajectories: towards integrated transition policies for young adults in Europe. In: Lopez Blasco A, McNeish W and Walther A (Coords) *Young people and contradictions of inclusion: towards integrated transition policies in Europe*. (pp. 19-41) Bristol: The Polity Press.
- MACHIN, S. (2006) *Social Disadvantage and Education Experiences. OECD Social, Employment and Migration Working Papers* 32. Paris: OECD Publishing.
- MARTIN, K. (1998) Becoming a gendered body: practices of preschools. *American Sociology Review* Vol. 63, 494-511.
- MARUANI, M. (2003) *Travail et Emploi des Femmes*. Paris: Éditions La Découverte.
- MCDOWELL, L. (2009) New masculinities and femininities: gender divisions in the new economy. In Furlong A (Coord.) *Handbook of Youth and Young Adulthood: New perspectives and agendas*. (pp. 58-65). London: Routledge.
- MENDES, M. F. (Coord.), Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L. P. E Freitas, R. B. (2016) *Determinantes da fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MERTON, R. K. (1948) The Self-Fulfilling Prophecy. *The Antioch Review*, Vol. 8 (2) 193-210
- MEYER, M. H. (2014). *Grandmothers at work: juggling families and jobs*. New York: New York University Press.
- MILKIE, M. A., and Peltola, P. (1999) Playing All the Roles: Gender and the Work-Family Balancing Act. *Journal of Marriage and Family* Vol. 61(2) 476-90.
- MINCER, J. and Polacheck, S. (1974) Family Investment in Human Capital: Earnings of Women. *Journal of Political Economy* Vol. 82(2) 76-108.
- MIRANDA, P. (2010) Habitar um corpo sexualizado: Identidades de género construídas numa modernidade ambígua. *ex æquo* (22), 59-75.

- MONTEIRO, R. E Domingos, L. (2013). O sentido do direito à conciliação: vida profissional, familiar e pessoal numa autarquia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 73, 59-77.
- MOSS-RACUSIN, C. A., Dovidiob, J. F., Brescoll, V. L., Grahama, M. J. and Handelsmana, J. (2012) Science faculty's subtle gender biases favor male students. *PNAS*, 109 (41), 16474-16479.
- MOURA, E. C., Gomes R., Falcão, M. T. C., Schwarz, E., Neves, A. C. M. and Santos, W. (2015). Gender inequalities in external cause mortality in Brazil 2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(3), 779-788.
- MULDER, C. H. (2009) Leaving the parental home in young adulthood. In: Furlong A (Coord.). *Handbook of youth and young adulthood*. (pp. 203-210). London: Routledge.
- MULDER, C. H. and Clark, W. A. V. (2000) Leaving home and leaving the state: Evidence from the United States. *International Journal of Population Geography* Vol. 6(6), 423-437.
- NAEGELE, G., Barkholdt, C., de Vroom, B., Andersen, J.G. and Krämer, K. (2003) *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, a new organisation of time over working life*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Disponível em <http://www.eurofound.eu.int/publications/htmlfiles/ef0336.htm>.
- NGUN, T. C., Ghahramani, N., Sanchez, F. J., Bocklandt, S. and Vilain, E. (2011). The genetics of sex differences in brain and behavior. *Frontiers in Neuroendocrinology* Vol. 32(2), 227-246.
- NICO, M. (2012) Transições para a vida adulta em Portugal: Para lá da ilusão cultural. *Le Monde Diplomatique – Edição Portuguesa*, 10-11.
- NICO, M. (2014) Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais. *Sociologia* (28) 103-126.
- NILSEN, A., Guerreiro, M. and Brannen, J. (2002) Most choices involve money: Different pathways to adulthood. In Brannen, J., Lewis, S., Nilsen, A. and Smithson, J. (Eds.), *Young Europeans, work and family*. (pp. 162-82). London: Routledge, 2002.
- OAKLEY, A. (1972). *Sex, gender and society*. San Francisco: Harper and Row.
- OBSERVATÓRIO das Desigualdades (2012) Acesso ao ensino superior é ainda bastante desigual em Portugal. Disponível em <http://observatorio-das-Desigualdades.cies.iscte.pt>.
- OECD (2005) *Society at a glance*. OECD social indicators 2005.
- OECD (2010) *PISA 2009 Results: Executive Summary*. Paris: OECD Publishing.
- OECD (2012) *Education at a glance*. Paris: OECD Publishing.
- OECD (2014) *PISA 2012 Results in Focus: What 15-year-olds know and what they can do with what they know*. Paris: OECD Publishing.
- OIT (2016) *World Employment Social Outlook Trends for Youth*. Geneva: International Labour Office.
- OSWELL, D. (2013) *The Agency of Children: From Family to Global Human Rights*. UK: Cambridge University Press.
- PAIS, J. M. (1996) *Jovens de Hoje e de Aqui. Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.

- PAIS, J. M. (2009) A Juventude como Fase de Vida: dos Ritos de Passagem aos Ritos de Impasse. *Saúde e Sociedade* Vol. 18(3) 371-381.
- PEDROSO, T. (2013). Gender disparities in mortality: Challenges for health equity in Puerto Rico. *Acta Colombiana de Psicología*, 16(2), 103-114.
- PEREIRA, M. M. (2012) *Fazendo género no recreio: a negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: ICS.
- PEREIRINHA, J. A. (Coord.), Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S. F., Fernandes, R. E Machado, C. (2008). *Género e pobreza: Impactos e determinantes da pobreza no feminino*. Lisboa: CIG.
- PERISTA E., Cardoso, A., Brázia, A. et al. (2016). *Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos para a Inovação Social.
- PICCINELLI, M. and Wilkinson, G. (2000). Gender differences in depression: Critical review. *The British Journal of Psychiatry*, 177(6), 486-492. doi:10.1192/bjp.177.6.486.
- PRINCE-GIBSON, E. and Schwartz, S. (1998) Value Priorities and Gender. *Social Psychology Quarterly* Vol. 61(1) 49-67.
- QUIVY, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAMOS, V., Atalaia, S. E Cunha, V. (2016). Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014 *Research Brief*. Lisboa: ICS.
- RIBEIRO, R. B. (2013) Crianças, consumo e poupança: um estudo em duas escolas primárias. Disponível em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/component/content/article/59-temadomes/206-setembro-2013>.
- RIBEIRO, R. B. E Dias, V. V. (2012) Videojogo, disse ela: uma análise ao consumo de videojogos no feminino. In: Ferreira C e Tavares R (Coords.) *Jogar, Jogo e Sociedade, Videogames*. (pp. 179-189). Lisboa: Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.
- RICHARDSON, D. and Robison, V. (2008). *Introducing gender and women's studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- RUBERY, J. (2014) From women and recession to women and austerity. In Karamessini, M. and Rubery, J. (Coord.) *Women and Austerity: the economic crisis and the future for gender equality*. (pp. 17-36). London: Routledge.
- RUBERY, J. (1988) *Women and Recession*. London: Routledge.
- RUBERY, J. (2011) Towards a gendering of the labour market regulation debate. *Cambridge Journal of Economics* Vol. 35(6) 1103-1126.
- RUSTØEN, T., Wahl, A. K., Hanestad, B. R., Lerdal, A., Paul, S., and Miaskowski, C. (2004). Gender differences in chronic pain—findings from a population-based study of Norwegian adults. *Pain Management Nursing*, 5(3), 105-117.
- RUYTER A and Warnecke T (2008) Gender, Non-standard Work and Development Regimes: A comparison of the USA and Indonesia. *Journal of Industrial Relations* Vol. 50(5) 718-35.

- SAPOLSKY, R. (2014) The trouble with testosterone. In: Spade JZ, Valentine CG. *The Kaleidoscope of Gender. Prisms, Patterns, and Possibilities*. London: Sage, 4ª edição, 41-46.
- SARACENO, C. (2000). Gender policies: Family obligations and social policies in Europe. In Boje, T. and Leira, A. (Eds.), *Gender, Welfare State and the Market: Towards a New Division of Labour*. (pp. 122-145). London and New York: Routledge.
- SARACENO, C. and Olagnero, M. (2004) Household structure and family relations. In European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (Eds.), *Quality of life in Europe. First European quality of life survey 2003*. (pp. 33-44). Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- SARAH, E. P., Munce, M. Sc., Donna E. and Stewart, M. D. (2007). Gender Differences in Depression and Chronic Pain Conditions in a National Epidemiologic Survey. *Psychosomatics*, 48(5), 394-399. doi:10.1176/appi.psy.48.5.394.
- SARMENTO, M., Fernandes, N. E Tomás, C. (2007) Políticas Públicas e Participação Infantil. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*. Cidadanias, género e infância. Abordagens pluridisciplinares Vol. 25 183-206.
- SAX, L. (2002) How common is intersex? A response to Anne Fausto-Sterling. *Journal of Sex Research* Vol. 39 (3) 174-175. Disponível em <http://www.isna.org/faq/frequency>.
- SCAMBOR, E., Bergmann, N., Wojnicka, K., Belghiti-Mahut, S. et al. (2014) *Men and Gender Equality: European Insights. Men and Masculinities*, 5(17), 552-577.
- SCHWARTZ, S. H. (1992) Universals in the content and structure of values: Theory and empirical tests in 20 countries. In Zanna M (Coord.) *Advances in experimental socialpsychology*. (pp. 1-65). New York: Academic Press.
- SEABRA, T. (2008) Desempenho Escolar, Desigualdades Sociais e Etnicidade. Os Descendentes de Imigrantes Indianos e Cabo-Verdianos no Ensino Básico em Portugal. Tese de doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- SEBASTIÃO, J. (2009) *Democratização do ensino, desigualdades sociais e trajetórias escolares*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIERMINSKA, E. and Takhtamanova, Y. (2011) Job Flows, Demographics, and the Great Recession. In Immervoll, H., Peichl, A. and Tatsiramos, K. (Coord.) *Who Loses in the Downturn? Economic Crisis, Employment and Income Distribution*. (pp. 115-154). UK: Emerald Group Publishing Limited.
- SIKORA, J. and Pokropek, A. (2011) Gendered career expectations of students: Perspectives from PISA 2006. *OECD Education Working Papers* 57. Paris: OECD Publishing.
- SPADE, J. Z. and Valentine, C. G. (2014) *The Kaleidoscope of Gender. Prisms, Patterns, and Possibilities* 4th edition. London: Sage.
- STANDING, G. (2011) *O Precariado: A Nova Classe Perigosa*. Lisboa: Presença.
- SULLIVAN, O. (2004). Changing gender practices within the household: A theoretical perspective. *Gender and Society* 18(2), 207-22.
- SWARTZ, T. and O'Brien, K. (2009) Intergenerational Support During the Transition to Adulthood. In Furlong, A. (Coord.) *Handbook of Youth and Young Adulthood: New Perspectives and Agendas*. (pp. 217-225). London: Routledge.

- TAYLOR, P. (2006). *Employment Initiatives for an Ageing Workforce in the EU-15*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities.
- TAYLOR-GOODY, P. (ed.) (2004). *New risks, new welfare: The transformation of the European Welfare State*. Oxford: Oxford University Press.
- THORNE, B. (2007) Girls and Boys Together...But Mostly Apart: Gender Arrangements in Elementary Schools. In: Taylor, V., Whittier, N. and Rupp, L. (Org) *Feminist Frontiers*. 7^o ed. (pp. 141-151). New York: McGraw-Hill.
- TOBIO, C. (2001). Working and mothering: Women's strategies in Spain. *European Societies*, 3(3) 339-371.
- TOBIO, C. (2005). *Madres que trabajan: Dilemas y estrategias*. Madrid: Cátedra.
- TORRES, A. (2001). *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.
- TORRES, A. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- TORRES, A. (2006) Work and family in Portugal. In G., Rossi (ed.) *Reconciling family and work: New challenges for social policies in Europe*. (pp. 9-36). Milano: Franco Angeli.
- TORRES, A. (2008). Women, gender, and work: The Portuguese case in the context of the European Union. *International Journal of Sociology* Vol. 38 (4), 36-56.
- TORRES, A. and Brites, R. (2006a). European attitudes and values: The perspective of gender in a transverse analysis. *Portuguese Journal of Social Science* 5 (3): 179-214.
- TORRES, A. E Brites, R. (2006b) Atitudes e valores dos europeus: a perspectiva do género numa análise transversal. In: Vala J, Torres A (Coord.) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. (pp. 325-378). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- TORRES, A. E Lito, A. (Coord.) (2008) *Consumos de drogas: Dor, prazer e dependências*. Lisboa: Fim de Século.
- TORRES, A., Castro, J. L., Silva, F. V. E Inglez, S. A. (1999) Políticas Sociais e a questão do acolhimento das crianças em Portugal. *Revista Cadernos de Política Social Redes e Políticas de Solidariedade* Vol. 1(1) 14 - 35.
- TORRES, A., Coelho, B. and Cabrita, M. (2013). *Bridge over troubled waters*. *European Societies*, 15(4), 535-556.
- TORRES, A., Coelho, B., Cardoso, I. and Brites, R. (2012). A Mysterious European Threesome: Workcare Regimes, Policies and Gender. *International and Multidisciplinary Journal of Social Sciences*, 1(1), 31-61.
- TORRES, A., Costa, D., Sant'Ana, H., Sousa, Coelho B. E Sousa, I. (2016). *Assédio sexual e moral no local de trabalho em Portugal*. Lisboa: CITE.
- TORRES, A., Haas, B., Steiber, N. and Brites, R. (2007). *First European Quality of Life Survey: Time use and work-life options over the life course*. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities.
- TORRES, A., Mendes, R. and Lapa, T. (2006). Famílias na Europa. In Vala, J. E Torres A. (orgs) *Contextos e atitudes sociais na Europa*. (pp. 97-144). Lisboa: ICS.

- TORRES, A., Monteiro, T.L., da Silva, F.V. and Cabrita, M. (2001) *Men and women between family and work in Portugal*. WORC (European Network on policies and the division of unpaid and paid work). Tilburg University.
- TORRES, A., Sant'ana, H. E Maciel, D. (Coords.) (2015) *Estudos de Género Numa Perspetiva Interdisciplinar*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- TRIFILETTI, R. (1999). Southern European welfare regimes and the worsening position of women. *Journal of European Social Policy*, 9, 49-64.
- UNIÃO Europeia (2012) Diretiva 2012/29/UE do parlamento europeu e do conselho, de 25-10-2012 que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho. Disponível em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/LexUriServ_Directiva_PT.pdf.
- UUNK, W., Kalmijn, M. and Muffels, R. (2005) The impact of young children on women's labour supply. A reassessment of institutional effects in Europe. *Acta Sociologica* Vol. 48(1), 41-62.
- VALA, J. (Coord.) (2003) *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa* Edição Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- VARKEY, A. B. (2004). Chronic obstructive pulmonary disease in women. *Current Opinion in Pulmonary Medicine*, 10(2), 98-103.
- VÄRNIK et al. (2008). Suicide methods in Europe: a gender-specific analysis of countries participating in the "European Alliance Against Depression". *Journal of Epidemiology and Community Health*, 62(6), 545-51. Disponível em <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18477754>. Doi: 10.1136/jech.2007.065391.
- VENN, S., Davidson, K. and Arber, S. (2011). Gender and Ageing. In Settersten, Jr., Richard, A. and Angel, J. L. (Coords.), *Handbook of Sociology of Aging, Handbooks of Sociology and Social Research*. (pp. 71-82.) New York: Springer.
- VOSKO, L. F. (2006) Precarious employment: Towards an improved understanding of labour market insecurity. In Vosko L F (Coord.) *Precarious employment: Understanding labour market insecurity in Canada*. (pp. 18-54).Canada: McGill-Queen's University Press.
- WALL, K. (Coord.) (2005). *Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WALL, K. (Coord.) Cunha V., Atalaia, S., Rodrigues, L., Correia, R., Correia, S. V. E Rosa, R. (2016). *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: CITE.
- WALL, K., Aboim, S. E Cunha, V. (2010). *A Vida Familiar no Masculino: negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: CITE.
- WAWRZYŃIAK, B. (2015). Entry into the postparental phase of the family life cycle. *Comparative Population Studies*, 1(40), 31-48.
- YOUNG, M. C. (2010). Gender Differences in Precarious Work Settings. *Relations industrielles/ Industrial Relations*, 65(1), 74-97.

ANEXOS

Quadro A1

Educação e condições de vida de jovens dos 15 aos 29 anos

	Jovens matriculados em educação ¹		Abandono escolar precoce ²		Jovens a viver em casa dos pais ³		Jovens em risco de pobreza ⁴	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE 27	*	*	12,4	9,4	57,6	30,6	29,2	29,3
Países nórdicos								
Noruega	46,7	50,1	12,9	8,4	6,7	4,7	27,8	31,5
Suécia	45,7	53,0	8,2	6,7	9,4	3,8	26,0	26,8
Finlândia	53,7	57,9	9,9	7,5	7,5	2,9	28,0	23,6
Dinamarca	55,7	60,1	8,9	6,2	4,2	0,8	34,0	33,7
Islândia	49,7	56,3	22,5	14,0	23,8	12,5	13,9	16,5
Países liberais								
Reino Unido	38,8	41,7	12,7	9,6	25,0	14,7	28,9	29
Irlanda	52,4	52,1	8,0	4,8	45,8	28,4	35,7	34,4
Países continentais								
Bélgica	45,7	51,5	10,7	7,6	35,7	19,3	24,1	25,1
França	41,6	43,8	9,9	7,9	21,5	12,3	22,8	21,9
Alemanha	48,9	49,0	10,9	9,6	37,0	16,4	23,8	26,0
Holanda	53,3	53,9	10,2	6,3	25,3	8,7	23,6	26,4
Áustria	39,2	43,1	7,9	6,2	42,6	19,8	20,9	21,1
Países do sul								
Grécia	26,8	26,9	7,5	5,5	76,1	59,3	46,7	46,1
Espanha	48,0	49,9	23,2	15,4	59,9	47,9	39,2	38,0
Itália	39,5	43,3	16,6	11,5	73,5	57,8	36,8	37,0
Portugal	45,2	45,6	16,5	10,6	66,8	53,3	31,4	30,0
Malta	29	34,6	23,4	15,9	71,7	46,6	22,3	18,7
Chipre	29,9	33,1	10,3	3,5	61,7	38,9	35,0	34,4
Países de leste								
Bulgária	38,5	41,5	13,5	13,3	70,9	44,4	42,1	40,5
República Checa	41,0	46,1	6,6	6,8	57,6	36,6	13,7	16,9
Estónia	40,8	47,4	11,6	7,9	32,8	25,3	20,4	21,1
Letónia	41,6	49,3	14,3	6,9	49,9	30,0	27,2	28,6
Lituânia	48,9	54,1	6,4	3,6	47,6	29,4	27,7	26,3
Hungria	41,3	43,7	12,9	12,1	77	54,5	32,9	30,7
Polónia	44,3	52,6	6,7	3,7	64,9	46,7	26,4	27,0
Roménia	33,1	38,1	18,7	18,4	75,0	44,1	43,5	42,0
Eslovénia	46,3	55,4	6,7	2,6	69,4	50,4	18,5	21,2
Eslováquia	35,9	41,4	7,0	6,6	82,2	62,7	17,7	18,4

1. Fonte: Eurostat (2015) – proporção de pessoas (15-29 anos) matriculadas no sistema educativo.

2. Fonte: Eurostat (2016) – proporção de pessoas (18-24 anos) que deixaram de estudar sem terminar o secundário.

3. Fonte: Eurostat (2013) – proporção de jovens (25-29 anos) a viver em casa dos pais no total de pessoas do mesmo grupo etário.

4. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas (15-29 anos) em risco de pobreza.

Quadro A2

Mercado de trabalho de jovens dos 15 aos 29 anos

	Taxa de emprego ¹		Taxa de desemprego ²		Salário médio/hora ³		Contratação não permanente ⁴	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE 27	49,7	44,2	14,8	14,4	11,4	11,1	31,4	33,1
Países nórdicos								
Noruega	57,8	59,6	10,6	7,4	16,2	15,2	20,2	24,8
Suécia	57,4	57,6	14,5	12,6	13,6	12,6	34,8	43,2
Finlândia	51,5	52	16,4	14,8	13,0	12,0	29,7	40,1
Dinamarca	63,6	63,1	11,0	10,9	15,0	13,8	29,7	31,4
Islândia	72,6	67,9	*	*	10,4	9,9	25,0	24,6
Países liberais								
Reino Unido	61,5	57,8	10,1	8,4	11,3	10,7	10,3	11,2
Irlanda	45,3	44,3	16,0	11,1	15,0	14,9	17,4	21,0
Países continentais								
Bélgica	42,3	39,6	15,3	13,2	13,8	13,8	22,2	26,7
França	43,8	39,5	18,9	18,0	12,0	11,6	38,6	39,9
Alemanha	58,5	55,1	6,9	5,3	12,1	11,2	38,2	36,8
Holanda	67,4	68,4	8,9	8,3	10,4	10,7	43,1	47,1
Áustria	61,8	59,8	10,5	7,8	11,3	10,0	23,3	22,8
Países do sul								
Grécia	32,9	23,3	33,9	43,9	*	*	20,1	24,6
Espanha	35,5	33,1	32,9	33,8	9,9	9,5	56,3	56,6
Itália	33,8	25,3	26,9	30,6	10,5	9,7	39,4	44,4
Portugal	40,9	39,2	20,5	21,2	6,1	5,8	51,6	54,6
Malta	62,7	58,2	7,6	7,1	10,3	10,4	11,2	14,1
Chipre	40,1	42,3	20,6	22,9	7,9	7,7	24,5	31,8
Países de leste								
Bulgária	42,3	32,7	13,3	10,8	4,8	4,3	8,6	7,3
República Checa	54,6	39,2	6,3	8,9	7,2	6,5	18,4	26,3
Estónia	57,8	48,3	11,1	8,6	7,9	6,2	6,1	9,7
Letónia	51,3	47,8	14,8	11,6	6,4	5,4	5,7	5,6
Lituânia	47,9	39,5	11,5	*	5,7	5,1	4,3	4,3
Hungria	48,7	38,4	8,9	9,2	7,1	6,5	15,6	15,1
Polónia	49,2	38,2	11,7	11,9	7,8	7,2	50,8	56,6
Roménia	48,1	35	13,5	12,6	4,4	4,4	3,9	2,1
Eslovénia	49,1	41,3	13,5	16,2	8,3	8,0	43,8	60,5
Eslováquia	52,3	35,6	13,9	17,9	6,9	6,3	14,3	19,9

1. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (15-29 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.

2. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas desempregadas (15-29 anos) sobre o total da população ativa do mesmo grupo etário.

3. Fonte: Eurostat (2014) – salário médio/hora da população empregada (menos de 30 anos) em empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (Paridade do poder de compra).

4. Fonte: OCDE (2015) – percentagem de pessoas empregadas (15-24 anos) com contrato temporário no total de pessoas empregadas do mesmo grupo etário.

Quadro A3

Mercado de trabalho e educação de pessoas dos 30 aos 49 anos

	Taxa de emprego ¹		Taxa de desemprego ²		Horas de trabalho ³		Salário médio/hora ⁴		ISCED 5 a 8 ⁵	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
UE 27	85,8	73,4	7,8	8,8	42	36	17,2	14,2	46,6	43,4
Países nórdicos										
Noruega	86,6	82,5	3,9	3,7	40	35	23,7	20,5	42,3	30,9
Suécia	84,3	78,5	7,2	6,8	42	38	18,4	15,0	44,0	32,6
Finlândia	89,8	85,2	5,2	5,5	41	37	18,4	15,8	48,2	34,2
Dinamarca	88,0	80,0	5,0	5,4	41	37	23,4	19,4	45,4	38,8
Islândia	93,4	84,5	*	*	*	*	16,4	13,3	40,5	25,6
Países liberais										
Reino Unido	89,7	76,8	3,3	4,1	42	32	19,2	15,2	37,1	34,2
Irlanda	82,5	68,6	9,4	6,6	43	32	21,9	19,4	38,2	32,1
Países continentais										
Bélgica	84,4	76,2	7,5	6,9	41	34	18,9	17,9	41,9	34,5
França	85,1	76,7	8,9	8,6	39	35	17,4	15,0	43,8	38,0
Alemanha	90,0	79,8	4,5	3,9	40	30	20,8	16,3	54,8	57,7
Holanda	89,0	77,4	4,5	6,2	41	28	19,4	16,7	40,4	41,6
Áustria	88,4	81,2	5,1	5,2	43	31	17,6	13,8	54,9	50,0
Países mediterrâneos										
Grécia	76,9	58,0	19,3	27,7	46	39	11,1	10,3	45,9	47,8
Espanha	77,7	65,5	17,5	21,9	40	35	13,6	11,8	24,0	22,0
Itália	81,6	60,1	9,5	11,5	40	32	14,3	13,3	45,1	45,6
Portugal	84,4	78,5	10,0	11,1	40	39	9,9	8,6	26,9	27,4
Malta	92,5	62,7	4,4	*	44	34	14,2	12,2	26,1	25,5
Chipre	83,5	75,1	11,4	11,1	42	36	14,0	12,3	39,7	35,5
Países de leste										
Bulgária	80,9	75,7	8,7	7,4	42	40	5,8	4,7	59,7	47,2
República Checa	93,4	77,3	3,2	5,7	44	38	10,3	7,6	73,1	71,3
Estónia	88,8	78,8	5,2	5,4	41	39	10,4	7,2	53,6	44,2
Letónia	83,3	78,4	9,8	8,2	42	38	7,7	6,3	59,0	45,5
Lituânia	82,0	82,8	9,5	*	41	38	7,3	6,1	52,9	41,2
Hungria	88,8	75,4	5,0	6,3	42	39	9,2	7,6	63,5	56,0
Polónia	87,7	75,7	5,3	6,7	44	39	11,6	10,3	63,6	53,4
Roménia	87,5	71,6	6,2	4,5	44	40	5,5	5,2	58,6	55,9
Eslovénia	88,9	82,9	6,4	8,7	43	40	11,5	10,4	64,9	47,2
Eslováquia	86,6	72,2	8,5	12,0	43	40	9,4	7,3	75,4	66,8

1. Fonte: Eurostat (2015) – dados referem-se à percentagem de pessoas empregadas (30-49 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.

2. Fonte: Eurostat (2015) – dados referem-se à percentagem de pessoas desempregadas (30-49 anos) sobre o total da população ativa do mesmo grupo etário.

3. Fonte: OCDE (2015) – dados referem-se às horas médias globais de trabalho de pessoas empregadas (30-49 anos) na sua atividade principal.

4. Fonte: Eurostat (2014) – dados referem-se ao salário médio/hora da população empregada (30-49 anos) em empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (Paridade do poder de compra).

5. Fonte: Eurostat (2016) – dados referem-se à proporção de pessoas (35-44 anos) com escolaridade concluída dentro dos ISCED's de 5 a 8.

Quadro A4

Mercado de trabalho e condições de vida de pessoas dos 30 aos 49 anos

	Trabalhadores/as em <i>part-time</i> ¹		Trabalhadores/as em risco de pobreza ²		Contratação não permanente ³		Cobertura de serviços de cuidados a crianças ⁴	
	H	M	H	M	H	M	Menos de 3 anos	De 3 a 6 anos
UE 27	6,7	30,5	10,3	8,6	9,2	9,8	30,5	83,4
Países nórdicos								
Noruega	9,6	30,7	4,9	5,6	4,4	8,3	52,2	91,1
Suécia	9,4	32,3	8,3	5,7	10,9	13,8	64,0	96,2
Finlândia	5,9	13,9	3,7	3,0	10,0	15,7	32,5	82,8
Dinamarca	8,3	25,8	5,3	4,2	5,1	8,3	77,3	97,2
Islândia	6,6	29,0	6,8	6,6	7,5	11,6	43,8	97,6
Países liberais								
Reino Unido	6,9	38,5	9,0	7,0	4,1	5,1	30,4	72,8
Irlanda	9,4	30,5	5,2	3,7	6,5	6,5	30,6	92
Países continentais								
Bélgica	7,0	39,7	4,1	4,5	6,7	8,0	50,1	98,8
França	5,9	28,7	7,9	6,6	12,1	14,5	41,7	93,6
Alemanha	7,6	47,6	9,0	10,1	9,1	10,1	25,9	89,6
Holanda	17,0	73,4	6,0	4,0	14,0	15,8	46,4	90,7
Áustria	8,3	48,9	8,6	7,1	4,9	5,5	22,3	85,3
Países mediterrâneos								
Grécia	6,4	12,3	14,5	10,0	10,6	11,6	11,4	67,1
Espanha	7,1	24,4	14,6	12,5	24,8	24,9	39,7	92
Itália	7,5	33,6	13,5	9,7	12,4	14,2	27,3	85,9
Portugal	5,1	9,9	11,3	10,1	20,2	20,0	47,2	89,9
Malta	3,8	27,0	7,6	3,6	*	*	17,9	88,4
Chipre	8,8	13,6	9,1	8,5	*	*	20,8	81,4
Países de leste								
Bulgária	1,7	2,0	7,9	7,7	*	*	8,9	71,5
República Checa	1,4	8,2	3,9	4,7	7,0	10,7	2,9	77,5
Estónia	4,9	11,7	10,7	9,9	3,4	2,4	21,4	92,9
Letónia	3,5	9,0	9,5	10,3	3,6	2,1	22,9	82,3
Lituânia	4,4	8,4	12,3	8,6	1,9	1,4	9,7	73,8
Hungria	3,2	6,4	9,5	8,4	10,4	10,1	15,4	89,1
Polónia	2,9	8,3	12,2	10,2	25,3	26,0	5,3	43
Roménia	6,9	6,9	20,7	14,0	*	*	9,4	58,2
Eslovénia	4,3	10,1	7,6	5,1	13,9	14,8	37,4	90,9
Eslováquia	3,5	7,0	6,7	5,9	8,7	10,3	1,1	67,6

1. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de trabalhadores/as (25-54) a tempo parcial no total de trabalhadores/as do mesmo grupo etário.

2. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (25-54 anos) em risco de pobreza.

3. Fonte: OCDE (2015) – percentagem de pessoas empregadas (25-54 anos) com contrato temporário no total de pessoas empregadas do mesmo grupo etário.

4. Fonte: Eurostat (2015) – taxa de cobertura de serviços de cuidados a crianças.

Quadro A5

Articulação trabalho-família

Horas semanais passadas nos serviços de apoio a crianças, por país e idade das crianças
(% crianças por grupo etário), 2005 e 2015

	2005				2015			
	De 1 a 29 horas/semana		30 e mais horas/semana		De 1 a 29 horas/semana		30 e mais horas/semana	
	Menos de 3 anos	Dos 3 aos 6 anos	Menos de 3 anos	Dos 3 aos 6 anos	Menos de 3 anos	Dos 3 aos 6 anos	Menos de 3 anos	Dos 3 aos 6 anos
UE 27	*	*	*	*	14,8	34,0	15,7	49,4
Bélgica	23	50	19	48	23,3	21,7	26,8	77,1
Bulgária	*	*	*	*	0,5	3,3	8,4	68,2
Rep. Checa	2	30	0	40	1,2	22,6	1,7	54,9
Dinamarca	13	15	60	79	7,7	9,2	69,6	88,0
Alemanha	8	61	8	26	9,8	34,6	16,1	55,0
Estónia	3	9	9	69	3,6	6,8	17,8	86,1
Irlanda	14	64	6	14	21,7	73,4	8,9	18,6
Grécia	3	27	4	34	4,9	41,1	6,5	26,0
Espanha	24	53	13	41	19,1	46,6	20,6	45,4
França	16	56	16	39	16,0	36,9	25,7	56,7
Itália	9	21	16	70	10,4	23,3	16,9	62,6
Chipre	7	40	12	38	9,4	49,4	11,4	32,0
Letónia	2	7	15	59	0,9	3,1	22,0	79,2
Lituânia	2	11	9	46	2,0	5,0	7,7	68,8
Hungria	2	30	5	49	4,6	9,6	10,8	79,5
Malta	4	32	1	26	10,7	34,6	7,2	53,8
Holanda	36	82	4	7	41,1	77,5	5,3	13,2
Áustria	4	53	0	16	13,7	57,7	8,6	27,6
Polónia	0	8	2	22	1,1	7,5	4,2	35,5
Portugal	4	12	26	18	4,3	6,4	42,9	83,5
Roménia	*	*	*	*	4,2	50,9	5,2	7,3
Eslovénia	2	10	22	67	2,5	8,8	34,9	82,1
Eslováquia	0	10	3	57	0,2	14,0	0,9	53,6
Finlândia	8	25	19	51	7,9	23,2	24,6	59,6
Suécia	22	35	31	52	21,4	25,9	42,6	70,3
Reino Unido	24	64	5	24	26,1	48,8	4,3	24,0
Islândia	8	21	33	74	2,1	2,2	41,7	95,4
Noruega	11	28	22	52	6,5	8,6	45,7	82,5

Quadro A6

Mercado de trabalho de pessoas dos 50 aos 65 anos

	Taxa de emprego ¹		Taxa de desemprego ²		Horas de trabalho ³		Salário médio/hora ⁴		Trabalhadores/as em part-time ⁵		Trabalhadores/as em risco de pobreza ⁶	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
UE27	68,3	55,8	7,4	6,6	40,8	35,0	19,2	14,7	10,7	36,1	23,7	26,1
Países nórdicos												
Noruega	79,1	72,8	2,2	1,8	39,0	33,1	26,0	20,9	13,4	42,3	9,0	11,1
Suécia	65,5	69,0	8,5	6,9	40,0	36,4	19,3	16,1	13,9	36,2	17,6	14,8
Finlândia	80,7	76,0	5,7	4,5	40,0	37,6	19,4	15,1	12,6	17,7	11,3	10,3
Dinamarca	75,8	66,5	4,3	5,3	39,0	35,4	24,6	20,0	10,2	31,3	13,4	14,3
Islândia	89,8	83,0	2,9	3,1	*	*	17,7	13,3	4,7	34,3	10,9	11,7
Países liberais												
Reino Unido	75,1	64,3	3,8	3,0	40,0	32,4	20,0	14,1	16,0	48,7	20,5	23,7
Irlanda	70,3	53,1	8,9	5,8	42,0	29,7	24,2	18,8	13,4	43,0	26,4	29,7
Países continentais												
Bélgica	60,6	50,5	6,5	5,0	41,0	31,2	21,9	19,6	18,4	52,2	21,7	26,3
França	62,3	57,0	7,7	6,6	39,0	33,6	19,7	15,9	10,8	34,1	18,3	21,9
Alemanha	77,7	68,3	4,7	3,9	40,0	29,8	22,6	16,2	10,7	52,0	22,6	25,0
Holanda	76,3	59,7	7,2	7,2	38,0	26,9	21,6	16,4	25,4	81,3	18,1	21,1
Áustria	66,4	54,1	5,3	3,3	43,0	30,2	20,0	14,4	12,8	50,5	15,7	20,1
Países mediterrâneos												
Grécia	55,2	33,4	17,8	19,4	41,0	39,8	*	*	5,0	13,1	38,1	42,6
Espanha	61,4	47,2	18,3	19,3	40,0	33,7	15,8	12,7	5,1	21,9	29,7	29,9
Itália	67,9	45,3	6,9	5,6	40,0	32,0	18,2	17,0	6,8	23,8	25,6	29,7
Portugal	64,4	53,2	12,5	10,5	41,0	35,1	12,2	9,9	12,9	20,6	29,3	32,8
Malta	68,8	29,3	4,6	3,8	42,0	35,1	12,9	11,5	7,0	34,5	19,9	25,6
Chipre	65,6	48,8	15,3	12,9	42,0	36,3	17,4	12,7	13,7	21,4	27,9	32,9
Países de leste												
Bulgária	63,2	58,1	9,1	7,7	39,0	39,3	5,0	4,4	2,2	3,6	37,1	38,1
República Checa	73,9	59,1	3,8	4,9	42,0	37,9	9,3	7,2	4,4	12,0	12,8	16,2
Estónia	69,9	72,0	6,5	5,7	41,0	38,4	8,5	6,2	6,5	12,2	27,3	21,9
Letónia	64,9	64,8	11,9	7,9	40,0	36,9	6,4	5,4	6,7	11,4	30,5	31,6
Lituânia	68,7	66,5	10,1	7,7	39,0	35,3	6,5	5,7	8,2	13,5	28,6	29,3
Hungria	62,5	49,9	6,0	5,5	41,0	39,2	8,4	7,4	6,7	14,7	30,6	31,5
Polónia	61,1	45,9	6,0	5,5	43,0	34,9	10,3	9,9	7,1	14,7	27,3	26,2
Roménia	60,2	40,6	5,0	3,3	43,0	38,9	5,5	5,3	12,3	19,2	33,7	35,6
Eslovénia	56,1	46,3	7,3	8,1	43,0	39,6	11,8	11,0	11,0	16,8	22,3	26,5
Eslováquia	62,7	52,2	8,7	11,1	41,0	39,5	8,5	6,8	5,0	10,0	18,2	17,1

1. Fonte: Eurostat (2015) – dados referem-se à percentagem de pessoas empregadas (50-64 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.

2. Fonte: Eurostat (2015) – dados referem-se à percentagem de pessoas desempregadas (50-64 anos) sobre o total da população ativa do mesmo grupo etário.

3. Fonte: OCDE (2015) – dados referem-se às horas médias globais de trabalho de pessoas empregadas (50-64 anos) na sua atividade principal.

4. Fonte: Eurostat (2014) – dados referem-se ao salário médio/hora da população empregada (50-59 anos) em empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (Paridade do poder de compra).

5. Fonte: Eurostat (2015) – dados referem-se à percentagem de trabalhadores/as (55-64) a tempo parcial no total de trabalhadores/as do mesmo grupo etário.

6. Fonte: Eurostat (2015) – dados referem-se à percentagem de pessoas empregadas (55-64 anos) em risco de pobreza.

Quadro A7

Educação e mercado de trabalho de pessoas dos 15 aos 64 anos

	ISCED 5 a 8 ¹		Taxa de emprego ²		Taxa de desemprego ³		Horas de trabalho ⁴	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE27	25,5	29,2	72,0	61,5	8,3	8,7	41	35
Países nórdicos								
Noruega	32,6	41,3	75,7	72,8	5,4	4,0	39	33
Suécia	29,4	41,5	77,5	74,8	7,3	6,5	40	37
Finlândia	30,0	41,9	70,5	67,6	9,0	8,6	40	36
Dinamarca	27,4	35,2	77,7	72,0	5,8	6,6	39	35
Islândia	27,0	40,1	89,4	83,6	2,9	3,1	*	*
Países liberais								
Reino Unido	36,7	40,0	78,3	68,8	5,0	4,7	40	32
Irlanda	33,8	41,5	70,2	59,5	9,1	6,5	42	31
Países continentais								
Bélgica	30,0	36,5	66,5	58,1	8,1	7,6	40	33
França	28,5	33,2	67,6	60,9	10,3	9,9	38	34
Alemanha	26,8	22,1	78,4	70,8	4,5	3,8	39	30
Holanda	30,6	31,4	79,6	70,1	5,6	6,5	38	27
Áustria	28,9	28,9	75,4	67,7	6,5	5,6	41	31
Países mediterrâneos								
Grécia	24,7	28,2	61,0	43,3	19,9	28,1	44	38
Espanha	30,0	35,4	64,8	54,3	18,1	21,4	40	34
Itália	13,4	17,9	66,5	48,1	10,9	12,8	39	32
Portugal	17,2	25,4	68,3	62,4	11,1	11,3	40	37
Malta	17,5	20,2	78,3	52,7	4,4	5,2	42	36
Chipre	32,3	42,5	68,6	59,3	12,7	13,4	41	36
Países de leste								
Bulgária	19,0	29,9	66,7	60,0	8,1	7,0	41	40
República Checa	19,4	21,8	79,3	64,4	3,4	4,7	43	38
Estónia	25,4	42,6	75,7	68,6	7,4	6,1	40	37
Letónia	21,0	37,5	70,0	67,6	10,9	8,4	40	38
Lituânia	26,7	41,0	70,0	68,8	9,1	6,7	40	37
Hungria	17,5	23,6	73,0	60,2	5,1	5,1	41	39
Polónia	20,3	30,1	71,0	58,1	6,1	6,2	43	37
Roménia	14,2	16,0	69,7	53,3	6,6	5,0	43	39
Eslovénia	21,4	33,2	68,9	62,6	7,5	8,6	43	39
Eslováquia	16,8	22,7	71,4	58,3	8,8	10,8	42	40

1. Fonte: Eurostat (2016) – proporção de pessoas (15-64 anos) com escolaridade concluída dentro dos ISCED's de 5 a 8.

2. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (15-64 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.

3. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas desempregadas (15-64 anos) sobre o total da população ativa do mesmo grupo etário.

4. Fonte: OCDE (2015) – horas médias globais de trabalho de pessoas empregadas (15-64 anos) na sua atividade principal.

Quadro A8

Trabalho e condições de vida de pessoas dos 15 aos 64 anos

	Trabalhadores/as em <i>part-time</i> ¹		Contratação não permanente ²		Trabalhadores/as em risco de pobreza ³	
	H	M	H	M	H	M
UE27	8,9	32,2	13,8	14,7	24,3	25,4
Países nórdicos						
Noruega	14,8	38,3	6,9	9,6	15,7	18,3
Suécia	13,2	36,3	14,0	17,4	19,5	18,8
Finlândia	9,7	18,7	11,7	17,0	19,2	16,8
Dinamarca	15,6	34,7	11,5	14,7	20,8	20,8
Islândia	11,9	35,6	10,4	10,4	12,5	13,7
Países liberais						
Reino Unido	11,2	40,9	5,2	6,7	22,3	23,8
Irlanda	12,2	33,8	7,4	8,2	26,7	27,9
Países continentais						
Bélgica	9,2	41,4	8,9	10,3	20,3	23,6
França	7,4	30,1	15,3	16,7	18,2	20,1
Alemanha	9,3	46,6	13,9	13,4	20,1	22,2
Holanda	26,5	76,9	20,0	22,7	18,1	20,3
Áustria	9,8	46,8	8,9	8,8	17,6	19,2
Países mediterrâneos						
Grécia	6,7	13,1	9,1	11,0	38,5	40,8
Espanha	7,8	25,1	26,1	27,0	31,8	31,4
Itália	8,0	32,4	14,0	15,2	29,8	31,4
Portugal	7,1	12,5	22,7	21,6	27,4	27,8
Malta	6,3	27,4	5,8	10,2	20,0	21,7
Chipre	10,3	15,9	10,7	18,7	30,1	30,6
Países de leste						
Bulgária	1,9	2,5	3,9	3,2	37,7	37,7
República Checa	2,2	9,3	8,3	11,7	12,3	15,2
Estónia	6,0	13,4	2,5	3,2	22,2	20,2
Letónia	4,5	10,0	4,1	2,5	27,0	28,3
Lituânia	5,5	9,7	1,6	1,2	27,3	26,6
Hungria	4,0	7,7	8,7	10,0	29,0	29,4
Polónia	4,2	9,9	26,4	27,1	24,8	24,1
Roménia	8,5	9,2	1,7	0,8	36,3	36,2
Eslovénia	7,0	13,7	15,5	17,9	18,6	20,7
Eslováquia	4,0	8,0	9,9	10,0	18,1	17,6

1. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de trabalhadores/as (15-64) a tempo parcial no total de trabalhadores/as do mesmo grupo etário.

2. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (16-64 anos) em risco de pobreza.

3. Fonte: Eurostat (2016) – percentagem de pessoas empregadas (15-64 anos) com contratos não permanentes no total de pessoas empregadas do mesmo grupo etário.

Anexo 9

Glossário

Classes sociais

Categoria social cujos membros, em virtude de serem portadores de tipos e volumes de recursos semelhantes, seja de propriedade económica, de qualificações escolares e profissionais, de poder ou de prestígio social, tendem a ter condições de existência também semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas representações sociais e práticas, ou seja, naquilo que pensam e no que fazem. A pertença a uma determinada classe social tende a condicionar as possibilidades de mobilidade social de cada indivíduo ou família (Almeida, 1995).

Utilizamos este conceito com base na tipologia de classes de Almeida, Costa e Machado. Esta tipologia operacionaliza um indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base na profissão de cada indivíduo e na respetiva situação na profissão. A profissão do indivíduo é definida segundo a *International Standard Classification of Occupations* (ISCO). A tipologia identifica cinco categorias socioprofissionais, nomeadamente as/os dirigentes, empresárias/aos e profissionais liberais (EDL), as/os profissionais técnicas/os e de enquadramento (PTE), as/os trabalhadoras/es independentes (TI), as/os operárias/os (O) e as/os empregadas/os executantes (EE) (Costa, Machado e Almeida, 2007).

(Des)igualdades de género

Podemos conceptualizar de forma genérica as desigualdades como “diferenças de acesso e de distribuição de recursos valorizados como os económicos, por exemplo, mas também de outro tipo de bens e recursos como educação, cultura, poder, reconhecimento e prestígio” (Almeida, 2013: 25). Neste sentido, a igualdade de género teria tradução numa simetria entre homens, mulheres e pessoas de diversidades várias em razão da sua identidade de género ou orientação sexual, no acesso a recursos, poderes e direitos.

Quando falamos de desigualdade de género referimo-nos, pois, às desvantagens materiais e simbólicas que as mulheres experienciam relativamente aos

homens (Connell, 1987). Estas são mais frequentes e mais expressivas embora desigualdades de género possam também, por vezes, criar desvantagens para os homens (por exemplo, remetendo-os para profissões tendencialmente mais perigosas, incitando-os a adotar comportamentos desviantes e violentos e/ou afastando-os da esfera afetiva do cuidar) e para outras identidades de género que diferem da visão binária tradicional do masculino e do feminino.

Em resultado da pressão dos movimentos feministas e de outros grupos ligados a diversas identidades de género, a igualdade de género tem sido promovida no plano legislativo com mudanças expressivas ao nível nacional e transnacional. No entanto, inércias e resistências ainda se fazem sentir ao nível dos aplicadores e aplicadoras da lei, das normas sociais e das culturas organizacionais, das instituições nos seus modos de funcionar tradicionais, que tendem ou podem tender a adotar a retórica da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança.

Idades da vida

Na delimitação empírica desta pesquisa utilizámos o conceito de *idades da vida* como conceito operativo, para equacionar a questão da igualdade de género e das discriminações de forma situada no tempo, identificando grandes grupos e momentos. A investigação tem demonstrado que género e idade moldam as interações, as perceções e as expectativas sociais; os papeis e as identidades, as relações de poder e as condições materiais de existência, as oportunidades de escolarização e profissionais ou as condições de trabalho ou da vida depois do trabalho (Arber, Davidson e Ginn, 2003; Torres *et al.*, 2007; Venn, Davidson e Arber, 2011) de homens e mulheres.

O género é vivido de forma diferente em diferentes momentos da vida porque em cada idade os recursos, o poder, as relações sociais e as realidades vividas por rapazes e raparigas, homens e mulheres são também distintos. Através deste conceito procuramos perceber como se vive o género em função da idade da vida, tendo ainda em conta contextos sociais mais vastos e contextos de interação. Neste projeto considerámos as seguintes idades da vida:

- 1) Infância e juventude (até aos 29 anos);
- 2) *Rush hour of life* (filhos e filhas pequenos/as e acentuado investimento profissional) (30-49 anos);
- 3) Fase tardia da vida ativa (50-65 anos).
- 4) Idade da reforma/velhice (por opção metodológica, delimitamos o nosso estudo até à idade ativa, não abordando a fase da vida após 65 anos).

Identidades de género

A identidade de género refere-se ao modo como, independentemente do seu sexo biológico ou da orientação sexual (homossexual, heterossexual ou bissexual), cada pessoa se percebe a si mesma e se apresenta aos outros, como masculino, feminino, uma combinação de ambos ou outra identidade não convencional (Butler 1990). É a forma como nos reconhecemos a nós mesmos/as e desejamos que as outras pessoas nos reconheçam, incluindo a maneira como agimos, a maneira como nos vestimos, andamos e falamos.

Masculinidades e feminilidades

As masculinidades e feminilidades são o conjunto de qualidades e atributos considerados como característicos, respetivamente, de homens e de mulheres numa dada sociedade, tendo em conta as normas e valores vigentes. Estes significados, associados ao ser-se homem e ao ser-se mulher, variam em função do tempo, da cultura e da posição ocupada na estrutura social construindo múltiplas masculinidades e múltiplas feminilidades, que são no entanto hierarquizadas numa ordem de género. Assim, por exemplo, um operário pode afirmar a sua masculinidade através da força física e da bravura, enquanto um homem de classe média estabelecerá provavelmente a sua masculinidade através do poder económico. Para um homem jovem a força física pode ser um importante traço de masculinidade, enquanto para um homem na idade adulta o sucesso económico e profissional serão indicadores mais relevantes de masculinidade (Almeida, 1995).

Para analisar estas relações de poder, Connell introduz o conceito de masculinidade hegemónica que identifica, não a norma estatística, mas o modelo socialmente mais valorizado de masculinidade. Impõe-se assim a todos os homens que se posicionem em relação a este padrão que fornece também uma base de legitimidade ideológica para a subordinação global do feminino. Por seu turno, o conceito de ‘feminilidade enfatizada’ exprime a subordinação feminina ao sistema que privilegia o poder masculino (Connell, 1987). Para as mulheres haverá também diversas formas de afirmação da feminilidade que podem diferir nas várias idades da vida e conforme a classe social, passando por uma maior ou menor centralidade da dimensão materna, pela afirmação da aparência física, ou pela afirmação profissional.

Mais recentemente a ideia de que homens e mulheres têm um papel ativo (agência) na construção das suas identidades e de que podem resistir a estes modelos dominantes tem também feito o seu caminho, (Kimmel, Hearn e Connell, 2004).

Sexo e Género

Numa primeira fase, desde os finais do século XIX até à primeira metade do século XX, a medicina, a biologia e a psicologia, não distinguiam praticamente sexo de género entendendo-os como equivalentes e como caracterizadores dos atributos do sexo feminino e do masculino. Considerava-se que eram as diferenças biológicas que determinavam comportamentos, características, traços de personalidade, maneiras de pensar diferentes de homens e de mulheres.

Nos finais dos anos de 1960 e inícios de 1970 podemos localizar uma segunda fase que inaugura uma visão que distingue sexo, associado nesta perspetiva à diferença biológica entre os sexos, e género centrado na dimensão cultural, ou seja, nos significados que se atribuem em diferentes sociedades e contextos sociais ao que é ser mulher ou homem. Simone de Beauvoir (1947/1953) é das primeiras a mostrar como as mulheres são ensinadas “a ser” em cada momento da sua vida: na infância, na adolescência, e quando são mães; ou ainda como são “construídas” e concebidas como o “outro” cuja referência e modelo é o homem. Contributo decisivo nesta fase é também o de Ann Oakley quando defende que o sexo é um dado biológico, uma constante, mas o género é uma construção social (Oakley, 1972: 53).

Numa terceira fase, nos finais dos anos de 1980 mas, sobretudo, de 1990, a distinção entre sexo e género conhece outros desenvolvimentos. Não só se reconhece que o sexo biológico é afinal menos estável e constante do que se supunha, podendo manifestar-se numa variação e combinações possíveis (ver por exemplo os trabalhos de Fausto-Sterling, 2000) como a sexualidade, tema também importante nas propostas anteriores, assume papel ainda mais central nas questões de sexo e género. Passa-se assim a considerar que o género não é uma propriedade dos indivíduos mas algo que nos “é feito” e atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida e nas diferentes interações sociais. Neste sentido, o género pode “subverter” o próprio ao sexo biológico, o que se torna muito visível no caso dos transexuais. Esta visão *performativa* do género sublinha a possibilidade de agência, isto é a capacidade de agir sobre uma realidade que pode ser sentida como constrangedora, e combate lógicas deterministas – o que se faz também se pode desfazer. É uma perspetiva que abre portas também para a *diversidade* das identidades de género, para a possibilidade do carácter fluido do género e da própria vivência da sexualidade, questionando o imperativo da heteronormatividade (Richardson & Robison, 2008: 9-17).

Anexo 10

Anexo metodológico

Análise de Correspondências Múltiplas

A Análise de Correspondências Múltiplas foi aplicada aos dados de um estudo com jovens de uma coorte (nascidos em 1990) descrito em “EPITeen24: Reproduzir ou contrariar o destino social? Estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século xx em Portugal” (Referência PTDC/IVC-SOC/4943/2012). No texto é apresentada a ACM com o objetivo de aprofundar a análise das classes sociais de jovens mulheres e homens e melhor compreender os movimentos de mobilidade ou reprodução social das/os jovens da coorte EPITeen. A ACM foi feita com recurso à opção *Optimal scaling* do SPSS usando as variáveis sexo, reprovação escolar (aos 24 anos de idade dos e das jovens da coorte), tempo passado a ler e/ou a estudar aos fins de semana (aos 17 anos), rendimento do agregado familiar (aos 21 anos), classe social da/o jovem (aos 24 anos), perfis de mobilidade educacional e perfis de mobilidade social (também aos 24 anos).

Para aferir o peso de cada um dos perfis identificados na amostra (análise que não é possível com a ACM) efetuou-se uma análise de *clusters*, acionando a opção *K-means cluster* do SPSS.

Clusters de países

Na definição elaboraram-se *clusters* para os jovens homens e *clusters* para as jovens mulheres, selecionando as seguintes variáveis: alunas/os matriculadas/os no ensino e níveis de ensino concluídos (ISCED), da secção da Educação; taxa de emprego, taxa de desemprego e salário médio/hora (com paridade de poder de compra), da secção Trabalho; e jovens a viver em casa dos pais, da secção Famílias e condições de vida. Numa primeira análise, os níveis de ensino acabaram por se revelar não significativos pelo que foram retirados da análise que se apresenta.

As restantes variáveis entraram numa análise hierárquica (com recurso à opção *Hierarchical clusters* do SPSS, método de *Ward*) com o objetivo de determinar a quantidade de *clusters* adequada. A decisão pelo número de *clusters* foi tomada através da análise do dendograma e dos coeficientes de aglomeração. Em ambos os casos, dos *clusters* de jovens homens e dos *clusters* de jovens mulheres, três *clusters* pareceram constituir a decisão acertada. Uma vez definido o número de *clusters*, acionou-se a opção *K-Means Clusters* do SPSS e um teste ANOVA para conhecer a significância das relações entre variáveis.

ÍNDICE DE FIGURAS

- 43 **Figura 2.1** Jovens dos 15 aos 29 anos matriculados/
as no sistema educativo, por país e sexo, 2015 (%)
- 44 **Figura 2.2** Níveis de ensino⁵ da população portuguesa e da
União Europeia a 27 (15 aos 29 anos), por sexo, 2016 (%)
- 47 **Figura 2.3** Mudança da escolaridade da população dos 15 aos
29 anos, em Portugal e na UE a 27, 2000-2016 (p.p.)
- 48 **Figura 2.4** Abandono escolar precoce na população
dos 18 aos 24 anos, por país e sexo, 2016 (%)
- 50 **Figura 2.5** Mulheres licenciadas na área das
“Ciências, Matemáticas e Computação”(%)
- 51 **Figura 2.6** Mulheres licenciadas na área das
“Engenharias, Manufatura e Construção” (%)
- 52 **Figura 2.7** Áreas de formação das mulheres com licenciatura
(ISCED 6), em Portugal e na UE a 27, 2012 (%)
- 54 **Figura 2.8** Mulheres nas áreas das ciências e engenharias,
em Portugal e na União Europeia a 27, no ISCED 6, 2012 (%)
- 57 **Figura 2.9** Perfis de mobilidade educacional⁹ (24 anos) (%)
- 61 **Figura 2.10** Análise de Correspondências Múltiplas
- 64 **Figura 2.11** População ativa, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 65 **Figura 2.12** Taxa de emprego, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 66 **Figura 2.13** Taxa de emprego por nível de ensino, dos 15 aos 29
anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)
- 68 **Figura 2.14** Taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 68 **Figura 2.15** Mudança na taxa de desemprego, dos 15 aos
29 anos, por sexo, em Portugal, 2000-2015 (%)
- 69 **Figura 2.16** Taxa de desemprego por nível de ensino, dos 15 aos 29
anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)
- 71 **Figura 2.17** Contratações não permanentes, dos 15
aos 29 anos, por país e sexo, 2016 (%)
- 73 **Figura 2.18** Evolução das contratações não permanentes, dos 15
aos 29 anos, por sexo, em Portugal, 2000 a 2016 (%)
- 74 **Figura 2.19** Salário Médio/Hora (menos de 30
anos), em PPC, por país e sexo, 2014
- 75 **Figura 2.20** Evolução da disparidade salarial em Portugal
(menos de 25 anos e dos 25 aos 34 anos), 2007 a 2015 (%)
- 76 **Figura 2.21** Remuneração mensal, por tipo de profissão, em PPC,
por sexo, menores de 30 anos, em Portugal e UE 27, 2014
- 80 **Figura 2.22** Tipos de famílias dos jovens entre os 15 e os 29
anos, por sexo, em Portugal e na UE 27, 2011 (%)
- 81 **Figura 2.23** Proporção de jovens dos 15 aos 29 anos a
viver em casa dos pais, por país e sexo, 2013 (%)
- 82 **Figura 2.24** Média de idade de saída de casa dos pais, por país e sexo, 2015 (%)

-
- 85 **Figura 2.25** Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (homens 15-29 anos), 2015
- 85 **Figura 2.26** Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (mulheres 15-29 anos), 2015
- 86 **Figura 2.27** Correlação taxa de desemprego/média de idade saída de casa dos pais (homens 15-29 anos)
- 87 **Figura 2.28** Correlação taxa de desemprego/média de idade saída de casa dos pais (mulheres 15-29 anos)
- 89 **Figura 2.29** Jovens nem a estudar nem a trabalhar, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 90 **Figura 2.30** Jovens entre 15-29 anos nem a estudar, nem a trabalhar, em Portugal, por sexo e nível de escolaridade, 2015 (%)
- 90 **Figura 2.31** Mudança de jovens (15 aos 29 anos) nem a trabalhar, nem a estudar em Portugal, por nível de escolaridade e sexo, 2004-2015 (%)
- 91 **Figura 2.32** Risco de Pobreza e exclusão social das pessoas dos 15 aos 24 anos, por país e sexo, (2000 e 2015)
- 92 **Figura 2.33** Evolução dos jovens, dos 15 aos 29 anos em situação de risco de pobreza, por sexo, em Portugal, 2004-2013 (%)
- 94 **Figura 2.34** Média de horas passadas a cuidar da casa (15 aos 29 anos), por país e sexo, 2012
- 94 **Figura 2.35** Média de horas passadas a cuidar da família (15 aos 29 anos), por país e sexo, 2012
- 96 **Figura 2.36** População prisional de jovens dos 15 aos 29 anos e população reclusa total, Portugal (2000-2016) (%)
- 97 **Figura 2.37** Violência contra as mulheres: experiências de violência vividas na infância (até aos 15 anos) perpetradas por pessoas adultas, em Portugal e na UE 28 (%)
- 99 **Figura 2.38** Causas de morte dos 0-14 anos e dos 15-29 anos, por sexo, (%), Portugal e UE 28 (2014)
- 100 **Figura 2.39** Causas externas de morte por sexo, (%) Portugal e UE a 28 (2014)
- 101 **Figura 2.40** Taxa bruta de suicídio dos 15 aos 29 anos, por sexo e país, (%00) (2010)
- 101 **Figura 2.41** Mudança na taxa de suicídio por sexo, Portugal (2002-2014)
- 104 **Figura 2.42** Autotranscendência entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014
- 105 **Figura 2.43** Autopromoção entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014
- 106 **Figura 2.44** Conservadorismo entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014
- 106 **Figura 2.45** Abertura à mudança entre 15 e 29 anos, por país e sexo, 2014
- 109 **Figura 2.46** Perfis de países (homens dos 15 aos 29 anos) (%)
- 110 **Figura 2.47** Perfis de países (mulheres dos 15 aos 29 anos) (%)
- 114 **Figura 2.48** Classes sociais dos jovens dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 124 **Figura 3.1** População ativa, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)

-
- 126** **Figura 3.2** Taxa de emprego, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 127** **Figura 3.3** Mudança da taxa de emprego, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2000-2015 (p.p)
- 129** **Figura 3.4** Taxa de emprego por nível de escolaridade, dos 30 aos 49 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)
- 129** **Figura 3.5** Taxa de desemprego, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 130** **Figura 3.6** Mudança na taxa de desemprego, dos 30 aos 49 anos, por sexo, em Portugal, 2002-2015 (%)
- 132** **Figura 3.7** Taxa de desemprego por nível de escolaridade, dos 30 aos 49 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)
- 134** **Figura 3.10** Mudança na proporção de contratações não permanentes, dos 25 aos 49 anos, por sexo, em Portugal, 2000 a 2016 (%)
- 135** **Figura 3.11** Proporção de trabalhadores/as em tempo parcial, dos 25 aos 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 137** **Figura 3.12** Razões para trabalho em tempo parcial na Europa, mulheres, 25-49 anos, 2015 (%)
- 139** **Figura 3.15** Média de horas de trabalho semanal, por país e sexo, dos 30 aos 49 anos, 2015 (%)
- 140** **Figura 3.16** Salário médio/hora, em PPC, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2014 (%)
- 140** **Figura 3.17** Evolução da disparidade salarial em Portugal, 25-34 anos, 35-44 anos e 45-54 anos, 2007 a 2015 (%)
- 142** **Figura 3.18** Disparidade salarial, por país e sexo, menos de 25 anos e dos 30 aos 49 anos, 2014 (%)
- 143** **Figura 3.19** Remuneração mensal por tipo de profissão, em PPC e sexo, para os indivíduos dos 30 aos 49 anos, em Portugal e UE 27, 2014
- 146** **Figura 3.20** Adultos/as por tipo de família e filhos/as, por sexo, UE 27 e Portugal, dos 25 aos 49 anos, 2015 (%)
- 147** **Figura 3.21** Tipos de agregados em que vivem as pessoas dos 30 aos 49 anos, Portugal, por sexo, 2001-2011 (%)
- 148** **Figura 3.22** Mulheres dos 25 aos 49 anos, com e sem filhos/as no agregado, por país, 2015 (%)
- 149** **Figura 3.23** Distribuição do número de filhos/as pela escolaridade das mulheres dos 25 aos 49 anos, Portugal e UE 19, 2005-2015 (%)
- 149** **Figura 3.24** Pessoas em risco de pobreza e exclusão social entre 25-49 anos, por país exemplo, por sexo e disparidade entre homens e mulheres (2005 e 2015)
- 150** **Figura 3.25** Evolução do risco de pobreza dos 25 aos 49 anos, em Portugal, por sexo, 2004-2015 (%)
- 151** **Figura 3.26** Pessoas que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo, 30 aos 49 anos, 2015 (%)

-
- 154** **Figura 3.27** Taxa de emprego de adultos/as dos 25 aos 49 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo, 2015 (%)
- 155** **Figura 3.28** Taxa de emprego de adultos/as, dos 25 aos 49 anos, com crianças menores de 6 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 156** **Figura 3.29** Mudança na taxa de emprego de adultos com crianças menores de 6 anos, dos 25 aos 49 anos, por país e por sexo (%), 2000-2015
- 157** **Figura 3.30** Distribuição dos/as trabalhadores/as que vivem em casal por tipo de agregado, dos 30 aos 49 anos, por país, 2015 (%)
- 158** **Figura 3.31** Distribuição dos/as trabalhadores/as que não vivem em casal, por tipo de agregado, dos 30 aos 49 anos, por país, 2015 (%)
- 159** **Figura 3.32** Taxa de emprego de mulheres com filhos/as dependentes, dos 25 aos 49 anos, por país e ISCED, 2015 (%)
- 159** **Figura 3.33** Correlação entre o índice sintético de fecundidade (15 aos 49 anos) e a taxa de emprego de mães de crianças com menos de 6 anos, entre os 30 e os 49 anos
- 161** **Figura 3.34** Taxa de cobertura dos serviços de apoio a crianças até aos 3 anos e dos 3 aos 6 anos em 2005 e 2015, por país (%)
- 161** **Figura 3.35** Mudança na cobertura de serviços de apoio a crianças entre 2000-2015, por país e idade das crianças (p.p.)
- 164** **Figura 3.36** Média de horas passadas por semana a cuidar da família, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2012
- 165** **Figura 3.37** Média de horas passadas por semana a cuidar da casa, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo, 2012
- 168** **Figura 3.38** Correlação entre rendimento das famílias e horas de trabalho a cuidar da casa de mulheres dos 30 aos 49 anos
- 170** **Figura 3.39** População prisional em Portugal de pessoas dos 30 aos 49 anos e da população global, por sexo (2000-2016) (%)
- 171** **Figuras 3.40 e 3.41** Perceção da prevalência da violência contra homens e mulheres na UE 28, por grupo etário e por sexo (%), 2016
- 173** **Figura 3.42** Causas de morte por sexo de pessoas dos 30 aos 49 anos, Portugal e UE a 28 (2014) (%)
- 174** **Figura 3.43** Causas externas de morte por sexo, Portugal e UE a 28 (2014)
- 174** **Figura 3.44** Taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (30-49 anos) (%), 2014
- 176** **Figura 3.45** Mudança na taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (p.p.), 2004-2014
- 177** **Figura 3.46** Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo (médias)
- 178** **Figura 3.47** Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo (média)

-
- 179** **Figura 3.48** Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, dos 30 aos 49 anos, por país e sexo (média)
- 181** **Figura 3.49** Perfis de países (homens dos 30 aos 49 anos) (%)
- 183** **Figura 3.50** Perfis de países (Mulheres dos 30 aos 49 anos) (%)
- 185** **Figura 3.51** Classes Sociais, por grupo etário dos 30 e os 49 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 197** **Figura 4.1** População ativa, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 199** **Figura 4.2** Taxa de emprego, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 202** **Figura 4.3** Mudança da taxa de emprego, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2000-2015 (%)
- 203** **Figura 4.4** Taxa de emprego por nível de escolaridade, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)
- 204** **Figura 4.5** Taxa de desemprego, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 205** **Figura 4.6** Evolução da taxa de desemprego, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal, 2002-2015 (%)
- 206** **Figura 4.7** Taxa de desemprego por nível de escolaridade, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal e na União Europeia a 27, 2015 (%)
- 208** **Figura 4.8** Trabalho não permanente, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2016 (%)
- 208** **Figura 4.9** Variação do trabalho não permanente, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo (p.p.), 2000 a 2016
- 209** **Figura 4.10** Evolução do trabalho precário, dos 50 aos 64 anos, por sexo, em Portugal, 2000 a 2016 (%)
- 210** **Figura 4.11** Trabalhadores/as a tempo parcial, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 212** **Figura 4.13** Razões para trabalho a tempo parcial, homens, dos 50 aos 64 anos, Portugal, 2015 (%)
- 213** **Figura 4.14** Média de horas de trabalho semanal, por país e sexo, dos 50 aos 65 anos, 2015 (%)
- 215** **Figura 4.15** Salário médio/hora, em PPC, dos 50 aos 59 anos, por país e sexo, 2014
- 216** **Figura 4.16** Salário médio/hora homens (dos 50 aos 59 anos) e percentagem de homens com ISCED 5-8 (dos 50 aos 64 anos)
- 217** **Figura 4.17** Disparidade salarial, por país e sexo, dos 50 aos 59 anos e mais de 60 anos, 2014 (%)
- 218** **Figura 4.18** Remuneração mensal por tipo de profissão, em PPC, por sexo, dos 50 aos 59 anos, em Portugal e UE 27, 2014
- 218** **Figura 4.19** Remuneração mensal por tipo de profissão, em PPC, por sexo, com mais de 60 anos, em Portugal e UE 27, 2014
- 223** **Figura 4.20** Mulheres e Homens dos 55 aos 64 anos, por tipo de família, com filhos/as no seu agregado, UE 27 e Portugal, 2015 (%)

-
- 224** **Figura 4.21** Tipos de agregados em que vivem as pessoas dos 50 aos 64 anos, Portugal, por sexo, 2001-2011 (%)
- 224** **Figura 4.22** Mulheres dos 55 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, por país, 2015 (%)
- 226** **Figura 4.23** Mulheres dos 55 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, pela escolaridade das mulheres, Portugal e UE 19, 2005-2015 (%)
- 227** **Figura 4.24** Pessoas em risco de pobreza e exclusão social entre os 50 e os 64 anos, por país exemplo, por sexo e disparidade entre homens e mulheres (2000 e 2015)
- 227** **Figura 4.25** Evolução dos portugueses e das portuguesas, dos 50 aos 64 anos em situação de risco de pobreza, por sexo, em Portugal, 2004-2015 (%)
- 228** **Figura 4.26** Pessoas dos 50 aos 64 anos que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo, 2015 (%)
- 230** **Figura 4.27** Taxa de emprego de adultos/as, com mais de 55 anos, com crianças maiores de 12 anos, por país e sexo, 2016 (%)
- 230** **Figura 4.28** Mudança na taxa de emprego de adultos/as, com mais de 55 anos, com crianças maiores de 12 anos, por país e sexo (p.p.), 2005-2016
- 231** **Figura 4.29** Distribuição de trabalhadores/as, a viver em casal, por tipo de agregado, dos 50 aos 65 anos, por país, 2015 (%)
- 232** **Figura 4.30** Distribuição de trabalhadores/as, que não vivem em casal, por tipo de agregado, dos 50 aos 65 anos, por país, 2015 (%)
- 233** **Figura 4.31** Média de horas passadas a cuidar da família, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo, 2012
- 233** **Figura 4.32** Média de horas passadas a cuidar da casa, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo, 2012
- 236** **Figura 4.33** População prisional em Portugal de pessoas dos 50 aos 64 anos e da população global, por sexo (2000-2016) (%)
- 237** **Figuras 4.34 e 4.35** Perceção da prevalência da violência contra as mulheres na UE 28 e Portugal, por grupo etário e sexo (%), 2016
- 239** **Figura 4.36** Tipos de problemas de saúde, dos 50 aos 65 anos, por sexo (%)
- 239** **Figura 4.37** Na última semana com que frequência se sentiu deprimido/a, dos 50 aos 65 anos, por sexo (%)
- 240** **Figura 4.38** Com quem falou sobre o seu estado de saúde nos últimos 12 meses, dos 50 aos 65 anos, por sexo (%)
- 241** **Figura 4.39** Causas de morte (2014) por sexo, Portugal e UE 28 (%)
- 241** **Figura 4.40** Causas externas de morte (2014) por sexo, Portugal e UE 28 (%)
- 242** **Figura 4.41** Taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (50-64 anos) (%), 2014
- 242** **Figura 4.42** Mudança na taxa de suicídio por sexo para Portugal e a média europeia a 28 (p.p.), 2004-2014

-
- 244** **Figura 4.43** Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, dos 50 aos 64 anos, por país e sexo (médias)
- 245** **Figura 4.44** Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo (média)
- 246** **Figura 4.45** Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo (média)
- 249** **Figura 4.46** Perfis de países, dos 50 aos 64 anos (Homens) (%)
- 250** **Figura 4.47** Perfis de países, dos 50 aos 64 anos (Mulheres) (%)
- 256** **Figura 4.48** Classes sociais na fase tardia, dos 50 aos 65 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 263** **Figura 5.1** Níveis de ensino completo, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2016 (%)
- 264** **Figura 5.2** Média de anos de escolaridade completos, por país, sexo e grupo etário, 2014 (%)
- 265** **Figura 5.3** Média de anos de escolaridade completos em Portugal, por sexo e grupo etário (2002-2014)
- 266** **Figura 5.4** Perfis de reprodução educacional, 25 aos 59 anos, por sexo, Portugal e UE 27 (%)
- 267** **Figura 5.5** Perfis de mobilidade educacional, 25 aos 59 anos, por sexo, Portugal e UE 27 (%)
- 268** **Figura 5.6** Trabalhadores e trabalhadoras estudantes, por país, sexo e grupo etário (2014) (%)
- 271** **Figura 5.7** Taxa de emprego, por sexo e idade, Portugal e UE 27, 2000 e 2015 (%)
- 274** **Figura 5.8** Taxa de desemprego, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2015 (%)
- 274** **Figura 5.9** Evolução da taxa de desemprego, por sexo, dos 15 aos 64 anos, Portugal e UE 27, 2000 a 2015 (%)
- 276** **Figura 5.10** Contratações não permanentes, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2016 (%)
- 279** **Figura 5.11** Trabalhadores a tempo parcial, dos 15 aos 64 anos, por sexo, Portugal e UE 27, 2015 (%)
- 279** **Quadro 5.3** Trabalhadoras e trabalhadores a tempo parcial, por sexo e grupo etário, 2015 (%)
- 281** **Figura 5.14** Salário Médio/Hora, em PPC, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2014
- 282** **Figura 5.15** Disparidade Salarial, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2014(%)
- 283** **Figura 5.16** Remuneração mensal, por tipo de profissão, em PPC, por sexo, em Portugal e UE 27, 2014

-
- 284** **Figura 5.17** Distribuição de juízes, por país e sexo, 2014 (%)
- 285** **Figura 5.18** Distribuição de médicos, por país e sexo, 2015 (%)
- 285** **Figura 5.19** Distribuição de professores do ensino superior, por país e sexo, 2015 (%)
- 287** **Figura 5.20** Tipos de agregados em que as pessoas vivem, por sexo e grupo etário, Portugal e UE 27, 2011 (%)
- 289** **Figura 5.21** Idade ao casamento de homens e mulheres na Europa, 2015 (%)
- 290** **Figura 5.22** Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado, Portugal e UE 28, 2015 (%)
- 291** **Figura 5.23** Mulheres dos 15 aos 64 anos, com e sem filhos/as no agregado e número de filhos/as, pela escolaridade das mulheres (ISCED), Portugal e UE 28, 2015 (%)
- 292** **Figura 5.24** Evolução da média de idade das mulheres ao nascimento do/a primeiro/a filho/a, 2000 a 2015 (%)
- 292** **Figura 5.25** Risco de pobreza de pessoas dos 15 aos 64 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 293** **Figura 5.26** Evolução do risco de pobreza dos homens dos 15 aos 64 anos, em Portugal, 2004-2015 (%)
- 294** **Figura 5.27** Evolução do risco de pobreza das mulheres dos 15 aos 64 anos, em Portugal, 2004-2015 (%)
- 294** **Figura 5.28** Pessoas que afirmam ter dificuldade ou muita dificuldade em fazer face às despesas com o rendimento do agregado familiar, por sexo e grupo etário, 2015 (%)
- 296** **Figura 5.29** Taxa de emprego de adultos dos 15 aos 64 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo, 2016 (%)
- 297** **Figura 5.30** Mudança da taxa de emprego de adultos dos 15 aos 64 anos, com filhos/as dependentes, por país e sexo, 2005-2016 (%)
- 298** **Figura 5.31** Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras a viver em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)
- 299** **Figura 5.32** Distribuição de trabalhadores e trabalhadoras que não vivem em casal por tipo de agregado, por país e grupo etário, 2015 (%)
- 300** **Figura 5.33** Média de horas semanais passadas a cuidar da casa, por país, sexo e grupo etário, 2012
- 301** **Figura 5.34** Média de horas semanais passadas a cuidar da família, por país, sexo e grupo etário, 2012
- 304** **Figura 5.35** População prisional em Portugal de pessoas dos 15 aos 64 anos, por sexo e grupo etário (2016) (%)
- 304** **Figura 5.36** Proporção de pessoas condenadas, por país e sexo (2015) (%)
- 305** **Figura 5.37** Proporção de pessoas condenadas por homicídio, por país e sexo (2015) (%)
- 305** **Figura 5.38** Proporção de pessoas condenadas por violação, por país e sexo (2015) (%)

-
- 306** **Figura 5.39** Proporção de pessoas condenadas por agressão sexual, por país e sexo (2015) (%)
- 306** **Figura 5.40** Proporção de pessoas vítimas de violação, por país e sexo (2015) (%)
- 307** **Figura 5.41** Proporção de pessoas vítimas de agressão sexual, por país e sexo (2015) (%)
- 307** **Figura 5.42** Autoria da violência exercida contra as mulheres, 2007 (%)
- 308** **Figura 5.43** Autores/as de violência física, psicológica e sexual contra homens e mulheres, 2007 (%)
- 309** **Figura 5.44** Esperança de vida, por país e sexo (2015) (%)
- 310** **Figura 5.45** Número de anos de vida saudável, por país e sexo (2015) (%)
- 311** **Figura 5.46** Problemas de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e grupo etário, Portugal (%)
- 311** **Figura 5.47** Na última semana com que frequência se sentiu deprimido/a, por sexo e grupo etário, Portugal (%)
- 312** **Figura 5.48** Com quem falou sobre o seu estado de saúde nos últimos 12 meses, por sexo e grupo etário, Portugal (%)
- 313** **Figura 5.49** Causas de morte, por sexo e grupo etário, UE 28 (%)
- 313** **Figura 5.50** Causas de morte, por sexo e grupo etário, Portugal (%)
- 314** **Figura 5.51** Causas externas de morte, por sexo e grupo etário, UE 28 (%)
- 315** **Figura 5.52** Causas externas de morte, por sexo e grupo etário, Portugal (%)
- 317** **Figura 5.53** Autotranscendência por país e grupo etário (homens), 2014²¹
- 318** **Figura 5.54** Autotranscendência por país e grupo etário (mulheres), 2014
- 319** **Figura 5.55** Autopromoção por país e grupo etário (homens), 2014
- 319** **Figura 5.56** Autopromoção por país e grupo etário (mulheres), 2014
- 321** **Figura 5.57** Conservadorismo por país e grupo etário (homens), 2014
- 321** **Figura 5.58** Conservadorismo por país e grupo etário (mulheres), 2014
- 322** **Figura 5.59** Abertura à mudança por país e grupo etário (homens), 2014
- 322** **Figura 5.60** Abertura à mudança por país e grupo etário (mulheres), 2014
- 323** **Figura 5.61** Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e grupo etário (homens) (médias)
- 323** **Figura 5.62** Os homens deviam ter tantas responsabilidades como as mulheres em relação à casa e aos filhos, por país e grupo etário (mulheres) (médias)
- 324** **Figura 5.63** Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e grupo etário (homens) (média)
- 324** **Figura 5.64** Uma mulher devia estar preparada para reduzir o seu trabalho remunerado para o bem da sua família, por país e grupo etário (mulheres) (média)
- 325** **Figura 5.65** Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e grupo etário (homens) (média)

-
- 326** **Figura 5.66** Quando os empregos são poucos, os homens deviam ter prioridade em ocupá-los em relação às mulheres, por país e grupo etário (mulheres) (média)
- 328** **Figura 5.67** Perfis de países (Homens) (%)
- 330** **Figura 5.68** Perfis de países (Mulheres) (%)
- 332** **Figura 5.69** Classes sociais por país e sexo, 15-65 anos, 2015 (%)
- 334** **Figura 5.70** Classes sociais por sexo e grupos etários, em Portugal, 2015 (%)
- 335** **Figura 5.71** Perfis de mobilidade social, por sexo (UE a 27 e Portugal), 2011 (%)

ÍNDICE DE QUADROS

- 58** **Quadro 2.1** Práticas educativas e de lazer por sexo
- 58** **Quadro 2.2** Práticas educativas e de lazer por perfis de mobilidade educacional
- 59** **Quadro 2.3** Regressão múltipla linear sobre os anos de escolaridade concluídos entre rapazes e raparigas
- 62** **Quadro 2.4** Peso dos perfis de percursos de reprodução/mobilidade educacional e social de jovens do Porto de 24 anos
- 78** **Quadro 2.5** Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos dos 15 aos 29 anos, por país, 2015
- 103** **Quadro 2.6** Tipologia dos Valores humanos de Schwartz, usada no *European Social Survey*¹⁴
- 113** **Quadro 2.7** Classes sociais, por grupo etário e sexo, 2015 (%)
- 145** **Quadro 3.1** Adultos/as por tipo de agregados familiares e filhos/as, por país e sexo, dos 25 aos 49 anos, 2015 (%)
- 168** **Quadro 3.2** Fatores influenciadores do rendimento mensal dos indivíduos dos 30 aos 49 anos, por país, 2015
- 220** **Quadro 4.1** Homens e Mulheres na fase tardia da vida por tipo de agregado familiar e filhos/as, por sexo, dos 50 aos 64 anos, por país, 2015 (%)
- 234** **Quadro 4.2** Principal atividade nos últimos 7 dias em Portugal, dos 50 aos 65 anos, por sexo, 2014 (%)
- 252** **Quadro 4.3** Classes sociais, por país, sexo e grupo etário, dos 50 aos 64 anos, 2015 (%)
- 266** **Quadro 5.1** Perfis de mobilidade educacional, 25 aos 59 anos, por país e sexo (%)¹⁹
- 272** **Quadro 5.2** Taxa de emprego por nível de escolaridade, por país, sexo e grupo etário, 2015 (%)
- 284** **Quadro 5.4** Distribuição de profissionais das áreas da justiça, saúde e ensino, por sexo, Portugal, 2015 (%)
- 295** **Quadro 5.5** Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos por país e grupo etário, 2015
- 334** **Quadro 5.5** Perfis de mobilidade social, por país e sexo, 2011 (%)²²

ECONOMIA

O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenado por Rodrigo Sarmento de Beires; 2013.

Custos e preços na Saúde: passado, presente e futuro

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

25 anos de Portugal Europeu: a economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

Que economia queremos?

Coordenado por João Ferrão; 2014.

A economia do futuro: a visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenado por João Ferrão; 2014.

Três décadas de Portugal Europeu: balanço e perspectivas

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Empresas privadas e municípios: dinâmicas e desempenhos

Coordenado por José Tavares; 2016.

Investimento em infra-estruturas em Portugal

Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

INSTITUIÇÕES

Droga e Propinas: avaliações de impacto legislativo

Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

Justiça Económica em Portugal: a citação do réu no processo civil

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: factos e números

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: gestão processual e oralidade

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: meios de resolução alternativa de litígios

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: novo modelo processual

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: o sistema judiciário

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: produção de prova

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: recuperação do IVA

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: síntese e propostas

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Segredo de Justiça

Coordenado por Fernando Gascón Inchausti; 2013.

Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

Portugal nas decisões europeias

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenado por Alejandro Portes e M. Margarida Marques; 2015.

O Ministério Público na Europa

Coordenado por José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo; 2015.

Juízes na Europa: formação, selecção, promoção e avaliação

Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

Limitação de mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Coordenado por Francisco Veiga e Linda Veiga; 2017.

O Estado por dentro: uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenado por Daniel Seabra Lopes; 2017.

O impacto económico dos fundos europeus: a experiência dos municípios portugueses

Coordenado por José Tavares; 2017.

SOCIEDADE

Como se aprende a ler?

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

Fazer contas ensina a pensar?

Coordenado por António Bivar; 2010.

Desigualdade económica em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

Projeções 2030 e o futuro

Coordenado por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa; 2012.

Envelhecimento activo em Portugal: trabalho, reforma, lazer e redes sociais

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Escolas para o século xxi: liberdade e autonomia na educação

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

Informação e Saúde

Rita Espanha; 2013.

Informação e Saúde

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

Literatura e ensino do português

Coordenado por José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus; 2013.

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013

Que ciência se aprende na escola?

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

Inquérito à Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

A Ciência na Educação Pré-Escolar

Coordenado por Maria Lúcia Santos, Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos; 2014.

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: crenças, conhecimentos e formação dos professores

Coordenado por João A. Lopes; 2014.

Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995-2012)

Coordenado por Armando Vieira e Carlos Fiolhais; 2014.

Mortalidade Infantil em Portugal: evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

Os tempos na escola: estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

Cultura científica em Portugal

Coordenado por António Granado e José Vítor Malheiros; 2015.

O multimédia no ensino das ciências

Coordenado por João Paiva; 2015.

O quinto compromisso: desenvolvimento de um sistema de garantia de desempenho educativo em Portugal

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Determinantes da fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Será a repetição de ano benéfica para os alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Justiça entre gerações: perspectivas interdisciplinares

Coordenado por Jorge Pereira da Silva e Gonçalo Almeida Ribeiro; 2017.

Migrações e sustentabilidade demográfica: perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Mobilidade social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d'Uva; 2017.

Porque melhoraram os resultados do PISA em Portugal? Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)

Coordenado por Ana Sousa Ferreira; 2017.

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Director de Estudos: Gonçalo Saraiva Matias

Consultor da área de Sociedade: João Peixoto

Outros estudos

Informação e Saúde

Rita Espanha; 2013.

Custos e preços na Saúde: passado, presente e futuro

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

Inquérito  Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

Processos de envelhecimento em Portugal:

usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Mortalidade Infantil em Portugal:

evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Determinantes da fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Migrações e sustentabilidade demográfica:

perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Mobilidade social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d’Uva; 2017.

Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Director de Publicações: Antnio Araújo

Conheça todos os projectos da Fundação em www.ffms.pt

Nas sociedades contemporâneas, o género e a idade moldam as perceções individuais e as identidades, as expectativas e as interações sociais, bem como as relações de poder e as oportunidades de escolarização e profissionais de homens e mulheres.

Como se caracterizam e estruturam então as relações de género em diferentes idades da vida e em diferentes contextos sociais e geográficos? Esta é a grande questão a que o estudo pretende responder, mobilizando para o efeito um conjunto diversificado de fontes e dados estatísticos nacionais e internacionais que situam Portugal no contexto europeu desde o início do milénio.

Os indicadores recolhidos e analisados abrangem áreas tão diversas como o mercado de trabalho, a família, a criminalidade, a violência, a saúde ou a educação, permitindo mapear e caracterizar as desigualdades de género e traçar perfis de homens e mulheres em diferentes momentos da vida, sempre numa perspetiva comparativa.

A desigualdade de género é um facto incontestável em Portugal, tal como na maioria dos países europeus. Apesar dos avanços legislativos alcançados nos últimos anos, a discriminação das mulheres subsiste nas mais variadas dimensões. É fundamental perceber porquê. Desejavelmente, este estudo deverá chamar a atenção para este problema e suscitar a reflexão sobre eventuais soluções.

ISBN 978-989-8863-98-0



9 789898 863980

Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos
www.ffms.pt